

Caderno de Resumos



12^a SIAc
SEMANA DE INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA DA **UFRJ** | 2023

Centro de Ciências Jurídicas e Económicas

De 29 de maio a 02 de junho de 2023

S471 Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (12. : 2023 :
Rio de Janeiro, RJ)

Caderno de resumos da 12a. Semana de Integração
Acadêmica da UFRJ, 2023, 29 de maio a 02 de junho de
2023 [recurso eletrônico] : Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. – Rio de Janeiro : UFRJ, 2023.

1 recurso eletrônico : digital

1. Ciência - Congressos. 2. Pesquisa - Congressos. 3.
Extensão universitária - Congressos. I. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD: 378.155

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim
(CRB7/1878)

Anais da 12^a SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ

Apresentação

A UFRJ realiza em 2023, pela primeira vez de forma híbrida, a 12^a Semana de Integração Acadêmica (SIAc), de 29 de maio a 02 de Junho. Em um cenário ainda impactado pela pandemia da COVID-19 e por grandes restrições orçamentárias, a UFRJ mais uma vez mostra sua grandeza e, graças à sua comunidade acadêmica, organiza um evento onde serão apresentados 6573 trabalhos de pesquisa, ensino e extensão representando os mais diversos campos do conhecimento. A SIAc, com seus debates, oficinas e minicursos é um evento totalmente aberto ao público e reflete os avanços científicos e culturais contribui de maneira decisiva para a gestação de um futuro com foco na excelência, na diversidade, no compromisso com a democracia e com a transformação social de nosso país. Desta forma, a SIAc proporciona a absoluta demonstração da indissociabilidade e valor do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão na formação Acadêmica e cidadã do estudante para a Sociedade Brasileira.

História

Desde 2010, a SIAC integra um conjunto de eventos – a Jornada de Iniciação Científica Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC), o Congresso de Extensão, a Jornada de Pesquisa e Extensão da UFRJ-Macaé e a Jornada de Formação Docente – PIBID – com a participação de estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação; professores, técnicos, pesquisadores de pós-doutorado envolvidos em atividades de ensino, pesquisa e extensão; pesquisadores e estudantes de outras universidades e escolas da educação básica e público em geral, constituindo-se, assim, em um importante fórum de debates sobre os estudos, pesquisas e ações de extensão em desenvolvimento nos cursos de graduação dos sete (7) Centros, dois (2) Campi e o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, com efetiva vinculação aos seus programas de pós-graduação. Criada em 1978 pelo Prof. Giulio Massarani, a então Jornada de Iniciação Científica – JIC envolveu, inicialmente, apenas dois Centros: o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). A partir de 1985, o evento alcançou toda a UFRJ com a participação de praticamente todos os Centros, notadamente do CCMN, do CT e do CCS.

A partir de 1993, quando a UFRJ passou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a JICTAC passou a ser, também, o fórum por excelência de apresentação dos trabalhos dos bolsistas desse Programa. O mesmo aconteceu a partir de 2010, quando o CNPq criou, e a UFRJ começou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI).

Em 2009 a UFRJ-Macaé foi pioneira na união dos eventos JIC e Congresso de Extensão, criando a 1a Jornada de Pesquisa e Extensão (JPE) da UFRJ-Macaé, que junto do Fórum Científico da Bacia de Campos, um evento organizado pelos estudantes, formaram a 1a Semana de Integração Acadêmica (SIA) na UFRJ em Macaé. A SIA da UFRJ Macaé era um evento científico e cultural, interdisciplinar com palestras, mesas-redondas, minicursos e apresentações de trabalhos de iniciação científica e de extensão. A SIA da UFRJ-Macaé ocorreu durante seis edições até se fusionar totalmente a Semana de Integração (SIAc) da UFRJ.

A SIAc foi criada em 2010, incorporando o Congresso de Extensão que foi criado em 1999, passando, assim, a se apresentar como um momento privilegiado em que as pesquisas e as ações de extensão em andamento mostram a diversidade de interesses e contribuições para o desenvolvimento da ciência, revelando, ao mesmo tempo, uma universidade plural que aceita no seu universo de produção acadêmica e científica as mais variadas manifestações artísticas, culturais e científicas. Além disso, a SIAc oportuniza um espaço valioso de avaliação e reflexão pois, ao expor nossos trabalhos somos avaliados por nossos pares e prestamos contas à sociedade que nos financia.

Em 2022, o Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão da UFRJ (PROFAEX) distribuiu 813 cotas de bolsas, que contemplaram a realização de 443 ações de extensão registradas na universidade em suas quatro modalidades regulamentadas, a saber: programas, projetos, cursos e eventos.

Nos últimos anos, a UFRJ vem aumentando a progressivamente a quantidade de quotas de bolsas CNPq-PIBIC, saindo de 758 em 2019 para 1008 em 2022, o que significou um aumento inédito de 32%. Atualmente, além das quotas CNPq-PIBIC, a UFRJ conta com 79 quotas de bolsas do CNPq-PIBITI, 5 quotas de bolsa CNPq-PIBIC-Af, 1000 quotas UFRJ para o PIBIC/PIBITI, além de 116 quotas de bolsas do CNPq-PIBIC-Ensino Médio, contemplando 2199 bolsistas em Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica e Inovação, sendo alguns desses de outras instituições de ensino superior.

Com a normatização do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC), em 2004 e que atualmente conta com uma quota de 220 bolsas, destacou-se o caráter interdisciplinar da pesquisa desenvolvida na instituição no âmbito das artes e cujo impacto cultural já se vislumbra nas apresentações dos bolsistas do referido Programa na JICTAC.

A presença de bolsistas CNPq-IC Balcão, de bolsistas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e de mais um grande número de alunos favorecidos com bolsas outra natureza evidencia ainda o amplo universo da pesquisa realizada na UFRJ em caráter de iniciação científica e a diversidade de olhares que a instituição promove.

A Semana de Integração Acadêmica ganhou vulto ao longo das décadas e conta, já nesta edição, com mais de 6573 trabalhos. O talento científico, o empenho constante e o espírito pioneiro do Professor Massarani marcaram gerações de professores e pesquisadores por ele formados na nossa instituição e imprimiram muitos dos valores que norteiam o olhar e o método investigativo da UFRJ.

Seu papel no estabelecimento de programas de iniciação científica junto ao CNPq se associa à vitalidade dos nossos programas institucionais de bolsa. De fato, a contribuição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação, do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural e do Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão para o desenvolvimento dos projetos da UFRJ se mostra indispensável na formação do olhar crítico, científico e inovador que define a nossa instituição.

Constatar, ano a ano, a evolução da Semana de Integração Acadêmica por meio dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão que compõem o evento não só nos renova o ânimo de participar da sua construção, mas também nos lembra do esforço conjunto necessário para que ele aconteça.

Agradecimentos

Especialmente nos anos da pandemia de COVID-19, em que tantos desafios se impuseram, o sucesso dessa atividade é proporcional à dedicação e ao esforço de toda a comunidade da UFRJ. Àqueles diretamente envolvidos na organização da SIAc, em qualquer capacidade, externamos, igualmente, o nosso sincero reconhecimento. Apenas com o apoio incansável de todos os que participaram desta organização, podemos ouvir e debater a investigação conduzida nos Centros, Campi e nas Unidades da UFRJ. Agradecemos, ainda, por sua contribuição, o Comitê Externo/CNPq no processo de acompanhamento e avaliação dos programas da UFRJ, e o Comitê Institucional, que tem, cada vez mais, aprimorando o acompanhamento do PIBIC e do PIBITI na nossa Universidade.

Apesar da pandemia de COVID-19 e grande redução de seu orçamento, a UFRJ manteve seus editais de auxílio ao ensino, à pesquisa e à extensão, apesar de todas as dificuldades impostas pela COVID-19, observou com entusiasmo o crescente interesse de nossos alunos pela atividade de ensino, pesquisa, extensão e o engajamento da nossa comunidade acadêmica na SIAc. Este ano, foram submetidos 6645 trabalhos à SIAc, dos quais 6573 foram aprovados, o que demonstra a importância das três dimensões da universidade.

Nestes Anais, estão contidos os trabalhos aceitos após avaliação, independente da sua apresentação.

Os trabalhos neste volume são a reprodução dos textos submetidos pelos autores após avaliação.

Comitê Local

Coordenação Geral da JICTAC

*Prof.ª Marcelo de Pádula
Pró-reitor de Graduação*

*Prof.ª Denise Mª Guimarães Freire
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa*

*Prof.ª Ivana Bentes
Pró-reitora de Extensão*

Vice-reitor em exercício

Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

Pró-Reitora de Graduação (PR-1)

Prof. Marcelo de Pádula

Superintendente Geral de Graduação

Prof. Joaquim Fernando Mendes da Silva

Superintendente Administrativo

Daniela de Souza Negreiros

Superintendente Acadêmico de Acesso e Registro

Prof. Bruno Souza de Paula

Superintendente Executivo de Acesso e Registro

Ricardo Ballesteros Anaya

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Prof.ª. Denise Maria Guimarães Freire

Superintendente Acadêmico de Pós-graduação

Prof. Bruno Lourenço Diaz

Superintendente Acadêmico de Pesquisa

Prof.ª. Ariane Cristine Roder Figueira

Superintendente Administrativa

Marília da Conceição Moraes Lopes

Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3)*Prof. Eduardo Raupp de Vargas***Superintendente Geral de Planejamento Institucional***Prof.ª Maria de Fátima Bruno de Faria***Superintendente Geral de Planejamento e Desenvolvimento***George Pereira da Gama Júnior***Superintendente Geral de Finanças***Leilane Costa do Nascimento Tavares***Pró-reitora de Pessoal (PR-4)***Maria Tereza da Cunha Ramos***Superintendente Geral Administrativa***Gildelia Maria de Oliveira***Superintendente Geral de Dimensionamento e Provimento***Rejane Andrea Magalhães de Barros***Superintendente Geral de Gestão de Pessoas***Karla Rodrigues Simas***Superintendente Geral de Desenvolvimento de Carreiras***Rita de Cassia Silveira dos Anjos***Superintendente Geral de Atenção à Saúde do Trabalhador***Silvia Rodrigues Jardim***Pró-reitora de Extensão (PR-5)***Prof.ª Ivana Bentes Oliveira*

Superintendente de Formação Acadêmica de Extensão*Prof.ª Ana Inês Sousa***Superintendente de Integração e Articulação da Extensão***Bárbara Tavela da Costa***Superintendente Administrativa de Extensão***Sheila Camlot***Pró-Reitor de Gestão & Governança (PR-6)***André Esteves da Silva***Superintendente Geral de Gestão***Rodrigo Figueiredo da Gama***Superintendente de Governança***Claudia Ferreira da Cruz***Superintendente Geral de Patrimônio***Taiana Fortunato Araújo***Pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7)***Roberto Vieira***Superintendente Geral de Políticas Estudantis***Adilson Couto de Souza Filho*

Superintendência da Tecnologia da Informação e da Comunicação

Superintendente Geral

Jorge Alberto Rodrigues Gonçalves

Superintendente de Projetos

Joan Dias

Superintendente Administrativo

Leonardo Nogaroli

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura (FCC)

Prof.ª Christine Ruta

Chefe de Gabinete

Thyago Machado

Superintendência de Divulgação Científica

Prof.ª Christine Ruta

Superintendente de Difusão Cultural

Prof.ª Andrea Adour

Superintendente de Saberes Tradicionais

Prof.ª Marcia Cabral

Superintendente Administrativo

Flávio Ferreira Fernandes

Superintendente de Comunicação

Danielle de Carvalho Grazinoli

Prefeitura Universitária

Prefeito

Marcos Benilson Gonçalves Maldonado

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof.ª. Ana Paula Canedo Valente

Prof.ª. Andrea Borte

Prof. Antônio Maurício Ferreira Leite Miranda de Sá

Prof.ª. Bianca Pizzorno Backx

Prof.ª. Bluma Guenther Soares

Prof. Bruno Lourenço Diaz

Prof.ª. Carla Bernadete Madureira Cruz

Prof.ª. Célia Regina dos Santos Lopes

Prof. Ciro Alexandre Ávila

Prof.ª. Claudia Regina Lopes Cardoso

Prof. Cristiano Luís Rangel Moreira

Prof.ª. Daniela Maeda Takiya

Prof.ª. Elena Palmero González

Prof.ª. Evelin Andrade Manoel

Prof. Fabianno Ferreira Dutra

Prof.ª. Fernanda Veronesi Marinho Pontes

Prof.ª. Hebe Signorini Gonçalves

Prof. Leonardo Maciel Moreira

Prof. Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira

Prof.ª. Márcia Rosana Cerioli

Prof.ª. Mossicléia Mendes da Silva

Prof.ª. Nelilma Correia Romeiro

Prof. Renato Emerson

Prof.ª. Sandra König

Prof.ª. Sandra Oda

Prof. Thiago Rannierey
Prof. Tiago Lisboa Bartholo
Prof.ª. Wania Wolff

COORDENAÇÃO PIBIC e PIBITI/UFRJ

Prof.ª. Márcia Rosana Cerioli

COORDENAÇÃO TÉCNICA PIBIC e PIBITI/UFRJ

Daniel Borges Lopes
Júlio Gravina Marques

COMISSÃO PIBIAC/UFRJ

Prof.ª. Daniel Alves Castello
Prof. Daniel de Augustinis Silva
Camila Pureza
Prof.ª. Cassandra Marina da Silveira Pontes da Silva
Prof. Felipe Siqueira de Souza da Rosa
Prof.ª. Juliana Vianna Valério
Prof.ª. Maria das Graças dos Reis José
Prof.ª. Nathalie Henriques Silva Canedo

COMISSÃO TÉCNICA PIBIAC/UFRJ

Rosiléia Castório Damasceno
Alexandre Monteiro Gonçalves

COORDENAÇÃO PIBIC-EM/UFRJ

Prof.^a. Maria Alice Zarur Coelho

COORDENAÇÃO ACADÊMICA DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAc)

Prof. Leonardo Holanda Travassos Corrêa

Prof.^a Maria Inês Sousa

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAc)

Divisão de Integração Acadêmica - DINAC/PR2

Paulo de Oliveira Reis Filho

Raphael da Silva Cavalcante

Renata Gaspar Nascimento

Bolsistas DINAC/PR2

Mylena da Cruz Figueira

Debora Ferreira Vinagre

Gabinete da PR5

Camila Duarte Torres

Yuri Brito Neves Hutflesz

Superintendência de Integração e Articulação da Extensão/PR5

*Ana Cristina Barbosa de Andrade
Bárbara Tavela da Costa
Danielle da Gama Peçanha
Flávia Fortes de Souza
Luiza Teles Mascarenhas
Michelle Moreira da Silva
Paulo Roberto de Freitas
Pricila Vieira Magalhães Souza
Renata Correa Soares*

Setor de Comunicação/PR5

*Bia A. Porto
Gisele Paz
Matheus Veiga Schottz*

Bolsistas/PR5

*Arthur Franklin Cardoso dos Santos
Beatriz Louise Nascimento Giandalia
Bruna de Freitas Cavalcanti
Maria Luísa Lopes Grimaldi
Mariana Gabriele Negreiros Arruda
Caio Ferreguti
Carlos Eduardo Alves
Charles Costa
Diego Pires
Gabriella Angelis*

Nathália Acioli

Nathan Rocha

Pedro Léo

Stefany Oliveira

Victor Kallut

Vitória Assunção

Diretoria de Acessibilidade UFRJ na 12^a SIAC

Alex Sandro Lins Ramos

Amélia Abigail Rosauro de Almeida

Prof.^a. Claudia Fátima Moraes Martins

Paulo Arruda de Souza

Nathalia Abadessa Lodi

Rafael Damaceno Dias

Ricardo Gomes Caus Amorim

Viviane Costa Leite

Diretoria de TIC - Polo Macaé/Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) na 12^a SIAC

Adriano de Oliveira Gonçalves

Adriano Neves de Souza

Emanuel Victor Nogueira Gotardo

Emerson Luiz Florentino Borges

Enoque Gonçalves Ribeiro

Erick Araújo Bolorini

Helder Monteiro Cosme

Hudson Cabral Limeira

Júlio César Carvalho Alves

Paulo Freitas Silva Júnior

COORDENAÇÃO DA SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA (SIAc) DOS CENTROS/CAMPI

CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

Silvia Lorenz Martins

Danielle Maria P. de Oliveira Santos

Miriam Mendes Gadelman

Jessica Paulino

Representantes de Unidades

Carolina Gil Marcelino

Prof. Joao Antonio Recio Da Paixao

Maria Helena Jardim

Prof. Natanael de Carvalho Costa

Dora Izzo

Josilene Cerqueira Santos

Prof. Fabricio Polifke

Prof. Jorge Picanço

Elizabeth M. Feitosa R. Souza

Prof. Rafael da Silva Barros

Flávia Lins de Barros

Ève Anne Buhler

Lilian Paglarelli Bergqvist

Prof. Lino Augusto Sander de Carvalho

Prof. William Leão

Juliana Fernandes da Silva Pimentel

Selene Maia

Prof. Agnaldo da Conceição Esquincalha

Fernanda Arruda Nogueira
Prof. Vinícius Kartnaller
Elisa Cavalcanti
Ana Lúcia de Lima
Prof. Rodolfo Barboza
Monika Ferreira - tentem moniKa, com K
Prof. Sidney Castro
Prof. Daniel Schneider
Elizabeth Maria Freire de Jesus
Prof. Marco Grossi
Prof. Daniel Mello

CENTRO DE LETRAS E ARTES

Prof.^ª. HILDA REGINA VASCONCELLOS SENA MARTINS
Prof.^ª. Maria Clara Amado Martins
Prof.^ª. Silvia Fernandes da Fonseca Rodrigues
Prof. LUIZ ANTONIO FERREIRA NEVES

Representantes de Unidades

Prof.^ª. Michelle Cunha Sales
Prof. Clorisval Gomes Pereira Junior
Prof.^ª. Odila Rosa Carneiro da Silva
Prof.^ª. Maria Beatriz Licursi
Prof.^ª. Reila Velasco
Prof. Thiago Leitão
Prof. Sérgio Fagerlande
Prof. Pedro Ribeiro Martins
Prof.^ª. Isabelle Lins Taranto
Prof.^ª. Aniella Improtta França
Prof.^ª. Patricia Barbosa Oliveira Pereira

*Prof.ª. Flavia Carvalho Xavier
Prof.ª. Eliete Figueira da Silveira
Prof.ª. Maria Eugenia Duarte
Prof. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier*

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

*Prof.ª. Fátima Grave Ortiz
Prof.ª. Juliana Beatriz Almeida de Souza
Prof.ª. Juliana Marsico Correia da Silva*

Representantes de Unidades

*Prof. Antonio Ferreira da Silva Júnior
Prof.ª. Renata Lopes de Almeida Rodrigues
Prof.ª. Cassandra Marina da Silveira
Prof. Sandro Torres de Azevedo
Prof.ª. Suzy dos Santos
Prof. Daniel de Souza Campos
Prof.ª. Lilian Angélica da Silva Souza
Prof.ª. Maria Josefina Mastropaoolo
Prof.ª. Priscila Andrade Magalhães Rodrigues
Prof. Pedro Vieira da Silva Peixoto
Prof.ª. Amanda Londero dos Santos
Prof.ª. Priscila Nascimento Marques*

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Prof.ª. Sandra Maria Becker Tavares

Representantes de Unidades

Prof. Gustavo Daou Lucas

Prof. Gustavo Ribeiro de Freitas Bhering

Prof.ª. Simone Fioritti Silva

Prof. Cláudio Marcos Maciel da Silva

Prof. Lucas Martins Dias Maragno

Prof.ª. Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa

Prof. Marcelo Castaneda de Araújo

Prof.ª. Eliane Ribeiro Pereira

Prof.ª. Cristina Pimenta de Mello Spineti Luz

Prof.ª. Daniele Dionísio da Silva

Prof.ª. Adriana Marques

Prof.ª. Renata Bastos da Silva

Prof. Kaio Sousa Mascarenhas Pimentel

Prof.ª. Lalita Kraus

Prof.ª. Mariana Luscher Albinati

Prof.ª. Carolina Araújo de Azevedo Pizoeiro

Prof.ª. Luciana Silveira Ardente

Prof.ª. Danielle Christine Barros Tavares

Prof.ª. Cláudia Affonso Silva Araújo

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Prof.ª. Débora Henrique da Silva Anjos

Prof. Theo Luiz Ferraz de Souza

Prof.ª. Bianca Ortiz da Silva

Representantes de Unidades

Prof.ª. Isalira Peroba

Prof. Marcius Almeida

Prof.ª. Aurea Ferreira Chagas

Prof. Denilson da Silveira Vasconcelos

Prof.ª. Denise Sá (organização de sessão)

Prof.ª. Isabela Buarque (organização de sessão)

Prof.ª. Michele Fonseca (organização de sessão)

Prof.ª. Tania Vignuda de Souza (organização de sessão)

Prof.ª. Veronica Caé da Silva Moura

Prof.ª. Mariana Sato

Prof.ª. Luciana Pereira Rangel

Prof.ª. Jocelene de Fátima Landgraf

Prof. Michel Silva Reis

Prof.ª. Jeanine Campnai Bohn

Prof.ª. Marcia Mendonça Lucena

Prof.ª. Ana Cristina Nunes Ruas

Prof.ª. Lívia Maria Santiago

Prof.ª. Izabel Calland Ricarte Beserra

Prof.ª. Fátima Carneiro Fernandes

Prof.ª. Aline Posch

Prof.ª. Matilde da Cunha Gonçalves Nojima

Prof.ª. Patrícia Risso

Prof.ª. Beatriz Akemi Takeit

Prof.ª. Claudia Reinoso Araújo de Carvalho

Prof.ª. Patricia da Silva Olario

Prof.ª. Adriana da Silva Santiago

Prof.ª. Vinícius Albano Araújo

Prof.ª. Lízia Mônica de Souza Gestinari

Prof.ª. Miria Gomes Pereira

*Pedro Henrique Monteiro Torres
Prof.º Cristiano Lazoski
Prof.º Dulce Mantuano
Prof.º Mariana Moncassim Vale
Prof.ª Michelle Regina Lemos Klautau
Prof.a Margaret Maria de Oliveira Corrêa
Prof. Julio Mignaco
Prof. Ronaldo do Amaral
Prof.a Ludmila Ribeiro de Carvalho
Prof.a Michelle Rodrigues de Moraes
Prof.a Márcia Aparecida Ribeiro de Carvalho
Prof.º Alexandre San Pedro Siqueira
Prof.a Ana Maria Mazotto de Almeida
Prof.a Alessandra Filardy
Prof. Renato Monteiro
Prof.a Letícia Ferreira Tavares
Prof.º Fernanda Sá Brito
Prof.ª Cristiane Mesquita da Silva Gorgonio
Prof.º Fernanda das Neves Costa
Prof. Sérgio Rodrigues Tavares Filho
Prof.º Andrea Camaz Deslandes
Prof.º Núria Malajovich Munov
Prof.º Verônica Pinheiro Viana
Prof.º Florence Brasil
Prof. Glaucio Aranha
Prof.º Katia Sanches
Prof. André Martins
Prof.º Bianca Ortiz da Silva
Prof.º Terezinha Marta Castiñeiras
Prof.º Beatriz Akemi Takeiti
Prof.º Claudia Reinoso Araújo de Carvalho*

CENTRO DE TECNOLOGIA

Prof.ª Paula Farencena Viero

Prof. Francisco Thiago Sacramento Aragão

Prof.ª RAQUEL MASSAD CAVALCANTE

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Prof. Cristiano Luis Rangel Moreira (Museu Nacional)

Prof.ª Thamara Zacca Bispo Taumatugo (Museu Nacional)

Prof.ª Valeria Pereira Silva (Museu Nacional)

Representantes de Unidades

Prof. Lívia Mascarenhas de Paula Cunha

CENTRO MULTIDISCIPLINAR UFRJ - CAMPUS MACAÉ

Prof.ª RENATA BORBA DE AMORIM OLIVEIRA - extensão

Prof. GUNNAR GLAUZO DE CUNTO CARELLI TAETS - extensão

Prof. Jorge Anselmo

Prof. Marcelo Brandão Araujo

Prof.ª Kathleen Tereza da Cruz - pesquisa

Prof. Leonardo Maciel Moreira - pesquisa

Representante de unidades

Prof.ª. Glaucimara Riguete de Souza Soares - extensão

Prof.ª. Cassia Quelho - extensão

Prof. Rafael Oliveira Pitta Lopes - pesquisa

Prof.ª. Glaucia Valente Valadares - pesquisa

Prof.ª. Alessandra Aniceto Ferreira de Figueiredo - extensão

Prof.ª. Fernanda Pereira de Paula Freitas - extensão

Prof.ª. Milena Batista Carneiro - pesquisa

Prof.ª. Helene Nara Henriques Blanc - pesquisa

Prof.ª. Fernanda Antunes Gomes da Costa - extensão

Prof.ª. Kênia da Silva Freitas - extensão

Prof.ª. Nilcimar Santos - pesquisa

Prof. Jorge Amim Júnior - pesquisa

Prof. Francisco Martins Teixeira - extensão

Prof.ª. Marina Cardoso Nemitz - extensão

Prof.ª. Michelle Frazão Muzitano - pesquisa

Prof. Maximiliano da Silva Sangoi

Prof. Anselmo Pestana Ribeiro Costa - extensão

Prof. Bernardo Mattos Tavares - pesquisa

Prof. Rafael Marlheiros - pesquisa

Prof.ª. Priscila Vieira Pontes - extensão

Prof.ª. Celia Cristina Diogo Ferreira - extensão

Prof.ª. Naiara Sperandio - pesquisa

Prof. Roberto Melquiádes - pesquisa

CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Prof.^a. Ana Paula Santos da Silva de Oliveira

Prof.^a. Mariella Alzamora Camarena

Prof.^a. JOANNA MARIA TEIXEIRA DE AZEREDO RAMOS

Prof. William Correa Tavares

Prof. Andre Martins de Moura

Prof.^a. Andreea Claudia Freitas Ferreira

Representantes de Unidades

Prof.^a. Ana Paula Santos da Silva de Oliveira

Editor

Cadu Alves



Caderno de Resumos: Centro de Ciencias Juridicas e Economicas

ÁREA PRINCIPAL: Extensão

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Apresentação de Vídeo

ARTIGO: 11

TÍTULO: INFODEMIA, DESINFODEMIA, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PRÁTICA INFORMACIONAL: INFORMAÇÃO NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

AUTOR(ES) : VICTOR HUGO MONTEIRO ALVES, THAMIRE MARINHO MIGUEL

ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR, NYSIA OLIVEIRA DE Sá

RESUMO:

Apresenta considerações sobre o produto e percurso do projeto “Infodemia, competência em informação e prática informacional: um estudo dos critérios de avaliação de fontes de informação no exercício da cidadania” do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante o período de 2020 a 2022. O projeto teve como objetivo investigar, a partir do olhar informacional da Biblioteconomia e Ciência da Informação, nas perspectivas da competência em informação e prática informacional, o papel determinante da informação, e suas várias fontes e recursos, bem como as formas de cultivar e impulsionar um relacionamento saudável, crítico, responsável e autônomo com estas na vida social contemporânea, buscando colaborar e impactar positivamente a sociedade mitigando e combatendo desinformação e promovendo a cidadania e o desenvolvimento sustentável, com destaque para o contexto pandêmico e os distúrbios informacionais inerentes, como infodemia e desinfodemia. A pesquisa procedeu a partir de métodos quantitativos e qualitativos para mapear pesquisas e compreender a relação das temáticas infodemia e desinfodemia atreladas a recursos, fontes e critérios de avaliação de fontes de informação nas perspectivas do projeto. O envolvimento com a pesquisa se deu por meio da realização de revisão bibliográfica e análise temática, debates em grupos de pesquisa e apresentação de resultados em eventos acadêmicos. Assim, tais perspectivas desempenham papel fulcral de contribuição no desenvolvimento crítico individual e coletivo como diferenciais nas práticas e vivências voltadas à construção de conhecimento e capacitação em direção emancipatória, que contempla habilidades de seleção e avaliação criteriosa de fontes de informação, embasando tomadas de decisão. Ações que, inclusive nos meios digitais, podem contribuir para reforçar o compromisso e manutenção da democracia, promovendo e maximizando recursos e esforços em prol dos sujeitos e da vida coletiva. As reflexões a partir da pesquisa sugerem recursos e fontes de informação como decisivos em direção à promoção e prosperidade da cidadania, sustentabilidade, e desenvolvimento sustentável, em consonância aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 proposta da ONU.

BIBLIOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19 – Departamento de evidência e inteligência para ação em saúde. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054> ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. Liinc em Revista, v. 13, n. 2, p. 285-293, Nov. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075> ZATTAR, Marianna. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. Liinc em Revista, [S.I.], v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5391>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 21

TÍTULO: TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS NA GUERRA DA UCRÂNIA

AUTOR(ES) : ISABELLA AKEMI MAIANI OKUNO

ORIENTADOR(ES): SANDRA MARIA BECKER TAVARES

RESUMO:

Tendo em vista a atualidade da discussão e perspectivas por vir e da complexidade ética relacionada aos atores envolvidos e assimetrias, pesquisa-se sobre o uso da Inteligência Artificial nas Novas Guerras, a fim de mostrar a relação existente entre a mudança nos conflitos armados atuais e os avanços tecnológicos promovidos tanto pela 4ª Revolução Industrial quanto pela Revolução nos Assuntos Militares. Para tanto, é necessário analisar como os conflitos armados do século XXI têm incorporado os avanços tecnológicos no ramo da Inteligência Artificial, bem como apontar o papel da 4ª Revolução Industrial na Revolução nos Assuntos Militares, especificar o uso da inteligência artificial nos conflitos armados deste século e comparar as Novas Guerras em contraponto às Velhas Guerras (Guerras Clausewitzianas), a partir da visão de Mary Kaldor. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, tratando do emprego de duas tecnologias disruptivas, mísseis hipersônicos (Kinchhal) e drones “kamikazes” (Bayraktar TB-2) durante o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

BIBLIOGRAFIA: VILLANUEVA, Juan Carlos. Tecnologías disruptivas en los fuegos de precisión de largo alcance: Irpf. 2018. VILLANUEVA, Juan Carlos. Armas de destrucción masiva: riesgos y amenazas QBRN. 2020. TEIXEIRA, Márcio Leite. Por que revolução nos assuntos militares?. NAVAL WAR COLLEGE JOURNAL, n. 14, p. 51-81, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 40****TÍTULO: POR QUE QUEIMAM OS LIVROS?: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA BIBLIOCLASTIA A PARTIR DO FILME FAHRENHEIT 451 (2018)****AUTOR(ES) : PRISCILA AZEREDO DA SILVA****ORIENTADOR(ES): ANTONIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA****RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo abordar o conceito de biblioclastia [Destrução de livros, geralmente realizada publicamente, com o objetivo de censurar ideias, culturas, religiões e pensamentos políticos que ameaçam a ordem estabelecida (SANTOS, 2017).] a partir da análise do filme *Fahrenheit 451*(2018). O trabalho foi construído a partir da revisão bibliográfica sobre o tema da biblioclastia, e de trechos do filme que ilustrassem ou apresentassem criticamente os conceitos e características relacionados ao tema. A versão cinematográfica de *Fahrenheit 451*(2018) ambienta a história em uma sociedade distópica futurista cujo principal personagem é Guy Montag [um bombeiro que ateia fogo em livros, persegue e puni leitores. A justificativa é que os livros são perigosos para a "felicidade humana" ao inspirar a imaginação para sonhos impossíveis e causar conflitos pela diversidade de pensamento. Ao fim do trabalho, foi possível concluir que a destruição do conhecimento, através do aniquilamento de livros, não seria resultado da ignorância ou da falta de consciência, mas de ações politicamente planejadas para garantir o controle social. Como conclui o poeta alemão Heinrich Heine (1797-1856): "Onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas".

BIBLIOGRAFIA: FAHRENHEIT 451. Direção: Ramin Bahrani. Produção: David Coatsworth. Intérpretes: Michael B. Jordan, Michael Shannon, Sofia Boutella e outros. Roteiro: Ramin Bahrani. Los Angeles: HBO films, 2018. (101 min), filme para tv, color. Produzido por HBO films. Baseado no romance "Fahrenheit 451" de Ray Bradbury. BÁEZ, Fernando. História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. SANTOS, Josiel Machado. A biblioclastia como mecanismo de controle social. Revista brasileira de Biblioteconomia e documentação. São Paulo, V.13, No2, p.85-97, jul/dez.2017. Disponível em:<<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/538>> Acessado em: 02jun22

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 59****TÍTULO: PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA****AUTOR(ES) : ANTONIO CEZAR DE FARIA ALVES CERQUEIRA****ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA****RESUMO:**

A divulgação de informações relacionadas a responsabilidade social corporativa é apresentada através de vários meios, tais como publicação de relatórios sociais, ambientais e de sustentabilidade em sites corporativos ou campanhas publicitárias nos mais diversos meios de comunicação. Recentemente, as mídias sociais tornaram-se vetores positivos com relação à divulgação de tais informações, proporcionando a criação de valor adicional através da interação dos stakeholders com a marca/serviço, gerando um impacto positivo com relação à reputação corporativa e, por conseguinte, fortalecendo o valor emocional, social e funcional do consumidor. A pesquisa buscou apresentar o status quo das publicações internacionais sobre a divulgação de informações sobre ações de responsabilidade social corporativa nas principais redes sociais, através do levantamento bibliográfico das publicações nos principais periódicos internacionais listados na base de dados Scopus, onde utilizou-se técnicas bibliométricas como instrumento de análise e a sintetização das informações através de ferramenta computacional, resultando em 171 documentos publicados em 98 periódicos, onde, através da medição da produtividade dos periódicos de acordo com a Lei de Bradford, constatou-se que seis periódicos formam o núcleo dos mais produtivo sobre o tema. Ademais, verificou-se que ainda não há uma colaboração internacional entre os autores, sendo muito artigos escritos por autores afiliados em instituições nacionais. Ressalta-se, positivamente, a importância da colaboração entre nações asiáticas sobre o tema. Os resultados destacam que o tema ainda está em desenvolvimento, visto que as redes sociais citadas nos trabalhos internacionais foram o Twitter, o Facebook, o Youtube e o Instagram. Observou-se que outras redes sociais poderiam ser utilizadas pelas empresas, por exemplo, o WeChat, o Pinterest, o Snapchat e o LinkedIn, na conscientização dos stakeholders sobre as ações das empresas nos mais diversos setores da economia ou pela busca constante de uma reputação corporativa alinhada aos pressupostos de responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA: CARROLL, Archie B. A history of corporate social responsibility: concepts and practices. In A. M. Andrew Crane, D. Matten, J. Moon, & D. Siegel (Eds.), *The Oxford handbook of corporate social responsibility* (pp. 19-46). New York: Oxford University Press. 2008. FENG, Yunting; ZHU, Qinghua; LAI, Kee-Hung. Corporate social responsibility for supply chain management: A literature review and bibliometric analysis. *Journal of Cleaner Production*. v. 158, p. 296-307. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617309435>. Acesso em: 2 mar. 2022. WALTON, Clarence C. *Corporate social responsibilities*. Belmont: Wadsworth Pub. Co. 1967.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 90****TITULO: A NATUREZA E A VISIBILIDADE DA BIBLIOGRAFIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DO SEMINÁRIO INTERNATIONAL A ARTE DA BIBLIOGRAFIA (2014-2021)****AUTOR(ES) : MARIANA SILVA LEITE****ORIENTADOR(ES): ANDRE VIEIRA DE FREITAS ARAUJO****RESUMO:**

Esta pesquisa parte do entendimento que a Bibliografia é constituída por dimensões teóricas, práticas e discursivas voltadas ao registro, preservação, organização, disseminação e mediação da informação. Se de um lado pode ser considerada uma arte, de outro se configura como uma disciplina ricamente estruturada e fundamentada. A partir das questões teóricas e empíricas da Bibliografia, o objetivo desta pesquisa é identificar e analisar a natureza e a visibilidade do campo disciplinar da Bibliografia no Brasil, a partir do Seminário International A Arte da Bibliografia, no recorte temporal 2014-2021. Esta pesquisa possui característica bibliográfica, documental e exploratória, sendo sua metodologia dividida em duas fases: revisão de literatura e exploração do Seminário International A Arte da Bibliografia. No que toca à revisão de literatura, a mesma é empreendida em bases de dados científicas nacionais e internacionais em pesquisa realizada sobre o tema bibliografia nos idiomas português, inglês, espanhol, francês e italiano, com a intenção de se identificar os referenciais teórico-conceituais deste campo disciplinar. A segunda fase da pesquisa procede ao levantamento e à discussão de dados sobre o Seminário International A Arte da Bibliografia e sobre a produção científica decorrente das edições deste evento. Os dados referentes ao Seminário International A Arte da Bibliografia são extraídos da documentação produzida em cada edição do evento. Os dados referentes à produção científica do Seminário são extraídos dos artigos dos dossiês temáticos publicados em periódicos da área da Ciência da Informação e resultantes de cada uma das edições do evento. Pesquisa aprovada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFRJ, sob financiamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro.(UFRJ)

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Sobre a eminência e o eco da Bibliografia: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.27.2018.tde-13092018-144446. Acesso em: 2022-09-09. ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; CRIPPA, Giulia; SALDANHA, Gustavo Silva. Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário International "A Arte da Bibliografia". Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 11, p. 495-512, maio 2016. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/529>>. Acesso em: 10set.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 92****TITULO: A RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO ORDINÁRIA, A RACIONALIDADE EMPREENDEDORA E O EMPREENDEDORISMO SOCIAL PERIFÉRICO****AUTOR(ES) : GIOVANNA TOSTO****ORIENTADOR(ES): RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO****RESUMO:**

Esta iniciação científica sem bolsa é parte projeto de pesquisa sobre o tema "Empreendedorismo Social e Gestão Ordinária" e tem por objetivo apresentar os resultados do levantamento bibliográfico realizado a fim de traçar um possível caminho para a compreensão do fenômeno do empreendedorismo social periférico da atualidade. Tal projeto foi realizado a partir da seleção de artigos correlatos à temática abordada, bem como suas análises, rodadas de discussões e referências cruzadas.

A pesquisa estrutura-se a partir de dois principais autores, sendo eles Alexandre de Pádua Carrieri *et al.*, no que diz respeito à teoria da Gestão Ordinária e dos artigos de Saras Sarasvathy sobre o desenvolvimento de um método que explique o modo de pensar empreendedor. No âmbito da Gestão Ordinária, é trazida uma lente que busca compreender os negócios sociais periféricos sob um olhar processual que se distancia dos cânones administrativos e que contribui para os estudos organizacionais a partir da proposta de expandir a compreensão das formas de organizar. Nesse sentido, o objetivo é aproximar o empreendedor dos conceitos de gestor ordinário, destacando a relevância dos processos que fogem do chamado *mainstream*. A lente proposta por Carrieri *et al.* soma-se à análise dos conceitos desenvolvidos por Saras Sarasvathy em torno do pensamento empreendedor que também pode ser enxergado sob um viés canônico e que está em diálogo com as práticas do mercado em detrimento de processos que utilizam da criatividade e caminham na contramão do que é muitas vezes prescrito. Desse modo, ambos os autores são trabalhados de forma a destacar os pontos de convergência presentes nas perspectivas de cada um de modo a traçar uma via possível de análise dos dados trazidos pela pesquisa "Perfil dos empreendedores de impacto no Brasil: o desafio das desigualdades territoriais", realizada pelo Centro de Empreendedorismo e Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGVcenn).

Por fim, alguns resultados significativos desta pesquisa remetem à identificação de pontos de convergência entre as teorias de ambos os autores, respeitando os limites impostos pelas diferenças teóricas existentes entre eles e refletindo, a partir disso, tais formas de pensar no contexto atual do empreendedorismo social periférico. Desse modo, o trabalho inova à medida que pode indicar um caminho interessante para a compreensão do modo como o empreendedorismo social periférico brasileiro se manifesta na prática pela mistura entre ambas as perspectivas estudadas.

BIBLIOGRAFIA: CARRIERI, A. de P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rausp/a/F4xBX7VfrT7HzrPVcNkyhQh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 ago. 2022 CARRIERI, A. de P. et al. A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. Revista De Contabilidade e Organizações, [S.I.]: v. 12, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.141359>>. Acesso em: 23 ago. 2022. SARASVATHY, S. D. What Makes Entrepreneurs Entrepreneurial? Darden Business Publishing, Virginia,

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 106****TITULO: INSTITUIÇÕES DE FOMENTO À PESQUISA E SUA DINÂMICA DE PODER: A FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA EM DISPUTA.****AUTOR(ES) : GABRIEL DA CONCEIÇÃO GORRESEN CARDOSO****ORIENTADOR(ES): SORAYA SILVEIRA SIMÕES****RESUMO:**

O presente estudo tem o intuito de analisar as instituições, as influências e os temas que orientaram a destinação de verbas para a pesquisa, a partir, especialmente, de 2016 com uma maior pressão política pelos recursos públicos da pesquisa científica, seja com diminuição de investimentos públicos para pesquisa e instituições públicas, e pelas alterações legislativas como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243/2016. Com isso, pretendemos compreender o estabelecimento de um paradigma de utilidade e resultado que tem sido objeto de críticas formuladas pela academia e que gera, também, conflitos éticos e morais baseados em uma política que contrasta uma ciência "útil" (hoje chamada pelas agências de fomento de "prioritária") a uma outra, supostamente "inútil". Nessa dicotomia, a ciência "útil" produziria um tipo de conhecimento passível de apropriação mercantil, enquanto a ciência "inútil" produziria, entre outros, conhecimento crítico ao modo de produção extrativista e à espoliação de territórios de vida ameaçados pela sociedade capitalista.

O projeto, iniciado em 2018, busca, portanto, analisar o financiamento da pesquisa no Brasil (e as condições sociais de produção asseguradas aos cientistas) considerando disputas políticas e condicionantes jurídicas e administrativas que constroem definições de ciência, criam as condições de trabalho e estruturam os caminhos para o financiamento da pesquisa no país.

Tendo como base as lentes filosóficas e sociológicas, se analisa como o pensamento da modernidade e do positivismo estruturam as instituições científicas, sendo elas o MCTI, CNPq, CAPES e FINEP. Evidenciando a manifestação dessas correntes na estrutura institucional-normativa, seja no estatuto e na portaria do regimento interno, onde são definidas a divisão de poderes entre os diferentes campos em disputas; na estrutura organizacional; na forma da construção da política nacional científica para a definição das áreas prioritárias; na construção e manutenção de um modelo de avaliação; assim como as leis de inovação. Buscando compreender as disputas entre diferentes campos dentro das instituições governamentais, na definição das áreas prioritárias e do modelo de avaliação.

Com isso, neste momento da pesquisa, identificamos e acompanhamos os agentes envolvidos nessas disputas e os campos a partir dos quais justificam e legitimam seus argumentos – "em defesa da ciência" ou "em defesa do desenvolvimento". Ciência e desenvolvimento são, pois, noções que aparecem desde sempre associadas nesse debate, criando tensões éticas e permitindo distinções – já há muito observadas – entre ciência "útil" e "inútil".

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Epistemologias do Sul*, Coimbra, p.23-71, 2009. MUNIZ, Nancy A. Campos. *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. Brasília-DF, 2008. CHAUÍ, Marilena de Souza. *As humanidades contra o humanismo*. In: *Universidade, formação, cidadania*[S.I.: s.n.], 2001.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 111****TITULO: DESLOCAMENTO POPULACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ANO DE 2018 E OS 6 PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA****AUTOR(ES) : BRUNA MOLL****ORIENTADOR(ES): MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS****RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os padrões de deslocamento populacional entre regiões da saúde de todas as unidades da federação brasileira em 2018 e compará-los aos dados de março à setembro de 2020, meses da pandemia do COVID-19 que possuem informações já registradas no DATASUS. A metodologia do trabalho consistiu no cruzamento dos seguintes dados: o local de residência, o estabelecimento e o local de internação dos pacientes detentores da autorização de internação hospitalar (AIH). A partir dos dados compilados e cruzados, foi possível concluir que os padrões de deslocamento são extremamente estruturais, ou seja, apresentaram variações muito sutis, mesmo diante de uma pandemia altamente contagiosa, situação em que, em teoria, deveria haver um maior controle do deslocamento populacional.

Bibliografia: Arranjos produtivos locais : referencial, experiências e políticas em 20 anos da Redesist/ organização Marcelo Pessoa de Matos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

BIBLIOGRAFIA: Bibliografia: Arranjos produtivos locais : referencial, experiências e políticas em 20 anos da Redesist/ organização Marcelo Pessoa de Matos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **178**

TÍTULO: **MATUSHKA ROSSIVA: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA LITERATURA RUSSA DO SÉCULO XIX E A MÁE-RÚSSIA.**

AUTOR(ES) : **DEBORA MAGALHAES FERREIRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **LEONARDO VALENTE MONTEIRO**

RESUMO: Introdução

A mulher só é enquanto o homem a percebe. Isso porque a imagem do feminino é estruturada a partir das relações interpessoais e, mais do que isso, a partir da sua representação, campo cujo monopólio é masculino. Dessa forma, para determinar o imagético da Mãe Rússia e o sentimento patriótico russo do século XIX, o trabalho objetiva determinar como a mulher russa era representada na literatura russa do século XIX.

metodologia

A partir de uma etimologia relacional e de métodos qualitativos, o trabalho fez uso de uma análise documental de textos literários do século XIX, como obras de Fiodor Dostoevsky, Nikolai Leskov e Leo Tolstoi, assim como arcabouço acadêmico a partir da história, como Eric Hobsbawm, dos estudos russos, como Joseph Frank, e das ciências da linguagem, como Bourdieu e Benedeta Bassetti.

Resultados e discussões

O trabalho conclui que a associação imagética concede à Mãe-Rússia características semelhantes àquelas atribuídas às mulheres russas devido ao uso do gênero feminino nas palavras “Mãe” e “Rússia”. A construção, por sua vez, do feminino tem influência da literatura russa. Dessa forma, as características que se dão às mulheres russas do século XIX, que são retratadas na literatura. A Rússia, assim, antes de ser pátria é as suas mulheres.

BIBLIOGRAFIA: ADLAM, Carol. Women in Russia Literature after Glasnost: Female Alternatives. London, UK. FRANK, Joseph. Pelo Prisma Russo: ensaios sobre literatura e cultura. São Paulo Clássicos do conto russo. São Paulo. Bassetti, B., & Nicoladis, E.. Research on grammatical gender and thought in early and emergent bilinguals. International Journal of Bilingualism

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **182**

TÍTULO: **A PROVÍNCIA DO MARANHÃO E DA PARAÍBA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E ASSENTAMENTOS URBANOS**

AUTOR(ES) : **BRUNA ALVES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FANIA FRIDMAN**

RESUMO:

O presente trabalho integra a pesquisa “Urbanizações brasileiras no século XIX” desenvolvida pelo Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU) no âmbito do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e coordenada pela professora Fania Fridman. A pesquisa tem como objetivo discutir a formação dos assentamentos urbanos e a constituição de redes no país durante o Oitocentos.

O levantamento de dados relativos à Província do Maranhão e à Província da Paraíba no período de 1801 a 1850 tem como base o “Diccionário Geographico, Historico e Descriptivo do Império Brazil” de Milliet de Saint-Adolphe. Foram coletadas informações relativas à infraestrutura, aos serviços públicos e às estruturas espaciais - povoados, freguesias, vilas e cidades. Após o levantamento, tais dados foram transcritos para uma planilha que será a base para a elaboração de mapas relativos aos núcleos e suas conexões. A intenção é analisar e demonstrar a evolução da conquista dos territórios supramencionados, sobretudo através da abertura de caminhos, da doação e/ou ocupação de glebas fundiárias e da fundação de assentamentos urbanos.

BIBLIOGRAFIA: Milliet de Saint Adolphe, J.C.R. Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. São Paulo: Biblioteca Digital Unesp, 1845. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 190****TITULO: UMA LEITURA MARXISTA SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA INTERVENÇÃO FEDERAL DE 2018****AUTOR(ES) : JOAO PEDRO PIMENTEL HENRIQUE DE PAULA****ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER****RESUMO:**

Trata-se de um estudo, a partir do referencial teórico marxista, das violações de direitos nas favelas do Rio de Janeiro, usando como exemplo concreto o caso da intervenção federal de 2018. A pesquisa, desenvolvida no âmbito de monografia de conclusão de curso, buscou estudar o método utilizado pela teoria marxista, o desenvolvimento de conceitos como Estado, sujeito de direitos e classes, para possibilitar uma leitura crítica das violações de direitos relatadas. As violações de direitos pelo aparato estatal no Estado e no país são um elemento do cotidiano. Muitas vezes, o estudo desse processo histórico se restringe a uma perspectiva teórica dominante no direito e na teoria política, sem partir de uma bibliografia crítica. O marxismo, enquanto teoria e movimento, pretende entender o objeto de estudo a partir da categoria da totalidade, compreendendo que para estudar o direito e o estado, é preciso ir além desses conceitos e formas sociais e entender não só o seu desenvolvimento enquanto uma realidade e categoria histórica, mas como se relacionam com outros aspectos da realidade. Isso, em contraposição ao pensamento jurídico de caráter positivista ou jusnaturalista, que muitas vezes se encerram em si mesmos ou buscam respostas em elementos tidos como naturais e imutáveis. Não se pretende, todavia, produzir uma nova leitura de conceitos como estado e direito. Mas utilizar o que produziu a teoria marxista, compreendendo o marxismo enquanto algo amplo e que vai além das ideias de Marx, para fazer uma leitura da realidade concreta. Para isso, utiliza-se do estudo de uma bibliografia que parte de Marx e Engels a autores contemporâneos e brasileiros. Através desse processo, é possível entender como essas violações de direitos não se tratam de uma exceção ou anomalia do Estado de Direito. Mas sim uma parte integrante do próprio funcionamento e manutenção do modo capitalista de produção no Brasil, que se alicerçou através do racismo.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2013. PACHUKANIS, Evguénie. Teoria Geral do Direito e Marxismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 198****TITULO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MIGRAÇÃO E INSERÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL, 2011-2015****AUTOR(ES) : ANA JULIA MONTEIRO PEIXOTO****ORIENTADOR(ES): ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA****RESUMO:**

O trabalho tem como objetivo observar as dinâmicas da migração interna no Brasil a partir do ano de 2010 e suas particularidades, junto a um diálogo com a literatura relevante sobre o tema, possibilitando inferências sobre a relação existente entre migração e desenvolvimento econômico.

Os objetivos específicos são: a caracterização do perfil dos migrantes; caracterização das regiões de origem e destino dos migrantes; e a identificação dos determinantes da condição de migração individual. Os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 a 2015 fornecem a base de dados para a análise proposta. A metodologia consiste nos procedimentos de construção de matrizes migratórias visando identificar as principais trajetórias estabelecidas entre Unidades Federativas (UF's) e na estimação de modelos de regressão logística para a determinação da condição de migração individual, com a elaboração de equações mincerianas para a determinação salarial e uso do modelo de Heckman (1979) para a correção do viés seleção amostral.

O referencial teórico fornece a fundamentação sobre os fatores que influenciam a decisão de migração individual e a relação entre migração e desenvolvimento. Avaliamos como se comportam os migrantes e a qualificamos as regiões de origem e destino. Gama e Machado (2014) e Ramalho et al (2016) sugerem que os diferenciais de rendimentos são causados, em grande parte, por diferenças entre regiões e setores de ocupação. Verificam-se os fluxos migratórios mais ou menos relevantes entre UF's e determinadas regiões são classificadas por possuírem saldos migratórios mais ou menos expressivos, o que indica uma propensão maior a migrar de certas localidades, e para certos destinos.

Estatísticas descritivas sugerem que a seletividade por gênero e cor tem se tornado menos relevante nos anos de referência. Migrantes possuem maior escolaridade, um percentual de inatividade menor e rendimentos maiores que não migrantes. Ocupação, atividade e oportunidades disponíveis parecem ser mais influentes para a decisão de migrar. As estimativas comprovam algumas das teses sugeridas. Com relação aos níveis salariais, há discriminação por cor e gênero, a idade é pouco relevante e ser chefe de domicílio ou casado influencia positivamente a migração. Quanto maior é o nível de escolaridade, maiores são os salários. Residir em regiões urbanas, especialmente metropolitanas, também influencia positivamente os níveis salariais. Observam-se também os fatores que influenciam o indivíduo a migrar. São eles: idade, grupo de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo, residir em localidade urbana, ser chefe de família ou possuir cônjuge. Fatores que influenciam negativamente são: menor escolaridade, ser jovem e residir em região metropolitana. No modelo, a cor é estatisticamente insignificante para a decisão de migrar. Fica evidente, em consonância com a literatura, que os migrantes são uma amostra não aleatória da população (Gama e Machado, 2014, p. 156).

BIBLIOGRAFIA: GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. Estud. av., São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155- 174, Aug. 2014. HECKMAN, J.; Sample selection as a specification error. *Econometrica*, 47: 153-161, 1979. RAMALHO, H. M. B.; FIGUEIREDO, E. A.; NETTO JUNIOR, J. L. S. Determinantes das migrações interestaduais no Brasil: Evidências a partir de um modelo gravitacional. 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 200****TÍTULO: CONHECENDO A FND****AUTOR(ES) : ALEXIA KELLY MELO GOULART DA SILVA****ORIENTADOR(ES): FLAVIO ALVES MARTINS****RESUMO:**

Trata-se de projeto orientado Pelo Prof. Flávio Alves Martins. Concebido para formação de um inventário histórico-mobiliário da Faculdade Nacional de Direito (FND) combinado com a realização de visitas guiadas às áreas de relevância do prédio, por meio do desenvolvimento de atividades cênicas e visuais por alunos de graduação do Curso de Direito.

Sabe-se que os primeiros Cursos de Direito no Brasil estão ligados à intensa realização de atividades artístico-culturais de vários matizes. Esta tradição, entretanto, principalmente a partir da década de setenta, perdeu-se. A FND sempre teve em seu corpo social o desenvolvimento das mais variadas manifestações culturais, muitas das quais de cunho crítico, mas que, da mesma forma que a generalidade das faculdades, deixou de existir, salvo raras e louváveis exceções. Necessário, portanto, formar estudantes não apenas técnicos mas cidadãos de formação crítica e transversal, para o que este Projeto contribui.

O prédio e o mobiliário (boa parte deste) da FND remetem tanto o seu corpo social quanto o visitante à época do Senado Imperial e da República Velha, local de acirradas discussões como, por exemplo, a Regência, a Guerra do Paraguai, a Abolição da escravatura, a implantação da República etc e, também, após a década de 30 do século passado, a um *forum* de resistência de um Direito comprometido com a Democracia, a Justiça Social e a liberdade.

Portanto, este Projeto de Iniciação Artístico-cultural, realizará suas atividades por meio dos seguintes objetivos: realizar tombamento e inventário do rico patrimônio histórico-mobiliário da FND; promover visitas guiadas do corpo social e usuários externos às áreas histórica e artisticamente mais relevantes do prédio da FND; e desenvolver atividades cênicas e visuais nos alunos de graduação.

BIBLIOGRAFIA: Calmon, Pedro. História da FND (1891/1951). Rio de Janeiro: UFRJ, 1953. Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. 90 anos de história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 212****TÍTULO: O CONCEITO DE ECOSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO (EE), SUA MENSURAÇÃO E SUA APLICAÇÃO.****AUTOR(ES) : CAIO JOSE DAS CHAGAS MONTEIRO, LEONARDO SANTOS RIBEIRO, FILIPE XAVIER FERREIRA DE SA, GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS****ORIENTADOR(ES): RENATA LÈBRE LA ROVERE****RESUMO:**

O projeto de pesquisa intitulado “Ecosistemas de empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro: métricas e possibilidades de políticas públicas” teve como objetivo estudar os Ecosistemas de Empreendedorismo (EE). A metodologia utilizada incluiu os seguintes passos: primeiro, uma revisão da literatura, com identificação e resumo de artigos científicos indexados; segundo, uma separação dos artigos localizados em quatro categorias de análise: teórico-conceitual, métricas, casos e políticas públicas; terceiro, uma compilação das métricas utilizadas numa planilha, visando não apenas identificar as métricas apontadas pela literatura como também sistematizar as metodologias de análise de ecossistemas, classificando-as em diferentes níveis (nacional, regional, local); e finalmente, uma análise da literatura sobre casos e políticas públicas visando identificar casos de sucesso e lições que podem ser aproveitadas para políticas públicas de apoio a ecossistemas de empreendedorismo. Para realizar a pesquisa, os orientadores dividiram a tarefa de revisar os resumos e interpretar os resultados, ao passo que os bolsistas Caio Monteiro (PIBIC) e Leonardo Ribeiro (FAPERJ) dividiram as tarefas de resumo dos artigos, compilação das métricas e escrita dos resultados.

O objetivo da apresentação é mostrar os resultados da revisão de literatura a respeito dos casos, buscando entender como os ecossistemas se formam e evoluem e também como políticas podem ser desenhadas pelo poder público em favor do aproveitamento de suas potencialidades. Essa etapa busca analisar a efetividade das políticas, pois cada ecossistema possui particularidades importantes que influenciam o processo de formulação das mesmas, as quais devem ser minuciosamente estudadas e levadas em consideração. Sendo assim, é contra indicado importar acriticamente as políticas que foram efetivas em outros locais ou adotar uma postura “one-size-fits-all”.

A relevância do conceito de EE deriva da atenção dada pelos gestores públicos ao fenômeno do empreendedorismo que é responsável pela criação de empregos e renda, pela disseminação de inovações e pelo desenvolvimento socioeconômico. Porém, para que o conceito realize seu papel enquanto ferramenta para orientar a formulação de políticas públicas, é necessário amadurecer a compreensão das ideias que o sustentam, através da contraposição entre o arcabouço teórico e a realidade observada, e desenvolver métricas para mensurar os fenômenos associados ao conceito. O próximo passo da pesquisa será aplicar a reflexão sobre políticas extraída a partir da análise dos casos ao caso concreto do desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro. Uma vez obtidos os instrumentos para identificar as deficiências e as potencialidades existentes no EE desse estado, será possível desenhar linhas de atuação articuladas entre si para fomentar o empreendedorismo e utilizá-lo como vetor para o desenvolvimento e para a resolução dos desafios que afligem a população local.

BIBLIOGRAFIA: FONSECA, L. S.; FILHO, E. T. A. O ecossistema de empreendedorismo em Campos dos Goytacazes - RJ: Uma abordagem prospectiva sobre os fatores de estruturação e dinamização. XL Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 20 a 23 de outubro de 2020. DOI: 10.14488/ENEGET2020 TN STO 347 1780_40088 LOOTS, Ellen; NEIVA, Miguel; CARVALHO, Luis; LAVANGA, Mariangela. The entrepreneurial ecosystem of cultural and creative industries in Porto: A sub-ecosystem approach. Growth and Change, 52, número 3, 1-22 (2020). DOI: 10.1111/grow.12434 STAM, E.; SPIGEL, B. Entrepreneurial Ecosystems. Working paper n. 16-13, Utrecht School of Economics (2016)

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 221****TITULO: NARRATIVA JORNALÍSTICA E CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA NO CASO FLORDELIS: ARTICULAÇÕES ENTRE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E JUDICIÁRIAS NA COBERTURA CRIMINAL DO JORNAL O GLOBO.****AUTOR(ES) : LAURA MARIA ALMEIDA PINHEIRO****ORIENTADOR(ES): LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA****RESUMO:**

O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas do Jornal O Globo de construção biográfica de “vítimas” e “réus”, no âmbito do acontecimento que ficou amplamente conhecido como o Caso Flordelis. O esforço analítico se prestará a entender como o fazer jornalístico dessa instituição construiu narrativamente representações acerca da vítima e dos acusados (particularmente, da Flordelis), utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca das condutas dos sujeitos protagonistas. Também há a proposta de investigar as articulações entre as narrativas jornalísticas e policiais e suas implicações à produção das notícias jornalísticas. Dessa maneira, será possível discutir o lugar desses elementos na produção da verdade jurídica, e como eles afetarão o curso do processo penal.

O caso Flordelis inicia-se em 16 de junho de 2019, quando o esposo da então deputada federal, o pastor Anderson do Carmo de Souza, é assassinado na residência da família. A partir do dia 17 de junho de 2019, o Jornal O Globo inicia a sua cobertura sobre o caso e, conforme surgem novos acontecimentos, veicula a informação correspondente. Ao narrar o evento, o jornal produz, também, uma biografia moral da “ré”, por meio de uma narrativa de contraste com a imagem pública que a deputada construiu ao longo de sua trajetória (como pastora, como mulher que adotou mais de 50 crianças etc).

A perspectiva analítica adotada decorre, principalmente, da proposta de “Análise Pragmática da Narrativa Jornalística” desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta (2005), da qual me aproprio das ferramentas de análise oferecidas pelo autor. A pesquisa dialoga, também, com a proposta de desenvolvimento de uma descrição densa das práticas narrativas do jornal O Globo, seguindo a perspectiva etnográfica de Clifford Geertz. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica e levantamento no acervo online do Jornal O Globo das matérias jornalísticas impressas que apresentam a palavra-chave “Flordelis” entre os dias 17 de junho de 2019 e 30 de agosto de 2021.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41 MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05-09 FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos et al. O ritual judiciário do tribunal do júri. 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 226****TITULO: DIVERSIDADE NO MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR****AUTOR(ES) : DAVI DAHER MOURA, GIULIA PEDERNEIRAS DE CASTRO GOMES****ORIENTADOR(ES): RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO****RESUMO:**

Este estudo tem como finalidade compreender a importância da construção de um ambiente diverso dentro do Movimento Empresa Júnior e o seu impacto na cultura organizacional. Com isso, foi realizado um estudo de caso acerca da realidade da Ayra Consultoria, empresa júnior de gestão de negócios da UFRJ, a fim de garantir a proximidade do tema com a universidade. Para isso, o artigo “Diversidade & Inclusão: vivências de grupos de afinidades nas empresas e seu impacto na construção de uma cultura inclusiva” elucidou o conceito de diversidade abordado no estudo, assim como, serviu de base para as entrevistas a serem realizadas.

A Ayra tem como objetivo desenvolver estudantes por meio da interação com diversas realidades, a fim de, ajudar na construção de profissionais capazes de impactar a sociedade integralmente. Sob esse viés, ao longo dos dois últimos anos foram criados núcleos de afinidade, que estarão no foco do estudo realizado.

Através de pesquisas qualitativas com membros e ex-membros da empresa júnior e observação participante dos autores, foi possível identificar mudanças significativas em indicadores utilizados para metrificação dos resultados da Ayra, tais como: PCO (Pesquisa de Clima Organizacional), Taxa de Permanência e número de inscritos nos processos seletivos. A partir disso, e comparando às conclusões do artigo mencionado, foram identificados pontos de melhoria e os efeitos positivos da criação dos núcleos.

A partir da análise, foi possível entender a relação entre o ambiente diverso e a experiência dos membros da Ayra, uma vez que, o movimento empresa júnior tem como objetivo impactar a vida de jovens e criar um espaço de acolhimento na faculdade.

BIBLIOGRAFIA: IRIGARAY, H. A. R. As diversidades nas organizações brasileiras: estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho. 2008. Tese de Doutorado em Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008. NKOMO, S; COX, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S; HARDY, C; NORD, W. W. (Org.). Handbook of Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999 v.1. http://celacc.eea.usp.br/sites/default/files/media/tcc/2022/05/anna_luiza_pina_de_sales_artigovf.pdf

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **275**

TITULO: A REVOLUÇÃO DO LAOS NA ÓTICA INTERNACIONALISTA

AUTOR(ES) : ERIK GABRIEL CRUZ DE AZEVEDO

ORIENTADOR(ES): FLÁVIO ALVES COMBAT

RESUMO:

Esta pesquisa busca versar sobre os acontecimentos e desdobramentos da revolução popular laosiana, concretizada em 1975 dando origem à República Democrática Popular do Laos, uma república de viés leninista que nasce sobre os escombros do colonialismo e com o sangue derramado pelos atores da Guerra Fria.

O país indochinês, com uma população que hoje orbita os 7 milhões (2021; Banco Mundial), em menos de 3 décadas passou por intensos processos políticos internos - mas não menos globalizados, que o levaram do status de colônia francesa a reino independente em 1954, e a república socialista em 1975. Apenas 11 anos depois, o país se voltou ao neoliberalismo alegadamente como forma de garantir investimentos que desenvolvam suas forças produtivas (discutivelmente as mais atrasadas para um país que passou por processo revolucionário marxista), inserindo sua população em uma nova lógica mercadológica radicalmente oposta à coletivização vigente nos anos 1970 (desde 1954 para algumas províncias ao norte).

As palavras de ordem durante o processo revolucionário se basearam em união, garantia de direitos e, sobretudo, soberania frente às intervenções externas: ora da França, ora do Japão, da China, e por fim aquele por eles considerado o mais prejudicial, os Estados Unidos. Para fazer frente ao imperialismo, foram adotadas diversas táticas que incluíam até mesmo frentes amplíssimas com integrantes da direita militar e da monarquia (importante ressaltar que o regime socialista não foi revanchista às famílias reais, tendo como seu principal líder popular o príncipe Souphanouvong). Mas a aversão ao imperialismo serviu como o principal combustível revolucionário, um padrão seguido na maior parte das revoluções pós-URSS (China, Vietnã, Cuba, Coreia).

Durante todo o século XX, graças à dominação francesa compartilhada, o Laos nutriu uma forte amizade com o vizinho Vietnã, que exportou as doutrinas marxista e leninista ao Laos através de suas universidades frequentadas pela elite burocrática laosiana. Os comunistas dos dois países, junto aos do Camboja, fundaram o Partido Comunista da Indochina sob liderança de Ho Chi Minh em 1930, e a partir dele os movimentos revolucionários individuais de cada país ganharam força. Contudo, desde a fundação do PC Indochinês ao fim dos conflitos em 1975, os movimentos seguiram em mutualismo, o que faz com que o processo laosiano seja negligenciado frente à tão estudada Guerra do Vietnã, sendo chamada no ocidente de A Guerra Secreta. Isso não torna o Laos coadjuvante da sua própria história, pelo contrário, de 1964 a 1973 o Laos sofreu o maior bombardeio em um único país da história: foram 2,5 milhões de toneladas de explosivos despejados pelos governos Johnson e Nixon (Fonte: Legacies Of War), matando cerca de 50 mil laosianos, em sua maioria civis (Fonte: Centre for Economic and Political Research).

O intuito dessa pesquisa é resgatar a memória da luta pela pátria do povo laosiano, e suas contribuições para o marxismo.

BIBLIOGRAFIA: KAYSONE, Phomvihane: Revolution in Laos - Practice and Prospects. 1981. EVANS, Grant: A Short History of Laos: The Land in Between. 2003. HANSEN, Arve. BEKKEVOLD, Jo Inge. NORDHAUG, Kristen. Socialist Market Economy in Asia. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **277**

TITULO: OBSTÁCULOS AO DIREITO AO PRÓPRIO CORPO E À IDENTIDADE DE MULHERES PRETAS, POBRES E GORDAS: A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

AUTOR(ES) : TAINARA ALMEIDA DA SILVA

ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA

RESUMO:

Os obstáculos ao direito ao próprio corpo e à identidade de mulheres pretas, pobres e gordas e a violação dos Direitos de Personalidade sob a égide do Consumo, são o foco central do estudo empreendido. A hipótese elaborada durante o estudo, será estabelecer a relação de Vulnerabilidade Patrimonial nas relações de consumo, e a carência de proteção aos vulneráveis, correlacionado à violação aos Direitos à Personalidade de mulheres pobres, gordas e negras. Assim, os objetivos gerais são entender como essa relação se estabelece e, demonstrar como os padrões estéticos vigoram e são anestésicos sociais nas mulheres e, ao mesmo tempo, energéticos na alavanca capitalista de consumo, dentro do viés consumerista os quais influenciam na violação aos Direitos da Personalidade, da identidade e integridade psicofísica, destas mulheres. Percebemos que a violência contra a mulher pobre, gorda e negra se enquadra na discussão em razão de inúmeras hipóteses, como a relação entre a vulnerabilidade patrimonial, que essas mulheres possuem, e a carência de permeabilização dentro do seio da sociedade, menor e com mais obstáculos, até mesmo quando analisamos as dificuldades que elas encontram para adentrar a serviços básicos e primários. Compreender que a integridade psicofísica destas mulheres, permanentemente, são alvos de violência, estigmatização e marginalização, é fato e imprescindível ao estudo deste presente projeto. Buscaremos compreender e estabelecer a relação entre o Direito Privado na proteção dos Vulneráveis e os Direitos de Personalidade no que tange ao Direito à Identidade. Fato é que a indústria corrobora para a solidificação de padrões de beleza que desembocam na perpetuação de estígmas que mitigam a integridade psicofísica destas mulheres. Exemplo claro, que será abordado com maior ênfase ao longo do estudo, mescla quanto à solidão da mulher negra. Posto isto, é inegável que a vulnerabilidade patrimonial e a ausência de uma estrutura de fortalecimento à proteção dos vulneráveis, possuem grande alavanca no cerceamento dos Direitos à Personalidade, sendo um problema tangível e de extrema necessidade de diálogo e mitigação. A delimitação do tema será abordar a Vulnerabilidade Patrimonial nas relações de consumo e como estas influem para corroborar a pressão em busca de um ideário estético, que minimiza e exclui mulheres pobres, negras e gordas. O problema presente persiste em como a vulnerabilidade nas relações de consumo está atrelada à imposição de padrões estéticos que promovem a violência delas. Partindo de uma análise mais profunda na ótica de raça, classe e gênero se fortificam e se aliam à gordofobia na perpetuação da violência contra essas mulheres e à sua identidade. Assim, adentramos na pesquisa sobre esse tema, justificando que, uma vez que as relações de consumo, os padrões estéticos e os Direitos à Personalidade das mulheres pobres, gordas e pretas, ainda carecem de estudos, dos seus impactos e de como é reverberado dentro dessa minoria.

BIBLIOGRAFIA: TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. Direitos da Personalidade: capítulo viii. In: TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 31/01/2020. p. 145-172. (19-61892). PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. 240 p. WOLF, Naomi. O Mito da Beleza: 2. ed. Rio de Janeiro: 2018.

A implosão da Guerra Russo-Ucraniana, no final de fevereiro de 2022, acarretou sanções punitivas à Rússia pelas potências ocidentais que modificaram a dinâmica econômica dos negócios no plano internacional. Os entraves logísticos de matéria-prima, principalmente a exportação do gás natural russo e dos grãos ucranianos na Europa e na Ásia, acentuaram o processo inflacionário na economia mundial ao passo que revelaram a fragilidade energética e alimentícia entre as potências regionais. Como efeito, as consequências econômicas e humanitárias do conflito impactam diretamente empresas que tinham negócios em ambas as regiões que agora são desafiadas a implementar novas estratégias de *supply chain* em meio à crescente inflação e evasão de capital humano, além do esvaziamento de firmas multinacionais, como no caso da Rússia, na qual, desde o início do conflito, mais de 300 marcas internacionais encerram operações sem previsão de retorno.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo mapear a literatura a respeito da correlação entre os negócios internacionais e a guerra russo-ucraniana, com intuito de identificar lacunas a serem exploradas por trabalhos futuros.

Para tanto, optou-se pela realização de uma Revisão Sistemática de Literatura, por meio do levantamento de artigos indexados na base de dados SCOPUS, que reúne resumos e citações, agregando, por intermédio de uma análise criteriosa de relevância e confiabilidade, uma grande diversidade de jornais, revistas e livros produzidos. O emprego da ferramenta em questão, utilizada pelas principais instituições acadêmicas, decorre da facilitação e especialização na dinâmica de pesquisa em capturar, manipular e categorizar amostras literárias pertinentes.

De início, foram utilizados os descritores, em inglês, “ukraine war” e “international business” no sistema de busca da base acima citada. O filtro inicial obteve 25 trabalhos, conforme a relevância para temática, dentre os quais, 13 artigos, um deles estava fora do acesso institucional da UFRJ, e 2 livros, que, por não passarem por revisão de pares devido à natureza do material, foram desconsiderados. Os trabalhos remanescentes foram baixados em formato PDF. Na sequência, aplicou-se um filtro temporal, selecionando apenas os artigos publicados após o estopim da guerra em 2022, o que resultou em 16 trabalhos, que prosseguiram para análise quantitativa final.

Como resultado, espera-se que o trabalho possa contribuir para as áreas de negócios internacionais e comércio exterior no que tange a identificação de vícios de pesquisa que tragam caminhos para futuras pesquisas. Para as empresas, o presente artigo contribui para o mapeamento das circunstâncias da guerra, dos empecilhos no comércio regional e internacional, viabilizando uma reflexão acerca das estratégias de mitigação desses riscos.

BIBLIOGRAFIA: NORTH, Douglass. Institutions, institutional change and economic performance. Nova York: Cambridge University Press, 1990. ISBN 0-521-39416-3. SCOTT, W. Richard. Institutions and organizations: ideas and interests. 4. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2014. 266 p. ISBN 9781412950909. DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, v. 48, n. 2, p. 147, abr. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2095101>. Acesso em: 9 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 366****TÍTULO: A EFETIVIDADE DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO (ART. 334 DO CPC)****AUTOR(ES) : JOANA MARIA ACCIOLY BASTOS, FELIPPE BORRING ROCHA, LUÍS OTÁVIO BORGES DA SILVA, ELAINE ALVES SANTOS MELO****ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA****RESUMO:**

Uma das inovações introduzidas pelo atual CPC, dentro da reformulação procedural contida no procedimento comum, foi a introdução da “audiência de conciliação e mediação” (art. 334), também chamada de “audiência preliminar”.

O desenho legal dela, no entanto, foi alvo de críticas doutrinárias, desde a fase final de elaboração do projeto de lei que deu origem ao atual CPC. Isto porque o legislador optou por determinar que tal audiência só não seria realizada “se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual” ou “quando não se admitir a autocomposição”. Além disso, o legislador estabeleceu a “obrigatoriedade” da sua realização nas chamadas “ações de família” (art. 695).

Ocorre que, além das críticas mencionadas, após a entrada em vigor do atual CPC, foi possível observar que parte dos juízes em atuação perante a primeira instância da Justiça Comum deixaram de marcar a audiência preliminar, fora das hipóteses legais, sob a alegação de que a realização deste ato não seria útil para a eficaz prestação da tutela jurisdicional. Da mesma forma, parte da jurisprudência produzida juntos aos tribunais, inclusive, acolheu essa postura, flexibilizando as regras procedimentais citadas.

Assim, o objetivo do presente artigo é avaliar qual a percepção dos magistrados integrantes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre a efetividade audiência preliminar, em cortejo com a visão doutrinária e jurisprudencial sobre o assunto.

Para tanto, a proposta da pesquisa é fazer levantamentos junto às varas cíveis e de família do Foro Regional de Jacarepaguá, integrante da Comarca da Capital do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, para dimensionar a aplicação da audiência preliminar em relação aos processos ajuizados entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

Sendo assim, a pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira, serão feitas entrevistas presenciais conduzidas pelos alunos pesquisadores, com os magistrados, por meio de um formulário padronizado, indagando sobre a realidade observada em seu dia-a-dia forense, sobre a avaliação das regras presentes no CPC e sobre sugestões para aprimorar o tema. Em seguida, as respostas serão compiladas num texto, resumindo a percepção jurídica e normativa dos entrevistados sobre a audiência preliminar.

Na segunda etapa, serão feitas pesquisas junto à doutrina e à jurisprudência nacional sobre a efetividade da audiência preliminar. Na terceira e última fase, os textos produzidos nas fases anteriores serão consolidados para verificar o contraste entre a forma como os tribunais e os doutrinadores tratam o tema e a realidade dos juízes de primeira instância, responsáveis pela condução dos procedimentos.

Com isso, espera-se produzir também uma reflexão sobre a necessidade de se ouvir os diferentes setores da comunidade jurídica – notadamente os juízes de primeira instância – sobre as alterações legislativas que impactem na forma como são conduzidos os procedimentos nesta instância.

BIBLIOGRAFIA: BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia de pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 15^a ed., São Paulo: Saraiva, 2017. CABRAL, Trícia Navarro Xavier. A eficiência da audiência do art. 334 do CPC. In: Revista de Processo, vol. 298, p. 107 – 120, dez. 2019. GRINOVER, Ada Pellegrini. Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016. ZANETI JR., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 380****TÍTULO: AMBIENTES WEB E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO “MEMÓRIA GLOBO”****AUTOR(ES) : FELIPE DA SILVA TORRES****ORIENTADOR(ES): RAIMUNDA FERNANDA SANTOS****RESUMO:**

Discorre aspectos concernentes à memória institucional e a importância da sua preservação em ambientes web, os quais possibilitam salvaguardar o que é produzido em âmbito institucional. Tem como objetivo geral analisar as potencialidades do ambiente web “Memória Globo” para a preservação da memória institucional. Objetiva especificamente apresentar tipologias documentais que compõem a memória institucional através do projeto “Memória Globo”; destacar as principais competências e habilidades do(a) Bibliotecário(a) para o desenvolvimento de atividades para a preservação da memória institucional nesse contexto. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva e documental, com abordagem qualitativa. Constatou que o “Memória Globo” consiste em uma plataforma fruto de um projeto que possui a missão de resgatar e contar a história do Grupo Globo através de informações de materiais textuais, imagéticos e audiovisuais de telejornais, programas, novelas, séries, coberturas e portais de notícias da Globo e Globo News, oferecendo acesso à produção de diversas temáticas de conteúdos exibidos ao longo das décadas da TV brasileira, que ora se relaciona às lembranças individuais, ora se relaciona à memória televisiva do país. O projeto conta com uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, editores de conteúdo e produtores que trabalham na pesquisa e produção de conteúdo em diversos formatos que ajudam a levar informação e entretenimento à casa dos brasileiros. Nesta pesquisa ressalta-se que a prática de preservação da memória institucional deve ser estimulada fortemente, pois ela reflete a maneira de ser que os indivíduos adotam ao longo da história e isso pode resultar em proporções que venham a orientar os que estão por vir, seja televisivamente, processualmente ou humanisticamente. Como principais competências e habilidades do(a) Bibliotecário(a) para a preservação da memória nesse contexto, foi sugerida a aplicação de práticas, ferramentas, instrumentos e metodologias da área de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, sobretudo no que diz respeito à confecção de resumos informativos; práticas de indexação de recursos textuais, imagéticos e audiovisuais;

elaboração de uma taxonomia navegacional; criação de ontologia e ferramentas de busca avançada; desenvolvimento de metodologias e práticas de catalogação e indexação de recursos audiovisuais para novelas, séries, telejornais, realities show, etc; implementação de Arquitetura da Informação Pervasiva; elaboração de metodologias de classificação dos conteúdos existentes na plataforma, dada a quantidade de recursos existentes no ambiente que não recebem um tratamento à altura das suas especificidades e complexidades. Conclui enfatizando a necessidade do (a) Bibliotecário (a) desenvolver maneiras de ocupar esses espaços por meio da promoção mais ampla da área, de suas aplicações, habilidades e competências.

BIBLIOGRAFIA: MEMÓRIA GLOBO. Quem somos. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/quem-somos/>>. Acesso em: 09 nov. 2022. THIESEN, I. Memória institucional. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013. 310 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **382**

TÍTULO: CONFLUÊNCIAS ENTRE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS EM AMBIENTES WEB

AUTOR(ES) : FELIPE DA SILVA TORRES

ORIENTADOR(ES): RAIMUNDA FERNANDA SANTOS

RESUMO:

As operações de Organização e representação da informação exercem influência na forma como os usuários podem ter acesso aos conteúdos dentro de um dado arranjo, impactando positiva ou negativamente nos objetivos atribuídos à disponibilidade das informações, sejam eles para fins de divulgação, vendas, memória, pesquisa ou para o cotidiano dos sujeitos. Diante da compreensão da possibilidade de ambientes web serem utilizados como meios que podem promover um espaço para hospedar informações acerca de recursos e da importância da Organização e Representação da Informação para o cumprimento de suas finalidades, é possível destacar o Memória Globo, ambiente web criado em 1999 com o objetivo de resgatar e contar a história do Grupo Globo, que também funciona como meio de preservação da memória televisiva brasileira produzida pela TV Globo, inaugurada em 1965. Segundo essa linha de raciocínio, esta pesquisa tem como objetivo geral evidenciar as contribuições das operações de organização e representação da informação para as práticas informacionais em ambientes web, em especial no Memória Globo. Para tanto, utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Evidencia o modo como as práticas informacionais podem se fazem presentes no Memória Globo, possibilitando responder às diferentes questões de pesquisa dos usuários no que concerne aos conteúdos disponíveis na plataforma, que ora passam pelo imaginário pessoal e cultural, ora pelos fatos históricos, sociais e culturais de uma nação, fazendo contato direto com os elementos da Organização e Representação da Informação e contribuindo para esses sujeitos se apropriarem das informações no seu cotidiano. Conclui destacando a necessidade do (a) Bibliotecário (a) desenvolver maneiras de ocupar esses espaços por meio da promoção mais ampla da área, de suas aplicações, habilidades e competências, contribuindo para as práticas informacionais em diferentes cenários.

BIBLIOGRAFIA: BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÉNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, Anais [...], São Paulo, 2008. Disponível em: [https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89\(2008\)-1835.pdf](https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89(2008)-1835.pdf). Acesso em: 09 nov. 2022. PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais ?Ciéncia da Informação em Revista, Maceió, v.6, n.3, p. 15-33, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8037> Acesso em: 09 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **389**

TÍTULO: BEM-ESTAR NOS BARRACÕES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO: AS PERSPECTIVAS DOS RESPONSÁVEIS ARTÍSTICOS DA PRODUÇÃO DOS DESFILES DE CARNAVAL

AUTOR(ES) : FELIPE TINOCO

ORIENTADOR(ES): RICARDO HENRY DIAS ROHM

RESUMO:

A pesquisa objetivou principalmente identificar as características do bem-estar no trabalho dentro do ambiente dos barracões das escolas de samba do Rio de Janeiro. As escolas de samba são instituições culturais complexas, com uma forma diferenciada de organização. O bem-estar, por sua vez, vem sendo tema frequentemente estudado pela área de gestão de pessoas, encarado como temática importante para o desenvolvimento das organizações e o atingimento de metas organizacionais (BRAGA et al., 2017). A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito, identificou-se o instrumento desenvolvido por Dessen e Paz (2010), o qual foi adaptado para a realidade qualitativa deste estudo. A principal técnica de coleta de dados, portanto, foi a entrevista com roteiro semiestruturado (CRESWELL, 2007). Ela foi baseada nas dez dimensões do bem-estar no trabalho identificadas pelos autores supracitados: reconhecimento, salário, relação com colegas, relação com chefia, relação com clientes, identificação com a organização, oportunidades de crescimento, condições de trabalho, valorização e realização. Participaram das entrevistas uma amostra total de três carnavalescos dentre as doze lideranças artísticas que estrearam ou estrearão nos desfiles do Grupo Especial do Rio de Janeiro entre os anos de 2018 e 2023. Ao final da pesquisa, pode-se observar características e desafios de bem-estar laboral dentro desse ambiente de trabalho estudado, tais como identificação com as organizações por conta de sua notabilidade social e insatisfação com salário e carga horária excessiva. Dessa forma, o trabalho apresentou contribuição para o campo teórico de estudos de gestão de pessoas, trazendo para um contexto específico um tema comumente abordado na literatura da área de Administração. Os resultados também são de serventia para as escolas de samba do Rio de Janeiro e para demais instituições culturais com similaridades organizacionais, tais quais dificuldade orçamentária e finalidade artística. Estima-se que a análise crítica realizada sobre as dimensões estudadas possa servir como identificação de lacunas a serem desenvolvidas pelas agremiações, tendo em vista a importância do bem-estar no trabalho para a manutenção do sistema de trabalho, para o dia a dia e para a vida dos operários da cultura e para as próprias organizações mediante o atingimento de suas metas e a coletividade e o desempenho organizacionais.

BIBLIOGRAFIA: BRAGA, L. T. et al. Valores organizacionais: preditores do bem-estar no trabalho? Gestão & Regionalidade, v. 33, n. 99, p. 170-187, 2017. CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. DESEN, M. C. T.; PAZ, M. G. T. Validação do instrumento de indicadores de bem-estar pessoal nas organizações. Psicologia em Estudo, v. 15, n. 2, p. 409-418, 2010.

TÍTULO: A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA EM CASOS DE GRANDE REPERCUSSÃO: CASO ISABELLA NARDONI

AUTOR(ES) : FELIPE RABELLO DE LIMA DE ALMEIDA CELESTRE

ORIENTADOR(ES): LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

RESUMO:

As produções jornalísticas e inquéritos judiciais e policiais são modalidades de narrativas, mas que desempenham papéis e finalidades diferentes. Assim, o presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é analisar as construções biográficas derivadas dos discursos narrativos jornalísticos e judiciais em um caso de grande repercussão, o caso Isabela Nardoni, sob uma perspectiva da Antropologia Jurídica.

Para tanto, a metodologia empregada consistiu numa análise etnográfica sobre a construção narrativa das biografias dos atores envolvidos no caso. Dessa forma, recorreu-se ao estudo do caso, com análise de documentos processuais, tais como inquérito policial, denúncia, sentença e afins, para, em seguida, munido de suporte teórico, fosse possível mapear informações, as quais permitiriam compreender a prática social que resulta na construção biográfica dos acusados e vítimas.

Com isso, assevera-se, no entanto, que não se trata de defender alguma tese jurídica como verdadeira, conforme a prática forense. Trata-se, com efeito, não de uma perspectiva normativa, senão que um olhar do Direito enquanto prática social (FIGUEIRA, 2007).

Paralelamente, também se debruçou em diversas reportagens jornalísticas, com ênfase na Revista Veja e no O Globo, entrevistas a alguns atores do caso, para, por meio de uma análise pragmática dos discursos narrativos jornalísticos no referido caso.

Diante disso, possibilitou-se importantes constatações, como o reconhecimento dos atores processuais da impressionante repercussão do caso, isto é, desde a defesa até a promotoria e o juiz presidente, todos reconheciam a dimensão tomada pelo caso e demonstravam ter bastante consciência desse fenômeno. Tanto que tais percepções se materializam em peças oficiais de julgamento, como a denúncia ou a sentença.

Foi assim que o casal Nardoni passou a compor o imaginário da população brasileira. Dificilmente se encontraria algum brasileiro, entre os anos de 2008 e 2010, que não tivesse nenhuma opinião a respeito de quem eram e o que fizeram o casal em relação à menina Isabella. Importa ressaltar, porém, que a imagem que se tem do casal é fruto de diversas reportagens, delineadas pelo enquadramento empregado, que dão conta de apresentar uma narrativa com contornos morais, dramáticos, com desfechos e reviravoltas, produzindo efeitos catárticos, que impactam na subjetividade de quem consome a notícia.

Consequentemente, não há como se dissociar a cobertura da mídia do respectivo julgamento. Isso ocorre em virtude do contrato cognitivo gerado entre audiência e jornalistas, que significa a presunção de que o lugar natural da verdade é o jornalismo (MOTTA, 2018).

Por outro lado, e analogamente, a seara dos inquéritos policial e judicial será palco de uma intensa disputa de narrativas, cujos protagonistas serão tanto acusação como defesa. Ambos disputarão o monopólio da verdade jurídica (FIGUEIRA, 2007), a qual, materializada nos autos, constituir-se-á na biografia jurídica.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEIRA, L. E. V. O Ritual Judiciário no Tribunal do Júri. Tese (Doutorado em Antropologia) - Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. p. 245. 2007. GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. MOTTA, L. G. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. Metodologia de Pesquisa e Jornalismo, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 404****TITULO: DINÂMICA REGIONAL DOS MERCADOS DE TRABALHO NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL, 2000-2022****AUTOR(ES) : RAFAEL MENDONCA DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA****RESUMO:**

Apesar da relativa desconcentração espacial, o padrão de desenvolvimento regional no Brasil ainda apresenta grandes disparidades em diversas escalas (local, estadual e nacional): áreas desenvolvidas são cercadas por bolsões de pobreza e polos econômicos isolados surgem em regiões menos dinâmicas. Em outras palavras, as diferenças de renda e oportunidades existem entre as macroregiões brasileiras e dentro dessas regiões (CALDAS; LIMA, 2008).

A área mais dinâmica continua concentrada na região centro-sul. A provável justificativa para esse padrão está relacionada à desconcentração das atividades produtivas para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente para as cidades médias. Essas cidades obtiveram nos últimos anos taxas de crescimento demográfico e do PIB mais expressivas do que as grandes metrópoles brasileiras. Ressalta-se que também houve avanços nos indicadores de localidades pertencentes às regiões Norte e Nordeste, com maior quantidade de regiões apresentando níveis intermediários de desenvolvimento. Esse resultado está associado ao surgimento de polos locais (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

Contudo, persistem áreas de baixo dinamismo no país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Destaca-se que os principais centros urbanos metropolitanos brasileiros são circundados por grandes bolsões de pobreza, nos quais parcela significativa da população não possui acesso às oportunidades de renda e trabalho e está excluída dos setores formais da economia. Em síntese, a problemática regional brasileira vai além da dicotomia Sudeste-Nordeste. As disparidades de renda e emprego existem em diversas escalas espaciais. Quaisquer mecanismos de desenvolvimento regional que tenham por objetivo reduzir essas disparidades precisam incorporar simultaneamente as escalas local, regional e nacional. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por exemplo, possui eixos de intervenção setorial em diversas escalas.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende realizar uma análise exploratória e descritiva sobre a dinâmica regional dos mercados de trabalho na região Sudeste do Brasil, entre 2000 e 2022, ressaltando as repercussões da crise econômica deflagrada em 2014 e da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 em 2020 sobre seus mercados de trabalho.

Para a consecução do objetivo proposto serão analisados os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2000 a 2022, fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência, e calculadas medidas de localização e especialização regional. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas que visem minimizar as disparidades regionais que tendem a perpetuar a estagnação econômica de certas localidades em um processo de causação circular cumulativa.

BIBLIOGRAFIA: CALDAS, R. M.; LIMA, J. P. R. Análise das Microrregiões nordestinas com sinais potenciais de aglomerações produtivas. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 02, p. 130-154, 2008. LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A; M. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. EURE (Santiago. Impresa), v.42, pp. 29-54, 2016. MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 432****TITULO: INOVAÇÃO SOCIAL E ECONOMIA CRIATIVA NO VIDIGAL****AUTOR(ES) : MIRIAM MAIA CAVALCANTE,KLEITON MOURA SILVA,JULIA CHAVES GIGLIO,MILLA CRISTINE ALMEIDA DA SILVA****ORIENTADOR(ES): DALIA MAIMON SCHIRAY,PIERRE OHAYON,CRISTINE CLEMENTE DE CARVALHO****RESUMO:**

A inovação social propicia o desenvolvimento de soluções sustentáveis que provocam a ruptura dos padrões da sociedade. Fomenta de forma crítica e construtiva, o contexto social onde está inserida, culminando em modelo de negócios capazes de gerar não só renda aos participantes, mas também visibilidade da cultura local e do território. A definição dos valores atrelados aos produtos e serviços, se utiliza da criatividade como fator central. Economia criativa é uma forma de organização da atividade econômica que tem como objetivo aliar o conhecimento humano, a diversidade cultural e as tecnologias de informação e comunicação para criar bens e serviços comercializáveis de conteúdo intangível, os quais deverão ser protegidos pelas leis de propriedade intelectual e autoral.

O Projeto inovação social e economia criativa no Vidigal, concluído a partir do edital interunidades do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, visa compreender a dinâmica econômica e social, relativa à cultura local, em um território periférico. O estudo teve como objetivo colaborar para a expansão do conhecimento sobre a economia criativa no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, através de uma análise multicase de empreendimentos criativos na favela do Vidigal. A etapa da pesquisa em campo, possibilitou ampliar o contato com as lideranças sociais dos projetos.

Os dados coletados foram processados e analisados, possibilitando como resultados um mapeamento macro dos empreendimentos criativos em funcionamento no Vidigal e a compreensão, sob a ótica da gentrificação, dos impactos desse fenômeno *in loco*, além de proporcionar análises sobre os desdobramentos históricos do fenômeno da gentrificação, que consiste em "um movimento de colonização urbana levado a cabo por segmentos de classe média alta que produzem impactos em áreas populares a partir da compra ou do aluguel de imóveis locais para fins residenciais" (BONAMICHI, 2021).

BIBLIOGRAFIA: BONAMICHI, N. C. Favela olímpica e pós-olímpica - um olhar atualizado sobre as dinâmicas comerciais e turísticas no Vidigal no período 2012-2018. E-metropolis, n. 40, ano 11, 2020. CUNNINGHAM, S. D. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. *Media international Australia incorporating culture and policy. Quarterly Journal of Media Research and Resources*, n. 102, 2002. MIRANDA, I.; FORTUNATO, A. O turismo sobe o morro do Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil): uma análise exploratória. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio-agosto de 2016.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **471**

TÍTULO: **REVISTA VERSUS - PROCESSO DE PRODUÇÃO E DESIGN**

AUTOR(ES) : **JULIA BARRETO DE OLIVEIRA MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO LICHA**

RESUMO:

Trabalho semestral realizado para a Revista Versus do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) direcionado para a elaboração, produção acadêmica e design do periódico. Além de agregar a equipe do Conselho, produzir artigos e diagramar os textos obtidos através da pesquisa, há também todo um trabalho em volta da captação de imagens, direcionamento de ilustrações e de temas para a realização de cada edição, formando, dessa forma, um número único com informações extremamente importantes para a comunidade acadêmica.

Nessa edição, iremos apresentar o tema "Bicentenário da Independência", com lançamento previsto para o início de dezembro. Foram necessárias horas de pesquisas, entrevistas e coleta de dados para compôr os artigos que estarão presentes nessa edição. Ademais, foi necessário um cuidado minucioso com as temáticas abordadas, as imagens a serem apresentadas e as ilustrações criadas, tudo isso ficando sob responsabilidade da bolsista. A revista prioriza a participação dos alunos sob avaliação e orientação da professora Renata Bastos, que guiou nas decisões e nas escolhas tomadas.

BIBLIOGRAFIA: <https://versus.ccje.ufrj.br/versus-hoje/>

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **486**

TÍTULO: **ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA GLOBAL EM CHIKUNGUNYA**

AUTOR(ES) : **LAURA DE AZEREDO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARCIO SACRAMENTO DE OLIVEIRA**

RESUMO:

A Chikungunya é uma doença viral, tendo o primeiro caso conhecido em 1952, na Tanzânia. Diante do cenário de possibilidade do surgimento de novas epidemias por Chikungunya (CHIKV), sobretudo no Brasil, o presente projeto tem por objetivo realizar uma análise bibliométrica para observar as tendências científicas sobre a Chikungunya. Considerou-se uma pesquisa aplicada, em relação a sua natureza, de abordagem quantitativa e de caráter exploratório. A recuperação de documentos foi realizada na base de dados Web of Science, limitando-se a artigos científicos, sob o recorte temporal de 2010 a 2021. Através das técnicas de text e *data mining* realizadas a partir do software VOSviewer® 1.6.18, foram constituídos mapas de rede de relacionamento, assim como o tratamento e análise do conjunto de dados. Foi recuperado um total de 3.627 artigos científicos, os quais foram analisados a partir de seis indicadores: anos de publicação, países, instituições de pesquisa, agências financeiras, autores e áreas de pesquisa. A seleção dos indicadores teve o objetivo de mapear o conjunto de dados baseando-se em diferentes categorias de modo a obter uma análise diversa dos dados. Desse modo, observou-se a produtividade de três principais países: Estados Unidos, Brasil e França. Na 1ª posição de países produtivos a nível global encontra-se os Estados Unidos, o qual obteve a ênfase nos indicadores de autor e agências financeiras para pesquisas científicas com o intuito de consolidar a Vigilância em Saúde do país a fim de prevenir possíveis epidemias internas. Na 2ª posição, encontra-se o Brasil, com destaque nos indicadores de instituição de pesquisa e agências financeiras, tendo em vista que o país sofre um impacto maior do vírus CHIKV devido ao seu cenário tropical, além de ser o país da América Latina com maior orçamento para a ciência a partir de dados de 2017. Na 3ª posição, encontra-se a França com ênfase nos indicadores de instituição de pesquisa, agências financeiras e autores, por seu histórico de país mais afetado pelo CHIKV na Europa no período de 2013-2014 derivados de incidentes externos, possuindo então um considerável crescimento de produção científica em resposta à propagação do vírus no país.

BIBLIOGRAFIA: CONTARET, C.; CÉSAIRE, R.; DELOUMEAUX, J. Visualization of scientific collaboration and themes for arbovirus disease in the caribbean: A forty-year trend analysis with focus on dengue, Zika and Chikungunya. *Travel Medicine and Infectious Disease*, v. 49, p. 102396, 1 set. 2022. CULQUICHICÓN C., et al. Bibliometric analysis of Oropouche research: impact on the surveillance of emerging arboviruses in Latin America [version 2; peer review: 3 approved]. F1000Research 2017, 6:194. MASCARENHAS, M. et al. A scoping review of published literature on chikungunya virus. *PLOS ONE*, v. 13, n. 11, p. e0207554, 29 nov. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 508****TÍTULO: A LEI 14.443 DE 2022 E O PLANEJAMENTO REPRODUTIVO FEMININO: O COMEÇO DO FIM DA MATERNIDADE COMPULSÓRIA OU A MANUTENÇÃO DO STATUS QUO?****AUTOR(ES) : CAROLINA SILVINO DE SÁ PALMEIRA****ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA****RESUMO:**

A Declaração de Direitos Humanos de 1948 promoveu uma perspectiva universalista de direitos humanos, ocasião em que a tutela de direitos é reconhecida frente às arbitrariedades do Estado. Os direitos reprodutivos e sexuais ocupam o lugar de "filho caçula" dos direitos humanos nas palavras de José Eustáquio Diniz, dada a sua posição de evidência na década de 90 com as Conferências do Cairo e de Beijing. No Brasil, o tema fora trazido pela lei 9.263 de 1996, que regulamenta o artigo 226, §7º da Constituição da República de 1988 e estabelece o planejamento familiar como direito de livre decisão do casal, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e na paternidade responsável, motivada em grande parte pelo recente histórico brasileiro da realização de cirurgias de esterilização compulsória em mulheres vulneráveis. Por sua vez, o Código Civil de 2002 trata do corpo sob a dimensão psicofísica, no capítulo de direitos da personalidade, e estabelece, nos artigos 13 a 15, as hipóteses em que é livre o ato de disposição sobre o próprio corpo e as vedações referentes tratamentos médicos e intervenção cirúrgica. Percebe-se que a disposição sobre o corpo permanece sob a ingerência de terceiros, circunstância que atinge as situações jurídicas existenciais, que envolvem o livre exercício da identidade da pessoa humana. Nesse sentido, a legislação restringe o livre exercício de direitos reprodutivos e sexuais, ao estabelecer limites à realização de cirurgia de esterilização feminina de mulheres capazes, que revelam um forte paternalismo sobre a autonomia reprodutiva e sexual feminina e promovem a maternidade compulsória. A maternidade compulsória é fenômeno que entende a maternidade como projeto de vida, embasada no instinto maternal e no amor incondicional, sob uma lógica biologizante, construída pelo pensamento médico no século XIX. As referidas circunstâncias inspiraram a promulgação da lei 14.443 de 2022, que modifica a lei 9.263 de 1996 e pretende, dentre outras disposições, eliminar a autorização do cônjuge para a realização da cirurgia de laqueadura e reduzir a idade mínima para consentimento de homens e mulheres. O presente trabalho pretende avaliar se a lei 14.443 de 2022 contribui para a ruptura do estigma da maternidade compulsória ou para a manutenção do *status quo*. Para tanto, o método aplicado é a pesquisa bibliográfica, sob a perspectiva decolonial, com enfoque em uma vertente jurídico-sociológica. Pode-se concluir que a lei 14.443/22 pode promover a manutenção do *status quo*, a depender do grau de autonomia privada conferido à mulher no meio social em que vive e que o exercício de direitos reprodutivos e sexuais depende de políticas de saúde e de assistência social, que promovam a construção de uma sociedade mais solidária e justa, sem discriminação de raça, sexo e cor.

BIBLIOGRAFIA: BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. *Cadernos de Saúde Pública* [online], v. 19, suppl 2, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800025>. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexism e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. TEPEPINO, Gustavo José Mendes. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional. In: TEPEPINO, Gustavo (org). *Temas de Direito Civil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 511****TÍTULO: CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ÁREA DA SEGURIDADE SOCIAL****AUTOR(ES) : SOFIA PISCITELLI TRINDADE****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

O artigo 194 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) apresenta a seguridade social como um conjunto integrado de ações de proteção social: à saúde, à previdência e à assistência social. Define o acesso e sua universalização e também delimita as questões sobre seu financiamento e sua provisão para todos os cidadãos brasileiros. Dessa forma, a atualização dos profissionais da área é indicada através do SUS sistema único de saúde e do SUAS sistema único da assistência social. Assim, numa conjuntura adversa à nossa República Democrática, a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP) da Secretaria Municipal de Assistência Social demandou, ao final do ano de 2018, o Curso de Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área de Assistência Social, com o objetivo de atualizar o conhecimento desses profissionais sobre novas possíveis práticas e chamar a atenção para a importância que a atuação dos dispositivos municipais de assistência social possuem na luta contra a desigualdade econômica e social, de forma a fortalecer a prática da gestão pública e da seguridade em nosso país. A metodologia utilizada, conforme estudado no artigo Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária (Evandro Coggi Cristofoletti e Milena Pavan Serafim, 2020) é baseada na diretriz da Interação Dialógica, que fundamenta o diálogo e a troca de saberes entre todos os envolvidos e buscando a aproximação entre eles, especialmente entre os estudantes e os agentes envolvidos na prática com o tema estudado. Assim, o curso se estabelece em duas aulas presenciais por mês onde, em cada uma delas, são estudados e trabalhados de forma conjunta e construtiva os tópicos do tema escolhido em cada edição. Dessa forma, a atuação principal do estudante extensionista é fazer o registro detalhado desses encontros e produzir relatos de experiência sobre o curso, além de levar esses registros para eventos acadêmicos dentro e fora da UFRJ, de forma a publicizar e promover o trabalho feito dentro do curso. Em 2019, estudamos no curso os princípios da gestão pública e sua aplicação prática no cotidiano desses profissionais. Já nas edições de 2020 e 2021, que foram realizadas online, estudamos sobre o marco regulatório das organizações da sociedade civil e sobre suas parcerias com a administração pública, desde 1988 até os dias atuais, focando em sua importância e seu impacto na assistência social e também na gestão pública como um todo. A edição atual do curso trata do planejamento estratégico municipal da assistência social, usando como referência o Plano Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, em um contexto de luta contra as sequelas sociais e econômicas deixadas pela pandemia. Assim, espera-se contribuir com a atuação dos profissionais da área da assistência através do ensino atualizado desses temas e, assim, promover uma seguridade social mais fortalecida e atualizada de acordo com as novas necessidades do serviço público no contexto atual.

BIBLIOGRAFIA: Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. (2014). Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm Rio de Janeiro. Conselho Municipal de Assistência Social. (2022). Resolução nº 14 - Aprova o Plano Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, de 22 de fevereiro de 2022, ano XXXV, nº 238, pp 34 - 45.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 532****TÍTULO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA REDEBAMBU/BR NO BRASIL****AUTOR(ES) : PABLO MESSIAS FERREIRA LEITÃO****ORIENTADOR(ES): PIERRE OHAYON****RESUMO:**

Desde a década de 1970, cientistas, estudiosos e pesquisadores começaram a buscar por matérias primas de baixo custo energético. O objetivo dessa iniciativa era substituir materiais industrializados convencionais, frequentemente utilizados nas construções, que possuem como características uma forte consumo de energia e geração de carbono que acabam contribuindo para a degradação do meio ambiente. Com o avanço da globalização e produções científicas no campo, ficou evidente que os materiais não-convencionais, ecológicos e sustentáveis, possuem vantagens expressivas em relação àqueles convencionais tais como concreto e aço, porém, não são utilizados em quantidades significativas. Em decorrência, através da Chamada

MCTIC/AÇÃO TRANSVERSAL/CNPq nº 66/2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou a Redebambu/BR no âmbito da PNMCB – Política Nacional de Incentivo ao Manejo e Plantio do Bambu, com objetivo claro e traçado no financiamento governamental das pesquisas da área em questão (BRASIL, 2013). O presente estudo possui como objetivo destacar a produção científica desenvolvida pelos proponentes indicados no resultado da Chamada 66/2013, sobre a temática bambu, indicando as contribuições da biblioteconomia, através da metodologia de pesquisa documental utilizando o Software Gephi que possibilita fazer análises bibliométricas e também das redes sociais (MARTELETO, 2007). Para tanto, é efetuada uma análise e comparação de autores e instituições das cinco regiões do país: norte, nordeste, sul, nordeste e sudeste. A natureza desta pesquisa é bibliográfica fundamentada em uma literatura especializada e diversos documentos ligados à Redebambu/BR e (GIL, 2008). Os dados analisados são extraídos do Lattes e CNPq e permitem constatar variações de dados de publicações científicas entre os anos de 2014 e 2022. As pesquisas, mesmo com a Pandemia, continuaram. Contudo, foi perceptível analisar que por falta de acesso às submissões em congressos e revistas, o número de informações publicadas encontra-se iniciando. Dentre as recomendações apontadas neste estudo, destacam-se: o bom uso da bibliometria; uma maior consideração das necessidades de informações dos usuários dos projetos e programas; a criação e a manutenção de uma base de dados de natureza pública verificáveis, controláveis e pertinentes e; uma maior aproximação das células de planejamento e avaliação aos centros de decisão.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei n. 12.484, de 8 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 set. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12484-8-setembro-2011-611401-norma-pl.html>. Acesso em: 04 nov. 2022. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. Informação e Informação, v. 12, 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 573****TÍTULO: O PROTAGONISMO SOCIAL DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO REALIZADA PELO COLETIVO AUTISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO****AUTOR(ES) : ADRIANA TEIXEIRA FERREIRA****ORIENTADOR(ES): PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA****RESUMO:**

A pesquisa tem como tema o protagonismo social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior, como resultado da mediação da informação realizada pelo Coletivo Autista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAUFRJ) e objetivou compreender como a mediação da informação realizada pelo CAUFRJ contribui para o protagonismo social das pessoas com TEA no Ensino Superior e para a conscientização da comunidade acadêmica no combate ao capacitismo. Discorre sobre o acesso dessas pessoas ao Ensino Superior, os desafios que encontram nesse ambiente e a importância da informação para a conscientização da comunidade acadêmica sobre as demandas das pessoas com TEA que ali se encontram. Esta pesquisa se caracterizou como descritiva, documental, empírica e de abordagem mista. O questionário foi adotado como técnica de coleta de dados primários. Para esta pesquisa, três questionários foram elaborados, compostos com perguntas abertas e fechadas, que tiveram como públicos-alvo a diretoria do CAUFRJ, representada pela sua atual presidente, as pessoas com TEA ou em processo diagnóstico do CAUFRJ e a comunidade acadêmica da UFRJ. Os dados foram coletados de maio a julho de 2022. Dentre os principais resultados encontrados, ressaltamos as dificuldades que existem no ambiente acadêmico, apontadas pelos participantes do CAUFRJ que responderam o questionário, como sobrecarga, carga horária puxada, comunicação com os professores, trabalhos em grupo, interação, mudanças repentinas, questões sensoriais e pressão. Segundo os resultados, esses estudantes também são impactados na comunidade acadêmica pelo capacitismo, pela falta de informação da universidade sobre a comunidade autista e pela necessidade de melhorar o diálogo com a universidade. Ainda de acordo com os resultados obtidos, a comunidade acadêmica da UFRJ que participou da pesquisa, reconhece o protagonismo social do Coletivo. Esta pesquisa tem como conclusão que as ações de mediação da informação realizadas pelo CAUFRJ podem contribuir para o protagonismo social das pessoas com TEA no Ensino Superior, bem como para a apropriação da informação que é capaz de promover a conscientização nos indivíduos. No entanto, para que o CAUFRJ alcance todo seu potencial, ainda precisa melhorar a representação das pessoas com TEA na UFRJ, o que pode ser dificultado pelo fato de suas demandas serem pouco ouvidas pela universidade.

BIBLIOGRAFIA: COLETIVO AUTISTA DA UFRJ. Instagram: @coletivoautistaufpj, Rio de Janeiro, 2021-. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoautistaufpj/>. VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **614**

TÍTULO: **MERCADO DE TRABALHO E PRODUTIVIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA - 2020/2021**

AUTOR(ES) : **VICTOR NOBRE,LEDSON LUIZ GOMES DA ROSA**

ORIENTADOR(ES): **SABOIA**

RESUMO:

A produtividade é uma das variáveis mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país. Quanto maior seu valor, maior é o potencial produtivo da economia e maiores são as possibilidades de aumento do bem estar da população. Há cerca de uma década a produtividade está estagnada no Brasil. Com a crise da Covid 19 iniciada em 2020, a queda simultânea do produto e do emprego produziu um resultado até certo ponto inesperado que foi o forte aumento da produtividade em 2020. Tal resultado foi a combinação de queda simultânea do produto e do emprego, sendo a segunda mais intensa que a primeira. Esse movimento, entretanto, foi rapidamente superado, fazendo com que antes do final de 2021 a produtividade voltasse aos níveis pré- pandêmicos e assim permanecesse desde então. O artigo explora o comportamento da economia e do mercado de trabalho em 2020/2021 e o consequente movimento da produtividade neste período. São utilizados dados trimestrais de produtividade do Observatório da Produtividade da FGV. Entre as várias alternativas possíveis para a mensuração foi utilizada a produtividade por horas trabalhadas, que reflete melhor seu movimento num período de crise sanitária do que, por exemplo, a produtividade por pessoal ocupado e a produtividade total dos fatores. Além de explorar a série de dados da produtividade, procura-se também verificar como os movimentos do emprego e do valor adicionado no período impactaram sua evolução. Se por um lado, encontramos uma correlação negativa entre emprego e produtividade no período, não representando grandes surpresas, por outro lado a correlação negativa entre o valor adicionado e a produtividade parece ser uma novidade. Outra novidade encontrada no cenário da pandemia do país, foi o não funcionamento da tese dualista proposta por Lewis, não havendo saída dos trabalhadores do setor formal para o informal, diferentemente do ocorrido, por exemplo, na crise de 2015/2016.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, J. E. D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 37, p. 1-18, ago. 2020. BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 69, p. 55-63, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36187&Itemid=9. Acesso em: 31 nov. 2020. BRIDI, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 141-165, nov. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **626**

TÍTULO: **OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA: UM ESTUDO COMPARATIVO COM AS ANÁLISES DAS AGÊNCIAS DE CHECAGEM DE FATOS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **JULLY COSTA DA SILVA MENDES**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE SÁ**

RESUMO:

O presente estudo investiga a informação noticiosa, verificada pelas agências de checagem, comparando a metodologia utilizada por essas iniciativas com os critérios adotados pela Biblioteconomia. Para tanto, estabelece-se como objetivo geral desta pesquisa analisar os critérios utilizados pelas agências de checagem para verificação de fatos. No que se refere aos objetivos específicos, procura-se identificar os critérios empregados por essas agências, estabelecer uma comparação entre esses critérios com os utilizados pela Biblioteconomia e, por fim, cotejar ambos. O referencial teórico foi estruturado com fundamento nas categorias de infodemia, desinformação e desinfodemia, *fake news* e pós-verdade, as fontes de informação na Biblioteconomia, abordando em seguida as mídias e redes sociais tendo como base essas categorias analisadas e, posteriormente, procedeu-se a avaliação das fontes de informação. Discorre-se, também, sobre a questão da competência em informação, com ênfase no papel do bibliotecário para o desenvolvimento desta nos indivíduos, finalizando com a apresentação acerca da estrutura e das ações das agências de checagem. Em se tratando dos procedimentos metodológicos, o estudo possui o caráter de uma pesquisa aplicada, com nível exploratório, apresentando uma abordagem qualitativa, com método indutivo e, por fim, bibliográfica e documental. O universo da pesquisa compreende quatro agências de checagem brasileiras, signatárias do *International Fact-Checking Network* (IFCN), que se encontravam em situação “ativa” e “sob renovação” no período utilizado para a coleta de dados. Através de análise qualitativa, foram identificados os critérios utilizados pelas agências de checagem para a verificação dos fatos. Posteriormente, foram selecionados 10 critérios e seus respectivos parâmetros de avaliação para fontes de informação apresentados por Tomaél, Alcará e Silva (2016). Para o estabelecimento da efetiva comparação, a amostra reúne quatro informações verificadas, sendo uma de cada agência de checagem brasileira, cujas temáticas estão associadas à Covid-19, tenham sido checadas no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2021 e que viralizaram nas redes sociais. Através dos resultados obtidos, conclui-se que a metodologia utilizada pelas quatro agências de checagem é semelhante aos critérios aplicados na área da Biblioteconomia. Por fim, entende-se que esta pesquisa, além de contribuir para estudos futuros nesta área que ainda carece de literatura científica aprofundada, também permite ampliar a perspectiva do profissional bibliotecário acerca dos ambientes nos quais pode atuar. Este trabalho apresenta resultado parcial do meu trabalho de conclusão de curso. A elaboração desta presente investigação propiciou um aprendizado em relação às etapas que compreendem o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter científico.

BIBLIOGRAFIA: IFCN. Verified signatories of the IFCN code of principles, 2022. Disponível em: <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/signatories>. Acesso em: 06 nov. 2022. TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (Org.) Fontes de informação digital. Londrina: EDUEL, 2016. p. 13-44.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **654**

TITULO: **DESINFORMAÇÃO: COMO A INFORMAÇÃO NOS TIRA DE FORMA**

AUTOR(ES) : **JULIA BRITO, INGRID QUEIROZ DE MOURA, RAPHAELLA TEODORO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE Sá, MARIANNA ZATTAR**

RESUMO:

Este resumo visa trazer considerações sobre o projeto “Desinformação: Como a informação nos tira de forma” que ainda está em curso e faz parte do Programa Institucional de bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) durante o período de 2022 a 2023. O projeto tem como objetivo proporcionar o conhecimento e debate no que diz respeito à competência em informação, à desinformação e às fontes de informação para docentes da rede pública municipal de educação do Rio de Janeiro.

A metodologia que permeia a execução desse projeto é a de construção colaborativa, debate, reflexão e trocas de experiências. Foram realizados quatro encontros temáticos, remotos, via meet. Em cada dia dois professores/pesquisadores universitários pertencentes à equipe de execução do projeto e uma discente extensionista apresentaram a palestra e mediaram o debate. Em cada dia de encontro foi abordado um assunto diferente que contemplava o projeto de competência em informação, como: educação, informação e sociedade, competência em informação e seus aspectos teóricos e práticos, práticas informacionais críticas e éticas - algoritmos e big data, práticas informacionais críticas e éticas - desinformação e fontes de informação.

No que se diz à atuação das discentes extensionistas com o projeto, as mesmas além de trabalhar em conjunto com os professores da equipe para apresentar e elaborar os encontros, foram responsáveis por atividades adjacentes a isso, como: mapeamento das escolas; Traçar o perfil da comunidade; elaboração de questionários; elaboração de relatórios; Participar dos encontros; pesquisas temáticas.

Em relação aos resultados alcançados pelo projeto, ainda não é possível mensurar visto que está em andamento. Podemos, assim, falar sobre os resultados que esperamos alcançar. Ao final dos encontros espera-se que os docentes da rede pública municipal de educação desenvolvam um olhar crítico nas diferentes ações informacionais e desenvolvam um projeto de competência em informação com foco em desinformação.

BIBLIOGRAFIA: AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Framework for information literacy for higher education. Chicago: The Association of College and Research Libraries, 2016. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R.; TALJA, S. Information literacy as a sociotechnical practice. *The Library Quarterly*, Chicago, v. 75, n. 3, p. 329-345, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **661**

TITULO: **SANEAMENTO E ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA IMPRENSA.**

AUTOR(ES) : **GABRIELA HAFNER SOARES**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa propõe analisar e revelar os olhares da imprensa sobre os fenômenos ligados aos processos de favelização que ocorreram nos últimos sessenta anos no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco principal as questões da água e esgoto, para que a partir disto e com um olhar antropossociológico identifiquemos quais os tipos de categorias e subjetividades são atribuídas pela mídia a essa população e suas condições. Este tipo de análise tem como estrutura uma abordagem documental, proveniente da coleta de dados primários identificados no Jornal O Globo; qualitativa, atrelada a identificação de seu modus operandi; e bibliográfica, utilizando como base analítica alguns estudos já feitos sobre o tema. Nos propomos inicialmente a analisar os últimos trinta anos (1990 a 2020) e concluímos que de forma substancial as notícias que traziam o tema habitação e saneamento nas comunidades fluminenses eram de caráter problemático e catastrófico, como por exemplo, em um trecho publicado em 15 de janeiro de 1992, onde o editorial chega, em tom pejorativo, a afirmar que, “indiferentes ao risco de contrair doenças, como a hepatite e a cólera crianças brincam nas águas sujas do rio, enquanto mulheres aproveitam para lavar algumas peças de roupa [...]”

Igualmente negativa foram as referências que durante alguns anos foram feitas pela imprensa em relação aos moradores dessas comunidades, sendo muitas vezes descritos como “favelados”.

Entendendo muito da afirmativa de Zaluar e Alvito quando dizem que o tal favelado foi feito como bode expiatório dos problemas da cidade, “o outro, distinto do morador civilizado” [...] (ZALUAR & ALVITO, 2006:8)

Dessa maneira e através dos resultados obtidos foi possível verificar que assim como afirma Valladares em seus estudos, parece “natural a representação da favela retomar a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida”. (Valladares, 2005)

“Retomar”, pois, antes mesmo da favela existir os corticos que as antecederam eram vistos dessa forma.

Dada essas conclusões primárias seguimos a pesquisa analisando agora os períodos de 1960 a 1989 com o objetivo último, de identificar possíveis padrões de abordagem além é claro de trazer para a discussão o fato dos contextos históricos servirem como métrica para o que vem a ser chamado de “problema favela”.

BIBLIOGRAFIA: ZALUAR, ALBA E ALVITO, MARCOS, 2006 - Um Século de Favela. VALLADARES, LÍCIA DO PRADO, 2005 - A Invenção da Favela. LEEDS, ANTHONY E LEEDS, ELIZABETH, 2015 - A Sociologia do Brasil Urbano.

TITULO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: AÇÕES PARA O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

AUTOR(ES) : AMANDA WILL MARQUES DA COSTA, LUISA NUNES

ORIENTADOR(ES): PIERRE OHAYON

RESUMO:

Contexto

O "Programa Fome Zero", foi uma proposta de governo e política de estado tomada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de ir à linha de frente com o combate à fome em suas raízes. Assim, foram tomadas diversas iniciativas pensando em políticas locais (ex. apoio à Agricultura Familiar), estruturais gerais (ex. Bolsa Família) e específicas (ex. Merenda Escolar) para cada região. O programa é chamado de "Plano Brasil sem Miséria" (PBSM) no Governo da presidente Dilma Rousseff.

Objetivo

O estudo é desenvolvido por duas Bolsistas Júnior (PIBIC-EM/CNPq-UFRJ). Procura-se entender os impactos e níveis de conhecimento sobre o Plano em questão, através de um questionário aplicado a docentes e discentes do CAp/UFRJ - Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desse modo, entendendo os impactos do atual Plano Brasil sem Miséria na educação. Bem como levantar as reais opiniões dos respondentes sobre a tribulação da fome e o real conhecimento destes sobre um assunto de sua relevância. Assim, a partir das informações coletadas, poder-se-á apresentar sugestões no âmbito do CAp/UFRJ de ações e políticas educacionais para o combate à fome.

Métodos

O estudo está ainda em fase de desenvolvimento, construindo-se dois questionários a serem respondidos respectivamente por professores e alunos do CAp/UFRJ, abrangendo quatro turmas do segundo ano totalizando 90 alunos e dez professores. Cada respectivo questionário abrangerá perguntas notavelmente referentes a: (1) nível de conhecimento sobre a Fome e o Plano de Governo em questão; (2) opiniões e observações sobre a problemática da Fome e seu combate; (3) disciplinas do Colégio e formas de expressão que tratam da Fome; (4) aplicações e aprimoramentos em disciplinas do CAp/UFRJ sobre o tema.

Resultados e Conclusões

Os dados quantitativos e qualitativos, assim como as análises dos resultados estarão disponível em fevereiro de 2023, bem antes da realização da SIAC 2023.

BIBLIOGRAFIA: BETTO, Frei. Por uma educação crítica e participativa. Rio de Janeiro: Rocco, 2018. BETTO, Frei (Org.). Fome Zero – Textos Fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. CASTRO, Josué. Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CASTRO, Josué. Fome - um tema proibido. 1^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TÍTULO: DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO PARA O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA DOS IDOSOS EM CUIDADOS PALIATIVOS

AUTOR(ES) : RAFAEL BARROSO GASPAR

ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA

RESUMO:

O desenvolvimento social e econômico contribuíram para modificação estrutural da população brasileira, incluindo o processo de envelhecimento da população. Para ONU (2019) haviam 703 milhões de pessoas com mais de 65 anos no mundo, cerca de 9% da população mundial. No Brasil, o estudo apontou que a população idosa corresponde a 10,8%. Segundo Belasco e Okuno (2019) o Brasil, em 2025, ocupará a 6 a colocação no número de idosos. Sobre a autonomia dos idosos e a tomada de decisões sobre o tratamento da saúde, o Estatuto do Idoso, no art. 17, diz que se o idoso estiver no domínio de suas faculdades mentais, terá assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for mais favorável. Em 2012, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução nº 1995, que dispõe sobre Diretivas Antecipadas de Vontade (DAVS), ou seja, um documento em que os pacientes podem exercer seus direitos e decidir quais tratamentos desejam receber quando não puderem opinar. Cabe salientar que as determinações expressas na DAV prevalecerá sobre desejos de familiares e será levada em consideração pela equipe médica. Compreende-se que os direitos dos paciente são aqueles inerentes ao indivíduo que se encontra em tratamento de saúde, incluindo o direito à vida, à informação e à liberdade. Logicamente, que não se trata de um rol taxativo, uma vez que, a singularidade e a necessidade de cada paciente pode fazer ensejar um novo direito. ALBUQUERQUE (2019). Quanto aos aspectos normativos, a declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) destaca os direitos e liberdades fundamentais aos seres humanos, onde todos têm capacidade para usufruir sem quaisquer distinção, incluindo o fator idade. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005) protege os direitos humanos e contribuição para o respeito dignidade do cidadão. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005), no art. 18, diz que a tomada de decisões e tratamento das questões de bioética deve estar pautada no profissionalismo, na honestidade e na transparência frente às tomada de decisões. A Constituição Federal (CF/88) pautam princípios como a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem a qualquer forma de discriminação, incluindo as decorrentes da idade. É um estudo que visa explorar preliminarmente a literatura sobre o tema. O objetivo é estudar da autonomia do idoso, tendo as diretivas antecipadas de vontade como mecanismo para tomadar decisões sobre seu tratamento de saúde. O presente estudo se encontra na fase de leitura de novas doutrinas sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: ALBUQUERQUE, A. Os Direitos dos Pacientes no Brasil: análise das propostas legislativas e o papel do Sistema Único de Saúde. Revista Brasileira de Bioética, [S. l.], v. 15, p. 1-24, 2020. DOI: 10.26512/rbb.v15.2019.27130. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.995, de 9 de agosto de 2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Diário Oficial da União [Internet]. Brasília, p. 269-70, 31 ago 2012. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Paris: 1948. NAÇÕES UNIDAS, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População . Perspectivas da População Mundial, 20

TÍTULO: ARTICULAÇÕES ENTRE COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS DO CONSUMO NA FEIRA DE ITAIPU

AUTOR(ES) : CLARA DONNOLA VASCONCELLOS

ORIENTADOR(ES): FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO

RESUMO:

A economia solidária vem crescendo intensamente no Brasil desde que passou a ter uma secretaria dedicada a ela no Ministério do Trabalho e do Emprego, em 2003, por meio de parcerias entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e outras organizações governamentais e não governamentais (NAGEM; SILVA, 2013). Paralelamente, o estudo do consumo e do comportamento do consumidor vem se disseminando em diversas áreas científicas (ARAUJO; ROCHA, 2019), representando um importante suporte para análise do fenômeno investigado. A interseção entre eles é ainda um tema pouco explorado e revela um potencial científico por estabelecer articulação com aspectos sociais, culturais e econômicos (ARNOULD; THOMPSON, 2005). Diante disso, este trabalho tem como objetivo investigar como os consumidores constroem significados no contexto das práticas de consumo em um espaço de comercialização de economia solidária. Esse modelo econômico-produtivo emerge como uma forma alternativa de produção e vendas que possibilita a inserção econômica de trabalhadores que não estavam satisfeitos com o modelo vigente (NAGEM; SILVA, 2013). Partindo de uma perspectiva alinhada a Consumer Culture Theory (CCT), este estudo busca entender quais os significados das práticas de consumo na Feira Ecosol Itaipu, e como estes significados influenciam as decisões do consumidor na Feira. Para alcançar esses objetivos, realizou-se uma etnografia, com a observação participante. O campo escolhido foi a Feira de Economia Solidária de Itaipu, que ocorre aos Sábados na Praça das Amendoeiras no bairro de Itaipu, em Niterói, tendo se iniciado no segundo semestre 2022. Durante a observação, por meio de conversas informais acerca dos principais pontos de interesse, pode-se extrair ainda mais informações desse ambiente. Trata-se de uma pesquisa em exploratória em desenvolvimento que busca abrir espaço para o debate e colher trocas de conhecimento para o processo de pesquisa, cujos resultados preliminares indicam que os alimentos comercializados na feira são percebidos como mais saudáveis pelos consumidores, uma vez que estes conhecem a origem e valorizam a produção artesanal em relação à industrial. Além disso, emergiu o aspecto político nesta prática de consumo, tanto em relação a militância sobre o que se consome quanto à valorização dos pequenos produtores locais. Essa pesquisa contribui para ajudar tanto a organização da feira quanto os produtores, pois ao conhecerem os significados atribuído ao consumo na feira analisada, é possível ter mais recursos para avaliar seus trabalhos à luz dessas informações, bem como é possível pensar na comunicação com os clientes e suas abordagens de marketing, para estarem mais adequadas à realidade em que estão inseridos e da percepção atores que participam ativamente do fenômeno em análise.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, F. F.; ROCHA, A. The redefining of later life through leisure: music and dance groups in Brazil. *Leisure Studies*, v. 38, n. 5, p. 712-727, 2019. ARNOULD, E.; THOMPSON, C. Consumer Culture Theory (CCT): Twenty Years of Research. *Journal of Consumer Research*, v.31, n.4, p. 868-882, 2005. NAGEM, F.; SILVA, S. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 159-175, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oficina Avaliada**

ARTIGO: **771**

TITULO: FERRAMENTAS SOCIOINFORMÁTICAS APLICADAS A PESQUISA-ATIVISMO EM CONFLITOS AMBIENTAIS E TECNOLOGIAS CONTROVERSAIS

AUTOR(ES) : THIAGO DA SILVA FERREIRA

ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA

RESUMO:

A pesquisa visa à análise de conflitos ambientais na implantação de grandes projetos extrativos a partir da sociologia pragmática com apoio de ferramentas informáticas entendendo a trajetória dos conflitos, mapeando atores, discursos, ações e temporalidade do debate público, aprofundando os avanços técnicos e produtivos e suas persistentes consequências negativas à saúde, sociedade e meio ambiente buscando compreender a controvérsia pelas diversas perspectivas, por vezes conflitantes, da questão ambiental. A pesquisa se concretiza por meio de estudo de caso da expansão Mineral no Sul brasileiro. Mais especificamente, o licenciamento ambiental da Mina Guaíba (carvão), que desde 2018 tem sofrido oposição por coletivos sociais tais como o Comitê de Combate à Megamineraria (CCMRS), Medicina em Alerta e Instituto Arayara incluindo audiências públicas e ação civil pública. Entende-se por conflitos ambientais a incompatibilidade entre práticas de atores quanto ao uso, posse e significação dos espaços e recursos naturais (Acselrad, 2004; Porto, Pacheco e Leroy, 2013). O estudo apresenta relevância no debate sobre a Expansão Mineral no Sul brasileiro (Viero e Silva, 2010; SME MME, 2021; Governo do RS, 2017, MME, 2021), sendo a exploração do carvão uma tecnologia controversa (Mazur, 2014; Hopke e Simis, 2015; Chateauraynaud, 2017) pois, mesmo propondo novas tecnologias como a gaseificação de carvão (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2012), há um contraponto quanto à dimensão dos impactos desta atividade em termos de malefícios ao meio ambiente e à saúde humana, alteração de modos de vida e subsistência, sobrecarga da infraestrutura pública configurando arenas de disputas de atores sociais quanto a modelos de reprodução social irreconciliáveis. O modelo de desenvolvimento baseado em megaempreendimentos como hidrelétricas, ferrovias, aeroportos, a monocultura latifundiária, mineração e os megacomplexos turísticos (Lins Ribeiro, Souza Santos, 2013) é gerador de conflitos ambientais. Essas intervenções têm em comum a privatização dos espaços, a centralização e imposição (Domínguez e Corona, 2016). Tais projetos afetam desproporcionalmente populações em vulnerabilidade social e econômica, "zonas de sacrifício" (Acselrad, 2004) para povos originários e periferias. Como método propõe-se o uso a pragmática aplicada pela análise de conteúdo, manual e automatizada, operacionalizada com o software Prospéro e seu ecossistema pesquisado a fim de compreender as estratégias de legitimação, trajetórias das disputas, alianças e mobilizações (Chateauraynaud, 2007) pelas quais empreendimentos podem ser criticados. A temática se insere em atividade docente e extensão incluindo debates, participação em fóruns (Semana IPPUR, Festival do Conhecimento, Congressos e Seminários) e acompanhamento de estudantes bolsistas (CNPQ e FAPERJ) multiplicando conhecimento, aliando ensino e pesquisa, com potencial de intervenção social visando maior participação social.

BIBLIOGRAFIA: 1. ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. IN Conflitos Socioambientais no Brasil, p. 13-35. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 2004b. 2. CHATEAURAYNAUD, F. Prospéro: Une technologie littéraire pour les sciences humaines. Paris: CNRS Ed, 2003. 3. TRABAL, P. Initiation à Prospéro. Paris: l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **776**

TITULO: RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO E RECONHECIMENTO FACIAL COMO PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA

AUTOR(ES) : ADRIANO FERNANDES NUNES

ORIENTADOR(ES): JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

RESUMO:

A pesquisa, que serviu de base para a realização de trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo analisar a utilização de reconhecimento fotográfico e reconhecimento facial como práticas contemporâneas de vigilância. A metodologia adotada consiste, sobretudo, na revisão bibliográfica da literatura teórica produzida sobre o tema. Assim, a primeira parte será a apresentação de uma revisão do que se denomina "estudos sobre vigilância", com o objetivo de inventariar referências úteis para uma compreensão crítica da vigilância contemporânea. Esse marco teórico possui como referência inicial a obra de Michel Foucault, cujos trabalhos acerca da vigilância, realizados a partir da década de 1970, constituem um paradigma fundamental para as pesquisas posteriores. Além de Foucault, serão apresentadas contribuições mais recentes de outros autores, como Deleuze, Lyon, Haggerty e Bigo. A segunda parte da pesquisa trata, mais especificamente, de aspectos centrais do reconhecimento fotográfico e do reconhecimento facial, analisando sua regulamentação legal no ordenamento jurídico brasileiro e os principais questionamentos acerca do uso dessas práticas. Por fim, haverá uma apresentação de casos reais de indivíduos presos injustamente com base no reconhecimento, como forma de dar concretude à pesquisa teórica realizada. O recorte espacial escolhido privilegia a exposição de casos ocorridos, sobretudo, no estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: CECCONELLO, William Weber; MATIDA, Janaina. Reconhecimento fotográfico e presunção de inocência. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v.7, n.1, p. 409-440, 2021. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. LYON, David. Theorizing surveillance: the panopticon and beyond. Cullompton: Willan Publishing, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **814**

TITULO: **A ADMINISTRAÇÃO DECOLONIAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS**

AUTOR(ES) : **SOFIA XAVIER**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Guiados pela lógica da solidariedade, os movimentos sociais (MS) muitas vezes deixam de ser percebidos como organizações, ainda que possam ser caracterizados como tais sob diversos aspectos. Ao colocar no centro de sua análise as empresas privadas, os Estudos Organizacionais produzem a não-existência de organizações que funcionam sob modelos diferentes. O que se verifica é que as teorias de movimentos sociais se basearam, em grande medida, nos Estudos Organizacionais, direcionando a análise científica para validar apenas a existência de MS que possuíam características organizacionais similares às das empresas privadas (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008). Destaca-se, em particular, o uso da lógica racional pelos estudos que buscam compreender o funcionamento dos MS, a qual provoca uma distorção analítica que aparece na tentativa de encaixar movimentos sociais dentro do modelo de funcionamento das empresas. De modo a evitar tal distorção, este trabalho empregou a lente decolonial para analisá-los, a fim de utilizar a lógica da solidariedade, e não da racionalidade, como meio de interpretação desta forma organizacional. A presente pesquisa teve por objetivo identificar o grau de alinhamento das práticas de gestão de movimentos sociais brasileiros a valores decoloniais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com lideranças de três movimentos sociais brasileiros, que possuem atuação a nível nacional. As entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo (FRANCO, 2005), que criou categorias a posteriori. Gerou-se três tipos de categorias: as práticas de gestão adotadas; os meios de aprendizado e criação de práticas de gestão; e as ameaças percebidas pelos movimentos sociais. Tais categorias foram analisadas à luz da Sociologia das Ausências (SANTOS, 2016), para que fosse possível identificar sua aproximação ou distanciamento com relação a valores decoloniais. Os resultados da pesquisa indicam que as práticas de gestão dos movimentos pesquisados são construídas de acordo com valores que podem ser considerados, em sua maioria, decoloniais. Destaca-se que tais práticas de gestão podem, consequentemente, ser classificadas como práticas de gestão decoloniais, servindo como exemplo não apenas para outros movimentos sociais, mas para outros tipos de organizações. Os três movimentos pesquisados criam os modos de vida que desejam para o presente e o futuro com base em práticas de gestão que não seguem o modelo hegemônico criado pela área de Estudos Organizacionais. Apesar disso, se constituem como organizações, produzem conhecimento e constroem práticas de gestão alternativas às hegemônicas, abrindo espaço para a contestação da própria lógica racional por trás das empresas.

BIBLIOGRAFIA: FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília, Liber Livro Editora, 2005. MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART, S. M. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? CADERNOS EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-14, set. 2008. SANTOS, B. S. Epistemologies of the South: justice against epistemicide. 2 ed. New York: Routledge, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **905**

TITULO: **DIREITOS DA PERSONALIDADE: A IMAGEM DA PESSOA CAPTURADA EM BENS PÚBLICOS DE USO COMUM DO Povo E UTILIZADA POR TERCEIROS NO MUNDO DIGITAL.**

AUTOR(ES) : **RONDINELLE DA SILVA FERREIRA,IGOR GUINDANI**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

O presente trabalho é uma pesquisa que visa corroborar com a análise do direito ao uso da imagem pessoal no contexto contemporâneo, onde, constantemente as pessoas são monitoradas por equipamentos de segurança pública e equipamentos de captura de imagem de uso particular. O estudo teve como ponto de partida a utilização de novas tecnologias da informação e o compartilhamento inadequado de imagens de terceiros na rede mundial de computadores (Internet). Utilizando-se da jurisprudência e do apoio doutrinário, este estudo buscou encarar de forma fiel a legislação positivada, os Direitos da Personalidade dentro do contexto do compartilhamento instantâneo da imagem pessoal por terceiros sem a devida autorização, mesmo essa sendo capturada em bens públicos de uso comum do povo, consoante à interpretação à luz da Constituição Federal de 1988 dada pelo STF e dos Artigos 20 e 21 do Código Civil de 2002. Através da pesquisa, buscou-se chegar a uma ideia mais fidedigna da realidade atual, onde, a imagem alheia é notadamente compartilhada entre milhões de pessoas, sem a devida autorização, e muitas das vezes de forma vexatória. A exploração da imagem deve respeitar os preceitos constitucionais e as legislações infraconstitucionais vigentes para garantir, àquele que tenha sua imagem reproduzida, o seu respectivo Direito preservado dentro dos limites da legislação positivada. A pesquisa se baseia na revisão bibliográfica e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo de natureza descritiva com uma abordagem qualitativa, pela análise documental. O objetivo da pesquisa é estabelecer um parâmetro adequado quanto ao direito de imagem e o uso indevido da imagem, visto que, esse é um dos assuntos mais discutidos do século XXI, principalmente com os avanços tecnológicos e o uso da imagem pessoal e de terceiros no mundo digital como forma de autopromoção e pela busca por rendimentos.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Tepedino, G. 2012: Opinião Doutrinária: ORGANIZAÇÕES GLOBO, por meio do conceitudo escritório Binenbojm, Gama & Carvalho Britto Advocacia, solicitando OPINIÃO DOUTRINÁRIA acerca da interpretação conforme a Constituição da República dos arts. 20 e 21 do Código Civil.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 925****TITULO: SISTEMAS DE CRISES E CONFLITOS NA ÁFRICA OCIDENTAL: A REGIONALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE BOKO HARAM****AUTOR(ES) : GABRIELLE RODRIGUES DE MOURA****ORIENTADOR(ES): FRÉDÉRIC MONIÉ****RESUMO:**

Esta pesquisa versa sobre o movimento terrorista Boko Haram que, desde sua eclosão em 2002 no Nordeste da Nigéria, vem se expandindo no território nigeriano e em direção aos países vizinhos (Chade, Camarões etc.) (IYEKEPOLO, 2016; OSUMAH, 2013). O objetivo consiste em analisar o sistema regional de crises que alimenta esse movimento cuja escala de ação é transnacional. A metodologia privilegia uma abordagem geopolítica sistêmica destacando os fatores geohistóricos, sociais, políticos, econômicos, ambientais, culturais e religiosos que, em diversas escalas, formam esse sistema. Os conceitos e noções mobilizados para alcançar os objetivos são: sistema regional de crises (DIALLO, 2009; GORÉE INSTITUTE, 2012), práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2013) e escala (SOUZA, 2013, CASTRO, 1995). Assim, busca-se evidenciar que os conflitos ocorridos na África subsaariana e na Nigéria apresentam causas e manifestações múltiplas e um grau de complexidade negado por abordagens monocausais e centradas num único nível de análise. A partir da abordagem sistêmica privilegiada, procura-se apreender de que maneira o entrelaçamento de crises explica a natureza do Boko Haram e as espacialidades de suas operações.

BIBLIOGRAFIA: OSUMAH, Oarhe. Boko Haram insurgency in northern Nigeria and the vicious cycle of internal insecurity. *Small Wars & Insurgencies*, v. 24, n. 3, p. 536-560, 2013. IYEKEPOLO, Wisdom Oghosa. Boko Haram: understanding the context. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 12, p. 2211-2228, 2016 SOUZA, Marcelo Lopes de. Redes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 997****TITULO: NEGOCIAÇÕES COLETIVAS SOBRE TRABALHO REMOTO: CLÁUSULAS NORMATIVAS NEGOCIADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2021****AUTOR(ES) : ENDRICK EDWARD RODRIGUES MARTINS****ORIENTADOR(ES): SAYONARA GRILLO COUTINHO, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA SOARES****RESUMO:**

A calamidade sanitária declarada durante a pandemia de Covid-19 exigiu a adoção de medidas de distanciamento social para evitar a propagação do vírus SARS-COV-2. Isso trouxe profundos impactos econômicos e jurídicos, dentre os quais a ampliação do contingente de trabalhadores submetidos ao regime do trabalho remoto. Um estudo realizado pelo IBGE (2020) apontou que, em 2018, 3,85 milhões de trabalhadores estavam sob regime do trabalho remoto e durante a pandemia, em 2020, o número cresceu para 9 milhões. O fato de milhões de indivíduos terem passado repentinamente a trabalhar total ou parcialmente em seu domicílio resultou em uma profusão de conflitos trabalhistas. Nesse cenário, ficou evidente a necessidade de produção de normas reguladoras do trabalho remoto no Brasil. O governo federal promulgou diversas Medidas Provisórias com dispositivos que incidem sobre o trabalho remoto: MPs nº 927/2020, 1046/2021, 1108/2021 (convertida na Lei nº 14.442/2022) e 1109/2021 (convertida na Lei nº 14.437/2022). O presente estudo, realizado no âmbito do projeto "Direito do Trabalho e Pandemia", do grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT), voltou-se para uma outra via de produção de normas reguladoras do trabalho remoto, qual seja a dos instrumentos coletivos autonomamente negociados entre empregadores e sindicatos de categorias profissionais. Nesse sentido, foi feita a coleta, a sistematização e a análise de acordos e convenções coletivas firmados em 2021 no estado do Rio de Janeiro, e que continham cláusulas referentes ao trabalho remoto. A coleta foi realizada através do Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (MEDIADOR), com a utilização das seguintes palavras-chave como filtro: "Teletrabalho"; "Trabalho Remoto"; "Home Office"; e "Trabalho à Distância". Com a abordagem qualitativa, objetiva-se apontar os conteúdos das cláusulas negociadas e eventual modificação ao longo do tempo e, quando possível, avaliar se elas representam avanços ou retrocessos em relação à legislação trabalhista.

BIBLIOGRAFIA: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/>. Acesso em: 15 abril. 2022. IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O trabalho remoto e a pandemia: o que o Pnad covid-19 nos mostrou. Brasília, Carta de Conjuntura nº 50 - Nota 8 - 1º Trimestre de 2021. SOARES, José Luiz. O trabalho remoto nos processos legislativos e nas negociações coletivas: um balanço de disputas jurídicas trabalhistas em tempos de Covid-19. Teoria Jurídica Contemporânea, Rio de Janeiro, 2021, vol. 06.

TÍTULO: AS FORMAS DE LICENCIAMENTO APLICADAS AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE VACINAS CONTRA A COVID-19

AUTOR(ES) : **GUILHERME CARDOSO FIGUEIREDO**

ORIENTADOR(ES): **JULIA PARANHOS**

RESUMO:

O objetivo do projeto é levantar como se deu a discussão sobre o mecanismo da licença compulsória no contexto das vacinas de combate à covid-19, trazendo os pontos a favor e contra a adoção do último, para assim contribuir com o debate acadêmico.

A metodologia utilizada foi de pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo, com uso de bibliografia sobre a questão da propriedade intelectual e saúde pública, mais especificamente a discussão da licença compulsória, junto com leituras sugeridas pelas orientadoras.

O levantamento, dos acordos de licenciamento voluntário, foi feito com dados obtidos a partir da plataforma online Launch & Scale Speedometer: Vaccine Manufacturing, da Duke University.

Sobre os resultados, aparecem, na discussão do licenciamento compulsório para a vacina contra a Covid, o lado dos agentes que são contras, como as farmacêuticas e os países desenvolvidos, que argumentam sobre a incapacidade da reprodução do método produtivo por laboratórios menores sem uma voluntária transferência de tecnologia, e os riscos de deterioração do sistema patentário. Por outro lado, surgem agentes que são a favor, como organizações internacionais e países menos desenvolvidos, que prevêem os possíveis benefícios de tal medida, argumentando que há espaço para mais laboratórios aplicarem, ou desenvolverem, capacidade tecnológica suficiente para reproduzir as vacinas.

Essa discussão fica clara no caso brasileiro onde, através de mudanças na Lei de Propriedade Industrial, instauradas pela aprovação da lei 14.200/2021, buscou-se facilitar o uso do licenciamento compulsório enquanto durasse a crise de saúde pública. No entanto, a utilidade dessas mudanças foi reduzida após vetos do presidente da República em alguns trechos da nova lei.

No lugar do licenciamento compulsório, devido aos argumentos que apontavam sua ineficiência, foi o voluntário que vigorou como método para a expansão da oferta global de imunizantes. A importância do licenciamento voluntário fica claro quando nota-se a ampla adoção dele por parte das titulares das patentes das 5 vacinas mais utilizadas (Coronavac, Sinopharm, Pfizer/BioNTech, AstraZeneca/Oxford e Moderna).

A partir da pesquisa, evidencia-se que a discussão sobre o direito de propriedade intelectual, no caso das vacinas contra à Covid-19, é uma discussão complexa. Embora não exista um consenso sobre qual seria a melhor abordagem, contra ou a favor do licenciamento compulsório, o fato é que no mundo o último não foi utilizado nesse contexto, vingando o licenciamento voluntário, utilizado no sentido de celebrar acordos entre as farmacêuticas e os laboratórios nacionais de diversas nações, para que esses últimos auxiliassem as empresas em algumas etapas e testes das vacinas. Em troca, os laboratórios recebiam o direito de explorar produtivamente as patentes, captando inclusive transferências de tecnologia e matérias-primas, para que de fato fossem capazes de levar a cabo a produção.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Felipe. Quem tem medo de licença compulsória?. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Ipea. Disponível em: <shorturl.at/acoxt>. Data de acesso: 23/06/2022. MERCADANTE, Eduardo. Concessão de patentes farmacêuticas no Brasil pós-acordo TRIPS. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/IE, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2019. WACHOWICZ, Marcos. A propriedade intelectual aberta como instrumento de combate à COVID-19: As estratégias globais da OMS para ampliar o acesso e as ações adotadas no Brasil, em especial sobre as licenças compulsórias. GEDAI/UFPR. Disponível em: <shorturl.at/anrT1>. Data de acesso: 23/06/2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1076****TÍTULO: UM ESTUDO DA DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: A VIABILIDADE DOS PROJETOS DE LEI ACERCA DE DIVÓRCIO, INVENTÁRIO E PARTILHA, E USUCAPIÃO****AUTOR(ES) : AMANDA JAGL RODRIGUES CARDOSO****ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA****RESUMO:**

Há alguns anos verifica-se uma tendência em retirar do Poder Judiciário certas questões que, entende-se, possam ser resolvidas extrajudicialmente, o que se intensificou com o CPC/2015. O presente trabalho se propõe a estudar a desjudicialização do processo civil e seus institutos, bem como as discussões deste processo, seus efeitos práticos e a viabilidade da legislação proposta até então. Para tanto, escolheu-se como recorte do tema os institutos do divórcio, inventário e partilha, e de usucapião. A primeira etapa consiste no levantamento de projetos de lei acerca desses institutos, no intuito de verificar a posição do legislador acerca do tema, sua fundamentação, e os objetivos desses projetos. No que tange ao instituto do divórcio, dois projetos de lei foram selecionados até o momento. O Projeto de Lei 3.457/2019 tem por objetivo tornar possível, sem necessidade de escritura pública, o divórcio unilateral de modo extrajudicial. Tal possibilidade teria previsão na potestatividade do divórcio e no objetivo de prover celeridade e desafogamento do Judiciário. Ademais, haveria a observação da autonomia da vontade dos cônjuges e da desburocratização do registro civil. Ainda sobre o divórcio extrajudicial, o Projeto de Lei 731/2021 visa a permiti-lo mesmo quando envolvidos filhos menores ou nascituros, por meio de lavratura de escritura pública e envio ao Ministério Público. Seu objetivo seria conciliar os benefícios da extrajudicialização do divórcio com a proteção aos vulneráveis. Já o Projeto de Lei 606/22 tem como objeto o inventário e partilha por via extrajudicial mesmo quando houver existência de testamento ou incapazes. Por fim, acerca da usucapião extrajudicial, está sendo estudado o Provinimento nº 65/2017 do CNJ, o qual estabelece diretrizes para o procedimento de usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis. O provimento serve para regularizar lacunas de legislação pré-existente sobre o tema: o art. 216-A, da Lei 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos, retirando ainda o excesso de demandas do Judiciário. Alguns problemas são levantados, como os custos do procedimento, a existência de óbices à publicação de edital para terceiros interessados e a questão do pedido de cancelamento de restrições e gravames. Ainda com relação à fase atual, o trabalho está em fase inicial, que é a de análise e discussão relativa ao estudo dos projetos de lei relacionados aos institutos de desjudicialização selecionados até então, objetivando identificar sua viabilidade por meio de definição de parâmetros. Além do acompanhamento dos trâmites legislativos dos projetos, a pesquisa examinará o desenvolvimento dos debates doutrinários acerca dos mesmos. Ao final, será elaborado um relatório sobre os resultados encontrados.

BIBLIOGRAFIA: HAJE, L. Projeto amplia possibilidades de inventário extrajudicial . Agência Câmara de Notícias. Publicado em 5 abr. 2022. Disponível em: Notícias - Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em 4.10.2022. HILL, F. P. Desjudicialização e acesso à justiça além dos tribunais: pela concepção de um devido processo legal extrajudicial. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP. Ano 15. Vol 22. Núm. 1. Jan a Abr de 2021, pp. 379-408. Acesso em 11.11.2022. SILVA, L. P.; SANTOS, A. R. B. Do divórcio extrajudicial unilateral: um esboço da modalidade proposta no Projeto de Lei nº 3.457/2019 e seus desdobramentos. *civilistica.com*. a. 11. n. 1. 2022. Disponível em *nuvens.com.br*. Acesso em 4.10.2022

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1081****TÍTULO: A MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DE CUSTOS CAPEX E OPEX NO CENÁRIO DA ENERGIA OFFSHORE****AUTOR(ES) : GABRIEL NOVOA OLIVEIRA, FILIPE RAMOS CERQUEIRA, CAIO EMANUEL RIBEIRO DOS SANTOS, GABRIEL KALEJAYE DE SOUZA E SILVA****ORIENTADOR(ES): LUAN DOS SANTOS****RESUMO:**

Este trabalho visa construir, através da modelagem matemática, um modelo de otimização para um cenário de investimentos CAPEX (aquisição de unidades produtoras), nas operações de produção de petróleo no setor de óleo e gás por uma empresa genérica do setor de engenharia e energia.

A análise visa a maximização do lucro da empresa que levará em conta o faturamento (Preço atual do petróleo multiplicado pela quantidade de barris produzidos) e o custo de operação (OPEX) de cada tipo de plataforma – Custos fixos com pessoal, manutenção preventiva (*shutdown* obrigatório), aquisição de membranas. Nesse cenário, há a simulação de um investimento inicial para a produção de barris de petróleo através da compra de plataformas offshore.

O problema apresenta 5 diferentes tipos de plataformas (CAPEX) que contam com suas respectivas características: 1.Fixa; 2.Semissubmersível; 3.Floating Production, Storage and Offloading (FPSO); 4.FPSO Monocolumna; 5.Tension Leg Wellhead Platform (TLWP). Cada uma das opções possuem um determinado custo de aquisição, que compõe o CAPEX total (restrição dada pelo valor máximo de USD \$13 Bi), bem como uma quantidade fixa de produção total de barris de petróleo por dia por unidade e um limite máximo de lâmina d'água para operação de cada tipo de plataforma, sustentados através do estudo da Petrobras (serão desconsiderados impostos e taxas). Ademais, outras restrições admitidas para modelagem do problema estão relacionadas às exigências fictícias de uma agência reguladora: Limite mínimo de Plataformas por Campo, Limite máximo de plataformas operadas pela empresa e limite máximo de novas plataformas admitidas por campo. Outrossim, restrições vinculadas à aspectos físico-ambientais são apresentadas através lâmina d'água dos campos, seus respectivos níveis de variação da maré e graus de salinidade. Dessa maneira, as restrições buscam tornar o modelo matemático proposto mais fidedigno com o que se verifica na realidade, obedecendo questões relacionadas à limitações tecnológicas e legislativas.

A modelagem será realizada através do MS Excel e a solução ótima será alcançada através do Solver. O trabalho apresenta um estudo quantitativo exploratório que identifica um cenário de otimização das restrições e objetivos da empresa.

O estudo objetiva auxiliar no processo decisório de empresas que desejam investir na exploração de petróleo offshore e, como resultado, modelar um cenário de otimização de lucros, fortalecendo os campos da Pesquisa Operacional e Métodos Determinísticos.

Como resultados, o estudo permitiu uma visualização do quão limitante cada uma das restrições foi na modelagem, como, por exemplo, a utilização ou não de uma determinada plataforma em determinado poço, o que impacta diretamente na capacidade produtiva e, consequentemente, no lucro da operação. Por fim, o estudo viabiliza o desenvolvimento do conceito de preço-sombra e suas possíveis variações e impactos na FO.

BIBLIOGRAFIA: LACHTERMACHER, G. Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões. 4^a ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2009. FERREIRA FILHO, V. J. M. Gestão de Operações e Logística na Produção de Petróleo: Fundamentos, Metodologia e Modelos Quantitativos. GEN LTC, 2015. PETROBRAS. Infográficos: Tipos de Plataformas. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/infograficos/tipos-de-plataformas/desktop/index.html>>. Acessado em: 14 mar 2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1087****TITULO: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E FORMAS SOCIAIS****AUTOR(ES) : VINICIUS QUARESMA BASTOS****ORIENTADOR(ES): IDERLEY COLOMBINI****RESUMO:**

Uma das grandes questões econômicas e políticas da atualidade está na compreensão das mudanças correntes no trabalho, isto é, a transformação existente que se expande desde regulações até novas tecnologias, funções e subjetivações sociais, em que se destacam da diminuição de trabalhadores formais e o aumento do número de pessoas que adentram o universo do trabalho 'precarizado' ou "uberizado". Dessa maneira, a pesquisa consiste em analisar empírica e qualitativamente a situação atual do mercado de trabalho e suas transformações que ocorreram no mundo, mas em especial no cenário brasileiro das últimas décadas, correlacionando com as contradições da acumulação neoliberal.

Para realização dessa pesquisa é central a análise de como essas transformações afetam, em especial, o 'exército industrial de reserva'. No mundo contemporâneo e as suas novas formas de trabalho, o trabalhador ativo acaba sendo confundido com o próprio 'exército industrial de reserva'. A ideia de que o trabalhador informal é um empreendedor de si próprio, vem se tornando cada vez mais recorrente, gerando nesse caso um cenário em que cada vez mais os laços empregatícios formais são deixados de lado, e os contratos se dão com "microempresários", que são em realidade os mesmos proletários de tempos anteriores.

O objetivo desta pesquisa é não só entender esse processo na atualidade e como são suas consequências para a classe trabalhadora, mas também analisar como se deu a construção desse cenário, ou seja, como se constitui as novas relações de trabalho dentro da luta de classes e da acumulação neoliberal, em especial para o caso brasileiro.

Em suma, o projeto de pesquisa consiste em detalhar as mudanças em curso nas relações de trabalho, para compreender sua relação com o processo contraditório de luta de classe e acumulação neoliberal no Brasil. Utilizando a metodologia crítica da economia política, pretende-se portanto, estabelecer as principais contradições da fase atual do capitalismo brasileiro e como elas implicam nas novas constituições sociais de trabalho. Assim a pesquisa será constituída de uma primeira análise mais descriptiva das mudanças

do trabalho, para em seguida relacionar com as principais contradição da acumulação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: Form and Essence of Precarization by Work: From Alienation to the Industrial Reserve Army at the Turn of the Twenty-First Century; Colombini, Iderley; Review of Radical Polical Economics, 1-18;2019

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1093****TITULO: DONA IVONE LARA: A GRANDE DAMA DO SAMBA****AUTOR(ES) : YASMIN CIRIACA DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

O presente resumo tem como objetivo apresentar algumas considerações a respeito do artigo "Dona Ivone Lara: a Grande Dama do Samba", escrito para a "Revista Versus", que pertence ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o qual ainda será publicado e faz parte das atividades a serem desempenhadas pela bolsista de pesquisa em atividades culturais do CCJE (pois faz parte dos requisitos a serem cumpridos por ela). O artigo tem como objetivo trazer informações a respeito de Dona Ivone Lara quando criança, adolescente, sobretudo quanto a sua formação acadêmica, seu desenvolvimento como cantora, compositora, profissional da saúde, tendo em vista sua atuação na área da enfermagem e assistência social. Levando em consideração que para uma mulher (negra e querendo ter reconhecimento na música, principalmente no samba, um lugar extremamente marcado pelo machismo) é de suma importância destacar as dificuldades que Dona Ivone Lara precisou superar para chegar ao lugar de destaque ao qual chegou, tendo em vista esse fator o trabalho pretende abordar Dona Ivone Lara desde seu nascimento até chegar ao grande fenômeno do samba que ela se tornou.

BIBLIOGRAFIA: BRUNO, Leandro. Canto de rainhas: o poder das mulheres que escreveram a história do samba. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 2021. LEITE JUNIOR, J. D., FARIA, M. N., e MARTINS, S. Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2171, 2021. OLIVEIRA, Elaine Gonzaga de. Quando o Tiê Virou Melodia: uma radiobiografia de Dona Ivone Lara. Revista brasileira de estudos da homocultura, v. 1, n. 2, abr./ jun., 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1105**

TITULO: INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS MARAS: A INSERÇÃO DO TRIÂNGULO NORTE DA AMÉRICA CENTRAL NA DINÂMICA INTERNACIONAL DO TRÁFICO DE COCAÍNA

AUTOR(ES) : TAYNAH PIRES FERREIRA

ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO

RESUMO:

Com o fim da Guerra Fria, os Estados localizados na periferia do Sistema Internacional experienciaram mudanças significativas em suas estruturas políticas, sociais e econômicas, responsáveis por modificar sua conjuntura de violência. A exemplo disso, El Salvador, Guatemala e Honduras observaram o estabelecimento de novos atores que, no decorrer de duas décadas, posicionaram a região conhecida como Triângulo Norte da América Central (TNAC) como uma das zonas mais violentas do mundo, decorrente do aumento expressivo da criminalidade. Os principais atores da expressiva escalada de violência nesses países são as *maras*, grupos de crime organizado que se instalaram na região após o retorno forçado de migrantes salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos do território estadunidense ao seus países de origem, na década de 1990, e que obtiveram grande aderência da juventude centro-americana, devido ao forte apelo identitário, a instabilidade econômica do período e a fragilidade das estruturas estatais. Nos anos seguintes, testemunhou-se um cenário de causa e consequência: o estabelecimento de políticas repressivas estatais como o intuito de refrear a expansão das *maras* nos territórios centro-americanos levou a modificação e sofisticação das atividades praticadas por esses grupos, sobretudo, o *Barrio 18* e a *Mara Salvatrucha*, as duas maiores gangues em atividade no TNAC. Esse fato permitiu o aumento da relevância das *maras* na dinâmica internacional de tráfico de cocaína. Logo, o presente trabalho possui como propósito expandir o conhecimento acerca do fenômeno social das *maras* na América Central e se debruçar sobre as raízes do crime organizado centro americano. Ademais, busca-se compreender de que modo a região se insere na dinâmica internacional do tráfico de cocaína, através da análise de sua participação na cadeia de produção, da atuação das gangues no Triângulo Norte da América Central e de que forma o transporte de cocaína é operacionalizado. Dentre os principais aspectos estudados, enfatiza-se a articulação nas *maras* nos presídios, o uso da extorsão como meio de obter recursos financeiros para subsidiar a infraestrutura das gangues e a coalizão de grupos rivais a fim de cooptar instituições estatais. Sobre a metodologia aplicada, utilizou-se o método indutivo e uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada.

BIBLIOGRAFIA: CORREA, Paulo Mortari Araújo Correa. As maras e pandillas no Triângulo Norte da América Central e a atuação dos Estados Unidos em seu combate. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2015 MCNAMARA, Patrick J. Political Refugees from El Salvador: Gang Politics, the State, and Asylum Claims. Refugee Survey Quarterly, v. 36, n. 4. p. 1-24, 2017 RODGERS; MUGGAH; STEVENSÖN. Gangs of Central America: Causes, Costs and Interventions. Geneva: Small Arms Survey, 2009

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1131**

TITULO: A REALIDADE DO ESTUDO DO DIREITO MARÍTIMO E DO MAR NO BRASIL

AUTOR(ES) : MARCIO LUIS DA SILVA CARNEIRO, MARCELO NEVES

ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA

RESUMO:

O Brasil é um país continental, costeiro e marítimo. O mar passa a ser fundamental para o desenvolvimento nacional quando se observa que praticamente a totalidade de seu comércio internacional é feito por via marítima. Estes fatos justificam a necessidade do conhecimento das regras, processos e instituições de direito marítimo, de forma que a capacitação dos profissionais desta área é primordial. A modernização de terminais públicos e a instalação de terminais privados, oriundos do avanço da tecnologia, ganham força. A Amazônia Azul e seu potencial, a complexidade do sistema marítimo e portuário brasileiro e o grande movimento de carga, são outros fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país. Diante dessas questões o problema que surge é a falta de qualificação de pessoal para atuar em questões jurídicas marítimas. Nas graduações existentes vão ser observadas carências de disciplinas afetas a estes ramos do direito. Além disso, será verificado a quantidade e a qualidade dos cursos de pós-graduação nestas áreas e se eles tem sido insuficientes para a resolução de demandas jurídicas marítimas. O presente artigo trará uma análise da real situação dos estudos de Direito Marítimo e do Mar no Brasil, apresentando as qualificações existentes e as necessárias para o pessoal da área. Fará também um estudo comparado internacional a respeito da capacitação dos profissionais ligados ao direito marítimo e do mar. Finalizará com a análise entre a qualificação necessária e a existente, apresentando o resultado dos dados compilados e proporá uma sugestão de proposta de currículo adequado a sanar esta lacuna de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: ZANELLA, Tiago. Manual de direito do mar. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. MENEZES, Wagner. O direito do mar. Brasília: FUNAG, 2015. OCTAVIANO MARTINS, Eliane Maria. Curso de direito marítimo. Vol. I. 2^a. Ed. Barueri, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1172**

TÍTULO: **CARTOGRAFIA DAS DISPUTAS JUDICIAIS SOBRE O TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

AUTOR(ES) : **SAMARA RESENDE CLEMENTE, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA SOARES**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO:

A crise sanitária, econômica e humanitária causada pela eclosão da Covid-19 fez com que os poderes públicos adotassem distintas medidas com o objetivo de atenuar os impactos da pandemia. Dentre elas, medidas de distanciamento social que resultaram em reconfigurações das formas de organização do trabalho, novas demandas e controvérsias no campo juslaboral. A pandemia atingiu as parcelas da sociedade de formas diferentes, em decorrência da classe, do gênero e da raça (Harvey, 2020, p. 21-22). Uma das modificações mais expressivas nas relações de trabalho foi o crescimento exponencial da realização de trabalho remoto para assegurar a continuidade das atividades em diversos setores. O Rio de Janeiro foi um dos estados com maior incidência de trabalho remoto, segundo levantamento do IPEA (2020). O trabalho apresentado, realizado no âmbito da pesquisa "Direito do Trabalho e Pandemia" desenvolvida no grupo Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT/PPGD/UFRJ), apresenta uma cartografia das disputas judiciais sobre o trabalho remoto no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, orientando-se por uma metodologia de análise sociojurídica crítica. Para tanto, realizou-se um levantamento das decisões judiciais sobre o trabalho remoto proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT-1, julgados durante o período de 11 de março de 2020 a 01 de julho de 2022, relacionados à pandemia. Com a análise qualitativa dos acórdãos proferidos pretende-se compreender as controvérsias judiciais envolvendo o trabalho remoto e como essas questões foram decididas pelo judiciário trabalhista.

BIBLIOGRAFIA: GÓES, Geraldo Sandoval et al. O trabalho remoto e a massa de rendimentos na pandemia. Carta de Conjuntura IPEA, nº 46, nota de conjuntura nº 18, 4º trimestre 2020. HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>>. Acesso em 2 out. 2022. SOARES, José Luiz. O trabalho remoto nos processos legislativos e nas negociações coletivas: um balanço de disputas jurídicas trabalhistas em tempos de Covid-19. Teoria Jurídica Contemporânea, Rio de Janeiro, 2021, vol. 06.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1249**

TÍTULO: **INOVAÇÃO EM NEGÓCIOS SOCIAIS BASEADOS EM SERVIÇOS: CARACTERIZAÇÃO DE INICIATIVAS E DE MECANISMOS DE APOIO**

AUTOR(ES) : **MATHEUS PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO:

Esta pesquisa procura analisar o percurso de negócios sociais baseados em inovações em serviços na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se identificar as motivações das iniciativas, atores, características das soluções desenvolvidas, modelos de negócio social adotados e o impacto destas iniciativas. De forma muito especial, procura-se observar a coprodução de inovações sociais em processos interativos onde diferentes agentes (WINDRUM et al, 2016) e lógicas de ação (LEAL&VARGAS, 2014) estão em curso.

Neste estudo, adotamos o conceito de inovação social de Phill Jr, Deiglmeier e Miller (2008, p.36) , segundo o qual uma inovação social é "uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções existentes e pela qual o valor criado é prioritariamente apropriado pela sociedade como um todo, mais do que por indivíduos".

Nosso **objetivo geral** de pesquisa é analisar as características do processo de inovação social sob a ótica da inovação em serviços em negócios sociais. Espera-se alcançar este objetivo geral a partir dos seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Identificar as características do processo de inovação social em iniciativas baseadas em serviços;
- 2) Analisar os modelos de organização destes negócios sociais

BIBLIOGRAFIA: Neste momento, estão sendo mapeadas as iniciativas de apoio vigentes no município do Rio de Janeiro como o Instituto Ekloos, Polen e ITCP- COPPE/UFRJ . Nestas iniciativas, serão selecionadas iniciativas de inovação social baseadas em serviços. Os proponentes destas iniciativas serão entrevistados para que possamos analisar os pontos previstos nos objetivos específicos. Também estas instituições de apoio serão entrevistadas para identificarmos o seu papel no estímulo destas iniciativas.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1251**

TÍTULO: **APLICAÇÕES DAS FOLKSONOMIAS EM CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: TENDÊNCIAS E DESAFIOS**

AUTOR(ES) : **FELIPE DA SILVA TORRES**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Estuda aspectos concernentes às aplicações das Folksonomias em Sistemas de Recuperação da Informação, em especial catálogos de Bibliotecas Universitárias. Compreende as Folksonomias como o resultado de atribuição livre de etiquetas (tags, palavras-chave) pelos usuários humanos ou robôs para fins de representação e recuperação da informação em ambientes digitais colaborativos (CORRÊA; SANTOS, 2018). Como problemática apresenta os seguintes questionamentos: as Bibliotecas Universitárias atuais estão atendendo as necessidades dos seus usuários? As tags podem ser usadas para melhorar o acesso dos usuários às coleções das Bibliotecas Universitárias? Diante desse questionamento, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as tendências e desafios das aplicações das Folksonomias em catálogos de Bibliotecas Universitárias à luz da produção científica nacional e internacional sobre a temática. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, no intuito de evidenciar exemplos de hibridização de Folksonomias e de vocabulários controlados em sistemas de bibliotecas. Conclui constatando a partir da análise da literatura nacional e internacional que a implementação bem-sucedida das Folksonomias em catálogos de Unidades de Informação, em especial de Bibliotecas Universitárias, depende de um entendimento básico de como os usuários etiquetam coleções; qual o vocabulário eles utilizam e como o seu vocabulário se relaciona com o vocabulário do profissional da informação que atua em tais sistemas.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, R. F. dos; CORRÊA, R. F. Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 1-32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22556>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1271**

TÍTULO: **MÚSICA E ALIMENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE CONSUMO NO ARMAZÉM DO CAMPO**

AUTOR(ES) : **EVANDRO NETO SATHLER MEIRELLES, RAFAEL AUGUSTO CUNHA DE LEMOS, NATHÁLIA VIVAQUA DIAS**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO:

O presente recorte da pesquisa se dedicou a investigar a relação da música com o consumo de alimentos, buscando compreender a relação entre samba e gastronomia nos eventos promovidos pelo Armazém do Campo. A musicalidade, tão presente nas manifestações culturais do Rio de Janeiro, alinhada à cultura alimentar, pode contribuir para revelar a identidade social, tradições, costumes e ideologias ou posicionamento político de um grupo social (ARAUJO; ROCHA, 2019). É oportuno destacar que o campo social determina um espaço simbólico, representado por um local de socialização, em que os agentes sociais se desenvolvem por meio de trocas de diferentes tipos de capitais, a saber: capital social, capital cultural e capital econômico (BOURDIEU, 1998). Esta pesquisa parte de uma perspectiva alinhada a Consumer Culture Theory (CCT), a qual considera que práticas e rituais de consumo constituem pontos essenciais na construção, manutenção e afirmação de identidades socioculturais. Nesse sentido, entende-se o consumo como o processo de transformação de produtos ou serviços em uma rede de significação subjetiva baseada nas necessidades simbólicas construídas coletivamente conforme o contexto sociocultural em que este está inserido (ARNOULD; THOMPSON, 2005).

Buscou-se entender as práticas de consumo de alimentos em eventos que envolvem apresentação musical em um espaço de socialização determinado, o Armazém do Campo, gerido pelo movimento sem-terra (MST). Tratou-se de uma pesquisa etnográfica que utilizou observação participante, realizada por meio de visitas ao estabelecimento Armazém do Campo no primeiro semestre de 2022, localizado na Lapa, com coleta de dados em eventos que envolviam alimentação e apresentação musical, tais como serviço de petiscos e bebidas, serviço de almoço à la carte, e lançamento de livro.

Os resultados apontam para três eixos de funcionamento: comercializar os alimentos produzidos nos assentamentos ligados ao MST a partir da experiência com pratos estrategicamente oferecidos no evento; formação política; e promover ações culturais. As ações culturais promovem encontro e interação entre as pessoas, além da divulgação de cursos e dos produtos vendidos no estabelecimento. Nesse sentido, as pessoas passam a conhecer a casa, frequentar e consumir os produtos alimentares do local a partir de preparos que ressaltam o sabor, qualidade e a percepção de alimentação saudável. Essa estratégia ajuda a despertar o interesse do frequentador, enquanto potencial público consumidor, pelos produtos dos assentados comercializados no Armazém do Campo.

A pesquisa, que faz parte de um projeto de iniciação científica, permitiu compreender as nuances do comportamento alimentar do consumidor no contexto de encontros musicais e perceber o processo de construção de significado articulado à interação social dos indivíduos que frequentam o espaço estudado.

Os autores estudantes contribuíram com revisão de literatura, coleta de dados no local e análise dos resultados.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, F. F.; ROCHA, A. The redefining of later life through leisure: music and dance groups in Brazil. *Leisure Studies*, v. 38, n. 5, p. 712-727, 2019. ARNOULD, E.; THOMPSON, C. Consumer Culture Theory (CCT): Twenty Years of Research. *Journal of Consumer Research*, v.31, n.4, p. 868-882, 2005. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1273**

TÍTULO: **TAXA DE CÂMBIO E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

RESUMO:

Objetivos:

O projeto de pesquisa no qual este trabalho está inserido tem um duplo objetivo: primeiro estudar os determinantes do comportamento da taxa de câmbio no Brasil (choques, volatilidade, desalinhamento) no período 2000-2022; o segundo são as implicações dos movimentos da taxa de câmbio (choques, volatilidade, desalinhamento) para o desempenho das empresas e para o desempenho macroeconômico (competitividade, inflação, investimento). Essa seção do estudo visa explorar a relação entre uma taxa de câmbio subvalorizada e crescimento econômico no mundo, com destaque para o caso brasileiro.

Metodologia:

Para tal fim, será utilizada a metodologia desenvolvida por Dani Rodrik em seu paper 'The Real Exchange Rate and Economic Growth' (Rodrik, 2008). Nele, Rodrik primeiro define que a taxa de câmbio de equilíbrio como uma medida da Paridade de Poder de Compra (PPC) ajustada pelo efeito Balassa Samuelson, formulada da seguinte forma:

$$\ln Q_{it} = \ln (E_{it} / PPC_{it})$$

Onde,

Q = taxa de câmbio real

E = taxa de câmbio nominal

i = indica um país

t = indica períodos de 5 anos

Contudo, é necessário realizar um ajuste na formulação acima para incorporar o fato de os bens não comercializáveis serem mais baratos em países mais pobres. Então, esse efeito será contabilizado por uma regressão da taxa de câmbio real no PIB per capita (Y/POP), resultando no seguinte:

$$\ln Q_{it} = a + b \ln (Y/POP)_{it} + F_t + U_{it} \quad (1)$$

Onde,

F_t = efeito fixo por período de tempo

U = termo de erro

Para finalizar a construção do índice de subvalorização (SUBVAL) é realizada a diferença entre a taxa de câmbio real observada e a taxa de câmbio real ajustada pelo Balassa-Samuelson:

$$\ln SUBVAL_{it} = \ln Q_{it} - \ln (Q_{it})_{est}$$

Onde,

$(Q_{it})_{est}$ = valor obtido na função (1)

O índice acima será reproduzido durante a pesquisa, contudo contando agora com dados mais atualizados do que aqueles utilizados por Rodrik em 2008. Ainda a respeito da natureza dos dados vale notar que Rodrik utilizou em sua pesquisa os dados da Penn World Tables versão 6.2, que calculava a PPC entre países e as variáveis macro em dólares internacionais de modo a criar dados comparáveis. Atualmente, essas estimativas são realizadas pelo Programa de Comparação Internacional do Banco Mundial.

Atuação do estudante na execução do projeto:

A aluna será responsável pela coleta, organização, construção de indicadores e colaboração nas estimativas do modelo.

Resultados esperados:

A partir da metodologia supracitada, espera-se a confirmação da relação explorada por Rodrik entre subvalorização e crescimento, principalmente em países pobres.

O trabalho acima faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que busca estudar o comportamento da taxa de câmbio seus determinantes e efeitos. O tópico da pesquisa aqui desenvolvido está relacionado especificamente aos efeitos da subvalorização da moeda sobre o crescimento, a partir da metodologia de Dani Rodrik.

BIBLIOGRAFIA: Barbosa, L. O., Missio, F. J., & Missio, F. J. (20 de setembro de 2018). Managing real exchange rate for economic growth: Empirical evidences from developing countries. *Journal of Post Keynesian Economics*, pp. 598-619. Rapetti, M. (2019). The Real Exchange Rate and Economic Growth: A Survey. *Journal of Globalization and Development*, pp. 1-54. Rodrik, D. (2008). The Real Exchange Rate and Economic Growth. *Brookings Paper on Economic Activity*, pp. 365-439.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 1315

TITULO: O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL E OS IMPACTOS DA GUERRA NA FAUNA UCRANIANA

AUTOR(ES) : GIOVANNA FARIAS BASSO

ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA,ÁDRIA SAVIANO FABRICIO DA SILVA

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a maneira como o Direito Internacional Humanitário atua na proteção do meio ambiente, tendo como contraste os impactos ambientais causados na Ucrânia devido ao atual cenário de guerra. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se estudar a aplicabilidade e a eficácia dessas normas, fazendo um recorte quanto a fauna ucraniana, impactada diretamente pelos bombardeios e queimadas florestais.

Assim, primeiramente, será feita uma pesquisa documental das normas gerais de DIH que abordam a proteção ambiental, especificamente do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, da Convenção Para Proibição Do Uso Hostil De Técnicas De Modificação Do Meio Ambiente e das normas consuetudinárias. Em um segundo momento, será exposto aspectos gerais do meio ambiente ucraniano, servindo como base comparativa para os impactos gerados pela guerra atual, além de ser feita uma busca acerca das proteções ambientais presentes na Constituição Ucraniana e na Lei de Proteção Ambiental do país. Posteriormente, serão apresentados alguns dos impactos da guerra na fauna ucraniana, diretamente impactada pelos bombardeios e queimadas florestais, para, então, discutir sobre a eficácia das normas de DIH nesse conflito e como elas podem ser aprimoradas para melhores resultados.

A pesquisa ainda está em andamento, de modo que pretende-se obter como resultado a indicação de que, com a crescente conscientização sobre os problemas ambientais, os conflitos armados devem ser normatizados não apenas com vista às perdas humanas, mas também quanto às perdas ao meio ambiente. Assim, pretende-se levantar uma discussão sobre a capacidade ou não de o Direito Internacional Humanitário conseguir atuar efetivamente em questões ambientais.

Metodologicamente, será feita uma pesquisa revisional de documentos, legislações e pesquisas bibliográficas que tratem da eficácia normativa do Direito Internacional Humanitário, bem como análise de notícias veiculadas em meios jornalísticos e em sites de parques ecológicos nacionais ucranianos quanto as questões ambientais.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, R. S. R. O Direito Internacional Humanitário e a proteção ambiental durante os conflitos armados. *Revista do Ministério Público Militar* GUERRA, S.; SAMPAIO, S. S. A proteção do meio ambiente nos conflitos armados. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 19, n. 45, p. 249-269, set/dez. 2022. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/2343>. Acesso em: 05.02.2023 VENTURA, Victor Alencar Mayer Feitosa. Ecologização do direito internacional humanitário: perspectivas para maior efetividade da proteção ambiental durante conflitos armados.. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1358**

TÍTULO: ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO SOBRE AS FAVELAS NO ENTORNO DO ATERRO SANITÁRIO DESATIVADO DO JARDIM GRAMACHO, EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)

AUTOR(ES) : **KAROLINE FRANCISCO BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa sobre acesso a água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro analisa a mais recente expansão de favelas, tanto no interior delas, como em quantidade no estado, e busca examinar a persistência e crescimento das áreas mais precárias em saneamento. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias nas favelas ao entorno do aterro sanitário desativado do Jardim Gramacho, em Duque de Caxias (RJ), para a seguir, analisar se o quadro é de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores está se espalhando nas favelas em crescimento ou nas novas instaladas na cidade. No estudo, foram utilizados dados quantitativos, de fontes como IBGE, MPRJ e demais órgãos públicos e de pesquisa, a fim de realizar um levantamento bibliográfico sobre o local. Em seguida, teve corte qualitativo, a partir de trabalho de campo, onde foram realizadas visitas exploratórias, entrevistas com os moradores e observação do interior das moradias para entender as condições de saneamento habitação, bem como observação e análise posterior do espaço a partir de imagens aéreas, utilizando a ferramenta Google Earth. Como fundamento teórico, entende-se que a infraestrutura não é um objeto meramente técnico, e por isso, não deve ser tratada como algo isolado aos demais elementos do território. Portanto, deve-se considerar a dimensão social da infraestrutura, que articula a moradia com a cidade, com foco na fruição dos serviços básicos pelos moradores. Como resultados podemos apontar que a expansão das favelas vem sendo acompanhada de um espalhamento da carência de serviços básicos de saneamento, mormente quanto à coleta de esgoto que segue sendo despejado a céu aberto, combinado com inexistência ou irregularidade de coleta de lixo, e problemas ou carência de abastecimento de água. Face ao quadro analisado se pode apontar para o fenômeno da expansão e multiplicação de favelas no Rio de Janeiro estar sendo acompanhado de uma mesma expansão de áreas mais precárias de acesso a água e esgoto. Assim a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos de saneamento pelos moradores os mantém à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro – 1938 a 2001. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI nº 1 jan/jul. MACENA, Ariel; HADDAD, Fernando; SANTINI, Juan; DORE, Mayane. Relatório Enquetes Jardim Gramacho. TETO, 2013. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1371**

TÍTULO: RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) IBERO-AMERICANA: ANÁLISE DE CRITÉRIOS DE QUALIDADE

AUTOR(ES) : **JECYANNE GOVÉA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE SÁ,ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO**

RESUMO:

O Movimento de Acesso aberto apresenta um discurso de democratização para o acesso científico, promovendo mudanças de paradigmas na comunicação científica. Em análise a pesquisa mostrou que faltam muitas adequações para que haja uma reforma na compreensão dos REA. É importante ressaltar que esse movimento tem relevante caráter político, pois apresenta a visibilidade do conhecimento gerado pela comunidade científica de uma forma ampla. A pesquisa objetiva analisar recursos educacionais abertos (REA) na área de desenvolvimento sustentável disponíveis em Instituições de Ensino Superior (IES) Ibero-americanas. Os objetivos específicos são mapear os RI. de IES da Ibero-América, identificar a tipologia dos REA e sua estrutura com base nos critérios de avaliação de fontes de informação. A metodologia adotada foi pesquisar no Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR) para identificação dos RI de IES da Ibero-América, buscando analisar os REA com base nos critérios de qualidade de fontes de informação e que abordem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 13 e 15. Foram identificados 101 RI de 23 países da Ibero-América. Destes, foram identificados REA em seis (06) Re却positórios Institucionais: UNA - Costa Rica, UENAN - Colômbia, MAXWELL - Brasil, RIUCaC - Colômbia, RCIP - Portugal e o RIUFS - Brasil, mas não apresentam os ODS 13 e ODS 15 e um (01) RI. que atende aos REA e os ODS, UAb - Portugal. As considerações finais apontaram que no curso do mapeamento foi verificado que alguns RI têm o entendimento que o formato REA seria apenas disponibilizar a licença aberta, mas de acordo com a UNESCO é necessário atender efetivamente aos 4 R, a saber: Reutilizar, Remixar, Revisar e Redistribuir. A inexistência desses critérios inviabiliza o uso e o conceito de REA para inclusão em um repositório, mesmo que se apresente como REA.

As autoras atuaram no mapeamento dos RI, na elaboração de planilha para identificar os REA nos RI e os ODS e na também na produção de um artigo científico. Orientadoras: Profª. Dra. Nysia Oliveira de Sá e Profª. Dra. Ana Maria Ferreira de Carvalho. Autoras: Jecyanne Govéa dos Santos, Mariana Soares de Lima e Kaísa de Souza Morgado.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS BUDAPEST OPEN ACCESS INICIATIVE. Read the Budapest open access initiative, Hungria, 2002. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 24/11/2020. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia geral. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas; 2015. 35p. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 24/11/2020. TOMAEL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (Org.). Fontes de informação digital. Londrina: EDUEL, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1474**

TÍTULO: **RESTRIÇÃO EXTERNA BRASILEIRA NOS ANOS 2000**

AUTOR(ES) : **JULIA RODRIGUES NICOLACI**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO:

A restrição externa que acomete países subdesenvolvidos, mas não somente, é um dos temas de maior relevância para quem deseja discutir problemas estruturais-chave da dinâmica capitalista. Na abordagem do crescimento liderado pela demanda, os níveis e especialmente as taxas de crescimento das economias divergem ao longo do tempo, especialmente em decorrência das diversas restrições externas que se impõem ao crescimento da demanda e uma das mais relevantes restrições que enfrentam economias abertas sem moeda conversível é a restrição imposta pela escassez de divisas.

Dentre as múltiplas dimensões que conformam as condições de vulnerabilidade externa – Financeira, Comercial, Produtiva, etc., e dado o atual estágio da pesquisa, se o objetivo desta apresentação é o de avaliar as condições de vulnerabilidade externa das esferas comercial e produtiva/tecnológica da economia brasileira de 2003 a 2021. Para tanto, pretende-se:

1. Construir um mapeamento dos indicadores de restrição externa para as esferas produtiva e tecnológica da economia brasileira de 2003 a 2021;
2. Analisar e avaliar a evolução dos indicadores de tais indicadores;

Na fase em que o trabalho se encontra, quanto à Esfera Comercial, pode-se observar que o país, recentemente, tem apresentado uma boa obtenção de divisas com as exportações, ao mesmo tempo em que os termos de troca não são os melhores do período analisado, o que pode ser associado às mudanças na pauta exportadora (redução da participação de manufaturados e aumento da participação de básicos) e também se reflete no volume das Reservas Internacionais.

Apesar de não termos ainda adentrado na Esfera Monetário-Financeira, já foi possível observar que o Passivo Externo do país vem oscilando em um patamar alto, no qual o volume de Investimento Direto no País ainda não recuperou seu nível pré-pandêmico. A capacidade de as divisas geradas pelas exportações suportarem o passivo externo brasileiro vêm diminuindo. A desnacionalização da economia do país cresceu vertiginosamente com a pandemia. O quanto a desnacionalização da economia aumentou mais que a própria economia e o quanto a saída de capital aumentou mais que a obtenção de divisas são razões que ainda não retornaram aos seus níveis anteriores à pandemia.

A estudante envolvida no projeto está montando o banco de dados dos indicadores de vulnerabilidade externa, bem como se capacitando através de capacidade analítica de avaliar os resultados obtidos.

BIBLIOGRAFIA: GONÇALVES, R. Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. GONÇALVES, R. Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro, LTC, 2013. THIRLWALL, A. P. A natureza do crescimento económico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: Ipea, 2005. 112p. THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review, vol. 128, pp. 45-53, 1979.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1534**

TÍTULO: **COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICAS NA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO**

AUTOR(ES) : **RAFAEL ASSUNçãO**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

Descreve as atividades desenvolvidas no plano de trabalho “Fluxo Informacional e Gestão em Periódico Científico: Revista Conhecimento em Ação (RCA)”, no âmbito do projeto PIBIC intitulado “Comunicação e Divulgação Científica: Conhecimento em ação nas redes sociais”, a partir de março de 2021. O campo empírico da pesquisa foi o periódico científico Revista Conhecimento em Ação (RCA) e suas redes sociais digitais (Instagram, Twitter, Facebook e blog). Mediante a metodologia de pesquisa-ação, foi possível a pesquisa realizada com atuação direta no campo estudado, tanto com o olhar de pesquisador quanto como integrante da equipe do periódico, interferindo no objeto e analisando os resultados da interação. Apresenta os resultados alcançados mediante os objetivos de analisar o fluxo informacional da RCA, com a interferência e melhoria da comunicação entre a equipe da revista e os autores, e a agilidade no processo de publicação dos artigos. Além disso, observar as tecnologias intelectuais relacionadas ao uso e compartilhamento de informações, cujos resultados da intervenção foram observados no aumento de engajamento das redes sociais da revista, mediante o trabalho da equipe com a proposta de vídeos curtos para apresentação dos artigos, citações de trechos importantes para captar o olhar de outros pesquisadores da área e publicação de ensaios que atinjam um público amplo e diversificado, com o olhar da divulgação científica. Ainda, propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política de informação voltada para a comunicação e divulgação científicas, cujos propósitos foram observados na integração das redes sociais da revista, braço da sua divulgação científica, bem como do periódico em si. Além disso, o projeto possibilitou a publicação e a produção de um artigo em periódico científico e um relato de experiência, transformado em capítulo de livro, em parceria com membros da equipe da revista. Conclui-se que o projeto desenvolvido mediante a pesquisa-ação proporciona desenvolvimento pessoal, aprimoramento do trabalho em equipe e melhoria do desempenho e qualidade do periódico, alcançados mediante o empenho prático e a reflexão acadêmica sobre o objeto. Além disso, os principais objetivos do periódico e do plano de trabalho vêm sendo atingidos, qual sejam, o aumento do engajamento através das redes sociais, a integração das redes com o periódico, a diversificação do público, tudo isso com vistas à democratização do conhecimento e do aprimoramento do trabalho acadêmico, através da divulgação e comunicação científicas.

BIBLIOGRAFIA: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. LEVY, Pierre. Cibercultura, Rio de Janeiro: Editora 34, 1999

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Orial**

ARTIGO: **1541**

TÍTULO: **MERCOSUL: 30 ANOS DE CAMINHOS E IMPASSE**

AUTOR(ES) : **LUCAS CASAIS**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

Os blocos econômicos ou integrações regionais, são uniões de grupos de países com a finalidade de fortalecer o comércio entre si, com vantagens, incentivos e preferências, em relação aos demais países do mundo (MACHADO, 2012) e em 1991 é criado o Mercado Comum do Sul, o Mercosul, um bloco econômico e organização internacional inédita no Cone Sul, que gerou fortes expectativas com relação ao seu potencial e resultados. Ademais, temos que o surgimento do bloco é consequência de um movimento em busca de autonomia pensada como um meio de "libertar" os países da região de sua dependência externa (VIGEVANI; JUNIOR, 2014), tendo em vista que a América Latina foi palco de uma história marcada por profundas desigualdades, pela colonização ibérica e por ditaduras militares (VIEIRA; ARRUDA, 2018). Como toda organização, o Mercosul apresenta desde seu surgimento claros objetivos com relação à sua atuação, focando em três principais eixos: Integração, Assimetrias e Geopolítica. Nesse sentido, este trabalho busca compreender e analisar o resultado e o impacto obtido a partir das ações dessa organização para o meio social, nacional e internacional dos países membros até o momento. Para isso, é importante que se entenda os conceitos por trás de cada uma dessas frentes de atuação de acordo com as principais referências teóricas, bem como suas definições e diretrizes de acordo com o próprio Mercosul. Este trabalho foi conduzido em forma de pesquisa bibliográfica, reunindo artigos acadêmicos, informações institucionais, dados internacionais além de notícias e reportagens da mídia sobre o Mercosul, desde sua criação em 1991 até os dias atuais, por tratar de uma organização com diferentes contextos de representação. A partir dessa ampla análise foi possível fazer um diagnóstico acerca da atuação do Mercosul em cada uma das esferas citadas ao longo de seus 30 anos de existência, bem como os principais fatores e variáveis que impactaram em seus resultados. O que se verifica é a ausência significativa de meios que viabilizem o sucesso dos objetivos traçados, devido à baixa institucionalização do bloco, autonomia praticamente nula dos órgãos criados pela organização e principalmente pela forte concentração de poder decisório nas lideranças dos países membros do Mercosul. Há de se destacar, também, a falta de estabilidade do bloco para o desenvolvimento de suas ações, sendo claramente perceptível a alternância de bons e maus momentos ao longo de sua existência, o que dificulta a continuidade e desenvolvimento de suas empreitadas. Conclui-se que o Mercosul é uma organização falha de acordo com objetivos alinhados e esperados, e que agravou o contexto de seus países membros em algumas de suas esferas de atuação, reforçando que a organização continua muito distante de ser um forte agente transformador como se era esperado.

BIBLIOGRAFIA: MACHADO, J. L. Blocos econômicos no panorama mundial: análise geográfica e econômica. 1^a ed. Curitiba: InterSaber, 2012. VIEIRA, L. K.; ARRUDA, E. A relação entre o grau de integração econômica e o sistema de solução de controvérsias: um estudo comparativo entre a União Europeia e o Mercosul. Revista de Direito Internacional. Brasília, v. 15, n. 2, p. 285-306, abr. 2018. VIGEVANI, T.; JUNIOR, H. R. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 517-552, abr. 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Orial**

ARTIGO: **1567**

TÍTULO: **A QUE(M) SERVE O VERDE? DISPUTAS EM TORNO DE ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: ANÁLISE DE PROGRAMAS DE CONCESSÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL À LUZ DA ECOLOGIA POLÍTICA**

AUTOR(ES) : **LUISA ACAUAN LORENTZ**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO:

O contexto de crises combinadas de perda da biodiversidade e mudanças climáticas têm impulsionado políticas em nome da conservação ambiental, muitas vezes, sem que as consequências sociais sejam amplamente consideradas. Diante disso, este trabalho, fruto da pesquisa de dissertação da autora, busca analisar a apropriação do espaço a partir das articulações entre desenvolvimento e sustentabilidade, enquanto "nova" fronteira de expansão do capitalismo "verde". O quadro conjuntural que motiva estes questionamentos deve-se ao impulso dado, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), aos processos de concessão em áreas protegidas, conformando uma política estatal prioritária dentro de uma proposta de "Ambientalismo de Resultados". No segundo semestre de 2020, o governo federal lançou, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Estruturação de Concessões de Parques Naturais, voltado para a desestatização de serviços de visitação de Parques Naturais (PARNAS). De modo geral, os programas de concessão em áreas protegidas têm revelado forte viés mercadológico, centrando-se em critérios economicistas. Neste contexto, o turismo se coloca como eixo central na justificativa das concessões à iniciativa privada como forma de promoção de um desenvolvimento sustentável, de modo que é relevante considerar as relações entre os processos de turistificação, conservacionismo e gentrificação. Para tal, propõe-se a revisão de análises teóricas que permitem a articulação de tais conceitos, esboçando um quadro teórico para compreensão do panorama atual de transformação das políticas territoriais de conservação ambiental no Brasil. Como ancoragem para as discussões teóricas, incluem-se também registros de audiências públicas, materiais de divulgação e pronunciamentos do governo, bem como materiais produzidos por movimentos de contestação. No entanto, anterior às concessões, já existia no país um contexto de dinâmicas e tensões complexas envolvendo o regime territorial das áreas protegidas. Isto porque a criação de Unidades de Conservação produziu, enquanto um empreendimento ecológico da modernidade (FERREIRA, 2018) e em termos de significados espacializados, a exclusão de populações racializadas, como aquelas historicamente subalternizadas. Nesse sentido, propõe-se um resgate do histórico de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil à luz dos estudos decoloniais, para compreensão de como a colonialidade configura o empreendimento ecológico das áreas protegidas em perspectiva histórica, mas, também, como articula-se à atual conjuntura, de avanço do mercado privado. A partir disso, espera-se compreender quais as possíveis consequências sociopolíticas do processo de concessão de áreas protegidas no Brasil e de que maneiras essa mudança no regime territorial de áreas de conservação se correlaciona com um avanço do neoliberalismo sobre esses espaços.

BIBLIOGRAFIA: BÜSCHER, Bram; DRESSLER, Wolfram; FLETCHER, Robert (ed). *NatureTM Inc.: Environmental Conservation in the Neoliberal Age*. Tucson: The Arizona University Press, 2019. FERREIRA, Iara Vasco. Unidades de conservação da natureza em terras indígenas no Brasil: conflitos e potenciais de transformação. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2018. OJEDA, Diana. Green pretexts: Ecotourism, neoliberal conservation and land grabbing in Tayrona National Natural Park, Colombia, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 39, n. 2, 2012, p. 357-375.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1657**

TÍTULO: A PROJEÇÃO DA CHINA PARA O SUDESTE ASIÁTICO ATRAVÉS DA NOVA ROTA DA SEDA DIGITAL, SOB AS LENTES DAS COMPANHIAS CHINESAS DE TECNOLOGIA

AUTOR(ES) : DANIEL COELHO BARBOSA

ORIENTADOR(ES): ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

RESUMO:

A hipótese parte do princípio de que a estratégia de desenvolvimento tecnológico da China deva ser compreendida em conjunto com suas projeções internacionais no setor, representadas na Nova Rota da Seda Digital. Dessa forma, percebe-se o papel doméstico das empresas de tecnologia na modernização chinesa como alinhado à diretrizes determinadas pelo Estado, tais quais a "Made in China 2025", "China Standards 2035" e "Internet Plus", que são voltadas para a construção de inovações próprias e modernização dos setores industriais. Alinhados a esses planos, pode-se identificar atuações como a da Alibaba na transformação de Hangzhou em uma cidade inteligente, a implementação da infraestrutura do 5G no país pela Huawei, e da cooperação da Tencent através no gerenciamento do maior aplicativo de comunicações do país (WeChat), possuindo um enorme capital de dados da população chinesa. No âmbito internacional, as mesmas companhias são orientadas e crescem em conjunto com o Estado chinês, bem como estão inseridas na estratégia da Nova Rota da Seda Digital. Elas exportam as tecnologias desenvolvidas em âmbito doméstico através de projetos de infraestrutura tecnológica como cidades inteligentes, centros de dados, arquitetura 5G e demais, estabelecendo aos poucos os padrões técnicos chineses. Dentre alguns exemplos desse processo, observa-se o documento "ASEAN-China Joint Statement on Synergising the Master Plan on ASEAN Connectivity (MPAC) 2025 and the Belt and Road Initiative (BRI)", voltado para o alinhamento do projeto de digitalização do Sudeste Asiático com a iniciativa da Nova Rota da Seda, assim como as construções da cidade inteligente em Kuala Lumpur (Malásia) pela Alibaba, e do primeiro hospital inteligente 5G pela Huawei em Bangkok (Tailândia). Com isso, argumenta-se que essas empresas evidenciam a intenção chinesa de construir relações de dependência tecnológica com as nações do Sudeste Asiático, na medida em que essas adotam os modelos chineses da indústria 4.0.

Propõe-se que esse fenômeno seja enquadrado no que é descrito por Majerowicz (2020) como a conjunção dos interesses estratégicos em tecnologia e a capitalização dessas inovações pelas companhias – nesse caso evidenciado na parceria entre o Estado chinês e a Alibaba. Com isso, o governo da China atua determinando as políticas de desenvolvimento internas tais quais a *Made in China 2025* e *China Standards 2035*, alinhando-as com os objetivos de domínio dos padrões tecnológicos da Nova Rota da Seda Digital, utilizando-se das empresas de tecnologia como ponto de união dessas duas frentes. Argumenta-se, por fim, que a atuação dessas empresas de tecnologia não só evidencia intenções de estabelecer uma relação de dependência tecnológica da região do Sudeste Asiático à China, como também proporciona o aprofundamento dos laços econômicos entre essas duas partes, a partir da ação capitalista sob posição privilegiada dessas companhias.

BIBLIOGRAFIA: Majerowicz, Esther. A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. Geosul, Florianópolis, v. 35 n. 77 (2020): Dossiê: a China, sua dinâmica e seu papel no mundo pós-pandemia. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77503> Naughton, Barry. Chinese Industrial Policy and the Digital Silk Road: The Case of Alibaba in Malaysia. *asia policy*, San Diego, v. 15, n. 1 (2020), 23-39. Disponível em: https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/ap15-1_2_digital silk roadrt_naughton_jan2020.pdf

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1663**

TÍTULO: AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE NO ÂMBITO DO DIREITO A MORTE DIGNA

AUTOR(ES) : BEATRIZ DE OLIVEIRA RUAS

ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA

RESUMO:

No âmbito dos direitos da personalidade e capacidade encontra-se a discussão sobre o direito a uma morte digna através das diretivas antecipadas de vontade (DAV) – documento escrito por uma pessoa plenamente capaz com orientações acerca dos procedimentos médicos que deseja ou não ser submetida quando não mais puder expressar sua vontade. Nesse sentido, questiona-se se a Resolução de nº 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina, em seu parágrafo segundo do artigo 2º, ao definir que o médico deve ignorar as DAV quando "em sua análise" estiverem em conflito com o Código de Ética Médica, caminha de encontro aos princípios da autonomia existencial dos indivíduos, ao artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e ao exercício de fato da personalidade e capacidade – previstos no código civil. Dessa forma, pretende-se, com este estudo de essência teórica, através de uma revisão bibliográfica, análise dedutiva e qualitativa, averiguar se há caráter paternalista no recorte da resolução supracitado e embate ao que diz respeito ao ordenamento jurídico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução no 1.995, de 31 de agosto de 2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf. Acesso em 05 nov 2022. HIRONAKA, Giselda; AGAPITO, Priscila. DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA. In: EHRHARDT JUNIOR, MARCOS; CORTINAO JUNIO, EROULTHS. (Org.). TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO ESTUDOS EM HOMENAGEM A LUIZ EDSON FACHIN. 1ed.BELO HORIZONTE: FORUM, 2018, v. 1, p. 197-215. MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Autonomia privada e dignidade humana. Renovar, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1678****TÍTULO: A NEUTRALIDADE DO BRASIL FRENTE À GUERRA IRÃ-IRAQUE E O PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA****AUTOR(ES) : HIGOR PAIVA NASCIMENTO****ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS****RESUMO:**

Imerso em um ambiente de crise mundial ocasionado pelos choques do petróleo tanto em 1973 quanto em 1979, o Estado brasileiro remodelou sua política externa, antes alicerçada no alinhamento automático com os Estados Unidos durante o início da Ditadura Militar, para uma visão mais diversificada da construção de relações bilaterais e multilaterais em regiões nas quais até então a presença brasileira não detinha uma proeminência considerável. Sem movimentos muito arriscados que pudessem vir a comprometer a credibilidade do governo com o *status quo*, a política externa brasileira adotou o pragmatismo como central a partir do governo militar de Ernesto Geisel (PASSOS, 1998; LIMA, MOURA, 1982).

Com essa nova tendência, o Estado brasileiro buscou expandir suas relações em áreas do globo, as quais pudessem lhe agregar algum benefício econômico em um contexto de grave crise. Uma dessas regiões se configurou como o Oriente Médio, a qual se consagrava como ponto chave, uma vez que detinha a centralidade mundial do recurso primordial para o desenvolvimento estrutural de qualquer nação: o petróleo (TRAUMANN, 2016). Com isso, o Iraque de Saddam Hussein se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil em um curto período de tempo, visto que o país passou a suprir as necessidades petrolíferas energéticas brasileiras sem um custo muito elevado quando comparado com outros países. Quando houve a deflagração do conflito entre Irã-Iraque, mesmo com a intensa proximidade (especialmente econômica) entre Brasil e Iraque, as poucas relações do Brasil com o Irã, além da declaração de apoio ao Iraque feita por vários países Ocidentais, a política externa dos governos brasileiros do militar João Figueiredo e posteriormente do civil José Sarney optaram pela neutralidade diante do conflito.

Dessa maneira, diante do exposto, busca-se explorar qual a relação dos princípios dessa ótica pragmática de política externa com o posicionamento de neutralidade em um conflito que uma das partes, o Estado Iraquiano, apresentava uma relação mais sólida, benéfica e estreita com o Brasil em relação ao seu vizinho Iraniano. O objetivo da pesquisa é entender a escolha do pragmatismo como estratégia da política externa brasileira no contexto da Guerra Irã-Iraque. Uma possível hipótese para a questão colocada seria a prioridade dada ao interesse nacional brasileiro, sobretudo na esfera econômica, uma vez que a possibilidade de comercializar com ambos os países durante a guerra proporcionaria mais benefícios do que a se comprometer com um dos lados. A natureza da pesquisa se baseia em uma esfera exploratória, bibliográfica e documental. A fim de fomentar o argumento proposto, recorremos aos escritos do historiador Andrew Traumann (2016; 2017) acerca da posição do Brasil diante do conflito alicerçado em bibliografias teóricas sobre a política externa brasileira do período (PASSOS, 1988; LIMA &) bem como a análise de acordos e documentos oficiais transmitidos na época.

BIBLIOGRAFIA: LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 1982, pp.349-363. PASSOS, Rodrigo. *Pragmatismo Responsável e política de poder: a política externa do Governo Geisel*. Dissertação - Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998 TRAUMANN, Andrew. *Os militares e os Aiatolás: relações Brasil-Irã(1979-1985)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 83-176

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1690****TÍTULO: "RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL": PRÁTICAS E USOS NO SETOR MINERADOR****AUTOR(ES) : BRENO VIEIRA DUTRA TARDIVO****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA****RESUMO:**

O trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado "Mineração em grande escala e estratégias de gestão do social em contextos de conflito ambiental e crise sanitária", apoiado pela FAPERJ e realizado no Laboratório ETTERN do IPPUR/UFRJ. O projeto tem como objetivo analisar as estratégias de gestão do social implementadas por grandes empresas mineradoras no Brasil, em contextos de conflito ambiental e de crise sanitária produzida pela pandemia do Covid-19. A presente comunicação oral apresenta uma sistematização preliminar de práticas e programas de "responsabilidade social", identificados em um recorte das maiores empresas mineradoras com atuação no Brasil a partir de 2010. O intuito é traçar hipóteses sobre a utilização da "responsabilidade social empresarial" - entendida como programas, projetos e ações sociais que envolvem as populações locais-, e as estratégias idealizadas pelas empresas para gerir conflitos pelo uso e apropriação dos espaços e evitar os riscos para a continuidade das operações extrativas. Metodologicamente o trabalho é conduzido através de uma pesquisa documental da responsabilidade social das empresas, focada no levantamento de literatura "cinza", coletada em sites institucionais das empresas, incluindo associações e institutos de apoio; mídia, relatórios empresariais, material publicitário, além de alguns trabalhos acadêmicos e documentos oficiais. Sequencialmente, a pesquisa documental é sistematizada em uma matriz, no Excel, a partir das categorias de análise definidas pelo projeto de pesquisa: contextos de implementação, temas e público-alvo.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, H. 2019. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de "comunidades". In: Henri Acselrad (Org.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do "social"*. Rio de Janeiro: Garamond. p.33-60. KYTLE, B., RUGGIE, J. 2005. *Corporate social responsibility as risk management: A model for multinationals*. Corporate Social Responsibility Initiative, Working paper n10. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. MUÑOZ GAVIRIA, E. 2015. A "licença social para operar" na indústria da mineração. Uma aproximação a suas apropriações e sentidos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 17 (2).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1844****TITULO: A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES BILATERAIS: UMA ANÁLISE DOS ATOS INTERNACIONAIS CELEBRADOS ENTRE BRASIL E ANGOLA****AUTOR(ES) : ANA GIULIA RICCIARDI ALDGEIRE****ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS****RESUMO:**

Como podemos compreender a política externa brasileira em relação à Angola através de acordos internacionais? É possível identificar os atores políticos que participaram do processo de construção e internalização dos tratados? Enquanto algumas literaturas apontam que os acordos internacionais celebrados com a Angola produziram diferentes benefícios políticos, culturais, comerciais, militares e tecnológicos para o Brasil (SANTOS, 2015; DA SILVA, 2016; ROCHA; SANTOS, 2018; SANTOS, 2018), outras analisam os conteúdos dos tratados Brasil-Angola para compreender as estratégias de cooperação da política externa dos dois países (MELO, 2012; CALETE, 2015). O objetivo desta pesquisa é retomar este debate ao fazer uma análise dos acordos internacionais como ferramenta utilizada para a consolidação de relações bilaterais com Angola. Na medida em que as relações bilaterais construiriam importantes patrimônios para a política externa brasileira (LESSA, 1998), procura-se realizar o exercício proposto por Ariane Figueira (2017) de compreender os *inputs* e *outputs* da constituição de política externa. Para tal fim, visa-se analisar as estruturas internas e dinâmicas de interação da burocracia brasileira presentes na construção dos acordos bilaterais do Brasil com Angola, considerando os *inputs* como os atores e instituições que participaram das etapas de celebração e internalização dos atos, e *outputs* os tratados na sua forma concreta.

Como a política externa é produto de um complexo processo decisório, permeado por regras, instituições, indivíduos e correlação de forças (FIGUEIRA, 2017), através de uma análise longitudinal dos acordos celebrados com Angola entre 1977 e 2019, espera-se fazer um mapeamento da quantidade de acordos estabelecidos, das temáticas mais abordadas e dos atores e instituições políticas do Executivo e Legislativo que atuaram na assinatura e no processo de tramitação dos tratados. Através do método de *web scraping* realizada através da linguagem de programação em R, os dados sobre os tratados e personalidades do Poder Executivo foram extraídos do portal Concórdia do Ministério das Relações Exteriores, enquanto os dados sobre os atores legislativos que participaram na tramitação dos acordos foram extraídos do portal online da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEIRA, Ariane Roder. INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA-VOL. 1. Saraiva Educação: São Paulo, 2017. LESSA, Antônio Carlos. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais". Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.41, 1998, pp.29-41.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1922****TITULO: A COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE DO COMANDO TRIPARTITE E DO COMBATE A CRIMINALIDADE TRANSNACIONAL****AUTOR(ES) : BEATRIZ LUCCHESI CAVALCANTE****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA****RESUMO:**

A Tríplice Fronteira existente entre Brasil, Argentina e Paraguai, formada pela confluência dos rios Paraná e Iguaçu, integra parte da Bacia Platina, uma das mais importantes bacias hidrográficas da América do Sul. Partindo da análise desta fronteira, busca-se observar as características e atividades criminosas que permeiam as cidades de Foz de Iguaçu (Brasil), Puerto Iguaçu (Argentina), e Ciudad del Este (Paraguai). Trata-se de uma região marcada pelo tráfico internacional, pelo comércio informal e pela violência. Assinala-se a existência da cooperação policial internacional local através do Comando Tripartite, criado em 18 de maio de 1996, há cerca de 26 anos atrás, como uma forma de reação aos atentados terroristas que assolaram a Argentina em 1992 e 1994. Almeja-se estudar o seu conceito, sua finalidade, e como ocorre a coordenação dos trabalhos realizados pelo Brasil. Considerando este contexto fático, o presente trabalho possui como objetivo central analisar o funcionamento da cooperação policial internacional local na região da Tríplice Fronteira e a sua importância no combate da criminalidade transnacional. A análise a ser apresentada foi feita por uma graduanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ, que participa do grupo de Gestão de Segurança e Defesa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. A metodologia utilizada neste trabalho é exploratória, com uma abordagem preferencialmente qualitativa, baseada em artigos, livros e outros materiais sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: BORDIGNON, Fabiano. 1996-2021 - Os 25 anos do Comando Tripartite: exemplo de cooperação policial local em Fronteiras. IDESF, 2021. CHICHOSKI, Alessandro Luiz; SILVA, Micael Alvino da. Crimes transnacionais e cooperação policial internacional na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil, Paraguai). Anais do I Seminário da Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas (UNILA), 2017. ENGELAGE, Thiago Pelegrinelli; JUNIOR, Wagner Oliveira Pereira. O trabalho integrado das polícias na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai como medida de cooperação jurídica internacional criminal. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 21, n. 41, p. 158-188.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1942****TITULO: O MODERNISMO CARIOSA E OS 100 ANOS DO PCB****AUTOR(ES) : MARIANA AZEVEDO OLIVEIRA,CAMILLE DA SILVA VIZZONI DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

Apresentação de artigos elaborados para a Revista Versus do CCJE, cuja temática da edição se debruçava sobre o **Bicentenário da Independência**, com enfoque para as temáticas "100 anos do PCB e de Zuleika Alambert: a mulher política" e "O Rio de Janeiro de 1920: o modernismo que nasce nas ruas". Articulando história, política e cultura com o bicentenário, os trabalhos integraram a edição do segundo semestre de 2022 da Versus.

O trabalho será discutido na SIAc através da apresentação em power point da pesquisa e considerações feitas para a criação dos artigos, elaborados no decorrer do período. No caso do primeiro tema, um panorama histórico do Partido Comunista do Brasil e uma análise sobre a importância de Zuleika Alambert, filiada ao PCB e uma das primeiras deputadas mulheres no país, para a história brasileira e das mulheres na política. E, no caso do segundo artigo, uma contextualização do Rio de Janeiro nos anos 1920 e discussão da importância do movimento modernista singular que florescia na capital da época.

BIBLIOGRAFIA: ALAMBERT, Zuleika. Peço a Palavra. Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 3, p.32-45, 1º semestre de 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/527_arquivo.pdf> ZULEIKA Alambert - Uma mulher na História. In: Brasileiros e Militantes. Direção de Ivan Alves Filho e Rodolpho Villanova. Fundação Astrogildo Pereira, março de 2005. 20 minutos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8qWEJxdZmaY&list=PLnkWG6tP0-luSHEETVWH7sgocE7l0RI37&index=3>> CASTRO, Ruy. As Vozes da Metrópole. Uma antologia do Rio dos anos 20. São Paulo, Editora Schwarcz, 2021. VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1969****TITULO: DIREITO, NARRATIVA E VIOLENCIA: O ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE CORPOS****AUTOR(ES) : THALES GONCALVES DE ASSIS****ORIENTADOR(ES): ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MARTINS,DANIEL CAPECCHI****RESUMO:**

Nos termos dos dogmas jurídicos nacionais, todas as vidas são portadoras do mesmo valor, isonomicamente protegidas por direitos e garantias fundamentais. Entretanto, no plano material, a realidade apresenta-se bem distante dessa ficção. Dentro do contexto brasileiro, por evidência contida no cotidiano belicoso, corpos não-brancos, ainda que detentores de certo poder, aos olhos do Estado, possuem um valor diferenciado. Tais corpos são enquadrados dentro de um contexto de guerra às drogas, desvalorizando-os discursivamente, como se responsáveis pelo cumulado de mazelas sociais, em relação a outros. Nesse sentido, Seus testemunhos têm menor peso. A presença ou ausência de provas não têm relevância, quando em seu favor. Na dúvida, são condenados, pois, aos olhos de quem julga, há uma vinculação biológica à prática da conduta desviante. O cerne da pesquisa, que consiste na atuação do Direito nessa seara, mais especificamente, dos processos de criminalização – primária e secundária – buscará compreender a atuação da ciência e prática jurídicas na construção desse significado, em outras palavras, no enquadramento dos corpos negros e periféricos como indignos de luto ou, ainda, de vida. De certa forma, é possível identificar um sopesamento entre vidas, à medida em que condenar uma vida – em todos os sentidos possíveis, ao levar em consideração o sistema penitenciário nacional – se justifica pela proteção de outra, mais digna do viver.

Indubitavelmente, o Direito, principalmente no que tange à figura do juiz, responsável por encabeçar o aparato institucional com seu poder decisório; como já dito, desempenha um papel de relevante valia nesse contexto: é ele quem, em certa medida, reveste esse procedimento com a legitimidade e a legalidade necessárias, silenciando interpretações jurídicas diversas que pretendem reenquadrar estes corpos. O magistrado, assim, utiliza-se de categorias dogmáticas oportunas para a conservação da ordem nos moldes pretendidos pelo sistema de produção capitalista e, ao final do processo, atribui um significado – uma etiqueta, nesse caso –, ou corrobora para a sua manutenção – determinados corpos valem menos do que outros –, silenciando, nesse processo, interpretações distintas. A perversidade reside, ainda, na disputa por resignificações ter de ocorrer dentro do próprio Direito, o mesmo que é subserviente ao Estado rotulador de corpos. A pesquisa, portanto, tem como objeto três elementos nucleares, a fim de compreender a forma com a qual eles relacionam-se entre si: a violência, o Direito e a narrativa. Pretende-se, a partir da análise conjugada da seleção bibliográfica, orientada em certa medida pelo referencial teórico da Criminologia Crítica, descobrir se o Direito é o campo ideal para disputar narrativas, tendo em vista sua instrumentalização pelo Estado Burguês – o mesmo que se vale dessa ordem belicosa.

BIBLIOGRAFIA: BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; COVER, Robert. Violência e a Palavra. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 35, n. 2: 1-33, jul./dez. 2019; BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Pena: introdução à sociologia do direito penal. 6ª edição. Rio de Janeiro, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1981****TITULO: AÇÕES DO ESTADO E DESAFIOS NO COMBATE À CRIMINALIDADE NA REGIÃO DA BACIA AMAZÔNICA.****AUTOR(ES) : JOANA DA SILVA DIAS****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA****RESUMO:**

O presente estudo busca analisar quais são as ações do Estado e os desafios no combate à criminalidade na região da Bacia Amazônica. Dessa forma, propomos um debate que considere as particularidades inerentes a geografia, a elementos socioeconômicos e ao sistema securitário da região amazônica, o que inclui múltiplos atores e agentes criminosos. Um dos objetivos do trabalho é apresentar um panorama geral com base nas pesquisas e nos estudos feitos sobre a temática da segurança pública na região, chamando atenção para o tráfico madeireiro e de animais, bem como a mineração. Um segundo objetivo do trabalho, é trazer uma perspectiva crítica e teórica-conceitual que correlacione a disciplina de segurança pública ministrada na graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacionais contrapondo a percepção do Estado brasileiro das fronteiras como região de segurança nacional, para isso a metodologia utilizada será exploratória com a coleta de dados de fontes primárias e secundárias como livros, artigos e notícias. Na metodologia se considerará a conjuntura desse século XXI, em especial na última década. Há que se ressaltar que a bacia hidrográfica do Rio Amazonas é muito, muito extensa e capilarizada de rios e córregos que mudam o curso e o volume ao longo do ano, o que torna o controle de segurança da região extremamente complexo e com diversos desafios na proteção e preservação do patrimônio ambiental. Além é claro de ter se tornado também uma região muito lucrativa onde se exploram os chamados hidronegócios, injunções políticas e econômicas norteadas pela relação mercantil com a água, o que seria uma das principais pautas da ação negativa do homem sob a natureza e impactaria diretamente à população local. Em suma, a apresentação tem como finalidade propor um debate acerca das particularidades inerentes ao sistema securitário da região da amazônica frente principalmente aos ilícitos ambientais; o acesso ou ausência de políticas públicas nas fronteiras molhadas da região; bem como ressaltar os direitos básicos dos povos originários da região frente aos hidronegócios, sendo de modo indireto um mapeamento que contrapõem o ambiente aquático e ilícitos ambientais na região da Bacia Amazônica considerando impactos na fauna e flora brasileira.

BIBLIOGRAFIA: BATISTA, Lane M. da S. e MIRANDA, Leila M. Os "Hidronegócios" nos rios da Amazônia. Dossiê: Rios e Sociedades. Rev. Bras. Hist. 39 (81). May-Aug 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-06>. ZIMERMAN, Artur. Desigualdade regional e as políticas públicas - Fronteiras e Segurança na América do Sul. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. NEVES, Alex J. das; SILVA, Jose C. da; MONTEIRO, Lício C. R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2032****TITULO: O PAPEL SOCIAL DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO SUBÚRBIO CARIOCA****AUTOR(ES) : ANA CECILIA OLIVEIRA DE PAULA****ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO****RESUMO:**

As igrejas pentecostais somam 60% dos adeptos ao protestantismo no Brasil, religião que vem crescendo no país, passando de 15,4% da população em 2000 para 22,2% em 2010 (IBGE, 2012). Devido a isso, nota-se a expansão da inserção social dessas instituições, especialmente das igrejas neopentecostais, que apelam para as carências e necessidades do mundo atual sob amparo da Teologia da Prosperidade (GARRARD-BURNETT, 2011). Por poder social entende-se a capacidade de um ator em penetrar no cotidiano de determinada região, performando papéis nas esferas política, econômica e cultural que legitimam seu poder e se somam à sua atribuição de liderança espiritual.

Em vista disso, o presente trabalho parte de uma abordagem funcionalista da sociologia para investigar o papel social das igrejas neopentecostais. O objetivo é compreender as estratégias de inserção social dessas instituições nas zonas suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, buscando identificar a relação entre a sua forma de ação com as especificidades socioeconômicas desses espaços. Temos como tese que a expansão das igrejas neopentecostais está relacionada com a ausência de assistência social e serviços básicos, que foi ainda mais estimulado com as reformas do Estado de corte neoliberal. Em suma, nossa hipótese é de que a inserção social das igrejas se fortalece pelas carências sociais das regiões analisadas. Tais igrejas seriam as responsáveis por fornecer espaços de sociabilidade, de construção de subjetividades e redes de apoio.

A pesquisa está dividida em duas partes. A primeira diz respeito à dimensão espacial: é necessário delimitar geograficamente o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, assim como trazer dados quantitativos que possam desenhar sua atual situação socioeconômica. Neste século, a cidade está dividida em cinco Áreas de Planejamento (AP). Ainda que delimitar com exatidão quais são os ditos "subúrbios" seja complexo, é possível afirmar que bairros de maior renda per capita da cidade nunca são definidos assim (PERFEITO, 2020). Dessa forma, nosso foco de análise será nas AP 3 e 5, que possuem os menores índices de renda per capita (FGV, 2020). Vamos fazer um levantamento panorâmico das igrejas neopentecostais nesses espaços e como suas práticas (econômicas, sociais, morais e políticas) incidem sobre os indivíduos.

Na segunda parte, será feito um estudo qualitativo do papel das igrejas como um ator institucional cujas ações promovem coesão social e repercutem de diferentes formas no cotidiano dos indivíduos. Ademais, será observado de que forma a carência de serviços básicos e assistência social é preenchida pelas instituições religiosas neopentecostais atuantes no espaço da conexão com o sobre-humano, construtoras de um espaço de sociabilidade e formadoras de subjetividades (BERALDO, 2020). Dentre as referências bibliográficas estão as obras *As formas elementares da vida religiosa* de Emile Durkheim e *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* de Ricardo Mariano.

BIBLIOGRAFIA: BERALDO, Ana. Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Carlos, São Carlos, 2020. GARRARD-BURNETT, Virginie. A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. História: questões & debates, Curitiba, n. 55, p. 177-194, jul./dez. 2011 PERFEITO, A. Lívia. Onde fica o subúrbio carioca? Limites territoriais suburbanos no Rio de Janeiro do século XIX ao XXI. Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, São Paulo, n. 12, jun. 2020

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2041**

TÍTULO: O ADVENTO DA RESPONSABILIDADE PENAL INTERNACIONAL INDIVIDUAL NO TRIBUNAL DE NUREMBERG PARA O JULGAMENTO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E SUAS INFLUÊNCIAS A POSTERIORI NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : LETÍCIA MARCHIORI BARBOSA LESSA, FELIPE TELLES LUXARDO

ORIENTADOR(ES): CARLOS EDUARDUO ADRIANO JAPIASSÚ

RESUMO:

O Tribunal Militar Internacional em Nuremberg foi instaurado após o fim da 2ª Guerra Mundial, a fim de julgar algumas das mais graves atrocidades cometidas ao longo do conflito, cujas condutas típicas foram enquadradas em quatro categorias: plano comum ou conspiração, crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Diante do caráter extraordinário de severidade das práticas em questão, com um enfoque particular para a última categoria supracitada, emerge a imperatividade de trazer à luz a violação de normas de caráter universal cujos titulares são a população humana de modo global e, neste âmbito, o reconhecimento de que os crimes que ferem o Direito Internacional não são conduzidos por "entidades abstratas", conforme estabelecido ao longo da atividade do Tribunal, mas sim por indivíduos. Deste modo, salienta-se o advento do princípio da responsabilidade penal internacional individual com o Tribunal de Nuremberg, hodiernamente um princípio de Direito Penal Internacional reconhecido pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), em seu Artigo 25. Portanto, perante a relevância sócio-jurídica da temática no contexto global contemporâneo, a pesquisa em questão traçar um panorama evolutivo no que concerne à responsabilidade individual no Direito Internacional e sua aplicação em Tribunais *Ad hoc* e nos julgamentos conduzidos pelo TPI, dando ênfase para análises acerca do julgamento de crimes contra humanidade, bem como a concepção e conceituação desses. Para tanto, conduzir-se-á uma linha metodológica a partir do desbrinamento do arcabouço doutrinário de penalistas e internacionalistas contemporâneos sobre o princípio da responsabilidade individual no Direito Internacional. Ademais, por meio do estudo de casos julgados por Cortes Internacionais, serão analisados os critérios de imputação na esfera internacional frente a violações criminais no âmbito de crimes contra a humanidade.

BIBLIOGRAFIA: BASSIOUNI, M. Cherif. Crimes against Humanity: Historical Evolution and Contemporary Application. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. Direito Penal Internacional. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. SCHABAS, William A. International Criminal Law. New York: Cambridge University Press New York, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2043**

TÍTULO: AUTO DE RESISTÊNCIA: UM INSTRUMENTO DO NECROBIOPODER PARA LEGITIMAR A CHACINA DO JACAREZINHO

AUTOR(ES) : LUCAS MARCELO DE FREITAS

ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO

RESUMO:

A Chacina do Jacarezinho aconteceu no dia 6 de maio de 2021 e resultou na morte de 28 pessoas. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os denominados autos de resistência podem ser usados para legitimar a Chacina do Jacarezinho. Sendo assim, o principal objetivo é analisar como os denominados autos de resistência, criados durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), pode vir a ser usado como instrumento do *necrobiopoder*, termo cunhado por Berenice Bento (2018) para explicar as técnicas do Estado que promovem a vida e a morte com base em uma hierarquização dos indivíduos, por meio de atributos que qualificam ou desqualificam os sujeitos como humanos, tendo como foco a Chacina do Jacarezinho. Para isso, o artigo está dividido em quatro partes: em um primeiro momento, será explicado sobre o que é o *necrobiopoder* e como a autora chega nesse conceito. Em seguida, explicar-se-á a origem dos autos de resistência e sua perpetuação nos dias atuais, e também um breve relato sobre a política proibicionista no Brasil. Feitas essas explicações, analisar-se-á a chacina do Jacarezinho, a aplicabilidade dos autos de resistência no caso citado acima e, por fim, os desdobramentos das investigações. Para finalizar o trabalho, algumas reflexões serão realizadas a fim de que os processos desvencilhados sejam não só compreendidos como também questionados. Como ferramenta metodológica foram usados dados quantitativos e qualitativos, notícias jornalísticas sobre a operação em questão, além da análise de documentos referentes aos autos de resistência na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 2003 a 2009.

BIBLIOGRAFIA: BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018. RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional* [online]. 2012, v. 34, n. 1, p. 9-41. ZACCONE, Orlando. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2047****TITULO: FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ATUAÇÃO DOS MEDIADORES JUDICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA, ALEXIA DA SILVA GONCALVES, CARLA ANASTACIO CORREA, GUSTAVO DE LIMA LAURENTINO, PIETRO CURZIO DE ALMEIDA, RUAN FRANCA SANTOS, JOANA MARIA ACCIOLY BASTOS

ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

RESUMO:

Os métodos não adversariais de resolução de disputas visam a proporcionar maior dinamismo e eficácia na gestão de conflitos. Tradicionalmente, a forma consensual de solução de conflito utilizada em sede judicial era a conciliação. Contudo, a partir da Resolução 125/2010, do CNJ, introduz-se a figura da mediação nos processos estatais. Para tanto, o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 334, trouxe a mediação, junto com a conciliação, para o campo do Poder Judiciário como prima (e quase sempre obrigatória) tentativa de solução dos conflitos judiciais. Cria-se, também, as figuras do conciliador e do mediador como auxiliares de justiça (art. 165, do CPC). Entretanto, enquanto aos conciliadores não é exigida formação especial, aos mediadores é exigido um conjunto de conhecimentos serem obtidos em cursos com disciplinas teóricas e atividades práticas definidas pelo CNJ. Tais cursos deverão ser ministrados por instituição reconhecida de acordo com o art. 11, da Lei 13.140/2015 - Lei de Mediação. Neste contexto, a formação do mediador judicial como auxiliar da justiça é fundamental para a implementação da mediação como um eficiente meio de pacificação social. E, nisto, assenta-se a relevância desta pesquisa, ora em desenvolvimento. Busca-se compreender a formação e qualificação de mediadores para o exercício da profissão no Estado do Rio de Janeiro (conforme Resolução no 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e da Lei no 13.140/2015). A metodologia empregada tem seu substrato em pesquisa doutrinária, legislativa e empírica, através do mapeamento e visita aos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs do Estado do Rio de Janeiro, bem como das instituições que ministram cursos de formação de mediadores. Para tal finalidade, se procurará conhecer as características dos mediadores formados e em formação no Estado como, por exemplo, as qualificações acadêmicas, a faixa etária, a raça e o gênero desses profissionais. Em resumo, pretende-se apurar com a pesquisa, como são formados e quais são os mediadores judiciais em atuação no ERJ.

BIBLIOGRAFIA: MAZZEI, R. e CHAGAS, B. S. R. Breve ensaio sobre a postura dos atores processuais em relação aos métodos adequados de resolução de conflitos, in ZANETTI JR, H. e CABRAL, T. N. X. Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e meios de solução adequada de conflitos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 67-90

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2076****TITULO: A EXPANSÃO MINERAL NO SUL BRASILEIRO: O PAPEL DOS MOVIMENTOS CRÍTICOS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PROJETO MINA GUAÍBA**

AUTOR(ES) : LETICYA LOPES FREITAS PEREIRA

ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA

RESUMO:

A presente comunicação busca discutir as controvérsias geradas pelo fenômeno de expansão Mineral no Sul Brasileiro. Faz parte da pesquisa de iniciação científica "Análise socio informática de conflitos ambientais", apoiada pelo PIBIC e executada no Laboratório ETTERN/PPUR/UFRJ. O objetivo dessa pesquisa é analisar o conflito ambiental gerado pelo processo de licenciamento do projeto de extração de carvão Mina Guaíba (RS), com o auxílio de ferramentas sócio informáticas empregadas no estudo de controvérsias públicas. O trabalho submetido à SIAC apresenta resultados preliminares da análise da trajetória da controvérsia suscitada pelo processo de licenciamento ambiental do empreendimento, acontecido desde 2018 e suspenso em 2022. Analisa-se a partir dos eventos que constituíram marcos no processo, os atores envolvidos, as redes que eles configuraram e os principais argumentos a favor e em contra do empreendimento. Conclui-se preliminarmente como fatores que incidiram na suspensão do processo de licenciamento a articulação de diferentes coletivos críticos, tais como o Comitê de Combate à Megamineração, o coletivo Medicina em Alerta e o Instituto Arayara, este último atuando junto ao Ministério Público via ação civil pública. O trabalho se fundamenta na perspectiva teórica da sociologia pragmática aplicada aos conflitos ambientais e de sua operacionalização com apoio de ferramentas informáticas. Utilizou-se o software de análise de texto para as ciências sociais e humanas Prospéro (PROgramme de Sociologie Pragmatique, Expérimentale et Réflexive sur Ordinateur). Foi coletado material empírico (materias, vídeos, postagens em redes sociais) correspondente à produção discursiva dos atores envolvidos na controvérsia. Esse material foi processado em texto e reunido em um dossiê para a análise no Prospéro a partir das dimensões de temporalidade, atores e argumentos.

BIBLIOGRAFIA: FERREIRA, T. Expansão mineral no sul brasileiro e a pandemia do Covid-19. Análise preliminar dos discursos para implementação da Mina Guaíba para exploração de carvão no Rio Grande do Sul frente aos debates críticos à mineração. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, v.1, n.2, 2020. CHATEAURAYNAUD, F. Prospéro. Une Technologie Littéraire pour les Sciences Humaines, CNRS Editions, 2003. CHATEAURAYNAUD, F. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. Ciências em Debate, v.2, p.14-40, Florianópolis, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2163****TITULO: FINANÇAS GENOVESAS E O IMPÉRIO ESPANHOL, UMA REVISÃO HISTÓRICA.****AUTOR(ES) : GUILHERME DOMINGUES FRITZ,JAMILLE RAMOS BENTO NETO****ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO,EDUARDO ALBERTO CRESPO****RESUMO:**

O palco em questão é o Mediterrâneo do século XVI e XVII, os atores são Gênova e o Império Espanhol em formação. Fernand Braudel caracteriza o espaço em questão como uma economia-mundo, de tal forma que a cidade-Estado italiana configura um dos centros econômicos dessa formação. Tal colocação tem materialidade através do poder financeiro de Gênova, pela capacidade de assegurar crédito às empreitadas dos impérios europeus. No caso, uma relação retroalimentativa, pois as guerras travadas no "coliseu europeu", assim como as expansões marítimas, também ajudaram no fortalecimento de Gênova, um conjunto de dinâmicas que faz parte de um mesmo processo, o transbordamento dessa economia-mundo. O presente trabalho busca compreender a relação entre a ascensão do poder financeiro genovês e a expansão marítima do Império Espanhol. Para tal, será posto em evidência a relação entre as finanças da cidade-Estado, o papel dos bancos, do crédito, e o Império Espanhol em expansão ao longo dos séculos XVI e XVII, visto que as guerras e as grandes navegações foram empreitadas de custo elevado, impulsionando novos mecanismos de financiamento. Como método, a dinâmica será estudada em três dimensões, componentes de um mesmo todo: 1) a formação das instituições financeiras genovenses; 2) o papel de Gênova no tabuleiro geo-econômico e geopolítico da Europa dos séculos XVI e XVII; 3) a relação entre a centralidade financeira de Gênova e as guerras de conquista espanholas.

BIBLIOGRAFIA: BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009. BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Felipe II-Volume I e II. São Paulo: Editora Edusp, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2172****TITULO: BRASIL E HAITI: PROJEÇÕES PERIFÉRICAS DE UMA DINÂMICA METROPOLITANA****AUTOR(ES) : GUILHERME DOMINGUES FRITZ****ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO,EDUARDO ALBERTO CRESPO****RESUMO:**

Durante o período colonial, Brasil e Haiti constituíam sociedades caracterizadas pelo predomínio da grande propriedade latifundiária monocultora para exportação e apoiada no trabalho de escravizados. Os ventos da Revolução Francesa ajudaram a impulsionar as independências das duas colônias, contudo, em São Domingos (Haiti) desenrola-se uma revolução em que os escravizados tomam o poder e proclamam a independência, enquanto no Brasil o desfecho decorre de um acordo entre proprietários e o poder monárquico. Quais os motivos levaram cada colônia a diferentes desfechos? O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar os processos de independência de Brasil e Haiti a partir de uma perspectiva comparada. Para tanto, adota como hipótese heurística o papel decisivo desempenhado pela escravidão em cada um dos casos. No caso haitiano, a independência decorreu do acirramento da luta de classes entre escravizados e senhores de terras, conduzindo à formação de uma nova ordem política. No caso brasileiro, posterior em algumas décadas, o processo possuiu características inversas, tratando-se de uma "antirrevolução haitiana": senhores de terra associados com os herdeiros do trono português buscaram uma independência pactuada, que tinha por objetivo a manutenção das relações de produção escravistas. Como método, cada caso será analisado sob uma perspectiva que comprehende a dinâmica entre o interno e o externo, privilegiando uma análise sistêmica que busca explicar os efeitos do posicionamento das formações sociais na divisão internacional do trabalho e nos rumos da luta de classes. Para tal, a teoria do Sistema-mundo - Immanuel Wallerstein - será utilizada como ferramenta de apreensão teórica, relacionando os acontecimentos nacionais aos internacionais.

BIBLIOGRAFIA: JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2010 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2228**

TÍTULO: TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELOS “USUÁRIOS” DA LINHA MADUREIRA À LUZ DO DIREITO À CIDADE: EXPERIÊNCIA DE DESRESPEITO E A LUTA POR RECONHECIMENTO

AUTOR(ES) : **VITORIA DA COSTA PESTANA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

Neste artigo, busca-se evidenciar a realidade de desrespeito enfrentada pela população do município do Rio de Janeiro frente ao transporte público coletivo (TPC), notadamente quanto aos “usuários” das linhas direcionadas ao bairro Madureira.

O trabalho tem como principal referência teórica a tese do filósofo Axel Honneth em sua obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”. O artigo descreve a experiência de ausência de reconhecimento pela referida população enquanto sujeitos de direito fundamental ao transporte. Para tanto, é estabelecida uma linha temporal de alguns TPC's no município em questão, assim como a averbação do tardio reconhecimento constitucional da natureza social do direito ao transporte.

Nesse sentido, diante do panorama exposto à luz do direito à cidade os resultados demonstram que na cidade do Rio de Janeiro, não resta efetivado o conteúdo de uma cidade cidadã, que configura uma zona urbana gerida por representantes políticos com mandato para gerir o direito ao lazer, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a efetiva participação direta popular e o acesso digno ao direito de ir e vir mediante transporte público coletivo.

Com efeito, o pleno exercício do direito ao transporte encontra fundamento nos elementos essenciais da ideia de dignidade humana. Isso porque garante acesso aos demais direitos sociais, como trabalho, saúde e educação, a todos os espaços e estruturas das cidades, onde estão localizados centros de cultura, lazer e trabalho. Logo, o direito ao transporte atua como um direito-meio, assegurando o status jurídico material do cidadão, manifestando seu caráter fundamental.

Conforme afirma o autor Roberto Cidade o princípio da dignidade da pessoa humana deve estar no núcleo das atividades políticas estatais. Portanto, objetivando a cidade cidadã é imprescindível observar que a cidadania se consagra com o respeito ao indivíduo através de leis e uma administração que atinja a todos igualmente. Assim, ao examinar o panorama da realidade de experiência da população que utiliza a linha Madureira é possível enxergar uma experiência de desrespeito, uma vez que o direito fundamental ao transporte é violado por omissões pelo poder público.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e documental em relação à efetividade do direito fundamental ao transporte pelos “usuários” da Linha Madureira no Município do Rio de Janeiro, a partir da análise de obras teóricas e material de notícias disponível na Internet.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA: HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2021. CIDADE, Roberto Berttoni. JUNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa Leão. O direito ao transporte como direito fundamental social. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade 2016. MILTON, Santos. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2233**

TÍTULO: ANÁLISE DA GOVERNANÇA NAS FRONTEIRAS MOLHADAS BRASILEIRAS

AUTOR(ES) : **CARLA DE MELO GONÇALVES, DIEGO ARCANJO DA SILVA CAMPOS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO:

O trabalho resulta da percepção de que as águas interiores e as fronteiras molhadas são espaços pouco analisados no Brasil, raramente citados em documentos estratégicos ou projetos para fronteiras. O foco dessa pesquisa nestas áreas advém do resultado de um projeto PIBIC 2018/2020 onde se percebeu a presença de diferentes agências públicas realizando ações não integradas em contrapartida uma crescente das atividades ilícitas nesses locais. Assegurar esses espaços era algo voltado para garantia do comércio e do fluxo de pessoas, hoje soma-se a exploração ilegal de recursos e a gestão de múltiplas atividades lícitas e ilícitas. Para combater atividades ilícitas seria preciso mapear constantemente uma região no que se conhece como “Consciência Situacional” (CS). Contudo, percebeu-se nos projetos anteriores que essas regiões não possuem um ator principal na gestão e governança, ou mesmo um ator que delineie uma CS restrita ou local; observam-se ações pontuais realizadas pela Marinha, pela PF, pelas PMs (vertente ambiental), pelo IBAMA e até pelo Exército.

O trabalho objetiva analisar áreas de fronteiras molhadas brasileiras visando mapear atividades ilícitas, elementos de governança e políticas públicas, nas áreas selecionadas: Bacias Platina, Pantaneira e Amazônica. O ponto inicial será a análise de documentos como: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007); PND (2012, 2016, 2020); a PNPSDS (2018); e o PPIF (2016). Além disso, se considera como referencial a série de livros “Fronteiras do Brasil” do IPEA e “(Re)definições de fronteiras: velhos e novos paradigmas” do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, bem como artigos de estudo de caso de cada uma das regiões. Uma leitura breve dos documentos propõem articular ações de segurança pública, de inteligência, de controle aduaneiro e das forças armadas com as ações dos estados e municípios da faixa de fronteira, incluídas nessa faixa suas águas interiores, sejam rios ou lagos.

A terceira etapa da pesquisa será uma análise geográfica e socioambiental dessa fronteiras molhadas; um mapeamento dos atores presentes nas políticas públicas dessas áreas; bem como um mapeamento das principais atividades ilícitas que acontecem em cada uma das três fronteiras. A metodologia utilizada será comparativa visando estabelecer variáveis iguais e diferentes em cada região para que se possa apontar elementos relevantes na governança dessas fronteiras. Como resultados espera-se: obter as atividades ilícitas nesses locais, identificar políticas de segurança das regiões e seus atores que visem melhorar a consciência situacional e/ou desenvolver políticas públicas mais eficazes, corroborando para governança integrada nessas fronteiras molhadas. Em uma pesquisa inicial observou-se uma governança multinível integrada com diversos atores na Bacia Platina, uma presença acentuada da PF e do Exército na Pantaneira e a presença de muitos atores na Amazônica realizado atividades descoordenadas.

BIBLIOGRAFIA: ZIMERMAN, Artur. Desigualdade regional e as políticas públicas - Fronteiras e Segurança na América do Sul. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. NEVES, Alex J. das; SILVA, Jose C. da; MONTEIRO, Lício C. R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. BERTUOL, Mário J. e COSTA, Tiago M. C. da. Avaliação da governança das políticas nacionais de fronteiras dos países da América Latina e do Caribe. Revista do TCU. Julho-Dezembro, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2273****TITULO: ANÁLISE IDIOSSINCRÁTICA DA HEURÍSTICA LATINO-AMERICANA: ALTERNANDO OLHARES E PERSPECTIVAS****AUTOR(ES) : GABRIEL WILLIAN DUARTE CONSTANTINO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

O presente resumo busca examinar retóricas que visam contribuir para a construção de uma heurística latino-americana como instrumento para perpetuar a dependência e o subdesenvolvimento. Nesse sentido, integra-se a literatura de Aníbal Quijano, José Carlos Mariátegui e Darcy Ribeiro, com o intuito de localizar, em suas epistemologias, fundamentos que nos permitem abrir caminhos e novas abordagens teóricas.

A finalidade se compromete em construir pilares essenciais que elucidam estudos divergentes das análises eurocêntricas e imperialistas de dissertação dos fenômenos geopolíticos e sociais. Outrossim, em reunir pesquisas baseadas em versatilidade e abrangência sob a óptica latino-americana acerca de temas-chaves, com o intuito de desenvolver uma teoria de caráter idônio para a compreensão das Relações Internacionais. E, ainda, apresentar intelectuais comprometidos com as lutas de seu tempo, que se esforçaram para interpretar a dinâmica de sua época, os desafios do continente e as características singulares da América Latina.

O pensamento criado aqui é fruto de lentes que enxergam o futuro com esperança, mas com noção de que, para mudanças continentais, são preciso mudanças estruturais em todas as escalas da sociedade. A córnea deste artigo se fundamenta em paixão, espírito de aventura e perseverança. Entretanto, também integra espanto e indignação, pois, segundo a latino- americana Nise da Silveira, só a partir dessas condições raras é possível mudar a realidade.

BIBLIOGRAFIA: ANÍBAL, Quijano. A Colonialidade Do Saber: Eurocentrismo E Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. MARIATEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. Lima: Biblioteca Amauta: 1968. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006. ROCHA, Everardo.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2319****TITULO: ESCRAVIDÃO MODERNA NO MAR****AUTOR(ES) : JÚLIA PIMENTA CARLOS****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA, MARCELO NEVES****RESUMO:**

O artigo tem como finalidade analisar, dentro do cenário marítimo internacional, os problemas trazidos pela indústria da pesca, no que tange aos ilícitos relacionados com essa atividade, para um mapeamento do que vem se caracterizando como escravidão moderna. A pesquisa tem como objetivo analisar quem é afetado por essa prática, sejam eles indivíduos ou grupos, bem como entender os meios, os atores envolvidos e as finalidades pelas quais o crime ocorre, visando ainda a responsabilização internacional pela prática desse crime. É esperado encontrar, apesar da dificuldade intrínseca ao campo escolhido, que a escravidão moderna atinge um grupo específico de indivíduos, que possuem poucos mecanismos de proteção no Direito Internacional. Foi aplicada a pesquisa qualitativa por meio de análise de documentos, principalmente de Organizações Governamentais e Não-Governamentais, para mapeamento dos casos denunciados, além do uso de pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica, para a formação do escopo legislativo e teórico, juntamente com a utilização de dados secundários, através de notícias e estudos de caso, para o levantamento de ilícitudes, dentro da área de pesquisa escolhida.

BIBLIOGRAFIA: ENVIRONMENTAL JUSTICE FOUNDATION. Blood and Water: Human Rights abuse in the Global Seafood Industry, 2019. Disponível em: <https://ejfoundation.org/search/results?searchbar=blood+and+water#report-4421>. Acesso em: 15 de novembro de 2022. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Global Estimates of Modern Slavery, Setembro de 2022. Disponível em: http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/publications/WCMS_854733/lang--en/index.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2022. URBINA, Ian. Oceano sem lei. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2326****TÍTULO: MULHERES DE CONFORTO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOBRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL MILITAR JAPONESA****AUTOR(ES) : ALICIA DE FREITAS RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA****RESUMO:**

O trabalho trata-se de um estudo de caso a respeito da escravidão sexual militar japonesa, comumente conhecida como sistema de "Mulheres de Conforto" o qual violou e explorou mulheres coreanas antes e durante o período da Segunda Guerra Mundial em meio a política imperialista japonesa na península da Coreia. A escravidão sexual militar japonesa foi uma prática incorporada pelo Governo do Japão em combate a emergência de um sentimento "anti-japonês" de povos colonizados, mas também usada como uma arma de controle e disciplina do próprio exército do Império. A construção deste estudo ocorreu com base na revisão de artigos científicos específicos acerca do histórico da exploração sexual no Japão durante e depois do período Meiji e de quais maneiras estruturas de opressão, nesse caso, o colonialismo, o patriarcado e o sistema de classes sociais determinaram a experiência de mulheres e meninas coreanas pobres mobilizadas a prostituição forçada durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, o referencial teórico utilizado na pesquisa foi baseado em experiências e análises de autoras em sua maioria latinoamericanas a fim de apurar possíveis paralelos com o processo de colonização nas Américas, ou seja, analisar quais eram os papéis sociais das mulheres nas colônias japonesas e portuguesas. Os resultados demonstraram que o sistema das "Mulheres de Conforto" operava de forma a submeter à humilhação e destruição da identidade e humanidade não só de mulheres escravizadas como do povo coreano em si. Um sistema de exploração pautado no sistema patriarcal e colonial com o fim de emascular os homens do território dominado pela violação de suas mães, esposas e filhas, logo, tornando-os incapazes de se rebelar contra o Império e a exploração de corpos femininos como recursos militares ilimitados.

BIBLIOGRAFIA: CHUNG, Chin Sung. The origin and development of the military sexual slavery problem in Imperial Japan. *positions: East Asia cultures critique*, v. 5, n. 1, p. 219-255, 1997. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014. SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, v. 29, p. 341-371, 2014

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2362****TÍTULO: JOGO VIDA EMPRESARIAL PARA ENSINO DE CONTABILIDADE****AUTOR(ES) : SAMUEL LUCAS DE SOUSA,FRANCISCO WALSH MENDONÇA LEVY, PATRICIA LEITE NOVIS****ORIENTADOR(ES): MARCIA S CARVALHO****RESUMO:**

Apesar do modelo de ensino tradicional, ainda, ser preponderante no ensino superior, a COVID gerou mudanças no ensino remoto, no qual o modelo tradicional não era adequado. Tal situação suscitou o interesse por metodologias ativas para o ensino de Contabilidade I. Dentre os métodos disponíveis optou-se pela criação de um jogo de tabuleiro *online* contemplando os conteúdos da disciplina. Assim, a presente pesquisa tem o objetivo de verificar a contribuição do uso de jogo de tabuleiro no processo de aprendizagem de contabilidade, no 1º período do curso de Ciências Contábeis. Na pesquisa de Souza et al. (2018) foi avaliado a utilização de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem de contabilidade, tendo como resultado que o seu uso é eficaz no ensino de contabilidade por promoverem participação, motivação e dedicação dos estudantes. A concepção do jogo foi a partir dos jogos: Jogo da Vida® e Banco Imobiliário®. As adaptações foram realizadas para atender ao desenvolvimento das competências e habilidades requeridas pela disciplina Contabilidade I, como: regras, fatos contábeis para as casas do tabuleiro e para as cartas "sorte/revés", ou seja, considerando que o ele deve ser aplicado após a apresentação dos conteúdos que são contemplados em contabilidade I. O jogo foi desenvolvido na plataforma *online* Genially™, gratuita, que possibilita a criação de diversos jogos que favorecem a aprendizagem ativa, o aluno no centro do processo de aprendizagem. Assim, o jogo foi concebido para estimular a aprendizagem da geração Y que chega às universidades (MIRANDA et al., 2018). As limitações da plataforma, como fazer o dado girar e aleatoriedade nas cartas sorte/revés, foram pesquisadas dentro da comunidade de usuários da plataforma. O jogo possui tabuleiro, dado, cartas sorte/revés e 5 piões e para jogar é necessário um dispositivo com acesso à internet. Após a conclusão da 1ª versão, o jogo foi testado pela profa de Contabilidade II que gostou e fez sugestões possibilitando a conclusão da versão final. Para a verificação da contribuição do jogo no aprendizado, ele foi utilizado na disciplina Contabilidade I (2022/1). Os alunos foram divididos em grupos de 5 e cada grupo utilizou 1 computador. Durante o jogo foram coletados os *feedbacks* sobre a experiência de estudar através de um jogo: "as orientações são claras; o tabuleiro é atraente pelas cores e estrutura; ajudou no aprendizado e que se pudessem escolher gostariam que jogos fossem usados nas disciplinas do curso" e a competitividade melhorou a interação entre eles (são calouros e foram estimulados a socialização). Dessa forma, ressalta-se, que os jogos também possibilitam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A próxima etapa será aplicação de questionário após o uso do jogo para captar a percepção dos alunos e, assim, elaborar o artigo. No projeto 2 alunos elaboraram as instruções e fatos, 1 aluno pesquisou e desenvolveu a estrutura e cada etapa era discutida em grupo com a orientadora.

BIBLIOGRAFIA: MIRANDA, Gilberto José; LEAL, Edvalda A. e CASA NOVA, Silvia P. de Castro. Revolucionando a Docência Universitária. São Paulo: Atlas, 2018. SOUZA, A. N. M. et al. Utilização de Metodologias Ativas e elementos de Gamificação no processo de ensino-aprendizagem da contabilidade: experiências com alunos da graduação. IN: Congresso ANPCONT, 12., 2018. Anais. João Pessoa - PB: 2018.

O trabalho tem como objetivo analisar conjunturalmente as questões de segurança e gestão que impactam na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, apresentando as principais características geográficas e socioambientais da Bacia Amazônica e dando enfoque aos interesses de segurança humana com base na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, localizada a oeste do Amazonas e perpassando pelos rios Javari e Solimões, a tríplice fronteira amazônica aparece como palco para diversas atividades criminosas e disputas territoriais, como o narcotráfico, o garimpo, a pesca e a caça ilegal, o contrabando e o crime organizado. Contudo, essas problemáticas raramente recebem atenção do Estado brasileiro ou são foco de políticas públicas, como mostrou o caso do desaparecimento e morte de um ambientalista e um indigenista esse ano nessa região. Destaca-se que o transporte na tríplice fronteira amazônica é sobretudo fluvial, feito através de embarcações, o que facilita o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços ao longo dos rios Javari e Solimões. Além disso, é nessa região que se encontra o Vale do Javari, segunda maior terra indígena do país, com a maior concentração de povos isolados do mundo, sendo afetada diretamente pelas transgressões ambientais que ocorrem na área.

A análise a ser apresentada foi feita por alunos de graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional da UFRJ, que integram o Laboratório de Estudos em Segurança e Defesa no grupo de pesquisa Gestão em Segurança e Defesa, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais e Defesa. O trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que busca analisar a governança nas fronteiras molhadas brasileiras, mapeando políticas públicas e legislações referentes à gestão da segurança nessas regiões.

No que se refere a metodologia busca-se produzir um estudo de caso comparativo elencando variáveis relevantes e na pesquisa se utilizará materiais acadêmicos e documentos públicos como base teórica-conceitual. Além disso, serão coletadas e lidas e de referências bibliográficas que trabalhem a temática das fronteiras molhadas entre Brasil, Peru e Colômbia por meio de estudos de casos. Como bibliografia complementar serão utilizados relatórios e mapeamentos oficiais apresentados por agências governamentais e não-governamentais (como Exército, Marinha, Polícia Federal, *United Nations Office on Drugs and Crime*) visando a análise de ações para gestão das fronteiras brasileiras, com recorte para Bacia Amazônica, bem como se deseja realizar um mapeamento das políticas públicas e atividades ilícitas na região.

Busca-se, com essa pesquisa, apresentar impasses, lacunas e sugestões de aprimoramentos nas políticas públicas para a fronteira molhada entre Brasil, Peru e Colômbia, visando soluções para questões apresentadas, que impactam coletivamente na segurança humana (no sentido amplo e multidimensional) das populações da região e a preservação dos recursos naturais que ali se encontram.

BIBLIOGRAFIA: CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar C (Org). Fronteiras, Deslocamentos e suas Dinâmicas Sociais. Uberlândia: EDUFU, 2022. SILVA, Flávio Eugênio da. O território da tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru): estratégias de integração no âmbito da segurança nacional. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 dez 2019. NEVES, Alex J. das; SILVA, Jose C. da; MONTEIRO, Lício C. R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2374****TITULO: ANÁLISE DA SEGURANÇA NA FRONTEIRA DA BACIA PLATINA****AUTOR(ES) : THAIS SEIXAS ESCOVEDO, CARLOS CESAR MACHADO PRIETO, ADRIEL BRUNO SILVA DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA****RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo analisar características da Bacia Platina e a sua relação com segurança nas fronteiras dos cinco países que abrange, sendo eles: Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nesse sentido, o trabalho terá enfoque em atividades como tráfico de drogas e armas e sua relação com o crime organizado da região. Serão examinados, ainda, particularidades geográficas e as políticas públicas em vigor que têm como objetivo contribuir com a segurança da Bacia. O trabalho resulta da percepção de que as águas interiores e as fronteiras molhadas são espaços pouco analisados no Brasil, raramente citados em documentos estratégicos ou projetos para fronteiras, elementos que serão utilizados como marcos teóricos-conceituais da pesquisa. A coleta dessas informações destaca impactos positivos e negativos que a Bacia Platina, como uma fronteira molhada, imprime na região.

Observou-se que a Bacia Platina possui alta importância para os países de sua fronteira. Seus principais rios Paraná, Uruguai e Paraguai desempenham papéis essenciais para transporte, geração de energia, irrigação, turismo, pesca e outras atividades. Os cinco países sul-americanos fazem parte do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), e tem um contingente populacional na região de 120 milhões de pessoas, a quinta maior bacia hidrográfica do mundo, com uma superfície de 3.200.000 km². Sua capilaridade hídrica abastece as hidrovias Tietê-Paraná, Paraná-Paraguai, além dos rios navegáveis Uruguai e Paraná, bem como o Rio da Prata. Do ponto de vista geopolítico e econômico o acesso ao interior do continente por esses rios é de alta relevância. Contudo, pode afetar negativamente a segurança desses países. A hipótese inicial proposta é de que observa-se uma governança multinível integrada (união, estados e município) com diversos atores na Bacia Platina exatamente pelo fluxo intenso de atividades estratégicas na região.

A metodologia utilizada para a pesquisa será de estudo de caso comparativo e consistirá na coleta de material bibliográfico sobre fronteiras no Brasil, visando um embasamento teórico-conceitual e enriquecimento da pesquisa com análises anteriores de estudos de caso. No estudo serão utilizados ainda documentos que propõem o delineamento de ações para a gestão das fronteiras, buscando um refinamento da pesquisa para as fronteiras molhadas. A última etapa será análise de variáveis geográfica e socioambiental da Bacia, um mapeamento dos atores nas políticas públicas (executivo, legislativo e judiciário; união, estados e municípios) e um mapeamento das atividades ilícitas da Bacia.

Portanto, a pesquisa busca responder de que forma a segurança se dá no âmbito da Bacia Platina. Para tal, alunos do Laboratório de Estudos em Segurança e Defesa, da linha de pesquisa Gestão de Segurança e Defesa, analisarão as atividades ilícitas na região, assim como seus impactos e quais medidas estão sendo tomadas pelos agentes públicos.

BIBLIOGRAFIA: MISSE, Michel; ZILLI, Luís Felipe; HIRATA, Daniel Veloso; RENOLDI, Brígida. Gestão de Política de Segurança Pública nas Regiões de Fronteiras: Resultados Gerais de uma Pesquisa. MOURA, Rosa.(org.). PÉGO, Bolívar. (coord). Fronteira do Brasil: uma avaliação de política pública. Volume 1. Rio de Janeiro. 2018. QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Hidropolítica e segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. 2011. xxi, 373 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-UNB, Brasília, 2011. ZIMERMAN, Artur. Desigualdade regional e as políticas públicas - Fronteiras e Segurança na América do Sul. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2375****TITULO: DA IDADE MÉDIA À ATUALIDADE: A VIOLENCIA DE GÊNERO COM O DECORRER DO CAPITALISMO****AUTOR(ES) : KAREN TALYSSA DA SILVA VIDAL****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA****RESUMO:**

O trabalho apresentado é resultado dos debates, pesquisas e conteúdos abordados do projeto de extensão Economia e Feminismos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os estudos do projeto de extensão partem da constatação de que a opressão sofrida por corpos feminizados se constitui como um elemento estrutural do desenvolvimento do sistema capitalista. A partir disso, entende-se que as formas de violência contra a mulher são inerentes ao desenvolvimento das novas formas de acumulação do capital que, em sua base, necessita da exploração para garantir a sua expansão (BHATTACHARYA, 2019).

Nesse sentido, o projeto de extensão Economia e Feminismos em conjunto com Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEfem/IE/UFRJ) busca construir um espaço de multidisciplinar de debates, pesquisa e estudos com finalidade de criar conteúdo e materiais que são publicados nas redes sociais como Instagram (@economiaefeminismos) e MEDIUM (<http://xn--mdium-bsa.com/NuEfem>) visando aprofundar e democratizar os debates acerca das formas de opressões que fundamentam o sistema capitalista, tais como as desigualdades, formas de violência, trabalho doméstico, construções de papéis de gênero, heterossexualidade compulsória, entre outros. Com a elaboração de posts, artigos de blog, vídeos e entrevistas esperamos contribuir aos debates sobre a economia feminista, as opressões patriarcais e a luta das mulheres e dissidências.

O objetivo desse trabalho de extensão e pesquisa é elucidar como o avanço do sistema capitalista colabora para o aprofundamento e reformulação da violência de gênero, buscando entender a influência da caça às bruxas até as formas de opressão da atualidade (FEDERICI, 2017; 2019). Com isso, a metodologia proposta é descritivo exploratória a través da realização de entrevistas que procuram resgatar a reflexão do reconhecimento da violência de gênero presentes nos dias atuais, com a consolidação do neoliberalismo, desde uma perspectiva interseccional. Através da produção de material fundamentados pelos debates propostos pela equipe multidisciplinar do projeto, esperamos como resultado expandir os conhecimentos acerca da elucidação da luta das mulheres frente ao sistema capitalista, objetivando avançar na construção de um amplo debate com a sociedade civil sobre a importância da luta contra violência de gênero e demais expressões da questão social.

BIBLIOGRAFIA: BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. Marx e o Marxismo, NIEP Marx, v. 7 n. 12, p. 14-37, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/319>. Acesso em: 20 de novembro de 2022. FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. —————. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **2402**

TÍTULO: **O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA METROPOLITANA NA RMRJ**

AUTOR(ES) : **LARAH RUBIO BAGLI DE MORAES COSTA, CAROLINA TAVARES DE FIGUEREDO LIMA**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO:

A literatura sobre a questão metropolitana no Brasil tem destacado a carência de arranjos institucionais que incentivem a cooperação interfederativa no âmbito das regiões metropolitanas. No entanto, esse cenário se modifica com a aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015), que resulta numa oportunidade para a discussão de soluções integradas para problemas compartilhados na escala metropolitana (MARGUTI; COSTA; FAVARÃO, 2018; SANTOS et al., 2020). Em 27 de dezembro de 2018, o Estado do Rio de Janeiro, adequando-se ao novo estatuto, promulga a Lei complementar estadual nº 184, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com o objetivo de criar novos arranjos institucionais para promover a cooperação em torno das Funções Públicas de Interesse Comum entre os entes federativos que compõem a RMRJ (PANTOJA, 2021). O novo arranjo instituído passa a compreender: um conselho deliberativo, composto pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ e por três segmentos da sociedade civil indicados pelo Conselho Consultivo e presidido pelo governador do Estado do Rio de Janeiro; e um conselho consultivo, composto por representantes da sociedade civil nomeados pelo presidente do Conselho Deliberativo, e cujo objetivo é garantir a participação da população no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão metropolitana. Havia uma expectativa de que o conselho consultivo tivesse sua composição derivada das discussões em torno do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, cujo processo de formulação se iniciou antes mesmo da aprovação do Estatuto da Metrópole. No entanto, o presidente do Conselho Deliberativo, o então governador Wilson Witzel, com base em parecer da Procuradoria-Geral do Estado, declarou a nulidade da formação do Conselho Consultivo de 2016, alegando que os membros não teriam sido nomeados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, assim como as vagas não teriam sido preenchidas com base na Primeira Conferência Metropolitana de 2018. Portanto, este trabalho tem como objetivo explorar dados biográficos dos integrantes do atual conselho consultivo da RMRJ, comparando-se com a composição do conselho que foi destituída pelo então governador, Wilson Witzel. Com isso buscamos evidenciar um afastamento da sociedade civil engajada na temática metropolitana, e sua substituição por atores políticos alheios à discussão metropolitana. A explicação plausível é que o governador Witzel tenha preenchido o conselho com grupos cujo posicionamento político seja mais próximo ao seu.

BIBLIOGRAFIA: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v.4. Brasília: Ipea, 2018. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021. SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. Geo UERJ, n. 36, p. 1-22, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2403**

TÍTULO: **TRANSFORMAÇÃO EPISTÊMICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS: POR UMA ECONOMIA FEMINISTA E ECOLÓGICA**

AUTOR(ES) : **LUISA GRISOLIA ROUXINOL**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

O modelo hegemônico epistemológico das ciências, sobretudo o das ciências econômicas, persiste em uma tradição positivista de objetividade que invisibiliza as diferentes experiências das mulheres, especialmente as racializadas do sul global (HARDING, 2019). A ideia de um *homo economicus* tem primazia dentro do predomínio de estudos e políticas que concebem a esfera econômica e colabora para a continuidade de um sistema que explora o corpo e o trabalho feminino, desconsiderando as mulheres como sujeitos de importância ao pensar a economia. Além disso, as políticas neoliberais associadas a esse sistema também promovem a destruição do meio ambiente de forma acintosa e negligente frente às reais condições ambientais e sociais. O presente trabalho propõe a necessidade de uma transformação epistêmica feminista nas ciências econômicas, tendo como base a noção de saberes localizados de Donna Haraway propondo a adoção de uma economia feminista ecológica que consiga cobrir as lacunas da teoria econômica tradicional e que leve em conta a luta pela autonomia das mulheres associada a um pensamento ecológicamente consciente (HARAWAY, 2009). As mulheres possuem um importante papel para combater os padrões prejudiciais da reprodução do capital e, ao pensar a economia e ao formar estratégias econômicas ambientais é de importância pensar também nas relações de gênero (ISLA, 2020). O trabalho é pensado através dos textos lidos e estudados nos encontros do projeto de extensão de economia e feminismos, que funciona juntamente com o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEFem/IE/UFRJ), que busca construir um espaço de diálogo e aprender com as diferentes vivências de mulheres, promovendo a produção de pesquisas e conteúdo sobre o papel da mulher no sistema capitalista e na Economia brasileira. Produzindo material de divulgação como vídeos, entrevistas, que estão disponíveis no nosso canal de youtube <https://www.youtube.com/c/economiafeminismoufrj>. Tal como artigos, entradas de blog (disponíveis no nosso blog medium.com/nuefem) e também pela produção de artes e pequenos textos nas mídias sociais do projeto (@economiaefeminismos), relacionados com o discutido nos encontros da extensão, esperamos contribuir aos debates sobre gênero e violências e para a construção de consciência social ao divulgarmos assuntos relevantes para a luta contra a desigualdade social.

BIBLIOGRAFIA: HARDING, Sandra. A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, S. Sheyla; HERRERO, Yayo. Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu n. 5, p. 7-41, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **2437**

TITULO: **RESTRIÇÕES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE EMPRESAS BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **JULIA JERONIMO GOMES,JOANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO:

O objetivo da presente pesquisa refere-se a analisar as restrições da qualidade da informação contábil de empresas brasileiras listadas na B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão, considerando aspectos relevantes em relatórios financeiros como *value relevance*, conservadorismo e nível baixo de gerenciamento de resultados (BARTH et al., 2006; LOPES, 2009; ALMEIDA, 2010). Cabe ressaltar que o principal objetivo da contabilidade é fornecer informações contábeis sólidas e confiáveis a serem usadas.

Oportunidades para o gerenciamento de resultados existem porque os gerentes normalmente têm a capacidade de usar o julgamento na formação de relatórios financeiros (JENSEN, 2001), tanto na definição de metas de resultados, quanto no relatório de resultados reais. Ao analisar o comportamento do gerenciamento de resultados contábeis em diversos países diante de crises financeiras, estudos evidenciaram que a qualidade das informações contábeis também pode ser impactada por questões macroeconômicas. Pesquisas evidenciam que o comportamento oportunista por parte dos gestores reduz em períodos de crises financeiras (FILIP; RAFFOURNIER, 2014; KOUSENIDIS; LADAS; NEGAKIS, 2013).

A presente pesquisa possui como proposta analisar restrições da qualidade da informação contábil passível de coleta documental, com objetivo descritivo e abordagem quantitativa. Como possível população e amostra temos empresas não financeiras listadas na B3 e que apresentarem os dados disponíveis para o cálculo das variáveis dos últimos 5 a 10 anos. Para mensuração das dimensões de restrição da qualidade da informação contábil, investigaremos acerca de como o ciclo econômico pode influenciar nesses dados contábeis. A partir das métricas de: gerenciamento de resultados por *accruals*, pelo modelo Jones modificado - Dechow, Sloan e Sweeney (1995); conservadorismo contábil pelo modelo de Khan e Watts (2009); e *Value Relevance* pelo Modelo de Ohlson (1995). A coleta de dados será feita a partir de demonstrações financeiras disponíveis na B3 e as possíveis restrições de qualidade da informação contábil em consonância ao ciclo econômico, será mensurado de acordo com Schumpeter (1939) a partir do site Ipeadata.

Os autores dessa pesquisa participam praticamente em todas as fases, essencialmente em discussões sobre teorias, contextualização, análise e resultados, mas a autora que submete este resumo é a principal responsável de tal estudo. Como resultados da pesquisa e considerações espera-se ser possível encontrar que ciclos econômicos, taxa de inflação, PIB etc. influenciem no gerenciamento de resultados, conservadorismo e *value relevance*, e a partir do sinal das regressões, poderá se inferir acerca de ser considerado como restrição, pelo sinal negativo, podendo alertar aos usuários das informações sobre possíveis restrições ao nível de qualidade dos relatórios financeiros e que pode prejudicar suas tomadas de decisões.

BIBLIOGRAFIA: BARTH, M. E., LANDSMAN, W., LANG, M., & WILLIAMS, C. Accounting quality: International accounting standards and US GAAP. Manuscript, Stanford University, 1-46, 2006. DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. The Accounting Review, p. 193-225, 1995. FILIP, A.; RAFFOURNIER, B. Financial crisis and earnings management: The European evidence. The International Journal of Accounting, v. 49, n. 4, p. 455-478, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2459**

TITULO: **BACIA PANTANEIRA: CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES DE SEGURANÇA NESSA FRONTEIRA MOLHADA**

AUTOR(ES) : **GABRIELLY GRACIANO GONCALVES,DIEGO ARCANJO DA SILVA CAMPOS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo apresentar as principais características da Bacia Pantaneira e promover um olhar mais atento às especificidades de questões de segurança e de gestão que envolvem essa área de fronteira molhada. Com cerca de 2.695 km de extensão, a região plana e baixa da Bacia do Alto Paraguai contribui para mobilização (comercial e trânsito de pessoas e de produtos) e aproveitamento hidrelétrico da região. Entretanto, a área também observam-se diversas ameaças no que tange às questões de segurança pública, como por exemplo tráfico de drogas, tráfico de armas e contrabando que muitas se beneficiam do curso do Rio Paraguai.

No percurso do Rio Paraguai pesquisado, de Porto Murtinho (Brasil) a San Matias (Bolívia), é possível observar a integração de três países: Brasil, Bolívia e Paraguai, bem como observa-se de modo complementar um relativo fluxo de tráfico de ilícitos transfronteiriços. Pesquisas em questões de segurança nessa fronteira são delineadas principalmente pela perspectiva terrestre, sendo muitas vezes deixados em segundo plano outros esquemas como de contrabando, tráfico de drogas e armas, tráfico de animais e de recursos naturais que perpassam o curso do rio. A partir desse trabalho pretendemos salientar as complexidades que envolvem a gestão da segurança nas fronteiras molhadas da Bacia Pantaneira que, sendo a oitava maior extensão úmida da América do Sul, consequentemente tem muitas de suas cidades ribeirinhas agregadas como parte das rotas de ilícitos transfronteiriços.

Quanto à metodologia será feita a seleção e leitura de materiais bibliográficos (livros, artigos e notícias) relacionados ao estudo das fronteiras brasileiras, com a finalidade de embasar teórico-conceitualmente o trabalho. De modo complementar, tendo em vista a escassez de produções que trabalhem a fronteira molhada de forma específica, também será feito o levantamento de reportagens e documentos que envolvam a gestão das fronteiras molhadas junto à agências brasileiras como a Marinha, o Exército, a Polícia Federal, e a ANTAQ. A metodologia proposta inicialmente será um estudo de caso comparativo do processo de gestão da segurança na Bacia Pantaneira, contudo observamos uma carência de fontes e referenciais teórico-conceituais que tenham essa região como objeto.

A pesquisa realizada por alunos da graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro é realizada no âmbito do Laboratório de Estudos em Segurança e Defesa no grupo de pesquisa Gestão em Segurança e Defesa que está vinculado ao Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Essa análise da Bacia Pantaneira é parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada "Análise da Governança nas Fronteiras Molhadas Brasileiras", que tem como objetivo principal mapear políticas públicas e legislações referentes à gestão da segurança nas fronteiras molhadas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA: MISSE, Michel; ZILLI, Luís Felipe; HIRATA, Daniel Veloso; RENOLDI, Brígida. Gestão de Política de Segurança Pública nas Regiões de Fronteiras: Resultados Gerais de uma Pesquisa. IPEA. MOURA, Rosa.(org.). PÉGO, Bolívar. (coord). Fronteira do Brasil: uma avaliação de política pública. Volume 1. Rio de Janeiro. 2018. NEVES, Alex J. das; SILVA, Jose C. da; MONTEIRO, Lício C. R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

TÍTULO: INCENTIVOS DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE EMPRESAS BRASILEIRAS

AUTOR(ES) : JOANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA, JULIA JERONIMO GOMES

ORIENTADOR(ES): ALINI DA SILVA

RESUMO:

A informação contábil é uma fonte para a tomada de decisões, tendo como principal fator sua qualidade, que é definida pela sua relevância e fidedignidade. Tornando-se essencial para os usuários que dela necessitam para decidir questões que envolvem o desempenho econômico, o potencial futuro dos lucros e a geração de caixa das empresas (DAVISON; GOODWIN-STEWART; KENT, 2005).

A contabilidade possui como um de seus principais objetos de preocupação a qualidade da informação contábil, assim como os incentivos que a tornam melhor, para poder garantir e fornecer informações contábeis relevantes e fidedignas. Para tal análise buscar-se-á verificar atributos como: a relevância da informação, o conservadorismo e o nível baixo de gerenciamento de resultados (BARTH et al., 2006, LOPES, 2009; ALMEIDA, 2010)

Analizada por uma abordagem positiva da contabilidade sob o viés econômico, a qualidade da informação contábil conta como um de seus principais fatores de incentivos os mecanismos de governança corporativa, como exemplo temos: comitê de auditoria, conselho de administração e auditoria independente. Observar-se-á como a presença de tais mecanismos e suas características podem reduzir o gerenciamento dos resultados, (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995; KLEIN, 2002), também como podem influenciar em nível maior de conservadorismo e relevância da informação.

Esta pesquisa contribuirá para demonstrar como os incentivos influenciam a qualidade da informação contábil e se através deles é possível garantir ou melhorá-la, trazendo para a contabilidade benefícios em seu desenvolvimento, assim como para seus usuários em suas necessidades. Portanto, a pesquisa tem como objetivo analisar os incentivos da qualidade da informação contábil de empresas brasileiras listadas na B3 – Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão.

Para fazer a análise dos incentivos da qualidade da informação contábil, será realizada uma pesquisa sujeita à coleta de documentos de empresas da Bolsa de Valores, tendo seu objetivo analisado de maneira descritiva, sendo classificada como quantitativo a abordagem do problema. Como forma de verificação dos dados, será realizada a aplicação de testes estatísticos como análise descritiva e regressões lineares, com suas devidas análises de pressupostos. O mais importante teste será para verificar se os incentivos realmente melhoraram a qualidade da informação contábil.

A equipe de execução deste projeto irá trabalhar em conjunto, principalmente frente a discussão da problematização, teorias, análise dos dados, sendo que a principal responsável da pesquisa é a autora que submete este resumo. Os resultados esperados e as considerações esperadas referem-se à identificação de características de mecanismos de governança corporativa que podem se relacionar com a qualidade da informação contábil, principalmente para os incentivar em maior nível, beneficiando os usuários da informação contábil.

BIBLIOGRAFIA: DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. *The Accounting Review*, p. 193-225, 1995. KHAN, M.; WATTS, R. L. Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. *Journal of accounting and Economics*, v. 48, n. 2-3, p. 132-150, 2009. OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary Accounting Research*, v. 11, n.2 , p. 661-687, 1995.

TITULO: COLAB-DIGITAL UFRJ - DINAMICA DE APROXIMAÇÃO

AUTOR(ES) : ALEXIA FERNANDA DE, ALICE DE AGUIAR XAVIER, LUCIANA SÁ BRITO

ORIENTADOR(ES): JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é avaliar a estratégia de aproximação com o grupo selecionado para participar do projeto de extensão CoLab-Digital UFRJ. A questão que se coloca é como criar um ambiente confortável, no sentido do clima organizacional, onde as pessoas se sintam motivadas e à vontade para darem o melhor de si. Por outro lado, do ponto de vista do projeto, há a necessidade de se conhecer melhor as pessoas em um ambiente de interação.

O objetivo do projeto é organizar uma dinâmica para formar equipes de produção de conteúdos digitais, criando oportunidades para alunos de diversas áreas experimentarem a prática da produção de conteúdos digitais. Os resultados dessas produções estarão disponíveis em um site na internet.

O problema passa por dois aspectos: educação e formação, que são questões de interesse e assimilação. Neste sentido, a dinâmica de trabalho com as equipes se propõe atuar com maior engajamento e retenção.

Do ponto de vista metodológico, no CoLab-Digital UFRJ é utilizada a abordagem da pesquisa-ação e aprendizagem colaborativa.

Quando estamos lidando com grupos, existe o fator de identificação do participante, se o tema da reunião é convergente (PEIXOTO, 2010). Worchel e Coutant (2005) indicam que um grupo ao se estruturar, tem a perspectiva de ser capaz de proporcionar aos membros a possibilidade de explorarem ao máximo o seu potencial. Isto implica no direcionamento desse coletivo de sua contribuição única. Por outro lado, é importante tomar o cuidado para não criar situações que possam gerar tensões ou competição entre os participantes, dado que, é fundamental, para manter a harmonia no grupo, equalizar as diferenças entre os indivíduos.

Neste sentido, combinar um incentivo para integração grupal, levando em consideração contribuições individuais, "capacita os membros da equipe a desenvolverem comportamentos colaborativos e inovadores" (Janssen & Huang, 2008).

A metodologia utilizada neste trabalho, quanto aos fins, é exploratória e descritiva. Quanto aos meios, foram utilizados, um questionário com perguntas abertas e dinâmica de observação participativa, com tarefas predefinidas. Também foram feitas buscas bibliográficas. Com abordagem qualitativa.

A atuação das extensionistas, nesta etapa do projeto, além da participação nas reuniões de planejamento, atuam no apoio à elaboração do formulário de inscrição, na concepção da dinâmica de integração, bem como na seleção dos participantes, candidatos ao projeto.

O projeto está em sua fase inicial. De acordo com o cronograma, já foram realizadas as etapas de: formação da equipe de coordenação; preenchimentos do formulário; interações para direcionamento dos participantes; cadastramento dos participantes nos grupos; interações nos grupos; agendamento na dinâmica (máximo de 5 por sessão); realização das sessões. Estamos na fase de "debriefing" das reuniões, para avaliar os encaminhamentos possíveis.

BIBLIOGRAFIA: PEIXOTO, L. (2010). A Dinâmica da Identidade Profissional em Equipes Multiprofissionais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2010. JANSSEN, O. & HUANG, X. (2008). Us and me: team identification and individual differentiation as complementary drivers of team members' citizenship and creative behaviors. *Journal of Management*, 34(1), 69-88. WORCHEL, S. & COUTANT, D. (2005). It takes two to tango: relating group identity to individual identity within the framework of group development. In: M. Brewer & M. Hewstone (Eds.), *Self and Social Identity* (pp. 182-202). Oxford: Blackwell Publishing.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **2506**

TÍTULO: **A GOVERNANÇA METROPOLITANA E A AGENDA CLIMÁTICA: RASTREANDO ELEMENTOS DISCURSIVOS NO PEDUI E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO**

AUTOR(ES) : **GABRIEL MANDIA PANTALEÃO,ARTHUR BERNARDO LOPES**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO:

A sociedade contemporânea tem sentido as consequências das mudanças climáticas em decorrência das atividades humanas, especialmente no meio urbano-metropolitano, por conta da maior intensidade e frequência dos impactos das mudanças climáticas globais, afetando grandes contingentes populacionais todos os anos (IPCC, 2007). A gestão das águas para o abastecimento dos grandes centros, o manejo dos resíduos sólidos e do saneamento, bem como os investimentos em transportes de massa e alternativas de mobilidade ativa demonstram como um planejamento urbano e regional orientado para a consideração do ecossistema em sua complexidade passa a desempenhar um papel fundamental (MARTINS, 2010; TEIXEIRA; PESSOA, 2021). Mais ainda, considerando-se a abrangência espacial do fenômeno e seus efeitos variados, é inevitável considerar a necessidade de soluções interligadas de mitigação e de adaptação e a partir de múltiplas escalas. Portanto, assumimos a escala metropolitana como recorte espacial estratégico para a ação governamental com vistas a uma governança climática democrática, integrada e multiescalar, tomando como objeto de análise o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como metodologia, faremos uma análise de conteúdo do texto buscando destacar as referências a ações de mitigação e adaptação climática com o objetivo de identificar os elementos discursivos presentes na construção da problemática das mudanças climáticas e o seu enfrentamento na escala metropolitana (TEIXEIRA; PESSOA, 2021). Essa análise exploratória indicou que o enquadramento feito pela consultoria Quanta-Lerner em relação ao enfrentamento das mudanças climáticas mobiliza de maneira mais clara a referência à abordagem da "resiliência" e praticamente não faz menção à "adaptação" ou criação de "capacidades adaptativas", considerando que a categoria "resiliência" aponta uma capacidade geral de recuperação frente aos desafios, e a categoria "adaptação" se refere à ações mais diretas para lidar com desafios específicos dado determinado nível de recursos (WONG-PARODI; FISCHHOFF; STRAUSS, 2015, p. 2).

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, R. D. Governança climática nas cidades: reduzindo vulnerabilidades e aumentando resiliência. *Revista Geográfica Acadêmica*, v. 4, n. 2, p. 5-18, 2010. TEIXEIRA, R. L. P.; PESSOA, Z. S. (2021). Planejamento urbano e adaptação climática: entre possibilidades e desafios em duas grandes cidades brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38, 1-21. WONG-PARODI, Gabrielle; FISCHHOFF, Baruch; STRAUSS, Benjamin. Resilience vs. Adaptation: Framing and action. *Climate Risk Management*, v. 10, p. 1-7, 1 Jan 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2517**

TÍTULO: **COLAB-DIGITAL UFRJ, EQUIPES DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS**

AUTOR(ES) : **ALICE DE AGUIAR XAVIER, ALEXIA FERNANDA DE, LUCIANA SÁ BRITO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é verificar a medida de efetividade na capacitação de um grupo de pessoas de formação diversa, com base na proposta "da prática para teoria", baseado em projetos, com equipes colaborativas. O problema é caracterizado pela baixa efetividade na assimilação, nos processos de treinamento e formação de competências tradicionais. A hipótese decorrente é: considerando o processo de aprendizagem como uma experiência assimilada, será a referência, no adulto, em suas experiências formativas.

Esse projeto faz parte da Linha de Pesquisa "Produção de Conhecimento, Educação e Empreendedorismo", do "Núcleo Universidade, Empresa e Inovação Tecnológica" (NUE.iT/UFRJ). O contexto de base é o projeto de extensão CoLab-Digital UFRJ, que capacita equipes colaborativas para produzir conteúdos digitais.

MAFRA e DE SIMONI (2000) afirmam que a associação do trabalho humano ao aspecto colaborativo e lúdico é uma forma de valorizar a livre iniciativa do ser humano e torná-lo mais produtivo. Isso porque, o trabalho colaborativo é baseado em regras, ética e interatividade, sendo que os processos são compartilhados e construídos em trocas e interações conjuntas. Além disso, segundo ARAÚJO (2020), a aprendizagem está associada ao desenvolvimento orgânico, e o fator social desempenha um papel relevante na teoria de Vygotsky. Em relação ao treinamento de novos trabalhadores, MEDEIROS (2003) destaca um método de três estágios baseado na experiência prática para acelerar o processo de assimilação cognitiva. O método consiste em o instrutor fazer a demonstração, o aprendiz fazer junto com o instrutor e, por fim, o aprendiz fazer supervisionado pelo instrutor. Este método tem potencial para ser aplicado em diferentes contextos de treinamento.

Por fim, a ciência foi construída da experimentação para a teoria, dentro de uma lógica sequencial de formulação de hipóteses e verificação de consistência.

Partindo de um paradigma epistemológico sociotécnico, a pesquisa é, quanto aos fins, exploratória e descritiva, com seu objeto no campo empírico.

Quanto aos meios, um estudo de caso, com observação direta. Com base na pesquisa ação, que permite uma ação dialógica entre os participantes, serão realizadas entrevistas, dinâmicas de grupo, pesquisa bibliográfica e documental. Quanto à abordagem será qualitativa e quantitativa (quali quanti).

A atuação das extensionistas, nesta etapa do projeto, além da participação nas reuniões de planejamento, atuaram no apoio à elaboração da estratégia de seleção dos candidatos, na elaboração dos modelos de trabalho de produção de conteúdos, bem como na seleção dos temas relevantes e da estratégia de comunicação do projeto.

O projeto está em sua fase inicial, teve seu início em novembro de 2022. Foi realizado um processo seletivo, para definir a equipe piloto. Com o resultado foi realizada uma dinâmica de aproximação. A próxima etapa é um debriefing desta dinâmica para iniciar o planejamento dos trabalhos.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, C.R.P. 2020. Um Diálogo entre Piaget, Vygotsky e Wallon sobre as categorias de Desenvolvimento e Aprendizagem. ID on line. *Revista de psicologia*, [S.I.], v. 14, n. 49, p. 489-503, fev. 2020. ISSN 1981-1179. MAFRA, J. R. D. e De SIMONI, M. 2000. "Child Spontaneous and Creative Actions Seen as Existential and Relational Indicators to Actual Working Activities and Human Associations". *Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting* 44(1):290-290. MEDEIROS, V. R. F. 2003. Antropotecnologia da exploração do petróleo no Brasil: Estudo ergonômico da nacionalização da equipagem de operação de fraturas hidráulicas em poços submarinos. 236 f. Tese (DSc) UFRJ>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2525****TITULO: RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS VIRTUAIS NO ÂMBITO DO STJ****AUTOR(ES) : MARIANA MARQUESAN MARTINS, ANY CAROLINA GARCIA GUEDES, LUANA FELIZARDO ALVES****ORIENTADOR(ES): FLAVIO ALVES MARTINS****RESUMO:**

O projeto de pesquisa tem o condão de mapear e analisar criticamente o posicionamento do STJ acerca da responsabilidade civil das plataformas virtuais pela produção de conteúdo por usuários, aferindo-se se a partir da aplicação do Marco Civil da Internet houve aplicação da norma no sentido de garantir a segurança jurídica nas relações digitais.

Metodologia: foram inseridas na barra de pesquisa do Superior Tribunal de Justiça as expressões: responsabilidade, civil, internet. A pesquisa ocorre desde outubro de 2022, sendo coletados mais de 100 (cem) acórdãos tratando do tema entre os anos de 2014 e 2022.

Do material desprezado: dos acórdãos encontrados foram excluídos os que tratavam acerca de matéria com finalidades jornalísticas, criminais e tributárias, cingindo-se a pesquisa ao conteúdo pessoal e individual inserido por usuário com capacidade ilícita ou abusiva de direito, causador de dano a outro usuário.

Do material examinado: foram armazenados e estão em fase de análise 74 acórdãos que tratam de responsabilização civil por danos no ambiente da internet, tendo redes sociais como intermediárias das informações carregadas em seus ambientes por usuários. Os pontos de exame do material colhido são:

1. Natureza do dano - moral ou material;
2. Razão do dano - abusividade de direito ou ilicitude a informação;
3. Responsável - plataforma ou terceiro;
4. Extensão do dano e sua quantificação; e
5. Solidariedade da plataforma para a produção do resultado.

São objetivos da pesquisa: aferir, segundo o marco teórico escolhido, se o Marco Civil da Internet, ao propor a desresponsabilização das plataformas pelo conteúdo inserido por seus usuários nas redes sociais promoveu um sentido de justiça ou de segurança jurídica aos usuários; verificar se houve alteração no sentido dos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça nos casos analisados sob a égide do CDC, que regulou a matéria até 2014; analisar o sentido dado pelo Tribunal aos julgados a partir da vigência do microssistema regulatório das relações no ambiente virtual composto pelo Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados (mais recentemente).

A pesquisa ainda se encontra em suas primeiras etapas no âmbito do Laboratório de Estudos em Sociedade e Tecnologia - LETS, UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: GUEDES, Any. Plataformas de Interferência Privada. Como as Redes Sociais Afetam os Desenhos Institucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. LONGHI, João Vitor. Responsabilidade Civil e Redes Sociais. Retirada de Conteúdo, Perfil Falso, Discurso do Odio e Fake News. São Paulo: Foco, 2020. MARQUES, Claudia Lima e MIRAGEM, Bruno. O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2002. MARQUES, Claudia Lima. LORENZETTI, Ricardo. Contratos de Serviço em Tempos Digitais. Contribuições para uma nova teoria geral dos serviços e princípios de proteção dos consumidores: Revista dos Tribunais: São Paulo, 2020

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2529****TITULO: RISCO AMBIENTAL E LANÇAMENTO DE ALERTAS EM GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DE HIDROITUANGO NA COLÔMBIA****AUTOR(ES) : PIETRA CRISTINA SOARES MASCARENHAS****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA****RESUMO:**

A presente comunicação é produto da atuação da autora como bolsista voluntária na pesquisa de iniciação científica "Análise sócio informática de conflitos ambientais", apoiada pelo PIBIC e executada no Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. O trabalho submetido à SIAC é um desdobramento do plano de atividades da pesquisa voltada para o estudo de um caso internacional de controvérsia pública, suscitada durante o processo de licenciamento ambiental de um grande projeto hidrelétrico. Trata-se de Hidroituango, implantado na Colômbia e projetado para ser o maior empreendimento hidrelétrico desse país. Em 2018, durante a fase de construção, a barragem sofreu um vazamento gerando inundações e o risco iminente de desabamento que causou a evacuação imediata de 600 habitantes de uma cidade de pescadores, também como o risco para outros 100 mil habitantes de cidades localizadas à jusante. No meio do debate gerado pelo risco associado ao empreendimento, analisa-se o processo de geração de alertas que foi promovido por atores críticos ao empreendimento, identificando os eventos que caracterizaram sua trajetória, os atores envolvidos e o conteúdo de seus argumentos. Conclui-se sobre a importância da atuação de organizações locais críticas como Rios Vivos e os obstáculos experimentados por elas diante do posicionamento do poder público a favor da continuidade do projeto e das pressões do capital financeiro. Como fundamento teórico se adota a sociologia pragmática aplicada aos conflitos ambientais e sua operacionalização com o auxílio da ferramenta informática Prospéro (PROgramme de Sociologie Pragmatique, Expérimentale et Réflexive sur Ordinateur), software de análise de texto. Foi realizada uma pesquisa documental em Internet que permitiu a coleta de material empírico (matérias, documentos, vídeos, postagens em redes sociais) representativo da produção discursiva dos diversos atores envolvidos na controvérsia. Os diferentes formatos do material foram transcritos e agrupados em um dossiê para sua análise no software, através das dimensões de temporalidade, atores e argumentos.

BIBLIOGRAFIA: BARTHE et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Sociologias, Porto Alegre, 18, p. 84-129, 2016. CHATEAURAYNAUD, F. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. Ciências em Debate, v.2, p.14-40, Florianópolis, 2017. LOMBANA, E. Proyecto Hidroituango. La historia de una tragedia. Revista Kavilando, 12(2), 582-587, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2558****TITULO: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO TRÁFICO NAS FRONTEIRAS MOLHADAS DA BACIA PANTANEIRA****AUTOR(ES) : GABRIELA SALVIANO DE BRITO, CLARA BERNARDO MATTOSO MONTENEGRO****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA****RESUMO:**

Esse trabalho tem como objetivo analisar as principais atividades ilícitas que ocorrem no ambiente fluvial da Bacia Pantaneira, com um foco especial no tráfico de animais silvestres e a convergência criminosa com o narcotráfico, verificando se existe uma correspondência entre as estruturas de crime organizado dessas duas atividades ilícitas. Um outro ponto a ser observado pela pesquisa é quais seriam as políticas públicas em vigor para combater essas práticas na região. A pesquisa é realizada por discentes da graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional no âmbito do grupo de pesquisa de Gestão em Segurança e Defesa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID e compõe um projeto mais amplo que visa mapear como o Brasil tem falhado ao desconsiderar o crime organizado nas suas águas fluviais ou fronteiras molhadas, aspecto que tende a pontuar uma dualidade entre como o ambiente é encarado e como ele deveria ser encarado.

É também importante lembrar da geografia única da região, fronteiriça com Bolívia e Paraguai, com planaltos em suas nascentes, períodos de cheias e vazantes, rios temporários e outros fatores biológicos e geográficos complexos que tornam a região tão diferente das outras. Assim sendo, acredita-se ser essencial compreender como a geografia e a baixa densidade populacional influenciam nas estratégias e índices de criminalidade local. Deste modo, na pesquisa planeja-se estudar as dinâmicas de algumas das cidades com baixa urbanização dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente as que fazem fronteira molhada com a Bolívia e o Paraguai, além das próprias cidades pantaneiras bolivianas e paraguaias que fazem fronteira com o Brasil. Um dos aspectos a ser pesquisado será tentar entender como suas populações se relacionam com a Bacia Pantaneira, quais são as principais atividades lícitas e ilícitas na região, como elas ocorrem e quais são as políticas públicas criadas para lidar com problemas de insegurança.

Há que se ressaltar que apesar do bioma Pantanal ser de extrema importância para o país - visto que 71% de sua extensão está no Brasil e o restante na Bolívia e no Paraguai -, há poucos estudos que se concentrem na criminalidade dentro dele, sendo que a quantidade de estudos é ainda menor na perspectiva da bacia hidrográfica. Por isso, com uma metodologia exploratória que visa produzir um estudo de caso comparativo haverá uma busca de dados em sites e relatórios do Governo Federal, dados de ONGs e notícias locais. Se considera também como referencial analítico livros como a série "Fronteiras do Brasil" publicada pelo IPEA e "(Re)definições de fronteiras: velhos e novos paradigmas" publicada pelo IDESF, bem como artigos de estudo de caso sobre a região. De modo resumido, esse estudo de caso busca compreender como a população se relaciona com a Bacia Pantaneira, quais são as principais atividades ilícitas na região, como ocorrem e quais são as políticas públicas criadas para lidar com esse problema.

BIBLIOGRAFIA: PÉGO, Bolívar; MOURA; Rosa (org). Fronteiras do Brasil: Uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Integração Nacional, 2018, vol. 1. NEVES, Alex J. das; SILVA, Jose C. da; MONTEIRO, Lício C. R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. BERTUOL, Mário J. e COSTA, Tiago M. C. da. Avaliação da governança das políticas nacionais de fronteiras dos países da América Latina e do Caribe. Revista do TCU. Julho-Dez

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2580****TITULO: O CONFLITO ENTRE O DIREITO À PRIVACIDADE DO DOADOR ANÔNIMO E O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA DO INDIVÍDUO GERADO POR REPRODUÇÃO MÉDICA ASSISTIDA HETERÓLOGA****AUTOR(ES) : RAFAEL FUCCINI NOBREGA DE ASSIS****ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA****RESUMO:**

Na contemporaneidade, a área biotecnológica tem se expandido a níveis inimagináveis tempos atrás. Quanto ao tema, no âmbito do Direito Civil, os direitos da personalidade estão cada vez mais destacados. Em verdade, muitas vezes, há um embate entre os direitos da personalidade, por um lado, enquanto há o direito à privacidade do outro. Com isso posto, o objetivo geral do estudo pretende verificar se é possível a quebra de sigilo do doador em prol do direito ao conhecimento da origem genética do indivíduo gerado.

Segundo a Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM) determina, de maneira expressa, que "os doadores não devem reconhecer a identidade dos receptores e vice-versa". Porém, o universo jurídico, ao encontro do embate citado, é obrigado à resolução de lides que apresentam pontos sensíveis como o levantamento do anonimato do doador em caso de doenças genéticas hereditárias e o simples direito ao indivíduo saber de onde surgiu, isto é, quais são suas origens, como fim de história pessoal.

Nesse contexto, como a regulação jurídica sobre o assunto ainda é muito incipiente devido ao elevado grau de sofisticação dos avanços biotecnológicos, existem correntes que entendem que a quebra do anonimato do doador é necessária para garantir a dignidade ao descendente e o pleno desenvolvimento da personalidade. Outras correntes entendem que, de maneira nenhuma, o anonimato deve ser discutido, isto é, não há hipóteses legais para quebra dessa encriptação.

Com o intuito de responder à problemática, será feita a pesquisa qualitativa, por meio do método dedutivo. É importante salientar que a presente pesquisa parte de uma análise do uso da reprodução médica assistida heteróloga para, desse modo, verificar se é possível realizar a quebra do anonimato de doadores. Além disso, será utilizada pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

BIBLIOGRAFIA: SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade. Editora Atlas, 2011. KONDER, Carlos Nelson; KONDER, Cíntia Muniz de Souza. Autonomia reprodutiva e novas tecnologias no ordenamento brasileiro: violações e ameaças ao direito a gerar e a não gerar filhos. Revista da Faculdade de Direito UFMG, Belo Horizonte, nº 69, pp. 113 - 131, jul./dez. GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. A Nova filiação: O Biodireito e as Relações Parentais: O Estabelecimento da Parentalidade-Filiação e os Efeitos Jurídicos da Reprodução Assistida Heteróloga. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2586****TITULO: O TSE E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DAS DECISÕES DO SEGUNDO TURNO**

AUTOR(ES) : ISABELA LYRA LEMOS, FERNANDA BARBOSA PEREIRA GIACONNOSE, LILIANNY FRITZ SANTOS DE SÁ, MARIA EDUARDA DE SOUZA MONTEIRO FERREIRA, CRISTIANO SANTOS DE OLIVEIRA, ANA CRISTINA CAMPOS SANTOS, EVELYN DE OLIVEIRA DE MELO

ORIENTADOR(ES): ISADORA DE OLIVEIRA SILVA**RESUMO:**

Trata-se de pesquisa documental jurisprudencial, cujos dados serão coletados com método de análise quali-quantitativa, e que será realizada por meio de metodologia fundamentada em dados (grounded theory). Objetiva-se examinar, do ponto de vista do direito eleitoral e da teoria democrática, o comportamento jurisdicional do TSE durante o segundo turno da eleição presidencial de 2022, nas decisões judiciais tomadas nos processos eleitorais referentes aos dois candidatos em disputa, movidas por ou contra eles. A pesquisa parte do pressuposto de que as decisões judiciais, em um Estado democrátido, são motivadas. No que se refere ao desenho da jurisdição eleitoral, entende-se que as decisões ali proferidas devem se comprometer com os fundamentos do regime democrático e com as disposições das legislações eleitoral e constitucional. O recorte temporal da pesquisa é o do segundo turno eleitoral em virtude do caráter decisivo dessa etapa do pleito, e pelo número de candidatos em disputa nesse momento, que reduz o universo de pesquisa e a torna mais concisa. Serão analisadas apenas as decisões do TSE porque a essa corte compete o julgamento de demandas referentes à disputa presidencial. A leitura das referidas decisões, espera-se, fornecerá informações a partir das quais se poderá tirar conclusões acerca das principais características do processo decisório da corte, após identificação e análise de argumentos e comportamentos que se repetem. Primeiro serão levantadas e analisadas todas as decisões tomadas pela corte durante o interstício de 03/10/2022 e 30/10/2022 que tiveram os dois candidatos à presidência, então em disputa, como parte - autora ou ré. As decisões serão obtidas no sítio eletrônico do TSE, e serão lançados, como palavras-chave, os nomes Luiz Inácio Lula da Silva, Coligação Brasil da Esperança, Federação Brasil da Esperança, Jair Messias Bolsonaro e Coligação Pelo Bem do Brasil no campo referente às "partes" do processo. Serão analisados apenas os casos que digam respeito à disputa presidencial, sendo descartados eventuais casos que não tenham os candidatos concorrentes, suas coligações e federações como autores ou réus, e que tratem de outros assuntos. Em seguida se identificará a fundamentação de cada decisão, examinando-se se as decisões possuem conexão com a causa do pedido, se consideram as alegações de ambas as partes no processo decisório de maneira isonômica, se se baseiam na legalidade estrita e se, nessa medida, manifestam uma preocupação com a manutenção do regime democrático e seus elementos. O referencial teórico é a teoria democrática de Robert Dahl, em sua visão acerca dos elementos principiológicos e institucionais fundamentais da democracia liberal. A partir do entendimento de seu pensamento, espera-se, será possível ponderar acerca do caráter democrático das decisões tomadas pelo TSE. A leitura de doutrinal eleitoralista também será fundamental para compreender se os processos decisórios foram formal e principiológicamente adequados.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Código eleitoral anotado e legislação complementar. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2724****TITULO: BIBLIOTECONOMIA SOCIAL: UMA VISÃO SOBRE O MOVIMENTO EM DIFERENTES PAÍSES**

AUTOR(ES) : BARBARA LOPES GONÇALVES, NAYARA VITÓRIA CALDAS DA SILVA, NATASHA SILVA VALLADÃO, AMANDA RAYOL SOLA DO ESPÍRITO SANTO

ORIENTADOR(ES): PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**RESUMO:**

Este trabalho é baseado no projeto de pesquisa "Biblioteconomia social e suas interseções: construção do estado da arte", que visa compreender esse campo de estudos a partir da análise da produção técnico-científica nacional e internacional. A pesquisa aconteceu com a participação de uma autora e três coautoras, onde todas contribuíram com as mesmas fases de seu desenvolvimento. Seu objetivo é apresentar uma visão geral sobre o movimento da Biblioteconomia Social em diferentes países, através de artigos publicados nas línguas espanhola, inglesa e portuguesa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva com abordagem quanti-qualitativa, que realizou as buscas por artigos científicos no Portal de Periódicos CAPES, no Google Acadêmico, na BRAPCI e na SciELO. Foram recuperados 86 artigos publicados entre 2001 e 2021, sendo 26 em português, 15 em espanhol e 45 em inglês. Os resultados demonstram que as primeiras publicações localizadas são de autores da África do Sul, que possui um periódico destinado à discussão da temática, e dos Estados Unidos, que fica localizado no continente com maior número de produções na área; na região da América Latina, os países que mais apresentam resultados são Brasil, Argentina e México. É possível observar que a Biblioteconomia Social é um campo de estudos ligado às questões sociais, políticas e culturais, com inserção em diferentes países e que busca atender as necessidades da população, de forma a garantir a todos(as) os(as) cidadãos(as) o acesso e a apropriação da informação, a partir da mediação da informação com foco em grupos socioculturais específicos.

BIBLIOGRAFIA: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022. P., P. M. S.; FELIPE, C. B. M. Movimento da biblioteconomia social: uma análise da literatura em português, espanhol e inglês. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/193138>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TITULO: CONDICIONANTES À DESIGUALDADE EM SAÚDE NO ERJ: A DIMENSÃO TERRITORIAL DA SAÚDE E DO CEIS NAS ESCALAS ESTADUAL E LOCAL

AUTOR(ES) : KENIA DA SILVA BRAGA

ORIENTADOR(ES): JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO, MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

RESUMO:

Em um país marcado pela heterogeneidade territorial e desigualdades sociais e econômicas, faz-se necessário ter um olhar que considere e incorpore essas diferenças para a criação e desenho de políticas públicas adequadas. A universalização da saúde deve trazer uma perspectiva regional e sistêmica que oriente a promoção de políticas voltadas à diminuição da vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), diminuam sua dependência por produtos e serviços do chamado “Complexo Econômico e Industrial de Saúde” e tornem a saúde um dos pilares do desenvolvimento de regiões e país. A pesquisa a ser apresentada é parte do projeto **Desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto nacional e global de transformações sociais, econômicas e tecnológicas - CEIS 4.0**.

O recorte, aqui, busca apresentar os principais dados extraídos do Censo Demográfico (2010), DATASUS e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com o objetivo de mapear as dimensões da saúde e do complexo econômico e industrial da saúde do Rio de Janeiro ao traçar um panorama das desigualdades à luz dos Determinantes Sociais da Saúde. Serão apresentados, em um primeiro momento, dados que caracterizam o perfil dos seguintes recortes territoriais: o Estado do Rio de Janeiro, suas regiões metropolitanas (RM1 e RM2) e capital e da Área de Planejamento 3.1. Os dados mostraram que as desigualdades socioeconômicas, traduzidas em desigualdades de saúde, escrutinam a necessidade de ações preventivas, cuidadoras, promocionais e reabilitadoras específicas à realidade de comunidades vulnerabilizadas.

Além disso, os condicionantes dos territórios dificultam a disponibilidade de recursos humanos e materiais, como médicos, equipes de saúde da família e leitos de internação. Os dados do DATASUS, em conjunto com a base de dados de empregos formais e estabelecimentos com recortes relacionados aos serviços e comércio do complexo industrial e econômico de saúde pela RAIS desenham as dificuldades, necessidades e potencialidades da estrutura produtiva de saúde dentro do arranjo local. Gadelha e Temporão (2018) destacam a necessidade de redução do grau de dependência do SUS da importação de insumos essenciais para seu funcionamento, como medicamentos, equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos – analisados nesta pesquisa –, cuja necessidade se tornou mais evidente durante a pandemia de Coronavírus. Portanto, uma discussão acerca do subsistema farmoquímico e farmacêutico e de base mecânica, eletrônica e de materiais de saúde foi realizada com base em dados da RAIS.

Com base nos indicadores destacados, a visão de que o fortalecimento da estrutura produtiva de saúde mostrou-se parte essencial da promoção do desenvolvimento social e econômico e que o território é o palco de concentração dessas ações do poder público. Seus resultados contribuíram para a análise posterior das iniciativas de saúde nos Complexos da Maré de Manguinhos e seus desdobramentos durante a crise sanitária de 2020.

BIBLIOGRAFIA: LASTRES, H. M. M.; APOLINÁRIO, V.; CASTRO, S. D.; MATOS, M. G. P. Transformações e aprendizados da Covid-19 e a dimensão territorial da saúde: por uma nova geração de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 28, p. 87-114, jan.-abr. 2021. GADELHA, C. A. G et al. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 6, p. 3003-3016, 2011. GADELHA, C. A. G.; TEMPORÃO, J. G. Desenvolvimento, inovação e saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p.1891-1902, Rio de Janeiro, Jun. 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2752****TITULO: 10 ANOS DE IFRS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA ADOÇÃO COM FOCO NA VIDA ÚTIL E NA TAXA DE DEPRECIAÇÃO E NA DIFERENCIADA ENTRE PERDAS INCORRIDAS E ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA****AUTOR(ES) : ISABELA FRANCO CAMILO****ORIENTADOR(ES): MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO****RESUMO:**

Em 2019 completou-se 10 anos desde que as Normas Internacionais Contábeis (IFRS) foram plenamente adotadas no Brasil, por meio dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo analisar a evolução da divulgação das informações contábeis de empresas de capital aberto no Brasil, a partir da Depreciação e das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Para tanto, desenvolveu-se dois *checklists* com os principais critérios sugeridos nos respectivos CPCs 27 (para a depreciação) e 48 (para as PECLD). Para aplicação destes *checklists* nas notas explicativas, a partir de uma amostragem não probabilística por conveniência, foram escolhidas 30 empresas dos setores de bens industriais e de tecnologia da informação para análise da depreciação e 30 empresas, de maneira geral, dos setores de consumo cíclico, saúde e bens industriais para análise das PECLD. A escolha dos setores se deu pela relevância, respectivamente, da depreciação e das PECLD. A análise da evolução da divulgação destas informações contábeis foi feita a partir de três momentos distintos: no início da adoção em 2010, depois de 5 anos em 2014 e depois de 10 anos em 2019.

A bolsista atuou na coleta dos dados das empresas, bem como na análise destes dados coletados.

No caso da depreciação, se observou que poucas são as empresas da amostra que divulgam a vida útil e a taxa de depreciação de cada ativo imobilizado (37% em 2010, 57% em 2014 e 67% em 2019). Numa análise dos determinantes da divulgação deste item, percebeu-se que, pelo menos ao nível de 10% de significância, empresas com menor nível de endividamento e com maior rentabilidade tiveram maior nível de divulgação da vida útil e da taxa de depreciação de cada ativo imobilizado. Já em relação às PECLD, observou-se uma grande evolução na divulgação das diferenças entre perdas incorridas e estimadas, saindo de 27% em 2010, passando para 33% em 2014 e chegando a 83% em 2019. Numa análise dos determinantes da divulgação deste item, percebeu-se que, pelo menos ao nível de 10% de significância, empresas com maior representatividade das contas a receber e com maior nível de endividamento tiveram maior nível de divulgação das diferenças entre perdas incorridas e estimadas.

Por fim, pode-se concluir que gradativamente, as empresas no Brasil estão melhorando a divulgação das informações contábeis. Porém, percebe-se ainda a necessidade de melhorias na evidenciação de alguns aspectos dos CPCs 27 e 48, bem como na maior diferenciação entre a realidade econômica retratada no tratamento contábil e a legislação fiscal para o caso da depreciação. Além disso, empresas menos endividadas e com maior rentabilidade tiveram melhor nível de evidenciação para vida útil e taxa de depreciação, enquanto empresas com maior representatividade das contas a receber e mais endividadas tiveram melhor nível de evidenciação das diferenças entre perdas incorridas e estimadas.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, M. D. D. M. et al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. RCO, 6(15), 3-22, 2012. HOLTZ, L. et al. A prática de reconhecimento e mensuração das PECLD antes e após a adoção das normas internacionais de contabilidade. SCG, 9(1), 65-81, 2014. MARQUES, V. A. et al. Análise do Nível de Evidenciação da Depreciação Conforme o CPC 27 no Período de 2007 a 2014. RGFC, 6(2), 50-71, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2772****TITULO: O SURGIMENTO DO COMANDO VERMELHO SOB A ÓTICA DA INFLUÊNCIA DA DITADURA MILITAR E O CONTRAPONTO COM A RELAÇÃO DO ESTADO X GRUPOS IRREGULARES VIOLENTOS NO ÂMBITO DAS "NOVAS GUERRAS"****AUTOR(ES) : DOUGLAS STURM DE LIMA****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO****RESUMO:**

Este artigo pretende elucidar parte dos fatores que contribuíram para o surgimento do Comando Vermelho (CV), fazendo um contraponto com as discussões da lógica da emergência de grupos armados no âmbito das 'novas guerras'. O estudo feito teve por objetivo entender como essas lógicas se distinguem, e alinhadamente, de que maneira a Ditadura Militar no Brasil proveu condições para o surgimento do CV.

Para isso, o trabalho foi dividido em quatro seções. Na primeira expõe-se como parte da literatura acadêmica lida com a questão da lógica da relação entre a aparição de grupos irregulares violentos e o Estado no contexto de conflitos armados. Em sequência, uma contextualização do período da Ditadura Militar brasileira e seu aparelho repressivo. Na terceira seção explora-se como se deu o surgimento do CV. Na última, examina-se como se pode enxergar a relação entre a ditadura e o surgimento da organização criminosa, bem como de que modo esta lógica diferencia-se da discutida no primeiro bloco.

Chega-se à conclusão de que, ao passo que os grupos insurgentes protagonizantes de conflitos armados modernos surgem em sua maioria a partir da ausência e fragilidade do estado modernos, a lógica do surgimento do CV está inserida num contexto inverso - de alta penetração do Estado Brasileiro na sociedade, através de mecanismos antidemocráticos e violência política. São justos estes pontos que corroboram para hipótese de que a Ditadura contribuiu para o surgimento da organização, através da prisão de militantes políticos e o nivelamento destes para com os bandidos comuns, o que resulta numa colaboração proveitosa tendo como fruto a facção criminosa.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM, Carlos. Comando vermelho. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Editora Vozes, 2022. KLINE, Harvey F. Colombia: Lawlessness, Drug Trafficking, and Carving Up the State. In: ROTBERG, Robert I. (Ed.). State failure and state weakness in a time of terror. Brookings Institution Press, 2004. p. 161-182.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2809****TITULO: PERIÓDICO MALLMANN: PROTÓTIPO DE PERIÓDICO CIENTÍFICO DE ARTIGOS DE NORMALIZAÇÃO.**

AUTOR(ES) : ALINE FERREIRA MAIA, THAIS SOARES MENDES, CAILANE MELO DE OLIVEIRA, LUIS FELIPE DA CONCEICAO LOUREIRO, GIOVANNA VALENTINI PAIVA, ALBERTO NUNES ROMERO FILHO, RUTE DA SILVA CAVALCANTI, ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO, ANDRE JOAQUIM GONCALVES DE CAMPOS JUNIOR

ORIENTADOR(ES): PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**RESUMO:**

Exibiremos o protótipo de periódico, que se trata de um trabalho técnico surgido a partir da ideia de reunir os artigos desenvolvidos como parte da avaliação na disciplina Normalização da Documentação da turma de 2022.1 e elaborar um fascículo de periódico visando colocar em prática os conhecimentos obtidos sobre as normas da ABNT, dando maior ênfase às normas que tratam especificamente da apresentação de publicações periódicas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, c2015) e de artigos científicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, c2018). O trabalho nasceu a partir da monitoria desenvolvida pela primeira autora na disciplina e do interesse de um grupo de estudantes em aprofundar as atividades a partir dos artigos elaborados. O objetivo deste trabalho é apresentar as etapas que envolvem o desenvolvimento de um periódico técnico-científico, desde o recebimento, análise e formatação dos artigos dentro dos parâmetros estipulados pela revista. Os artigos elaborados se desenvolvem a partir de diversas temáticas dentro da normalização técnica, sejam elas críticas, propostas ou até mesmo explicações e argumentações acerca do que já existe ou se propõem a ser criado em termos de normalização. A partir da reunião dos estudantes que se interessaram em participar do projeto, dividimos em equipes que representam os comitês técnicos da revista, cada comitê ficou responsável por uma área a fim de distribuir as atividades e também aprimorar o conhecimento de produção intelectual de um periódico científico; através dos comitês editorial, científico e de produção gráfica, debatemos em reuniões virtuais o que seria estipulado para cada comitê e aprovamos as execuções até o resultado final. Com isso, se espera ter um protótipo de um periódico técnico-científico sobre normalização, nos formatos físico e virtual, como forma de exemplo a seguir na hora de normalizar esse tipo de documento, ressaltando também a importância que a normalização exerce na comunicação científica ao facilitar a transmissão, circulação e o intercâmbio de idéias em nível nacional e internacional, conforme apontam Rodrigues, Lima e Garcia (1998).

BIBLIOGRAFIA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica. [Rio de Janeiro]: ABNT, c2015. 14 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica. Rio de Janeiro: ABNT, c2018. 8 p. RODRIGUES, M. E. F.; LIMA, M. H. T. F.; GARCIA, M. J. O. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_33a3cde8ee_0012658.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2818****TITULO: RACISMO E APROPRIAÇÃO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO JAZZ E DO BLUES NOS ESTADOS UNIDOS**

AUTOR(ES) : HAYLANA ALMEIDA BURITE, NATÁLIA SILVA CONSTANTINO

ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA**RESUMO:**

Hoje, um grande número de gêneros musicais, cujas origens são ligadas as comunidades negras dos Estados Unidos e suas tradições, é mundialmente difundido e bem aceito. Em sua origem, porém, no século XX, esse processo de difusão foi marcado pelas características socioeconômicas norte-americanas. A prática racista de apropriação da cultura afro-americana influenciou o desenvolvimento e a difusão dos gêneros musicais, blues e jazz? Se sim, como? Para responder tais perguntas, o artigo aborda as condições que propiciaram o surgimento e a radicalização do blues e do jazz, analisando os efeitos do racismo no século XX. Assim, esse trabalho busca trazer visibilidade a dois temas negligenciados: a apropriação cultural e o racismo nos Estados Unidos.

O trabalho se atém especificamente à prática racista de apropriação da cultura afro-americana no meio musical. Para tanto, aspectos originários do blues e do jazz, dotados de simbolismos e ligados à tradição negra dos Estados Unidos, são contrapostos a elementos mercadológicos da indústria musical do século XX. Mobiliza-se o conceito antropológico de cotidiano, teorizado por Michael de Certeau, que o comprehende como um mecanismo de opressão dos grupos marginalizados que, apesar da coerção, subvertem os valores impostos pelos seus algozes e implementam seu próprio significado. Ademais, utiliza-se o artigo *Copyright, Culture & (and) Black Music* redigido por Kevin Greene, para tratar sobre a proteção desigual do direito à propriedade intelectual, de produções intangíveis, entendendo-a como não só uma consequência de uma sociedade racista, escravista e classista, mas também causa da manutenção do *status quo*.

Esse artigo, de natureza informativa e argumentativa, é uma pesquisa exploratória baseada em fontes bibliográficas. Nele discute-se o processo de "embranquecimento" no blues e no jazz, seja devido à tentativa de massificação, seja devido às legislações que desigualmente protegiam os direitos autorais dos *bluesman* e dos *jazzman*. Sendo assim, constata-se, que o blues, o jazz e suas características musicais foram difundidas desprendidas do simbolismo enquanto mecanismos de resistência, autenticidade e auto-identificação da população negra a uma sociedade profundamente marcada por ideais escravocratas.

BIBLIOGRAFIA: GREENE, Kevin. Copyright, Culture & (and) Black Music: A Legacy of Unequal Protection, 21 Hastings Comm. & Ent. L.J. 1998. Acesso em: 20 out. 2022. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_comm_ent_law_journal/vol21/iss2/2. Hobson, Eric. The jazz scene. Faber & Faber, 2014. MUGGIATI, Roberto. Blues: da lama à fama. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2858**

TITULO: A PADRONIZAÇÃO DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO AFETA A PERFILHAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ?

AUTOR(ES) : ANA CAROLINE DUARTE GONÇALVES DA SILVA, LAURA DEVEZA DE ANDRADE, LETÍCIA MARCHIORI BARBOSA LESSA

ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE

RESUMO:

O processo de adoção brasileiro é majoritariamente tido como moroso, visto que leva, perante os casos concretos, mais tempo para a sua realização do que o prazo previsto em lei. A realidade por trás da demora supracitada, na maioria dos casos, advém da escolha das características desejadas já no primeiro passo para adotar legalmente - a habilitação. Nesse processo, os futuros pais devem escolher as características que desejam (como idade, raça, gênero, doenças e deficiências) e, com isso, montam o perfil do filho esperado. Entretanto, tais opções são padronizadas, o que as tornam vagas e genéricas, principalmente no que diz respeito às deficiências. O formulário apresenta apenas a opção de marcar "sim" ou "não" para possíveis adotados com deficiência física, deficiência mental, doença infecto-contagiosa e doença não detectada no momento do cadastro, sem levar em consideração os graus e níveis de cada uma dessas opções. Porém, atualmente as deficiências são classificadas em deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla. Assim, é possível ponderar que se essas classificações fossem apontadas no formulário citado, com graus e níveis potencialmente mais específicos e, portanto, mais adequados, despidos do capacitismo organicamente engessado no corpo social hodierno, o processo de adoção poderia se tornar mais eficiente e claro para os pais e para a assistência jurídica, caso busquem consultá-la. Nota-se, portanto, que a padronização do formulário influí na não adoção de crianças que não se encaixam nos perfis majoritários, visto que das 5280 crianças que já estão em processo de adoção, apenas 3,6% possuem algum tipo de deficiência (CNJ, 2022). Deste modo, devido à relevância sócio-jurídica da adoção e à oportunidade de explorar os direitos das pessoas com deficiência, faz-se necessário o apontamento dos objetivos da pesquisa. Dessa forma, de acordo com a pergunta "A padronização do processo de habilitação para adoção afeta a perfilhação de pessoas com deficiência?", o artigo almeja problematizar a generalidade das características contidas na habilitação para adoção, assim como o preconceito e o medo de se adotar menores com deficiência. Ademais, serão abordados os dados estatísticos oriundos do Painel de Acompanhamento do Sistema Nacional de Acolhimento, bem como uma discussão comparativa das legislações que versam sobre adoção e sobre pessoas com deficiência, se caracterizando, portanto, como uma pesquisa quali-quantitativa e doutrinária.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento-SNA. Brasília 2022. Disponível em: l1nq.com/qHAhW. Acesso em: 18 de nov. 2022. PEREIRA, Camila Sá Pinto; MARTOS, José Antônio de Faria. A deficiência como limitação aos processos de adoção da criança e do adolescente. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito. São Paulo. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/icdf/article/download/1088/pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2859**

TITULO: RITA LEE, UM ÍCONE DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DE SEU VESTUÁRIO PARA PRECISÃO NA RECUPERAÇÃO

AUTOR(ES) : THAIS SOARES MENDES, LUIS FELIPE DA CONCEICAO LOUREIRO, GIOVANNA VALENTINI PAIVA, ANDRE JOAQUIM GONCALVES DE CAMPOS JUNIOR

ORIENTADOR(ES): MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS

RESUMO:

A pesquisa tem como tema central a Representação Descritiva do figurino da cantora e compositora Rita Lee e foi inspirada em diversos livros sobre sua autobiografia e na Samsung Rock Exhibition: Rita Lee, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em 2021.

Rita Lee, (re) conhecida como a Rainha do Rock Brasileiro, nasceu em 1947 em São Paulo e iniciou sua carreira em 1964 como cantora, compositora, multi-instrumental - vocal, violão, guitarra, flauta, teremim, bateria, baixo, piano, gaita, entre outros - atriz, escritora e ativista. Seu estilo vocal é mezzosoprano. Rita Lee integrou grupos musicais como Os Mútantes, Tutti Frutti, Cílibrinas do Eden.

Casada com o cantor e compositor Roberto de Carvalho, seu vestuário é um dos pontos fundamentais para a aproximação de apreciadores, na sua evolução continua dedicada ao rock, enquanto artista e influencer.

A escolha da artista como ícone da moda (fashion icon) deve-se a sua relevância atemporal política, social e artística, em sua vida marcada por fatos interessantes e curiosidades.

A seleção da amostra, composta por seis indumentárias, teve como critério principal vestuários mais marcantes da carreira da artista, levando em consideração a representação de fatores históricos na composição de seu vestuário (look), nos mais diversos momentos artísticos.

A pesquisa é considerada exploratória, bibliográfica e documental, utilizando-se para a representação descritiva do vestuário o capítulo 10 do Código de Catalogação Anglo Americano, 2^a edição revista, capítulo referente a Objetos Tridimensionais que são definidos como objetos manufaturados tais como modelos, dioramas, jogos, quebra-cabeças, simulações, esculturas e outras obras de arte tridimensionais, máquinas, vestuário, brinquedos e adornos. O capítulo 10 também inclui objetos que se encontram na natureza como amostras microscópicas.

Tem-se como resultado a representação em base de dados por meio do registro de duas das indumentárias consideradas mais icônicas pelos sites especializados, utilizando-se para tal os metadados do formato de entrada do Machine Readable Catalogue (MARC21). A pesquisa demonstra que se pode realizar a representação organizada da informação registrada em quaisquer suportes, o que tende a potencializar maior nível de precisão na busca em sistemas de recuperação da informação.

BIBLIOGRAFIA: LEE, Rita. Rita Lee: uma autobiografia. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2016. 294 p. ISBN: 9788525063304. JONES, Rita Lee. favoRita. 1. ed. São Paulo: Globo, 2018. ISBN: 9788525065926. SAMSUNG ROCK EXHIBITION: Rita Lee. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 2878****TITULO: LITERATURA E O RETRATO SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS NOS ESTADOS UNIDOS.****AUTOR(ES) : JOÃO BERNARDO QUINTANILHA CHAGAS, HAYLANA ALMEIDA BURITE, RACHEL DOS SANTOS TIBURCIO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

A mentalidade escravocrata trouxe consequências para as realidades sociais vividas nos países colonizados, principalmente aqueles países que se utilizaram de mão-de-obra escravizada de forma extensiva. Tais práticas permeadas de violências e abusos, não limitados às agressões físicas, marcaram (e ainda marcam) os corpos e as perspectivas sociais dos corpos não-brancos em meio às sociedades anteriormente colonizadas. Os Estados Unidos da América não são uma exceção. Um dos últimos países a abolir a escravidão, além de implementador de políticas de segregação racial já no século XX, os Estados Unidos (EUA) possuem um histórico particularmente complexo quando abordamos as disputas em busca de igualdade racial na política doméstica americana. Entretanto, tais questões não podem ser limitadas somente aos padrões raciais, já que diversas outras questões (de gênero, sexualidade e classe) permeiam o tecido socio-racial americano. Com isso, o seguinte cenário busca analisar como as vivências das mulheres afro-americanas, relatadas por meios da literatura, impactaram (ou não) a realidade social estadunidense. Trata-se de pesquisa de natureza exploratória, bibliográfica e documental. Como substrato material, nós nos pautaremos nas obras de três expressivas artistas pretas americanas: Maya Angelou, influente escritora e ativista do movimento dos direitos civis; Toni Morrison, primeira literata negra a receber o Prêmio Nobel; Viola Davis, atriz multipremiada dentro das artes cênicas americanas. Como substrato teórico, utilizaremos o pensamento de autoras, entre elas Angela Davis, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene. A nossa hipótese é de que os escritos dessas mulheres alteraram as perspectivas sociais das mulheres afro-americanas.

BIBLIOGRAFIA: MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. Tradução Manoel Paulo Ferreira. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ANGELOU, M. I. *Know Why the Caged Bird Sings*. Tradução . 1. ed. New York: Random House, 1969. DAVIS, Viola. *Finding Me. Harper One, an Imprint of HarperCollinsPublishers*, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2881****TITULO: TRAJETÓRIA SOCIAL DOS ALERTAS NO DESASTRE CAUSADO PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA MINERADORA SAMARCO (VALE/BHP) EM MARIANA (MG)****AUTOR(ES) : LUNA ALMEIDA RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA****RESUMO:**

Este trabalho faz parte da pesquisa de iniciação científica “Análise sócio informática de conflitos ambientais”, apoiada pelo PIBIC e executada no Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. O objetivo da pesquisa é analisar o conflito ambiental gerado pelo processo de licenciamento do projeto de extração de carvão Mina Guaíba (RS), com o auxílio de ferramentas socio informáticas empregadas no estudo de controvérsias públicas. O trabalho submetido à SIAC é um desdobramento do plano de atividades da pesquisa, voltado para o estudo de outro caso controverso no país, com potencial de comparação com o caso da Mina Guaíba e outros casos internacionais. Trata-se do desastre causado pelo rompimento da barragem do Fundão da mineradora Samarco (Vale/BHP) em Mariana (MG), que tirou a vida de dezenas de pessoas, mudou drasticamente a existência de milhares e afetou de forma dramática os ecossistemas da região. Procura-se apresentar, de forma preliminar, uma análise sobre a ocorrência de alertas sobre o risco de desastre e a forma como foram apropriadas por diversos atores críticos ao empreendimento, reconstruindo sua trajetória desde a aparição de sinais de alerta até a ocorrência do desastre; o conteúdo das denúncias e as estratégias implementadas. Conclui-se com algumas hipóteses sobre os obstáculos que experimentaram alguns atores para que suas alertas fossem adequadamente escutadas e incluídas na regulação das operações da empresa. O trabalho se fundamenta teoricamente na sociologia pragmática dos conflitos ambientais e sua aplicação com o auxílio do Prospéro (PROgramme de Sociologie Pragmatique, Expérimentale et Réflexive sur Ordinateur), software especializado na análise de texto. Prévio à operação do Prospéro foi realizada uma pesquisa documental em Internet para a coleta de material empírico (matérias, documentos, vídeos, postagens em redes sociais) contendo a produção discursiva dos diversos atores envolvidos na controvérsia sobre o risco de desastre. O material foi transscrito e agrupado em um dossiê para à análise, utilizando as funções de temporalidade, atores e argumentos disponibilizadas pelo software.

BIBLIOGRAFIA: BARTHE et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, 18, p. 84-129, 2016. CHATEAURAYNAUD, F. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. *Ciências em Debate*, v.2, p.14-40, Florianópolis, 2017. MILANEZ, B. e LOSEKANN, C. (org.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2903**

TÍTULO: **GESTÃO DE REDES SOCIAIS DIGITAIS NO CONTEXTO DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO (RCA)**

AUTOR(ES) : **CAROLINE RIBEIRO DE ALMEIDA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

A pesquisa analisa o uso dos perfis da Revista Conhecimento em Ação (RCA) do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos sites de redes sociais Facebook, Instagram e Twitter, vinculados à RCA; implementando estratégias que aprimoraram esse uso. Descreve as especificidades e características de cada uma dessas plataformas, bem como as suas potencialidades; avalia o uso desses novos espaços infocomunicacionais como ferramentas de marketing de informação, a fim de captar potenciais usuários para a RCA. Procurou também acompanhar as trocas informacionais que ocorrem nesses ambientes entre os indivíduos no âmbito da comunicação e divulgação científicas. Utilizou como metodologia a pesquisa-ação, pois tem a intenção de intervir no campo empírico da pesquisa através do uso de estratégias utilizadas na administração dos perfis nos sites de redes sociais pela RCA. Obteve como resultado o aumento no alcance das publicações através do Instagram frente ao Facebook e Twitter, visto que em nossos relatórios a rede apresentou os melhores números; a verificação dos horários e dias de maior tráfego dentre os seguidores das páginas nas plataformas, trazendo através dos dados obtidos de cada rede recursos para que a equipe planeje melhor as datas e horários de postagens; o mapeamento das convergências e especificidades de cada plataforma, através do desempenho dos diferentes tipos de publicações. É importante destacar que a pesquisa confirmou as vantagens da utilização dessas plataformas como instrumento de marketing, possibilitando uma melhor compreensão da comunicação e divulgação científicas no ciberespaço, e principalmente, aumentando o número de seguidores nas redes e o número de usuários no periódico científico RCA.

BIBLIOGRAFIA: AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos. Anais [...]. Santos: Intercom, 2007. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. YE, Y. E.; NA, J. C. To get cited or get tweeted: a study of psychological academic articles. *Online Information Review*, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 1065-1081, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-08-2017-0235>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/OIR-08-2017-0235/full.html>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2914**

TÍTULO: **A PESQUISA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NOS 40 ANOS DO JOURNAL OF BUSINESS ETHICS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA**

AUTOR(ES) : **ANTONIO CEZAR DE FARIA ALVES CERQUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO:

O Journal of Business Ethics é um periódico, com seu primeiro volume lançado em Fevereiro de 1982, que publica pesquisas originais e de alta qualidade sobre assuntos que abordam as questões éticas aplicadas aos negócios, além de estar completando quarenta anos em 2022. Para celebrar tal fato e destacar a sua importância para a evolução do conceito de Responsabilidade Social Corporativa, nosso estudo analisa todas as publicações sobre o tema desde sua criação usando uma abordagem bibliométrica. Assim, utilizando técnicas bibliométricas, analisamos o impacto da revista na evolução do conceito de Responsabilidade Social Corporativa, bem como seus temas de destaque, seus autores mais prolíficos, suas instituições afiliadas e as contribuições entre as nações. Ademais, utilizamos a análise de rede no software VOSviewer para desenvolver um mapeamento gráfico do material bibliométrico, onde verificamos os grandes agrupamentos de áreas de pesquisas sobre o tema. A pesquisa está direcionada a um público amplo e diversificado de vários campos de pesquisa na área de negócios e afins. Os resultados destacaram o crescimento significativo da revista ao longo do tempo e sua diversidade internacional com publicações de países de todo o mundo, além de ser uma das principais fontes de informações sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: CARROLL, Archie B. A history of corporate social responsibility: concepts and practices. In A. M. Andrew Crane, D. Matten, J. Moon, & D. Siegel (Eds.), *The Oxford handbook of corporate social responsibility* (pp. 19-46). New York: Oxford University Press. 2008. FENG, Yunting; ZHU, Qinghua; LAI, Kee-Hung. Corporate social responsibility for supply chain management: A literature review and bibliometric analysis. *Journal of Cleaner Production*. v. 158, p. 296-307. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617309435>. Acesso em: 2 mar. 2022. WALTON, Clarence C. *Corporate social responsibilities*. Belmont: Wadsworth Pub. Co. 1967.

O presente trabalho tem por objetivo, a partir de uma metodologia descritivo-exploratória mediante a análise bibliográfica de autoras que debatem a reprodução da vida e a economia de cuidados, trazer algumas colocações sobre como, em termos históricos, o capitalismo se construiu sobre a base da exploração não só de trabalhadores e territórios, mas também através da apropriação dos corpos das mulheres. Ao analisar o eixo temporal do surgimento do capitalismo, com o cercamento dos campos, nascimento das indústrias e a crescente demanda por trabalhadores, percebe-se que as mulheres eram utilizadas como máquinas da mesma forma que os teares mecânicos, porém, enquanto os últimos produziam fio e compunham a indústria têxtil, as mulheres produziam mão de obra e alimentavam a demanda por força de trabalho da indústria como um todo. Por meio dessa análise, será possível observar como a "domesticção" feminina foi importante para que as mulheres continuassem a servir como máquinas de reprodução de mão de obra devido à função (BHATTACHARYA, 2017) de gestar, mas não somente associada a ela. Esse cerceamento de liberdades dura até hoje, e ainda é um dos fatores que mantém o capitalismo como sistema hegemônico.

A linha cronológica apresentada nessa discussão começa com a caça às bruxas (FEDERICI, 2017), período primordial para que o capitalismo iniciasse o processo de acumulação e usasse as mulheres como meio para tal, a partir do uso de sua força de trabalho, da submissão feminina aos homens e da apropriação da capacidade reprodutiva para aumentar a massa de trabalhadores (FEDERICI, 2019). Seguindo essa lógica, a inserção das mulheres em um núcleo familiar, bem como fazendo desse fator uma instituição, garantia o crescimento e continuidade do capitalismo tendo em vista que era possível promover, por meio da construção da família, sendo o homem e a mulher como figuras centrais desse cenário, a produção da concretude dos bens materiais, por meio do trabalho masculino, essencialmente relacionado a sua força laboral, e a produção do homem enquanto trabalhador, a partir da capacidade de reprodução da vida, função exclusiva das mulheres. A domesticização feminina, portanto, é apresentada por meio desse contexto: de uma caça de suas liberdades - a caça às bruxas -, prendendo-nas em um espaço socioeconômico da propriedade privada, domesticando-nas em um núcleo familiar em que são o centro da produção de mão de obra. Junto a isso, será retratado como a proibição das formas de contracepção era utilizada como meio de coerção sobre os corpos femininos a fim de retirar as liberdades dessas mulheres, fator presente ainda na contemporaneidade. E é mediante essa ordem de fatores que as mulheres são utilizadas como o principal meio de acumulação de capital e de consolidação do capitalismo.

BIBLIOGRAFIA: BHATTACHARYA, Tithi. Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression. 2017; FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017.; FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

As mudanças climáticas trazem preocupações sobre o futuro da humanidade. Se as medidas adequadas não forem tomadas, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a diminuição das geleiras, a expansão de desertos, o aumento da potência de fenômenos como furacões e inundações e a maior acidez em oceanos estão entre as catástrofes climáticas já vivenciadas e potenciais. O clima é também o tema central das organizações que estão empenhadas em cumprir a agenda ESG. Essa agenda representa uma forma de engajar o mercado no combate às mudanças climáticas.

Segundo o Relatório do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) divulgado em 2022 pelo governo, a maioria das empresas brasileiras reconhece que suas operações podem ser afetadas pelo clima. Por outro lado, o relatório destaca também que a falta de conhecimento sobre os impactos e os resultados a longo prazo estão entre os principais motivos citados pelas empresas que ainda não adotaram nenhuma medida sustentável.

Dante da urgência, muitas multinacionais têm buscado implementar ações que estejam alinhadas com práticas que gerem resultados para a redução da emissão de gases de efeito estufa. As mudanças necessárias envolvem planejamento estratégico e exigem uma transformação na cultura empresarial. Apenas as companhias que têm o tema como prioridade conseguirão ter crescimento econômico.

Frente a esse cenário e no contexto do risco iminente às catástrofes climáticas, este artigo tem como **objetivo geral** identificar de que forma as diretrizes ESG podem contribuir no combate às Catástrofes Climáticas na perspectiva do Direito Internacional das Catástrofes. Para isso, **objetiva especificamente**: (i) entender o surgimento do movimento ESG, (ii) identificar as diretrizes ESG e (iii) analisar o engajamento das empresas na adesão da ESG.

A **metodologia** de investigação escolhida é a hipotético-dedutivo, enquanto método de abordagem, na medida em que se partirá da premissa de que as catástrofes têm produzido severos prejuízos para a humanidade, sendo necessário a intervenção da sociedade, na esperança de mitigar os diversos problemas que tocam a matéria.

Como resultado parcial, a pesquisa concluiu que a agenda ESG apresenta algumas insuficiências, como o efetivo combate à prática de greenwashing — propaganda enganosa divulgada por uma empresa que se apresenta publicamente como ambientalmente responsável, mas sem fundamentos para isso —. O reconhecimento, pelo Direito Internacional, de multinacionais como sujeitos facilitaria a responsabilização delas. Apesar das dificuldades em tal transformação, sugere-se que o Direito Internacional das Catástrofes poderá reconhecer a personalidade jurídica internacional das multinacionais. Em considerações finais parciais, consideram-se necessárias maiores pesquisas sobre o tema para atingir o objetivo geral, mas é possível afirmar o potencial inovador do Direito Internacional das Catástrofes como um instrumento para a implementação da agenda ESG.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba. Editora Instituto Memória, 2021. GUERRA, Sidney. Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes. Cadernos de Direito Actual Nº 8 Núm. Ordinário (2017), pp. 331-346. A evolução do ESG no Brasil. P a c t o G l o b a l R e d e B r a s i l . S T I L I N G U E . D i s p o n í v e l em:<https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473Estudo_A_Evoluo_do_ESG_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3047**

TÍTULO: **DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES: ESCASSEZ HÍDRICA E A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL E BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **BENJAMIM DE SOUSA ELMESCANY**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA, BRENDA MARIA RAMOS ARAÚJO**

RESUMO:

A Geopolítica Internacional sempre foi afetada profundamente pelas reservas de recursos naturais e pelo seu manejo. A água é um dos bens mais importantes para a sobrevivência humana, e há fortes investidas na busca por autossuficiência e controle desse recurso por parte de países e agrupamentos sociais desde as civilizações mais antigas até os dias atuais.

Com o fenômeno das mudanças climáticas, há inúmeros estudos e pesquisas que indicam o aumento da escassez hídrica em diversas partes do mundo, o que representa um problema não só para a garantia da saúde da população mundial, como também para a diplomacia entre os países. O Brasil caracteriza-se como uma superpotência hídrica, possuindo uma das maiores reservas de água doce do mundo. Nesse contexto, a soberania do país apresenta-se ameaçada pela possível insurgência de conflitos advindos da busca crescente pelo controle de reservas de água.

Como objetivo geral, esta pesquisa pretende explicar os impactos da escassez hídrica na geopolítica internacional e brasileira, a partir do Direito Internacional das Catástrofes. Como objetivos específicos, o trabalho irá identificar a colaboração do Direito Internacional das Catástrofes para o estudo da escassez hídrica, verificar como a escassez hídrica influenciou e ainda influencia a diplomacia internacional e estabelecer como o Brasil tem tratado a questão.

A partir da presente pesquisa, concluiu-se, como resultado parcial, que a gestão da água doce possui papel central na economia dos países, na preservação dos direitos humanos e nas relações diplomáticas. Fica notório, também, que o fenômeno da escassez hídrica aumenta as tensões entre países, entre populações locais e gera mais desigualdade, o que indica a necessidade de uma gestão responsável dos recursos hídricos que contenham o seu crescimento e possibilitem alternativas de garantia do seu acesso, assim como de uma geopolítica mais colaborativa e pacífica.

O recurso metodológico utilizado no presente trabalho foi o tipo exploratório com local de busca na bibliografia pertinente. Foram utilizadas fontes primárias, dentre as quais regulamentos e relatórios dos organismos internacionais, e fontes secundárias como artigos científicos.

Em considerações finais parciais, verifica-se a necessidade de maiores pesquisas para alcançar o objetivo geral do trabalho. Identifica-se que existe, frente às mudanças climáticas, um potencial catastrófico de guerras em função do aumento da escassez hídrica. Devido à situação de lacunas no Direito Internacional atual para evitar essa catástrofe iminente, o Direito Internacional das Catástrofes aparece como possível solução.

BIBLIOGRAFIA: BOISSON, Laurence. Fresh Water in International Law. 2 ed. USA: Oxford University Press, 2021. p. 187-208. GUERRA, Sidney. Direito Internacional Ambiental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006. SHIVA, Vandana. Water Wars. Guerras por Água – Privatização, poluição e lucro, 2006. P. 69-100. Disponível em: <https://archive.org/details/guerrasporeagua00shiva>. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **3075**

TÍTULO: **ECONOMIA DE IMPACTO E O PAPEL DO BLENDED FINANCE**

AUTOR(ES) : **FELIPE VIRAÇÃO, ANDRESSA ARAGAO BACELAR SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO DE OLIVEIRA**

RESUMO:

Dante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas para mitigar impactos ambientais e sociais, as Nações Unidas estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados no Encontro de Paris e na Agenda 2030. Especialistas (Nações Unidas, 2015) entendem que os recursos públicos são insuficientes para suportar os investimentos necessários para o cumprimento das ODS. Para atender essas atividades, sem alterar os princípios de austeridade fiscal estabelecidos pela ortodoxia econômica, os países centrais e agências multilaterais vêm estimulando a adoção de inovações financeiras baseadas em financiamento híbrido.

De forma a promover as soluções financeiras necessárias definidas pela Agenda de 2030, o encontro de Addis Abeba (Nações Unidas, 2015) definiu o *blended finance* como um dos principais instrumentos de financiamento. O *blended finance* consiste na utilização de recursos públicos e doações privadas (filantrópicas) como catalisadores para a mobilização de capitais privados, de modo a viabilizar investimentos em atividades nas quais a relação risco *versus* rendimentos é incapaz de atrair o capital privado.

A pesquisa em andamento, tem os seguintes objetivos: (a) mapear as experiências de aplicação do modelo *blended finance* no Brasil e (b) avaliar os benefícios trazidos pela aplicação desse modelo para os seus participantes, i.e., as populações beneficiadas, o Estado e o capital privado, além dos objetivos de mitigação das mudanças climáticas previstas nas resoluções das Nações Unidas.

Em suma, a fase atual da pesquisa, materializada na discussão desse pôster, está focada na apresentação conceitual do *blended finance* (World Bank, 2020; OCDE, 2021) e em seus principais mecanismos e instrumentos (Pimentel et. al, 2021). Dentre os mecanismos destacam-se a securitização, os empréstimos sindicalizados e os fundos de investimento. Tais mecanismos, por sua vez, são viabilizados por seguintes instrumentos: investimentos diretos, garantias e seguros, doações e assistência técnica. De forma a ilustrar a experiência da aplicação do *blended finance* no Brasil, o pôster apresentará uma breve descrição dos projetos financiados pelos bancos públicos, particularmente pelo BNDES.

BIBLIOGRAFIA: PIMENTEL, G.; ASSALI, T.; FERRARI, B. e GERSELY, R. Benchmark Blended Finance. Brazil Green Finance Program. International Climate Finance (UK Pact program), 2021. Disponível em <https://ukbrazilgreenfinanceprogramme.com/midia-conteudo?pagina=2&tipo=1> OECD The OECD DAC Blended Finance Guidance, OECD Publishing, 2021 Paris, <https://doi.org/10.1787/ded656b4-en>. NAÇÕES UNIDAS. Addis Ababa action agenda of the third international conference on financing for development (addis ababa action agenda), 3., 2015, Etiópia. Resolução adotada pela Assembleia Geral em 27 de julho de 2015 [...]. [S. l.: s. n.], 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3092**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO URBANO DEPENDENTE: ANALISANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE CEPACs NO PORTO MARAVILHA**

AUTOR(ES) : **BRENO SERODIO DE CASTRO ROSSI**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO:

O trabalho busca analisar a influência dos capitais internacionais no circuito de acumulação local através do objeto empírico Porto Maravilha no Rio de Janeiro. O problema de pesquisa norteador é resumido pela seguinte questão: como se dá a presença do capital estrangeiro na área do projeto Porto Maravilha? Em outras palavras, a reflexão reside no balanço sobre o quanto permeável a produção desse espaço urbano está em relação aos investimentos estrangeiros. O marco teórico da pesquisa é composto por conceitos da Teoria Marxista da Dependência, que discute a inserção subordinante dos países Latino-Americanos na economia mundial e pelo conceito da Espoliação Urbana, que trata das desigualdades socioespaciais. O trabalho possui caráter descritivo e utiliza fontes secundárias a partir de Martins (2017), Pinho (2016) e relatórios trimestrais da CDURP, além da revisão de literatura. O processo de verificação empírica se estrutura em duas etapas: (i) identificação dos proprietários dos empreendimentos através de dados de comercialização dos CEPACs; (ii) verificação da origem geográfica e das escalas de atuação dos agentes protagonistas. Esta pesquisa está situada em um grupo de pesquisa de contexto mais amplo, que investiga outros objetos (como o Reviver Centro) de forma integrada. O grupo tem como objetivo aprofundar a conexão entre Desenvolvimento Urbano no Brasil com a sua condição de país dependente. Por fim, como conclusões parciais, ressalta que o resultado preliminar aponta para uma presença intensa do capital estrangeiro, com destaque aos fundos de investimentos Tishman Speyer e Autonomy, que concentram 42,43% e 11,58% respectivamente do total de CEPACs adquiridos. Portanto, a pesquisa tende a sustentar a tese de que a revitalização opera de acordo com interesses especulativos, agudizando uma produção espacial segregadora.

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, Renato Fialho. Processos decisórios no projeto Porto Maravilha: uma experiência do empreendedorismo urbano na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. PINHO, Thiago Araújo. O Capital Financeiro Imobiliário no Brasil: o caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3179**

TÍTULO: **ECONOMIA POLÍTICA DA NOVA REESTRUTURAÇÃO URBANA CARIOPA: REVIVER CENTRO**

AUTOR(ES) : **VITOR COSTA**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO:

Em julho de 2021, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro sancionou a Lei Complementar Nº229/2021, instituindo o Programa Reviver Centro. Assim, foram estabelecidas diretrizes para a requalificação urbana por meio de incentivos à conservação e reconversão de edifícios existentes em conjunto a produção de unidades residenciais na área da II Região Administrativa.

Nesse contexto, uma nova rodada de intervenções urbanas neoliberais, com foco renovado na área central, encontra terreno fértil. Tendo em vista os potenciais impactos na produção social do espaço resultantes destas intervenções, faz-se necessário aprofundar a compreensão dos processos geradores das transformações oriundas dessa "requalificação" e de seus agentes. Com isso, a pesquisa visa monitorar esta reestruturação por meio da construção de bancos de dados a fim de elaborar análises sobre a Economia Política desses projetos.

Além disso, a pesquisa busca compreender possíveis conexões entre mudanças macroeconômicas recentes e atratividade do setor imobiliário à vista de grandes investidores globais, pois esses investidores transnacionais se apresentam como potenciais protagonistas de alterações na composição da produção deste espaço. Para tanto, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos: desvelar a economia política da nova rodada de reestruturação urbana anunciada; verificar eventuais alterações na composição dos agentes produtores do espaço da área central da cidade e da relação entre eles; detectar o grau de participação de capital estrangeiro e sobretudo, do capital financeiro neste processo.

Em relação aos aspectos metodológicos, a coleta de dados é realizada, sobretudo, em arquivos publicamente disponibilizados em sítios eletrônicos institucionais que abarquem informações quantitativas e qualitativas relevantes para a investigação, em conjunto com a revisão de literatura especializada. A relevância dos dados para a pesquisa engloba: identificação dos proprietários de terra das áreas de abrangência das políticas urbanas; identificação dos investimentos e empreendimentos associados aos objetos pesquisados; identificação dos agentes protagonistas das transações financeiras dos respectivos projetos; identificação da origem e do perfil do capital empregado pelos investidores protagonistas, com ênfase em sua estruturação; identificação de eventuais flutuações, em termos absolutos e relativos, dos aportes de capital estrangeiro e de capital financeirizado na região.

Como resultado preliminar da pesquisa, foi encontrado uma preponderância de agentes financeiros/financeirizados e a existência de algumas empresas internacionais nos agentes que estão envolvidos no projeto. É importante notar que essa maior participação e preponderância desses agentes se beneficiaria do projeto em detrimento alguns outros atores como por exemplo, camelôs, ocupações, cortiços da área central e ocupações existentes naquela região.

BIBLIOGRAFIA: HARVEY, David. Os Limites do Capital. Boitempo Editorial. p. 546-598, 2013. FIX, Mariana. A "fórmula mágica" da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro. Campinas, PUCCAMP/PROURB, p. 185-198, 2004. CARDOSO, Adauto Lúcio; MELLO Filho, Cleber Lago do Vale; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; AZEVEDO, Marcos de Faria; SERRA, Rodrigo Valente. Flexibilização da Legislação Urbanística no Rio de Janeiro: Uma Avaliação das Operações Interligadas. In: Anais VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, 1999

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3183****TÍTULO: DISCURSO E PODER: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE CIDADES INTELIGENTES****AUTOR(ES) : BRUNA ACOSTA SANTOS****ORIENTADOR(ES): LALITA KRAUS****RESUMO:**

O termos *smart city* tornou-se um termo atrativo, capaz de nortear agendas e políticas em nível nacional e internacional. Muitas cidades ao redor do mundo embarcam assim em políticas, programas e projetos, que são etiquetados como inteligentes, mas que apresentam uma grande diversidade (Hollands, 2013). No Brasil são inúmeros e heterogêneos os projetos que apresentam a etiqueta *smart* e recentemente observamos uma rápida transformação do contexto institucional e regulatório em escala federal na tentativa de estruturação de uma política nacional de cidades inteligentes que integre as iniciativas subnacionais. Nessa conjuntura, em 2020 foi publicada a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) "para a construção de uma "estratégia nacional" e em 2021 foi apresentado o projeto de Lei n. 976 que pretende criar a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), inspirada no relatório publicado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (CEDES).

O uso do termo cidade inteligente se sustenta num discurso que, na maioria das vezes, associa de forma positivista e determinista as inovações tecnológicas e o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, humanas e iguais, mascarando qualquer contradição e problema inerentes ao processo. Esvaziar o sentido conflitivo do termo significa desconsiderar os efeitos sociais, assim como os agenciamentos que fazem a cidade *smart*. Nesse sentido, sabemos que se trata de uma agenda que pode beneficiar determinados grupos e coalizões, ao mesmo tempo em que pode produzir efeitos sociais negativos e exacerbar as desigualdades sociais (Datta, 2015; Holland, 2008). Por isso, o objetivo do trabalho é analisar as práticas discursivas que legitimam a agenda *smart* e como ela se expressa na proposta para uma Política Nacional. Para tanto, do ponto de vista metodológico, adotaremos a abordagem teórica da Análise Crítica do Discurso (ACD) que permite examinar criticamente e desmistificar a naturalização de pautas políticas. Interpretar falas e documentos segundo essa abordagem significa dar importância à força mobilizadora que o discurso exerce, reconhecendo-os como reflexo de interesses específicos, nem sempre explícitos e reconhecíveis. Com essa finalidade, após identificar os principais atores que se articulam em torno da PNCI, serão levantados materiais (entrevistas, documentos) em que os atores apresentam a política e a visão sobre modelos urbanos inteligentes. Esses materiais serão analisados criticamente para revelar a interpretação subjacente e interesses.

Os resultados preliminares revelam que interesses privados ligados, por exemplo, à educação e ao setor de startups, mobilizam fortemente a agenda para cidades inteligentes, em detrimento de interesses e demandas sociais.

BIBLIOGRAFIA: DATTA, A. (2015). New urban utopias of postcolonial India: 'Entrepreneurial urbanization' in Dholera smart city, Gujarat. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n.1, pp. 3-22. HOLLANDS, R. G. (2008). Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? *City*. [S.I.], v. 12, n. 3, pp. 303-320.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3186****TÍTULO: O INCENTIVO À LEITURA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PRESERVAÇÃO DAS GARANTIAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO MANCALER****AUTOR(ES) : CINTHYA CLARA SANTOS FERREIRA,DALILA REIS DOS SANTOS NUNES****ORIENTADOR(ES): SABRINA JIUKOSKI DA SILVA****RESUMO:**

Entre os grandes marcos garantidores dos direitos das crianças e dos adolescentes está a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 e o consequente reconhecimento da Doutrina da Proteção Integral. Trata-se de uma verdadeira mudança de paradigma para o universo jurídico, na medida que as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos em imediata e absoluta prioridade, em razão da vulnerabilidade e da condição peculiar de seres em desenvolvimento que ostentam. Este importante paradigma, ainda, foi recepcionado pela legislação pátria. Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 agasalharam a doutrina da proteção integral e, com ela, instituíram o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Neste contexto, destaca-se a importância de assegurar o direito à educação através do incentivo à leitura para crianças e adolescentes, negros e em situação econômica vulnerável, a partir de projetos sociais, momento porque estudos recentes indicam que crianças e adolescentes que vivem em maior vulnerabilidade econômica, social e cultural possuem o seu desenvolvimento cognitivo prejudicado. Entre estes projetos sociais está o Projeto Mancaler, instituído no Rio de Janeiro, que visa promover o hábito da leitura como fator primordial para o aprendizado e desempenho acadêmico das crianças e dos adolescentes negros. Considerando tais perspectivas, propõe-se identificar a importância da construção do Projeto Mancaler para o efetivo asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes negros e em situação econômica vulnerável. Para tanto, a pesquisa contará com três objetivos específicos: a) Identificar a responsabilidade compartilhada entre Poder Público, sociedade e família na efetivação dos direitos infanto-juvenis, sobretudo o direito à educação; b) Compreender o processo de socialização das crianças e dos adolescentes em um ambiente educativo; e c) Assinalar a importância da construção do Projeto Mancaler para o efetivo asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes negros e em situação econômica vulnerável. A pesquisa promoverá uma revisão bibliográfica interdisciplinar. Além disso, será feita pesquisa empírica, por meio de entrevistas com os atuantes do "Projeto Mancaler", bem como da análise de documentos e da observação das dinâmicas do referido projeto. Destaca-se que todas as integrantes irão contribuir igualmente em todas as fases de elaboração da pesquisa. Por fim, conclui-se que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que necessitam de proteção especial de forma abrangente, isso inclui a preocupação com vínculos afetivos estáveis, autoestima, autoconfiança e o estímulo a convivência social em meio ao reconhecimento de sua individualidade, motivo pelo qual o potencial emancipatório de sua educação deve ser incentivado.

BIBLIOGRAFIA: MICELI, Mariana. Por uma visão crítica do Direito da Criança e do Adolescente. *Revista Estudos Jurídicos UNESP*, Franca, A. 14 n.20, p. 01-348, 2010. PICOLO, Luciane da Rosa; et al. Variáveis Psicosociais e Desempenho em Leitura de Crianças de Baixo Nível Socioeconômico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 28, n. 4, p. 389-398, 2012. VERONESE, Josiane Rose Petry (Org.). *Direito da Criança e do Adolescente: novo curso - novos temas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

A sociedade internacional vivencia os impactos negativos provenientes da má gestão dos recursos naturais. Desde a Revolução Industrial, os costumes humanos demonstram-se incompatíveis com a proteção do meio ambiente, o que ocasionou problemas relativos ao aquecimento global, degelo das calotas polares, poluição das águas, desaparecimento de florestas e desertificação.

A constante intensificação de eventos como queimadas, enchentes, inundações e desmatamentos, tornou-se o cerne da preocupação de diversas nações, que buscam mitigar os efeitos danosos da existência humana ao meio ambiente equilibrado. Por essa razão, surgem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e suas Conferências das Partes (COP), o Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris, dentre outras normativas internacionais.

O presente trabalho possui o objetivo geral de analisar a litigância climática internacional frente ao Direito Internacional das Catástrofes. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende analisar a evolução histórica da tutela jurídica internacional concernente às mudanças climáticas; analisar casos de litigância climática internacional; e analisar as possíveis medidas de contenção das mudanças climáticas a partir do novo ramo do Direito Internacional das Catástrofes.

A técnica de pesquisa utilizada no presente trabalho foi a bibliográfica. Para cumprir o objetivo proposto, utiliza-se a literatura pertinente no que tange às considerações propostas, além do levantamento de dados e análise da tutela jurídica dada à temática. Assim, o estudo foi desenvolvido a partir da metodologia indutiva, por meio de uma abordagem qualitativa de bibliografias e revisões documentais, tendo como premissa que as ações antropogênicas se associam com as mudanças climáticas. As mudanças climáticas representam um dos maiores problemas da sociedade global no século XXI, podendo gerar consequências catastróficas. Apesar de a regulamentação internacional e os casos de litigância climática estarem aumentando, o tratamento jurídico das mudanças climáticas ainda parece insuficiente para prevenir, suprimir e superar catástrofes climáticas. Este trabalho busca contribuir para o aperfeiçoamento da cooperação internacional a fim de mitigar as mudanças climáticas, assegurando os direitos fundamentais dos indivíduos sob a ótica do novo Direito Internacional das Catástrofes.

Como resultado parcial, verificou-se a ineficiência dos regramentos jurídicos internacionais no que tange à preservação do meio ambiente. Esses instrumentos não vinculam sanções aos principais países emissores de poluentes ou àqueles responsáveis por uma grande degradação ambiental. Além disso, não possuem formas concretas de solução de litígios, o que prejudica a litigância climática internacional. Como considerações finais parciais, acredita-se que o Direito Internacional das Catástrofes poderá trazer maior segurança jurídica às situações de violação da normativa internacional sobre mudanças climáticas.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Délton Winter de. Uma incursão sobre a litigância climática: entre mudança climática e responsabilidade civil. Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, v. 6, p. 95-118, 2016. GUERRA, Sidney. Direito Internacional das Catástrofes. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2021. 386 p. ISBN 978-85-5523-431-6.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3197****TITULO: A REDE DA POLÍTICA NACIONAL PARA CIDADES INTELIGENTES****AUTOR(ES) : MARIA EDUARDA CAVALCANTE****ORIENTADOR(ES): LALITA KRAUS****RESUMO:**

A Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI), através do Projeto de Lei 976/21, procura definir os objetivos e princípios gerais que deverão ser seguidos nos estados e municípios da União, responsáveis pela política urbana para a implementação de iniciativas inteligentes. Ademais, prevê apoio federal na implementação das respectivas medidas. A partir da criação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes começou um processo de federalização da agenda *smart* que sucessivamente resultou também na criação de um grupo de estudo sobre cidade inteligente no Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (CEDES). O grupo publicou em 2021 o relatório “Cidades Inteligentes: Uma abordagem humana e sustentável” que serviu de base para a elaboração da PNCI.

Acredita-se que quando se trata das cidades inteligentes, está em jogo, além de uma proposta administrativa, um novo modelo de cidade a partir da implementação de soluções tecnológicas na oferta de serviços, bens e equipamentos urbanos, assim como na gestão. Muitos estudos (Datta, 2015; Holland, 2008) revelam que modelos urbanos inteligentes possuem efeitos controversos, mas continuam sendo hegemonicamente defendidos e legitimados por uma rede de atores, entre os quais agências internacionais e provedores de tecnologia.

Dessa maneira, a pergunta da pesquisa é: Quais atores impulsionam a agenda *smart* no Brasil? O objetivo geral do trabalho é, portanto, identificar os atores que se articulam em torno da política. Para tanto, será adotada a abordagem teórica de análise de redes para o estudo das políticas públicas (Frey et al, 2005). As redes de política permitem identificar configurações relacionais entre indivíduos e grupos na elaboração e implementação de políticas. Isso nos permite desvendar inclusive interesses ocultos.

A metodologia da nossa pesquisa, ainda em andamento, baseia-se na análise de políticas públicas e segue as seguintes etapas: 1) levantamento das principais etapas de federalização da agenda *smart* que resultaram na elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, Relatório do CEDES e Política Nacional; 2) levantamento de eventos e encontros em que essas etapas foram construída; 3) identificação dos atores que participaram dos momentos e etapas levantados. Essas etapas revelam uma abordagem metodológica de “process tracing”, que consiste na análise de notícias em sites e documentos governamentais para compreender a rede de atores engajados em torno da Política Nacional para Cidades Inteligentes (PNCI). Resultados preliminares revelam que se trata de uma rede dominada por agências internacionais e, sobretudo, atores políticos que defendem valores de mercado em defesa do interesse do setor privado.

BIBLIOGRAFIA: DATTA, A. (2015). New urban utopias of postcolonial India: ‘Entrepreneurial urbanization’ in Dholera smart city, Gujarat. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n.1, pp. 3-22. FREY, Klaus; PENNA, Manuel Camillo; CZAJKOWSKI JR, Sergio. *Rede de Políticas Públicas e sua Análise*. Portal das Ciências Sociais Brasileiras - ANPOCS, 2005. HOLLANDS, R. G. (2008). Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? City. [S.I.], v. 12, n. 3, pp. 303-320.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3202****TITULO: “ENCONTROS INTERNACIONAIS ‘O BRASILEIRO ENTRE OS OUTROS HISPANOS’: AFINIDADES, CONTRASTES E POSSÍVEIS FUTUROS NAS SUAS INTER-RELACÕES****AUTOR(ES) : MARJA LOPES DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

O curso “Encontros Internacionais: O Brasileiro Entre Outros Hispanos, afinidade, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações”, criado em 2019, é um projeto de pesquisa e extensão de iniciação artístico-cultural, oferecido pela coordenação de extensão do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro. Tem o objetivo de democratizar a cultura e desenvolver um sistema de gestão pública que seja formado aproximando a arte das culturas brasileiras e hispânicas, evidenciando a importância de projetos desenvolvidos por instituições públicas. Tal curso se mostra único pois um dos pontos principais de nossa ação de extensão é a questão da abertura das incompletudes das Repúblicas no Brasil e nos países hispânicos, oferecendo uma profunda análise da contemporaneidade e das perspectivas para o planeta.

Fazemos encontros on-line uma vez por mês, com a participação de 10 a 20 pessoas em média, onde discutimos sobre autores hispânicos e os temas abordados em suas obras -em 2022, por exemplo, foram debatidos 9 livros e autores diferentes. Dentre as obras discutidas, pode-se destacar “Trilce”, de César Vallejo, que foi o marco inicial principal do movimento de vanguarda peruano. Além disso, temos uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ e a Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro, a qual permite a criação e participação de eventos no Memorial Getúlio Vargas, como a palestra “O encontro de culturas através dos Amores Improváveis”, a qual ocorreu no dia 21 de outubro de 2022.

BIBLIOGRAFIA: FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos*. Editora José Olympio, 1975. ENCONTROS internacionais: o brasileiro entre outros hispanos. [S. I.], 27 abr. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/jm0PerAnF1Y>. VALLEJOC. *Trilce*. Barcelona: Luces De Gálibo, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3209**

TÍTULO: **POSSIBILIDADES ORGANIZATIVAS NO TWITTER: UMA ETNOGRAFIA NOS**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MACEDO DE REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O Projeto “Organizações da tecnopolítica no Twitter” visa analisar as relações tecnopolíticas na rede social Twitter a partir da seção “Assuntos do momento” (Trending Topics) na localização Brasil. O presente resumo analisa as possibilidades organizativas das tecnopolíticas que se configuraram dentro da plataforma. Os objetivos envolvem compreender as possibilidades organizativas no Twitter e averiguar as ações coletivas que foram constituídas articulando-se a esses modos de organização. A metodologia utilizada foi descritiva e exploratória com realização de uma pesquisa de campo etnográfica entre 18 de setembro de 2020 e 16 de agosto de 2022, reunindo todas as observações do grupo de pesquisa em uma planilha, captadas a partir dos vinte primeiros “Assuntos do Momento” brasileiros. O critério de análise foi a partir da seleção de tópicos relacionados à política em sua forma mais ampla e ações coletivas que permaneceram por mais de um dia nos Trending Topics. A perspectiva de Nunes (2014) foi usada para compreender os tópicos e hashtags que agregam diferentes perfis na plataforma, reunindo diferentes formas de organização, o que é viabilizado pelo que o autor define como “Organização dos sem organização”, padrão verificado na plataforma. A sofisticação dos algoritmos no Twitter, que trazem uma experiência personalizada e sofisticada para cada usuário, pode ser compreendida na perspectiva crítica de Morozov (2018), assim como a viralidade, importante de acordo com Nunes (2014). Para Gerbaudo (2021), as mídias sociais utilizadas por ativistas, a partir de 2011, serviram como ponto de inflexão para a articulação do ativismo digital dentro de movimentos sociais e podem fomentar uma organização prévia, o que pode ser visto, na pesquisa realizada, com a captação de tópicos e hashtags relacionadas à ativismo e convocação de manifestações de rua. Entre os resultados da pesquisa, ao descontar a organização dos sem organização, tornou-se possível viabilizar elementos de reflexão no que tange às diferentes possibilidades organizativas dentro da plataforma ao utilizar os “Assuntos do Momento” como principal meio de viralização da informação. Em alguns casos mapeados, serviu para a composição de esforços de ações coletivas que levaram à manifestações de rua, seja de apoio ou repúdio do governo federal sob presidência de Jair Bolsonaro. Mesmo em parte da análise tendo sido feita no período pandêmico, foi possível localizar manifestações de rua de diferentes cunhos políticos, mostrando a força dos tópicos e hashtags alavancados. Além disso, também possibilitou a reflexão de pautas que refletem nichos de ativismo que são organizados nos “Assuntos do Momento”. Para além do sentido mais restrito da ação coletiva em manifestações de rua, fica demonstrado que as plataformas digitais se constituem cada vez mais, como espaços de organização de lutas contemporâneas, muitas vezes sem atravessar o espaço de fluxos que ali se configuram.

BIBLIOGRAFIA: GERBAUDO, Paolo. Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo. São Paulo: Editora Funilaria, 2021. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018. NUNES, Rodrigo. Organisation of the organisationless: collective action after networks. Lünenburg: PML Books & Mute, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3218**

TÍTULO: **OS DESAFIOS DO DIREITO INTERNACIONAL NO COMBATE À PESCA ILEGAL, NÃO DECLARADA E NÃO REGULAMENTADA**

AUTOR(ES) : **LUANA COSTA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

Estima-se que existam cerca de 30.000 espécies de peixes nos oceanos, e diversos possuem potencial valor econômico. Entretanto, a regulamentação da atividade pesqueira ocorreu de maneira tardia, e existem muitas lacunas que possibilitam a realização de práticas ilícitas, como é o caso da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INN), objeto deste estudo. A pesca INN acarreta prejuízos na esfera econômica, impacta a biodiversidade ambiental e ameaça a autonomia alimentar. Este trabalho tem como objetivo geral compreender quais desafios o Direito Internacional tem enfrentado na contenção da pesca INN. A seguir, como objetivo específico, busca-se compreender como as normas que tratam do Direito Internacional do Mar regulamentam a questão, além da análise dos julgados do Tribunal Internacional do Mar acerca da pesca INN.

A pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo e a técnica bibliográfica, reunindo livros e artigos referentes ao tema. Será analisada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e a interpretação dessa convenção que tem sido realizada pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar.

Apesar da fiscalização dos oceanos representar tarefa árdua para os Estados costeiros, é imperativo que as delegações internacionais de forma conjunta repensem as normas vigentes que tratam desse tema. Com objetivo de tornar mais robusto e efetivo o monitoramento e contenção da pesca INN.

BIBLIOGRAFIA: ZANELLA, Tiago. Manual de direito do mar. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. MENEZES, Wagner. O direito do mar. Brasília: FUNAG, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3221**

TITULO: OS IMPACTOS DA MATRIZ GLOBAL DE DOMINAÇÃO SOBRE AS MULHERES DO SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES SEXUAL E RACIAL DA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO A PARTIR DOS FEMINISMOS DO SUL

AUTOR(ES) : ALICIA DE FREITAS RODRIGUES

ORIENTADOR(ES): RENATA GUIMARAES REYNALDO

RESUMO:

O cenário global contemporâneo é formado por um conjunto de sistemas interconectados de opressão, a que Patricia Hill Collins chama de 'matriz global de dominação', que desenham um mundo formado pela interconexão entre distintas hierarquias globais de poder. Nesse cenário, o arcabouço teórico dos feminismos do Sul possibilita melhor compreender as complexidades das relações globais de poder, lançando sobre elas um olhar sensível às interconexões entre diferentes eixos de subordinação como gênero, classe e raça/etnia. Os aqui nomeados 'Feminismos do Sul' - a que se pode referir ainda como feminismos subalternos ou dissidentes - podem ser entendidos como vertentes de pensamento e luta no campo feminista que problematizam e contestam a condição de subalternidade das mulheres levando em consideração também as relações complexas entre capitalismo e colonialismo/colonialidade, dentre os quais se encontram os feminismos negro, pós-colonial e de(s)colonial.

Tendo como base teórico-epistemológica os feminismos do Sul, o presente trabalho, busca compreender a matriz global de dominação contemporânea, suas interconectadas hierarquias de gênero, classe e raça/etnia e seus impactos sobre as mulheres trabalhadoras do Sul Global no que se refere ao surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho (NDIT) a partir do último quarto do século XX. A pesquisa ora proposta tem, portanto, como objetivo investigar de que forma as mulheres do Sul Global são particularmente afetadas pela nova divisão internacional do trabalho, a qual simultaneamente perpetua e reconfigura as divisões sexual e racial do trabalho instauradas com o capitalismo industrial.

Para atingir os objetivos propostos, o estudo se fundamenta nas perspectivas epistemológicas interdisciplinar e feminista, com destaque para as feministas do Sul, que questionam a fragmentação e o caráter androcêntrico, ocidental e branco do conhecimento na ciência tradicional euro-anglo-centrada. A partir deste duplo pilar epistemológico, a abordagem adotada será qualitativa e a pesquisa será fundamentado ainda no método de revisão da literatura sobre a matriz global de poder e as divisões sexual e racial do trabalho subjacentes à NDIT, para cuja análise serão fundamentais os trabalhos de Patricia Hill Collins, Chandra Mohanty, Danielle Kergoat e Silvia Federici.

BIBLIOGRAFIA: COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2019. MOHANTY, Chandra Talpade. Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durham / London: Duke University Press, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3239**

TITULO: MINERAÇÃO E COVID-19: ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS NOS TERRITÓRIOS

AUTOR(ES) : SCARLETT KROWLENVZKY

ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA

RESUMO:

Este trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado "Mineração em grande escala e estratégias de gestão do social em contextos de conflito ambiental e crise sanitária" realizado no Laboratório ETERN do IPPUR/UFRJ. O projeto tem como objetivo analisar as estratégias de gestão do social implementadas por grandes empresas mineradoras no Brasil, em contextos de conflito ambiental e de crise sanitária. Além dos impactos socioambientais ocasionados pelas atividades extractivas, as populações próximas aos empreendimentos têm sofrido as consequências da pandemia do Covid-19. Esse quadro foi agravado pelo fato de a mineração ter sido considerada uma atividade essencial, fazendo com que sua operação fosse uma fonte adicional de riscos para a saúde dos trabalhadores e das populações vizinhas. Entretanto, as grandes corporações mineradoras se posicionaram como idôneas para a identificação de necessidades das populações locais e a implementação de medidas de enfrentamento à pandemia e à pós-pandemia. A presente comunicação pretende identificar os programas e projetos idealizados para o enfrentamento da pandemia em um recorte das principais empresas mineradoras de atuação no Brasil, pontuando nos temas e públicos alvos, nos aspectos comuns e as especificidades de tais práticas, também como no nível de alinhamento com diretrizes internacionais estabelecidas pelo setor. A metodologia utilizada é uma pesquisa documental realizada em sites institucionais das empresas, associações e institutos de apoio ao setor em nível nacional e internacional; relatórios, material publicitário e redes sociais das empresas e mídia, além de trabalhos acadêmicos e documentos oficiais de instituições sanitárias.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, H. 2019. Territórios do capitalismo extractivista: a gestão empresarial de "comunidades". In: Henri Acselrad (Org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do "social". Rio de Janeiro: Garamond. p.33-60. JINDRICOVSKÁ, I.; Eckert, E. 2021. Social Responsibility of Mining Companies at a Time of COVID-19: Dear Shareholders!. Sustainability, 14(1), 350. LOPO, R. 2020. Covid e mineração - a crise como o contexto e o lucro como necessidade 27 de abril de 2020. Boletim n.28 - Ciências Sociais e coronavírus. ANPOCS

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3248****TITULO: BARREIRAS À INOVAÇÃO NA GESTÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS****AUTOR(ES) : GEOVANA LOPES PRATS VIRMOND****ORIENTADOR(ES): MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA****RESUMO:**

Com o objetivo de identificar barreiras à inovação na gestão de universidades públicas federais, foram revisados artigos científicos nacionais e internacionais sobre o tema. Para a pesquisa empírica, empregou-se o método qualitativo, com a técnica de pesquisa documental a partir da análise de relatórios de gestão de 2020 de 10 universidades públicas federais selecionadas conforme o Índice Integrado de Governança e Gestão 2021 (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU). O foco da análise dos relatórios foi na seção Resultados da Gestão. Quando esta seção não estava presente no relatório, a busca se concentrava na parte de Governança, Estratégia e Desempenho. Nas duas seções citadas, são apresentados os resultados e ações tomadas naquele ano pela gestão da universidade e foram identificadas as inovações. Foram mapeadas 27 inovações em gestão, mas nem todas foram passíveis de identificação de suas barreiras. Dentre as barreiras à inovação na gestão de universidades públicas encontradas, 11 se relacionam com sete das barreiras mapeadas na literatura. As barreiras à inovação na gestão identificadas nessas universidades foram falta de equipamentos para a realização de atividades remotas, necessidade de métodos de gestão mais digital, falta de acesso à internet e computador por parte dos alunos, necessidade de capacitação dos professores para o manuseio de ferramentas para a viabilização de aulas online, necessidade de acesso remoto para toda comunidade universitária, resistência à inovação, ausência de uma cultura e métodos de gestão mais digital, falta de uma cultura de constante revisão dos Projetos Pedagógicos por parte dos cursos de graduação, falta de integração entre os centros acadêmicos, falta de integração entre as diferentes unidades da universidade.

BIBLIOGRAFIA: BIRKINSHAW, J.; HAMEL, G; MOL, M. Management innovation. *Academy of Management Review*, New York, v. 33, n. 4, p. 825-845, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.5465/amr.2008.34421969>>. Acesso em: 27 mai. 2021. CINAR, R.; BENNEWORTH, P. Why do universities have little systemic impact with social innovation? An institutional logics perspective. *Growth and Change*, v. 1, n. 19, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/grow.12367>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3258****TITULO: GUERRA COMERCIAL ENTRE CHINA E EUA: A QUESTÃO DOS SEMICONDUTORES COMO AMEAÇA À HEGEMONIA DOS EUA****AUTOR(ES) : PEDRO NAVAR GARCIA DO CARMO E SILVA****ORIENTADOR(ES): EDUARDO ALBERTO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO****RESUMO:**

Carlos Medeiros estabelece que os semicondutores são fundamentais para o crescimento econômico e a prosperidade na era digital, pois eles são fulcrais para quase todos os sistemas industriais, comerciais e militares modernos, incluindo smartphones, aeronaves, sistemas de armas, internet e rede elétrica, sendo, então, um dos principais temas na geopolítica da era informacional. A partir disso, em 22 de março de 2018, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, assinou um memorando na Casa Branca decidindo impor as primeiras tarifas à China, a partir da Lei de Comércio de 1974 e instigando os chineses de "praticantes comerciais desleais" e roubo de propriedade intelectual, a qual causou uma série de tarifas que totalizaram 50 bilhões de dólares sobre importações provenientes da China, dando início oficialmente ao conflito comercial entre os EUA e a China, o qual se intensificou com o decorrer do tempo.

Nesse sentido, as inúmeras sanções dos EUA impostas à China ajudaram a sobrecarregar a indústria de semicondutores do continente, estimulando o apetite por componentes caseiros com fornecedores chineses de software de design, processadores e engrenagens vitais para a produção de chips. Assim, o que começou como uma repressão à gigante de telecomunicações Huawei pela administração Trump, se transformou em algo muito maior. Hoje, o governo Biden tem como alvo a meta de autossuficiência da China — e não envolve apenas uma empresa selecionada. Em 2022, o secretário norte-americano de Estado, Antony Blinken, anunciou uma rodada de sanções contra a China que afetam controles abrangentes de exportação, complicando severamente os esforços de qualquer empresa chinesa para desenvolver tecnologias de ponta, desde semicondutores, supercomputadores, sistemas de vigilância e armas avançadas.

Dessarte, torna-se evidente, portanto, que a questão dos semicondutores tem uma relativa importância. Assim, o trabalho busca utilizar o método de estudo de caso para analisar os impactos das ações estadunidenses voltadas para a contenção do acesso chinês ao mercado de semicondutores, a partir do levantamento do funcionamento da cadeia de produção global de semicondutores e o papel monopolístico de poucas empresas, identificando os instrumentos de pressão diplomática, comercial e financeira mobilizados pelos EUA para cercar o acesso a esses mercados, bem como apontar as estratégias chinesas para contornar esse isolamento realizado pelos EUA.

BIBLIOGRAFIA: BOWN, Chad. Como os Estados Unidos marcharam a indústria de semicondutores para a sua guerra comercial com a China. *Revisão Econômica da Ásia Oriental*, v. 24, n. 4, p. 349-388, 2021. Acesso em: 04, novembro. 2022. VASCONCELOS, Maria. EUA avaliam sanções à China para impedir ação em Taiwan. *Revista Época Negócios*, novembro, 2022. Acesso em: 10, novembro, 2022. MAJEROWICZ, Esther; MEDEIROS, Carlos Aguiar. A política industrial chinesa na geopolítica da era da informação: o caso dos semicondutores. *Revista de Economia Contemporânea*, v.22, n°1, junho, 2018. Acesso em: 08, novembro, 2022.

A pesquisa analisa o campo político construído pelos fluxos informacionais do Twitter, que é uma plataforma digital que vem ganhando destaque no meio político brasileiro. Os “Assuntos do Momento” são úteis para os usuários, que podem se informar rapidamente e opinar sobre tendências. Morozov (2018) ressalta que grande parte da comunicação contemporânea acontece em plataformas digitais, sendo que estas são as fontes mais prováveis de compartilhamento de informações, ajudando os usuários a entender o que está ocorrendo instantaneamente, ainda que também sirvam como forma de controle dos usuários dessas plataformas. De acordo com Parmelee e Bichard (2011), os comentários que aparecem no Twitter mostram uma certa frustração sobre as atuais formas de governo, possibilitando a reflexão de pautas que refletem diferentes nichos políticos que são organizados nos “Assuntos do Momento”. Alguns assuntos políticos que aparecem nos “Assuntos do Momento” costumam se desenrolar em diversos tópicos, criando muitas vezes uma rede de tópicos que se complementam, e que em alguns casos costumam atravessar um dia como mais comentados. As plataformas digitais tornam mais plural e complexo o desenvolvimento de estratégias de comunicação política, Cervi e Massuchin (2011) associam o Twitter a um espaço alternativo de debate político, que se reflete nos “Assuntos do Momento”, possuindo certa relevância no cenário político brasileiro, além de tornar possível o contato de atores políticos com novos meios, formatos e conteúdo para a produção e a circulação de informações sobre política. A pesquisa de campo foi etnográfica, desenvolvida entre o dia 18 de setembro de 2020 e 18 de agosto de 2022 reunindo as observações em uma planilha com diferentes aspectos observados pelo grupo de pesquisa de segunda a sexta entre 9h e 21h, utilizando uma metodologia descritiva e exploratória. Tendo como base os resultados obtidos até agora, a política apesar de ser um assunto recorrente, não é um dominante na plataforma. A política e o jornalismo apesar de aparecerem nos “Assuntos do Momento” representam uma parcela considerável dentro da plataforma, levantando temas relevantes que disputam espaço com outros assuntos como os programas de entretenimento. Em resultado da análise da seção “Assuntos do Momento”, cabe destacar que a CPI da Covid, iniciada em maio de 2022, representou um ponto de virada no domínio bolsonarista que havia entre setembro de 2020 e abril de 2021 quando começamos nossas observações. Além da CPI, consideramos as manifestações contrárias ao governo atual que tomaram as plataformas e ruas entre maio e novembro de 2021 como parte dessa virada. Em decorrência, houve um momento de maior equilíbrio ou até mesmo uma leve predominância da oposição ao governo Bolsonaro sendo verificado entre final de 2021 e agosto de 2022, quando encerramos a pesquisa e deram início ao período de preparação para a eleição presidencial de 2022.

BIBLIOGRAFIA: CERVI, E. U. ; MASSUCHIN, M. G. Novas mídias e eleições 2010: o uso do twitter nas campanhas dos candidatos ao governo do Paraná. In: Encontro da Compolítica, IV, 2011, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p.1-20. Link: http://compolitica.org/novo/anais/2011_Emerson-Urizzi-Cervi-e-Michele-Goulart-Massuchin.pdf. Acesso: 15 mar. 2023. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, Editora, 2018. PARMELEE, John H.; BICHARD, Shannon L. Politics and the Twitter Revolution: How Tweets Influence the Relationship between Political Leaders and the Public. Lanham, MD: Lexington Books, 2011.

A tecnologia nuclear trouxe um ponto de inflexão no sistema internacional do século XX, uma vez que possibilitou o desenvolvimento tanto de uma fonte de energia revolucionária, quanto da arma definitiva de destruição em massa, mudando o entendimento do que seria um conflito armado e seus limites. Nesse sentido, a Guerra Fria foi um momento no qual os Estados Unidos tiveram como foco, além do combate à União Soviética, o impedimento da proliferação de armamentos nucleares. Enquanto não se estabelecia o regime de não-proliferação nuclear, iniciado em 1968, vigorava o programa *Atoms for Peace* (do inglês, átomos para a paz), do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961). No lugar da política altamente secreta dos governos Franklin Roosevelt (1933-1945) e Harry Truman (1945-1953), seguiu-se uma política de exportação de materiais e de expertise para países que concordassem em não utilizar seus programas nucleares para a fabricação de armamentos, com base no entendimento de que a cooperação e um certo grau de monitoramento seriam preferíveis a uma corrida armamentista desenfreada. Entre eles, está a Índia, país que, em 1974, realizou sua primeira explosão nuclear, propagandeada como pacífica, no âmbito de um programa em parte financiado com ajuda estadunidense. Hoje, a Índia conta com cerca de 160 armas nucleares. Após o exposto, é possível afirmar que a posição estadunidense de apoio ao desenvolvimento nuclear indiano foi a melhor no referido contexto, com as informações disponíveis? Para responder a essa pergunta, recorreremos, neste estudo de caso, à Psicologia Política, mais especificamente aos conceitos de perception/misperception de Robert Jervis (1976), assim como a uma análise construtivista da Política Externa dos EUA, com Schonberg (2009). Sob essas abordagens teóricas, serão analisados documentos, discursos e notícias, relacionados, nomeadamente, com o Tratado “Governo da Índia e Governo dos Estados Unidos da América nos Usos Civis da Energia Atômica”. Firmado em 1963, este pacto forneceu a construção de um reator nuclear em Tarapur, por parte de uma empresa estadunidense, ilustrando uma participação ativa, para além do fornecimento de materiais. Esta análise será feita com base nos parâmetros a partir dos quais os atores veem a si mesmos e aos outros atores, assim como o ambiente no qual se inserem. Busca-se identificar, portanto, a imagem tida pelos idealizadores do programa *Atoms for Peace*, no geral, e deste tratado, em específico, quanto à Índia, seus principais interesses e seu programa nuclear, e comparar tais dados com os oferecidos pelas percepções indianas, de modo a compreender se configurou-se uma falsa percepção. Entende-se, preliminarmente, que a extensão do programa *Atoms for Peace* para a Índia se baseou na concepção errônea de que a Índia prezaria pela paz, principalmente no que tange ao conflito com o Paquistão, como uma forma de garantir sua segurança no âmbito regional.

BIBLIOGRAFIA: GOVERNMENT OF INDIA AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA ON THE CIVIL USES OF ATOMIC ENERGY. Washington, 8 ago. 1963. LAVOY, Peter R. The Enduring Effects of Atoms for Peace. Arms Control Association. JERVIS, Robert. Perception and Misperception in International Politics. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3352****TITULO: OS IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NO MODELO DE AGROEXPORTAÇÃO BRASILEIRO: O CASO DA DEPENDÊNCIA DA SOJA.****AUTOR(ES) : MARIA ANTONIA NEVIANI GRACA, DANIEL HENRIQUE LOURENÇO PEREIRA****ORIENTADOR(ES): MONICA BRUCKMANN****RESUMO:**

A partir dos últimos relatórios publicados pelo IPCC, nota-se que o Brasil está entre os países mais afetados pelos impactos da crise climática, implicando graves ameaças ambientais e socioeconómicas como catástrofes climáticas; insegurança energética; insegurança alimentar; perda de biodiversidade, crise hídrica etc. Entretanto, a crise também impactará a produção do principal produto brasileiro em seu comércio exterior: a soja.

O presente trabalho busca dimensionar as consequências do modelo econômico baseado na exportação de commodities para o Brasil, tendo em vista o cenário apresentado pelos relatórios. Para compreender a histórica dependência das commodities, e por conseguinte, da exportação de soja, será utilizada a Teoria da Dependência como arcabouço teórico. Nesse sentido, objetiva-se o entendimento de como o modelo desenvolvimentista brasileiro, não só intensifica as consequências da crise climática, como também é diretamente afetado por ela e quais seriam os modelos alternativos sugeridos.

BIBLIOGRAFIA: Dos Santos, Theotonio (2015). Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. Florianópolis: Insular, v. 1. Obras Escolhidas. IPCC, 2022: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3372****TITULO: O PODER ECONÔMICO-MARÍTIMO CHINÊS: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO NAVAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE DE SUAS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS****AUTOR(ES) : JOAO VITOR BINEZA MAIA, RAPHAEL DUARTE DE ALBUQUERQUE****ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO ALBERTO CRESPO****RESUMO:**

A China passou a desenvolver estratégias, tecnologias e políticas para agir economicamente no mar no século XX, buscando atuar como uma potência hegemônica uma outra vez. Mas quais fatores levaram a isso? O Estado chinês, historicamente agrário e com uma grande extensão territorial, possui uma forte relação com os mares. A grande maioria de sua população é historicamente litorânea, usufruindo das grandes capacidades comerciais e de sobrevivência fornecidas pelos mares e pelos rios. O controle do mar forneceu à China historicamente controle de regiões externas, estendendo a sua soberania para além de suas fronteiras terrestres, proporcionando um controle econômico e cultural no leste asiático. Porém, desde o século XVI, a China esteve pouco presente nos mares, gerando uma relação marítima socioeconômica e infraestrutural particulares na China, que influenciou nas relações que o país teve frente às potências ocidentais hegemônicas, navais em sua natureza, durante o Século da Humilhação.

O estudo deste período na China permite a observação de um *path dependency* em razão das relações econômico-navais chinesas no final do século XIX e primeira metade do século XX. Para a China, a experiência da abertura econômica para as potências estrangeiras foi traumática, com a burocracia estatal chinesa cedendo às suas defesas marítimas e enfraquecendo o poder naval chinês para manter uma produção essencialmente de exportação primária. A falta de políticas de desenvolvimento naval chinesas e o subsequente isolamento sociocultural tornou a China da primeira metade do século XX um local tecnologicamente e economicamente atrasado e frágil. É por meio desta visão que políticas estratégicas e econômicas chinesas da segunda metade do século XX e início do século XXI se desenvolvem com uma visão para o mar como esfera central da defesa e segurança estratégica chinesa.

Não se pode negar a importância do mar para o desenvolvimento econômico. Desta forma, este trabalho questiona de que forma o poder naval influencia as estratégias de desenvolvimento econômico chinês, com um foco especial para o século XXI, onde se teve maior parte do desenvolvimento naval que se tornou cada vez mais vital para o país. O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar os fatores estratégicos e econômicos que geraram as principais políticas chinesas voltadas para a reconstrução do seu poder naval no século XXI. Como método, o trabalho está estruturado em três eixos de análise: 1) os objetivos chineses e recursos destinados a estes programas; 2) os setores da economia chinesa mobilizados para viabilizar o desenvolvimento de um complexo industrial naval, assim como o efeito de encadeamento cíclico; 3) as tensões geopolíticas geradas pelo avanço desses programas. Para tanto, o presente trabalho irá analisar as políticas econômico-navais chinesas através de pesquisas bibliográficas qualitativas e quantitativas, de fontes diversas que tratam do assunto e período em questão.

BIBLIOGRAFIA: KANE, Thomas M. Chinese Grand Strategy and Maritime Power. [s.l.]: Routledge, 2016. HOLMES, James R ; TOSHI, Yoshihara.. Chinese naval strategy in the 21st century : the turn to Mahan. London ; New York: Routledge, 2008. MODELSKI, George; THOMPSON, William R. Seapower in global politics, 1494-1993. Seattle: University Of Washington Press, 1988.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3444****TITULO: A INFRAESTRUTURA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX****AUTOR(ES) : GUILHERME FARIA DE MORAES****ORIENTADOR(ES): FANIA FRIDMAN****RESUMO:**

Este trabalho integra a pesquisa "Urbanizações brasileiras no século XIX" desenvolvida pelo Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU) no âmbito do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e coordenada pela professora Fania Fridman. O projeto tem como objetivo discutir a formação dos assentamentos urbanos e a constituição de redes no país durante o Oitocentos. Na apresentação serão divulgados dados sobre a infraestrutura - pontes, caminhos terrestres e fluviais, portos, registros e barreiras, fortificações, presídios, escolas e liceus - assim como os serviços públicos ofertados na província do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX.

Utilizando como fonte fundamental para a pesquisa o "Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil" de Saint-Adolphe, e consultando variados sites institucionais, trabalho apresentará os resultados preliminares de um levantamento de informações relativas à infraestrutura, aqui considerada como determinante para a "virada modernizadora" econômica e social. Após a coleta, tais dados foram transcritos para uma planilha que será futuramente a base para a elaboração de mapas. A intenção do trabalho é analisar e demonstrar a evolução da conquista do território fluminense no passado sobretudo através da infraestrutura levando também em consideração informações históricas, demográficas, econômicas e políticas na "invenção" do país pós 1822.

BIBLIOGRAFIA: Saint Adolphe. Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil**ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa****MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3454****TITULO: GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS****AUTOR(ES) : MARIA EUGÉNIA GEOVANUCI****ORIENTADOR(ES): MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA****RESUMO:**

A complexidade de se planejar estratégicamente é ressaltada por Mintzberg (2022, p. 17) que evidencia que o fracasso dos planejadores pode residir na pouca compreensão de "como as organizações verdadeiramente fazem suas estratégias" e "como os gestores tomam suas decisões estratégicas". Ao se tratar do setor público deve-se atentar para suas especificidades cujas estratégias são voltadas para atender com eficiência os cidadãos, especialmente as universidades públicas federais, pois possuem um modelo de gestão diferenciado e uma complexidade bastante peculiar. Os aspectos legais e normativos exercem influência no modo com que a gestão estratégica dessas instituições é realizada e a forma colegiada das decisões impacta a sua ação. Este estudo faz parte da primeira etapa de um Projeto de Iniciação Científica - PIBIC-UFRJ cujo objetivo geral é identificar as ações realizadas por universidades públicas federais no país para realizar a gestão de suas estratégias institucionais. Como objetivos específicos, pretende-se (1) descrever o estado da arte da produção científica nacional sobre gestão estratégica e planejamento estratégico em universidades públicas; (2) analisar periódicos internacionais de Administração Pública no tocante à gestão estratégica e planejamento em universidades; (3) apresentar a linha do tempo da legislação sobre gestão estratégica e planejamento aplicável às universidades públicas federais no país e (4) mapear as ações realizadas por universidades públicas federais brasileiras para a construção, monitoramento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou outros documentos que contenham as estratégias institucionais. Será utilizado o método qualitativo, através de uma pesquisa descritiva e documental para o levantamento de informações nos sites das universidades públicas federais brasileiras. Nesta etapa da pesquisa, buscou-se atender ao objetivo 1 a partir de um levantamento bibliográfico da produção científica nacional. Foram seguidos os passos propostos por Creswell (2010): (i) identificação de palavras-chave; (ii) buscas nas bases de dados e bibliotecas eletrônicas; (iii) filtragem das publicações; e (iv) análise dos artigos. Como resultados preliminares, foram analisadas nas principais bases disponíveis no portal da CAPES e nas bibliotecas eletrônicas SciELO e SPEL.org. Assim, excluída a repetição de artigos entre as bases de dados, serão analisados um total de 38 documentos. Destaca-se que o levantamento bibliográfico internacional se encontra em andamento, bem como todo o plano previsto para o projeto.

BIBLIOGRAFIA: CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010. MINTZBERG, H. An underlying theory for strategy, organization, and management: Bridging the divide between analysis and synthesis. *Strategic Management Review*, v.3, n. 1, p. 125-144, 2022.

TITULO: O EXÉRCITO BRASILEIRO ENTRE O MORRO DA PROVIDÊNCIA E DA MINEIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DA LEI 13.491/2017 NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : LUCAS HENRIQUE JUSTINO DE SOUZA

ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI

RESUMO:

O resumo que se apresenta é uma experimentação para a monografia, em que o campo de estudo se insere nas dinâmicas de militarização e controle dos sujeitos na cidade a partir das tramas do direito, da violência e do exercício do poder punitivo.

O objetivo é compreender, a partir de um caso, o impacto de uma lei federal na política nacional de segurança pública. Para isso, estabeleço um recorte que se deriva de experiência prévia obtida na participação em pesquisa relacionada a análise de processos criminais de tortura julgados na justiça militar.

Na oportunidade, surge uma questão de pesquisa que indagava sobre as funções exercidas pela Lei 13.491/2017 em benefício da defesa dos militares suspeitos de praticar tortura em serviço.

É que a lei, de natureza penal mista, amplia a definição de "crime militar" e altera a competência do julgamento de crimes cometidos por militares contra civis para a justiça militar. A alteração da competência estaria escorada com fundamento no art. 124 da Constituição.

Sendo assim, para os fins desejados, opta-se pela elaboração de um estudo de caso (método qualitativo). Através deste, a metodologia se concentrou na coleta documental, a partir de "clipping" de matérias jornalísticas sobre o caso e no acesso ao processo criminal instaurado.

A situação em estudo ocorreu em 14 de junho de 2008 no Rio de Janeiro, entre duas favelas vizinhas com a presença do tráfico ilícito de drogas: o Morro da Providência e o Morro da Mineira.

Desde 2007, o Exército Brasileiro ocupava a Providência com o objetivo de garantir a segurança da execução do projeto de requalificação habitacional ("Cimento Social"). Em uma dessas operações, onze militares resolvem abordar três jovens negros que voltavam de um baile funk. A investida, apesar de frustrada, evolui, de forma insana, para o sequestro dos jovens pelos militares e sua posterior entrega a traficantes da favela vizinha, como se inimigos fossem.

O caso gerou revolta aos familiares dos jovens, repercutiu na favela e teve apelo nacional. Com isso, tornou-se objeto de um longo processo criminal que se estendeu até a promulgação da referida lei, que afetou o processamento do caso, levando-o a ser julgado pela justiça militar.

Por essa característica ímpar, o caso se mostrou relevante para cruzar a situação e a lei em um panorama histórico marcado pela tendência de militarização dos corpos e do espaço público.

A partir desta leitura de conjuntura, inspirada no marco teórico do "urbanismo militar" (Graham, 2016), pretende-se refletir sobre a relação entre os processos de coprodução do direito e espaço (Franzoni, 2018) e de acumulação social da violência (Misse, 1999).

Na SIAc, por fim, pretende-se desenvolver uma apresentação inicial do estudo de caso, como resultado parcial da pesquisa, focada na elaboração da situação e seus desdobramentos no sistema de justiça dentro de um quadro histórico de tendências punitivas que se dirigem as favelas e aos cidadãos negros e periféricos.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Júlia Ávila. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018. GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Estado de Sítio, 2016. MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulacão Social Da Violencia No Rio De Janeiro. IUPERJ. Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3525**

TÍTULO: O REFUGIADO E IMIGRANTE EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL: UM RETRATO ATUAL DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL ENTRE O PERÍODO DE 2011-2020

AUTOR(ES) : DANIELE RODRIGUES NETTO, CAROLINE BARCELOS, LARISSA FONSECA SOUZA, AMANDA DA SILVA DE ASSIZ OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): GISELE RICOBOM

RESUMO:

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, utilizando como base pesquisas elaboradas acerca do tema, considerando ainda levantamentos elaborados entre os anos de 2011 e 2020, o fenômeno observado quanto as dificuldades encontradas na integração de imigrantes, e refugiados, no mercado de trabalho brasileiro. Será abordado, também, o contexto histórico que envolve a questão, o processo de legalização dos documentos e as questões de desigualdade de gênero e racial. Consideramos pertinente, ainda, realizar breve análise dos setores que são ocupados, tanto pelos imigrantes, quanto pelos refugiados, e, discorrer quanto as redes de proteção para estes.

Durante a pesquisa, o impedimento encontrado em analisar os movimentos migratórios configura a conceituação dos fluxos. Além disso, ela ainda salienta que esse tipo de fluxo está relacionado com movimentos irregulares, nos quais há, com frequência, migração de trânsito, com pessoas que realizam o movimento sem a documentação necessária, atravessam fronteiras e chegam ao seu destino sem autorização (OIM, 2009, p. 1), onde a pluralidade de fatores para observância dos motivos de empregabilidade dos indivíduos migrantes e refugiados, nos leva a levantar hipóteses como: a legalização dos documentos seria fator determinante no processo de empregabilidade? Há diferenciação quanto a gênero e raça nesse processo? Em quais funções ocorrem, em sua maioria, a ocupação dos migrantes e refugiados? Existem uma rede de proteção para estes?

A partir de dados obtidos em fundações voltadas para a inserção no mercado de trabalho destes indivíduos e pesquisas prévias acerca do tema, tentaremos entender as problemáticas acima apontada. Sobretudo em relação a validação documental das qualificações previas, mesmo que, a empregabilidade informal ligada às questões raciais seja uma temática observável em diversos escopos da sociedade brasileira. Devido a falta de legalidade da documentação dos migrantes que chegam ao Brasil, a alocação em funções que exijam qualificação legalmente comprovada não é permitida, levandoassim a menor remuneração, e, por consequência, menor poder aquisitivo para os imigrantes e refugiados.

Concluímos, portanto, que políticas públicas, por ordem do Estado, voltadas a facilitação da validação dos documentos destes indivíduos, de maneira mais rápida e menos burocrática, poderia levar a mudança na ocupação do mercado de trabalho, melhorando sua qualidade de vida e participação na sociedade, permitindo uma alocação de trabalho em funções das quais, muitos deles, são altamente qualificados.

BIBLIOGRAFIA: HADDAD, Emma. *The Refugee in International Society: Between Sovereigns*. Capítulo 1: "The refugee 'problem'". Cambridge University Press, 2008. MENEZES, Lená Medeiros. "Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais. LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. *História das Relações Internacionais: Teoria e Processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. (p. 197-222). NOLASCO, Carlos. "Migrações internacionais: conceitos, tipologias e teorias". In. Oficina do CES, no 434, março de 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3584**

TÍTULO: A CONTRIBUIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO E O COMÉRCIO DE ARMAS NO SÉC XVII A XIX PARA A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO ASHANTI

AUTOR(ES) : ESTHER CESAR AUGUSTO DA SILVA, ANA BEATRIZ DOS SANTOS PAES BITTENCOURT

ORIENTADOR(ES): EDUARDO ALBERTO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

RESUMO:

O tráfico negreiro teve um papel primordial na formação de diversas sociedades e Estados, como por exemplo, as colônias do Novo Mundo que tiveram em sua história grande participação do tráfico negreiro e do regime escravista. Entretanto, o continente americano não foi o único a ser afetado por essas relações escravistas: o próprio continente africano sofreu fortemente com os impactos causados pelo tráfico negreiro. A chegada dos europeus à África ocasionou a troca de escravos por mercadorias europeias, em especial as armas de fogo. Essa troca comercial estabelecida entre os europeus e africanos possibilitou que algumas tribos africanas adquirissem armas e por conseguinte, vantagens sobre outros grupos territoriais. Tal fato teve impacto na distribuição de poder político e territorial inerente ao próprio continente. A arma de fogo constituiu-se como diferencial vantajoso de algumas tribos sobre outras. Um exemplo desse caso é o Império Ashanti, que formou-se na Costa do Ouro, atualmente um território que pertence a Gana. A presente pesquisa tem por objetivo analisar de que forma essa troca comercial influenciou e impactou a consolidação do Império Ashanti sobre as demais tribos, o que demonstrou ser um papel importante na formação desse Estado entre os séculos XVII a XIX. Tal análise utiliza como método a literatura especializada, a fim de dividir a pesquisa em duas etapas: a primeira parte é focada na descrição das bases de dominação Ashanti - destacando o papel dos novos mecanismos de coerção estatal possibilitados pela entrada de armas europeias - e a segunda etapa promove um diálogo com o debate acadêmico sobre a formação dos Estados, tomando-se por base a tese da "circunscrição social" de Robert Carneiro.

BIBLIOGRAFIA: WOLF, Eric. *A Europa e os Povos Sem História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. CARNEIRO, Robert L. *A Theory of the Origin of the State: Traditional theories of state origins are considered and rejected in favor of a new ecological hypothesis*. *Science*. 1970 Aug 21;169(3947):733-8. doi: 10.1126/science.169.3947.733. PMID: 17820299. GUIMARÃES, Vinícius. *Mercadores da morte: o Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão entre a África Ocidental e o Mundo Atlântico*. 2019.

O objetivo deste trabalho é apresentar a atualização do mapeamento de conflitos fundiários no Rio de Janeiro até maio de 2022 realizado pelo projeto de pesquisa-extensão "Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos", parceria entre o Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). O projeto tem como atividades principais (i) a coleta de dados, sistematização de informações e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos, envolvendo territórios e comunidades ameaçados por remoções na cidade do Rio, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e (ii) a incidência informada em casos de ameaças e violações de direitos, em parceria com órgãos públicos, movimentos sociais populares e plataformas da sociedade civil. O projeto colabora, ainda, com a base cartográfica do Observatório Nacional de Remoções (FAU/UFP) e integra a Campanha Nacional Despejo Zero. Os dados apresentados tratam de casos atendidos pelo NUTH, entre os anos de 2021 e 2022, que configuraram como ameaças de remoções, casos em que houve remoção e casos nos quais a posse foi assegurada. Estas três situações são identificadas e tratadas com base nas condições fáticas de moradia das famílias, não estando limitadas à especificação jurídica da situação.

O banco de dados dos conflitos fundiários ativos entre 2021/2022 contabilizou 139 casos na cidade do Rio de Janeiro, que afetam cerca de 13.008 famílias, envolvendo ameaças de remoção, remoção efetivada e posse assegurada. Dentre o total de casos, 130 tratam de ameaça de remoção (sendo 13 delas ameaças de remoção iminentes), 2 casos de remoções efetivadas, 6 casos de posse assegurada e 1 caso em que não há informação sobre a situação da ameaça. Em relação ao número de famílias afetadas, 12.435 encontram-se em ameaça de remoção (1.887 em risco iminente de remoção); 48 famílias foram removidas; e 421 famílias tiveram sua posse assegurada - além das 104 famílias com situação não identificada.

O Cartografias Jurídicas trabalha, para constituição e análise de seus levantamentos e para condução de sua atuação política, a partir de um marco teórico e de uma base de dados que articula a produção do espaço, as formas de moradia das classes populares e a produção do direito - investigando correlações entre acesso à justiça, acesso à terra e segurança da posse. A cartografia jurídico-espacial, afinal, descreve uma metodologia que busca produzir diagnósticos situados no tempo e no espaço a fim de responder às questões principais da nossa agenda de enfrentamento da despossessão, pensando pelo espaço e pelo direito (FRANZONI et al, 2020).

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÉNIO 2019/2020). In: Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: Relatório [livro eletrônico]: Relatório 2019-2020 /organização Fórum Nacional de Reforma; coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. - Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021 FRANZONI et al. Cartografias jurídicas: debatendo o mapeamento jurídico-espacial de conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]. Observatório de Remoções: relatório bianual 2019-2020

O trabalho tem por objetivo apresentar a metodologia e resultados parciais do projeto de pesquisa-extensão “Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos”, parceria entre o grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), Observatório das Metrópoles (IPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ), tendo como as ações que discutem os conflitos fundiários no Centro.

Os dados apresentados no Panorama de Conflitos Fundiários Urbanos, a partir dos casos levantados pelo NUTH em 2021 e 2022, evidenciam a região central enquanto um dos focos da disputa fundiária da cidade. Em meio ao cenário político atual, com as discussões sobre o projeto Reviver Centro e também a revisão do Plano Diretor, chama atenção o predomínio de casos de ameaça de remoção na região, com predominância do setor privado, alegando violação do direito de propriedade. Destaca-se ainda, que a grande maioria das ações na região são reintegrações de posse em prédios verticalizados (18 casos) e抗igos casarões (10 casos), envolvendo, respectivamente, 326 e 320 famílias. Em relação ao número de famílias atingidas, 2 casos situados em galpões abandonados ganharam destaque por envolver um número alto de famílias, 413 no total.

A compreensão do contexto político da região torna ainda mais relevante a discussão e divulgação dos dados sobre os conflitos fundiários. Os números levantados são fundamentais para visibilizar e disputar a permanência de quem hoje habita o Centro do Rio de Janeiro, contestando a narrativa de um bairro sem vida e sem moradores. Esse argumento, que sustenta o Projeto Reviver Centro, cuja estruturação foi realizada pela atual prefeitura, tornou-se, neste tempo, o grande protagonista da política urbana local.

O desenvolvimento das análises do mapeamento guiaram a participação e atuação do grupo em eventos, como (seminário do Centro), e também na disciplina de Direito Urbanístico com foco no projeto do Reviver Centro. Também foram produzidos relatórios, cartilhas e mapas para divulgação dos dados. O Labá também atua como suporte jurídico nos casos da Ocupação Almirante João Cândido - a qual foi aberta mesa de negociação com o governo do estado - e também na Ocupação Luiz Gama, ambas no Centro do Rio de Janeiro. Nesse sentido, os desdobramentos da pesquisa-extensão demonstram a relevância do levantamento abordado, que oferece informações potentes, tanto para a atuação direta contra as remoções forçadas, quanto para compreensão das dinâmicas em curso, estando alinhado com as premissas metodológicas da pesquisa que é comprometida com a produção do saber atrelados a lutas concretas.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI et al. Cartografias jurídicas: debatendo o mapeamento jurídico-espacial de conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]. Observatório de Remoções: relatório bianual 2019-2020 / [organização Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro]. – São Paulo: Raquel Rolnik, 2020.: FRANZONI, J.. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 10, p. 2923-2967, 2019. _____ O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação

No sistema capitalista, a disparidade socioeconômica é uma questão visível em diferentes territórios. Grandes metrópoles possuem polos comerciais extremamente desenvolvidos e empresas bem estruturadas, enquanto, para regiões fora do eixo, constata-se uma dificuldade para desenvolvimento econômico, um cenário que caracteriza o Brasil.

A presente pesquisa se inicia no Laboratório de Inovação Cidadã, projeto de extensão da UFRJ, e que tem como referência as mentorias apresentadas de 2017 a 2022 sobre novas economias, em especial o pensamento de Joaquim de Melo, pionero na implantação de moedas e bancos sociais no Brasil. A proposta é pesquisar, a partir dessas experiências, a grande relevância do uso das moedas sociais e bancos comunitários no Brasil, seus históricos, principais resultados e como podem ser uma possível solução para o desenvolvimento socioeconômico local e uma forma de combate à desigualdade social e econômica.

A princípio, para entender as razões que argumentam a favor da criação das moedas sociais, faz-se necessária uma breve análise econômica local, nos territórios onde serão implantadas. A demanda é atraída para as firmas competitivas tradicionais dos centros urbanos, gerando uma deficiência no mercado, que também é pautada na ausência de oferta devido à falta de incentivo econômico. Além disso, os microempreendedores de baixa renda podem enfrentar a inacessibilidade ao crédito e empréstimos oferecidos pelos bancos comerciais, pois a análise feita refere-se à situação financeira dos tomadores.

Nesse contexto, a criação das moedas sociais oriunda dos bancos comunitários verifica-se eficiente pois permite uma amortização da fuga das poupanças geradas para outras regiões, já que a aceitabilidade de uma moeda social é restrita à comunidade que a criou. Dessa forma, a demanda se concentra no polo regional. E o banco comunitário, emissor da moeda, por sua vez, além de não visar lucro, também possui juros mínimo para a realização do crédito e empréstimo, os quais não se determinam pela posição hierárquica da pirâmide social do tomador como nos bancos comerciais, mas sim pelos laços de confiabilidade definidas pelas relações pessoais estabelecidas na comunidade. Todo excedente adquirido é retomado à própria comunidade, possibilitando que haja a criação de novos comércios e demanda suficiente para os produtos ofertados.

Esse modelo pode funcionar em qualquer comunidade ou território? A proposta da pesquisa é analisar as dificuldades para a implantação das moedas sociais, assim como casos bem-sucedidos em que as moedas sociais e os bancos carregam consigo grandes resultados econômicos positivos que não se destinam à realidade capitalista, mas sim um ganho coletivo da comunidade, possibilitando uma sociedade mais horizontal e com menor disparidade econômica.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3707**

TÍTULO: **CASO BRASKEM: TERMO DE ACORDO SOCIOAMBIENTAL E O PRINCÍPIO DA RECONSTRUÇÃO MELHOR**

AUTOR(ES) : **ELIAN AURELIO SANTOS NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BRAGA LOURENCO**

RESUMO:

O presente trabalho analisa os compromissos de reparação socioambiental fixados no Termo de Acordo celebrado entre o Ministério Púlico Federal e a Braskem S.A. A partir da revisão de literatura e do estudo de caso, pretende-se investigar como o Termo pode contribuir para reconstrução melhor do município, e se o mesmo fortalece a resiliência da comunidade afetada pelo desastre.

O princípio da reconstrução melhor compreende que a reconstrução pós-desastre não deve apenas reproduzir as condições de vida anteriores da comunidade, pois isso implica na perpetuação de riscos e vulnerabilidades que contribuíram para ocorrência do evento danoso, portanto, é necessário reconstruir melhor que antes, reduzir riscos e criar resiliência.

Ademais, o Caso Braskem envolve o risco de desastre geológico no município de Maceió (AL), decorrente da extração de sal-gema pela empresa petroquímica. Observa-se que o fenômeno da subsidência atingiu 5 bairros da capital alagoana, ocasionando a desocupação de mais de 14 mil imóveis.

Uma Ação Cível Pública (ACP) foi proposta pelo MPF, na ocasião o órgão requereu a reparação integral dos danos socioambientais resultantes da atuação da Braskem. A demanda foi encerrada devido à celebração de acordos que contemplaram os pedidos liminares presentes na ACP, bem como a adoção de medidas para reparação, mitigação ou compensação de potenciais danos ambientais e sociourbanísticos, garantindo ainda a estabilização e monitoramento da área afetada pelo desastre e a indenização pelo dano moral coletivo.

O estudo do caso demonstra a relevância do Direito dos Desastres, especialmente pelas peculiaridades do caso concreto, visto que falamos da prevenção do risco de desastre, todavia, há efetivamente um grande dano ambiental. Além disso, outro ponto de notoriedade é a solução consensual do litígio, esse instrumento vem se tornando uma prática corrente no âmbito da ACP, sendo exaltado por sua celeridade, característica essencial quando falamos de resposta a desastres, contudo, faz-se necessário examinar se a solução constitui meio adequado para preservar os direitos dos atingidos.

Por fim, o cerne deste trabalho é a investigação da promoção da reconstrução melhor nos compromissos pactuados, dado que o Acordo prevê uma série de medidas que incluem a formulação de planos e ações sobre a área impactada pelo desastre. É necessário analisar questões relativas à gestão da mobilidade urbana e do patrimônio histórico e cultural, as intervenções sociourbanísticas nas áreas desocupadas, as escutas públicas e a gestão dos recursos oriundos da indenização do dano moral coletivo. Pergunta-se ainda o motivo da não aderência do Município à iniciativa Construindo Cidades Resilientes 2030, promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastre. Portanto, espera-se responder, se o termo promove a resiliência da comunidade, e como os instrumentos utilizados podem criar parâmetros de atuação em outros casos envolvendo desastres.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Délton Winter de. Desastres ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. Dube, E., Wedawatta, G. & Ginige, K. Building-Back-Better in Post-Disaster Recovery: Lessons Learnt from Cyclone Idai-Induced Floods in Zimbabwe. International Journal Disaster Risk Science, 12, pp. 700-712, 2021. Fundação Getúlio Vargas. Parâmetros para uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para a Resposta e Reconstrução de Desastres Envolvendo Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3719**

TÍTULO: **PRODUÇÃO DO DIREITO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A PESQUISA-EXTENSÃO DO CARTOGRAFIAS JURÍDICAS**

AUTOR(ES) : **NATHALIA CUNHA PECANHA,CHIARA FERRAZ GALHANONE,MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA,RAQUEL FERREIRA PIRES,GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O trabalho tem por objetivo apresentar as ações e produtos desenvolvidos a partir da metodologia e resultados parciais do projeto de pesquisa-extensão "Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos", parceria entre o grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço e Política (FND/UFRJ), Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ), durante o período de 2019-2022. O projeto tem como principais atividades i. a coleta de dados, sistematização de informações e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos em territórios e comunidades ameaçados por remoções, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e ii. a incidência informada, política e juridicamente, em casos de ameaças e violações de direitos. O projeto conta, ainda, com parceiros como Observatório Nacional de Remoções (FAU/USP), Campanha Nacional Despejo Zero, Movimento de Luta em Bairros e Favelas (MLB), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

A metodologia do Cartografias Jurídicas trabalha a partir do marco teórico e base de dados que articula a produção do espaço, as formas de moradia das classes populares e a produção do direito - investigando correlações entre acesso à justiça, acesso à terra e segurança da posse. A base empírica da pesquisa (levantamento e sistematização dos conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro) subsidia a nossa atuação extensionista em parcerias com Campanhas da sociedade civil e Movimentos Sociais populares. Trabalhamos com uma equipe interdisciplinar de pesquisadoras, envolvendo as áreas do direito, arquitetura e urbanismo e sociologia, em diferentes fases da formação acadêmica (doutora, pós-graduandas e graduandas) e todas engajadas nas diversas etapas do projeto: coleta e construção do banco de dados, definição dos marcos e referências, discussão dos cruzamentos e espacialização e produção da base cartográfica. Além da participação em diferentes espaços acadêmicos (eventos e publicações técnicas), temos integrado plataformas da sociedade civil (Conferência Popular Nacional das Cidades), subsidiando discussões públicas nas temáticas da política urbana e do direito à cidade. A vertente extensionista desdobra-se junto às ações de ensino, envolvendo a participação na Campanha Despejo Zero e na assessoria junto às ocupações populares de moradia, Almirante João Cândido e Luiz Gama.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Júlia Ávila. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 4, p. 2923-2967, dez. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3731**

TÍTULO: **CONFRONTART**

AUTOR(ES) : **JOÃO FELIPE MOREIRA LOPES ORTEGA TERRA, GISELE DOS SANTOS MIRANDA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN BALMANT EMERIQUE, GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA**

RESUMO:

O Projeto de Extensão ConfrontArt realiza encontros semanais que têm por objetivo trazer a Arte (literatura, cinema, pintura e outras expressões artísticas) e suas categorias epistemológicas para dentro de um debate sobre Direito, Sociologia, Política e Ciências Sociais aplicadas.

O projeto conta com a participação de Grupos de Pesquisa e Extensão da UFRJ – INPODDERALES (Profa. Dra. Lilian Balmant); UFG – Regional Goiás – Cinema, Gênero e Diversidades (Profa. Dra. Silvana Beline Tavares); e UFSC – Relações Internacionais – GEPPIC (Profa. Dra. Danielle Ayres); contando também com apoio da Red de Mujeres Constitucionalistas da América Latina.

Os encontros, em formato de palestras e seminários, ocorrem semanalmente pela plataforma do youtube, no canal GEPPIC da UFSC, e além da interação ao vivo com o público, permanecem gravados para a posterioridade.

Até então já foram feitos mais de 50 eventos, em média de centenas de espectadores simultâneos, atingindo até 300 espectadores simultâneos em cada live.

BIBLIOGRAFIA: Sustentabilidade, arte decolonial e “documenta 15” <https://jornal.usp.br/artigos/sustentabilidade-arte-decolonial-e-documenta-15>
<https://bella.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7107>
<https://portais.univasf.edu.br/noticias/201cdecolonialidade-e-a-extensao-na-universidade201d-e-titulo-da-nova-edicao-da-revista-extramuros>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3789**

TÍTULO: **MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MARIA PACHECO DA COSTA VIEIRA DOS SANTOS, ANNA BORGES DO AMARAL OLIVEIRA, JULIANA LOPES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO:

A presente pesquisa objetiva identificar e apresentar as atividades de Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio de Janeiro no tema da mediação de conflitos em seus cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Considerando a necessidade de reformulação do projeto pedagógico do curso para contemplação de conteúdos que versem sobre métodos consensuais para solução de conflitos, como a mediação (BRASIL, 2018), verifica-se a justificativa e motivação para tal estudo. Para fins deste trabalho, compreende-se como atividades aquelas desenvolvidas por grupos e projetos de pesquisa, por cursos, projetos e eventos de extensão, núcleos e polos avançados de prática de mediação de conflitos. Assim, em primeira etapa, utilizaremos a metodologia da análise quantitativa para levantamento de dados e informações, de modo que seja possível um mapeamento do número de IES que desenvolvem atividades voltadas para mediação, o número de atividades realizadas e de publicações disponíveis - conhecimento produzido e publicado a partir dessas iniciativas. Em segunda etapa, utilizaremos a metodologia de análise qualitativa para diagnóstico das atividades, identificando-as e compreendendo os pressupostos teórico-metodológicos utilizados por cada IES na execução das práticas e como funcionam eventuais parcerias com a sociedade civil e entidades governamentais no trato desse tema. Dessa forma, o presente trabalho visa verificar se e como os cursos de graduação em Direito vêm contemplando esse conteúdo. Com o mapeamento obtido, será possível compreender o espaço da mediação de conflitos dentro do ensino jurídico e também sua influência na sociedade civil a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos núcleos encontrados. Assim, poderemos, então, compreender o avanço da mediação nas Instituições de Ensino Superior a partir das análises realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>. Acesso em: 18 nov. 2022. GUSTIN, Miracy. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3800****TITULO: LIQUIDEZ COMO RESERVA DE VALOR PARA EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19****AUTOR(ES) : LUIZ PHILIPPE GONCALVES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO****ORIENTADOR(ES): LUIZ CARLOS FEITOSA DE MOURA****RESUMO:**

Este estudo investiga a relação entre reservas de liquidez corporativa e o valor acionário de empresas em um período sem precedentes, de grave crise econômica, ocasionada pela pandemia de COVID-19. A amostra do estudo contemplou empresas brasileiras de capital aberto que compunham o índice Bovespa no primeiro trimestre de 2020 e utilizou, para fins inferenciais, da metodologia de regressão em corte transversal, comparando as empresas de acordo com características prévias ao período de forte queda no mercado. Como principais resultados, encontramos evidências que empresas com maiores níveis de liquidez em períodos prévios à pandemia obtiveram melhor rentabilidade em suas ações durante a primeira onda de COVID-19 no Brasil, sobretudo em decorrência de não precisarem investir tanto em capital de giro para se precaver do choque adverso da pandemia, e, consequentemente, honrar melhor seus compromissos e aproveitar novas oportunidades de investimento. De maneira complementar, foi encontrado que as empresas do setor industrial e de serviços foram mais impactadas no valor de suas ações que as demais, possivelmente em virtude destes segmentos serem usualmente mais sensíveis a variações macroeconômicas, sendo mais afetados com a súbita e inesperada paralisação de diversas atividades que buscavam conter a disseminação da pandemia em território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: AMBROZINI, MARCELO AUGUSTO; MOUTINHO, RAFAEL ; MAGNANI, V. Análise do impacto do fluxo de caixa livre sobre o retorno acionário das companhias de capital aberto no mercado acionário brasileiro. RMC - Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, art. 5, p. 55-69, maio/ago. 2019. CARVALHO, F. J. DE. o impacto econômico da covid-19 na rentabilidade e no capital de giro nas empresas brasileiras listadas. p. 01-42, 2020. LONCAN, T. R.; CALDEIRA, J. F. Estrutura de capital, liquidez de caixa e valor da empresa: estudo de empresas brasileiras cotadas em bolsa. Revista Contabilidade & Finanças, v. 25, n. 64, p. 46-59, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3802****TITULO: DESENCARCERANDO VIDAS E SABERES: O PAPEL DO NAJUP LUIZA MAHIN NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE SEGURANÇA PÚBLICA POPULAR PAUTADO NO BEM VIVER****AUTOR(ES) : THAMIRES AZEREDO CHAVES,AGNES MORAES LOPES GAMA,BETHÂNIA SUAREZ DE OLIVEIRA,JÉSSICA SANTOS LEMOS DO NASCIMENTO,JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,FERNANDA MARIA VIEIRA,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES****RESUMO:**

O trabalho tem como objetivo apresentar a atividade do eixo de segurança pública do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Luiza Mahin, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFRJ. Cabe salientar que o projeto trabalha com os princípios e a metodologia da assessoria jurídica popular e da educação popular de Paulo Freire (2006) e da pedagogia engajada que ensina a transgredir de bell hooks (2020).

Importante destacar também que a dinâmica entre o NAJUP e os movimentos e organizações populares é guiada pela categoria do direito insurgente (PAZELLO, 2018). Formulação que pode ser explicitada também da seguinte forma: "[...] relação entre direito e movimentos populares [...] Um sem outro se tornam corpo sem alma, crítica sem armas" (PAZELLO, 2018, p. 3).

Nesse sentido, no debate sobre desencarceramento/desinternaçao compomos a Frente Estadual pelo Desencarceramento, que reúne em torno de si uma série de movimentos sociais vinculados ao tema da violência estatal e do controle social penal seletivo, compondo uma articulação nacional, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, com o objetivo da abolição da população carcerária, através de incidência política contra projetos de ampliação punitiva.

No âmbito do debate da violência policial, atuamos como *amicus curiae* no processo da ADPF 635 desde 2021. Popularmente conhecida como ADPF das Favelas, a ação visa a elaboração de um Plano de Redução da Letalidade Policial, para que se reduzam as mortes causadas pelas operações policiais nas favelas do RJ. Nessa articulação, atuamos em parceria com outras organizações com o intuito de pressionar o Governo e o STF, mediante a fiscalização do cumprimento do Plano.

Ademais, com o retorno das atividades presenciais, participamos desde a fundação do Fórum Popular de Segurança Pública, criado em 2022, com o objetivo de construir um debate sobre outra concepção de segurança pública que possibilite a construção do direito ao bem viver, através das perspectivas do povo preto e periférico.

No decorrer do ano de 2022, iniciamos também a construção coletiva do Tribunal Popular, que busca colocar em discussão a atribuição constitucional conferida ao Ministério Público no controle externo das polícias, uma vez que se observa, no estado, o crescimento de ações policiais com alto grau de letalidade. Em vista disso, foram levantados processos de operações policiais e, coletivamente, foi selecionada a operação na comunidade do Fallet/Fogueteiro, que culminou em chacina, em 2019, a ser trabalhada em 2023.

Portanto, objetiva-se com essa atuação contornar o atual cenário de violação dos direitos humanos, de forma que não tenhamos que enterrar os nossos todos os dias, nem sobreviver as violências do Estado de forma cotidiana, mas que possamos construir coletivamente um debate de segurança pública que não se paute em uma política de morte, e sim na construção do bem viver.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006 PAZELLO, R. P. Direito Insurgente: Fundamentações Marxistas desde a América Latina. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1555-1597.

TÍTULO: PANDEMIA E DEFESA: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 E A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO

AUTOR(ES) : **MARIANE FERRAZ FELIZARDO**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Pandemia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa brasileiro (MD) frente à pandemia da Covid-19 a partir de uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar.

Em relação a abordagem, a pesquisa é qualitativa, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa é de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico pois avaliará a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil.

A parte descritiva, relaciona-se com a descrição das estruturas organizacionais do MD em apoio à mitigação das consequências geradas a partir do surgimento da Covid-19, desde a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, quer do ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária e repatriação), quer no ambiente interno (demandas da sociedade). Assim como a gestão dessa crise e seus reflexos no setor de Defesa, considerando os tomadores de decisão e o processo decisório da instituição. A parte exploratória visa esclarecer as ações realizadas pelo MD nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização do MD.

A pesquisa está organizada em quatro eixos temáticos: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo MD, focando a atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos ativados no território nacional visando apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia da Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no MD e nas Forças Armadas para que estas organizações possam manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e questões sanitárias nas fronteiras ou no auxílio a outros países. E o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro e outros ministérios congêneres na América do Sul e na Europa que estão atuando no contexto da pandemia da Covid-19. Compreender como ocorrem e ocorrem as mudanças que têm impactado o setor de defesa brasileiro nesse contexto de pandemia é o foco da pesquisa. Nesse sentido, ressalto a inclusão dessa apresentação no primeiro eixo do Projeto Pandemia e Defesa, focando especialmente na divulgação dos resultados da pesquisa por meio de uma newsletter contendo as ações e informações mapeadas e organizadas ao longo do projeto. Perpassarei tanto pelo processo criativo que envolveu o desenvolvimento da newsletter, quanto por sua veiculação e os resultados de seu alcance.

BIBLIOGRAFIA: MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Covid-19. Brasília, DF. Disponível em: <<https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. de 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3850****TITULO: BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES COMO PROMOTORAS DO ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA A MULHER****AUTOR(ES) : VICTORIA DE LUCENA RODRIGUES, THAMIRE DE SOUSA ANASTÁCIO****ORIENTADOR(ES): LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE****RESUMO:**

Como ser social, informacional e cultural, o ser humano está sempre em relações que envolvem, em maior ou menor grau, processos de mediação, sejam eles abstratos ou não. Cabe destacar que, no que diz respeito à violência contra a mulher, elementos culturais podem ser desencadeadores da violência contra a mulher, uma vez que a mesma está alicerçada, dentre outras dimensões, em um fator cultural que envolve a construção social das desigualdades de gênero. Tais representações são disseminadas e construídas no seio das relações culturais engendradas na organização social e mediadas por diversos dispositivos, circunscritos em processos de comunicação de ordens simbólicas. Para Ferreira e Côrtes (2017, p. 22), a violência contra as mulheres está inserida em um leque de configurações, visto que "ocorre com diferentes nuances em distintas culturas, religiões, idades, caracterização étnico/racial, classes sociais e graus de escolaridade". O olhar da pesquisa se volta ao contexto das bibliotecas universitárias e das bibliotecas escolares da cidade do Rio de Janeiro no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher, com foco nas ações desenvolvidas nesse contexto, uma vez que, sendo a informação algo que promove o protagonismo social, "o/a bibliotecário/a pode contribuir no enfrentamento da violência contra mulheres por meio da produção, organização, acesso e disseminação de conteúdos informacionais que promovam a subversão das desigualdades de gênero" como argumentam Ferreira e Côrtes (2017, p. 21).

No âmbito cultural, a biblioteca pode realizar ações de valorização da mulher e da diversidade; viabilizar a apresentação de teatros, danças, palestras e rodas de leitura em torno das questões femininas, criando condições de visibilidade e empoderamento dessas mulheres (COLONO; CAVALCANTE, 2020, p. 14). Cabe destacar que proposta está em fase inicial, se caracteriza como uma pesquisa documental, descritiva e exploratória, sendo a coleta de dados por meio de documentos selecionados junto às bibliotecas, universitárias e escolares, que sejam voltadas a ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Como forma de análise, optou-se pelo método 'Análise de Conteúdo', de Laurence Bardin, mais especificamente a 'Análise Categorial', a qual implica em desmembramento do discurso em categorias, onde as categorias serão definidas posteriormente. Acredita-se que a abordagem proposta pela pesquisa poderá contribuir para as discussões no escopo da Biblioteconomia e Departamento de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação no que concerne ao contexto das pesquisas relativas à biblioteca universitária, biblioteca escolar e mediação cultural no âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher, visto que são poucos os trabalhos nessa área e com esse enfoque.

BIBLIOGRAFIA: COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. Mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 16, p. 1- 22, jan. 2020. ISSN 1980-6949. Disponível em <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1262>>. Acesso em: 08 set. 2021. FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva. ; CORTES, Gisele. Rocha. . Enfrentar a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. Conhecimento em Ação, v. 2, p. 19-26-26, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3876****TITULO: O ALGORITMO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE ENTREGA DE MERCADORIAS X O REGULAMENTO DA EMPRESA: UMA COMPARAÇÃO JURÍDICA ENTRE DUAS FORMAS DE GERENCIAMENTO DOS TRABALHADORES****AUTOR(ES) : NATÁLIA SOPRANI VALENTE MUNIZ****ORIENTADOR(ES): RODRIGO DE LACERDA CARELLI****RESUMO:**

O presente estudo pretende analisar comparativamente duas diferentes maneiras de organizar e gerenciar o trabalho na contemporaneidade. A primeira forma é o regulamento da empresa, documento que dita diversas regras de conduta dos trabalhadores de determinada sociedade empresarial. Já a segunda forma são os algoritmos das plataformas digitais de entregas de mercadorias que, por meio de comandos, incentivos ou sanções, também ditam a forma de trabalho dos entregadores destas plataformas. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva compreender quais são as semelhanças e diferenças práticas e jurídicas entre estas duas formas de controle e gerenciamento dos trabalhadores, a fim de perceber as suas implicações para o Direito do Trabalho brasileiro e para a efetivação dos direitos dos trabalhadores, tutelados também constitucionalmente.

Para alcançar este objetivo, optou-se por escolher uma plataforma digital de entregas, a Ame Flash, de modo que seja possível estudar especificamente a sua forma algorítmica de controle e gerenciamento dos seus entregadores e, assim, entender melhor este mecanismo de controle como um todo. Logo, a metodologia utilizada será dividida em três partes. A primeira é a análise de todos os documentos que podem estabelecer regras de conduta para os entregadores da Ame Flash, como Termos e Condições, políticas de privacidade e demais documentos ou informações presentes no seu site oficial e no seu próprio aplicativo de celular, utilizados pelos entregadores. A segunda parte será a realização de entrevistas com os trabalhadores, a fim de captar outras formas de controle e gerenciamento que não estejam presentes nos documentos analisados online. E, por fim, utilizar-se-á também a pesquisa bibliográfica de estudos acadêmicos, doutrinas, jurisprudência, entre outras fontes, acerca tanto das formas de controle algorítmico quanto do instituto jurídico do regulamento da empresa.

Finalmente, a partir destas metodologias, espera-se obter informações e dados suficientes a fim de melhor compreender as diferenças e semelhanças entre as formas algorítmicas de gerenciamento dos trabalhadores e o instituto do regulamento da empresa. Neste contexto, será possível analisar também as vantagens e desvantagens de cada modelo numa perspectiva de asseguramento dos direitos dos trabalhadores e do cumprimento da ordem jurídica brasileira no que tange ao Direito do Trabalho e ao Direito Constitucional.

BIBLIOGRAFIA: ALOISI, Antonio. DE STEFANO, Valerio. Your Boss is an algorithm: artificial intelligence, platform work and labour. London: Hart, 2022. CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; DA FONSECA, Vanessa Patriota. Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília: ESMPU, 2020. CARELLI, Rodrigo de Lacerda; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. As Plataformas Digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no Século XXI. Belo Horizonte: Editória Dialética, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3911****TITULO: GRAMÁTICA JURÍDICA DA CAMPANHA NACIONAL DESPEJO ZERO**

AUTOR(ES) : RAQUEL FERREIRA PIRES, GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA, CHIARA FERRAZ GALHANONE, NATHALIA CUNHA PECANHA

ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a inserção do grupo de pesquisa e extensão Labá – Direito, Espaço e Política, na articulação nacional denominada Campanha Nacional Despejo Zero (CDZ). Com o novo coronavírus, inaugurou-se um período de emergência sanitária, de forma que o isolamento social foi a principal forma de contenção da pandemia. Esse cenário evidenciou a centralidade do direito fundamental à moradia para promoção de outros, como a saúde e a vida.

Nesse contexto, centenas de movimentos sociais, entidades da sociedade civil e instituições públicas se organizaram na CDZ para construir respostas coletivas para fazer frente às violações de direitos durante a pandemia.

O Labá esteve inserido nas ações da CDZ, integrando o GT de incidência política, mais diretamente no núcleo jurídico, e o de comunicação, auxiliando na construção de materiais gráficos que informam sobre a luta pela moradia. O grupo integrou a construção estratégica das teses jurídicas da Campanha, que ao vincular o direito à moradia à proteção da saúde e da vida durante a pandemia, saiu vitoriosa nas instituições. Ainda, por meio do Cartografias Jurídicas, frente de atuação do Labá que realiza o mapeamento dos conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro, fornecemos dados que integram o monitoramento nacional realizado pela DZ.

Realizamos duas oficinas em parceria com a Despejo Zero, a oficina da CDZ sobre incidência nos Casos Concretos (2021) e a de Mapeamento de conflitos da CDZ (2022). Ainda, apresentamos a parceria no Seminário Urbanismo na Bahia - UrbBA [21], tendo o artigo “Cartografia da Campanha Nacional Despejo Zero: enredos de cuidado e política” sido publicado nos anais do congresso.

Além disso, integramos a organização da Oficina Moradia Popular no Centro do RJ, evento preparatório para a Conferência Popular pelo Direito à Cidade, que ocorreu em 2022 na Faculdade de Direito da USP, e que o Labá esteve presente. Em novembro de 2022, organizamos o Seminário Terra, Moradia e Democracia, que aglutinou diversos atores da Campanha na FND/UFRJ para discutir as recentes decisões do STF na ADPF 828.

O grupo publicou, em 2021, no site da Terra de Direitos (Texto “Por que é constitucional que leis estaduais suspendam despejos na Pandemia?”) e no site da revista Jacobin (Texto “Despejo Zero e a Reconstrução Democrática”). Por fim, produzimos um capítulo do livro “Despejos e o Sistema de Justiça: violações de direitos humanos no tratamento de conflitos fundiários: Análise do uso da Resolução nº 10/2018” e coordenamos a produção do material “Gramática Jurídica da Campanha Despejo Zero”.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÉNIO2020/2021). In: Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: Relatório [livro eletrônico]: Relatório 2020-2021 /organização Fórum Nacional de Reforma; coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. - Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021 GRAMÁTICA JURÍDICA DA CAMPANHA DESPEJO ZERO 1. ed. Julia Franzoni, Labá - Direito, Espaço & Política (Org.), 2022. 147 p. v. 1. Disponível em: <https://www.campanhadespejzero.org/>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3928****TITULO: DADOS PESSOAIS DE TRABALHADORES, LIBERDADE SINDICAL E PODER JUDICIÁRIO**

AUTOR(ES) : NAEL NERI DE SOUZA JÚNIOR

ORIENTADOR(ES): SAYONARA GRILLO COUTINHO

RESUMO:

Pretendo, com este trabalho, aprofundar minha pesquisa de mestrado sobre proteção de dados nas relações de trabalho. A pergunta-problema, grosso modo, é a seguinte: como pode ser concretizada a proteção coletiva dos dados pessoais de trabalhadores? A partir desta inquietação, pretendo enfocar um eixo de pesquisa que não estava tão presente nas minhas preocupações acadêmicas: o judicial. Durante a minha pesquisa de graduação, no início de 2021, não abordei com detalhamento os usos e estratégias judiciais voltadas para a proteção de dados de trabalhadores, principalmente porque a lei n. 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estava na iminência de entrar em vigor. Assim, considerei pertinente postergar a análise judicial para momento posterior, quando admiti que os tribunais trabalhistas estivessem mais familiarizados com o referido instrumento normativo e com a noção de proteção de dados pessoais. Atualmente, a pesquisa judicial se mostra promissora. Ela pode fornecer elementos de análise de como se dá e como deverá ser a tutela de dados pessoais de trabalhadores, especialmente em âmbito coletivo. Exemplo disso é o caso trabalhista que desejo analisar neste trabalho, formalizado na ação trabalhista n. 0000083-94.2021.5.05.0493 (BRASIL, 2021). Escolhi este processo porque ele contém não somente uma controvérsia sobre tratamento indevido de dados pessoais de trabalhador, mas reúne também elementos de direito sindical em interação com o Poder Judiciário. Em resumo, a empresa se utilizou de uma sentença de interdito proibitório para expor ao público dados pessoais de trabalhadores que participaram de paralisação em busca de pagamento de salários atrasados. O objetivo geral, portanto, é de explorar o caso trabalhista com detalhes com vistas a esboçar uma compreensão geral acerca da tutela jurisdicional de dados pessoais de trabalhadores. Para tanto, realizarei pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se concentrará em referências teóricas que abordam o tema da proteção coletiva de dados pessoais, como Zanatta (2020), especialmente de trabalhadores, tais como Barzotto (2022). A pesquisa documental será realizada principalmente quando do estudo de caso propriamente dito. Nesta fase, pretendo analisar as peças processuais mais importantes, como petição inicial, contestação, sentença, peças recursais e acórdão. Como resultados, espero que a pesquisa forneça elementos concretos acerca de como tem sido e como deverá ser a tutela jurisdicional em matéria de proteção de dados pessoais de trabalhadores. A título de considerações finais, registro que pretendo incorporar os resultados da pesquisa, bem como as sugestões e críticas da banca examinadora ao desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

BIBLIOGRAFIA: BARZOTTO, L. C. Negociação coletiva e LGPD. In: BARZOTTO, Luciane Cardoso; COSTA, Ricardo Hofmeister Martins. Estudos sobre LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados - lei nº 13.709/2018: doutrina e aplicabilidade no âmbito laboral. Diadorm: Porto Alegre, 2022, p. 388-404. BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Ação Trabalhista em Rito Ordinário (ATOrd) n. 0000083-94.2021.5.05.0493. Petição inicial ajuizada em 12 de abril de 2021. Acórdão do recurso ordinário prolatado em 02 de setembro de 2022. ZANATTA, R. A. F. Tutela coletiva e coletivização da proteção de dados pessoais. In: PALHARES, Felipe et al (coord.). Temas Atuais de Proteção de Dados. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 3949****TITULO: SÃO JOÃO MARCOS: DA DECADÊNCIA ECONÔMICA À SUA EXTINÇÃO**

AUTOR(ES) : TATIANE ALVES LYRA MOREIRA, FELIPE RAMOS RABELLO PITZER DE SOUZA, PATRICIA HEMILLY MACHADO VAZ, YEDA MARIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO

ORIENTADOR(ES): SUYÁ QUINTSLR

RESUMO:

São João Marcos foi um importante município do Rio de Janeiro, cujo crescimento econômico esteve atrelado à proeminência da produção cafeeira brasileira. Entretanto, quando o café no Vale do Paraíba entra em decadência, São João Marcos decai junto. Apesar de pequena, a cidade possuía marcos arquitetônicos importantes, tendo sido, inclusive, a primeira cidade brasileira a ser tombada, em 1939. O destombamento no ano seguinte, porém, marcou o fim de São João Marcos, decretado pelo Estado Novo, quando decidiu-se elevar os níveis de água da represa de Ribeirão das Lages para aumento de sua capacidade. Naquele momento, final da década de 1930, a capital da República vivia uma grande falta de água, além da necessidade de melhora do abastecimento elétrico da cidade do Rio de Janeiro e arredores. Em decorrência disso, sucedeu-se um urgente processo de desocupação de residências, com indenização paga à população pela Light, além de transporte para outras localidades – suas antigas casas foram demolidas por operários e, em seguida, queimadas, de modo a não permitir tentativas de retorno. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo a análise dos elementos históricos, sociais e políticos que envolvem desde a decadência econômica de São João Marcos até sua extinção, de modo a compreender, também o impacto social decorrente do despovoamento daquele município. A presente pesquisa documental foi realizada por discentes da disciplina Oficina Água e Saneamento, sob coordenação da pesquisadora Suyá Quintslr, e utilizou o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional como plataforma de consulta. Foram selecionados os periódicos que mais trataram do assunto da pesquisa, com destaque para os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio* publicados na primeira metade do século XX, que inclui o período da construção da barragem que deu origem à Represa de Ribeirão das Lages, em 1905, e sua ampliação, na década de 1940, quando a cidade de São João Marcos deixou de existir e foi anexada por Rio Claro. Entre os resultados, pôde-se verificar os processos políticos, econômicos e sociais que antecederam o despovoamento do antigo município, bem como suas consequências, o que inclui, além da evidente alteração da morfologia urbana, os conflitos econômicos e sociais envolvendo população, Estado e iniciativa privada – representada pela Light.

BIBLIOGRAFIA: BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3993****TITULO: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA GLOBAL DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO E IMPACTOS SOBRE O PAPEL DO ESTADO.**

AUTOR(ES) : JOAO VITOR MALHEIROS PINTO

ORIENTADOR(ES): MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO

RESUMO:

O presente trabalho busca investigar como países selecionados estão reagindo às transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação, principalmente no que se refere à redução do crescimento do comércio internacional, à crise financeira de 2008 e à crise da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, o objetivo principal é analisar o uso de políticas comerciais para proteger os setores domésticos que compõem o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS).

Nessa etapa, optou-se por analisar as ações voltadas aos setores específicos de produtos farmacêuticos e de equipamentos médicos e odontológicos. O principal objetivo desta análise é fazer uma comparação entre as práticas adotadas pelo Brasil com outros países que são reconhecidamente potências nessas indústrias como Estados Unidos, China, Alemanha e Índia.

Sendo assim, os dados para a elaboração desse trabalho serão a quantidade de medidas liberalizantes ou protecionistas adotadas de 2008 a 2021, bem como a categoria específica da política em questão (alterações nas alíquotas tarifárias, medidas não tarifárias, subvenções, etc). Tais dados são extraídos da plataforma Global Trade Alert (globaltradearlert.org) que conta com informações sobre políticas comerciais para o mundo inteiro e em inúmeros setores. A partir disso, são esboçados gráficos que auxiliem a análise.

Basicamente, a metodologia deste trabalho se baseia na análise e leitura gráfica do fenômeno descrito. Entretanto, ele responde a um projeto maior que utiliza a abordagem neo-schumpeteriana, que entende que para que a inovação prospere na economia é necessário que os agentes envolvidos, que constituem uma rede complexa, estejam agindo de maneira coordenada.

Tais agentes não se limitam apenas à esfera das políticas de inovação em si. Assim, pode-se inferir que as políticas comerciais analisadas constituem uma “política de inovação implícita”, ou seja, é uma política que embora não seja formulada para afetar a dimensão do desenvolvimento inovativo, e que pode ter um efeito significativo na dinâmica produtiva e inovativa, limitando ou potencializando a política de inovação (Cassiolato & Lastres, 2005, p.36). Portanto, este trabalho tenta evidenciar como as políticas comerciais protecionistas contribuem para o desenvolvimento dos setores que compõem o CEIS nas economias mais bem-sucedidas.

Um dos resultados esperados da análise realizada no projeto é a percepção que o Brasil, diferentemente dos outros países analisados, implementou um conjunto de medidas liberalizantes nos setores observados, diante das transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação. Espera-se, a partir disso, extrair lições para novos desenhos de política de inovação implícita e explícita - à luz da experiência internacional.

BIBLIOGRAFIA: CASSIOLATO, J.E; LASTRES, H.M.M. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: as implicações políticas. São Paulo em Perspectiva. Vol. 19, n.1, p. 34-45, jan/mar. 2005. GADELHA, C.A.G; BRAGA, P.S.C. Saúde e Inovação: Dinâmica Econômica e Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32 Sup 2:e00150115, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3996****TITULO: A SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES NO BRASIL****AUTOR(ES) : CLARA DOS SANTOS BARROS, PÂMELA DIAS MENDES VIANA FERREIRA, MARIA LAURA PAIVA SALES DA SILVA****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA****RESUMO:**

Este trabalho tem o objetivo geral de evidenciar que as mulheres são as mais negativamente impactadas pelo avanço predatório dos mercados financeiros nas classes populares. Como objetivos específicos é possível citar: (i) explicar as diversas segregações e discriminações que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, além de menores rendimentos; (ii) constatar que as dificuldades no mercado de trabalho e a ocupação com tarefas não remuneradas associadas à reprodução social agravam os problemas de dívida das mulheres e sua capacidade de quitá-las; (iii) evidenciar que as mulheres contraem dívidas em condições de maior vulnerabilidade que os homens, muitas vezes para arcar com as despesas correntes, ao contrário dos processos históricos de endividamento masculino mais focados na aquisição de patrimônio.

Para isso, o artigo utilizou primeiramente uma abordagem qualitativa, por meio da revisão bibliográfica de artigos, pesquisas, livros e trabalhos científicos para melhor compreender os fenômenos descritos, sobretudo na área de economia feminista e financeirização da pobreza. Essa análise contemplou os Capítulos 1 e 2 do trabalho. Em seguida, para o Capítulo 3, foi utilizada uma abordagem quantitativa, isto é, foram analisadas bases de dados sobre mercado de trabalho, renda, pobreza e endividamento.

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa da professora Margarita Olivera, "Informalidade, endividamento e vulnerabilidade econômica das mulheres no Brasil", do qual a autora Clara Barros é bolsista e as autoras Maria Laura Paiva e Pâmela Dias são voluntárias. As três autoras escreveram o artigo em conjunto, participando da elaboração dos três Capítulos, com revisão da professora Margarita.

Como resultado, notou-se que, apesar dos índices de endividamento serem semelhantes para homens e mulheres, o fato das mulheres, sobretudo as mulheres não-brancas, terem maiores taxas de desocupação no mercado de trabalho e menores rendimentos, o que gera o empobrecimento desta classe, as coloca em uma posição mais vulnerável frente ao avanço da financeirização. Isso porque a população de baixa renda está sujeita a maiores índices de endividamento, e em piores condições. Os dados demonstram menor capacidade das mulheres de arcar com suas dívidas e de poupar e maior comprometimento de sua renda com dívidas, além de evidenciarem que as mulheres estão endividadas em condições de maior vulnerabilidade, uma vez que a proporção de mulheres tomadoras de crédito é maior nas faixas de renda mais baixas, e os homens estão mais presentes em modalidades de crédito que exigem uma renda mais alta. Dessa forma, fica clara a relação entre a discriminação sexista no mercado de trabalho, o empobrecimento feminino, intensificado pelas políticas neoliberais, e o superendividamento estimulado pelo avanço da financeirização nas camadas populares no contexto do neoliberalismo e do capitalismo predatório.

BIBLIOGRAFIA: BANCO CENTRAL. Relatório de Cidadania Financeira, 2018. GENTIL, Denise; BRUNO, Miguel. Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira na pandemia e além. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, out. 2021. (Texto para Discussão, n. 036). RODRIGUEZ, Graciela. A financeirização da vida: as mulheres e o endividamento do cuidado. In: RODRIGUEZ, Graciela (org.). O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020. p. 7-10.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4030****TITULO: ARGENTINA: UMA NOVA DIREITA ULTRALIBERAL OU UMA VERSÃO PRÓPRIA DA EXTREMA-DIREITA INTERNACIONAL? PARA UM RECORTE QUE INCORPORE A QUESTÃO DE GÊNERO.****AUTOR(ES) : ANA CAROLINA VIANA PENA, RENAN NASCIMENTO LOPES, PAULA FRONY DE OLIVEIRA MACEDO****ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES****RESUMO:**

Desde sua redemocratização, a Argentina passou por diversas situações de instabilidade econômica, política e social. No contexto da crise das democracias liberais verifica-se a emergência — notadamente detectada por pesquisas de opinião — de uma nova direita de caráter ultraliberal no seu discurso econômico. O presente trabalho objetiva compreender esta "nova direita" argentina: sua composição, discurso e significado e sua relação com a reação à ascensão do movimento feminista dos últimos anos. Para tanto, serão investigados discursos e análises sobre o sentido destas forças e sua relação com a extrema-direita internacional, bem como o conteúdo de seu projeto e o peso da "questão de gênero" em seu apoio de massas. Inspirado no desenho metodológico introduzido pelo Pós-colonialismo sobre a opressão de gênero, o trabalho realiza uma análise exploratória dos instrumentos de poder e a representação dos grupos feministas argentinos, por meio de sua participação nos ambientes centrais de governança e das políticas elaboradas por agentes da oposição que identificam o tema como ameaça a segurança do país. Na esteira dessa reflexão, o suporte teórico contempla os conceitos de crítica múltipla e de interseccionalidade presentes no feminismo apresentado por Verónica Gago e Lucía Cavallero. Ademais, também se leva como referência os estudos da nova direita de Enzo Traverso e sobre a construção da democracia no sul global de Luis Felipe Miguel. A partir dessa perspectiva, os resultados preliminares da análise mostram que há um significativo crescimento do número de votantes de partidos de extrema-direita na Argentina, que se contrapõem aos movimentos feministas e os associam à propagação de uma fantasiosa ideologia de gênero. Além disso, se espera na pesquisa entender as contribuições dos movimentos de mulheres nas lutas pelos direitos humanos, sociais e na manutenção da democracia na Argentina.

BIBLIOGRAFIA: GAGO, Verónica; CAVALLERO, Lucía. Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!. [S. l.: s. n.], 2019. MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na periferia capitalista: Impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. TRAVERSO, Enzo. Las nuevas caras de la derecha: ¿por qué funcionan las propuestas vacías y el discurso enfurecido de los antisistema y cuál es su potencial político real?. [S. l.: s. n.], 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4050**

TÍTULO: **BIBLIOTECONOMIA SOCIAL E A INTEGRAÇÃO COM MEDIAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **AMANDA RAYOL SOLA DO ESPIRITO SANTO**

ORIENTADOR(ES): **PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO:

Este trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica (IC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado “Biblioteconomia Social e suas intersecções: construção do estado da arte”. A Biblioteconomia Social traz múltiplas perspectivas a serem estudadas ao promover mudanças tanto na Biblioteconomia quanto no contexto social, por meio do comprometimento e de ações efetivas dos profissionais da informação, no sentido de promover competência em informação para todos os grupos sociais, sendo isto possibilitar o acesso e apropriação da informação de modo eficiente e criativo. O acesso à informação, especificamente no Brasil, não é democrático e, com isso, faz-se necessária uma maior atenção aos assuntos correlacionados à Biblioteconomia Social, que podem trazer aspectos transformadores, sendo esses uma busca pelo protagonismo social por meio da mediação da informação. É comum associar a informação ao poder, isso porque de fato a informação tem um imenso potencial de impulsionar mudanças e ações. A Biblioteconomia Social está diretamente relacionada a esse cenário, no que tange à mediação da informação. Um desdobramento dessa discussão, é pensar em recursos das Tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para aproximar informação e sociedade, mediando informação de forma a instigar os sujeitos sociais a protagonizarem sua cidadania. É importante discutir sobre a abordagem dos centros informacionais como um local de fazer político, um espaço de encontros entre pessoas e conhecimentos (CIVALLERO, 2016). Por meio de ações baseadas no papel social destes centros e também do bibliotecário enquanto profissional da informação, torna-se possível alcançar um acesso mais democrático à informação e ao conhecimento. Este estudo tem como objetivo refletir acerca do papel social da Biblioteconomia em relação a busca por uma maior representatividade e atenção às demandas e necessidades informacionais dos usuários e a interação dos centros informacionais e sociedade. Trata-se de uma discussão teórica, com base em bibliografia, a fim de reforçar o fazer social da Biblioteconomia e o papel dos profissionais da informação nesse contexto, que busca o reconhecimento da sociedade como um todo nos ambientes informacionais, sob o paradigma social da Biblioteconomia, além de possibilitar que os mesmos tenham “posse”, isto é, se apropriem da informação que se transforma em conhecimento, que é tão mais que necessário, mas também urgente, e está cada vez mais em pauta quando se pensa na Biblioteconomia Social e, com base nessa pesquisa, destaca-se a importância de integração da comunidade com os ambientes informacionais.

BIBLIOGRAFIA: CIVALLERO, Edgardo. La biblioteca como trinchera de resistencias, militancias, políticas y estantes con libros. Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, v. 10, n. 45, p. 65-72, ago. 2016. Disponível em: <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/143.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4061**

TÍTULO: **GÊNERO E LABUTA: ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM HOME OFFICE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **JOANA BRAGA NAVARRO BITTENCOURT**

ORIENTADOR(ES): **ANA BEATRIZ BUENO DE JESUS, RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO:

A pesquisa versa sobre como as condições do trabalho das mulheres durante a pandemia, mais especificamente entre março de 2020 e dezembro de 2021, que já tinham dupla jornada, e com o isolamento social, por conta da estado de calamidade pública, tiveram que assumir mais papéis do que os já sobrecarregados que elas desempenhavam.

Com a pandemia, as mulheres tiveram que assumir o papel de mães, educadoras, babás, cozinheiras, entre outras funções que foram acumuladas por elas durante esse período de isolamento.

A partir desse cenário, é possível também analisar quais direitos trabalhistas foram desrespeitados pelos empregadores durante esse momento. É importante mencionar que o foco será nas condições de trabalho que foram impostas às mulheres durante esse período e quais foram as possíveis adaptações para que as mulheres continuassem desempenhando seus múltiplos papéis durante um momento de grande dificuldade mundial.

É sabido que grande parte das jornadas de trabalho ultrapassaram o limite de 8 horas por dia. Durante a pandemia, o que foi visto foram jornadas que ultrapassam as 12 horas pelo simples fato das pessoas estarem trabalhando dentro de suas casas, sem controle de horas, como deveria ser.

“Estudos das implicações da crise sanitária no trabalho da mulher alertam para a romaniação do home office. Segundo elas, essas narrativas, reforçadas pela propaganda, têm ajudado a aprofundar as desigualdades de gênero e atuam como artifício para a precarização e a superexploração. Nesse sentido, as mulheres estariam trabalhando muito mais durante o dia e realizando tarefas simultâneas.” (Secretaria de Comunicação. Notícias do TST, 2021)

A partir disso, a ideia é compreender como as mulheres que já possuíam diversas jornadas, conseguiram sobreviver a esse momento, tendo que cuidar 24 horas de todas as jornadas que antes já ocupavam muitas horas, mas, em regra, em horários diferentes.

Importante salientar que a análise dessas jornadas de trabalho ocorreu com base nos tipos de trabalho que puderam ocorrer totalmente em formato home office.

Por fim, ressalta-se que o método utilizado será o sócio-jurídico crítico, tendo como referências obras de autores como Ricardo Antunes, Karl Marx, Helena Hirata, Nadya Guimarães e Angela Davis, conjugado com uma análise de dados empíricos secundários produzidos pelo IBGE e pelo DIEESE.

BIBLIOGRAFIA: JESUS, Ana Beatriz Bueno de; COELHO, Bruna da Penha de Mendonça; SÁ, Miriam Tavares de. A Pandemia de Covid-19 e a centralidade social do trabalho para a autovalorização capitalista. In: Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (CESP). 2022). ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. Diretoria de Comunicação da UERJ. Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena. 2020. Disponível em: <Pesquisa da Uerj indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena - UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4097**

TÍTULO: OLIMPÍADAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA FINANCEIRA: DO REVÉS DA INSEGURANÇA AO ESTREITAMENTO DE RELAÇÕES COM PARCEIROS ESTRATÉGICOS NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

AUTOR(ES) : **YURI DE OLIVEIRA DIAS**

ORIENTADOR(ES): **FABIO KRYKHTINE**

RESUMO:

A Segurança Financeira é um aspecto importante na credibilidade de nações e envolve: a construção de uma percepção de garantia de patrimônio, da construção e efetiva operação de regulamentação, o monitoramento constante associado a um processo de maturidade e inovação, e finalmente, a constituição de uma rede colaborativa de compartilhamento de informações entre nações de maneira a rastrear movimentações financeiras de interesse investigativo.

No Brasil, as atividades criminosas contra o sistema de segurança financeira são praticadas em uma grande variedade de golpes que se desenvolvem em plataformas digitais, na fraude de processos burocráticos, em extorsão direta, por comunicações em aplicativos de mensagens, pirâmides financeiras, entre outros meios, sempre articulados em lacunas entre o processo de educação e desinformação social, utilizando-se ainda, da boa fé dos indivíduos.

O presente trabalho descreve os meios e ações internacionais que são abordados pela Federação da Rússia e sua rede de parceiros para a redução desta problemática compreendida como pilar no avanço das relações com países parceiros, e, nesse caso, o recorte específico da inserção brasileira em tal agenda, principalmente no campo da diplomacia educacional e tecnológica, pontuando a ação russa para solucionar suas ameaças em consonância com a reaproximação parceiros estratégicos.

Deste modo, também será avaliada a Olimpíada Internacional de Segurança Financeira, realizada pela Universidade Russa da Amizade dos Povos em parceria com o Ministério da Educação russo, que servirá como objeto analítico empírico para a progressão da Rússia em reforçar sua segurança financeira e o aproveitamento do mesmo evento para a execução de seu modelo de política externa orientado para reaproximação com nações do BRICs, e acima de tudo, compartilhando conhecimentos de base nacional e internacional para o combate às ameaças. A lente teórica utilizada na pesquisa está ligada à análise de autores (a) de política externa, principalmente no campo das relações bilaterais, tendo como base tanto acadêmicos russos quanto brasileiros nesse campo. Além disso, o presente trabalho trata das ameaças da segurança financeira no contexto russo e brasileiro, e põe em pauta a colaboração internacional como mecanismo de absorção de conhecimento e mecanismos de proteção, na medida em que diligencia as características teóricas da política externa de ambos os países, com base no evento supracitado, compilando notícias e entrevistas com os participantes e membros da organização para trazer recomendações de projetos colaborativos.

BIBLIOGRAFIA: Ivanova, O. B., Romanova, T. F., Kostoglodova, E. D., & Romanov, D. G. (2017). Strategic directions of the country's ensuring financial security. *European Research Studies Journal*, 20(3B), 461-468. Salomón, Mónica e Pinheiro, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2013, v. 56, n. 1 [Acessado 21 Novembro 2022], pp. 40-59. Figueiredo, A. A. C. de. (2017). Aproximação entre os países dos BRICS: uma análise comparativa da relação entre Brasil e Rússia. *Fronteira: Revista De Iniciação Científica Em Relações Internacionais*, 16(31), 119-139.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4108**

TÍTULO: CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE PRÉVIA À CONSTITUIÇÃO DE 1988

AUTOR(ES) : **ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE,FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,LARA MIRANDA,FHYLIPE NASCIMENTO DE MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "Poder Judiciário e Direitos Humanos em conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) em conjunto com a pesquisa "Mapeando a Reforma Agrária" e tem por objetivo analisar qualitativamente processos judiciais de desapropriação de terras improdutivas para fins de Reforma Agrária distribuídos antes da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. O marco temporal foi escolhido a fim de que seja possível analisar a atuação do Poder Judiciário Fluminense nas referidas demandas em um período antidemocrático marcado especialmente pela desmobilização, perseguição e criminalização dos movimentos sociais. Para tanto, selecionamentos 12 (doze) processos judiciais distribuídos antes de 1988 a fim de que pudéssemos extrair, a partir dos autos, dados relevantes para conclusões, como por exemplo: datas de decretos de desapropriação, tempo gasto para ocorrência da imissão na posse, dentre outros, e agrupá-los de modo a produzir dados quantitativos que pudesse nortear as análises. No entanto, ante à dificuldade em acessar a integralidade dos processos, o que, de fato, limitou a pesquisa, foi acordado que a análise teria caráter prioritariamente qualitativo, aprofundando-se sobre os conflitos ocorridos em 3 (três) fazendas alvo de disputas no período pré-88 acerca da luta pela Reforma Agrária, sendo estas a Fazenda Campos Novos, localizada em São Pedro da Aldeia-RJ, a Fazenda Novo Horizonte, localizada em Silva Jardim - RJ e a Fazenda São José da Boa Morte, localizada em Cachoeiras de Macacu - RJ. A seleção desses casos especificamente se deu a partir de peculiaridades observadas durante a coleta de dados para a elaboração da pesquisa, bem como da possibilidade da reflexão desses dados a partir da literatura atual que narra, dentre outros aspectos, a história e os conflitos que permearam a criação desses assentamentos como, por exemplo, a obra "Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro" de Leonilde Medeiros. Desse modo, o principal intuito foi identificar como a atuação do Poder Judiciário veio a dificultar a promoção da Reforma Agrária no solo fluminense, ignorando ou endossando os conflitos existentes à época, e observar se esta postura se modificou ou não com as diretrizes da nova Constituição e da redemocratização.

BIBLIOGRAFIA: FILHO, Sérgio de Britto Cunha. A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária. Dissertação de Mestrado em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC-RJ, 2007. MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018. TAVARES, Ana Claudia (et. al.). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário Fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4208****TITULO: VIDAS PÚBLICAS: A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS DA ESCOLA CAPISTRANO DE ABREU NA CRIAÇÃO DE HISTÓRIAS SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO**

AUTOR(ES) : CAROLINA DE MIRANDA SPIRITO,DEBORA MAGALHAES FERREIRA DA COSTA,MARIANA TEOBALDO BOSCHETTI,GABRIEL SILVA DE MATOS

ORIENTADOR(ES): FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

RESUMO:

O presente projeto de extensão é uma parceria entre o IPPUR e o IRID. Ele visa trabalhar em conjunto com a comunidade escolar, professores, alunas(os), pais, responsáveis e técnicos da área educacional das redes municipal, estadual e federal que tenham de integrar e acolher, no dia a dia escolar, crianças refugiadas e/ou migrantes. Após dois anos de pandemia e isolamento devido à Covid-19, o projeto, construído a partir da pesquisa sobre o tema das migrações e do refúgio, iniciou sua parte prática. Os alunos extensionistas organizaram quatro encontros com a escola municipal Capistrano de Abreu para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. Trabalhamos com essa turma pois uma das alunas é imigrante venezuelana e entende-se necessário trazer esse debate para que seus colegas consigam acolhê-la da melhor forma. No primeiro encontro apresentamos o texto de Rosely Sayão "A doçura como virtude" para incentivar os alunos a pensarem na "doçura" em suas diversas manifestações: uma doçura com o próximo, mas também doçura com espaço, dialogando com os projetos de ecologia da escola. Já no segundo encontro apresentamos para as crianças o livro "Amores improváveis" de Edney Silvestre. Trabalhamos as imagens do livro com elas, contamos a narrativa, descrevemos os personagens e relacionamos o texto ao primeiro encontro com o grupo. No terceiro e quarto encontro nosso objetivo era ativar a criatividade dos alunos e por isso os organizamos em grupos para a construção de textos coletivos. Por fim, os alunos fizeram pequenas apresentações sobre os textos que construíram nos encontros. Ao final de todo o processo, foi possível perceber a capacidade e a vontade das crianças em entender as condições de outras pessoas e como cada um tem uma vida muito singular. Com os temas trabalhados, os alunos foram enriquecidos com novos conhecimentos que podem colocar em prática quando se deparam com uma pessoa em um contexto diverso do seu, como uma situação de migração, por exemplo. Além de poderem ter uma visão mais ampla sobre o processo que a colega venezuelana da turma passou e passa junto a sua família. O envolvimento constante dos alunos foi essencial para que o projeto tenha obtido resultados tão satisfatórios e para que o grupo de extensão se encoraje em levar o projeto adiante com outras escolas na cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: SILVESTRE, Edney. Amores Improváveis. V1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021. SAYÃO, Rosely. A doçura como virtude. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 fev. 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4275****TITULO: O CONCEITO DE SMART CITY E INTERNET DAS COISAS (IOT) COM ENFOQUE NAS CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES E INTEROPERABILIDADE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : JOSE HUDSON DE OLIVEIRA GUIMARAES JUNIOR

ORIENTADOR(ES): CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

RESUMO:

Como parte do conjunto maior do Grupo de Pesquisa CNPq Espaço e Poder, o projeto denominado "Oferta de Infraestruturas, Bens e Serviços Públicos e Coletivos no Território Brasileiro", coordenado pelo Professor Carlos Antônio Brandão, e co-orientado pelo Professor Fábio Lucas Pimentel, ambos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ, a pesquisa tem como objetivo geral manifestar e debater elementos para a elaboração de estratégias territorializadas de desenvolvimento e implementação de políticas públicas, sobretudo nos espaços regionais e urbanos mais desiguais e vulneráveis do Brasil, com destaque para o caso do Estado do Rio de Janeiro. Em termos específicos, propõe-se analisar as políticas públicas de telecomunicações e interoperabilidade, à luz do debate de cidades inteligentes e "internet das coisas" (BRASIL, 2020; BNDES, 2018).

A "internet das coisas, IOT" ganha evidência a partir do progresso das tecnologias de informação e comunicação. Pode-se conceituar como "IOT", de maneira geral, a infraestrutura que interliga objetos físicos aos virtuais, dotando-os do poder de processar dados automaticamente. O conceito de "smart city" perpassa por várias definições e vai além do uso da tecnologia nas cidades para gerar informações. Os indivíduos precisam ter papel ativo nesse processo, não basta a informação ser criada, deve haver um processo de transformação da vida das pessoas e a tecnologia deve ser à favor disso. A "smart city" precisa gerar o sentido de engajamento, a interação entre pessoas e as pessoas com a tecnologia (Albino et al., 2015; Angelidou, 2014).

A partir da revisão bibliográfica e documental, propõe-se, para a participação na 12 SIAC, apresentar os resultados da pesquisa, quais sejam: i) o conceito de cidades inteligentes; ii) o papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs) nesse paradigma, com destaque para a Internet das Coisas e seu papel nas smart cities; e iii) dados do município do Rio de Janeiro acerca de uma geografia das redes de infraestrutura, a partir de uma construção de gráficos baseados na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. Além de evidenciar as potencialidades e os gargalos para a implantação de infraestruturas, em suma de IOT. Considera-se as diretrizes do Ministério das Comunicações (MTIC); a Cartilha das Cidades (BNDES); o livro Perfil dos Municípios Brasileiros - 2019 (MUNIC).

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, Margarita. (2014). Smart city policies: A spatial approach. Cities. 41. S3-S11. 10.1016/j.cities.2014.06.007. Albino, Vito; Berardi Umberto; Dangelico, Rosa Maria (2015) Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives, Journal of Urban Technology, 22:1, 3-21, DOI: 10.1080/10630732.2014.942092. BNDES. Cartilha das Cidades. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bnDES.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produo-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?MOD=AJPRES&CVID=m7z8bf>.

TÍTULO: MAPEAMENTO DAS FINANÇAS E DOS INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

AUTOR(ES) : GIOVANNA TOSTO, MARIANA OLIVEIRA DIEGUES

ORIENTADOR(ES): LUAN DOS SANTOS

RESUMO:

A iniciação científica com bolsa PIBIC é parte projeto de pesquisa sobre o tema "Mapeamento das Finanças e dos Investimentos Sustentáveis no Brasil" e objetiva mapear os principais instrumentos financeiros e investimentos sustentáveis no Brasil, organizando os dados relacionados a fim de facilitar o processo de tomada de decisão no mercado financeiro sustentável, gerando dados e informações úteis a este, à academia e à elaboração de políticas públicas. Este projeto faz parte do grupo de pesquisa Finanças e Investimentos Sustentáveis (gFIS).

Destacam-se ainda outros objetivos específicos: identificar principais stakeholders envolvidos no mercado de finanças e investimentos sustentáveis no país e seus papéis; organizar os dados obtidos facilitando a tomada de decisões neste mercado; avaliar suas oportunidades e potencial à economia nacional; identificar principais entraves ao desenvolvimento do mercado financeiro sustentável no Brasil, sejam de cunho regulatório, institucional, legal ou outro.

Quanto ao conceito de "finanças sustentáveis", este pode ser definido como a "integração dos aspectos de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão dos atores do mercado financeiro, nas políticas do mercado financeiro e nos arranjos institucionais e de mercado que contribuem para a conquista de um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo" (GIZ, 2022).

A pesquisa justifica-se a partir da relevância do setor financeiro frente à mobilização de capital para o desenvolvimento da infraestrutura e outros investimentos em direção ao desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2022). Em 2021, a América Latina foi responsável apenas por, aproximadamente, menos de 1,0% do montante de USD 4 trilhões endereçado a títulos e empréstimos ambientais e/ou sociais emitidos em apenas um ano no mercado global de finanças sustentáveis (VALOR ECONÔMICO, 2021). O Brasil se coloca como líder em quantidade e volume de emissões de produtos bancários, o que demonstra potencial de alavancagem deste mercado e, ao mesmo tempo, impõe desafios que precisam ser ultrapassados para que promessas de ampliação e desenvolvimento do mercado das finanças sustentáveis se concretizem e sejam realmente capazes de cumprir com os objetivos do Acordo de Paris (GIZ, 2022).

A metodologia deste projeto reside na centralização das informações relacionadas às finanças e aos investimentos sustentáveis no Brasil, a partir do estudo e análise de bases de dados de instituições e projetos nacionais e internacionais (como BNDES, BB, BC, IBGE, IPEA dentre outros) de modo a se criar um framework acerca do tema no país. Enquanto resultados esperados serão proporcionada a concisão de informações relevantes do mercado de finanças e investimentos sustentáveis que hoje encontram-se difusas nas bases de dados citadas. Assim, espera-se facilitar e ampliar o acesso a tais dados a partir da sua exposição em uma plataforma de acesso público e da criação de conteúdos relacionados nas redes sociais do grupo gFIS.

BIBLIOGRAFIA: GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. O mercado de finanças sustentáveis no Brasil em 2022. Fev. 2022. SANTOS, L. Descarbonização e (In)Segurança Jurídica: o (das)caso brasileiro. IA Policy Brief Series, v. 8, p. 1-6, 2022. VALOR ECONÔMICO. Emissão de títulos verdes aumenta 700% em dois anos, 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/cop26/noticia/2021/11/24/emissao-de-titulos-verdes-aumenta-700-em-dois-anos.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2022.

TÍTULO: MULHERES, REPRODUÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE CUIDADOS

AUTOR(ES) : ALICE MOURA ARAUJO DA SILVA

ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA

RESUMO:

A teoria econômica, em geral, não considera a possibilidade que homens e mulheres tenham um acesso diferencial tanto no mercado de trabalho, como nos espaços de poder e que, consequentemente, os efeitos das políticas econômicas sejam distintos (OLIVERA ET AL, 2021). Também não inclui nem valoriza a produção doméstica e a troca de valores de uso, característicos da economia dos cuidados, nem considera os efeitos do peso da sobrecarga de trabalho associada com as tarefas de reprodução da vida, abrindo espaço a chamada crise dos cuidados (FRASER, 2020).

Nesse sentido, devido aos papéis sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho, às mulheres ficaram sempre numa condição de subalternidade, opressão e maior exploração. Ainda se tais configurações existiam antes da consolidação do sistema capitalista, é possível constatar que o novo sistema se apoiou nas formas pre-existentes de opressão e aprofundou a hierarquização das tarefas.

Todos os fatores apontados resultam na redução da disponibilidade de tempo (no que a economia feminista chama de pobreza do tempo) gerando duplas e triplas jornadas de trabalho. Assim, aumentam as brechas de desigualdade tanto em termos monetários como não monetários, resultando necessária uma discussão sobre as formas de Organização Social do Cuidado (OSC) a través da participação dos diferentes grupos econômicos envolvidos: Famílias, Estado, Setor Privado e Comunidade (ENRIQUEZ, 2019).

Considerando a situação de desigualdade (monetária e não monetária) que vivenciam as mulheres e a especificidade da sua inserção no mercado de trabalho, este tipo de pesquisa é fundamental para reforçar a extrema importância das políticas públicas transversais que tenham como objetivo a redução das iniquidades entre homens e mulheres.

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é analisar o peso do papel social das mulheres na reprodução da força de trabalho como condicionante para as situações precárias da sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

A metodologia de trabalho proposta é de tipo bibliográfico e descritiva, a partir do estudo das principais contribuições teóricas da economia feminista e da teoria da reprodução social. Assim como da análise das estatísticas descritivas sobre a esfera dos cuidados, através das estatísticas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados publicados como outras formas de trabalho pela PNADC/IBGE e do mercado de trabalho no Brasil publicado pela PNADC/IBGE, desde uma perspectiva de gênero e raça.

BIBLIOGRAFIA: ENRIQUEZ, C. R. (2019). Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdad. Theomai, 39, p. 78-99. FRASER, N. (2020). Contradicciones entre capital e cuidado. Revista de Filosofía, v.27, n. 53, p. 261-288 OLIVERA, M. ET AL (2021). A dimensão de gênero no big push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira, Documentos de Projetos (Ic/ts.2021/6; Ic/brs/ts.2021/1), Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4313**

TITULO: A ASCENSÃO DE GUSTAVO PETRO E A CRISE DO URIBISMO: ANÁLISE DE UMA ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NA COLÔMBIA

AUTOR(ES) : LENIN CONRADO GOMES FERREIRA, THIAGO DE ARAUJO CORDEIRO, DANIEL VITOR FEITOZA, LEONARDO SILVANO REZENDE, ANDRE LANA RAMOS OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

RESUMO:

No ano de 2022, o Uriismo sofreu uma derrota histórica nas urnas. Com a derrota do candidato de Uribe e a decadência de seu apoio popular, Gustavo Petro foi eleito presidente na Colômbia em uma eleição acirrada, quebrando com a sequência histórica de presidentes de direita e extrema-direita no país. A complexidade do Estado colombiano se dá, além de tudo, por um extenso conflito nas relações de poder internas do país. Um Estado que, nem na chamada "Onda Rosa", recuou em seus governos de direita, marcados especialmente pelo chamado Uriismo. Essa característica suis generis da Colômbia dentro da América Latina instiga este trabalho de pesquisa a entender quais fenômenos levaram ao rompimento desse caminho contínuo de governos de direita até Gustavo Petro, ex-guerilheiro e primeiro presidente de esquerda da Colômbia. Dessa forma, o trabalho visa, em primeira instância, pesquisar acerca das motivações que levaram Petro a ser presidente do país, suas bases de sustentação diante de um país com um histórico único de governos à direita e o que difere o seu projeto do tradicional Uriismo presente na Colômbia. Além disso, busca-se investigar a "questão paz" no governo Petro como um elemento presente na agenda política do continente e seu caminho rumo à transformação social. Dessa forma, será feita uma revisão bibliográfica e levantamento de dados com dois enfoques principais. Primeiro, a bibliografia crítica sobre o fenômeno internacional chamado de extrema-direita. Em seguida, a avaliação, com apoio nos dados e informações públicas, além de artigos específicos sobre a situação colombiana sobre as particularidades e similaridades entre o chamado uribismo e este fenômeno internacional. Os movimentos que levam à eleição da chapa Gustavo Petro/Francia Marquez são estudados como eventual resposta ao uribismo

BIBLIOGRAFIA: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista. Belo Horizonte: Autêntica MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. Autonomia Literária, 2020 RESTREPO, Vilma Liliana Franco. Orden contrainsurgente y dominación. [S. I.]: Siglo del Hombre Editores, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4404**

TITULO: CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

AUTOR(ES) : JULIA SANTANA ALVES

ORIENTADOR(ES): RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

RESUMO:

O presente trabalho faz parte da iniciação científica pertencente a temática do empreendedorismo, com enfoque no empreendedorismo social. O objetivo é tecer considerações e críticas com relação ao empreendedorismo social. Trata-se de um estudo realizado por meio de um levantamento bibliográfico. O referencial teórico fundamental e inicial para o presente trabalho foi a Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, que trouxe referências e questionamentos indispensáveis para a conclusão do estudo.

Com a finalidade de atingir tal objetivo, o estudo apresentará o conceito e um breve histórico do empreendedorismo, para assim estabelecer uma relação com uma de suas ramificações, o empreendedorismo social.

O empreendedorismo social relaciona a geração de renda com uma agenda de causas que beneficiem a sociedade (FERRETTI, SOUZA, 2022). Apesar das críticas a esta temática ainda serem recentes na produção acadêmica brasileira (CASAQUI, 2016), a proposta desse estudo é trazer um olhar crítico, elencando e se debruçando sob importantes críticas hoje existentes.

BIBLIOGRAFIA: CASAQUI, V. A transformação social nos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital. Universitas humanística, v. 81, n. 81, 2016. FERRAZ, Jannayna. et al. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 7, n. especial, maio, 2022. Acesso em: <http://www.relige.eco.br/index.php/relige/issue/view/47/showToc> FERRETTI, Amanda. SOUZA, Eloíso. Resistir para existir: Compreensão dos discursos sobre gênero e empreendedorismo a partir de uma perspectiva crítica e interseccional. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 7, n. especial, p. 6-38, maio, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4419**

TÍTULO: **PÓS-FASCISMO TRANSNACIONAL?: O VOX E UMA ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES ENTRE A EXTREMA-DIREITA ESPANHOLA E LATINOAMERICANAS**

AUTOR(ES) : **LENIN CONRADO GOMES FERREIRA,LUCAS ALVES DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

INTRODUÇÃO:

Ao longo dos últimos anos, a expansão de governos fundamentados em matrizes políticas e ideológicas à direita ou extrema direita se deu internacionalmente, marcando fortemente as dinâmicas do século XX e XXI. Nos países ibéricos, por sua vez, a manifestação desse fenômeno se deu de modo mais tardio, já que, tanto no caso espanhol quanto no caso português, a ocorrência de ditaduras em ambos os países permitiu a formação de uma opinião pública resistente às retóricas conservadoras ou negacionistas. Com a transição espanhola e a reconstituição de partidos políticos, um dos expoentes mais peculiares desse processo foi o Partido Popular (PP), norteado por ideais conservadores e constituído por personagens vinculados diretamente ao regime franquista. Mais recentemente, atritos internos no PP propiciaram um ambiente de cisão que foi de relevante importância para que, em 2013, os dissidentes do partido fundassem o chamado Vox, movido por matrizes ainda mais nacionalistas e conservadoras, além de eurocéticas. A partir do final da década passada, esse mesmo partido vem apresentando um crescimento exponencial nas eleições espanholas, angariando votos consideráveis em regiões como a Andaluzia, marcada historicamente pela vitória de forças políticas à esquerda, e se inserindo como agente expressivo na dinâmica política espanhola.

OBJETIVO E MÉTODO:

O objetivo do atual trabalho é compreender de que modo a escalada do partido Vox na política espanhola pode ser verificada ao analisar fatores culturais, históricos e políticos pertinentes, quais as possíveis indicações surgem desse fato e de que forma isso condiz com as teses de autores como Enzo Traverso, Pablo Iglesias, Chantal Mouffe e Jacques Rancière sobre a ascensão de agentes políticos contemporâneos influenciados diretamente pelo fascismo clássico. Desse modo, tal verificação somente pode ser obtida mediante a análise das particularidades do fenômeno espanhol, compreendendo em que pontos o mesmo se distingue ou se aproxima das demais experiências políticas com a extrema direita contemporânea. Para além disso, é de extrema relevância verificar qual o papel do Vox na construção de uma coligação político-internacional entre a extrema direita espanhola e latinoamericana, levando em consideração, por exemplo, institutos como os do Foro de Madrid.

BIBLIOGRAFIA: RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Boitempo Editorial, 2015. TRAVERSO, Enzo. *The new faces of fascism: Populism and the far right*. Verso Books, 2019. MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. Autonomia Literária, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4438**

TÍTULO: **ALIMENTOS ESTRANGEIROS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **JOANNA PERDOMO AZEREDO GOMES,ALICE SOARES MORAIS DE CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO:

Este trabalho pretende analisar os efeitos de alimentos estrangeiros no Brasil.

O estudo parte dos casos de divórcio internacional, com enfoque nos efeitos acessórios da dissolução do casamento, em que o direito aos alimentos das partes figura como efeito patrimonial entre os ex cônjuges e/ou aos filhos dos ex cônjuges.

É importante destacar que, no Brasil, por força do art. 102, inciso I, alínea h, o STJ possui competência privativa para a análise de pedido de reconhecimento de títulos de alimentos realizados no exterior. O país também é signatário de diversos tratados internacionais sobre a matéria de alimentos, tendo a legislação pátria consagrado a ratificação brasileira aos instrumentos estrangeiros. Desta maneira, destaca-se a adesão do Brasil à Convenção Interamericana sobre Obrigações Alimentar, a Convenção de Nova Iorque sobre prestação de alimentos no Estrangeiro, à Convenção de Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Filhos e outros membros da Família, bem como à Convenção Interamericana sobre Alimentos. Tamanha é a importância do tema, que os alimentos também ocorrem isoladamente, fora de situações de divórcio. Em ambas as situações, como decisões estrangeira ou equivalente, os alimentos precisam ser submetidos à homologação de decisão estrangeira no STJ.

Ressalta-se que o judiciário do país, muitas vezes, opta por aplicar as normas do CPC, com destaque para o art. 961 § 6º, que permite pleitear diretamente os alimentos, de forma incidental, sem a necessidade de homologação prévia no STJ, a título de cooperação jurídica.

Dessa forma, o presente estudo analisará as decisões do STJ sobre a questão, observando a aplicabilidade dos tratados e convenções, além da análise das justificativas para o indeferimento.

A pesquisa se desenvolverá por método dedutivo e tomara como base a análise de doutrinas, jurisprudência e legislação brasileira e estrangeira sobre a temática, como enfoque nos divórcios consensuais qualificados, ou seja, aqueles que tem como objeto de discussão da lide alimentos, guarda de filhos e partilha de bens. Além disso, será realizada a observação dos tratados internacionais, afim de estabelecer parâmetros de incidência dos efeitos acessórios para a homologação do divórcio no país.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Nádia de. *Direito internacional privado: teoria e prática brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro, Simplíssimo, 2016. PEREIRA, Marcos Vinícius T. «A contribuição das normas comunitárias para a circulação de divórcios internacionais no MERCOSUL: um estudo comparado entre o MERCOSUL e a União Europeia». In: Rev. secr. Trib. perm. revis. Mayo 2021, año 9, nº 17, p. 125-141. _____. «A Convenção da Haia sobre Reconhecimento de Divórcios e Separações de Corpos de 1970 e sua Compatibilidade com o Direito Internacional Brasileiro». In: ARAÚJO, Nadia de. André RAMOS.. (Org). *A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e seus Impactos na Sociedade - 125 Anos*. Belo Horizonte, 2018

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4451**

TITULO: RECONHECIMENTO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEROS NO BRASIL APOS O NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL PRIVADO

AUTOR(ES) : ALICE SOARES MORAIS DE CASTRO,JOANNA PERDOMO AZEREDO GOMES

ORIENTADOR(ES): MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA

RESUMO:

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, por consequência direta, há uma aproximação entre culturas diferentes. Do ponto de vista jurídico, as relações interpessoais entre indivíduos de diferentes países, por causa do avanço tecnológico, ao passar dos anos, tornaram-se mais comuns. A partir disso, o direito internacional privado surge como protagonista no século XX com intuito de, sobretudo, compreender as relações entre indivíduos de diferentes nações. Nesse sentido, um dos principais objetos de estudo do direito internacional privado é o direito de família.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é compreender o divórcio internacional, de acordo com a legislação nacional, internacional, doutrina e jurisprudência. É importante destacar que, antes da previsão legal do divórcio no Brasil, que ocorreu apenas em 1977, a LINDB, art. 7º, §6, de 1942 não reconhecia divórcio internacional entre brasileiros no exterior, a não ser que apenas uma das partes fosse brasileira.

Atualmente, o art. 7º, §6, da LINDB, de 1942 foi alterado. O divórcio passou a ser reconhecido em um ano, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo. Outrossim, em 2005, deixa de caber ao STF e passa a competência da capacidade de reexaminar as decisões ao STJ, a fim de que passem a produzir todos os efeitos necessários.

Nesse sentido, como objeto de estudo, analisaremos o teor das decisões do STJ com o intuito de obter dados quantitativos em relação as causas de indeferimento das decisões, os países de origem dos processos e teor das fundamentações. Igualmente, veremos a possibilidade de reconhecimento direto de divorcios consensuais, sem a necessidade de homologação no STJ, com base na cooperação jurídica internacional. De igual modo, pesa a aplicação dos tratados internacionais sobre a matéria no Brasil.

Desse modo, a pesquisa busca analisar a lei aplicável ao divórcio e seus efeitos no direito internacional privado brasileiro, já que não há previsão específica no art. 7º. Para tal, usa-se o método dedutivo e a análise de fontes doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Nádia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro, Simplíssimo, 2016. PEREIRA, Marcos Vinicius T. «A contribuição das normas comunitárias para a circulação de divórcios internacionais no MERCOSUL: um estudo comparado entre o MERCOSUL e a União Europeia». In Rev. secr. Trib. perm. revis. Mayo 2021, año 9, nº 17, p. 125-141. _____. «A Convenção da Haia sobre Reconhecimento de Divórcios e Separações de Corpos de 1970 e sua Compatibilidade com o Direito Internacional Brasileiro». In: ARAUJO, Nadia de. André RAMOS.. (Org). A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e seus Impactos na Sociedade - 125 Anos. Belo Horizonte, 2018

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4461**

TITULO: O PAPEL DA ÁFRICA SUBSAARIANA NA ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS NO GOVERNO OBAMA (2009-2017)

AUTOR(ES) : LUÍSA BARBOSA AZEVEDO

ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA

RESUMO:

As relações entre os Estados Unidos e a África foram marcadas inicialmente pela lógica da Guerra Fria, de contraposição estadunidense a grupos apoiados pela União Soviética. Com o fim desse período, observa-se baixo engajamento da África na política externa estadunidense. Os ataques do 11 de Setembro significaram um momento de redimensionamento das políticas externa e de Defesa dos Estados Unidos, coincidindo com um novo período para as relações bilaterais. Nesse período, o continente africano visava a adotar um novo posicionamento dos países africanos no Sistema Internacional, denominado Renascimento Africano, e observava a expansão da influência e da presença chinesa em seu território.

Nesse contexto, o governo do republicano George W. Bush (2001-2009) anunciou, em 2007, a criação do Comando Militar dos Estados Unidos para a África (AFRICOM, na sigla em inglês), como expressão contínua da importância estratégica da região. A ascensão do democrata Barack Obama (2009-2017) ao poder traz um novo ajuste na política externa dos Estados Unidos, com o redirecionamento do foco para a Ásia e para a defesa do multilateralismo. No que diz respeito à África, destaca-se a mudança de abordagem na Estratégia Nacional de Segurança de 2010, de segurança para desenvolvimento, além do lançamento da nova estratégia para a África Subsaariana, em 2012, a qual define objetivos estratégicos para o engajamento estadunidense na sub-região.

No tabuleiro geopolítico do século XXI, é fundamental aos Estados Unidos estender elementos de aproximação com a sub-região pela localização geográfica estratégica, possibilidades de desenvolvimento econômico, exploração de recursos naturais e multilateralidade de organizações regionais. A pesquisa tem, então, por objetivo analisar a política externa do governo Obama para a sub-região da África Subsaariana a fim de questionar qual o seu papel na estratégia estadunidense e de que maneira a projeção da potência exógena à região impacta as relações futuras com os países africanos? Dessa maneira, parte-se da hipótese de que o governo Obama tornará efetivo a aproximação estratégica com os países da África Subsaariana, conceituando-a como política de Estado inscrita na estratégia estadunidense. Busca-se, ainda, investigar locais de destaque regional no continente africano, onde há a maior incidência de apoio dos Estados Unidos, a exemplo de players regionais como Nigéria e África do Sul. Para tal, será usada a percepção de teóricos estadunidenses sobre o papel dos Estados Unidos no Sistema Internacional, com destaque para o olhar geopolítico de Zbigniew Brzezinski, e o crítico à hegemonia, de Noam Chomsky. Por fim, a pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa, foi construída com base no acompanhamento e análise de notícias, documentos e discursos oficiais e relatórios produzidos pelo governo e por organizações internacionais, como a União Africana.

BIBLIOGRAFIA: CHOMSKY, Noam. Hegemony or survival: America's quest for global dominance. Metropolitan Books: 2003. DOWNIE, Richard. President Obama's Engagement with Africa: Managing Complex Relationships. Center for Strategic and International Studies, 23 jul. 2015. ESTADOS UNIDOS. U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa. Washington, 2012.

RESUMO:

A mensagem colonial é clara: "seja o que for, mas não seja o que você é". "Isso é errado"! "A única alternativa é você se tornar o que nós somos"..."vamos lhe ensinar a abrir mão da sua cultura, mas não vamos lhe acolher em nossa sociedade, pois, por mais que queiramos obrigá-lo a ser como nós, somos completamente diferentes" (FERNANDES, 2019).

A dominação colonial segue oprimindo e explorando corpos descendentes de humanos colonizados, através da colonialidade do poder, como conceitua Aníbal Quijano, do saber, como ressalta Walter Mignolo e do ser, como expõe Nelson Maldonado-Torres. Maria Lugones, ao entender o gênero como imposição colonial, expõe duas faces ocultas desse sistema: a exclusão de corpos intersexuais pelo dimorfismo sexual - naturalização do paralelo entre "macho e fêmea" ao "homem e mulher" -, e uma generificação - determinação do gênero dos indivíduos. É observado aqui que o gênero no paradigma civilizatório ocidental foi uma lógica inserida pela colonialidade/modernidade, que gerou mudanças na organização do sexo e do gênero nos territórios sob o regime colonial e segue, atualmente, sob ordem do capitalismo global. Atrelado a isso, pode-se observar a imposição de uma "heteronormatividade" como um dispositivo histórico de poder que hierarquiza as sexualidades.

Na virada do século XX para o XXI, o neoliberalismo em sua fase multicultural, para garantir sua perpetuação enquanto sistema, passa a buscar a inclusão de corpos dissidentes - por exemplo, por meio do *pink money*, que refere-se ao uso da luta LGBT+ como estratégia de marketing, com foco naqueles que possuem poder aquisitivo. No entanto, ao incluir principalmente corpos parecidos com os já dominantes, promove uma aceitação seletiva da comunidade queer e cria assim uma "homonormatividade", excluindo corpos interseccionados por outras opressões, em especial as de cor/etnia e classe. A partir desse entendimento, a autora Jasbir Puar (2015) apresenta o termo 'homonacionalismo', crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de gays e lésbicas são utilizados como "progresso e modernidade", enquanto excluem parcelas da comunidade queer mais afetadas. Reproduz-se, assim, a mesma forma colonial dicotómica de viver, como uma tentativa de "solucionar" o problema por ela criado: a violência contra corpos LGBTQIAP+.

O presente trabalho pretende analisar de que forma "o problema da sexualidade" -opressão de corpos dissidentes da heteronormatividade -, imposto no período colonial a algumas comunidades, como as originárias nas Américas ou as Yorubás em África, segue como pilar de sustentação do poder que organiza as sociedades contemporâneas por meio do neoliberalismo multicultural. Para isso, a metodologia utilizada nesta pesquisa é a de levantamento bibliográfico.

Este trabalho é parte de uma pesquisa do Núcleo INANA - Imbricações em Novos Acordos para Necessários Afetos - do IRID/UFRJ, que não possui resultados preliminares, sendo portanto, uma pesquisa em andamento.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, E. R. EXISTE ÍNDIO GAY?: A COLONIZAÇÃO DAS SEXUALIDADES INDÍGENAS NO BRASIL. 2 ed. Brazil Publishing. Curitiba, 2019. p. 18-42. LUGONES, María. "HETEROSEXUALISM AND THE COLONIAL/MODERN GENDER SYSTEM". Hypatia, Vol. 22, nº1. y Indiana University Press. 2007. p. 239-270. PUAR, J. K. HOMONACIONALISMO COMO MOSAICO: VIAGENS VIRAIS, SEXUALIDADES AFETIVAS. Revista Lusófona de Estudos Culturais. vol. 3. n. 1. 2015. p 297-318.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4472****TITULO: NOVO GOVERNO LULA E SUA POLÍTICA EXTERNA PARA AMÉRICA LATINA: CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA 2023-2026****AUTOR(ES) : VITÓRIA DOS SANTOS MARTINS QUEIROZ,VITÓRIA DE OLIVEIRA CALLÉ****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

O Brasil afastou-se dos Estados latino-americanos, relegando a integração entre eles e renunciando a seu protagonismo na região. Com a eleição presidencial do petista Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, surgem expectativas de retorno a uma política externa brasileira voltada para interesses de desenvolvimento nacional e regional.

De natureza prospectiva, a pesquisa tem como recorte temporal e temático a política externa do novo governo Lula (2023-2026) para a América Latina. Serão analisadas as decisões de política externa dos governos anteriores deste período (2003-2010), assim como a eleição presidencial de 2022, para a construção de três cenários prospectivos - otimista, realista e pessimista, com tendências mais progressistas, ou mais conservadoras - para os próximos quatro anos da diplomacia brasileira.

Cinco perguntas conduzem a pesquisa: (1) o novo governo Lula manterá a orientação de política externa "ativa e altiva"?; (2) o Brasil reassumirá protagonismo na América Latina?; (3) o país se posicionará como liderança regional nos foros multilaterais? E, neste contexto, como atuará em relação a Mercosul, Celac e Unasul; (4) como o Brasil se posicionará frente a Estados Unidos e China?; (5) quais os possíveis "Brasis" dos próximos anos, a depender dos interesses de diferentes grupos domésticos e de suas concepções sobre as relações Brasil-América Latina?

Para buscar responder a estas perguntas, recorreremos a abordagens teóricas das áreas de Análise de Política Externa (APE) e de Cenários Prospectivos. Por meio da teoria construtivista de Charles F. Hermann, a primeira auxiliará a compreender os diferentes atores e eventos domésticos e externos do contexto atual que influenciam a diplomacia do governo. A segunda, baseada em metodologias como a de Peter Schwartz, permitirá construir possíveis cenários para a política externa do governo em questão para a América Latina.

Serão materiais de análise: as Diretrizes para o Programa de Governo Lula-Alckmin; as notícias sobre prováveis rumos da política externa de Lula para a região e a situação desta relação no período da eleição de Lula em 2022, ocorrida durante o governo Bolsonaro (2019-2022); a produção acadêmica sobre como este líder conduziu a política externa brasileira em mandatos anteriores; discursos feitos por Lula, sobretudo o da COP 27, ou os que tratem de América Latina.

Com a pesquisa em curso, o trabalho considera que o Brasil intentará aproximação com a América Latina, nos moldes dos governos anteriores do presidente eleito, tendo claras as novas condições do sistema internacional atual. Isto posto, nos planos doméstico e internacional, a próxima política externa de Lula não deverá ter pretensões de liderança como no passado e, sim, de cogestão. Ao mesmo tempo, o país continuará buscando protagonismo na região, restabelecendo uma relação de confiança e solidariedade para maior projeção destes países, em conjunto, na ordem internacional, de modo a recuperar legitimidade.

BIBLIOGRAFIA: Coligação Brasil da Esperança. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula-Alckmin (2023-2026). 2022. GONCALVES, Williams. Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago; ALVES, Vágner. (Org.) A Política Externa Brasileira na Era Lula. Rio de Janeiro: Apicuri. 1^a ed. 2011. NETTO, Roberto Moll. O que esperar das Relações Brasil-Eua-AL após as eleições? (II). OPEU. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4483****TITULO: TRÊS VISÕES SOBRE AS CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL****AUTOR(ES) : MARIA VITORIA TEIXEIRA DE SA,MATHEUS VASINI****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI****RESUMO:**

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um marco na história da humanidade, que, na concepção de Erik Hobsbawm, colocou fim ao "longo século XIX" e deu início a uma onda de transformações que moldaram o "breve século XX". Todavia, as interpretações de suas causas apresentam, não somente notórias diferenças, mas também insuficiências. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é investigar, sob uma perspectiva crítica, a controvérsia historiográfica acerca das causas da Primeira Guerra Mundial, buscando responder, através da análise de três relevantes correntes interpretativas, quais forças levaram à eclosão do conflito. Para tanto, analisar-se-á: (1) a interpretação realista de Henry Kissinger, que desconsidera a dimensão geopolítica; (2) a concepção imperialista desenvolvida pela tradição marxista, que ignora a perspectiva geopolítica; e (3) a investigação "diálectica" empreendida por Karl Polanyi que, embora incorpore as dimensões política e econômica, não as articula no âmbito da esfera internacional. Assim, objetiva-se expor as semelhanças, divergências e inconsistências dessas três visões, de modo a expandir a compreensão sobre as causas da guerra. A primeira interpretação elenca o movimento geopolítico de acirramento das rivalidades entre as grandes potências como resultado da unificação e da política externa alemã pós-Bismarck. Nesse ponto, para Kissinger, foi a escalada na percepção de insegurança generalizada, entre as potências europeias, a centelha da Primeira Guerra Mundial. Já a tradição imperialista aponta para o ângulo econômico, mais precisamente para a dinâmica da acumulação de capital. A disputa por mercados e matérias-primas na periferia teria acirrado os antagonismos europeus e levado, por conseguinte, à deflagração do conflito. Por fim, Polanyi descreve o advento da primeira grande guerra como resultado das contradições da civilização liberal do século XIX, que teriam conduzido a um duplo movimento de destruição do sistema monetário internacional e do sistema de equilíbrio de poder, culminando, assim, na eclosão do conflito. Essa pesquisa utiliza-se de um arcabouço teórico-conceitual embasado na obra de José Luís Fiori, que engloba as trajetórias histórica, econômica e política de longo prazo do sistema interestatal, relacionadas às disputas de poder que dinamizam e hierarquizam o próprio. Logo, as causas da Primeira Guerra Mundial serão interpretadas dentro desses parâmetros geo-históricos. Metodologicamente, empreender-se-á uma revisão bibliográfica das três perspectivas supracitadas, para, em seguida, realizar-se uma análise comparativa entre estas, promovendo-se, assim, uma discussão sobre as principais forças que conduziram à eclosão do conflito e, também, dos pontos cegos existentes em cada corrente interpretativa. Espera-se que a abordagem e comparação entre essas três visões possam enriquecer o debate historiográfico sobre as causas da Primeira Guerra Mundial, preenchendo, assim, as lacunas da bibliografia existente.

BIBLIOGRAFIA: FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. Rio de Janeiro: O Poder Americano, 2004. HOBSBAWM, Eric. J. A Era dos Impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988. KISSINGER, Henry. Diplomacy. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994. POLANYI, Karl. O sistema internacional. In: A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 4492

TITULO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA RELAÇÃO COM AS FAKE NEWS NO PROCESSO ELEITORAL DE 2022: BREVES REFLEXÕES À LUZ DO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

AUTOR(ES) : ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO:

A discussão acerca da utilização de *fake news* (informações deliberadamente falsas, normalmente divulgadas com o objetivo de legitimar determinado ponto de vista) como estratégia de propaganda dominou o cenário político das últimas eleições no cenário mundial, em especial no Brasil. Seguindo a ótica do direito Constitucional, uma das maiores questões acerca desse tema é justamente a maneira como as táticas de desinformação, sobretudo nas mídias sociais, interferem nos processos democráticos e institucionais - como é o caso das eleições- e, mais precisamente, como o enfrentamento a essas táticas afeta os direitos fundamentais. Segundo o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, há um limite em que a liberdade de expressão se transforma em um risco para a integridade das pessoas e das instituições e é ao alcançar esse limite que ela precisa ser ponderada com outros valores. Nesse sentido, este artigo busca examinar e discutir a legitimidade da delimitação da liberdade de expressão em período eleitoral, de maneira que não interfira no princípio democrático e no funcionamento institucional. Realizando um estudo de caso das eleições de 2022, por meio de revisão bibliográfica, de julgados do TSE e de levantamento das normas sobre o tema em vigor, pretende-se discutir -dentro do contexto brasileiro e de sua respectiva ordem jurídica-constitucional- os fatores que estabelecem o combate contra a desinformação, além de seus desafios e possíveis soluções, respeitando, simultaneamente, os princípios de liberdade de expressão e o funcionamento das instituições democráticas.

Palavras-Chave: Eleições; Democracia; Liberdade de Expressão; Desinformação

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Palestra proferida no evento Owen Fiss e a ironia da liberdade de expressão, São Paulo, maio 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BGXV2d8i8Qg>>. Acesso 21 nov. 2022.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 13a edição, 2018.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto. Palestra proferida no evento Owen Fiss e a ironia da liberdade de expressão, São Paulo, maio 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BGXV2d8i8Qg>>. Acesso 21 nov. 2022. BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018. SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 13a edição, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 4528

TITULO: AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA CRÍTICA À INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSE 2012-2022

AUTOR(ES) : JACKSON ROGER DE OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN

RESUMO:

O objetivo central do projeto de pesquisa é construir um debate do ponto de vista histórico-dialético sobre as controvérsias que permeiam a formação de argumentos conservadores neoliberais a respeito da eficácia das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. No ano em que é celebrada uma década da Lei de Cotas (lei 12.711 de 2012), entender como a integração dessas políticas podem ser vistas como políticas bem-sucedidas que coadunam com a redução das discriminações (racial e de gênero) e da exclusão social, pode significar a produção de novas perspectivas de aprimoramento e fortalecimento dessa política que é fruto da luta social pela democratização do ensino superior no Brasil. O método utilizado combina o método das controvérsias da História do Pensamento Econômico Brasileiro construído no Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ e a coleta de dados sobre educação pública superior disponíveis no sítio do Ministério da Educação, os dados do IBGE sobre a situação socioeconômica brasileira. Segundo este método, a fim de se entender a realidade contemporânea da sociedade brasileira, é necessário fazer o resgate histórico e teórico sobre a formação socioeconômica do Brasil. Isto será feito a partir do resgate das contribuições de Clóvis Moura, Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez.

Palavras-chave: Lei de cotas raciais; educação superior pública; formação socioeconômica do Brasil; racismo.

BIBLIOGRAFIA: CUSTÓDIO, Sérgio José. Lei de Cotas: mudança estrutural em política pública e vitória suprapartidária da coalizão dos pés descalços no parlamento do Brasil. São Paulo: Tese de Doutoramento na Universidade de São Paulo, 2022. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 1964 [2021]. MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [2019].

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4550****TITULO: A GRANDE ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE NA PENÍNSULA COREANA DURANTE OS GOVERNOS DE BARACK OBAMA E DONALD TRUMP****AUTOR(ES) : JOSE RICARDO DE OLIVEIRA ARAUJO, ALANNA ITAJAHY MAINENTE****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI****RESUMO:**

A Guerra Fria inaugurou um singular tensionamento na península coreana envolvendo, direta e indiretamente, os EUA, a URSS e a China. Nesse cenário, observa-se um evidente interesse estadunidense na região que, em um primeiro momento, dava-se pela proximidade com o poder soviético. Já no pós-Guerra Fria, a ascensão do poder chinês reforçou a condição da península como uma zona estratégica para as ambições estadunidenses de perpetuar sua unipolaridade militar e sua preponderância econômica. Recentemente, mudanças políticas internas referentes a mudanças de governo alteraram a Grande Estratégia estadunidense para a região asiática. Durante o governo Obama, a política externa passou a privilegiar relativamente os países do leste asiático. Tal estratégia ficou conhecida como *Pivot to East Asia*. Posteriormente, a administração Trump modificou a aplicação desta estratégia, implementando a *ARIA* (*Asia Reassurance Initiative Act*). Isso é uma inflexão pouco usual no pensamento geoestratégico estadunidense, o que em si instiga uma reflexão crítica. Dessa forma, o escopo deste artigo é responder a pergunta: quais foram as mudanças na Grande Estratégia estadunidense na península coreana entre os governos de Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2018-2021)? A partir dessas duas temporalidades, busca-se identificar e analisar as relações EUA-Coreia, definir se houve alguma mudança nesse arranjo, as motivações para esse movimento e suas implicações. Com essa investigação, espera-se concluir que, embora formalmente anunciadas como diferentes, ambas as proposições conservaram elementos comuns e antigos, não alterando o caráter das interações bilaterais. Sobre o substrato teórico deste artigo, essa produção acadêmica será edificada com base em uma análise geo-histórica e sistêmica imersa em um Sistema Internacional realista. Assim, enxerga-se os Estados se comportando racionalmente para alcançar seus interesses, segurança e conservação territorial. Ademais, admitem-se permanências do sistema internacional, como a paz sob a ótica das grandes potências – Rússia, China e EUA –, as pressões competitivas e a percepção de ameaça recíproca. Acerca da estratégica metodológica, essa pesquisa se inicia com uma síntese geo-histórica da interação estadunidense com a região da península coreana antes do governo Obama. Em seguida, serão caracterizados os governos Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2018-2021) do ponto de vista das relações na península coreana. Após essa caracterização, serão apontadas proximidades e distinções na postura dos chefes de Estado, assim como suas motivações. Tendo em vista o supracitado, espera-se determinar o cálculo estratégico por trás da presença estadunidense nos governos Obama e Trump na península coreana – um epicentro de poder político asiático que serve de encontro militar das três grandes potências. Nesse processo, similaridades e diferenças entre os posicionamentos desses dois presidentes na região serão explicitadas.

BIBLIOGRAFIA: AGARWAL, B. S. Korea as an Epicentre of Northeast Asian Power Politics: A Historical and Geopolitical Perspective. *The Indian Journal of Political Science*. Vol. LXVII, No. 2, Abr.-Jun, 2006. MAINENTE, Alanna. A Política Externa Americana para Ásia-Pacífico: O caso da Península Coreana. *Instituto De Relações Internacionais E Defesa*. 2020 SAHA, Premesha. From 'Pivot to Asia' to Trump's ARIA: What Drives the US' Current Asia Policy? *Observer Research Foundation*. Paper #236, 1-12. Fev. 2020

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4630****TITULO: TRANSEXUAIS NOS ESPORTES: UMA ANÁLISE SOBRE INCLUSÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.****AUTOR(ES) : LUCIANA MARQUES****ORIENTADOR(ES): FABIANA RODRIGUES BARLETTA****RESUMO:**

A prática esportiva é a realização de atividades físicas submetidas às regras, é de suma importância para o ser humano pois promove qualidade de vida ao prevenir doenças e proporciona socialização criando laços entre os indivíduos, desse modo, o esporte deve ser inclusivo a todos.

Diante dos avanços que visam a inclusão social de grupos minoritários frente ao preconceito na sociedade atual, o estudo foca em retratar a participação das pessoas transexuais nos esportes individuais. Embora muitas pessoas transexuais e cisgêneros defendam a participação desse grupo, a inclusão não é pacífica, possuindo muitos opositores que afirmam que o ingresso das pessoas trans nos esportes fere o princípio da isonomia com argumento de que esses atletas podem ter uma vantagem em seu desempenho frente a outros competidores devido a força física ou resistência advindas do sexo biológico e isso impediria a igualdade nas competições.

Para o desenvolvimento da pesquisa serão apresentados, em um primeiro momento, os benefícios para a saúde do corpo e da mente e a importância do exercício da identidade de gênero para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. Poder exercer o gênero com o qual se identifica, ainda que seja diferente do seu sexo biológico de nascimento, é um direito personalíssimo, o direito ao próprio corpo, existe doutrina que defende as cirurgias de transgenitalização como uma efetivação desse direito, entretanto, as cirurgias são permitidas no Brasil mediante a laudo médico, reforçando a perspectiva preconceituosa e retrógrada acerca das pessoas transexuais.

Aliado ao sofrimento e a dificuldade de conseguir realizar a cirurgia, os transexuais ainda precisam lidar com a exclusão nos esportes, portanto, o objetivo do estudo é apresentar os argumentos jurídicos e biológicos que embasam a defesa da presença deles nas competições esportivas e as alegações que a contrariam em prol da isonomia entre os participantes e para isso será feita uma pesquisa qualitativa, usando o método dedutivo, partindo de um estudo sobre o esporte e seus princípios, além da pesquisa bibliográfica.

BIBLIOGRAFIA: MACHADO, Ednilson Donisete. JUNIOR, Marco Antonio Turatti. O papel do Estado na inclusão de atletas transexuais nos esportes à luz da teoria do reconhecimento social. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Salvador, v. 4, n.1, p. 22-42, Jan-Jun. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/65748148/O_Papel_Do_Estado_Na_Inclus%C3%A3o_De_Aletas_Transexuais_Nos_Esportes_%C3%80_Luz_Da_Teoria_Do_Reconhecimento_Social. Acesso em: 19 nov. 2022. MÉLONIO, Narrick Hugo. SIQUEIRÁ, Thomaz D. Abdalla. O Transgênero no Esporte. 1.ed. [s.l.]: [s.n.], 2019. SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade. Editora Atlas, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4667****TITULO: A “SECURITIZAÇÃO” DA IMIGRAÇÃO NO GOVERNO TRUMP****AUTOR(ES) : VITÓRIA DE OLIVEIRA CALLÉ****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

As eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos foram fortemente marcadas pelas polêmicas falas e promessas do empresário e candidato Donald Trump, que se tornaria o 45º presidente do país. Dentre suas propostas controversas, a questão migratória no país tomou protagonismo na Era Trump (2016-2020). Em um contexto de descontentamento popular, a fomentação de um sentimento antissistêmico e de externalização dos problemas domésticos deu margem a uma forte retórica nacionalista no país. Com declarações xenófobas e racistas, o discurso anti-imigrante do republicano foi formado desde seus palanques de campanha até a concretização de políticas na Casa Branca. Nesse sentido, Trump teve êxito na construção da imagem do imigrante como uma ameaça à segurança nacional, sobretudo, no tocante à influência da insegurança ontológica sobre a insatisfação socioeconômica e criminalização/desumanização do estrangeiro. Sob esta ótica, a pesquisa é movida pela seguinte pergunta: como Donald Trump conseguiu, efetivamente, securitizar a imigração nos EUA, materializando essa abordagem em políticas públicas de seu governo?

Logo, o presente trabalho propõe mapear e identificar os meios usados por Trump neste processo de securitização da questão migratória nos EUA, engendrado desde a composição política dos órgãos de Estado até o uso dos discursos pessoais para mobilização dos sentimentos das massas. Para tanto, será apresentada uma linha do tempo, com os antecedentes históricos do país em lidar com esse tema, partindo da formação dos EUA como Estado Nacional até o período em que Trump esteve politicamente ativo. Nesse sentido, ao traçarmos um paralelo entre a consolidação do “Excepcionalismo” nas raízes da identidade nacional com as políticas de regulamentação dos fluxos migratórios no país, buscaremos verificar a evolução do processo de securitização da migração por Trump, desde sua pré-candidatura até o fim de seu mandato presidencial (2015-2020).

Esta pesquisa concilia as abordagens teóricas de Estudos de Segurança e Defesa e de Análise de Política Externa (APE), utilizando-se dos conceitos de “securitização” (BUZAN) e de “círculos de políticas públicas” (SECCHI) para investigar a questão migratória nos EUA durante a Era Trump. Seguindo esta linha, dispõe-se aqui a (1) investigar a natureza da designação do migrante como objeto de segurança nacional e (2) analisar os discursos e as políticas adotadas durante a liderança de Trump nos EUA, como a política de “Tolerância Zero” e “Remain in Mexico”. O estudo será guiado em três etapas: (i) pesquisa teórica acerca de o que é securitização e como este fenômeno se deu nos EUA, (ii) sistematização de discursos do líder republicano e (iii) coleta de políticas adotadas durante a administração de Trump para os temas de migração e controle fronteiriço. Os materiais de analisados serão: as falas e propostas de campanha de Donald Trump, documentos oficiais de governo e artigos acadêmicos sobre o período em questão.

BIBLIOGRAFIA: BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. Cooperation and Conflict, SAGE Publications (Londres, Thousand Oaks e Nova Delhi), v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997. NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. 2017. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Stamford: Cengage Learning, 2^a ed, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4675****TITULO: DA JAZIDA DE EXTRAÇÃO DE GRANITO A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: A SERRA DA MISERICÓRDIA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENVOLVENDO A MINERAÇÃO EM PERÍMETRO URBANO.****AUTOR(ES) : DIOGO MAURO DA SILVA FERNANDES****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA****RESUMO:**

O trabalho em questão visa expor a pesquisa com base em análise qualitativa do contexto social, político e econômico, da construção histórica de um conflito socioambiental envolvendo mineradoras de extração de brita para construção civil e núcleos habitacionais urbanos circunvizinhos na espacialidade da Serra da Misericórdia Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro — RJ.

O objetivo é analisar o processo político no qual as jazidas de mineração na Serra da Misericórdia se tornam arena de conflitos socioambientais entre a população local e empresas mineradoras, o que culmina na organização da civil em forma de um movimento ambientalista popular que consegue pautar o poder público em políticas ambientalistas para a localidade. Adotando-se os limites geográficos estabelecidos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no decreto municipal 19.144/ 2000, que cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia, as formações geológicas que compõem esse maciço abrangem a área de 27 bairros da área de Planejamento 3, AP — 3, nos quais residem 929.358hab (IBGE 2010). No período de 2010 – 2011, o Cadastro de Atividade Mineral — CAM — DRM-RJ, usando como parâmetro a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais — CFEM, apontou que 68% da produção de brita do Estado do Rio de Janeiro estava localizada em municípios da Região Metropolitana produzindo um total de 13.194.130t do material naquele ano, apenas o município do Rio de Janeiro respondeu por 21% desse total com 2.836.760t. Os cinco maiores municípios mineradores entre eles: Seropédica, Magé, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Duque de Caxias estão entre os mais populosos da Região Metropolitana onde o grau de urbanização é conflitante com a atividade mineradora vindo por vezes a inviabilizar empreendimentos (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2012. P. 65, 75).

Nesses arredores encontram-se os bairros com as maiores taxas de densidade demográfica de toda a AP-3. Cabe destacar a situação dos Complexos do Alemão e Penha, entre os cinco maiores complexos de favelas da cidade, os quais fazem vizinhança imediata às instalações das empresas mineradoras e lavras de extração de granito para brita atualmente em operação.

BIBLIOGRAFIA: ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987. ALMEIDA, Soraya & JUNIOR, Rubem Porto. Cantarias e Pedreiras Históricas do Rio de Janeiro: Instrumentos Potenciais de divulgação das Ciências Geológicas. RJ 2012. ALONSO, Angela & COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil. Buenos Aires. CLÁCSO 2002. DRM - RJ Departamento de Recursos Minerais. Cadastro de Atividades Minerais do Departamento de Recursos Minerais do RJ 2014. FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. RJ, 2001. MACADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear O Confronto Político. 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 4686****TÍTULO: A INFLUÊNCIA DE INGETRAUT DAHLBERG PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.****AUTOR(ES) : VIVIANE MARINHO GUIMARÃES,ADRIANA MORAES PESSOA DO REGO BARROS,JOAO VICTOR MAIANI PEREIRA****ORIENTADOR(ES): THAYRON RODRIGUES RANGEL****RESUMO:**

Este resumo propõe uma iniciar uma análise do papel da cientista "Ingetraut Dahlberg" no estudo do conceito, enquanto objeto de análise, inserido no escopo da área da Ciência da Informação. A escolha da pesquisadora justifica-se pela sua relevância nos estudos filosóficos da informação. É responsável por escritos que hoje compõe a base referencial dos estudos sobre relações conceituais, terminologia, análise de domínio e organização do conhecimento. Formada em filosofia, teologia, católica, inglês e biologia, Dahlberg participou da criação das associações científicas: Society for Classification e International Society for Knowledge Organization, bem como das revistas International Classification e Knowledge Organization. Possui até esta data, mais de 19.000 indicações de participação científica na base Google acadêmico e, mais de 330 publicações de sua autoria, segundo a Enciclopédia da Organização do Conhecimento, da Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento (ISKO). Além disso, outra motivação para este estudo, também se pauta na visibilidade da mulher na ciência, visto que a Biblioteconomia, apesar ser composta de forma majoritária por mulheres, ainda invisibiliza o papel destas na estruturação da ciência. Isto fomentou pesquisas e a criação de grupos de interesse na temática. Para a realização desta pesquisa será utilizado, como método, a revisão de literatura e para a fundamentação teórica e pesquisa bibliométrica para a tabulação, sistematização e análise dos resultados. Como fonte de informação serão utilizadas as bases de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online), a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca eletrônica de periódicos científicos. A partir dos resultados prévios foi possível identificar a presença da pesquisadora escolhida em diversos escritos da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que fundamentarão esta pesquisa, a saber: Dahlberg (1978); Melo, Brascher (2014); Campos, Gomes (2014), Campos (2021), dentre outros. Assim, espera-se demonstrar a que ao término deste estudo, a influência epistemológica de Ingetraut Dahlberg para o desenvolvimento dos estudos da Organização do Conhecimento no campo biblioteconômico.

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios para modelagem de domínio: a posição de barry smith e de ingetraut dahlberg. Ciência da Informação, v. 43, n. 1, 2014. DOI: 10.18225/ci.inf.v43i1.1420 Acesso em: 21 nov. 2022. DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Ciência da Informação, 7(2), 1978. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115> MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de dahlberg e hjorland. Ciência da Informação, v. 43, n. 1, 2014. DOI: 10.18225/ci.inf.v43i1.1419 Acesso em: 21 nov. 2022..

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4714****TÍTULO: A DECLARAÇÃO DA VONTADE EM CONTRATOS CLICKWRAP: A REVISITAÇÃO DO ART. 104 DO CÓDIGO CIVIL NA DISCIPLINA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS****AUTOR(ES) : MARIANA SCOFANO MARTINS****ORIENTADOR(ES): ANDRÉIA FERNANDES DE ALMEIDA RANGEL****RESUMO:**

O comércio eletrônico é um campo em desenvolvimento desde meados da década de 1990. Com o crescimento das gigantes de tecnologia, ainda em suas precíprias descobertas, Microsoft, Apple, Amazon e tantas outras foram responsáveis por uma verdadeira revolução no mercado. Diante dessa nova forma de se relacionar e intercambiar bens, esse novo mercado atraiu a atenção de diversos civilistas para um ponto em específico: os contratos eletrônicos.

Após o frenesi inicial que uma grande descoberta sempre acomete, alguns autores destacaram que os contratos eletrônicos em realidade não são um novo tipo de contrato, mas sim, uma nova modalidade de contratar. Segundo eles, o que se transmuta é na verdade a forma do contrato: antes físico, percebido no meio fenomenológico pelas longas laudas de papel ou acordos tácitos verbais, agora é possível contratar através de um simples clique.

Por certo que é possível aplicar as normas já positivadas aos contratos eletrônicos, principalmente naquilo que o contrato eletrônico se assemelha ao contrato físico. No entanto, problemática se engrossa quando a analogia ao contrato tradicional corriqueiro se torna imprópria. Quer dizer, quando surgem perguntas que o legislador não foi capaz de prever à elaboração da legislação civil-consumerista.

Em especial, indaga-se sobre a formação da vontade nos contratos eletrônicos e é sobre essa pergunta que se formula o problema de pesquisa: diante do cenário ainda não desvendado dos contratos eletrônicos consumeristas, particularmente na modalidade *clickwrap*, quais são os (possíveis) vícios da vontade perpetrados na sua celebração?

Nesse sentido, a presente pesquisa lança mão da metodologia documental e bibliográfica, apoiada da revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema, no afã de abranger textos clássicos de doutrinadores tradicionais da teoria da vontade, para esclarecer uma importante dupla de perguntas que se apresenta: **(i)** nos contratos *clickwrap*, o consumidor emite declaração de vontade?; e **(ii)** é possível que a vontade do consumidor seja viciada?

BIBLIOGRAFIA: LAWAND, Jorge José. Teoria geral dos contratos eletrônicos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. MARTINS, Guilherme Magalhães. Formação dos contratos eletrônicos de consumo via internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. MULHOLLAND, Caitlin. Internet e contratação: panorama das relações contratuais eletrônicas de consumo. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4717**

TÍTULO: **CLÍNICA DE DIREITOS E TRABALHO**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ FARIAS TAVARES, WALQUIRIA CAMILO DA ROCHA, MARYNA MULLER UNSER, NATHALIA MARBLY MIRANDA SANTOS, DENISE DE ALMEIDA GUIMARAES, JACKELINE CRISTINA GAMELEIRA CERQUEIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA, JULIANA BENICIO XAVIER**

RESUMO:

O resumo tem como finalidade apresentar os resultados parciais obtidos pelo "Projeto de extensão Clínica de Direitos e Trabalho" da Faculdade Nacional de Direito - FND/UFRJ, o qual possui, como objetivo geral, a orientação e a assistência jurídica às/-aos moradoras/es do Complexo da Maré, comunidade localizada na cidade do Rio de Janeiro, em direitos trabalhistas. O projeto, coordenado pelas professoras de Direito Processual do Trabalho da Faculdade Nacional de Direito, Dra. Renata Versiani Scott Varella e Dra. Juliana Benício Xavier, teve início em 2022/1 e se encontra em andamento. Desenvolve-se por meio de parcerias com organizações e movimentos sociais que atuam em temas relacionados aos direitos do trabalho e aos direitos humanos, a exemplo da "Redes Maré". No primeiro ano de desenvolvimento, o projeto realizou atendimentos quinzenais nas localidades Nova Holanda e Vila dos Pinheiros que pertencem à comunidade da Maré. Nesses momentos, as extensionistas da graduação e da pós-graduação, acompanhadas por uma advogada, efetivaram orientações jurídicas e encaminhamentos a trabalhadores/as em relação a dúvidas, demandas e questões sobre os direitos e as relações de trabalho, bem como realizaram o ajuizamento e o acompanhamento de ações trabalhistas na Justiça do Trabalho no município. Foram realizados, no ano de 2022, trinta atendimentos, com encaminhamentos variados. Como objetivos específicos, para além dos atendimentos, o projeto busca fomentar um processo amplo de educação histórico-jurídico-social-crítica para os direitos fundamentais do trabalho, que envolve um diálogo formativo durante os atendimentos, bem como a realização de oficinas internas para as/os membros/os do projeto, espaço de discussão entre membros/os e parceiros e a construção de materiais formativos sobre a temática dos direitos do trabalho. Para isso, o projeto realizou, por um lado, formações internas sobre o mundo do trabalho, Direitos Humanos, Direito e Processo do Trabalho, e espaços de discussão sobre as dificuldades e desafios encontrados na atuação da extensão, a partir das experiências do projeto, como as diversas operações policiais realizadas na comunidade da Maré, que impossibilitaram a ocorrência de atendimentos em vários dias acordados. Para o ano de 2023, pretende-se, com uma perspectiva dialógica, realizar oficinas com os/as moradores/as da Maré com temáticas trabalhistas e construir materiais formativos sobre direitos do trabalho e direitos humanos do trabalho, bem como refletir, de forma crítica e coletiva, o contexto atual de precarização de direitos e os desafios para o acesso à justiça. O projeto adota a pesquisa-ação-participante e militante (FALS BORDA, 1978; HOOKS, 2017; VERSIANI, 2017), pautada na dialética entre teoria e prática para produção do saber científico e no diálogo entre saberes, através de técnicas participativas que envolvam todos sujeitos na construção das investigações e ações.

BIBLIOGRAFIA: FALS BORDA, Orlando. *Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformala*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978. HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cepolla. 2^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. VERSIANI, Renata. *A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais*. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 344 fis., 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **4718**

TÍTULO: **O IMPACTO DA MUDANÇA DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

AUTOR(ES) : **DANIELE RODRIGUES NETTO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

A pesquisa a seguir busca entender e trazer um debate acerca das mudanças na tecnologia, na nova maneira que se faz presente no cotidiano das pessoas e sua influência na esfera pública. No decorrer do texto, o foco principal é na nova forma que as tecnologias possuem em influenciar as pessoas, com o uso dos algoritmos e filtros bolha, especificando e fazendo uso de análises de caso para demonstrar o real impacto que as novas mídias têm na influência da opinião pública e consequentemente na direção que as decisões, que impactam o rumo do mundo. Além do impacto ao redor do mundo, a presente pesquisa, tem como objetivo final fazer uma análise da sociedade brasileira. Os acontecimentos que permitiram um cenário de grande insatisfação pública e falta de confiança na democracia vigente, além da maneira que as Fake News foram usadas para criar essa instabilidade política vistas no cenário atual do Brasil. A facilidade de disseminação da informação, trouxe consigo uma imensa falta de controle sobre ela. A naturalização da desinformação é uma das características das novas redes sociais, a qual faz com que seja imprescindível nos dias de hoje, verificar uma notícia antes de tê-la como verdade. O impacto que essa realidade trouxe para o mundo, vem se agravando ao longo dos anos. O acesso geral, de que os dados dos usuários são utilizados para marketing de produtos de variados setores não parece ser uma informação que incomoda muita gente, já que a maioria pensa que não é influenciado por ela. O feed do usuário é uma bolha, um mundo só dele, esse mundo particular acaba por criar uma falsa sensação de escolha, quando na realidade não é o usuário que está escolhendo o que você está vendo, e sim a própria rede social, usando de conhecimento os dados que já possui, com o objetivo de criar um ciclo vicioso onde o usuário se cerca das mesmas informações, vindas das mesmas fontes. O usuário para de se questionar sobre as informações que estão chegando até ele, já que por só ter acesso a uma mesma informação várias vezes, não faz sentido que ela esteja errada. A maneira que a mídia tradicional vem lidando com essa nova forma de manipulação de massas é em grande parte, se abstendo. Na era do capitalismo da vigilância, é clara a necessidade de se posicionarem frente a desinformação, quando é fato que ao não fazer isso, as mídias tradicionais passam uma mensagem de conivência com a propagação de Fake News, o que permite que o cenário do caos, da polarização e da falta de união do povo.

BIBLIOGRAFIA: BARROS, A. P. F. L. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa: uma revisão do tema. *Universitas*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 23-34, dez./2008. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/arqcom/article/view/671>. Acesso em: 11 ago. 2020. MEDEIROS, J. D. S. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-33, abr./2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862013000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 11 ago. 2020. NEXO. *Democracia e internet: precisamos falar sobre algoritmos*. PRAGMATISMO POLÍTICO. Nove Mestres da USP e Willia

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4776**

TITULO: A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE TRABALHO: DESAFIOS À REGULAÇÃO PELO DIREITO DO TRABALHO.

AUTOR(ES) : **HILANNA MARIA PETSOLO DA SILVA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RODRIGO DE LACERDA CARELLI**

RESUMO:

A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE TRABALHO: DESAFIOS À REGULAÇÃO PELO DIREITO DO TRABALHO

O tema a ser analisado e investigado é o desafio da regulamentação das atividades dos influenciadores digitais no Brasil. O mesmo será abordado através de pesquisas bibliográficas e qualitativas.

O presente estudo busca, a partir de doutrinas, legislações, artigos científicos e pesquisa empírica (entrevistas com pessoas que utilizam o Instagram profissionalmente) apresentar e analisar esse novo tipo de trabalho desempenhado pelo influenciadores digitais; analisar se existem elementos (clássicos ou atuais) que configuram uma subordinação entre tais atores e as plataformas digitais; se sim, verificar os pontos em que essas congruências atingem o direito do trabalho etc.

O objeto de estudo da presente pesquisa é a realização de um mapeamento dos desafios que essa atividade traz para o Direito do Trabalho.

Inobstante, o recurso metodológico a ser utilizado é o da pesquisa qualitativa (entrevistas e pesquisas à conteúdos online) e exploratória do tipo levantamento documental e bibliográfico. Serão utilizados, portanto, fontes como matérias veiculadas na internet, análise de artigos científicos, regulamentos, textos doutrinários, dissertações, legislação, livros, entre outras diversas fontes de dados.

Mais do que apresentar respostas, espera-se que ao final da pesquisa seja possível suscitar diversas questões sobre a atuação dos influenciadores digitais sob a ótica do Direito do Trabalho. No entanto, espera-se também que sejam respondidas questões como (I) Quem são os digitais influencers?; (II) existem elementos que indiquem a subordinação entre os influenciadores e as plataformas digitais?; (III) É possível regular essa atividade? (IV) Em quais aspectos a atuação dos influenciadores digitais atinge o direito do trabalho?.

Além disso, gostaria de esclarecer que a pesquisa está sendo desenvolvida apenas por mim sob a orientação do professor Rodrigo Carelli. Por fim, destaco que a pesquisa estará em fase final quando da sua apresentação, motivo pelo qual gostaria de manter a exposição de maneira oral.

BIBLIOGRAFIA: KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. Tendências em comunicação digital / organização Elizabeth Saad e Stefanie C. Silveira -- São Paulo : ECA/USP, 2016. SILVA, Cristiane Rubim Manzina da.; TESSAROLO, Felipe Maciel. Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016. ANDRÉ, Luana Otoni de Paula. Digital influencer: entenda as particularidades jurídicas aplicáveis a esse modelo de negócio. Migalhas, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4784**

TITULO: FILOSOFIA DA BIBLIOTECONOMIA E A DEMANDA POR UM SABER HOLÍSTICO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO INFORMACIONAL SOCIAL

AUTOR(ES) : **RUBI GOMES DE FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **RENATO NUNES BITTENCOURT**

RESUMO:

Este trabalho de pesquisa tem o objetivo, mostrar a importância da biblioteconomia e ciência da informação para a sociedade, pontuar a visão da sociedade leiga que por uma desinformação ou desincentivo se limitam a pensar que biblioteca (biblioteconomia), só serve para guardar livros, e que o bibliotecário só enfileira os livros e tira a poeira. Acreditam em qualquer informação, seja ela verídica ou não, e sabemos que a ciência se baseia em fatos.

Por estas razões, queremos mostrar que a biblioteconomia é um leque de saber, vai desde o tratamento de um dado até a verificação da veracidade. Toda e qualquer coisa existente no universo pode ser catalogada, a importância da organização das informações para que haja um processo democrático e incluidente, ou seja horizontal no alcance social veremos também a importância dos setores de uma unidade de informação e a importância do bibliotecário. Faremos uma pesquisa para a sociedade dizer como se define a biblioteconomia, e assim pontuar a nossa missão de disseminação da informação verídica. após aplicada a metodologia com um questionário poderemos assim chegar a conclusão de que a sociedade precisa ser incentivada a leitura, a buscar informações verídicas sobre os assuntos e onde buscá-las.

BIBLIOGRAFIA: A Sociedade da Desinformação e os Desafios do Bibliotecário em Busca da Biblioteconomia Social ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Sociedade e biblioteconomia. São Paulo: Polis, 1997. A SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO E OS DESAFIOS DO BIBLIOTECÁRIO EM BUSCA DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL Yaciara Mendes Duarte <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8677/1/A%20Sociedade.pdf> Combate à desinformação também é desafio para o mundo da ciência <https://www2.unesp.br/portal#/noticia/34444/combate-a-desinformacao-tambem-e-desafio-para-o-mundo-da-ciencia>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4794****TITULO: A RELAÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E AUDIÊNCIA DE AUTOCOMPOSIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 334 DO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL****AUTOR(ES) : JHENIFER DOS SANTOS CYPRIANO****ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA****RESUMO:**

Atualmente, vem crescendo no Direito Processual Brasileiro o movimento da solução consensual dos conflitos, ou seja, a possibilidade de as partes resolverem suas divergências sem a efetiva participação do juiz. Desde 2010 há um estímulo a esta corrente de pensamento, devido à Resolução 125 do CNJ, que trata do acesso à justiça e cidadania. Nesse sentido, o legislador do Código de Processo Civil de 2015 encampou tal diretriz através do Sistema Multiportas, que teoricamente oferece métodos mais rápidos e específicos para cada discordância, o que ampliaria esse acesso a direitos fundamentais e tenderia à melhoria da prestação dos serviços judiciais. A composição amigável evita recursos judiciais e a execução forçada, que pode resultar em uma demora não razoável do processo, e consequentemente, entrar em contradição com o princípio da duração razoável do processo. A partir desse movimento, foi instituída a audiência de autocomposição como obrigatória na maioria das demandas, e o artigo 334, § 4º, do CPC determina que a não realização da referida audiência só pode ocorrer quando esta não for admitida ou com a expressa manifestação de desinteresse por ambas as partes. Apesar disso, na prática essa norma parece não ser seguida, principalmente quando uma das partes é a Fazenda Pública, cujos direitos são considerados impossíveis de ser objeto de autocomposição, visto que são indisponíveis. Surge então a dúvida: poderia realmente a indisponibilidade dos direitos interferir na autocomposição? Se sim, como se daria essa limitação na prática? Se não, quem poderia realizar essa transação? A presente pesquisa, ainda em fase inicial, busca analisar essas problemáticas, não somente em termos legislativos, mas também doutrinários, e verificar, junto a Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, eventuais consequências na realização ou não de audiências de resolução de conflitos realizadas nesta Vara. Dessa forma, espera-se discutir sobre a aplicação dos meios consensuais de resolução de litígios em uma Vara de Fazenda Pública, a autocomposição em situações que lidam com direitos indisponíveis e as dúvidas que cercam essa temática.

BIBLIOGRAFIA: BRANCO, Janaína Noleto Soares Castelo. Advocacia Pública e solução consensual de conflitos. Salvador: Juspodivm, 2020. MADUREIRA, Cláudio Penedo. O Código de Processo Civil de 2015 e a conciliação nos processos envolvendo a Fazenda Pública, in ZANETI JR, Hermes e CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Justiça Multiportas. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 169-214 SOUZA, Marcia Cristina Xavier de. Mediação com a Fazenda Pública, in REIS, Vanessa Velasco (org.). Fazenda Pública em Juízo: Reflexões críticas. Rio de Janeiro: Agora21, 2019, p. 185-200.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4798****TITULO: O ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS A PARTIR DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS****AUTOR(ES) : ALICIA URRACA ROCHA****ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO****RESUMO:**

A pesquisa tem como objetivos: (i) observar as políticas públicas que vêm sendo utilizadas em universidades ao redor do mundo para o combate à violência de gênero no espaço universitário e sua efetividade, levando em conta fatores como raça e classe, (ii) desenvolver um debate mais aprofundado sobre o papel que as Universidades Públicas têm na manutenção e reprodução da violência de gênero, (iii) fazer um estudo comparado entre as políticas implementadas ao redor do mundo, com as encontradas no Brasil.

A pesquisa utiliza metodologia de análise bibliográfica e documental, focando-se nos estudos sobre assédio nas universidades públicas brasileiras. Para isso, utilizou-se o portal de periódicos Capes e Scielo pesquisando "violência de gênero nas universidades" e "assédio sexual nas universidades". Na análise comparativa internacional houve uma delimitação dos países que seriam estudados, escolhidos pela maior presença de políticas de enfrentamento à violência de gênero. O estudo utiliza métodos qualitativos comparativos. As informações coletadas, servirão para analisar: a elaboração dos documentos, a efetividade das propostas elaboradas, levando em conta o que se define como violência, assim como o tratamento dos sujeitos envolvidos nos casos. Sendo assim, também se observará a forma que a comunidade acadêmica tem visto as políticas de intervenção.

Os resultados esperados são: (i) entender a partir do estudo o papel da universidade na reprodução e manutenção da violência de gênero nas universidades, (ii) avaliar quais são as políticas mais efetivas para o combate da violência de gênero nas universidades.

Como considerações parciais, é possível observar que o combate à violência de gênero tem se mostrado cada vez mais forte ao redor do mundo, o que pode ser notado com o aumento de pesquisa sobre o tema da violência de gênero dentro das universidades. Consequentemente, há uma maior exigência por políticas de combate a esse tipo de agressão a mulher, como as aplicadas nos Estados Unidos, Espanha, México e Reino Unido.

Contudo, para elaboração e aplicação dessas políticas tem-se encontrado uma série de barreiras. Entre os principais problemas para efetividade das políticas de enfrentamento à violência de gênero nas universidades, nota-se a dificuldade das vítimas reconhecerem as violações que sofreram, e consequentemente havendo uma dificuldade para que esses casos sejam reportados.

Em relação ao Brasil, é possível notar uma atuação cada vez maior das instituições no enfrentamento da violência de gênero, seja pela elaboração de pesquisas sobre o assunto, ou na elaboração de projetos para proteger a comunidade feminina na universidade.

BIBLIOGRAFIA: BANDEIRA, Lourdes Maria Bandeira. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. GÊNERO, Niterói, v.17, n.2, p. 49 - 79, 1. sem. 2017. MAIRO, Denise Camargo et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. Interface (Botucatu), 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **O**ral

ARTIGO: **4823**

TITULO: **O LAWFARE POLITICO SOB A ÓTICA DO COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS DA ONU**

AUTOR(ES) : **PATRICK SCALCO**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINE PRONER**

RESUMO:

A decisão do caso Lula da Silva v. Brasil abriu importante precedente no âmbito da legislação internacional de direitos humanos: lideranças civis não podem ser destituídas ou impedidas de concorrer a cargos eletivos por ações judiciais desproporcionais. Frontalmente contrário às próprias normas jurídicas, as violações processuais são características chave desse fenômeno multifacetado. Tendo isso em vista, a presente pesquisa busca analisar o reconhecimento de violações de direitos civis e políticos como metodologia para a detecção de casos de lawfare: um uso hostil e direcionado do direito. Para tal, será realizada subsunção de casos paradigmáticos do fenômeno aos termos da íntegra do Pacto de Direitos Civis e Políticos e a jurisprudência do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Assumindo um marco teórico jurídico garantista, o estudo de livros, artigos e seminários especializados em lawfare e violações de direitos fundamentais direcionarão a análise sob tal ótica. A escolha dos casos analisados se estabelecerá por critério de relevância midiática e setorização conforme seu efeito resultante, quais sejam: (i) inelegibilidade, (ii) destituição de cargo, (iii) perda de capital político. Por uma maior proteção aos direitos políticos, busca-se, portanto, identificar um padrão de artigos comumente violados em casos de lawfare nessa seara.

BIBLIOGRAFIA: AMORIM, Celso; PRONER, Carol. Lawfare e Geopolítica: América Latina em Foco. Sul Global, v. 3, n. 1, p. 16-33, 2022. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris, 1948. ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. Lawfare: uma introdução. Editora Contracorrente, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **O**ral

ARTIGO: **4857**

TITULO: **DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ESFERA DIGITAL: OS DESAFIOS DO DIREITO À IMAGEM NO METAVERSO**

AUTOR(ES) : **PIÊTRA LAIANY SOUZA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo abordar alguns desafios que surgiram com a ascensão da realidade virtual diretamente relacionados aos direitos da personalidade, em especial ao direito à imagem. Com o avanço da tecnologia tornou-se possível a criação de simulações virtuais que permitem ao usuário uma experiência de viver em diversas realidades alternativas simultaneamente utilizando-se dos avatares - representação gráfica dos usuários no meio virtual. Nesse sentido, é sabido que a divulgação da imagem será vedada quando importar lesão à honra, à intimidade, entre outros valores não patrimoniais. No entanto, no âmbito do metaverso, há uma certa obscuridade no que concerne a proteção desse direito, incluindo-se o direito à voz, visto que a personalização dos avatares também permite a alteração vocal do personagem, além de outras características. Assim sendo, surgem questionamentos no que tange ao alcance e proteção do direito à imagem no metaverso, bem como a sua aplicação nesse meio. Além disso, no metaverso, o nível de exposição e manipulação de imagens é extremamente superior já que abrange tanto a visualização em massa de imagens, quanto sua alteração de modo complexo. A metodologia empregada para a produção deste trabalho tratá-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, tendo em vista a modernidade do tema e o teor teórico em torno do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: IRONTI, Rodrigo; KEPPEN, Mariana. Metaverso: novos horizontes, novos desafios. International Journal of Digital Law, Belo Horizonte, ano 2, n. 3, p. 57-67, set./dez. 2021. DOI: 10.47975/IJDL.pironti.v.2.n.3 TEIXEIRA, Ana Carolina Brocha. et. al. Manual de direito na era digital - Civil. São Paulo: Editora Foco, 2023. ISBN: 9786555156423. CENDÃO, Fábio; ANDRADE, Lia. Direito, metaverso e NFTs: Introdução aos desafios na Web3. São Paulo: ExpressaJur, 2022. ISBN: 9786555599121.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4859**

TITULO: DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO: A RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-CHILE DO PONTO DE VISTA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NO SETOR ENERGÉTICO

AUTOR(ES) : **THAYNÁ SCHIATTI**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

Desde o estabelecimento de suas repúblicas, Brasil e Chile mantiveram relações próximas e consideráveis para suas histórias, incluindo os períodos dos golpes militares - realizados covardemente em ambas as situações. Atualmente, Chile e Brasil são grandes parcelas de suas balanças comerciais, acordos de cooperação e pesquisa na área de energia e uma diplomacia sem muitas fissuras (PAIVA, 2006).

O presente trabalho visa entender as relações bilaterais entre Brasil e Chile, dois importantes players do comércio no Cone Sul, no que tange ao setor energético através da lente da política externa e do comércio. O objetivo principal do trabalho é apresentar as relações bilaterais entre Brasil e Chile, dois importantes países da América do Sul e Latina e seus desdobramentos no âmbito energético.

Dessa forma, este trabalho, por meio de artigos acadêmicos, acordos bilaterais e documentos de organizações internacionais como referências, vislumbra breve panorama sobre tais países, do ponto de vista da região e de um setor primordial para ambos - o setor energético - para explicar a relevância, ainda pouco explorada, da relação entre eles tanto para as pautas internas quanto para a regional.

A década de 1990 para o Cone Sul do continente americano se tornou um contexto de mudanças. Desde a onda de redemocratização às diversas privatizações, países da região se reergueram em sentidos amplos e mútuos. Uma vez que a democracia e o livre comércio estavam em alta, havia, portanto, portas abertas para a integração sul-americana em variados assuntos, incluindo a infraestrutura de tais Estados (WALTER JUNIOR, 2014; PAIVA, 2006).

Visando a complementariedade no âmbito desse mercado, crises energéticas que ocorreram na América Latina nos anos 1990 poderiam ser superadas a partir de uma integração efetiva entre os países. Havia, desse modo, uma importante brecha para a agenda de integração energética no Cone Sul, sobretudo entre dois países supracitados, desde às questões de segurança regional à necessidade de suprimentos do ramo. Para tal, as referências teóricas foram obtidas através de artigos acadêmicos e busca em dados e relatórios de organizações públicas nacionais, regionais e internacionais a fim de analisar, sob a ótica latino-americana, o processo de integração entre os dois países.

BIBLIOGRAFIA: WALTER JUNIOR, Barbieri **ANÁLISE COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO: BRASIL E CHILE.** IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas - 20 a 22 de maio de 2014 Desenvolvimento Socioeconômico: Uma abordagem interdisciplinar. UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014. PAIVA, Donizetti Leônidas. **AS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E CHILE.** Cadernos PROLAM/USP, ano 5, vol. 1, p. 145-173, 2006. LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.41, 1998, pp.29-41.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4868**

TITULO: AMAZÔNIA E DEFESA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

AUTOR(ES) : **MARIANE FERRAZ FELIZARDO**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Amazônia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa (MD) na Amazônia durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Em relação a abordagem, a pesquisa será de caráter qualitativo, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa será de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico, avaliando a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil.

A parte descritiva, está ligada ao mapeamento das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa na Amazônia, a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, tanto as voltadas para o ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária, como na Operação Acolhida, ou no contexto de preparação para a defesa externa, como na Operação Amazônia), quanto as voltadas para o ambiente doméstico (como a Operação Verde Brasil). A parte exploratória visa compreender as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização Ministério da Defesa.

A análise é realizada a partir da coleta e organização de dados referentes à atuação do MD na Amazônia durante o governo Bolsonaro, por meio de leis e outras diretrizes normativas, documentos de trabalhos e relatórios do MD, dos Comandos Conjuntos e do Ministério de Relações Exteriores. Ainda, perpassando por relatórios de órgãos governamentais e *think tanks* sobre as ações empreendidas pelas Forças Armadas nesse território e notícias veiculadas pela mídia a respeito da temática do projeto.

Nesse sentido, o projeto busca identificar quais as principais atividades empreendidas pelo MD no período delimitado, possibilitando a análise da consonância das ações empreendidas com a Política Nacional de Defesa e a compreensão da relação entre o discurso e a prática dos militares brasileiros na região amazônica.

BIBLIOGRAFIA: EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando Militar da Amazônia. Síntese Histórica. 2020. Disponível em: <http://www.cma.eb.mil.br/home/sintese-historica.html>. Acesso em: 21 de nov. 2022. MARQUES, Adriana A. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4876**

TITULO: **OS ANTAGONISMOS ENTRE OS VENCEDORES E A PARTILHA DA ALEMANHA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ MINTZ ALVAREZ**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

A partir da batalha de Stalingrado, no inverno de 1942-43, as tropas alemãs da Segunda Guerra Mundial foram vencidas no território russo, marcando uma dinâmica favorável aos países aliados, sobretudo EUA, URSS e Inglaterra, que, a partir de então, passaram a pensar na configuração do mundo pós-guerra. Nesse sentido, por meio do Relatório da European Advisory Commission, formulado em 12 de setembro de 1944, as potências vitoriosas chegaram a um consenso e arbitraram as novas divisões das fronteiras do território alemão, bem como as de sua capital. Suas autoridades ratificaram tal decisão, posteriormente, em fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, quando convidaram também a França. Todavia, vale notar que as tropas aliadas acabaram por se encontrar próximas à fronteira ocidental da Alemanha, portanto Berlim, a capital do Terceiro Reich, estava integralmente sob domínio soviético, colocando Stálin em uma posição favorável nas negociações que se abriam. Destarte, por se tratar de um tema com grau de complexidade mais elevado do que como normalmente é abordado pelos manuais de Relações Internacionais e parte dos livros de História, se espera preencher, pelo menos em parte, as lacunas deixadas por tais materiais. Para tanto, é estabelecido o objetivo de analisar duas principais questões: como se deram as negociações de partilha da Alemanha entre as potências aliadas ainda no contexto dos conflitos da Segunda Guerra Mundial? E como as pressões do sistema internacional da época impeliram a União Soviética a retomar a partilha de Berlim, conforme negociada em setembro de 1944, mesmo depois de tê-la ocupado sozinha? Será trabalhada a hipótese de que, por um lado, as primeiras tratativas e acordos relativos à partilha da Alemanha e de sua capital ocorreram ainda em meio ao conflito, momento em que as forças soviéticas encontravam-se afastadas de Berlim e próximas de Varsóvia, ainda em território polonês. Por outro, de que as pressões posteriores sobre Stálin, para cumprir as tratativas previamente acordadas em setembro de 1944, deram-se sobretudo por meio da ameaça derivada do desenvolvimento efetivo do uso das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. A pesquisa tem como embasamento teórico o realismo nas relações internacionais, o qual explica a ação dos Estados, em meio à anarquia do sistema internacional, voltada para a defesa de seus interesses nacionais e segurança a partir de decisões baseadas na racionalidade. Em termos metodológicos, busca-se analisar fontes primárias concernentes à Alemanha de prévia negociação ao fim da guerra, cronologicamente, a exemplo do documento acima referido, que hoje se encontram digitalizadas e disponíveis em fontes eletrônicas. Ademais, a pesquisa parte da perspectiva geo-histórica sobre o fim da Segunda Guerra Mundial e a capacidade de arbitrariedade das potências vencedoras de definir a ordem mundial seguinte.

BIBLIOGRAFIA: Henry. Diplomacia. Trad. Saul S. Geftor e Ann Mary Fighiera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012; The Yalta Conference, 1945; Folly, Martin. THE PALGRAVE CONCISE HISTORICAL ATLAS OF THE SECOND WORLD WAR. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4882**

TITULO: **CHINA E OS TRATADOS DESIGUAIS DAS GUERRAS DO ÓPIO**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CSÁSZÁR LIMA FERREIRA,ANA CAROLINA MASCARENHAS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Recém vitoriosa das Guerras Napoleônicas e já tendo concluído sua Revolução Industrial, a Inglaterra consolidou sua supremacia comercial e militar global em meados de 1830. No entanto, o vasto Império Chinês ainda resistia à inserção ao sistema internacional criado pelos europeus. A lógica expansiva da Grã Bretanha empurrava seus mercadores em direção ao país asiático. Segundo o diplomata e historiador indiano, S. M. Panikkar, a doutrina econômica inglesa afirmava ser antinatural um governo fechado à livre circulação comercial, por isso abrir a China ao comércio estrangeiro, ainda que pela força, era de grande interesse. Entretanto, essa não era a única motivação dos britânicos. A conquista de posições privilegiadas de poder e riqueza era central para a Inglaterra. Então, o governo britânico criou um esquema de contrabando de ópio - sob o monopólio da Companhia das Índias - , substância que já era proibida em território chinês desde 1789. Como resultado, ocorreu a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), a qual culminou no Tratado de Nanquim de 1842, cujos artigos obrigavam a abertura de cinco portos para o livre comércio, o pagamento de indenizações aos britânicos e a cessão de Hong Kong, entre outras medidas. A Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) foi uma extensão de sua antecessora. Buscando obter livre acesso a todas as regiões do Império e legalização do comércio de ópio, franceses e ingleses deflagram o conflito. O resultado foi o Tratado de Tianjin de 1858 que estabelecia a abertura de 11 novos portos, livre circulação de estrangeiros e o pagamento de indenizações à França e à Inglaterra, além de possuir cláusulas específicas referentes aos interesses da Rússia e dos EUA. Em 1860, em Pequim, o Tratado foi estendido e ratificado.

O objetivo deste trabalho é analisar o quanto esses tratados significaram o enquadramento da China no sistema internacional a partir dos impactos político, econômico e financeiro dos Tratados Desiguais resultantes das Guerras do Ópio. A hipótese aqui levantada é a de que a Inglaterra e demais nações ocidentais - França, Rússia e EUA - conseguiram enquadrar a China em razão das vantagens militares conquistadas primeiramente pelos britânicos.

Este trabalho tem como referencial teórico uma visão realista das relações internacionais, a qual considera o sistema internacional como um tabuleiro de poder movido pela pressão competitiva e cujos atores são agentes racionais que atuam em prol de seus interesses, segurança e integridade, em um contexto de ameaça recíproca.

A metodologia utilizada aqui corresponde a uma análise geohistórica e sistêmica primeiramente do conflito, visando entender as articulações de cada um dos atores. Para isso, utilizam-se como fontes primárias o Tratado de Nanjing (1842), o Tratado de Tianjin (1858) e o Tratado de Pequim (1860). A análise se estende para as lutas de poder entre as potências europeias, a fim de compreender como essas dinâmicas se refletem nos tratados.

BIBLIOGRAFIA: PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 KISSINGER, Henry. Sobre a China Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 Tratado de Nanjing (1842), o Tratado de Tianjin (1858) e o Tratado de Pequim (1860).

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4898****TITULO: MANAMANO - PROJETO UNIVERSITÁRIO COM FOCO NO MICROEMPREENDEDORISMO FEMININO PERIFÉRICO****AUTOR(ES) : LUIZA NOVAIS TAVARES****ORIENTADOR(ES): MARIBEL CARVALHO SUAREZ****RESUMO:**

A educação empreendedora, apesar de fundamental para o crescimento econômico e social de um país, faz-se um tema extremamente recente na realidade de estudo e ensino acadêmico (Schaefer e Milleno, 2016). Em contextos de crises econômicas, a atuação empreendedora ganha uma relevância ainda maior, podendo ser responsável por colocar grande parcela da população no mercado de trabalho (De Lima Ribeiro; Oliveira; De Araújo, 2014). A partir desse cenário, conclui-se a importância da difusão do ensino empreendedor e seu impacto na sociedade.

O Projeto Fundo Manamano foi criado em meio a pandemia por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro com objetivo de oferecer apoio a mulheres microempreendedoras periféricas em seus negócios. Além de docentes, o ManaMano conta com alunos extensionistas da graduação e pós-graduação e palestrantes convidados. Dividido em dois eixos principais - Marketing e Custos.

Ao longo da formação de cinco turmas, alguns temas e falas apresentados por empreendedoras, professores e monitores se repetem, de modo a demonstrar um padrão de significado que o ManaMano propicia a todos os envolvidos no projeto. Essa pesquisa se propõe a analisar, nesse contexto, o impacto da universidade nas empreendedoras, bem como o impacto das empreendedoras na universidade e na formação acadêmica de seus alunos. A partir da análise dos dados, foram identificados os seguintes eixos: **Impacto da Universidade nas Empreendedoras** i) Aprendizado de Ferramentas e Técnicas para a Administração do Negócio; ii) Aumento da Autoconfiança Empreendedora; iii) Construção de Rede Colaborativa e **Impacto das Empreendedoras na Universidade** i) Contato com Empreendedorismo Real ii) Formação Empática com Foco na Comunidade iii) Crescimento Profissional e Pessoal. Cada tópico proposto expõe o quão benéfico é o vínculo entre discentes, docentes e empreendedoras, assim como demonstra o grande potencial que existe quando Universidade e Sociedade, teoria e prática, se encontram. Todos esses fatores tornam o Fundo ManaMano um projeto de impacto múltiplo.

Metodologia: A pesquisa está baseada na análise de gravações de aulas e monitorias, bem como entrevistas com empreendedoras do projeto, alunos monitores e professores. Também foi utilizada bibliografia existente sobre o tema de empreendedorismo no ensino superior como apoio e orientação.

BIBLIOGRAFIA: SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. Educação Empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 3, p. 60, 2016. DE LIMA RIBEIRO, R.; OLIVEIRA, E. A. D. A. Q.; DE ARAUJO, E. A. S. A contribuição das instituições de ensino superior para a educação empreendedora. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 3, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4965****TITULO: A CARTA DE SÃO FRANCISCO DE 1945 E A HIERARQUIA DO SISTEMA INTERNACIONAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL****AUTOR(ES) : SOFIA CORREIA MACEDO****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI****RESUMO:**

A Carta das Nações Unidas, também conhecida como Carta de São Francisco, foi um tratado ocorrido na cidade de mesmo nome, nos Estados Unidos, entre abril e julho de 1945, para negociar a criação da ONU. Tal tratado foi assinado por 50 dos 51 países membros originais da Organização, formando a Assembleia Geral, na qual 15 destes países foram postos como membros do Conselho de Segurança, sendo apenas 5 deles considerados membros permanentes. Assim, Estados Unidos, Inglaterra, China, União Soviética e França foram privilegiadas por tal organização, sendo possuidores de poder de voto no âmbito de tomada de decisões no cenário internacional, o que marcou o nascimento de um sistema hierarquizado no pós 2º Guerra Mundial. Ainda, é interessante pensar se esta hierarquia fomentada pela criação de um Conselho de Segurança, acomodando os antagonismos do sistema, possibilitou uma espécie de “paz em tempos de guerra”, tendo em vista, por exemplo, o princípio de mútua destruição.

O objetivo deste trabalho é entender: como se manifestou no âmbito do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas a hierarquia do sistema internacional, sobretudo no que se refere à construção de um conselho especial que passou a privilegiar uma pequena quantidade de Estados, as grandes potências, em detrimento dos demais países membros da nova organização; e como, dentro deste conselho, se estruturou a própria relação entre tais potências mesmo considerando seus antagonismos de difícil conciliação.

A hipótese da presente pesquisa é a de que: por um lado, a hierarquia ficou definida por conta da vinculação das decisões estratégicas da Assembleia Geral a temas sensíveis das Relações Internacionais aos membros do Conselho de Segurança, por meio dos 10º, 11º, e 12º artigos da Carta de São Francisco; e, por outro lado, a relação entre as grandes potências do sistema internacional no âmbito do Conselho de Segurança acabou por se manifestar por meio do 51º artigo que buscou acomodar os antagonismos entre seus membros a partir de uma texto contraditório em sua essência.

A pesquisa se baseia em um olhar realista das Relações Internacionais, cujo Sistema Internacional hierárquico é caracterizado por Estados que agem através de seus interesses próprios, em busca da manutenção de suas integridades. Como metodologia, utiliza-se uma perspectiva geo-histórica e sistêmica a respeito do Sistema Internacional no imediato pós- Segunda Guerra Mundial. A construção da pesquisa se faz principalmente através do uso de uma fonte primária, a Carta de São Francisco de 1945.

Espera-se compreender com este trabalho a importância da criação da ONU e do Conselho de Segurança e suas eventuais consequências em um novo e hierarquizado Sistema Internacional Moderno.

BIBLIOGRAFIA: KENNEDY, Paul. *O Parlamento do Homem: História das Nações Unidas*. 2006. KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1994. Carta de São Francisco. 1945.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4969****TITULO: REPOSITÓRIO DIGITAL HUET PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS: POVOAMENTO DE OBJETOS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM, ACADÊMICOS E CULTURAIS****AUTOR(ES) : ALYCE BARBOZA SOARES, LUIS FELIPE DA CONCEICAO LOUREIRO****ORIENTADOR(ES): MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS****RESUMO:**

O presente trabalho se insere no projeto de extensão PIBIAC denominado Repositório Bilíngue para Educação de Surdos: mecanismo de inclusão, desenvolvido no âmbito do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Repostórios institucionais são sistemas de informação que têm como funções armazenar, preservar, organizar e disseminar os resultados de pesquisa de uma instituição específica, utilizando um software adequado. O Repositório Digital Huet foi desenvolvido pelo INES para reunir e disponibilizar em um único local, objetos digitais acadêmicos e culturais como livros, periódicos, trabalhos acadêmicos (trabalho de conclusão de curso, dissertações e teses) dispersos em diferentes instituições de ensino, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e em Português. Construído em plataforma livre, é classificado como um repositório de Recursos Educacionais Abertos (REA) e tem como foco principal a comunidade surda. A ação extensionista do Projeto se resume em atividades integradas da Biblioteconomia e da Pedagogia Bilíngue (Português e LIBRAS) que possibilitam a representação descritiva e o povoamento do Repositório Huet, no intuito de disponibilizar e intensificar seu uso pela comunidade surda de todos os segmentos educacionais do país. O presente trabalho é caracterizado, do ponto de vista metodológico, como pesquisa-ação, que segundo Thiolent (1997, não paginado) é o "tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo". Nessa perspectiva, a ação é o povoamento do Repositório Huet, os pesquisadores são os extensionistas e os participantes a comunidade surda. Apresenta como objetivos: propiciar a visibilidade do Repositório Huet e sua consequente usabilidade; mostrar os resultados preliminares do Projeto; exhibir os mecanismos de recuperação da informação do Repositório e proporcionar a comunicação nas redes sociais do Repositório. Os resultados preliminares restringem-se em: total de entradas no Repositório - 102, sendo: 100 artigos de periódicos; 2 TCCs. Espera-se que as ações extensionistas desenvolvidas venham a minimizar os problemas de exclusão social e contribuir, sobremaneira, com a inclusão e participação da comunidade surda nas áreas educacionais. A participação de estudantes no projeto garante o cumprimento de horas para atividades de extensão exigidas pelo currículo do CBG, e, na medida em que os objetivos do projeto forem alcançados, seus benefícios reverterão tanto para a comunidade surda, como para os estudantes envolvidos no Projeto.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (Brasil). Repositório Digital Huet. Núcleo de Educação Online. Rio de Janeiro: INES, 2021. Elaborado pela equipe de TI do NEO. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/>. Acesso em: 6 nov. 2022. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (Brasil). Política Institucional do Repositório Huet (INES, Ed.), 6 nov. 2017. REPOSITÓRIO DIGITAL HUET. Apresentação da reunião DESU sobre o Repositório Digital Huet, 6 nov. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5005****TITULO: O CONCEITO DE INOVAÇÃO SOCIAL NA LITERATURA RECENTE: UMA META ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NAS BASES SCIELO E PERIÓDICOS CAPES ENTRE 2011 E 2022.****AUTOR(ES) : JESSIKA DA SILVA FERNANDES, ARTUR PORTO TEIXEIRA****ORIENTADOR(ES): GUSTAVO COSTA DE SOUZA****RESUMO:**

A inovação social ainda é um assunto pouco debatido, mas que vem se tornando cada vez mais abrangente na sociedade contemporânea, principalmente no Brasil, pois ela busca de forma criativa e coletiva, resolver conflitos que afigem a sociedade.

Contudo, a inovação social não trabalha apenas no campo social, ela também prevê meios de atuação em setores de economia, ética e afins. Para melhor compreensão, são usadas algumas referências, tais como: a inovação de tecnologias da informação que permitiu o desenvolvimento de softwares, sites, artigos ou livros de código aberto visando à produção de bens coletivos e à livre difusão do conhecimento (Gregoire, 2016); e também, podemos entender pela visão ambientalista e cultural, onde Orozco-Quintero e Berkes (2010 *apud* MAGUIRRE *et al.*, 2016) argumentam que os empreendimentos sociais indígenas parecem estar servindo a um objetivo de empoderamento, pois ganham controle de seus recursos naturais por meio dessas empresas para construir economias locais sob o controle local.

Com isso, a inovação social dá uma nova perspectiva de mundo e da interação entre os seres, inserindo as diferentes realidades num ambiente que tende a ser favorável a todos, diferentemente da perspectiva neoliberal em que vivemos, onde o bem-estar de alguns se sobrepõe ao bem-estar coletivo.

Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar os conceitos de Inovação Social empregados nos estudos mais recentes sobre o tema. A metodologia empregada para coleta dos dados é a pesquisa bibliográfica. O levantamento dos artigos científicos será feito a partir da base Scielo.br e as teses e dissertações a partir da base Periódicos Capes. Serão empregados os descritores 'inovação social' e 'inovações sociais' nos campos título e resumo e o corte temporal utilizado será de 2011 a 2023. Os trabalhos serão selecionados e descritos a partir de categorias que serão elencadas para a realização de uma meta análise dos dados (Lovatto, P. *et al.*, 2008). Como principal resultado, espera-se mapear a produção científica recente e conhecer os principais pesquisadores e grupos de pesquisa sobre as inovações sociais, bem como as orientações teóricas e práticas que compõem o campo da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: Gregoire, Maud. Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. RAM. Revista de Administração Mackenzie [online]. 2016, v. 17, n., pp. 45-71. Lovatto, P.A. *et al.* Meta-análise em pesquisas científicas: enfoque em metodologias. Revista Brasileira de Zootecnia [online]. 2007, v. 36, n., pp. 285-294. MAGUIRRE, MARIO VAZQUEZ, RUELAS, GLORIA CAMACHO and TORRE, CONSUELO GARCIA DE LAW. Women empowerment through social innovation in indigenous social enterprises. RAM. Revista de Administração Mackenzie [online]. 2016, v. 17, n. 6 [Accessed 21 November 2022], pp. 164-190.

Trabalhador avulso portuário é aquele que presta serviço de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações nos portos organizados. As principais características deste tipo de relação de trabalho são a falta do elemento fático-jurídico da não eventualidade e a mão de obra ser intermediada pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), havendo, portanto, prestação de serviços a várias operadoras portuárias.

Essa categoria de trabalhadores é muito suscetível a riscos de acidentes no desenvolvimento de suas atividades nos portos, uma vez que o labor envolve força física,

resistência, agilidade, equilíbrio, atenção, movimentação de cargas e de maquinários pesados e volumosos, bem como trabalhos em turnos, em ambientes externos e locais abafados, insalubres.

Assim, a pesquisa pretende compreender as percepções dos TPAs do porto do Rio de Janeiro sobre os acidentes de trabalho, bem como os efeitos subjetivos que os acidentes, próprios e dos colegas, geram nesses trabalhadores. Tem-se como objetivos específicos: i) investigar as atuais condições de trabalho no porto do Rio de Janeiro; ii) identificar a ocorrência e tipos de acidentes de trabalho no porto do Rio de Janeiro; iii) entrevistar os TPAs e compreender suas percepções sobre os incidentes e os acidentes de trabalho na dinâmica do trabalho no porto do Rio de Janeiro, considerando a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, conforme Dejours; iv) investigar como os acidentes de trabalho afetam subjetivamente os TPAs do porto do Rio de Janeiro.

O método de abordagem é pesquisa de campo, exploratória, por meio de visitas ao porto do Rio de Janeiro para conhecer o ambiente de trabalho e realizar entrevistas semiestruturadas com os TPAs.

São diversos os estudos que apontam para a relevância da história oral. Assim, a proposta é que a pesquisa seja feita a partir da percepção dos próprios TPAs, pela narrativa de testemunho dos trabalhadores, compreendendo o aspecto subjetivo do tema.

BIBLIOGRAFIA: DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho (5a ed.). São Paulo: Cortez; Oboré, 1992. DEJOURS, C. A Banalização da Injustiça Social. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 7^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. CARELLI, Bianca. Trabalho Portuário: Reconfigurações Institucionais e Precarização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

O conceito de inovações sociais têm conquistado cada vez mais espaço na sociedade e no ambiente acadêmico. As Nações Unidas têm empregado a definição instrumental de Phills; Deiglmeier; Miller (2008:6), segundo a qual as inovações sociais e ambientais ocorrem quando uma nova solução para um problema social e ambiental é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções anteriores, e cujo valor criado beneficia mais a sociedade como um todo do que um indivíduo específico. Como princípio, possuem o objetivo de transformação social, a partir da resolução e melhoria dos problemas públicos. Para Moulaert (2016), segundo Campigotto-Sandri et al. (2020), "a inovação social passou a ser entendida não apenas como força motriz e princípio estruturante de muitas Organizações da Sociedade Civil, mas como uma ponte entre iniciativas coletivas e a transformação das relações sociais de diversas comunidades".

Estudos de inspiração pragmatista empregam o conceito de "problemas públicos", partindo do conceito de "problema" e discutindo de que forma eles vêm a se tornar públicos. Neste sentido, "problema" decorre da compreensão de uma situação indeterminada e constitui o que Dewey (1993 [1938], p. 105), segundo Brandão (2019) afirma ser "o ponto de partida de qualquer indagação, ou seja, uma situação indeterminada [...] se torna problemática no próprio processo de indagação. [...] Assim, podemos afirmar que um problema para existir precisa ser percebido e, consequentemente, ele só se torna digno do qualificativo "público" quando é percebido por pessoas que não estão diretamente relacionadas a ele. [...] esta atenção de diversas pessoas a uma situação que é vista como perniciosa é parte do processo que as move a investigar causas, efeitos, responsáveis e alternativas de mudança. "O conjunto deste processo contribui para a condução de um 'estado de coisas' à condição de 'problema público', na acepção pragmatista que venho empregando" (BRANDÃO, 2019).

A metodologia adotada será a pesquisa documental (GRAZZIOTIN et al., 2022), metodologia apropriada para se analisar documentos legais contemporâneos como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e os dispositivos normativos legais e administrativos em âmbito estadual e municipal que regulam a atuação das OSCs em Petrópolis-RJ, o Plano Diretor de Petrópolis (PDP), atas das reuniões dos Conselhos Municipais da cidade de Petrópolis-RJ, dentre outros. Como principal resultado, espera-se compreender o ambiente institucional do município e sua relação com a promoção e/ou o empecilho às inovações sociais no território. Os resultados deste estudo, referentes a descrever o ambiente institucional onde as Inovações Sociais ocorrem em Petrópolis-RJ, serão úteis para o desdobramento da pesquisa em levantamentos diagnósticos e estudos de caso sobre a temática tratada.

BIBLIOGRAFIA: BRANDÃO M. D. Como um problema se torna público? Anotações pragmatistas a partir da marcha da maconha no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Recife, 2019, Vol. 1 n. 25 CAMPIGOTTO-SANDRI, Emanuel et al. Empreendedorismo social e inovação social: uma análise bibliométrica. *Estudios gerenciales*, Cali, v. 36, n. 157, p. 511-524, Dec. 2020 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-59232020000400511&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Nov. 2022. CEFAL D. PUBLICOS, PROBLEMAS PUBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Novos estudos CEBRAP [Internet]. 2017 Jul;36 (Novos estud. CEBRAP, 2017 36(2):129-42.

O presente artigo pretende demonstrar de que forma a tributação sobre os dividendos impactaria as empresas, seus investidores, a taxa de emprego, a produção das empresas, dentre outros fatores. O modelo atual é considerado ineficiente em muitos países desenvolvidos. A tributação seria uma possibilidade para resolver ou pelo menos reduzir o crescente problema da desigualdade social e da atual tributação progressiva de renda ineficiente. Ademais, tendo em vista a atual proposta de reforma tributária, o tema da tributação sobre os dividendos tem alcançado cada vez mais relevância no cenário brasileiro. A metodologia do estudo será qualitativa, por meio de simulação de dividendos pagos por empresas brasileiras, considerando a isenção do IR (Imposto de Renda), assim como no possível novo cenário, sem considerar a citada isenção. Para esta parte do estudo serão analisados os dividendos pagos por empresas listadas na bolsa de valores, assim como, de empresas optantes pelo Simples Nacional. A pesquisa ainda contará com utilização de questionário a investidores. A pesquisa está em fase inicial, portanto, ainda não tem conclusões preliminares.

BIBLIOGRAFIA: GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação do capital: teoria e prática (e o caso brasileiro). *Economia e Sociedade*, v. 28, p. 761-789, 2019. GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. *Taxation and distribution of income in Brazil: new evidence from personal income tax data*. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, p. 267-286, 2017. BACH, Laurent et al. *Follow the money! Why dividends overreact to flat-tax reforms*. *PSE Working Papers*, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5071****TITULO: VIOLENCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA, RACIAL E DECOLONIAL QUANTO À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO LEGISLATIVO****AUTOR(ES) : MICHELLE CORTES BATISTA BARRA MANSA****ORIENTADOR(ES): FERNANDA BARROS DOS SANTOS****RESUMO:**

A pesquisa é proveniente de um trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais. Este trabalho visa analisar a violência política de gênero verificada no Estado brasileiro, ainda que medidas profiláticas tenham sido erguidas, com vistas ao enfrentamento e combate desta problemática. Um exemplo disto é a promulgação da Lei nº 14.192/2021, que tipifica especificamente a violência política de gênero. Destarte, o objeto desta pesquisa são mulheres parlamentares negras, que são acometidas pela violência política em espaços físicos e virtuais. Para tanto, o corpo teórico-metodológico do estudo está ancorado em uma revisão bibliográfica, que enfatiza teorias como o feminismo negro e a decolonialidade. Ademais, este trabalho respalda-se em determinações de tratados internacionais que abarcam os direitos das mulheres.

Neste sentido, analisa-se que a violência política é um fenômeno global, que se manifesta não somente na sociedade civil, mas também em instâncias políticas, como, por exemplo, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Aliás, isto se repercute suscitando o comprometimento da democracia e do exercício dos direitos políticos dos indivíduos, além de instituir a violência como norma reguladora de um ambiente hostil, patriarcal, antidemocrático, cujo resultado é a subtração dos direitos políticos. Ainda, eventos como este resultam o distanciamento das mulheres dos espaços de poder.

Dentre os casos de maior expressão, elencam-se o assassinato da Vereadora Marielle Franco, em 2018, bem como as ameaças de morte sofridas pela Vereadora trans Benny Bröilly, em 2022. Neste aspecto, desnuda-se a continuidade da colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2002) – que recai sobre corpos femininos negros, neste caso, impactando-os material e subjetivamente –, visto que implica na reprodução do mando e comando nos quadros políticos, sob liderança do gênero masculino, eurocêntrico, cristão e cisheteronormativo, em oposição aos fundamentos da democracia inclusiva (DAHL, 2005).

Nas suas considerações iniciais, a pesquisa atenta para o patriarcalismo e o racismo sistêmicos, bem como seus efeitos na baixa representatividade feminina e negra no legislativo. Em suma, o estudo indica que a conjunção destes fatores resulta em déficit dos capitais político, econômico e simbólico necessários à entrada das minorias no poder. Em patamar diametralmente oposto, percebe-se a permanência da brutalização e hipersexualização das mulheres negras enquanto resquício do período escravocrata no Brasil (GONZALEZ, 2020).

BIBLIOGRAFIA: DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição / Robert A. Dahl; prefácio Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik. - 1. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. - (Clássicos; 9) GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp., 2020. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos. Ano 17, nº 37, p. 4-28, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5111****TITULO: CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA DA VILA RESIDENCIAL - UFRJ****AUTOR(ES) : FELIPE GOMES DE MIRANDA,VIVIANE MARINHO GUIMARÃES****ORIENTADOR(ES): SILMARA KUSTER DE PAULA CARVALHO, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA****RESUMO:**

Este trabalho está inserido no âmbito do projeto de extensão “Biblioteca comunitária na Vila Residencial - UFRJ”, que faz parte do “Programa Vila Residencial & apreendendo à cidadania ativa: circularidade em rede no saber, fazer e compartilhar” e atua em parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial - UFRJ (AMAVILA). A partir do desejo de preservação da memória social de moradores e moradoras da Vila Residencial, o presente trabalho está sendo delineado com o objetivo de revitalizar a memória local pelo olhar da comunidade com vistas a disponibilizá-la ao público, construindo um museu de memória social. Enfatizamos que uma das preocupações da comunidade é o registro da sua memória, que poderá legitimar a luta pela fixação e regularização do território. A Vila Residencial é formada por três grupos de pessoas: famílias que já residiam nas ilhas que foram aterradas para a construção da Vila; trabalhadores(as) e suas famílias envolvidos com a construção do campus Cidade Universitária; e trabalhadores e suas famílias envolvidos com a construção da Ponte Rio-Niterói. Atualmente, residem também no local estudantes da UFRJ (FREIRE, 2014). A Museologia Social será a base para a proposta, uma vez que estimula a participação de pessoas da localidade, democratiza não somente o acesso aos bens culturais, mas estimula os sujeitos sociais a intervir, questionar, manipular e decidir sobre a salvaguarda do patrimônio cultural, suas identidades e memória. A consolidação de uma mentalidade museal aberta e inclusiva foi iniciada em 1972 com a realização da Mesa Redonda de Santiago de Chile (CARVALHO, 2020). Corroboramos o pensamento de Nora (1993) que explica que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, e nos indagamos se seria a Vila Residencial “um lugar de memória”, pois conforme o autor “o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais”, portanto vivo e em movimento (NORA, 1993, p.7-9). A seta do tempo está em curso e o passado é rememorado no tempo presente, desta maneira novos significados e reinterpretações poderão se estabelecer, é um ciclo que não para, construindo continuamente o futuro. Essa dialética da lembrança e do esquecimento dependerá da relação do sujeito com os acontecimentos locais, conjunturais e estruturais. Metodologicamente, o trabalho partirá do estudo de comunidade realizado na Vila no período de 2015 a 2020, assim como de outros estudos sobre o local e demais fontes documentais disponíveis. Será desenvolvida uma pesquisa de campo, quando serão realizadas entrevistas individuais e em grupo com moradores locais, além de produção de registros fotográficos e filmicos. Espera-se disponibilizar ao público o resultado da ação, a partir de uma curadoria e exposição participativa com todos os envolvidos no processo, reforçando a identidade local.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Silmara Küster de Paula. Museologia biófila: o ponto de memória da estrutural, distrito federal, Brasil (2011-2019). 2020. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020. Disponível em: Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/11804>. Acesso em: 13 mar. 2023. FREIRE, Letícia de Luna. Próximo do saber, longe do progresso: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Ilha do Fundão - RJ. Niterói: Editora da UFF, 2014. NORA, P.; KHOURY, T. Y. A. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5115****TITULO: A TEORIA INSTITUCIONAL E SEUS ASPECTOS CONFIGURADORES: PERSPECTIVA SISTÊMICA E A REALIDADE CONSTITUCIONAL**

AUTOR(ES) : LAURA HELENA FERNANDES MAIA, VITÓRIA GUEDES VALENTIM DO NASCIMENTO, YURI TAVARES LIMA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO:

A presente pesquisa pretende investigar o sistema constitucional a partir da organização e do funcionamento de um agregado de instituições, que se organiza e funciona por um agregado de indivíduos, ao redor de uma Constituição. Verificam-se, pois, nestes dois níveis de agregação, algumas propriedades compartilhadas pelos indivíduos e pelas instituições que fazem parte do sistema e são responsáveis por caracterizá-lo, mas, em muitos casos, a interação destes componentes enseja propriedades emergentes que não podem ser extraídas de nenhum dos elementos do sistema, fazendo com que este seja mais do que a soma de suas unidades. Esta compreensão da ordem constitucional representa um paradigma sistêmico e complexo. Com isso, a forma com que as instituições se comportam no desempenho de sua atividade pode ser influenciada pela organização e pelo funcionamento previamente existente no sistema. Pretende-se com esta análise a observância e compreensão da interação existente entre as instituições no interior do sistema quando se produzem efeitos sistêmicos que podem provocar importantes modificações em todo o agregado, alterando sua organização e seu funcionamento, com enfoque no sistema regulatório brasileiro constituído nas últimas três décadas. É esta dinâmica complexa que representa o objeto da pesquisa. No que tange aos resultados esperados, pretende-se obter respostas sobre quais são os principais elementos causadores desta complexidade sistêmica no ambiente regulatório brasileiro, além de verificar eventuais comportamentos que podem ser adotados a fim de simplificar tal quadro.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sérgio. Separação de Poderes, Executivo Unitário e Estado Administrativo no Brasil. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S.I.], v. 3, n. 1, p. 123-152, ago. 2017. VERMEULE, Adrian; SUNSTEIN, Cass. "Interpretation and Institutions", Michigan Law Review, 101:885, 2003. VERMEULE, Adrian. The System of the Constitution. New York, NY: Oxford University Press, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5116****TITULO: GEOGRAFIAS DE MEMÓRIAS NEGRAS NA PEQUENA ÁFRICA DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : HELISSAN CAVALCANTE VIEIRA

ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS

RESUMO:

O presente trabalho objetiva apresentar o projeto de Iniciação Científica "Pequena África vs. Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território", fruto de esforços do grupo de pesquisa vinculado ao NEGRAM/IPPUR/UFRJ, que estuda dinâmicas sociais, territoriais e raciais das disputas de lugar na região central do Rio de Janeiro, a Pequena África.

A nomeação, dada por Heitor dos Prazeres no início do séc. XX devido a presença física, social e cultural negra à época na região, delimita os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Cidade Nova, Campo de Santana e adjacências. Após a conquista de tombamento da Pedra do Sal (1980), esta porção na área central do Rio vêm sendo reivindicada como lugar de memória negra, onde nas últimas décadas um conjunto de repertórios de ação protagonizados pelo Movimento Negro deram continuidade à tradição de ativismos presentes no tecido social da região. Exemplos desta atuação vão desde a patrimonialização de bens em diferentes agências (o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela UNESCO) à reivindicação de políticas públicas/nomeação de logradouros e criação de organizações diversas. A região recebe uma série de intervenções urbanísticas que, de acordo com Santos (2018) "vincula agentes públicos e privados visando renovação e revitalização da área - aqui, vista como um evento urbano de Branqueamento do Território", conceito que aponta três vertentes: (i) o branqueamento da ocupação, relativo à mudança da composição racial da população; (ii) branqueamento da imagem do território, com o apagamento da presença de outros grupos protagonistas em processos históricos; e o branqueamento da cultura, com a imposição de padrões e símbolos culturais que identificam territórios.

Dialogando com a ideia de "disputas de lugar" inspirada em Massey (2000), o projeto de pesquisa articula e investiga as dinâmicas espaciais ligadas aos repertórios de ação na região, buscando evidenciar "formas de existir, de agir e de ser no espaço" das lutas negras. Através desta compreensão, o eixo levanta e mapeia grafagens espaciais negras como bens patrimoniais, circuitos, práticas e personagens negros históricos, dentre outros como as marcas topográficas, objeto onde se concentra minha atuação na pesquisa. Assim, o grupo faz análises historiográficas para comparar os itens de memória negra em diferentes temporalidades (usando ferramentas cartográficas como Google Maps e ImagineRio) e refuta o perímetro da região da Pequena África defendido pelo Projeto Porto Maravilha (restrito a pontos na Zona Portuária), área que desde sempre, segundo Moura (1995), "...se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a praça Onze". Logo, ainda que reformas urbanísticas insistam em impor um imaginário embranquecido de cidade (racialmente segregadora), o conjunto de iniciativas de grupos sociais negros segue na disputa pela re-significação da memória e imaginário deste território.

BIBLIOGRAFIA: MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro/Roberto Moura. 2ª edição. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antônio (Org.). "O espaço da diferença". Campinas: Papirus, 2000. SANTOS, Renato E.; SILVA, Karoline; RIBEIRO, Lisyanne P.; SILVA, Nayara. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1 ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5215**

TÍTULO: **BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL - UFRJ: RECONSTRUÇÃO PÓS-PANDEMIA**

AUTOR(ES) : **WESLLEY FERREIRA ARAUJO, MARIA THERESA BELISARIO COSMO, MARCOS PAULO ALVES MESQUITA, LUNA DE MOURA BERGAMO, LUIZA BUCARD FERREIRA DOS SANTOS, FELIPE GOMES DE MIRANDA, LARISSA PINHEIRO LOPES**

ORIENTADOR(ES): **PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, DANIL PESTANA DE FREITAS, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO**

RESUMO:

O projeto “Biblioteca comunitária na Vila Residencial - UFRJ” faz parte do “Programa Vila Residencial & apreendendo à cidadania ativa: circularidade em rede no saber, fazer e compartilhar” e atua em parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial - UFRJ (AMAVILA). Seu principal objetivo é implantar e manter uma biblioteca comunitária na Vila Residencial - UFRJ que seja apropriada pelos diferentes grupos comunitários, agregando no desenvolvimento sociocultural local. O projeto já passou por diversas fases, estando em atuação desde 2014 e tendo seu foco principal na mediação de leitura para crianças e o empréstimo de livros. Seu principal desafio tem sido a conquista de um espaço físico adequado para organização e exposição do acervo e realização das atividades de mediação de leitura e de informação, sendo as atividades realizadas na praça central da Vila e em salas multiuso da AMAVILA. Atualmente, o projeto possui três linhas em desenvolvimento: a) a retomada das atividades de mediação de leitura e informação após o isolamento social proveniente da pandemia e a busca de um espaço físico mais adequado; b) a criação e organização de espaços de memória social local, tanto fisicamente quanto virtualmente; c) a elaboração de atividades de mediação de informação com literatura infanto-juvenil feminista. Este trabalho enfoca a primeira linha, cujas atividades têm sido desenvolvidas majoritariamente por estudantes do curso de Biblioteconomia, mas também de outros cursos como Letras e Enfermagem, sendo essas atividades de reconstrução do projeto após o período em que a biblioteca ficou parada. Primeiramente, foram realizadas limpeza do acervo e da salinha em que este é guardado, assim como seleção e uma primeira (re)organização do acervo; também foram lixadas e pintadas caixas de madeira, assim como a limpeza de estante portátil para a realização de atividades na praça. Em relação à seleção do acervo, prioriza-se, com base nas necessidades e interesses da comunidade local, livros de literatura adulta e infanto-juvenil, livros didáticos atualizados, religião e autoajuda e conhecimentos gerais, com ênfase em saúde e meio ambiente, que são linhas de atuação do programa de extensão. Em um segundo momento, estão sendo realizadas atividades de divulgação e reativação de páginas em rede social, assim como a elaboração de atividades de mediação de leitura e de informação e realização dessas atividades. Espera-se que a biblioteca comunitária se torne um equipamento informacional e cultural que alcance cada vez mais pessoas e grupos na Vila Residencial.

BIBLIOGRAFIA: xxx

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5223**

TÍTULO: **INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E POPULARIDADE CIENTÍFICAS DE PESQUISADORES NA ÁREA DE INFECTOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA**

AUTOR(ES) : **FELIPE SILVA IZIDORO DA FONSECA, THAMMYRIS BEATRIZ NANTES GARRIDO LOURENÇO, ELLEN VICTHÓRYA PACHECO DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES**

RESUMO:

Na atualidade a avaliação da ciência é vista como essencial e importante pelos membros de uma comunidade e também, pelas agências de fomento à pesquisa e bases de dados internacionais, principalmente, para a tomada de decisão em relação a parâmetros de desempenho que possam auxiliar na definição e na classificação de cientistas, periódicos e/ou instituições. Popularidade científica é o indicador bibliométrico que estabelece o número de citações recebidas por um determinado autor/pesquisador, artigo ou título de periódico; enquanto que a produtividade pode ser compreendida como o número de trabalhos publicados por autores/pesquisadores em uma área do conhecimento em períodos específicos, podendo estimar a eficiência científica de autores. (MARSHAKOVA, 1981). O objetivo da pesquisa é dar sequência à investigação da produtividade e popularidade de autores/pesquisadores na área disciplinar de Medicina do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina (PPGFM) da UFRJ, como previsto no âmbito do Projeto PIBIC denominado “Análise científica da produtividade e popularidade de autores, em domínios científicos especializados”. São investigados também, fenômenos que regem a produção científica com propósito comunicativo, tais como: padrões de colaboração científica nacional, intra e interinstitucional, colaboração científica internacional e internacionalização do conhecimento. A pesquisa científica caracteriza-se como qualitativa e exploratória, utiliza a técnica bibliométrica de análise de citações para estimar a produtividade e para o cálculo de popularidade de autores. A população estudada é composta de docentes do PPGFM pertencentes ao Programa de Doenças Infecciosas e Parasitárias e Programa de Anatomia Patológica, por serem reconhecidos como a elite da área pelos pares, com produção científica em periódicos de impacto que se enquadram em critérios de qualidade pelos comitês científicos de avaliação e com altos índices de citações. A seleção da área disciplinar de Medicina, como campo empírico, se justifica por ser o Módulo I do projeto e área prioritária da política científica do país. A metodologia segue as etapas de coleta de dados para a composição da amostra, que consta dos pesquisadores mais produtivos; busca no *Google Scholar* pelo nome dos docentes selecionados para o cálculo da popularidade por docente; análise da colaboração nacional-intra e interinstitucional- e internacional; análise dos gêneros científicos de publicação de autores citantes; análise do idioma de publicação dos autores citantes, a partir da análise de citações aos artigos da amostra por meio do software Excel. Nesta etapa, foram analisadas 1.342 (57,64%) citações do total de 2.328. Análise preliminar indica predominância do artigo de periódico (75,85%), como gênero do discurso, e do idioma inglês como idioma mais frequente (80,72%), quanto a colaboração de autores citantes vinculados a instituições nacionais ou internacionais são listadas as com maior índice.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATIKINS, H. B. (ed.). *The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield*. New Jersey: Infotmation Today, 2000. cap. 10, p. 197-214. GINGRAS, Y. *Les dérives de l'évaluation de la recherche: du bon usage de la bibliométrie*. Paris: Editions Raisons d'Agir, 2014. MARSHAKOVA, I.V. *Citation networks in information science*. *Scientometrics*, v. 3, issue 1, p. 13-25, 1981.

RESUMO:

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de Pesquisa “Mapeando a Reforma Agrária no Rio de Janeiro - Uma análise da atuação do Judiciário e do INCRA”. A análise centra-se nas ações de desapropriação, ajuizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), envolvendo assentamentos rurais criados após 1988. A partir de extensa pesquisa bibliográfica transdisciplinar realizada desde 2020, o grupo efetuou a análise de um conjunto de 20 processos judiciais ajuizados pelo INCRA que geraram assentamentos rurais no Rio de Janeiro. Com o acesso integral aos autos destes processos, foi feito o levantamento de diferentes dados dos processos, posteriormente organizados em uma planilha a partir de categorias como: o município da fazenda, a data do decreto desapropriatório, a data da distribuição da ação, a data da decisão de imissão na posse do INCRA, qual foi o valor arbitrado para indenização, se houve (e a data do) trânsito em julgado, se há movimento social envolvido, dentre outras, totalizando **60 categorias**, a fim de, articulados entre si, produzir um conjunto robusto de informações a respeito dos processos de desapropriação para fins de reforma agrária existente no Estado.

Num segundo momento, relacionando os dados levantados com a revisão bibliográfica realizada, buscou-se verificar a hipótese, na linha de pesquisas anteriores, da existência de uma prática dos magistrados caracterizada pela cautela para efetivar a desapropriação de terras indicadas como de interesse social para Reforma Agrária, contrastada à celeridade em conceder liminares de reintegração de posse contra ocupações de famílias sem terra. Objetivou-se entender as razões para a frequente lentidão das ações, e destrinchar este quadro entre os marcos mais importantes do processo (imissão na posse, criação do assentamento, trânsito em julgado), bem como aprofundar a investigação sobre o valor final das desapropriações. Foi possível ainda traçar alguns paralelos, no quadro de ações analisadas, entre a atuação conservadora do INCRA (autarquia federal responsável por promover a reforma agrária) nos últimos anos com a conjuntura de Contrarreforma Agrária, descrita por Alentejano, que marcou a última década a nível nacional.

Como resultado final, foi constatado um padrão nos processos analisados que se assenta em uma notória morosidade de tramitação na fase judicial, prolongando a insegurança jurídica na posse das famílias assentadas, dificultando a concretização de outras políticas públicas que viabilizem a sustentabilidade econômica e social dos assentamentos, e prejudicando a concretização de uma política de reforma agrária efetiva. Ainda, nos últimos anos verificou-se uma correlação do quadro local de atuação do INCRA com o observado a nível nacional na “contrarreforma agrária”, com evidente redução nas proposituras de ações de desapropriação e maior celebração de acordos judiciais milionários.

BIBLIOGRAFIA: ALENTEJANO, Paulo. As Políticas do Governo Bolsonaro para o Campo. Revista da ANPEGE. v. 16. nº 29, p. 353 - 392, 2020. CORTES, SARA DA NOVA QUADROS. Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessorias: *in dubio pro “proprietário”?* (2017). Tese. Universidade Federal da Bahia. TAVARES, Ana Cláudia (et. al.). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021

No ano de 2015, o direito ao transporte foi finalmente incluído na Constituição, positivado como direito fundamental social de todo cidadão. Essa inclusão é justificada pelo entendimento de que o transporte e, de forma mais ampla, a mobilidade urbana, é o pontapé inicial não só para a garantia de diversos outros direitos, mas também do reconhecimento da cidade como lugar de movimento, descobrimento e de vivência social (AMAR, 2012).

Para além disso, temos também o ordenamento territorial enquanto mecanismo de garantia da utilização da propriedade orientada ao bem-estar social, sendo caracterizado por normas de zoneamento e de uso do solo estabelecidas em prol da estruturação racional do espaço urbano. A importância desse ordenamento reside na necessidade de uma regulação que busque diminuir e atenuar as desigualdades sociais e suas sequelas no usufruto do espaço coletivo, podendo então determinar a ocupação e a articulação das diferentes áreas da cidade e possuindo uma função iniciativa dentro do desenvolvimento territorial (MELÉ, 2016).

Entendemos, então, que a conciliação do ordenamento territorial e da forma urbana com a mobilidade pode trazer a interação entre diferentes usos do espaço e da cidade, promovendo vitalidade e adensamento através de uma rede de transportes eficiente e critérios organizacionais que não segreguem espaços e, consequentemente, cidadãos. Além disso, devem ser incluídos elementos que afastem as práticas especulativas e estimulem a coesão social e a mistura urbana, afastando também o uso massivo dos automóveis individuais de forma a garantir a efetividade do desenvolvimento urbano (IBRAEVA et al, 2020).

Assim, o grande objetivo da pesquisa é analisar e refletir a respeito de projetos e planos urbanos que conseguem integrar questões de mobilidade urbana e de transporte com as normas de ordenamento territorial. Dessa forma, pretende-se avançar no entendimento da mobilidade urbana não só na dimensão do transporte público mas também na dimensão da satisfação das necessidades dos sujeitos e de suas respectivas condições socioeconômicas e, além disso, no estudo de experiências concretas que tenham buscado implementar a integração do ordenamento e da mobilidade. As chaves de análise se aproximam de conceitos e metodologias de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável (DOTS) no contexto da defesa do direito à cidade no sentido lefebvriano. Serão analisadas bibliografias e demais referências sobre os temas mencionados de forma a analisá-los a partir das diferenças econômicas e sociais presentes nos municípios e procurando minimizar o quadro existente de exclusão e desigualdade.

A autora do resumo iniciou como bolsista no projeto de pesquisa em novembro de 2022 e está começando as leituras sobre o tema para, em um momento seguinte, delimitar melhor o enfoque analítico e estabelecer os caminhos metodológicos.

BIBLIOGRAFIA: AMAR, Georges. *Homo mobilis: la nueva era de la movilidad*. 1^a ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. IBRAEVA, A; CORREIA, G; SILVA, C; ANTUNES, A. *Transit-oriented development: A review of research achievements and challenges*. In: *Transportation Research. Part A* 132 (2020) 110-130; MELE, Patrice. *Incertidumbres y regulaciones urbanas: el papel de la calificación jurídica del espacio*. In: *La ciudad y sus reglas: sobre la huella del derecho en el orden urbano*. Coord. A. Azuela. Primera edición. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5291****TITULO: AGÊNCIA IPPUR: MÍDIAS SOCIAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA****AUTOR(ES) : MARCOS PAULO HOZANA FERREIRA DE LIMA, ANDRE ALVES DOS SANTOS, LUNA ALMEIDA RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): LALITA KRAUS****RESUMO:**

O projeto de extensão da Agência de comunicação do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) tem como finalidade disseminar o conhecimento desenvolvido no instituto, assim como no campo de públicas e do planejamento. O objetivo do projeto é fomentar a divulgação científica do campo de públicas e do planejamento para a sociedade, já que “a comunicação [...] é um aspecto estratégico que coloca em harmonia os interesses da organização com os públicos que se queira atingir, indo além das mensagens, fazendo com que seja incorporada às filosofias da organização por parte de todos os seus envolvidos” (Simões, 2010).

O projeto articula alunos da oficina “Agência IPPUR”, extensionistas e pesquisadores. As principais atividades de extensão realizadas no ano de 2022 são: a) visitas de campo pertinentes ao campo do planejamento e da gestão pública; b) produção de material; c) divulgação de material no site, boletim e nas mídias sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Linkedin); d) elaboração, organização e revisão do boletim institucional; e) gestão de mídias sociais, incluindo escolha de imagens, preparação de cartaz e definição de cronograma baseado em análises de métricas de engajamento. Cada aluno é responsável por uma ou mais dessas atividades.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a estratégia utilizada pelo projeto e avaliar seus possíveis impactos. Como resultados, observamos, como ressalta Charaudeau (2016), que as mídias possibilitam uma reformulação do discurso científico, tendo como base estratégias didáticas e midiáticas, o que possibilita que a informação seja mais explicativa e um maior público seja atingido. Assim, a Agência contribui assim para a divulgação institucional do IPPUR, a divulgação científica e a comunicação democrática, combatendo a desinformação. Foi possível engajar os alunos nas dinâmicas institucionais, assim como engajar um público amplo, incluindo pessoas e instituições de outros estados e países. Além disso, a Agência garante a cobertura de eventos, possibilitando a transmissão online e ampliando o alcance das atividades do instituto. Foi assim possível romper as barreiras de conhecimentos, atingindo diferentes públicos e integrando mais a sociedade com o conhecimento acadêmico, interferindo na mobilização da sociedade, ao promover o avanço da cidadania. Com isso, a Agência desempenha uma função, não só acadêmica, como também social na medida em que a comunicação “representa uma forma de poder” (Fonseca, 2010).

BIBLIOGRAFIA: FONSECA, Francisco. MÍDIA E PODER: ELEMENTOS CONCEITUAIS E EMPÍRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. SIMÕES, F. R. Comunicação Institucional: um Estudo sobre sua Prática em uma Indústria Paranaense. u e l . b r , 2 0 1 0 . D i s p o n í v e l e m : http://www.uel.br/grupo-estudo/gefacescom/images/docs/revisados/%5BIC%5DSimoes_F._Comunica_o_Institucional_um_Estudo_sobre_sua_Prtica_em_um_a_Indstria_Paranaense_2010_Trabalho_apresentado_Inicia_o_Cientfica_Congresso_Abrapcorp..pdf

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5351****TITULO: A COLÔNIA ESTRATÉGICA DE GUAM NO MOSAICO DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA DO MAR DO SUL DA CHINA****AUTOR(ES) : JOAO GABRIEL CAMPOS BARROCAS MATTOS ZAMPINI****ORIENTADOR(ES): ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA****RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo apontar as dinâmicas imperialistas estabelecidas na relação entre os Estados Unidos e a Ilha de Guam, partindo das tradicionais considerações geopolíticas da região do Mar do Sul da China para compreender a dinâmica colonialista subjacente ao mecanismo de apolitização dos interesses estratégicos estatais. Desde sua concepção, o pensamento estratégico clássico buscou servir aos Estados como instrumento norteador de ações considerando a manutenção e a projeção de seu poder no Sistema Internacional com base em métricas e percepções de potencialidade específicas. A partir de tais perspectivas, os Estados passaram a adotar posições e a privilegiar determinadas regiões consideradas vitais para a manutenção de seus interesses ao redor do globo. Este interesse, tido como estratégico, acaba por assumir uma esfera isolada da esfera política e de considerações das narrativas subjacentes às ações estatais. Nesse contexto, a região do Mar do Sul da China tem historicamente sido observada pelas potências globais e regionais a partir do prisma estratégico, levando em consideração sua posição geográfica e a prospecção da presença de matrizes energéticas exploráveis, com destaque regional aos interesses da China e global aos interesses dos Estados Unidos, sem que se considerem as consequências diretas à apolitização do projeto estratégico. Em meio à intrincada dinâmica da região, a ilha de Guam tem sido operacionalizada desde o século XIX como aparelho estratégico estadunidense na região da Eurásia, seguindo os tradicionais moldes de separação da esfera geopolítica de seus efeitos políticos concretos. Deste modo, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, o presente artigo buscará não apenas demonstrar a articulação do pensamento estratégico clássico na dinâmica regional do Mar do Sul da China a partir da análise dos interesses e das posições adotadas pelos Estados Unidos e pela China na localidade, mas também ultrapassar os limites das considerações dos aspectos puramente geopolíticos dos conflitos na região e analisar as posições estadunidenses em relação à ilha de Guam e sua população através dos pressupostos estabelecidos pelas correntes pós-colonialistas, considerando-os fora de seu tradicional papel de peão no tabuleiro dos conflitos da região e buscando estabelecer uma análise da dinâmica imperialista que norteia as posições estadunidenses sob o argumento de interesses estratégicos, e assim comprovar a sua posição de colônia, mesmo que, estratégica, frente à sua metrópole estadunidense.

BIBLIOGRAFIA: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. O TEMA E O PROBLEMA, HALFORD MACKINDER E A GEOPOLÍTICA DO HEARTLAND e NICHOLAS SPYKMAN E A GEOPOLÍTICA DO RIMLAND. In: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica?. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, f. 114, 1999. 228 p. cap. 1, 2 e 4, p. 11-26, 27-69 e 93-133. CRISOSTOMO, Robert A.; CURRENT, Michael (Org.). Strategic Guam: Past, Present and Future. Carlisle, PA, 2013. 30 p. Dissertação (Master of Strategic Studies) - United States Army War College. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA589132.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5362****TITULO: CRISE DO FEDERALISMO - UMA COMPARAÇÃO DE SEUS DESDOBRAMENTOS ENTRE OS SISTEMAS BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO NA PANDEMIA DO COVID-19****AUTOR(ES) : ANA LUISA FERREIRA VITAL, LETICIA COUTINHO DE SIQUEIRA, SHADDE DOS SANTOS DE SOUZA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA****RESUMO:**

A formação do federalismo brasileiro ocorreu distintamente daquela seguida pelos Estados Unidos, apesar de servir como parâmetro. Um dos momentos em que tais diferenças tornam-se aparentes é no modo como esses Estados lidam com crises nas estruturas federalistas, sobretudo no desdobramento da divisão dos Poderes, com a aplicação de freios e contrapesos.

Os federalistas norte-americanos buscaram dividir suas colônias sem afetar sua estrutura, controlando anseios político-administrativos. Surge, assim, a separação dos três Poderes, adaptada por Madison. Uma nova experiência, não firmada na Constituição, baseada na contenção dos atos parlamentares e maior articulação entre poderes, sendo liderada pelo Executivo, cujo papel é crucial em tempos de crise. Contrariamente, dado à excentricidade na formação do Brasil, questões individuais e estruturais político-administrativas dos recém-formados entes federativos não foram devidamente respeitadas.

A fim de contornar as crises na estrutura federalista, o Executivo é convocado para lidar com situações emergenciais (POSNER; VERMEULE, 2010). Não há, nesse sentido, representatividade desse Poder diante de crises. Isso se dá pela preocupação em se encontrar um culpado pelo caos da nação, em vez de encarar o Governo como uma instituição propriamente dita e cultivar meios para contorná-lo. Ademais, o Executivo desprovido de poder gera um quadro constante de crises, posto que seu dever de articular interesses a fim de encarar o cenário crítico e promover o desenvolvimento estatal é esquecido por seus agentes. Há, assim, uma estagnação, visto que seus representantes são incapazes de interpretar o problema com base nas consequências ao invés das causas.

Tendo isso em vista, o objeto desta pesquisa é o sistema federalista brasileiro, pensado na crise do contexto caótico da divisão de competências no período da pandemia do Covid-19, em 2020. Portanto, formula-se a hipótese de que, diante da imaturidade das instituições brasileiras há uma centralização exacerbada no Poder Executivo, intensificando, portanto, crises no federalismo, porque não há uma verdadeira articulação entre os Poderes e os entes federados.

Por fim, a metodologia envolve a análise de documentos bibliográficos que busquem entender a atuação do Executivo, a fim de apontar os diferentes comportamentos durante a pandemia do Covid-19 entre estes dois distintos sistemas federados - brasileiro e americano. Tendo isso em mente, o sistema estadunidense será abordado com os fins de realçar as diferenças de estabilidade em relação ao brasileiro. A bibliografia escolhida tem a função de referenciar autores que abordem os referidos sistemas para comparação entre os contextos e comprovação da hipótese.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS: BARROSO, Luís Roberto. A crise econômica e o direito constitucional. AJURIS, Porto Alegre, v. 20, n.58, p. 105-152, jun. 1993. _____. Direito constitucional brasileiro: o problema da federação. Forense, 1982. POSNER, Eric A; VERMEULE, Adrian. *The executive unbound: after the madisonian republic*. Oxford University Press, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Visita Guiada (atividade extra)****ARTIGO: 5365****TITULO: VISITA GUIADA AO MEMORIAL GETÚLIO VARGAS****AUTOR(ES) : DIVINA EMANUELA DA SILVA ALVES, YEDA MARIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

A proposta de atividade extra se dá no ambiente cultural e histórico do Memorial Getúlio Vargas, uma vez que não tem como fazer menção à direitos sociais sem incluir o "Homem do Povo" na discussão. Apesar de seu caráter ambíguo, amado por alguns e criticado por outros, Getúlio Vargas traz em seu legado estruturas importantes para as organizações setoriais e sociais engajadas em disputar a arena pública. A atividade tem por finalidade levar os participantes para uma instalação pública e de uso de todos, mostrar a necessidade de se ocupar esses locais e promover conversas sobre o presente, passado e futuro. No caso em questão, fazer uma visita guiada pelo Memorial e em sua sala cultural e promover uma oficina participativa voltada em desenvolver a linha histórica dos caminhos que nos conduziram ao desenvolvimento de direitos sociais da Era Vargas à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As estudantes serão as monitoras da visita guiada e conduzirão as conversas levantadas pela oficina. Busca-se promover a importância dos processos promovidos pela Administração Pública Brasileira em sua história e como a construção da Constituição Cidadã representou os desejos da população brasileira.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. - DECRETO No 591, DE 6 DE JULHO DE 1992. Lex, Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 15/11/2022. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgação em 5 de outubro de 1988, copilado até a Emenda Constitucional nº125/2022. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edição Técnicas, 2022. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. BRASIL: UMA BIOGRAFIA. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5367****TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA MUNDIAL (2010-2021)****AUTOR(ES) : LUCAS DE MELO BRITO****ORIENTADOR(ES): WILSON VIEIRA****RESUMO:**

A pesquisa busca compreender as transformações econômicas e tentativas de superação do subdesenvolvimento/dependência que ocorreram na América Latina durante o período de 2010-2021, dando continuidade na pesquisa anterior que analisava de 1970-2010. A partir de uma abordagem que utiliza como método de compreensão da realidade uma síntese da Teoria Marxista da Dependência, da construção teórica de Celso Furtado e da Economia Política do Sistema-Mundo, a pesquisa enxerga a importância crucial de interpretar o papel do imperialismo e da hegemonia estadunidense para compreender a dinâmica político-econômica que ocorre na América Latina. A pesquisa busca interpretar o funcionamento da região com a mudança do regime de acumulação, a partir de 1980/1990, com o início do Neoliberalismo e o fim do estado desenvolvimentista, como vetor principal de investimento e crescimento. Nessa pesquisa, é analisada a transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo (novo desenvolvimentismo), suas consequências no início dos anos 2010 e a ruptura do neodesenvolvimentismo, em sua maioria anti-democrática, que levou a governos de extrema-direita neoliberais na América Latina.

BIBLIOGRAFIA: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 105-165 (publicado pela primeira vez em 1973). MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011. OCAMPO, José; FLORES, Luis Eduardo Bértola. O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oficina Não Avaliada (atividade extra)****ARTIGO: 5390****TÍTULO: 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ****AUTOR(ES) : DIVINA EMANUELA DA SILVA ALVES, YEDA MARIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

Em 05 de outubro de 1988, uma cena memorável ocorria em uma Sessão Solene do Congresso Nacional: Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, levantava em suas mãos a mais nova Constituição da República Federativa do Brasil. Posteriormente, conhecida como Constituição Cidadã, o texto normativo de maior peso hierárquico simbolizava o retorno democrático após anos de uma Ditadura Civil-Militar que promoveu atrocidades históricas e desrespeito à direitos humanos básicos. O processo de construção da Constituição inovou em promover a participação popular, dando ênfase em demandas advindas de diferentes movimentos, como feminino, negros e povos originários, mas também de distintos segmentos da sociedade. Em 2023, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil faz 35 anos. Nos últimos anos, diversas discussões constitucionais no contexto latino-americano demonstraram a necessidade de promover o neoconstitucionalismo e uma participação efetiva na construção principiológica de interpretação das normas jurídicas. Autores lidos nas discussões na extensão, como Alejandro Zambra e Paulina Flores, fizeram refletir sobre as demandas sociais, políticas, culturais e econômicas que levaram ao requerimento de uma nova Constituição Chilena. A oficina tem por objetivo esclarecer e ampliar o tema do constitucionalismo, suas bases e os interesses atuais da sociedade latino-americana na construção de Cartas Magnas. A pesquisa se deu pelo aprofundamento dos estudos das sociedades relatadas nos textos latinos estudados na extensão e pela pesquisa bibliográfica da história da administração pública brasileira que se antecederam e levaram até a CRFB/88. Essa pesquisa faz parte da extensão "Encontros Internacionais: O Brasileiro Entre Outros Hispanos, afinidade, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações", um projeto de pesquisa e de extensão vinculado ao curso GPDES/UFRJ, em parceria com o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro (IC-RJ), pauta suas ações com o objetivo de democratizar a cultura e aproximar a arte literária das culturas brasileiras e hispânicas evidenciando como os textos e suas histórias podem ser associadas aos temas da gestão pública e da sociedade, como saúde, educação, cultura, literatura, os intelectuais, a questão da ocupação do território, a economia, as mulheres e os homens públicos e as políticas públicas, a defesa das áreas de preservação ambiental e da cultura indígena.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. - DECRETO No 591, DE 6 DE JULHO DE 1992. Lex, Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 15/11/2022. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, copilado até a Emenda Constitucional nº125/2022. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edição Técnicas, 2022. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. BRASIL: UMA BIOGRAFIA. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5443**

TÍTULO: PAUTA ENERGÉTICA NA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-BOLÍVIA: GÁS E AUTONOMIA

AUTOR(ES) : TALES PERINETTI ALVES MARTINS,AMANDA EVANGELISTA VALADAO

ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS

RESUMO:

Desde o Primeiro Choque do Petróleo, dedica-se muita atenção à segurança energética na política externa pois esse setor é raramente autossuficiente, carretando a dependência de importações para obter-se subsistência em energia. (KENNEDY, 1986) Assim, dependem da análise de conjuntura internacional a determinação da pauta energética nas medidas internas - quanto, onde e quem produzir, infraestrutura para transportar, proximidade da fonte, custos dessa produção - e na política externa - acordos para importar, de quem comprar, quanto exportar, preços para venda, e quem interfere na venda. (PADULA, 2015) Assim, a pesquisa trata da pauta energética nas relações bilaterais e multilaterais do Brasil com os países da América do Sul, analisando a postura brasileira ao tratar da produção, compra e venda de recursos energéticos e investigando a influência externa nessas determinações. Ainda, destacam-se alguns desdobramentos que se desenvolvem a partir da tese geral: quais são as bases que determinam a estratégia brasileira sobre a produção e comercialização de energia? Ademais, aprofunda-se sobre as estratégias para garantir segurança e autossuficiência no fornecimento da energia, compreendendo que a distância da fonte, doméstica ou importada, eleva consideravelmente os custos da operação, além de oferecer riscos para a efetiva entrega da energia. Deste modo, considera-se as teorias sobre a integração energética regional - analisadas sob a óptica das relações do Brasil com os países sul-americanos - como uma forma de interpretar a pauta da energia na política externa brasileira. Não obstante, questiona-se: até que ponto atores estrangeiros interferem na delimitação da quantidade de energia produzida, além de sua importação e exportação, no âmbito regional? Como estudo de caso, elege-se os tratados de produção e importação de gás na Bolívia e o transporte para o território brasileiro via gasodutos, os quais se expandem notavelmente desde a década de 1990 (FILHO, 2002). Nesse sentido, analisa-se o papel desse recurso na matriz energética brasileira, e como esse colabora com a segurança energética considerando o propósito estatal de autonomia energética. A inauguração e subsequente ampliação desta rede de gasodutos representa, para o Brasil, o acesso à maior fonte de recursos energéticos, e, desta forma, garantindo maior segurança ao país. A metodologia empregada neste trabalho conta com revisão bibliográfica de artigos tratando da pauta energética nas relações internacionais brasileiras, análise de indicadores energéticos oficiais, e pesquisa de campo realizada através de entrevistas de profissionais do ramo do Petróleo e Gás. A partir disso, obtém-se perspectiva sobre as movimentações deste setor, além de compreender as previsões do mercado sobre as futuras políticas energéticas.

BIBLIOGRAFIA: DESIDERIA NETO, Walter Antonio ; MARIANO, Marcelo Passini ; PADULA, RAPHAEL ; HALLACK, M. C. M. ; BARROS, P. S. . RELAÇÕES DO BRASIL COM A AMÉRICA DO SUL APÓS A GUERRA FRIA: POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO, SEGURANÇA E ENERGIA. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 2023 FILHO, Ernani Teixeira Torres. O gasoduto Brasil-Bolívia: impactos econômicos e desafios de mercado. REVISTA DO BNDES, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 17, p. 99-116, Jun 2002. KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5447**

TÍTULO: ESTRUTURA PRODUTIVA E PADRÃO DE COMÉRCIO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: ENSAIO SOBRE A HIPÓTESE DE RIGIDEZ ESTRUTURAL

AUTOR(ES) : GUILHERME DE OLIVEIRA JESUS

ORIENTADOR(ES): JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO

RESUMO:

Desde a segunda metade dos anos 80, com a ascensão de estudos que relacionavam a tecnologia e os retornos crescentes de escala ao crescimento econômico, a mudança estrutural passou a ocupar lugar de destaque no debate sobre desenvolvimento econômico. O reconhecimento de que diferentes atividades econômicas não têm a mesma capacidade de induzir o crescimento da produtividade, de promover a expansão de outros setores ou de interagir com a demanda interna e externa fazem com que a estrutura produtiva de um país seja uma variável central na explicação do desempenho tanto externo quanto interno das economias.

A literatura sobre mudança estrutural e desenvolvimento reconhece em geral o papel central da indústria como vetor principal de aumento da produtividade no tempo. Isso se deve, dentre outros fatores, aos rendimentos crescentes de escala que caracterizam as atividades industriais como também às complementariedades setoriais e à indivisibilidade tecnológica encontradas na indústria que, por sua vez, requereriam políticas de promoção da mudança estrutural com o intuito de lidar com a expansão simultânea dos diferentes setores e dos investimentos vultosos em tecnologia.

Um ponto central na discussão acerca de mudança estrutural reside na relação entre mudanças na estrutura produtiva e no padrão de inserção externa das economias, esta relação sendo biunívoca. Nesse caso, a maior presença da indústria na estrutura produtiva de algum modo refletiria também em um maior peso da manufatura nas exportações e na ampliação da sua elasticidade de ingresso no mercado internacional.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise da evolução dos fluxos de comércio do Brasil que privilegie a visão integrada entre mudanças estruturais no padrão de comércio e no tecido produtivo, de maneira a identificar e avaliar os condicionantes internos e externos da competitividade da indústria brasileira. Utiliza-se, para tanto, as informações de comércio exterior do Brasil coletadas na base de dados do ComexStat do MDIC e a evolução e estrutura da produção industrial brasileira obtidas a partir da Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

Como forma de conclusão, o que se observa para o caso brasileiro é uma tendência histórica de especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais concomitante a uma rigidez estrutural sob o ponto de vista produtivo que inibe a transição da indústria brasileira para setores com maior conteúdo tecnológico e, consequentemente, dificulta a autonomia em atividades econômicas estratégicas que se tornaram ainda mais relevantes em um contexto pós-pandemia.

BIBLIOGRAFIA: Cimoli, M., G. Porcile, A. Primi, and S. Vergara (2005). 'Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnología en América Latina'. In M. Cimoli (ed.), Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL/BID. Dweck, E; Marcato, M.; Torracca, J.; Miguez, T. (2022) COVID-19 and the Brazilian manufacturing sector: Roads to reindustrialization within societal purposes. Structural Change and Economic Dynamics, v. 61, p. 278-293. Kupfer, D. ; Torracca, J. F. (2019) . 20 anos de importações industriais no Brasil. Boletim do Observatório da Indústria, v. 3, p. 53.

Segundo Crawford (2021), a Inteligência Artificial (AI) não é uma técnica computacional objetiva, universal ou neutra que atua sem influências humanas, mas um conjunto de sistemas que estão inseridos em contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Além de estarem inseridos nesses diversos contextos, esses sistemas os afetam de acordo com as decisões e propósitos de seus criadores e governantes. É importante observar que, por meio da IA, é possível a realização de manipulações políticas antidemocráticas dos processos eleitorais e que, em seu estado atual, esses sistemas são uma ameaça aos Direitos Humanos. Simultaneamente, não se pode ignorar que os sistemas de IA são um ponto crítico para o desenvolvimento global e que existe atualmente uma corrida internacional de empresas e países pelo domínio desses sistemas. Neste contexto, Malin e Freitas (2019) argumentam que o modelo de soberania do Estado-nação moderno vê-se ameaçado por diversos atores, principalmente pelos Estados-plataformas (formados por empresas como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft), pois estes possuem um poder quase que ilimitado e, em muitos casos, maiores que os de diversos países. Insere-se nesse cenário, por conseguinte, a questão da governança pública, que é um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018, p. 15), porquanto observa-se a necessidade de defesa dos interesses nacionais relativos à governança dos sistemas de IA. A presente pesquisa tem como objetivo **descrever os principais desafios para a governança pública da Inteligência Artificial no Brasil**. Caracterizado por uma natureza qualitativa de objetivo descritivo, o trabalho fará uso de métodos qualitativos para amparar os conceitos fundamentais acerca da Inteligência Artificial e da Governança no âmbito brasileiro, possibilitando maior afinidade com assuntos que ainda carecem de maior contemplação pela literatura. Para tanto, realizar-se-á por meio de uma pesquisa bibliográfica, ao buscar materiais teóricos científicos sobre Inteligência Artificial e Governança Pública e Social, principalmente, em dados disponíveis no portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Será, por fim, documental, porque além de materiais de publicações jornalísticas que contextualizam o cenário nacional da Inteligência Artificial, também será necessário coletar e tratar de forma analítica relatórios e documentos de organizações e entidades nacionais e internacionais acerca da economia dos sistemas de IA (GIL, 2008). Com relação aos resultados, espera-se apresentar um quadro capaz de descrever o cenário atual brasileiro em relação aos sistemas de Inteligência Artificial e os principais desafios que o país encontra para desenvolver uma boa governança da IA.

BIBLIOGRAFIA: CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia da política de governança pública. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. MALIN, A.; FREITAS, C. S. Estado e gestão pública no Brasil: tensões e avanços dos regimes digitais de informação. Revista NAU Social, v.9, n.17, p. 04-12, 2019. CRAWFORD, K. Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence. Estados Unidos da América: Yale University Press, 2021.

RESUMO:

A inovação social pode ser definida como uma atividade transformadora, cuja motivação principal é atender a uma necessidade social, podendo partir da atuação de governos, organizações do terceiro setor e/ou empresas privadas (Bezerra-de-Sousa et al., 2022; Eichler & Schwarz, 2019). O objetivo deste estudo é analisar as atividades que compõem o processo de inovação social de uma empresa, tendo como base o caso da Ecosia.org. Trata-se de uma plataforma digital, criada em 2009 na Alemanha, que funciona como um mecanismo de busca, similar ao Google.

Nesta pesquisa usamos o modelo desenvolvido por Bezerra-de-Sousa et al. (2022) para identificar as atividades do processo de inovação social da Ecosia, a partir de dados disponíveis em fontes secundárias (site da empresa, entrevistas do fundador e executivos publicadas em sites especializados etc.), analisados de forma qualitativa. A seguir temos alguns exemplos de atividades identificadas, considerando cada fase do modelo supracitado:

Fase 1 - Iniciação: a) atividades de identificação da necessidade social: a partir do questionamento do papel das empresas na sociedade, o fundador viajou por países como Índia e Tailândia, sensibilizando-se com a questão das alterações climáticas e meio ambiente; b) busca de benchmarks: estudo de projetos de reflorestamento no Brasil e na Argentina.

Fase 2 - Desenvolvimento: a) criação de um modelo de negócios envolvendo a doação de 80% da receita publicitária para apoiar projetos de reflorestamento em 35 países; b) busca por validação, tendo ganhado o prêmio de "Melhor Startup Europeia para a Melhoria da Sociedade" em 2015.

Fase 3 - Reestruturação: a) busca de parceiros locais para que a plantação de árvores pudesse chegar a mais países; b) mudanças para elevar o impacto social: por ex., em 2018, a empresa assumiu um compromisso público de que nenhum lucro ou dividendo pode ser retirado dela.

Fase 4 - Dimensionamento: a) estabelecimento de parcerias mais amplas: por ex., em 2022 juntou-se a Niantic, desenvolvedora dos jogos mobile como Pokémon GO, com o compromisso de plantar árvores levando em conta os quilômetros que os usuários andassem para jogar; b) maior envolvimento com os stakeholders: segundo o site da empresa, "conseguimos isso sendo financeiramente autossustentáveis e buscando total transparéncia com nossos usuários, publicando atualizações regulares de projetos e recibos de plantio de árvores. (ECOSIA, 2022)"; c) escalonamento: plantação de mais de 160 milhões de árvores, tendo cerca de 20 milhões de usuários pelo mundo.

Como conclusão preliminar do estudo temos que a história da Ecosia abrange diversas atividades previstas no modelo de Bezerra-de-Sousa et al. (2022); porém, a ordem em que essas atividades acontecem não se mostrou linear, havendo por vezes um movimento dinâmico, de ida e volta, nas fases propostas no modelo.

BIBLIOGRAFIA: Bezerra-de-Sousa, I. G., Segatto, A. P., Moraes-da-Silva, R. L., & Justen, G. S. (2022). As atividades que compõem as fases do processo de inovação social: um estudo no contexto dos negócios de impacto social. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(1), p. 126-143. Eichler, G. M., & Schwarz, E. J. (2019). What sustainable development goals do social innovations address? A systematic review and content analysis of social innovation literature. *Sustainability*, 11(2), 522. Ecosia (2022). Ecosia - the search engine that plants trees. Disponível em: <<https://www.ecosia.org/>>. Acesso em 02 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5538****TÍTULO: O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO NO PODER LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO NORMATIVA FEDERAL****AUTOR(ES) : GABRIELA PEREIRA CECCHETTI****ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO****RESUMO:**

A presente pesquisa integra o Observatório Legislativo de Direitos Humanos e Desigualdades e se dedica a mapear e analisar como a pauta de gênero é tratada pelo Poder Legislativo na área penal e de segurança pública, em especial nas medidas direcionadas ao sistema prisional feminino. Para tal, será utilizado o Banco de dados elaborado pelo Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF/UNIFESP (Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo), formulado a partir da busca nos sites do Senado Federal e na Câmara de Deputados por proposições que utilizaram a expressão "direitos humanos", no período de 2006 a 2019, organizando-as conforme autoria, espécie normativa, status de tramitação, tema, entre outras categorias (MONTEIRO, 2020). A partir deste levantamento, que pretendemos estender até 2022, e da observância de mudanças na Lei de Execução Penal (LEP), objetiva-se compreender de que forma a questão de gênero se traduz na produção e no processo legislativo federal, de que maneira os parlamentares tratam do cárcere feminino e, finalmente, quais os impactos dessa produção na garantia de direitos e a melhoria de condições de encarceramento feminino.

A pesquisa segue abordagens metodológicas de pesquisa empírica, especialmente de análise documental, analisando as proposições legislativas que trazem a pauta do encarceramento feminino e seus trâmites a partir de perspectivas teóricas que consideram que o sistema jurídico não apenas reflete, mas produz gênero (SMART, 1992). Utiliza métodos quantitativos e qualitativos, buscando, de um lado, avaliar as estatísticas relacionadas às proposições em matéria de cárcere feminino; e, de outro lado, examinar criticamente a tramitação, os debates legislativos e os impactos para a proteção de direitos de mulheres privadas de liberdade.

Até o presente momento, a pesquisa tem demonstrado que há um número significativo de proposições legislativas em matéria de direitos humanos que tratam de temas relacionados à segurança pública e ao sistema penal, com particular aumento a partir de 2015. Não obstante, a pauta do encarceramento feminino é constantemente negligenciada, mesmo em momentos em que há um aumento de proposições que abordam a segurança pública. Ademais, pode-se perceber que as dinâmicas institucionais filtram e, de certa forma, moldam as pautas em direitos humanos e gênero. Particularmente, nota-se que projetos de lei de caráter anti punitivista e de maior impacto têm sua tramitação dificultada.

Em conclusão, pretendemos aprofundar a compreensão sobre como as casas legislativas tratam da questão carcerária feminina, refletindo e produzindo preconceitos. Acreditamos que a análise proposta, considerando o balanço das medidas propostas e aprovadas, os atores e discursos mobilizados, os entraves à tramitação e aprovação, ajudará a qualificar o diálogo entre a legislação e políticas públicas penitenciárias com perspectiva de gênero e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: MONTEIRO, Eduarda Ribeiro. Relatório final Observatório da Proteção dos Direitos Humanos: Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos - Monitoramento Legislativo, 2020. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/observat%C3%B3rio%20dos%20direitos%20humanos/Relat%C3%B3rio%20Monitoramento%20Legislativo.pdf SMART, Carol Christine. The Woman of Legal Discourse. In Social & Legal Studies, Vol. 1, 1992, p. 29-44.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5541****TÍTULO: QUAL A COR/RAÇA DOS ENCARCERADOS NO BRASIL? POR UMA ANÁLISE DO PERFIL DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO****AUTOR(ES) : JAYANE VICENTE ARAUJO****ORIENTADOR(ES): FERNANDA BARROS DOS SANTOS****RESUMO:**

A pesquisa em tela objetiva analisar o perfil dos encarcerados no Sistema Prisional Brasileiro. Neste âmbito, o estudo tem por recorte temporal (2016-2022), bem como o corpus documental reside na coleta e tabulação dos dados fornecidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Atlas da Violência, Ministério da Justiça, Instituto de Segurança Pública e o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOOPEN). Para metodologia estabelece a revisão de literatura, bem como pesquisa qualitativa a partir do tratamento dos dados coletados.

Posto isto, o enfoque desta pesquisa reside no perfilamento da população encarcerada. Convém frisar que, atualmente, o Brasil é o terceiro país no ranking mundial quanto ao aprisionamento. Estando atrás somente dos Estados Unidos e da China, nas posições 1^a e 2^a lugar, respectivamente. No que tange aos resultados esperados, a pesquisa preliminar tem apontado para similaridades quanto ao perfil dos encarcerados concernente à faixa etária, gênero, raça/cor e classe. Deste modo, o estudo visa acomodar e relacionar dados produzidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022).

As considerações iniciais recaem sobre a identificação do encarceramento de jovens entre (faixa etária) e cor negra (preta e parda) em todo Brasil. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias em 2016, aproximadamente (46,29%) dos presos eram pardos, (11%) eram pretos, enquanto (35,24%) eram brancos. No cômputo geral, a população negra corresponde a (63,4%) dos encarcerados. Convém mencionar que em junho de 2022, os dados revelaram que (67,81%) dos presos eram negros, bem como (31,02%) eram brancos. Ou seja, o número de pessoas negras cresceu, enquanto que a população branca teve decréscimo.

No que tange à faixa etária e gênero, observamos que (54,6%) da população carcerária era composta por pessoas jovens entre 18 e 29 anos, em 2016. Em suma, descontinuamos a presença majoritária de uma população negra carcerária, quais sejam, jovens negros de origem popular e habitantes das áreas periféricas. Para finalizar, este estudo está vinculado ao Laboratório de Pesquisa Relações Étnico-raciais (LÉRER) da UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional Brasília, 2020. <https://www.gov.br/depn/pt-br/sisdepen>. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública - Parte 7 - Sistema Prisional. São Paulo, 2021. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. Civitas - Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013. Trimestral. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.125>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **O**ral

ARTIGO: **5549**

TITULO: **O EQUILÍBRIOS ENTRE A LIBERDADE ECONÔMICA E A RESPONSABILIDADE MERCADOLÓGICA NA ERA DA INTERNET**

AUTOR(ES) : **DIEGO RODRIGUES BARBOSA,JOYCE MOREIRA DA ROCHA FORTE,REBECCA MOREIRA DA ROCHA FORTE**

ORIENTADOR(ES): **VERONICA LAGASSI**

RESUMO:

A presente pesquisa comprehende um estudo acerca dos possíveis crimes cibernéticos, ocorridos, através do WhatsApp e Instagram, aos consumidores finais, quando agentes econômicos tecnológicos, responsáveis pelo desenvolvimento de ferramentas de marketing digital (as quais extarem dados dos usuários) e a venda destas às empresas (que visam aumentar a venda online), se isentam da responsabilidade de exposição ao usuário. Em decorrência dessa realidade mercadológica online, o presente trabalho procura uma equalização da segurança dos dados do consumidor final, dentro de uma relação de comércio, para que este não seja vítima de um crime, e, ao mesmo tempo, a garantia às empresas de uma liberdade econômica, prevista pelo dispositivo da Carta Magna (art. 170 da CF/88), com respeito à dicção do parágrafo único (tocante à justiça social).

O vigente trabalho tem natureza exploratória quanto aos objetivos. Quanto à abordagem trata-se de investigação qualitativa cujos procedimentos de coleta de dados se deu a partir da análise dos termos de uso das ferramentas digitais, desenvolvidas pelos agentes econômico tecnológicos; do tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados; da análise de dados das variáveis grau de instrução de pessoas e experiência computacional dos usuários (vítimas de crimes cibernéticos); mapeamento de jurisprudências e ações judiciais que tramitam nesta matéria; coleta e análise de dados, oriundas da aplicação de questionário online com os consumidores finais e empresas contratantes de ferramentas digitais; entrevistas com profissionais da área do Direito e de Tecnologia da Informação, além de vítimas de crimes cibernéticos; levantamento da política de privacidade das empresas desenvolvedoras das ferramentas digitais; consulta de jurisprudências e possíveis ações judiciais correlatas à pesquisa entre o período de 2020 e 2022 (pandemia).

BIBLIOGRAFIA: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, GILMAR F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. 1º edição. São Paulo: Saraiva / Almedina, 2013. TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Dados Pessoais Sensíveis - Qualificação, Tratamento e Boas Práticas. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022. FARAH, André. Internet das coisas, vigilância e democracia em crise: o papel da privacidade. Disponível em https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/5/2021_05_0149_0206.pdf. Acesso em 10 nov.2022

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **O**ral

ARTIGO: **5553**

TITULO: **CORPO, ESTADO E INTERNET: O GRUPO "LAQUEADURA SEM FILHOS" E O PROCEDIMENTO DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA**

AUTOR(ES) : **LUIZZA**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

Até o final da década de 1990, a esterilização cirúrgica acontecia sob certa clandestinidade, já que não existia uma regulamentação específica para o procedimento. Apenas com a Lei 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, passou-se a regular o previsto no § 7º do art. 226 da CF/1988, que prevê o planejamento familiar como direito fundado na dignidade da pessoa humana e na liberdade de escolha, sendo o Estado responsável por informar e propiciar o exercício desse direito.

Esta pesquisa tem como objeto a **descrição e a análise das estratégias utilizadas por mulheres sem filhos para obtenção da esterilização voluntária**. Para isso, o trabalho se centrará nos relatos produzidos por essas mulheres em um grupo localizado na rede social Facebook, denominado "Laqueadura sem filhos". A escolha do grupo se deu por ser um espaço de orientações para a realização da cirurgia, com estratégias compartilhadas para sua obtenção, além de trocas de experiências, dúvidas, planejamento para a cirurgia e relatos detalhados de como realizá-la, com dicas de médicos que aceitam ou recusam a prática em cidades de todo Brasil. Com mais de onze mil mulheres, é uma comunidade voltado apenas para aquelas que não possuem filhos e pretendem realizar a esterilização.

A internet é utilizada como estratégia para a busca de informações, que permite contrapor o saber médico com o saber jurídico. Com as informações obtidas, essas mulheres se sentem mais preparadas para lidar com os agentes de saúde e confrontar as informações que recebem destes. Para obter a cirurgia, é preciso primeiro se encaixar nos parâmetros legais, mas não apenas: é preciso também convencer médicos, enfermeiros e, por vezes, psicólogos. São esses sujeitos que detêm a autoridade (BOURDIEU, 2008) para definir se aquela mulher deve ou não operar. Ao se confrontarem com o discurso autorizado da ciência as mulheres compartilham de estratégias sobre o que dizer (ou não) e como dizer. É preciso mostrar que se "conhece a lei" e "os seus direitos".

Ainda, para Foucault, um dos grandes conjuntos estratégicos de saber e poder sobre o sexo é a histerização do corpo da mulher e a socialização das condutas de procriação. O domínio dos corpos femininos representa o controle estatal sobre os nascimentos e, portanto, um poder que se organiza em torno da gestão da vida (FOUCAULT, 1988). Logo, o sexo, como disputa política, insere-se na disputa sobre o corpo e as incitações ou freios à procriação.

A metodologia utilizada será o da pesquisa empírica, de inspiração etnográfica. Pretendo realizar, em resumo: o levantamento e análise de material bibliográfico pertinente ao tema; levantamento e análise das narrativas produzidas por mulheres no grupo "Laqueadura sem filhos"; realização de algumas entrevistas não estruturadas com participantes do grupo; realização de uma ou mais entrevistas com médicos ginecologistas; e ida a um ou mais postos de saúde.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer I - 2. ed., I' reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. P. 3-21.

O objetivo deste trabalho é analisar como o divórcio obtido em outro país pode ser reconhecido no Brasil. Como os efeitos das decisões judiciais e pronunciamentos semelhantes costuma se ater aos limites jurisdicionais dos Estados, faz-se necessário um procedimento para validar o divórcio e seus efeitos no foro do reconhecimento.

Como a circulação internacional de pessoas, e, consequentemente de famílias, é cada vez mais frequente; são muito numerosos os pedidos de reconhecimento de divórcios estrangeiros no Brasil. Daí a importância do tema da pesquisa, cujos resultados foram fruto de dois anos de pesquisa, que culminaram na monografia de fim de curso da Proponente.

É importante destacar que, antes da previsão legal do divórcio no Brasil, que ocorreu apenas em 1977, a LINDB, art. 7º, §6, de 1942 não reconhecia divórcio internacional entre brasileiros no exterior, a não ser que apenas uma das partes fosse brasileira. Em 1977, o dispositivo foi alterado, e, o divórcio passou a ser reconhecido com restrições de prazo, que foram acompanhando as mudanças no Direito Brasileiro, até chegarmos à EC n. 66/10. Outrossim, em 2005, deixa de caber ao STF e passa ao STJ a competência para o juízo de deliberação, em que evita-se entrar no mérito da decisão, mas tão somente verificar o cumprimento de requisitos formais, para o reconhecimento da decisão.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar a receptividade ou não do STJ aos julgados estrangeiros de divórcio. E, neste ponto, verificou-se que a grande maioria dos pedidos analisados foi homologado. Os objetivos específicos se referiram à peculiaridades dos sistemas jurídicos de origem das decisões e os efeitos acessórios do divórcio. Como a homologação pode ser parcial, de longa data sabe-se haver maior resistência a alguns efeitos como partilha de bens e requisitos como respeito à ordem pública e restrições à forma de citação usada no processo de origem no exterior.

A pesquisa focou no estudo do teor de 122 decisões de HDE do STJ (103 deferimentos, 9 indeferimentos e 10 deferimentos parciais) com o intuito de obter dados quantitativos e qualitativos das decisões, como a maior incidência de alguns países de prolação das decisões (EUA, França, Portugal, etc.). Tais dados geraram gráficos a serem apresentados. Cabe destacar que usou o método dedutivo e contou com a análise de fontes doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas. Também insta dizer que considerou-se o marco legal-temporal da adoção do Código de Processos Civil de 2015, pelas alterações que trouxe ao tema.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Nádia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro, Simplíssimo, 2016. PEREIRA, Marcos Vinícius T. «A contribuição das normas comunitárias para a circulação de divórcios internacionais no MERCOSUL: um estudo comparado entre o MERCOSUL e a União Europeia». In Rev. secr. Trib. perm. revis. Mayo 2021, año 9, nº 17, p. 125-141. «A Convenção da Haia sobre Reconhecimento de Divórcios e Separações de Corpos de 1970 e sua Compatibilidade com o Direito Internacional Brasileiro». In: ARAUJO, Nadia de. André RAMOS.. (Org). A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e seus Impactos na Sociedade - 125 Anos. Belo Horizonte, 2018

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5569**

TÍTULO: **REESCRITAS FEMINISTAS: A CORPORALIZAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS**

AUTOR(ES) : **GABRIELI OLIVEIRA PELLENZ, YASMIN DE OLIVEIRA LUIZ DE BARROS, REBECA MENDONÇA, MARIA EDUARDA MANES DE ALMEIDA, KAYQUE JARDEL SANTOS ROCHA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILA DE MAGALHAES GOMES, CLAUDIA PAIVA CARVALHO, JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O projeto de Extensão Reescritas Feministas é uma parceria entre grupos da FND e IPPUR, Corpografias, e da FND, Labá TRAMA, que integra a iniciativa nacional do Projeto Julgamentos Feministas. O curso tem como principal objetivo a reescrita de decisões judiciais que tratem de temas de gênero, buscando um novo olhar e uma análise crítica aos casos, além da aplicabilidade de bibliografias e perspectivas feministas do próprio direito. Para isso, o grupo apostou em uma metodologia capaz de corporalizar e espacializar a visão sobre os conflitos. Ademais, como extensionistas, nos dividimos entre funções acadêmicas (preparação de materiais e oficinas), de comunicação e de logística.

Na primeira fase do curso, os encontros presenciais ocorreram na ocupação Casa de Referência Almerinda Gama, um prédio que estava há oito anos abandonado, sem cumprir função social, e hoje é um espaço de acolhimento, de formação e de organização de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nesse espaço, foram realizadas oficinas e atividades de formação entre estudantes, docentes, ocupantes da Casa e militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário. O primeiro módulo do curso debateu sobre Perspectivas Feministas, a partir da contação de histórias das participantes e do debate, apostando na escuta qualificada como meio para situar o conhecimento e refletir sobre o que podemos e devemos falar quando falamos de feminismo, com quem falamos e como falamos.

Além disso, a leitura de bibliografias que dialogam com a desconstrução do senso comum e tratam dos conceitos de gênero, raça e classe antecipavam as reuniões e conduziam os debates. Dessa forma, a estratégia metodológica foi unir a técnica à experiência, na tentativa de pactuar ferramentas capazes de criar arranjos mais justos para os conflitos. Nesse sentido, no segundo módulo do curso, discutimos três casos: i) Expulsão da Olga Benário; ii) Arrependimento materno em caso de adoção; iii) Transferência de mulheres trans para presídio feminino.

A partir dos trabalhos efetuados no primeiro e segundo módulo de formação interna, foi realizada a entrega da primeira fase: o Teatro do Oprimido. Nele, os grupos temáticos produziram uma simulação teatral para a discussão final dos casos e sua reescrita propriamente dita. A ideia consistia em causar provocações a respeito de como cada um destes foi conduzido originalmente, dando uma nova perspectiva às decisões judiciais. Com isso, foi feita uma nova interpretação para cada uma das três decisões e como seus desfechos poderiam ter sido diferentes, se fossem adotados métodos feministas.

BIBLIOGRAFIA: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, [S. I.], n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 21 nov. 2022. PENTEADO, Taís. Reescrita Feminista do Habeas Corpus N. 503.125/SP: Uma Análise da Adoção Informal e o Arrependimento Materno a partir de Perspectivas Feministas. In: PUSCHEL. Direito e Desenvolvimento na Prática. 2020. Capítulo 6.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5611**

TÍTULO: **QUEM SE MOBILIZOU CONTRARIAMENTE À MUDANÇA NO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO?**

AUTOR(ES) : **JOAO DANIEL DE FIGUEIREDO FERREIRA, BRENO SERODIO DE CASTRO ROSSI, RODRIGO GONCALVES DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QINTSLR**

RESUMO:

Durante a pandemia do Covid-19, o déficit nos serviços de saneamento básico no Brasil apareceu como uma das principais questões do debate político, uma vez que suas externalidades têm graves consequências na saúde pública. A situação é alarmante: apenas 47% de todo o esgoto gerado no país é tratado (SNIS, 2017), sendo as populações periféricas e da zona rural as mais vulneráveis e as que mais sofrem com o ônus da falta de saneamento adequado. Diversos posicionamentos são colocados sobre qual seria o modelo ideal para a gestão do setor no Brasil, e apesar das tendências internacionais apontarem para uma retomada de serviços pelo Estado, aqui, a tônica da discussão está na inserção ou não da iniciativa privada.

Bakker (2004) estuda a mercantilização da água na perspectiva da ecologia política, chamando atenção para o reposicionamento estratégico do Estado em seus compromissos, através de uma mudança institucional e organizacional orientada pela introdução de mecanismos de mercado e por uma visão neomalthusiana da escassez de água, justificando assim sua privatização. Nessa linha, lidamos em 2020 com o recrudescimento das discussões a partir das mudanças no marco regulatório do saneamento, através da Lei 14.026, de 15/07/2020, que facilitou a entrada da iniciativa privada no setor.

O trabalho busca identificar e compreender os interesses dos agentes que se mobilizaram para combater as mudanças no marco regulatório. Para tanto, utiliza-se como aporte teórico a abordagem dos Modelos de Coalizão de Defesa (MCD), proposta por Sabatier (1988). A investigação, de cunho metodológico qualitativo, utilizou a técnica de análise das alterações legislativas a partir de uma pesquisa documental abarcando leis, medidas provisórias e relatórios a respeito do tema; e análise de discurso a partir de lives e webinars produzidos a respeito do marco regulatório do saneamento, por grupos de discussão fundamentalmente contra as alterações. Também foram assistidas audiências públicas promovidas pela ALERJ referentes ao projeto de desestatização da CEDAE, por se tratar do maior projeto de concessão do setor até então.

A coleta de informações sobre a trajetória de formação e profissional dos agentes foi realizada por meio de sites com informações pessoais sobre os agentes, como [linkedin](https://www.linkedin.com). O grupo de pesquisa selecionou informações que foram sistematizadas em planilhas e posteriormente analisadas no software Gephi. Os sociogramas produzidos (resultados) indicam como os agentes contrários às mudanças no marco regulatório se mobilizaram para resistir às alterações, bem como ilustram suas trajetórias e preferências políticas. A representação também indica em que setores atuam os membros da coalizão - observando convergências na área de formação e nas instituições de ensino, por exemplo -, e quais possuíram maior grau de centralidade, ou seja, que foram mais presentes nos embates.

BIBLIOGRAFIA: BAKKER K. A political ecology of Water Privatization. Spring: Studies in Political Economy 70, p. 35-58, 2003. SABATIER, Paul A. An Advocacy Coalition Framework of policy change and policy-oriented learning therein. Policy Sciences, v. 21, p. 129-168, 1988. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Site institucional, 2007. Disponível em: <<http://snis.gov.br/>>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5622****TITULO: PATRIMÔNIOS EM DISPUTAS: UMA ANÁLISE DOS BENS TOMBADOS NA PEQUENA ÁFRICA, RIO DE JANEIRO****AUTOR(ES) : ANTHONY MATOS SEVERINO****ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS****RESUMO:**

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa "Pequena África versus Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território", vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM/IPPUR/UFRJ). O projeto investiga os repertórios de ação das reivindicações e lutas do Movimento Negro contra apagamentos de memórias históricas negras nesta parte do Centro do Rio de Janeiro, berço da cultura e da sociabilidade negra e popular (nô passado e no presente). Um instrumento mobilizado pelo movimento social, desde o tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC em 1987, é a patrimonialização de bens vinculados à memória negra. Pela sua importância, tal ferramenta na construção de identidade e representação é reivindicada pelo Movimento Negro e outros atores sociais, que buscam, através da salvaguarda de seus patrimônios culturais, o reconhecimento e valorização deste lugar como um território negro de luta antirracista. Assim surge o objetivo deste trabalho, buscando investigar nos patrimônios tombados na região, aqueles que se enquadram como patrimônios vinculados à cultura e herança africana e afro-brasileira. Para isto, a metodologia consistiu em pesquisa básica, de abordagem quali-quantitativa, na forma exploratória e descritiva, por meio de levantamento, mapeamento, análise cronológica e de conteúdo dos tombamentos distribuídos sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) e Instituto Rio Patrimônio Humanidade (IRPH). Foram analisados 177 bens tombados, sendo desses, 6,2% classificados como patrimônios negros, número aquém do ideal, dada a proporção e a significância da Pequena África. Analisamos estes bens e elaboramos mapas que apresentam a configuração geral dessa distribuição dos bens tombados neste espaço. Por fim, buscou-se também relacionar esses patrimônios negros aos contidos nos Circuitos Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal nº 34.803/2011) e Histórico da Pequena África (Lei estadual 8.105/2018). Caminhamos, assim, para responder nossa questão/hipótese principal. Compreendendo a partir de Anderson (2008) o censo, mapa e museu como instituições de poder que interligadas são mobilizadas na construção identitária dos Estados de formação colonial, podemos apontar que há nas patrimonializações da Pequena África um processo de branqueamento cultural e da imagem do território (SANTOS et al., 2017), compreendidos como apagamentos de referências vinculadas a grupos não-brancos. Para exemplificar, o Sambódromo, importante obra arquitetônica dedicada ao samba, não tem seu tombamento vinculado à valorização desta manifestação cultural negra, mas ao fato de ser obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Concluímos então que diversas intervenções e tentativas de apagamento da narrativa e memória negra da região configuram um branqueamento territorial.

BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5640****TITULO: OS PROCESSOS CONSTITUINTES DO BRASIL E DO CHILE: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO****AUTOR(ES) : GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA, GISELE DOS SANTOS MIRANDA****ORIENTADOR(ES): LILIAN BALMANT EMERIQUE****RESUMO:**

O constitucionalismo liberal constituiu um paradigma normativo o qual trouxe uma matriz eurocêntrica que prega um universalismo monocultural e colonial, com reflexos sociais presentes até hoje. Como consequência, o propósito da igualdade de gênero é afetado.

No século XXI, o Constitucionalismo Latino-americano trouxe inovações no campo democrático nos processos constituintes e nas constituições nascentes. No campo identitário, as mulheres adquirem maior protagonismo nos processos constituintes, especialmente na paridade de gênero na Convenção Constituinte Chilena (2022), o primeiro país a dar tratamento paritário para mulheres no processo constituinte. Essa é uma análise indispensável para interpretar o papel de gênero na formação constitucional chilena e verificar os resultados confrontados com o processo constituinte brasileiro de 1988, permitindo uma melhor compreensão das repercussões da paridade de gênero no resultado constitucional.

Logo, este trabalho busca fazer um estudo sobre os processos constituintes do Brasil e do Chile, e visa analisá-los no que diz respeito à definição e construção da igualdade de gênero e seus desdobramentos no texto constitucional. Portanto, a investigação procura verificar como o processo constituinte brasileiro e chileno mostraram preocupação em torno da questão da igualdade de gênero e como isso se refletiu efetivamente no resultado da Constituição no que tange à representatividade nos quadros do Poder Executivo. Para tanto, faz-se primeiramente uma abordagem histórica do processo constituinte em cada país através de um recorte de gênero, com enfoque em como a representação feminina se revelou ao longo do tempo e seus reflexos na atualidade.

Assim, o objeto desse estudo serão os desenhos no processo constituinte e seus desdobramentos constitucionais definidos a partir da paridade de gênero para cargos femininos ocupados no Poder Executivo. O método indutivo será utilizado para proceder a pesquisa exploratória com vistas a promover uma análise crítica de como o processo constituinte relacionado à questão da igualdade de gênero se articula no caso brasileiro (1988) e chileno (2022), além de verificar o impacto para o resultado da Constituição no que tange à representatividade nos quadros do Poder Executivo a partir de uma perspectiva do feminismo decolonial. A metodologia adotada será de estudo da Constituinte de 1988 e da Convenção Constituinte Chilena de 2022, além do uso de referências bibliográficas sobre gênero, especialmente no que se refere aos estudos feministas decoloniais.

Por fim, a pesquisa visa contribuir para um entendimento da crise democrática a partir de um olhar como resposta que vem sendo dada em questão a igualdade de gênero construída com base na paridade. A pesquisa está em andamento e os resultados parciais sinalizam para uma democracia mais efetiva e um texto constitucional construído mais aproximado da perspectiva de gênero nos processos constituintes formados com paridade de gênero.

BIBLIOGRAFIA: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2^a ed. 3^a reimpressão, (Belo Horizonte: Autêntica). PISARELLO, Gerardo (2014). Procesos constituyentes: caminos para la ruptura democrática, (Madrid: Trotta). VERGÈS, Françoise (2020). Um feminismo decolonial, (São Paulo: UBU).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5681****TITULO: DEMOCRACIA EM CRISE: O POPULISMO DE ESQUERDA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO POPULISMO DE DIREITA****AUTOR(ES) : JOÃO PEDRO BABO MONTEIRO****ORIENTADOR(ES): PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA****RESUMO:****Introdução**

Após o Brexit e a vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses de 2016, formou-se um consenso no sentido de que vivemos uma crise global da democracia. Em constante expansão há décadas, o movimento de democratização finalmente teria começado a ceder - ou retroceder - com a chamada "onda azul", que levou líderes autoritários e ultranacionalistas ao poder em todo o mundo.

Surgiram, então, diversas teorias sobre o que teria acarretado esse momento crítico - grande exemplo é a chamada "teoria da quebra das regras democráticas". Ademais, muitos passaram a defender a formação de frentes-amplos em prol da democracia e a condenar a polarização política. Contudo, não há, ainda, um debate sobre a viabilidade dessas propostas. Afinal, será que frentes-amplos pró-democracia são capazes de frear o avanço da direita ou tendem a fortalecer políticos que adotam uma retórica anti-establishment? Além disso, será que a contração do movimento de democratização realmente vem sendo causada por um ambiente político altamente polarizado?

Objetivo

O presente trabalho propõe-se a analisar a crise democrática contemporânea com base na perspectiva agonística de Chantal Mouffe. Tendo como foco o cenário brasileiro, aponta uma via interpretativa deste fenômeno e discute a pertinência de discursos que dominam o senso comum. Outrossim, examina não apenas o "populismo de direita" como também o "populismo de esquerda", estratégia discursiva defendida por Mouffe em face do atual momento político. Neste sentido, pretende identificar tanto as suas principais características quanto as suas diferenças.

Método

Para isso, recorre à análise de obras de filosofia e ciência política centradas em assuntos como democracia, neoliberalismo e populismo. Em um primeiro momento, apresenta a crítica formulada por Chantal Mouffe em "Sobre o Político" à abordagem racionalista e individualista da política. Busca-se, com isso, contrapor o pensamento de Mouffe a respeito das dimensões do "político" e do papel das "paixões" às visões dogmáticas sobre a polarização política. Parte, em seguida, para as ideias expostas por Mouffe em "Por um Populismo de Esquerda". Nesta obra, a pensadora belga discorre sobre o atual momento populista e opõe os diferentes tipos de populismo. Mais adiante, a discussão é trazida para o âmbito nacional. Visando pôr à prova as teses de Mouffe, o trabalho retoma os eventos políticos que culminaram na atual crise democrática brasileira.

Conclusão

As ideias de Mouffe indicam que, com o fim da União Soviética, o ceticismo em relação à via revolucionária gerou uma espécie de conformismo quanto à hegemonia da ordem neoliberal, o que contribuiu para a volta do populismo de direita. O caso brasileiro - apesar de apresentar peculiaridades - confirma este diagnóstico. Diante de tal cenário, torna-se urgente para a esquerda a adoção de uma estratégia discursiva polarizante.

BIBLIOGRAFIA: MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. MOUFFE, Chantal. Sobre o político. 1. ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015. NOBRE, Marcos. Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 5685****TITULO: ANÁLISE SOBRE A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E A (RE)ESTRUTURAÇÃO SINDICAL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE PROFISSIONAIS DA FONOAUDIOLOGIA NO BRASIL****AUTOR(ES) : JOYCE MOREIRA DA ROCHA FORTE****ORIENTADOR(ES): VERONICA LAGASSI****RESUMO:**

A pesquisa visa mapear dados da atuação dos sindicatos de Fonoaudiologia no Brasil após a vigência da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), considerando período pré e pós regulamentação, perpassando pelo contexto da pandemia do coronavírus, objetivando analisar a sustentabilidade destas entidades, sob os aspectos econômico-financeiro e social. A Constituição Federal de 1988, artigo 8º, III prevê que cabe aos sindicatos "a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de categorias profissionais". O artigo 511 do Decreto Lei 5452/43 (CLT) a lícita associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais, de profissionais exercem a mesma atividade ou profissão. Na organização, manutenção e execução de atividades, as entidades sindicais demandam recursos financeiros. Dentre suas formas de arrecadação, a contribuição sindical, de caráter facultativo após a Reforma Trabalhista, causou queda na arrecadação destas entidades. O Princípio da Sustentabilidade previsto no artigo 225 da CRFB/88 prevê o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida, cujo dever de defesa e preservação cabe ao poder público e à coletividade, visando o presente e futuro. Segundo Juarez de Freitas (2012), devemos considerar a sustentabilidade como um princípio e valor supremo do Estado Constitucional cuja aplicação ocorreria não somente no que tange às questões ambientais, podendo ser considerada entre outras, na esfera econômica. Dessarte, a presente pesquisa busca coletar dados de ordem de arrecadação junto às entidades sindicais, levantar quais ações estas instituições têm mantido em sua rotina organizacional, identificar o real impacto da Reforma Trabalhista, mais especificamente no que tange à atuação sindical e sua sustentabilidade, identificar e analisar a existência ou ausência de relação entre os termos vigentes na Reforma Trabalhista e a adesão dos profissionais no processo de sindicalização e autorização do desconto da contribuição sindical e identificar e analisar quais estratégias de estruturação são aplicadas em prol da sustentabilidade financeira dos sindicatos representativos dos profissionais da Fonoaudiologia. Como metodologia adotaremos procedimentos de coleta de dados que serão analisados sob perspectiva teórico-metodológica que apreende os direitos humanos, não apenas considerando os resultados normativos (Herrera Flores, 2009), consistindo em entrevistas com membros de diretoria, ex-diretores e assessores jurídicos destes sindicatos em atividade, bem como os representantes de comissões pró-sindicatos nas cinco regiões do Brasil, e em coleta de dados corresponde ao levantamento de dados financeiros destas instituições, tendo período de pesquisa, dois anos antes da Reforma Trabalhista como base de análise para os anos subsequentes, incluindo o período pandêmico da COVID-19, considerando o período de 2015 a 2022.

BIBLIOGRAFIA: DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª ed. São Paulo: LTR, 2019. FREITAS, J. SUSTENTABILIDADE: DIREITO AO FUTURO. 2ª ED. BELO HORIZONTE: FÓRUM, 2012. HERRERA-FLORES, Joaquin. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5700****TÍTULO: MULTIPLICADORES FISCAIS: UMA REVISÃO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS****AUTOR(ES) : GIULLIA FALCÃO CALÇADA****ORIENTADOR(ES): MARIA ISABEL BUSATO****RESUMO:**

O trabalho fez uma revisão teórica e empírica dos principais temas e estudos sobre multiplicadores fiscais, ressaltando avanços, consensos e dissensos acerca dos resultados centrais. Na primeira parte, analisaram-se as características estruturais e conjunturais que afetam os multiplicadores, seguidas pelas formulações e teorias que guiam os trabalhos e modelos, passando por Keynesianos, Novos Clássicos e Novo Consenso. Em seguida, o foco passou para as principais metodologias, com seus prós e contras, inovações e controvérsias sobre cálculos e estimativas. Na segunda parte, o tema central foi uma análise empírica, dividida entre literatura nacional e internacional, com estimativas numéricas, estudo e comparação dos principais trabalhos para multiplicadores agregados – no caso da literatura internacional –, desagregados e influenciados pelo ciclo econômico, além de uma discussão sobre política fiscal autofinanciável baseada em multiplicadores. Para a literatura nacional, o trabalho entrou ainda em questões específicas da economia brasileira, como mercado de trabalho, transferências e endividamento. Para finalizar o trabalho, foi feita uma tabela resumo dos principais resultados encontrados até hoje pela literatura.

BIBLIOGRAFIA: BLANCHARD, O.; PERTOTTI, R.. An empirical characterization of the dynamic effects of changes in government spending and taxes on output. *the Quarterly Journal of economics*, v. 117, n. 4, p. 1329-1368, 2002.; BUSATO, M. I.; MARTINS, N. M.. *Multiplicadores fiscais no Brasil: entre consensos e dissensos.*; RESENDE, C. T. *Impulso fiscal: uma abordagem de multiplicadores fiscais com aplicação para a economia brasileira*. Brasília, 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2019. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5723****TÍTULO: ENCONTROS INTERNACIONAIS: O BRASILEIRO ENTRE OUTROS HISPANOS, AFINIDADES, CONTRASTES E POSSÍVEIS FUTUROS NAS SUAS INTER-RELACIONES****AUTOR(ES) : JULIANA MATIAS PEREIRA SALES****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA****RESUMO:**

O nosso projeto de pesquisa artístico e cultural é derivado do Curso de Extensão intitulado *Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Um dos estudos que o pensamento social brasileiro se dedica é a relação entre o brasileiro e os hispanos, entre outros lugares temas comuns nós aproximam aos nossos hispanos, a cultura ibérica é um desses. Portanto, nosso objetivo é discutir uma vez ao mês no Instituto Cervantes do Rio de Janeiro, do ponto de vista artístico e cultural a aproximação dos brasileiros com os hispanos, aberto ao público; e posteriormente, preparar nossos discentes para atuarem nos espaços de ensino, para democratizarmos o acesso à arte e cultura hispânica. Sendo que o público que queremos alcançar são as alunas, alunos, professoras e professores da rede básica de ensino, em especial a rede pública. O curso se propõe a oferecer ao público em geral, em particular à comunidade escolar das escolas públicas, a democratização da discussão em torno da aproximação da cultura brasileira com a dos países hispânicos.

Nos utilizamos de autores como Darcy Ribeiro, Nélida Piñon, Alejandro Zambra, Cesar Vallejo, Gabriela Mistral, José Saramago e Almudena Grandes, a fim de estudarmos suas obras para que possamos entender as historicidades da América Ibérica e as questões que permeiam a gestão pública calcado em um viés cultural.

A base Metodológica é a interação dialógica, na qual segundo Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996) podemos entender a educação como um encontro de sujeitos, em que se busca o conhecimento através do diálogo. Para ele, a capacidade de estabelecer diálogos na educação é o que pode elevar o processo educacional a uma esfera libertadora para os sujeitos que dela fazem parte. A diretriz *Interação Dialógica* orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, operando uma grande aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Bem como, fortalece o princípio da indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão e impacta a formação de nosso discente e iniciante a pesquisa e a extensão dos cursos de graduação da UFRJ.

A coordenação do curso é integrada entre as professoras Renata Bastos do IPPUR e Sandra Becker do IRID. E nossos parceiros externos são o Instituto Cervantes do Rio de Janeiro (IC-RJ), o Memorial Getúlio Vargas (através do Projeto UFRJ na cultura) e a Escola Municipal Capistrano de Abreu da rede de educação pública do município do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: CERVANTES: *Estudos Cervantinos e a Recepção do Quixote no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012. FREYRE, Gilberto. *O Brasileiro Entre os Outros Hispanos*. Editora José Olympio, 1975. GRANDES, Almudena. *Os Ares Difíceis*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008. [2002].

TITULO: PODER JUDICIÁRIO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE: UMA ANÁLISE DO CASO DA FAZENDA CAMPOS NOVOS

AUTOR(ES) : LAURA GARCIA GONZAGA,PHYLIPE NASCIMENTO DE MORAIS

ORIENTADOR(ES): ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

RESUMO:

PODER JUDICIÁRIO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE: UMA ANÁLISE DO CASO DA FAZENDA CAMPOS NOVOS

Autores:

Phylipe Nascimento de Moraes

Laura Garcia Gonzaga

Orientadora:

Profa. Dra. Ana Claudia Diogo Tavares

Profa. Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans

Resumo:

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "Poder Judiciário e Direitos Humanos em conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) em conjunto com a pesquisa "Mapeando a Reforma Agrária".

Nesse sentido, a pesquisa teve como enfoque a análise dos conflitos que envolveram as terras pertencentes à Fazenda Campos Novos, cuja sede é situada na Rodovia Amaral Peixoto em Cabo Frio, próximo às divisa de Búzios e São Pedro da Aldeia. Deste modo, entende-se que os conflitos analisados são bastante representativos não somente da repressão experimentada pelos movimentos sociais de luta pela terra e por moradia no território fluminense, mas também da própria atuação do Judiciário diante dos processos judiciais que eram ensejados por esses embates.

Assim, a partir do trabalho desenvolvido por Aline Borghoff Maia e Fabrício Teló (MEDEIROS, 2018), que fornece panorama histórico e antropológico da trajetória de ocupação das terras da região, pretendeu-se comparar o acervo documental sobre o caso em paralelo à análise dos autos da ação de desapropriação do imóvel que compõe a Fazenda Campos Novos, a fim de investigar, por meio do cruzamento dessas diversas fontes de dados, como o Poder Judiciário se relacionou com os conflitos que tiveram como objeto de disputa tais terras. Deste modo, foi possível perceber que o Direito foi manejado de forma estratégica, ao longo das décadas do regime autoritário, pelos fazendeiros para pressionar os posseiros a saírem das terras.

A partir de diversos aspectos de análise, identificou-se como a atuação do Poder Judiciário dificultou a promoção da Reforma Agrária no solo fluminense, ignorando ou endossando os conflitos existentes à época, utilizando-se, muitas vezes, do aparato policial para perpetração de violências por parte do Estado contra os posseiros envolvidos na luta pelo direito à terra.

Por fim, a análise dos autos dos processos judiciais relacionados às terras da Fazenda Campos Novos permitiu observar se esta postura se modificou ou não com as diretrizes da nova Constituição e da redemocratização, considerando que a disputa judicial perdurou durante décadas.

Palavras- chaves: Poder Judiciário; Conflitos fundiários; Ditadura Militar; Movimentos Sociais

BIBLIOGRAFIA: Referências: FILHO, Sérgio de Britto Cunha. A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária. Dissertação de Mestrado em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC-RJ, 2007. MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. São Paulo: Contexto, 2013. MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018. TAVARES, Ana Claudia (et. al). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário Fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5734****TÍTULO: OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DOS DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES: INTERPELANDO AS MARGENS DA PRODUÇÃO NORMATIVA NO BRASIL****AUTOR(ES) : ANA CAROLINA FIDELIS DE CARVALHO, GABRIELA PEREIRA CECCHETTI, LUIZA BRANDAO MAGALHAES, MARINNA ANTONIA ALVARENGA SILVA, JOICE MONIQUE ROZA ANDRADE****ORIENTADOR(ES): CAMILLA DE MAGALHAES GOMES, CLAUDIA PAIVA CARVALHO****RESUMO:**

O presente projeto de pesquisa investiga como o processo de produção normativa no Brasil tem abordado pautas relacionadas a direitos humanos e desigualdades de raça e gênero. Inserido dentro das atividades do grupo de pesquisa Corpografias – Gênero, Raça, e Direito, o projeto se desenvolve em parceria com o Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Partimos do entendimento de que a legislação tem papel central na confecção das políticas públicas de direitos humanos e nos processos, tanto de reconhecimento, como de ameaças a direitos. Também compreendemos direitos humanos como uma discursividade que é passível de apropriações e disputas e que produz subjetividades, corpos e sentidos de humanidade atravessados pelos marcos de gênero e raça. A atividade legislativa participa desse processo de produção de sentidos e por isso constitui um campo profícuo de investigação.

Com base em um levantamento das proposições legislativas relacionadas a direitos humanos no período de 2006-2019, o Observatório do CAAF/UNIFESP produziu um banco de dados que organiza as proposições conforme autoria, espécie normativa, status de tramitação, tema, entre outras categorias (MONTEIRO, 2020). Os dados coletados nos permitem abrir frentes de pesquisa que analisem o processo legislativo (seus trâmites, atores e discursos) e a agenda legislativa em matéria de direitos humanos e desigualdades de raça e gênero.

A pesquisa adota metodologia de pesquisa empírica, especificamente de análise documental, por meio do estudo das proposições legislativas e de sua tramitação no Congresso Nacional. Pretende complementar o banco de dados com o levantamento das proposições em matéria de direitos humanos até o ano de 2022, bem como por meio de consultas adicionais à base de dados da Câmara dos Deputados utilizando outros termos de busca e descritores.

A análise do banco de dados da UNIFESP já demonstrou que entre os assuntos mais recorrentes na agenda legislativa em direitos humanos estão temas relacionados à proteção das minorias e da família e à segurança pública e à matéria penal. As pesquisas em desenvolvimento se debruçam sobre essas proposições levando em conta a proeminência, nos últimos anos, de uma agenda política anti-gênero e da ideologia de defesa da família, de um lado, e a possibilidade de uso do discurso de direitos humanos para recrutar a esfera normativa penal, de outro lado.

Nesse sentido, as pesquisadoras envolvidas estão dedicadas à complementação do banco de dados (Joice Andrade, Jessica Ramiris), à análise geral das proposições sobre segurança pública e matéria penal (Ana Carolina Fidelis, Marinna Antonia Alvarenga), à análise específica das medidas direcionadas ao sistema carcerário feminino (Gabriela Pereira) e à análise sobre como a noção de gênero é articulada nos projetos sobre minorias e família (Luiza Brandão).

BIBLIOGRAFIA: DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009. MONTEIRO, Eduarda Ribeiro. Relatório final Observatório da Proteção dos Direitos Humanos: Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos - Monitoramento Legislativo, 2020. PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. SUR 28, v. 15, n. 28, 65-75, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5738****TÍTULO: A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE GESTÃO E INOVAÇÃO****AUTOR(ES) : SAMARA DE SOUZA CANDIDO CALADO FERREIRA****ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA****RESUMO:**

Com foco em empreendimentos sociais, o Programa de Gestão e Inovação (PGI Empreende), busca integrar diferentes áreas do conhecimento, visando utilizar as competências de seus colaboradores para auxiliar diversos empreendedores. Isto para o crescimento e o desenvolvimento da autogestão para seus negócios de modo a impactar a sociedade positivamente, na busca por mudanças na realidade da população.

O projeto conta com uma equipe de diferentes áreas de atuação, o que possibilita unir parte do conhecimento que cada um possui e aplicá-los de forma eficiente para atingir seu objetivo: possibilitar o crescimento de empreendimentos sociais, auxiliando na obtenção de sua sustentabilidade. Ao utilizar o método de escuta ativa é possível reunir dados consistentes e conhecer as necessidades, desafios e impedimentos que colaboraram para que o empreendedor não consiga fazer com que o seu negócio alcance seu objetivo, e é através da compreensão dessas necessidades que o programa de gestão e inovação consegue atuar, dando o suporte necessário por meio de planejamentos estratégicos para conseguir modificar tal realidade e cumprir com a sua finalidade.

Uma das áreas do conhecimento presentes no projeto é a Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que, por ser um campo com aptidão em gestão da Informação, tem como papel no projeto realizar as seguintes ações: atuar de modo a organizar as informações reunidas através da escuta ativa para gerar um banco de dados com todos os casos já atendidos através do PGI, analisar o melhor modo de armazenar e acessar as informações a longo e curto prazo, conhecer e implementar a base de dados; e desenvolver rotinas para efetivo uso da informação. Como forma de armazenamento das informações utilizadas, inicialmente, foi adotado o uso do Google drive, uma plataforma de armazenamento na nuvem gratuita, por sua facilidade de utilização e pela segurança que a plataforma oferece.

Considerando a proposta do projeto é esperado que ao final do mesmo o PGI possua seu repositório sistêmico de informações presentes em um Software, através do seu Website para que os alunos, empreendedores e orientadores possam utilizá-lo como plataforma principal para a gestão de dados e informações, podendo, assim, fornecer um suporte e integração melhor para todos os citados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para todos.

BIBLIOGRAFIA: PARENTE, Cristina et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização, Lisboa, 26 e 27 mai., 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5753**

TÍTULO: **O IMPACTO DO RACISMO AMBIENTAL NA VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SÃO MATEUS/RJ**

AUTOR(ES) : **LUCAS HENRIQUE EIRAS DA SILVA, VALMIR DOMINGOS DOS SANTOS, INGRID RAUL DE SALES, GIOVANNA MENEZES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELLE CHRISTINE BARROS TAVARES**

RESUMO:

O trabalho realiza uma pesquisa de campo visando levantar dados a respeito dos impactos do Racismo Ambiental na vida dos moradores do bairro de São Mateus, no município de São João de Meriti, Rio de Janeiro. A pesquisa adotou como enfoque a discrepância entre as medidas públicas encontradas no centro comercial de São João de Meriti em relação ao bairro objeto da pesquisa, São Mateus, área periférica da cidade, sendo o levantamento realizado especificamente nas localidades do Morro da Caixa d'Água, Morro do Fumacê e Favela da Linha. Quanto à metodologia utilizada nessa pesquisa, por conta do teor da pergunta de partida, a sua essência é empírica, pois foi necessário ir a campo para observar e analisar os impactos causados em nosso objeto pelo racismo ambiental. A pesquisa possui abordagem quantitativa do tipo descritiva, onde buscamos observar, registrar e descrever informações coletadas nos dois espaços amostrais.

Raça “é um operador social que continua a produzir efeitos, sendo usada para agrregar indivíduos e grupos que compartilham certos aspectos físicos observáveis e ajuda a determinar uma atitude negativa frente a eles” (ZAMORA, 2012). Um ponto de vista esse que já foi comprovado pela biologia como falso.

“Racismo ambiental” estrutura-se a partir da pré existência do racismo. O conceito de racismo ambiental surgiu na década de 1980 nos EUA, a partir do momento no qual uma população de um bairro majoritariamente negro da Carolina do Norte começou a sofrer com os dejetos de uma fábrica e iniciou-se um movimento contra esses depósitos de resíduos tóxicos dessa fábrica. A partir desse acontecimento começou-se a reflexão da população de onde esses dejetos eram despejados. A partir do movimento e reflexões dessa população, o químico e líder afro-americano de direitos civis dos negros, Benjamin Franklin Chavis Junior, cunhou o termo Racismo Ambiental.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. de. Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1982. CARVALHO, Marcos Bernardino de. Da biopolítica à biocivilização: controles - do espaço, do corpo e do território - em disputa. Scripta Nova (Barcelona), v. 13, p. 1-22, 2014. FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2, p. 74-92, 2020. ZAMORA, Maria Helena R. N.. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal - Revista de Psicologia, v. 24, n. 3, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5777**

TÍTULO: **O DISCURSO SOBRE CIDADE INTELIGENTE: UMA PERSPECTIVA DO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS**

AUTOR(ES) : **TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL, PEDRO HENRIQUE SILVA DE AGUIAR, RICHARD HENRIQUE MOURA CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS, DEBORAH WERNER**

RESUMO:

Nas últimas décadas presenciamos um aumento do interesse político e econômico na implementação dos chamados modelos urbanos inteligentes, que orientados pela aceleração dos processos de inovações tecnológicas, agendas de sustentabilidade e pela necessidade de atrair investimentos, propõe em seu discurso oficial a transformação das cidades em territórios mais “eficientes” e “controláveis” (HOLLAND, 2008; GREENFIELD, 2013; MOROZOV; BRIA, 2018; KRAUS, 2022).

A vista disso, destaca-se que esse modelo não se trata simplesmente de um imaginário urbano utópico na medida em que, não só ocupa o debate acerca do futuro das cidades, como também determina projetos, políticas e investimentos que transformam a agenda e o espaço urbano. A narrativa hegemônica em defesa da cidade inteligente apresenta um modelo capaz de resolver os “problemas” urbanos, associando de forma positiva e determinista as inovações tecnológicas e melhorias na cidade. Desta forma, ao afirmar um discurso tecnocrata em favor da *smart city*, observamos uma ameaça à liberdade de fazer e refazer a cidade quando são negligenciadas as desigualdades e as opressões oriundas de implementações tecnológicas. E se o direito à cidade se manifesta pelo poder coletivo de reformular os processos de produção do espaço, então isso perpassa necessariamente a democratização da agenda tecnológica e sua inclusão na agenda urbana.

Nesse sentido, acreditamos que o campo dos estudos urbanos possui um papel determinante para a construção de um conhecimento crítico que evidencie o sentido conflitivo do termo, considere os efeitos sociais e agenciamentos que fazem a cidade inteligente. Surgem, portanto, as seguintes perguntas: Como o campo dos estudos urbanos se posiciona em relação ao tema? Quais grupos e núcleos acadêmicos pesquisam e publicam sobre o tema? De que forma o mundo acadêmico se insere na disputa discursiva? Quais discursos são hegemônicos?

No intuito de responder a tais questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é mapear e analisar a produção acadêmica do conhecimento sobre cidades inteligentes no campo dos estudos urbanos.

Do ponto de vista metodológico será realizada uma análise bibliométrica usando como base o Portal de Periódicos da CAPES. Em um primeiro, com o auxílio de softwares computacionais, serão extraídos os artigos sobre cidades inteligentes que se inserem no campo dos estudos urbanos. Em uma etapa posterior, o material coletado será analisado para identificar a distribuição geográfica das produções, a evolução temporal, a co-ocorrência de temas e a rede de citações.

A pesquisa se encontra em andamento e resultados preliminares mostram uma produção intelectual sobre o tema concentrada nos centros acadêmicos do Norte Global e com um enfoque predominantemente tecnocrático.

BIBLIOGRAFIA: HOLLANDS, Robert G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial?. City, v. 12, n. 3, p. 303-320, 2008. GREENFIELD, A. Radical Technologies: The Design of Everyday Life. New York: Verso, 2013. MOROZOV, E.; BRIA, F. A cidade inteligente. São Paulo: UBU/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5817****TITULO: IRMANDADES NEGRAS ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, RELIGIOSA E ANCESTRAL NO TERRITÓRIO DA PEQUENA ÁFRICA****AUTOR(ES) : ANA LUIZA FERNANDES DA SILVA****ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS****RESUMO:**

O território entre o Porto, Gamboa até a Praça Onze na área central do Rio de Janeiro foi denominado como Pequena África pelo sambista e pintor, Heitor dos Prazeres, no início do século XX. A nomenclatura tem relação direta com a presença histórica e marcas culturais africanas na região. Na contemporaneidade, o território integra lugares de memória negra com temporalidade distintas, reivindicadas pelo Movimento Negro e com alguns pontos patrimoniados desde a década de 1980. No entanto, os discursos hegemônicos vem limitando a Pequena África ao Cais do Valongo e seu entorno na zona portuária.

Nosso projeto busca contribuir para as leituras abrangentes do território por meio de levantamento de atores locais, lugares, organizações políticas, religiosas e festeiros das urbanidades negras (LAOMONTES, 2019 apud SANTOS 2022) na Pequena África. Neste bojo, este trabalho tem por objetivo resgatar de forma histórica as grafagens espaciais negras na Pequena África a partir das irmandades negras, associações religiosas importantes para a resistência negra na ordem escravocrata. Por meio de levantamento bibliográfico, as irmandades analisadas e mapeadas são: São Domingos de Gusmão (1720), Santa Rita (1720), Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1763), Nossa Senhora da Lampadosa(1744) e São Elesbão e Santa Efigênia (1758).

Segundo a historiadora Mary Karasch, as irmandades negras eram organizações católicas formadas por leigos em prol da devoção de algum santo com funções contributivas entre seus membros. No Brasil, entre os séculos XVI e XIX, essas organizações tiveram grande relevância política para negros escravizados, forros, de ganho ou libertos, ao realizar a compra da alforria, empréstimos para processos judiciais, sepultamentos e realização de festeiros sincréticos como a congada. Possibilitaram assim um alargamento da liberdade no período escravista, visto que promovia sociabilidades, trocas culturais e principalmente o distanciamento dos escravizados da tutela de seus "senhores".

A análise das localizações dessas igrejas ajuda a compreender as dinâmicas complexas e de poder político das irmandades, o que vem sendo reivindicado recentemente como territorialidade negra na Pequena África, numa disputa da memória (POLLAK, 1989) que alarga a espacialidade da Pequena África.

Assim, produzimos mapas georreferenciando as cinco irmandades negras citadas acima, usando a base cartográfica da plataforma digital ImagineRio com a temporalidade do mapa em 1910. O resultado da pesquisa evidencia a necessidade de ampliação territorial da Pequena África para a produção de material de representações, a partir das disputas sociais negras no território por meio das irmandades. Assim, contribui para o entendimento de cidade do Rio de Janeiro como uma cidade negra bem como o entendimento das complexidades das associações religiosas negras, subsídio para a história da Pequena África para além da zona portuária.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. SANTOS, Renato Emerson dos. [et. al]. Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África. 1.ed. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2022. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989. KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. História Revista, 15. 2011. 257-283.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5820****TITULO: O LEGADO DO GAME OF CHECKERS: O USO DO MACHINE LEARNING NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS DADOS: O GOVERNO DE PIÑERA COMO UMA API LATINO-AMERICANA****AUTOR(ES) : LUCAS PATRIK DA SILVA CAMARA****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO****RESUMO:**

Há muito se tem observado movimentações no cenário internacional, com abundância de pesquisas que buscam analisar as relações entre os estados, as hierarquias e os paradigmas que cercam o mapa internacional. Para tal, não é novidade que os dados estão entrando no debate central das novas guerras, assim como os estados, os dados podem ser divididos e manipulados, conforme a performance que seu detentor busca, podendo ser utilizando para o aprimoramento dos indicadores da empresa, para entender como melhorar seu desempenho, cocriar produtos ou compreender as movimentações dos clientes/usuários da empresa, buscando 'manipular' para vender, etc. Portanto, a pesquisa buscará entender os princípios do Machine Learning e os dados como sua alimentação central, além de sua utilização nos conflitos Chilenos, a partir de Sebastián Piñera. Estaremos nos propoendo entender como os dados expostos nos ciberespaços são propícios para o conhecimento e aprimoramento dos grandes bancos de dados, que alimentam a 'inteligência artificial' e aperfeiçoam sua capacidade crítica e é capaz de manusear o comportamento dos usuários, sendo cada vez mais eficaz na manipulação do ciberespaço. Outrossim, o governo de Piñera estará no eixo central dessa pesquisa, visto que estaremos analisando como o Machine Learning é instrumento para transformar espaços nas redes e como os governos internacionais aprenderam a manusear as raízes dos dados cibernéticos e, por fim, cocriar uma 'API' na América Latina, através do governo de Sebastián Piñera. Em suma, o Legado dos dados será o eixo central da pesquisa, pois o futuro estará sujeito aos detentores dos dados e da política internacional.

BIBLIOGRAFIA: Aggarwal, Charu C. Neural Networks and Deep Learning: A Textbook. Switzerland: Springer, 2018. Townshend, Charles (2005) Introduction: the shape of modern war. In The Oxford History of Modern War, edited by Charles Townshend. Oxford: Oxford University Press, pp.3-19. Moulian, Tomás. Chile Actual: Anatomía de un Mito. Santiago: Lom/Arcis, 1997

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5834****TITULO: O CONTRAMAJORITARISMO COMO UM REMÉDIO PARA A DEMOCRACIA "LEIGA"****AUTOR(ES) : SAMUEL RAPOSO PARAIZO****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE****RESUMO:**

O problema da dita democracia leiga, sendo esta como a mera razão matemática de 50% mais um voto, é que se mostra um conceito muito parecido, se não o mesmo que a dita tirania da maioria ou então, oclocracia. Dessa forma, a pura e simples decisão de questões que dizem respeito a totalidade dos cidadãos que estão sob o escopo de determinado estado, não pode estar condicionado a vontade de uma maioria absoluta, ou seja, as minorias devem ser resguardadas por instrumentos legais, sendo um desses o contramajoritarismo por parte do judiciário, também chamado no âmbito do direito europeu como déficit democrático, situações em que o povo pode se sentir contrariado em sua maioria pelos órgãos supremos, como tribunais superiores.

Dessa forma, o objeto da apresentação é a investigação sobre recentes decisões do judiciário, com especial enfoque nas decisões do Supremo Tribunal Federal que podem configurar posturas contramajoritárias perante a uma grande parcela conservadora da população brasileira, utilizando-se principalmente como marco teórico as produções bibliográficas do Ministro Luís Roberto Barroso. A metodologia utilizada será a de revisão e análise primária das decisões do Supremo Tribunal Federal que possam configurar caminhos contramajoritários e o objetivo da pesquisa é demonstrar que algumas decisões progressistas tomadas pela corte podem representar um impasse social, contudo, tais posições vanguardistas são necessárias para a garantia dos direitos das minorias.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: a função representativa e majoritária das cortes constitucionais. REI-REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, v. 2, n. 2, p. 517-546, 2016. _____, Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. (Syn) thesis, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2012. GLIESE, Elaine Kristina Krinski Silveira. O CONTRAMAJORITARISMO COMO FILTRO DA DECISÃO DA MAIORIA. Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 5, n. 1, p. 195-195, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5837****TITULO: O PROCESSO DE TRANSMISSÃO DA HERANÇA DIGITAL IMPLICA NA VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE DA PESSOA FALECIDA?****AUTOR(ES) : GIOVANA MONTEIRO DE AGUIAR CAVALCANTE, LORENA MENDES DE OLIVEIRA, YASMIN SILVA BUENO BARAGAO****ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE****RESUMO:**

A herança digital se configura como o conjunto de bens, informações e direitos que o falecido armazenava no mundo virtual e, portanto, sua localização pode estar dispersa em vários dispositivos eletrônicos. Desse modo, o presente artigo se propõe a analisar, com detalhes, o processo de transmissão dessa herança tecnológica - uma vez que esse tema ainda não é regulamentado por nenhuma lei civil brasileira -. Embora o Código Civil disserte acerca da sucessão automática dos bens para seus herdeiros, é preciso que haja uma disposição específica que garanta segurança jurídica e a proteção da privacidade em relação ao patrimônio digital do indivíduo falecido.

O vigente projeto abordará, então, o problema da invasão de privacidade - visto que em uma determinada conta, por exemplo, podem estar armazenadas fotos íntimas do usuário - logo, se não há testamento autorizado, questiona-se a legalidade do repasse ao acesso dessas plataformas.

O presente artigo tem como objetivo tratar de direito sucessório e dos direitos da personalidade, em sua essência. Para isso, a natureza da nossa pesquisa será qualitativa e utilizaremos o método bibliográfico. Sendo assim, iremos argumentar a partir dos resultados obtidos através do estudo e formular nossas percepções acerca dessa temática de grande relevância contemporânea, porém com, ainda, escasso aprofundamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA: LIMA, I. R. Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente. 2013. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf> Acesso em: 21 nov. 2022. LIMA, M. A. M. HERANÇA DIGITAL: Transmissão post mortem de bens armazenados em ambiente virtual. Disponível em <https://www.academia.edu/29324726/Heranca_Digital_Transmissao_Post_Mortem_de_Bens_Armazenados_em_Ambiente_Virtual.pdf> Acesso em 21 nov. 2022. MEDINA, J. M. G. Herança Digital e os bens guardados na nuvem. Disponível em <<https://professormedina.com/2011/11/03/heranca-digital-e-os-bens-guardados-na-nuvem/>> Acesso em 21 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5846****TITULO: TRIBUTAÇÃO DE ATO ILÍCITO: CONFISCO DE SUBORDO PELA OPERAÇÃO LAVA-JATO E IRPF****AUTOR(ES) : PAULO BRAGA,JOÃO GABRIEL COUTO DE MORAES****ORIENTADOR(ES): EDUARDO MANEIRA****RESUMO:**

Durante a operação lava-jato, os portais de notícias divulgaram que bilhões foram recuperados durante o período de fiscalização. Em alguns dos casos, foram encontradas malas de dinheiro em espécie em posse de ex-políticos, dos quais comprovadamente foram oriundos de desvio de dinheiro. Nesses casos, os investigados eram julgados na seara penal e, entre outras consequências, tinham os valores confiscados.

Ainda assim, a Receita Federal tributava o indivíduo alegando que eles haviam auferido renda, por isso deveriam pagar o Imposto Sobre a Renda de Pessoas Físicas. O fundamento da tributação, por sua vez, é o princípio do pecunia non olet, pois, como explica Schoueri, é corrente o entendimento de que o resultado econômico do ato ilícito não pode ficar livre de tributação.

A ideia do presente estudo científico é justamente investigar se os fundamentos teóricos, sob a luz da Constituição Federal de 1988 e dos princípios da tributação da renda, estão corretos para fundamentar a tributação do dinheiro em espécie confiscados pela operação lava-jato.

Para isso, estão sendo analisadas os argumentos da Procuraria Geral da Fazenda Nacional para fundamentar a tributação nesses casos. Além de analisar os argumentos, serão estudadas as decisões do CARF sobre o tema, sendo feito um estudo para averiguar se o entendimento da fiscalização está em congruência com o emanado pela corte fiscal. Ao observar os argumentos e as decisões do CARF, serão investigadas o entendimento doutrinário e jurisprudencial já disposto sobre o tema, como no STJ (REsp 182.563/RJ) e STF. Por fim, será analisada se a tributação do confisco do dinheiro em espécie oriundo de corrupção respeita a capacidade contributiva.

Preliminarmente, está sendo partido do pressuposto de que a tributação desses atos ilícitos não é constitucional, porque uma vez confiscada a mala de dinheiro, e mantendo a tributação da renda do confiscado, não há mais capacidade contributiva que justifique a tributação.

BIBLIOGRAFIA: ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios. 16. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015. COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 2009. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5849****TITULO: O FUTURO DA GUERRA CIBERNÉTICA SOB A ÉGIDE DO DIREITO INTERNACIONAL****AUTOR(ES) : FLAVIA DE MAGALHAES RIBEIRO****ORIENTADOR(ES): ÁDRIA SAVIANO FABRICIO DA SILVA,SIDNEY GUERRA****RESUMO:**

O projeto de pesquisa pretende analisar diversos aspectos da tangente entre os avanços da guerra cibernética e o Direito Internacional. Seu enfoque se dividirá em duas partes principais: a primeira se trata do exame da atual conjuntura da *cyberwarfare*, destrinchando o conceito, suas particularidades – isto é, a sua diferenciação quanto à cínética e a eletrônica – bem como analisando a efetividade do Direito Internacional Humanitário em abrange-la. Essa última análise se dará pela observação e o aprofundamento nas normas, costumes e práticas do DIH quanto ao desenvolvimento de tal modalidade, e o sopesamento do que a doutrina e jurisprudência são capazes de englobar.

Já a segunda parte, que consiste na principal inovação do artigo, corresponde ao desenho de uma realidade de guerra 100% cibernética. Isto se dará por meio de processos de análise de dados do desenvolvimento tecnológico e de medição da amplitude da tecnologia na vida humana, tendo por objetivo refletir não só se tal realidade é possível, como o quanto é provável. Sucederá, ademais, a observação dessa conjuntura à luz do DIH e do Direito Internacional das Catástrofes, observando qual a sua influência em tais áreas. Por fim, será feita a análise das mudanças socioeconômicas no plano internacional suscitadas pelo contexto hipotético.

Os resultado esperado – isto é, a hipótese formulada até o presente momento, com base na pesquisa preliminar – para a primeira parte é a de que o DIH, embora se renove constantemente e já abranja majoritariamente a *cyberwarfare*, ainda possui “pontas soltas” a tutelar, para que haja a integral proteção dos direitos humanos em cenários dessa modalidade de conflito. Para a segunda parte, o resultado decorre da primeira: se, desde já, existem pontas a serem remendadas, a realidade em que a guerra é 100% cibernética demandaria – ou demandará – a reinvenção absoluta do Direito Internacional. Quanto às questões socioeconômicas, a resposta hipotética é de que as relações de poder baseadas em força bélica se deslocariam dos Estados com maior infantaria e amplos investimentos nas forças armadas aos com mais avançado desenvolvimento tecnológico.

BIBLIOGRAFIA: BILLER, Jeffrey T.; SCHMITT, Michael N. Classification of Cyber Capabilities and Operations as Weapons, Means or Methods of Warfare. Stockton Center for International Law, EUA, v. 95, 2019; HEINTZE, Hans-Joachim; THIELBÖRGER, Pierre (ed.). From Cold War to Cyber War: The Evolution of the International Law of Peace and Armed Conflict over the last 25 Years. 1. ed. Suíça: Springer, 2016; PORCHE III, Isaac R. Cyberwarfare: An Introduction to Information-Age Conflict. 1. ed. Massachusetts: Artech House, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5859**

TITULO: A UTILIZAÇÃO DO TERMO “BONS COSTUMES” NO CÓDIGO CIVIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CASO CONCRETO

AUTOR(ES) : **BEATRIZ DE SA MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

O artigo 13 do código civil, restringe a disposição do próprio corpo quando esta implicar ação “contrária aos bons costumes”, ou “diminuição permanente da integridade física”. No entanto, o termo “bons costumes” é demasiadamente vago e não apresenta definição prévia específica a ser seguida. Historicamente a expressão foi empregada com o intuito de dar respaldo legal a juristas conservadores para aplicar seus próprios princípios, que muitas vezes restringiam direitos pessoais de quem se opunha aos seus ideais, em casos de decisões legítimas individuais de base religiosa, cultural e moral. Apesar de ter passado por atualizações em 2002, o Código ainda apresenta expressões ultrapassadas. Vale ressaltar que as mudanças temporais implicam alterações na maneira de se portar, pensar e agir dos indivíduos, o que influencia de maneira direta na compreensão do que é considerado bom costume ou não, além disso, ainda que em uma mesma época, são ideias que variam segundo a realidade de cada pessoa. Nesse sentido, há certa dificuldade de efetivação da norma no caso concreto, visto que o termo não foi bem definido e a ausência de parâmetros para determinar sua aplicação, pode culminar em um uso indevido. Portanto, é evidente a sensibilidade do tema “disposição legal do próprio corpo”, visto que se aplica às questões ligadas diretamente à personalidade dos indivíduos e sua realização, englobando questões principiológicas de cada um. As obras “Direitos da Personalidade” de Schreiber e “Bons costumes no Direito Civil Brasileiro” de Dalsenter, serviram de base inicial para a pesquisa, através da análise dos diferentes casos citados nas obras. A pesquisa busca explicitar os impactos da utilização de um termo vago na tomada de decisões relacionadas diretamente a direitos personalíssimos fundamentais, através de análise qualitativa de jurisprudências explicitar a complexidade dos casos e a urgente necessidade de determinação mais precisa do termo.

BIBLIOGRAFIA: DELSEENTER. Thamis. Bons Costumes no Direito Brasileiro SHCEREIBER. Anderson. Direitos da Personalidade. 2017

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5863**

TITULO: EVENTOS COMO ESTRATÉGIA AGREGADORA NO PGI EMPREENDE

AUTOR(ES) : **GABRIELA CARVALHO GUSMAN**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA,ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO:

O PGI Empreende é um projeto de extensão voltado para o atendimento de pequenos empreendedores. O objetivo deste trabalho é verificar o efeito da participação dos integrantes e do público do projeto em um calendário de eventos, com foco em empreendedorismo. Por ser um ente social, os eventos têm uma característica agregadora para a maioria das pessoas. Isto é parte da natureza humana desde os primórdios, como uma característica cultural. Segundo Mendes (2016), o homem tem necessidades afetivas, espirituais e psicológicas que só podem ser atendidas com a ajuda e participação de outros seres humanos. Portanto, é uma necessidade humana na vida em sociedade, o homem é um ser social por natureza.” A metodologia deste trabalho é, quanto aos fins, exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Quanto aos meios, estão sendo realizadas pesquisas documentais, estudos de caso e metodologias de desenvolvimento de projeto, como brainstorming. A definição do calendário de eventos, no contexto do projeto PGI Empreende, considera aspectos de inovação e empreendedorismo, visando a definição de caminhos que contribuam para o desenvolvimento dos empreendimentos envolvidos. O calendário terá uma perspectiva semestral, com acompanhamento de resultados bimestrais, afim de garantir o bom resultado das ações.

BIBLIOGRAFIA: MENDES, A.C.T. 2016. Produção de Eventos: Um Estudo de Caso das Festas no Vidigal. Monografia apresentada Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), Rio de Janeiro, RJ. 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5876****TITULO: PANDEMIA E DEFESA: CONCLUSÕES SOBRE O PAPEL DO MINISTÉRIO DA DEFESA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19****AUTOR(ES) : PEDRO ABRANTES ANTUNES SOARES****ORIENTADOR(ES): ADRIANA MARQUES****RESUMO:**

A iniciativa Pandemia e Defesa é um dos projetos levados a cabo pelo Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) com intuito de contribuir com o estudo de temas relevantes para a sociedade brasileira. O projeto tem como fim analisar a atuação do Ministério da Defesa do Brasil (MD) frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), a partir de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização do Ministério da Defesa e compreender como ocorreram e ocorrem as mudanças que impactaram o setor de defesa brasileiro no contexto de pandemia. A abordagem da pesquisa é de caráter qualitativo e os objetivos são de cunho exploratório-descritivo. O vetor descritivo está associado à descrição das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa em apoio à mitigação das consequências advindas da Covid-19, quer tenham sido em âmbito estrangeiro (no contexto da ajuda humanitária e repatriação, por exemplo), quer no ambiente doméstico. Não deixaremos, também, de expor considerações a respeito da forma como a crise foi gerida e os reflexos que têve no setor de Defesa. A parte exploratória da pesquisa, por sua vez, têve o propósito de lançar luz sobre as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. A fim tornar o processo de pesquisa mais organizado, quatro eixos temáticos foram estruturados: o primeiro eixo mapeia a estrutura montada pelo Ministério da Defesa, focando na atuação do seu gabinete de crise e dos comandos conjuntos, que foram ativados para atuar no território nacional com o objetivo de apoiar as medidas do governo federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19. O segundo eixo analisa as mudanças estruturais e operacionais ocorridas no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas para que estas organizações pudessem manter os níveis mínimos de operacionalidade e cumprir a missão constitucional de Defesa Externa em tempos de pandemia. O terceiro eixo foca a atuação conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no ambiente internacional, quer na repatriação de brasileiros, nos fluxos migratórios e nas questões sanitárias das fronteiras ou no auxílio a outros países. Por último, o quarto eixo propõe uma análise comparada da atuação do Ministério da Defesa brasileiro com outros países da América do Sul e Europa. Este trabalho irá expor os dados coletados e as conclusões que foram extraídas ao longo da Pandemia e Defesa.

BIBLIOGRAFIA: BRECHER, Michael. WILKENFELD, Jonathan. *A study of crisis*. University of Michigan Press, 2000. BROWN, Trevor L. *The evolution of Public Sector Strategy*. *Public Administration Review*, Special Issue, p. s212-s214, dez. 2010. CUNNINGHAM, Robert B. *Perspectives on public-sector strategic management*. In: RABIN, J.; MILLER, G. J.; HILDRETH, W. B. *Handbook of Strategic Management*. New York: Marcel Dekker, Inc, 1989. MARQUES, Adriana A. *El Ministerio de Defensa en Brasil: Limitaciones y perspectivas*. Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, Santiago de Chile, v. 18, n.18, p. 27-51, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5877****TITULO: A GUERRA RUSSO-UCRANIANA COMO EXEMPLO DO PODER DA MOEDA****AUTOR(ES) : AUGUSTO FERNANDES SCAPINI,HAYLANA ALMEIDA BURITE****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

No cenário político internacional, as disputas no campo financeiro se misturam com as dinâmicas de manifestação do poder político e militar. A ascensão da hegemonia estadunidense compreendeu o entendimento estatal de que a autoridade central que possuir o domínio da moeda de referência internacional detém uma capacidade de endividamento e de retaliação sem precedentes. Nessa conjuntura, surge a questão de como o dólar americano é utilizado enquanto mecanismo de coação e de repressão política e quais são as consequências que esse fato impõe sobre a economia mundial. Para tanto, esta pesquisa, por meio de um estudo de caso, buscará, no contexto da atual guerra russo-ucraniana, examinar como opera a chamada "bomba-dólar", conceito de Ernani Torres (2022) - concebido para caracterizar as sanções econômicas impostas pela grande potência como uma arma política -, a fim de criar uma hipótese que explicará o recuo em um confrontamento direto, bélico, com a Rússia.

Para tanto, mobiliza-se a Teoria Cartalista da Moeda, que discute a natureza política da moeda, entendendo-a enquanto unidade de conta, em detrimento da noção de meio de troca e capaz de gerar dívidas para outros Estados. Dessa forma, o sistema monetário dominante é capaz de controlar a liquidez internacional e as reservas, gerando assimetria na capacidade de liquidação das contas externas. A resposta russa às sanções oferece, da mesma maneira, um ponto relevante à análise, visto que as medidas econômicas tomadas pela potência oriental revelam o modo como o controle americano sobre a moeda afeta a economia internacional. No mais, serão consultados os principais teóricos da Economia Política Internacional e os especialistas contemporâneos que se puseram a compreender o que levou ao estouro deste conflito e o que ele representa para o tabuleiro político internacional atual.

Para além da perspectiva econômica, é de conhecimento geral que a própria expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre a área geográfica em questão representa, para a Rússia, uma ameaça à sua própria soberania territorial. Logo, buscando fontes da área da geopolítica, especialmente no pensamento mackinderiano, será investigado o receio Ocidental em relação à ascensão do poder russo que, na concepção do autor, geraria um poder anfíbio inigualável capaz de subjugar o resto do mundo. Por meio destas abstrações, procurar-se-á entender o porquê da região ucraniana ser tão contestada e os principais fatores que levaram à eclosão do conflito.

Dessa forma, o presente trabalho, de natureza informativa e argumentativa, utilizará as fontes de conhecimento proporcionadas pelo estudo das Relações Internacionais para promover, através de um recorte temático, uma reflexão acerca do poder político da moeda, materializado, principalmente, na imposição de sanções econômicas. Espera-se, então, que a pesquisa proporcione o melhor entendimento do tema, contextualizado em caso concreto, na comunidade científica brasileira.

BIBLIOGRAFIA: TORRES FILHO, E. Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 73-85, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52674>>. Acesso em: 20 nov. 2022. METRI, Maurício. A ascensão do dólar e a resistência da libra: uma disputa político-diplomática. 2014. Acesso em: 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/61/55>. POLÍTICA financeira: o uso do dólar como arma política (parte 1). São Paulo: Inct Ineu, 2022. Color. Série Diálogos INEU. Acesso em: 14 nov. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2GMUHG/x_7s&t=3s.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5892****TITULO: O PODER CONTRAMAJORITÁRIO DOS TRIBUNAIS COMO GARANTIDOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: "PILAR" DEMOCRÁTICO OU "SEGURÓ POLÍTICO" DOS CONSTITUINTES?****AUTOR(ES) : BRUNO RODRIGUES VIEIRA****ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA****RESUMO:**

O objetivo desse trabalho é analisar a jurisdição constitucional que marcou o mundo contemporâneo pela busca de assegurar os direitos fundamentais. Com uma análise histórica dos papéis das constituições antes da segunda guerra mundial e após, é compreendido pelos estados a necessidade de um verdadeiro poder contramajoritário. Com efeito, consagrando os interesses não apenas das maiorias casuais mas, também, das minorias, acreditou-se que esse poder expressaria o verdadeiro significado do ideário democrático, este sendo considerado como o regime político do governo do povo. No entanto, com a adesão dos estados a essa nova forma de enxergar o poder judiciário, surgiram novos riscos de rupturas institucionais. O tema da judicialização e do ativismo judicial, nesse contexto, merecem uma análise crítica, ora vistos como favorável às elites políticas e econômicas, atuando como um "seguro político" dado pelos constituintes originários, ora como sustentadores essenciais de importantes pilares democráticos, especialmente em países que passaram por uma recente redemocratização.

É passando por inúmeros escritos como os de Ran Hirschl, com sua célebre obra intitulada como "Towards Juristocracy: the origins and consequence of the new constitutionalism", e pela obra de uma das maiores figuras do Tribunal Federal Alemão, Dieter Grimm, que se comprehende que a jurisdição constitucional pode não ser um componente indispensável ao constitucionalismo, mas tem servido bem à causa, apesar de possibilizar alguns riscos democráticos. Importante frisar que essa realidade é mais intensa em países que possuem constituições analíticas, como é o caso do Brasil, e que isso remonta, acima de tudo, a um arranjo institucional. Essa estruturação dos estados que ocorreu durante o processo de redemocratização da América Latina foi uma estratégia adotada para alcançar o amadurecimento das instituições democráticas. No entanto, em territórios em que o autoritarismo sempre perdurou, manteve-se a hegemonia do poder executivo -fato que possibilitou ainda mais o litígio dos três poderes na sociedade civil. A jurisdição, entretanto, minimizou essa hegemonia pertencente ao executivo e abriu alas para a consolidação da democracia em solo Sul-americano. A caminho do fim, conclui-se parcialmente que o Direito pode servir ao ideário democrático dentro de um território marcado pelo autoritarismo ao mesmo passo que pode avançar para construir barreiras contra o vento que move as velas políticas da sociedade organizada. Não é cansativo lembrar que o poder emana do povo, não dos juízes. Na busca pela concretização dos direitos fundamentais, deve-se ter, enfim, o cuidado para não aniquilar a força de quem os tutela: o povo.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. DALLARI, Dalmo. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4977156/mod_resource/content/1/DALLARI%20D.A.%20Elementos%20de%20Teoria%20Geral%20do%20Estado%20de%2016a%20ed.%2C%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%20Saraiva%2C%201991.pdf Acesso em: 28/08/2022. GRIMM, Dieter. *Constitutionalism: past, present, and future*. Oxford: Oxford University Press, 2016. HIRSCHL, Ran. *The new constitutionalism and the judicialization of pure politics worldwide*. Fordham Law Review, v. 75, 2006-2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5924****TITULO: PODER JUDICIÁRIO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE****AUTOR(ES) : JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA,FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,LAURA GARCIA GONZAGA****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES****RESUMO:**

Este trabalho será desenvolvido no âmbito da pesquisa "Poder Judiciário e Conflitos Fundiários no Território Fluminense", buscando investigar as práticas e interpretações do Poder Judiciário em conflitos fundiários durante a pandemia de Covid-19. Com a promulgação da decisão do Ministro Luís Roberto Barroso na ADPF-828, estabeleceu-se uma suspensão da execução de despejos devido ao estado de calamidade pública. Tal medida vigorou, após seguidas prorrogações, até 31 de outubro de 2022, quando foi estabelecido pelo Ministro a necessidade de constituir nos Tribunais de Justiça meios de mediação para conflitos fundiários, condicionando a realização de despejos a estes meios intermediários.

O presente trabalho analisará a atuação dos magistrados e desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Seção do Rio de Janeiro em demandas de reintegração de posse no contexto de vigência da suspensão dos despejos pela ADPF-828. Será realizado um levantamento de decisões judiciais nos sítios do TJRJ e TRF2, visando identificar se a determinação da ADPF 828 foi respeitada pelos magistrados e desembargadores, sob quais fundamentos foram suspensos os despejos e se a pandemia foi razão dominante para estas suspensões. se (e em quais situações) foi necessário impetrar Reclamações Constitucionais no Supremo Tribunal Federal, dentre outras questões.

Ademais, pretende-se traçar uma pesquisa interseccional do tema do déficit habitacional, a partir da análise de algumas das ocupações trabalhadas, com outros dados que apontam ser o déficit constituído majoritariamente por mulheres negras. Todo o trabalho de pesquisa será conduzido com a leitura de bibliografia atinente a conflitos fundiários, déficit habitacional e estudos interseccionais.

Frise-se que, por se tratar de pesquisa iniciada em novembro de 2022, os resultados apresentados terão caráter parcial, relatando algumas das tendências identificadas pela pesquisa ao tempo de sua apresentação.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rafael, CARVALHO, Laura e RIOS, Marcos. Alves, Carvalho e Rios. *Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19*. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. CORTES, Sára da Nova Quadros. *Análise do Discurso Judicial nos conflitos por terra referentes às desapropriações para fins de reforma agrária e ações possessórias: in dubio pro "proprietário"?*, 2017. Tese. (Doutorado em Direito). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. 2005. (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

RESUMO:

Na atual sociedade da informação, os dados pessoais se tornaram o centro das atenções, pois é cada vez mais comum as pessoas realizarem as principais atividades cotidianas por meio de aplicativos e sites, como, por exemplo, fazer compras, transferência bancária etc. Assim, em cada atividade, dados pessoais são utilizados por empresas que os tratam e atuam como controladores de tal tratamento.

Diante disso, faz-se necessário regular o tratamento de dados pessoais para que o direito à proteção de dados seja garantido aos titulares. No Brasil, a principal lei que regula tal assunto é a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”). Nesse sentido, o foco do presente trabalho está inserido na previsão sobre decisões automatizadas, no art. 20, que estabelece, no caput, que “O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade”.

Com isso, a primeira parte do caput do art. 20 dispõe sobre tratamento automatizado de dados pessoais, já a segunda parte pode ser entendida como *profiling* (ou “perfilição”), no qual “os dados pessoais são tratados com o auxílio de métodos estatísticos e de técnicas de inteligência artificial, com o fim de se obter uma “metainformação”, que consistiria numa síntese dos hábitos, preferências pessoais e outros registros da vida desta pessoa. O resultado pode ser utilizado para traçar um quadro das tendências de futuras decisões, comportamentos e destino de uma pessoa ou grupo.” (DONEDA, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho possui como principal pergunta de partida: quais são as obrigações específicas da legislação brasileira que os controladores possuem ao realizar *profiling* pessoal e de consumo?

Explorar a conformidade de tratamento de dados pessoais é relevante, uma vez que estes integraram recentemente o rol expresso dos direitos fundamentais, por meio da Emenda Constitucional nº 155/2022. Assim, o presente trabalho possui justificativa social. Além disso, há a justificativa acadêmica, pois *profiling* é um tema que não foi esgotado pela LGPD.

O objetivo geral é compreender o fenômeno de *profiling* pessoal e de consumo e a sua aplicação prática. O objetivo específico é analisar a legislação brasileira e buscar parâmetros para a melhor aplicação e interpretação da legislação brasileira para os casos que envolvem tratamento automatizado de dados pessoais que definem perfis pessoais e de consumo.

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa *leve lata*, que busca demonstrar o cenário normativo e interpretativo sobre um determinado assunto, bem como a melhor aplicação da lei e/ou interpretação. Serão utilizados fontes bibliográficas e legislações, ambas nacionais e estrangeiras, sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA: DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto Da privacidade à proteção de dados pessoais [livro eletrônico]: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados / Danilo Cesar Maganhoto Doneda. -- 2. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. FRAZÃO, Ana; CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Compliance e políticas de proteção de dados: Revista dos Tribunais, 2021. ZANATTA, Rafael. A. F. Perfilização, Discriminação e Direitos: do Código de Defesa do Consumidor à Lei Geral de Proteção de Dados. In: ResearchGate. [S. l.], fev. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5948****TITULO: INFOCRACIA NOS EUA: COMO A TECNOLOGIA AMEAÇA A DEMOCRACIA NA POTÊNCIA GLOBAL E A INFLUÊNCIA DESSE PROCESSO NA AMÉRICA LATINA****AUTOR(ES) : VICTORIA LOUISE DE SOUSA QUITO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

Na era do “Capitalismo da Vigilância”, em que as redes sociais detêm ampla variedade de dados de usuários e permissão para manipulá-los e vendê-los, a democracia é cada vez mais ameaçada. De natureza exploratória e bibliográfica, o presente trabalho objetiva analisar como essa dinâmica tem-se desenrolado nos Estados Unidos, levando-se em consideração o impacto do trumpismo e o crescimento da extrema direita no país, assim como a lógica algorítmica das redes sociais, que potencializa tais correntes políticas. Pretende-se, ainda, avaliar se e, em caso positivo, de que forma os países sob influência estadunidense na América Latina são, ou podem ser, afetados por essa lógica. De que maneira o agravamento do cenário infocrático nos EUA pode e tem afetado o desenrolar de uma situação análoga no subcontinente latonamericano? Para responder, o presente trabalho se baseia em epistemes apresentadas por Shoshana Zuboff no livro “A Era do Capitalismo da Vigilância”, Byung-chul Han em suas publicações acerca do impacto das novas tecnologias para a sociedade e István Mészáros, em “O Poder da Ideologia”. Também avalia dados produzidos sobre a última década por organizações internacionais, como Human Rights Watch e Anistia Internacional, para tecer comparações entre países latino-americanos e os Estados Unidos, observar estatísticas quanto à democracia nesses países, uso de redes sociais, polarização política, entre outros a serem considerados relevantes. Por fim, discursos e propostas dos principais líderes políticos dos países envolvidos também devem ser analisados para comparação.

Nas redes sociais, a racionalidade comunicativa, o espaço público e a democracia decaem gradativamente. A vigilância proporcionada pela produção constante de dados das pessoas sobre suas próprias vidas dá às empresas amplo poder de manipulação social. A infocracia faz indivíduos se sentirem livres, enquanto as informações a que têm acesso os transformam em “animais de consumo e dados”. Esse cenário propicia o crescimento de ideologias de manutenção de poder, que têm a psicopolítica como ferramenta, e as Inteligências Artificiais - dotadas de vieses, mas com status de imparcialidade - , como atores. Os acontecimentos que se desenrolam nos EUA são observados em todo o mundo e a América Latina tem um extenso histórico de influência das políticas americanas no plano interno. Uma vez estabelecidas, ideologias têm capacidade de viabilizar o consenso e de reforçar a legitimidade de ações e decisões. Todas essas dinâmicas são potencializadas hoje pela lógica algorítmica das redes sociais, que são majoritariamente americanas.

Para a preservação da democracia, é importante que haja regulamentações quanto ao funcionamento dos algoritmos. Além disso, a sociedade civil deve ser informada sobre o perigo iminente da visão crítica sobre as Inteligências Artificiais detidas por empresas privadas sediadas na potência hegemônica global e que concentram o espaço de debates que deveria ser público.

BIBLIOGRAFIA: Byung-chul Han (Infocracia), István Mészáros (O poder da ideologia), Shoshana Zuboff (A Era do Capitalismo de Vigilância)

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5955****TITULO: MORRO DA PROVIDÊNCIA: POR QUE NÃO PERTENCER À PEQUENA ÁFRICA? LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DOS ATIVISMOS DO MORRO DA PROVIDÊNCIA COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DA REGIÃO.****AUTOR(ES) : THAIS DE PAULA DA SILVA****ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS****RESUMO:**

A Pequena África, berço da cultura negra localizada na zona central do Rio de Janeiro, vem emergindo como objeto de disputa de significação dos lugares, construção de locais de memória, história e de ativismos negros. Realizando uma análise temporal, o projeto Porto Maravilha e seus desencadeamentos representam um repertório de disputas territoriais, de poder e de intencionalidades num contexto que vai contra a preservação da cultura negra na cidade. Diante disso, a presente pesquisa, ainda em estágio inicial, pretende abordar a disputa por identidade territorial dos atores sociais do Morro da Providência, importante marco na história da cidade cujos atores hoje confrontam a dinâmica de poder dos agentes governamentais da cidade.

A participação no projeto de extensão chamado “Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência”, possibilitou percepções e reais vivências sobre as dinâmicas daquela localidade. Observando o território com maior proximidade foi possível identificar alguns projetos e personalidades que parecem realizar disputas de narrativas territoriais. O SOS Providência, uma entidade de cunho não governamental, na execução do projeto de recenseamento do Morro da Providência, levou para o treinamento de seus agentes territoriais, os chamados Moradores Monitores, um destaque na formação dos agentes no que diz respeito a conscientização da identidade do território como pertencente à Pequena África. Assim também, há um projeto promovido pelo morador Cosme Felippen chamado “Rôlé dos Favelados”, que promove uma visitação aos principais pontos históricos do centro do Rio de Janeiro e incluindo diversos pontos dentro do Morro da Providência. Mauricio Hora, outra personalidade do território, líder comunitário e fotógrafo do Morro da Providência, em muitas de suas exposições promove a realidade e a história da região. É idealizador da Casa Amarela, que é um Centro de educação, arte e apoio social no Morro da Providência.

Busca-se, então, entrevistar atores sociais locais que promovam discussões acerca do Morro da Providência para, a partir daí, identificar suas ações e discursos que promovam a exaltação de identidade do território como pertencente à Pequena África. Além disso, a metodologia também abrange a pesquisa bibliográfica, e entrevistas com outros atores sociais pertencentes aos pontos do Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana e que dialogam reivindicando ou apagando a Providência nos discursos sobre a Pequena África.

A pesquisa é uma tentativa de entrelaçar fatos históricos, ativistas locais e disputas territoriais. Assim, tensiona o Decreto Municipal 34.803/2011, que define o Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana, e a Lei Estadual 8.105/2018, que cria o Circuito Histórico da Pequena África, tentando trazer visibilidade para que o Morro da Providência seja inserido no Circuito da Pequena África.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5963****TITULO: CIDADES INTELIGENTES E A ANÁLISE DA CONCESSÃO SMART LUZ RIO****AUTOR(ES) : RICHARD HENRIQUE MOURA CASTRO****ORIENTADOR(ES): DEBORAH WERNER****RESUMO:**

A pesquisa tem como objetivo compreender os elementos que orientam o paradigma das cidades inteligentes e sua adesão em território brasileiro, a partir do caso da cidade do Rio de Janeiro. Busca-se analisar a concessão pública Smart Luz Rio, que versa sobre os serviços de iluminação pública, com ênfase nos seguintes elementos: i) como o modelo smart se aplica à concessão; ii) as relações público-privadas que viabilizam o projeto; e iii) as implicações territoriais da concessão.

Em termos metodológicos, a pesquisa de caráter bibliográfico e documental, parte da compreensão conceitual do paradigma smart, com base em referencial teórico nacional e internacional para analisar a concessão Smart Luz Rio, a partir de documentos oficiais, com ênfase no contrato de concessão, nos marcos regulatórios e no arranjo econômico-financeiro que viabiliza a concessão.

Ressalta-se que, em termos teóricos, as cidades inteligentes propõem o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o aumento do bem-estar nas cidades, eficiência nos serviços articulado ao paradigma da sustentabilidade.

Busca-se compreender, portanto, como tais elementos se articulam à concessão em tela; analisar a articulação público-privada que viabiliza a concessão; e verificar se o projeto rompe ou reitera processos de desigualdade territorial que marcam a cidade do Rio de Janeiro.

Tem-se como hipótese o caráter fragmentado de implementação dos serviços públicos relacionados à concessão, em termos territoriais e setoriais, o que impõe limites ao alcance da proposta vinculada ao conceito; assim como o domínio do capital privado internacional relacionado às TICs, enquanto novo agente do planejamento urbano e estruturador de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, M. Smart city policies: a spatial approach, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.06.007> Acesso em fevereiro de 2020. Morozov, E.; Bria, F. A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5986****TITULO: TRAMAS DE PEDAGOGIA SITUADA: REESCRITAS FEMINISTAS DO DIREITO JUNTO À OCUPAÇÃO DE MULHERES CASA ALMERINDA GAMA****AUTOR(ES) : AGNES MORAES LOPES GAMA,GABRIELI OLIVEIRA PELLENZ,GABRIEL MOREIRA SILVA VIEIRA CARREZ****ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI****RESUMO:**

O TRAMA (Teorias e Redes de Ação Materialista) é um projeto que entrelaça ensino, pesquisa e extensão, integrante do grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política. No intuito de enfrentar as metodologias de ensino tradicionais das faculdades de direito, que reproduzem o que Paulo Freire (2005) denominou de ensino bancário, o grupo aposta na construção de uma “pedagogia situada” (FRANZONI, ALMEIDA, 2021), capaz de compreender e analisar o direito de forma crítica e enraizada nas situações, corpos e territórios que o produzem.

Essas tramas pedagógicas se enredam a partir de 3 nós epistêmicos: conhecimento situado, pedagogia da autonomia e materialismo jurídico-espacial (FRANZONI, 2018). Esses nós costuram os conceitos e práticas que dão forma à metodologia pretendida no ensino do Direito, possibilitando a criação de espaços de debates e construção autônoma e informada de conhecimento, tendo como alguns autores de referência bell hooks, Paulo Freire, Duncan Kennedy, Donna Haraway e Patricia Hill Collins. As estratégias do TRAMA combinam diferentes práticas de ensino-aprendizagem para “espacializar” o direito (FRANZONI, 2019), que se corporificam em espaços de encontro, conflito e de rede. Os estudantes atuam em dois eixos: a) ensino/pesquisa, desenvolvendo a inflexão crítica de autores e temas; b) extensão, em parcerias com movimentos sociais (MLB e o Movimento de Mulheres Olga Benário) e outros grupos de pesquisa/extensão (CERCO e Corpografias).

Neste trabalho, iremos apresentar as ações do TRAMA, após o retorno das atividades presenciais, junto à ocupação Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama. O prédio que estava abandonado, sem cumprir função social, hoje é um espaço de acolhimento e de organização de mulheres em situação de vulnerabilidade. Junto ao projeto Reescrita de Jurisprudências Feministas, realizamos atividades de formação entre estudantes, docentes, ocupantes da casa e militantes do Mov. Olga Benário, a partir de casos reais de violência de gênero.

Para criar a metodologia da formação, realizamos encontros internos à luz da Cartilha do Mov. Olga Benário e de textos relacionados com os nossos nós epistêmicos, debatendo sobre perspectivas feministas. Nossa primeira atividade com a rede foi uma oficina de contação de estórias, apostando na escuta ativa como meio para criar um circuito de afetos e para situar o conhecimento em torno da luta por direitos. A partir dessa estratégia, discutimos três casos concretos sobre violência de gênero. A pluralidade de perspectivas e sujeitos debatidas nos casos, formam tramas capazes de ampliar o campo de visão da análise e transformar a narrativa tradicional dos conflitos estudados, trazendo outras possibilidades jurídicas. Nos encontros, refletimos como o Estado e o Direito atuam como redes de relações que colocam continuamente os sujeitos em determinados registros que, alterados e complexificados pela nossa metodologia, podem se repositionar em arranjos possivelmente mais justos.

BIBLIOGRAFIA: DE ALMEIDA, P. O.; ÁVILA FRANZONI, J. Cercos e tramas de pedagogia situada: ensino do Direito em campos de várzea. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 8, n. 1, p. 249-280, 2022. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v8i1.40885. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/40885>. Acesso em: 20 nov. 2022. TRAMAS DO ENSINO JURÍDICO:: apostas de pedagogia situada para o trabalho com o direito. Rio de Janeiro: Projeto de pesquisa, 2020. 11 p. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5990**

TITULO: OS INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS CHINESES PARA ALÉM DO PORTO: IMPACTOS DA BELT AND ROAD INITIATIVE NO COMÉRCIO E PRODUÇÃO MUNDIAIS

AUTOR(ES) : ROSA ELIS TELES GALLETTA

ORIENTADOR(ES): MONICA BRUCKMANN

RESUMO:

A *Belt and Road Initiative* (BRI), ou Iniciativa do Cinturão e Rota, é uma estratégia chinesa que tem como proposta a realização de massivos investimentos em infraestrutura ao redor do mundo, criando, portanto, corredores econômicos terrestres e rota marítima. Desde que foi anunciada por Xi Jinping em 2013, 147 países se juntaram à Iniciativa. Os projetos de investimento em portos são essenciais para o desenvolvimento da BRI, uma vez que viabilizam a Rota Marítima. Este trabalho almeja compreender como o modelo de desenvolvimento dos portos no âmbito da BRI impacta não só o comércio mundial, como também implica em mudanças na produção global. Os investidores chineses da iniciativa têm utilizado um modelo de desenvolvimento de portos que além de financiar a construção da própria infraestrutura também atua na cidade portuária. Esse modelo tem como inspiração a cidade de Shenzhen, que até 1980 tinha uma economia sustentada pela pesca e que hoje é baseada na indústria de alta tecnologia. Para realizar a pesquisa, parte-se da análise de artigos científicos, fontes jornalísticas de credibilidade e relatórios econômicos produzidos por organizações como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

BIBLIOGRAFIA: CHATZKY, Andrew; MCBRIDE, James. "China's Massive Belt and Road Initiative. Council on Foreign Relations." 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative> NEDOPIL, Christoph. "Countries of the Belt and Road Initiative"; Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University. 2022. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/> NATURE. "Spotlight on Shenzhen." Nature. 2007. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nj0181#citeas>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6002**

TITULO: PROJETO DE EXTENSÃO CONHECENDO A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

AUTOR(ES) : ISABELLA DE SOUZA DE AZEVEDO, KAYLANE CRISTINA AMARAL COSTA, MARIA CLARA FREITAS BRANDÃO, EDUARDO ABREU DA SILVA MONTEIRO, GIOVANNA GHELLI ALEXANDRE CAMPOS, LAYSA DE OLIVEIRA PENNA LOPES PEIXOTO

ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE

RESUMO:

O objetivo principal do projeto de extensão Conhecendo a Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ) é a realização de visitas guiadas abertas a toda comunidade, mas tendo como público-alvo estudantes secundaristas de escolas públicas e privadas. Busca-se apresentar aos visitantes a história da instituição e do edifício, assim como a de grandes acontecimentos políticos que permeiam o passado da Faculdade. Nesse sentido, o resgate da memória histórica, cultural e patrimonial da FND impõe-se como objetivo fundamental do projeto, o qual será trabalhado gradualmente.

Além disso, durante os encontros, os estudantes-visitantes serão apresentados a vários aspectos do curso de graduação da Casa, como grade curricular, ações de pesquisa e atividades de extensão, bem como exposição acerca das carreiras jurídicas e diálogo direto com o corpo social, por meio de palestras do centro acadêmico e de professores convidados. Dessa forma, o projeto Conhecendo a Faculdade Nacional de Direito também visa promover uma aproximação entre a comunidade externa e a realidade da instituição.

BIBLIOGRAFIA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sobre a FND: Histórico da Faculdade Nacional de Direito *Faculdade Nacional de Direito*. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <https://direito.ufrj.br/sobre-a-fnd/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6004****TÍTULO: AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DOS BRICS E A AMEAÇA À HEGEMONIA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS****AUTOR(ES) : VITOR MARTINS MACHADO BRAGA,JOÃO PEDRO BATISTA NEGRÃO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

Após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e depois de conseguirem aprovar os Acordos de Bretton Woods (1944), que definiram as regras do sistema monetário internacional e determinaram a criação de instituições financeiras internacionais, os Estados Unidos da América se estabeleceram como principal potência mundial capitalista. Logo, os EUA passaram a se utilizar do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial - ambos instituições frutos de Bretton Woods - para controlar parte do sistema monetário internacional e garantir sua hegemonia. Entretanto, a partir dos BRICS, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, os quais possuem objetivos de financiamento e empréstimos a outros Estados, similar ao FMI e ao Banco Mundial. Desse modo, o presente artigo busca responder se essas novas instituições do BRICS podem ou não colocar em risco a atuação do Banco Mundial e do FMI e, consequentemente, ameaçar a hegemonia americana. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar como isso poderia acontecer. Por fim, o método empregado será um estudo bibliográfico dos principais teóricos da área, tais como Ramos e Zahran (2006), Gonçalves (2014) e Gontijo (2019).

BIBLIOGRAFIA: RAMOS, Leonardo; ZAHRAN, Geraldo. Da hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual. *Cena Internacional*, ano 8, n. 1, p. 134-157, jun. 2006. GONTIJO, Cláudio. A nova crise da hegemonia americana. Curitiba: Appris, 2019. GONÇALVES, Williams et al. O BRICS e as mudanças na ordem internacional. *CAPA-REVISTA DA EGN*, v. 20, n. 1, p. 49-75, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6029****TÍTULO: INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E EXTENSÃO: UM BALANÇO DO PROJETO “SEMANAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFRJ”****AUTOR(ES) : PIETRA REGIS ADRIANO BALBINO****ORIENTADOR(ES): GUILHERME ANTUNES RAMOS****RESUMO:**

O trabalho aborda a experiência da autora, na condição de bolsista de extensão, em projeto intitulado "semanas de internacionalização da UFRJ". Através de um auto relato, consubstanciado em leituras complementares e relatórios de feedback realizados com o público alvo das atividades, serão compartilhadas as impressões da autora em um pioneiro projeto de extensão voltado à internacionalização da extensão na UFRJ.

Criado no final de 2021, o projeto apresenta como meta o desenvolvimento de ações que possibilitem o intercâmbio cultural e informacional dentro e fora da universidade, promovendo encontros e trocas que vão do nacional ao internacional.

O trabalho proposto se justifica por apresentar pioneiras experiências de internacionalização da extensão na UFRJ que contrastam com as atividades mais tradicionais da universidade, focadas na mobilidade (intercâmbio). Espera-se como um notório resultado a geração de reflexões inspiradoras sobre as distintas maneiras pelas quais a universidade, em suas ações de internacionalização, possa ir além do intercâmbio stricto sensu e perseguir estratégias e políticas de internacionalização mais inclusivas, a abranger inclusive as comunidades externas.

Entende-se que a internacionalização universitária contribui para o desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais, as quais são extremamente importantes para a atuação profissional e cidadã em um mundo cada vez mais globalizado e culturalmente interconectado. Pela via da extensão, ou interlocução frequente da universidade com as comunidades externas, essas competências podem também atingir um público externo à universidade, gerando impacto social.

Serão descritas e analisadas as inúmeras atividades de extensão realizadas no escopo do projeto. A título exemplificativo, pode-se citar: A Semana da Lusofonia, resultado de uma parceria entre a UFRJ, o Consulado Geral de Portugal e a Associação Luís de Camões, que deu arte, literatura e cultura nos países lusófonos; I Semana da Integração do Estudante Estrangeiro, em cujo âmbito foi organizada uma série de atividades de acolhimento e ambientação do estudante estrangeiro, incluindo atividades de extensão e integração à universidade e à cidade do Rio de Janeiro; a visita à Escola Municipal O'Higgins, efetuada com o objetivo de promover uma troca intercultural entre estudantes estrangeiros da UFRJ e alunos do 5º ano do fundamental. De maneira lúdica, a conexão entre as crianças e os estudantes se consolidou no intercâmbio cultural promovido e no estímulo às crianças a alcançarem seus sonhos, consoante o tema escolhido pelas turmas: "Tecer sonhos com afeto".

Essas e outras atividades serão debatidas e problematizadas com o intuito de fomentar um debate sobre como a UFRJ, através da extensão, pode perseguir um modelo de internacionalização mais inclusivo e democrático, beneficiando um público mais amplo.

BIBLIOGRAFIA: MOROSINI, M. [org.] *Guia para a Internacionalização Universitária*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. COURAS, K.; COURAS, K. *Internacionalização do ensino superior: Razões políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ensino à Distância, 2017. GUIMARÃES, F.; FINARDI, K. *Interculturalidade, internacionalização e intercompreensão: qual a relação?* In: Ilha do Desterro, v. 71, nº 3, pp. 015-037, Florianópolis, set/dez 2018. is. Global South Press, 1ª edição, 2015. Pp. 15-20, 145-152.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6032**

TÍTULO: **CRUZADAS DE CANCELAMENTO E VIGILÂNCIA LATERAL: UM ESTUDO CRIMINOLÓGICO DA REAÇÃO SOCIAL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ MEIRELLES NOCITO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Trata-se de um projeto de iniciação científica inserido em um projeto maior de pesquisa, intitulado “Para além do sistema de direito criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivas”, sob a orientação do Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier. A presente pesquisa tem por objetivo principal trabalhar, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, o paradoxo das demandas punitivas na promoção de direitos e a sua relação com o direito criminal. Dentro deste grande projeto, minha participação se propõe a investigar, utilizando ferramentas teóricas, em que medida a noção de vigilância lateral (Andrejevic, 2004) nos auxilia na compreensão do fenômeno que provisoriamente temos denominado como “cruzadas de cancelamento”, um conceito que ainda se encontra em fase de construção.

Busca-se verificar, a partir do exame da literatura existente sobre vigilância horizontal, de que maneira se comporta esta nova forma de vigiar por pares – “peer-to-peer monitoring” (Andrejevic, 2004), que tanto se difere das concepções clássicas de vigilância, e qual é a sua influência na construção do fenômeno estudado no espectro maior da pesquisa. Pretende-se, nesse sentido, discriminar quais são os limites explicativos do conceito investigado, principalmente no que tange à compreensão das demandas punitivas em análise. Ademais, objetiva-se, à longo prazo, selecionar casos concretos em que seja possível ilustrar o funcionamento desta aparelhagem conceitual na prática e testar a sua limitação. É provável que até o final do primeiro semestre do ano de 2023 sejam alcançados resultados preliminares.

BIBLIOGRAFIA: ALBRECHTSLUND, Anders. Online social networking as participatory surveillance. *First Monday*, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/2142>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6041**

TÍTULO: **ANÁLISE DE IMAGEM DOS ESTADOS UNIDOS ATRAVÉS DO NATIONAL BRANDING INDEX**

AUTOR(ES) : **RENAN NASCIMENTO LOPES, PAULA FRONY DE OLIVEIRA MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A forma como um país é percebido pode fazer uma diferença crítica para o sucesso de seus esforços de negócios, comércio e turismo, bem como suas relações diplomáticas e culturais com outras nações e suas respostas estratégicas. A lógica da administração burocrática busca instrumentos técnicos para a identificação de políticas preferíveis na gênese dos elementos que constituem os Estados-nações, que se reinventam para que consigam, de modo efetivo, amadurecer funcionalmente e resolver conflitos nas diversas áreas, utilizando da autonomia para mitigar o impacto de suas ações nos processos de socialização política. Nota-se, portanto, a aplicação de técnicas de marketing como incremento na diplomacia pública, para prospectar e reorientar a imagem internacional de um determinado país no xadrez global. Logo, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa descritiva, quantitativa documental e pós-facto do nation branding dos Estados Unidos a fim de avaliar sua imagem e reputação ao longo de seus governos democratas e republicanos, com a seguinte pergunta: Existe alguma relação da imagem dos EUA no NBI com as vertentes políticas dos EUA? Busca-se identificar as relações das vertentes políticas estadunidenses com o poder e a qualidade de sua marca no Nation Brands Index (NBI) no recorte temporal de 2008 a 2022, dado as variáveis de governança; pessoas; imigração e investimento. Dessa forma, o suporte teórico contempla o conceito de imagem de Kenneth Ewart Boulding, Xiufang Li e Narren Chitty, e sua ligação aos atributos de apoio político doméstico, assim como a influência internacional de um país, na tentativa de integrar aos mercados globais, melhorar seu status no cenário mundial, e no caso dos Estados Unidos, realizar a manutenção de sua hegemonia.

BIBLIOGRAFIA: CURADO, Manuel. O conceito de imagem em Kenneth Ewart Boulding: um capítulo da epistemologia das teorias evolutivas. Universidade do Minho - Centro de Estudos Humanísticos. 1993 LI, Xiufang & CHITTY Narren. Reframing national image: A methodological framework. Berlin.2009

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6056**

TITULO: CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO

AUTOR(ES) : ANNA BEATRIZ PINTO DE SOUZA,NATÁLIA SOPRANI VALENTE MUNIZ,JEFFERSON MARCELO ALVES

ORIENTADOR(ES): MARILSON SANTANA

RESUMO:

O presente estudo tem como objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Deseja-se compreender, principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação e a prática e perfil de seus mediadores. Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: (i) compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento de uma Câmara Privada de Mediação de conflitos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ; (ii) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça; (iii) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores, na estrutura normativa e na demanda de casos; (iv) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços.

A metodologia utilizada será, em um primeiro momento, o desk research. Com isso, pretende-se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos. Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, tais como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas com mediadores que atuam nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores.

Como resultados esperados, pretende-se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos. Espera-se, também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras. Ainda não há considerações finais ou parciais, devido ao inicial estágio da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: Capelletti, Mauro. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northefleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. Moore, Christopher W. O processo de mediação; estratégias práticas para a resolução de conflitos. Tradução de Magda França Lopes. 2^a ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. Becker, Howard S. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zarah, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6081**

TITULO: AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NO RIO DE JANEIRO: DA FORMAÇÃO À CONSTRUÇÃO DO COLETIVO

AUTOR(ES) : ISABELA VASLIN MIRANDA,INGRID VIANA DOS SANTOS

ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,CRISTIANE BRANDÃO

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Extensão Promotoras Legais Populares nos dois semestres do ano de 2022, na 10^a Turma de Formação das PLPs no semestre de 2022.1. E na sua primeira edição da Turma de Formação Continuada, no semestre de 2022.2. Analisando a articulação deste curso interdisciplinar com a formação e desenvolvimento do Coletivo das Promotoras Legais Populares do Rio de Janeiro e com a Rede Nacional de Promotoras Legais Populares.

O projeto, em sua 10^a Turma, ofereceu um curso de formação para mulheres internas e externas à UFRJ, sob o prisma da educação popular de Paulo Freire, e também a partir das reflexões de bell hooks, enfatizando-se na perspectiva prático-metodológica, em que se faz essencial a troca de saberes entre as educandas e as facilitadoras de cada encontro, escolhidas a partir da proximidade com a temática, e não necessariamente professoras da UFRJ e/ou operadoras do Direito. Prezando-se pela construção horizontal do saber, a partir da construção de conhecimento entre as educandas e as facilitadoras, opondo-se a uma hierarquia entre saberes e falas.

Os encontros da 10^a Turma do curso ocorreram semanalmente de forma presencial, às quartas feiras, sendo interdisciplinares com a presença das educandas, das facilitadoras, das coordenadoras e das monitoras. A oferta de vagas é direcionada, em sua maioria, a mulheres externas à UFRJ, facilitando a construção de conhecimento entre a academia e os saberes de mulheres que possam redirecionar o conhecimento adquirido para demandas externas que envolvam seus coletivos, organizações, instituições, etc. Tendo como temáticas principais, o enfrentamento a violência contra a mulher, a luta das mulheres e o papel das PLPs no Brasil.

Já na Turma de Formação Continuada das PLPs, a oferta de vagas foi direcionada a mulheres já formadas na extensão anteriormente, aprofundando os temas já trabalhados, para que as PLPs possam redirecionar o conhecimento adquirido para demandas externas e para a formação do Coletivo das Promotoras Legais Populares do Rio de Janeiro em articulação com a Rede Nacional de Promotoras Legais Populares, sendo um coletivo autônomo das PLPs no Estado, possibilitando a prestação de orientação, aconselhamento e promoção dos direitos no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais e/ou coletivas. Contribuindo ativamente na luta contra a discriminação e a opressão das mulheres.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6090**

TITULO: **UMA ANÁLISE ACERCA DA CRIMINOLOGIA DA REAÇÃO SOCIAL E O FENÔMENO DO LINCHAMENTO VIRTUAL**

AUTOR(ES) : **CLARA FERREIRA LABORNE VALLE**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

A presente pesquisa debruça-se sobre um recente fenômeno, cada vez mais perceptível em tempos de autocomunicação de massa (CASTELLS, 1996), o aqui denominado "linchamento virtual". Um indivíduo ou um grupo, seja através de suas redes sociais ou presencialmente, percebe um comportamento considerado inadequado para seus parâmetros morais. Identificado o responsável por tal atitude considerada inaceitável, é iniciado um ataque virtual massivo a este usuário, ataque este que ganha cada vez mais adeptos com o passar do tempo. Nesta campanha de repressão ao desvirtuado, este recebe diversas ofensas, ameaças, xingamentos por meio de suas redes sociais, e, a depender da proporção das manifestações, os ataques passam a ter consequências, também, no mundo real. É possível que o indivíduo perca seu emprego, amigos, relacionamentos, e sofra, até mesmo, ataques físicos, todos resultados da grande campanha em massa realizada online (XAVIER, TAVARES, CHAVES, 2021).

Passados alguns dias, ou semanas, as manifestações contra o indivíduo desvirtuado vão perdendo o interesse e a visibilidade, e, com isso, outro desvirtuado é encontrado e uma nova campanha de ataques e retratações começa.

Ora, poderíamos nos debruçar nos conceitos clássicos da criminologia da reação social, quais sejam "empreendedorismo moral" (BECKER, 1963) e

"cruzada moral" (BECKER, 1963, GUSFIELD, 1963), com o intuito de explicar não o desvio em si, mas sim a reação das pessoas diante tais fatos.

Desenvolvidos na década de 60, eles foram capazes de auxiliar nos estudos de comportamentos considerados desvirtuantes e para os quais buscavam-se punições.

Contudo, tais conceitos foram desenvolvidos em realidades distintas das quais vivenciamos hoje. Dessa forma, seriam eles ainda capazes de nos auxiliar no estudo sobre o fenômeno do lynchamento virtual?

O presente trabalho buscará, através do estudo dos referidos conceitos, bem como através da análise de artigos e livros que versem sobre o lynchamento virtual, verificar até que ponto podemos nos valer da criminologia da reação social para compreender o que ocorre atualmente.

Por fim, partiremos de uma análise empírica de casos concretos de lynchamentos virtuais, a fim de que consigamos delimitar melhor esse fenômeno e entendê-lo melhor.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, H. S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Oxford, England: Free Press Glencoe, 1963. CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GUSFIELD, J. R. *Symbolic crusade: Status politics and the American temperance movement*. Oxford, England: U. Illinois Press, 1963.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6119**

TITULO: **PAZ PUNITIVA OU NÃO? A ALEMANHA NOS CONTEXTOS DOS ACORDOS PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

AUTOR(ES) : **ALICE VERMELHO LEAO CAMARGO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Com o término da Segunda Guerra Mundial no continente europeu em maio de 1945, os países aliados assumiram, num primeiro momento, uma postura punitivista bastante clara em relação à Alemanha derrotada, algo exposto, por exemplo, já no Tratado de Yalta assinado em fevereiro de 1945, quando ratificaram a partilha da Alemanha. Além de seu desmembramento territorial e de sua capital, Berlim, entre os vitoriosos, acabaram por impôr também pesadas dívidas de reparações de guerra, assim como estabeleceram o propósito de destruir os grandes conglomerados industriais alemães, de modo a recolocar sua economia na condição de semi-periférica dentro da Divisão Internacional do Trabalho no sistema do pós-guerra. Não por outra razão, as severas punições aos países do Eixo, em especial à Alemanha, resultaram em uma grave crise econômica e esgarçamento social com risco de guerra civil.

No entanto, a partir de 1947, em razão da Doutrina Truman, houve uma revisão da postura dos Estados Unidos em relação à Alemanha Ocidental, transformando-a num espaço privilegiado para reconstrução econômica e social. A Alemanha se tornou uma peça central da estratégia ligada à política de contenção então inaugurada. Da punição à reconstrução, não levou mais do que dois anos. Desde então e durante toda a Guerra Fria, a Alemanha vivenciou sua reconstrução e um desenvolvimento econômico e social acelerado, embora tenha seguido sendo um espaço de ocupação militar estrangeira, ou seja, estadunidense, sem autonomia sobre temas sensíveis relativos à política externa e à política de segurança e defesa.

O objetivo deste trabalho é analisar como a guerra e a paz se estruturaram no tabuleiro alemão a partir de 1945 até 1991, avaliando até que ponto uma paz punitiva evoluiu efetivamente a uma paz não punitiva para a Alemanha no pós Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa tem como embasamento teórico uma visão realista das relações internacionais em que o sistema global é identificado como uma arena de conflitos entre os Estados, agindo estes racionalmente em busca de seus interesses, integridade territorial e segurança. Sendo assim, a consequência natural deste sistema é o conflito direto — o que não acontece desde o fim da Segunda Grande Guerra. Para tanto, busca-se explorar a ideia de períodos de "paz em tempos de guerra" (Metri, 2020) a respeito dos elementos necessários à inauguração de períodos de paz entre as grandes potências mesmo em meio às pressões competitivas inerentes ao sistema internacional. Soma-se, também, o Tratado de Yalta e os acordos das reuniões do Conselho de Ministros Estrangeiros, de 1945 a 1947.

Em termos metodológicos, trabalha-se a partir de uma perspectiva geo-histórica e sistêmica com base nos tratados estabelecidos após a Segunda Guerra, analisando as forças favoráveis e contrárias à punição. Espera-se mostrar como o contexto pós-Guerra, apesar de punitivo, foi capaz de arquitetar a paz por meio de punições e concessões menos severas às vidas anteriamente.

BIBLIOGRAFIA: METRI, Maurício. *Reinterpretando as Origens do Sistema Internacional: as possibilidades de paz em tempos de guerra ontem e hoje*. Sul Global, v. 1, n. 1, p. 39-59. LONDRES. First meeting of the Council of Foreign Ministers, September 11 to October 2, 1945. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/decade18.asp. MOSCOU. Fourth meeting of the Council of Foreign Ministers, Moscow, March 10 to April 24, 1947. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/decade23.asp.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6127****TITULO: PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO INTENCIONADA E AUTORREGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS****AUTOR(ES) : VALENTINA ZAPATA FRANCOVICH ALDABALDE****ORIENTADOR(ES): RICARDO HENRY DIAS ROHM****RESUMO:**

As redes sociais usam algoritmos para realizar a moderação de conteúdo de suas plataformas de maneira que os usuários passem o maior tempo possível interagindo e produzindo dados. Esse mecanismo cria câmaras de eco, pois os usuários recebem apenas conteúdos que os agradam, ou que confirmam suas percepções e valores. Contudo, os algoritmos das redes sociais favorecem também a proliferação de desinformação, a qual implica em consequências socioeconômicas e políticas relevantes (SAETRA, 2019b). Por esta razão, as empresas proprietárias de plataformas digitais começaram a agir em prol da criação de instrumentos que reduzissem a disseminação de desinformação, tais como guias e sistemas de verificação de fatos. Estes instrumentos, contudo, se mostram limitados, pois não impedem, por exemplo, que notícias falsas circulem e atinjam um número amplo de pessoas antes de ser detectada como tal (CARNEIRO, 2020). Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo **apontar avanços e lacunas nos instrumentos de autorregulação das redes sociais**. É caracterizada por uma natureza qualitativa, pois visa discorrer sobre o tema com base em dados qualitativos, e é descritiva por ter como objetivo descrever os instrumentos em questão. O trabalho adotará a estratégia de estudo de caso, tomando como objetos as redes sociais Facebook e Twitter. Para tanto, será documental e bibliográfico, uma vez que levantarão dados por meio de relatórios e documentos divulgados pelas próprias empresas, além de reportagens jornalísticas e artigos científicos que analisem tais instrumentos (GIL, 2008). Desta forma, os resultados da pesquisa se constituirão de uma lista de avanços e lacunas nos instrumentos de autorregulação das redes sociais no que tange à política institucional brasileira nos últimos 5 anos. Estes aspectos indicarão o grau de efetividade e eficácia da autorregulamentação do Twitter e do Facebook com relação a este tema, revelando alguns desafios gerados pelo cenário atual da autorregulamentação das plataformas.

BIBLIOGRAFIA: SAETRA, H. S. The Tyranny of Perceived Opinion: freedom and information in the era of big data. *Technology in Society*, v. 59, n. 4, p. 1-8, jul. 2019. CARNEIRO, G. Autorregulação de fake news no Facebook: incentivos e freios à proliferação de desinformação. *Revista de Direito e Novas Tecnologias*, v. 7, p. 1-9, abr./jun. 2020. GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6132****TITULO: "I STILL WANT YOU" – TOP GUN: MAVERICK E A (RE)CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS E PROPAGANDA****AUTOR(ES) : DANILO DOS SANTOS FAUSTINO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

Trinta e quatro anos após "Top Gun", sucesso de arrecadação e instrumento de incentivo ao recrutamento para a Marinha dos Estados Unidos, como apontam estudos de propaganda e segurança, a sequência, "Top Gun: Maverick", firmou-se com êxito na bilheteria mundial. Partindo da ideia de que o primeiro filme se constrói com imagens veiculadas à promoção da Marinha estadunidense, este trabalho se propõe a mapear, identificar e analisar os signos de propaganda e as construções de narrativas pró militarismo estadunidense na obra "Top Gun: Maverick". Dessa maneira, o trabalho procura identificar similaridades e diferenças entre este filme e seu antecessor para questionar de que forma os discursos de propaganda estadunidense do filme de 2022 se diferenciam das presentes na obra de 1986. Tendo como hipótese de que a sequência adapta sua narrativa para uma aproximação com debates políticos mais contemporâneos, como a questão de mulheres nas Forças Armadas, o trabalho se debruça sobre os paralelos entre elementos fictícios e os da vida real. Assim, fazendo uso da análise de significados das imagens retratadas e pelo histórico da relação entre Hollywood e Departamento de Defesa, estuda-se as formas pelas quais o filme pode ser utilizado como ferramenta para recrutamento de novos militares e peça de propaganda para cívicos (estadunidenses ou não) nos dias atuais.

BIBLIOGRAFIA: BOULDING, Kenneth. *The Image: Knowledge in Life and Society*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1956. EDELMAN, Murray. *The symbolic uses of politics*. Champaign: University of Illinois Press, 1985. MACLEOD, Alan et al. *Propaganda in the Information Age: Still Manufacturing Consent*. Abingdon: Routledge, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6140**

TÍTULO: **DEMANDAS PUNITIVAS EM PAUTAS IDENTITÁRIAS**

AUTOR(ES) : **LAURA SANTOS REIS FULGÊNCIO**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

A presente pesquisa de iniciação científica se insere em um projeto de pesquisa maior do professor orientador José Roberto Franco Xavier, intitulado “Para além do sistema do direito criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivistas”. Este projeto visa compreender as demandas punitivas de grupos progressistas em tempos de autocomunicação de massa (CASTELLS, 2008). Mais especificamente, o fenômeno contemporâneo denominado de linchamentos virtuais.

Dentro deste amplo projeto ora exposto, minha participação se propõe a analisar as novas estratégias punitivistas adotadas por grupos ligados a questões identitárias para afirmação de direitos, a partir de quadros teóricos tradicionais da criminologia, especificamente a respeito de empreendedorismo moral e cruzadas morais. Assim sendo, pretende-se selecionar casos de linchamentos virtuais para identificar quais as características desses casos e como podemos compreender o fenômeno a partir desses quadros teóricos, especialmente no que diz respeito a demandas punitivas em pautas identitárias.

BIBLIOGRAFIA: CASTELLS, M. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2008. HAIDT, J. A Mente Moralista: por que as pessoas boas são segregadas por política e religião. Trad. Wendy Campos. Rio de Janeiro: Atla Books, 2020. GUSFIELD, J. R. Symbolic crusade: Status politics and the American temperance movement. Oxford, England: U. Illinois Press, 1963. MACHADO, M. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, M. (org). Pesquisar empíricamente o Direito. São Paulo: REED, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6145**

TÍTULO: **CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

AUTOR(ES) : **ANNA BEATRIZ PINTO DE SOUZA, JEFFERSON MARCELO ALVES, NATÁLIA SOPRANI VALENTE MUNIZ**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO:

O presente estudo é fruto de uma pesquisa do Núcleo de Mediação e Conciliação (NUMEC) da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e tem como objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJR). Deseja-se compreender, principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação e a prática e perfil de seus mediadores. Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: (i) compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento de uma Câmara Privada de Mediação de conflitos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJR; (ii) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça; (iii) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores, na estrutura normativa e na demanda de casos; (iv) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços.

A metodologia utilizada será, em um primeiro momento, o desk research. Com isso, pretende-se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos. Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, tais como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas com mediadores que atuam nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores.

Como resultados esperados, pretende-se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos. Espera-se, também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras. Ainda não há considerações finais ou parciais, devido ao inicial estágio da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: Capelletti, Mauro. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northefleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. Moore, Christopher W. O processo de mediação; estratégias práticas para a resolução de conflitos. Tradução de Magda França Lopes. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. Becker, Howard S. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zarah, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6151**

TITULO: A PROIBIÇÃO DO USO DA TESE DE "LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA" NOS CASOS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL

AUTOR(ES) : THAINA BEZERRA FRANCISCO ALVES, MARIA CLARA FREIRE DO NASCIMENTO, EVELYN VITÓRIA GOUVÉA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): CEZAR AUGUSTO RODRIGUES COSTA

RESUMO:

O presente artigo busca analisar a constitucionalidade, posta pelo Supremo Tribunal Federal, da tese da "legítima defesa da honra", a qual vinha sendo usada nos Tribunais do Júri em casos de feminicídio. Tal tese é uma estratégia jurídica da defesa do réu para classificar o comportamento da vítima como fator motivador do delito. No entanto, a Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea a, o direito à plenitude de defesa, o qual garante aos réus de crimes dolosos contra a vida a sustentação de qualquer versão que entendam adequada para demonstrar sua inocência e/ou buscar atenuar suas penas perante o Conselho de Sentença.

Desta forma, o texto discorrerá sobre o conflito de direitos fundamentais em comento através de uma pesquisa qualitativa centrada em análise histórica, social e bibliográfica acerca do tema. Com isso, tem-se por objetivo o estudo da aplicação da referida tese em casos emblemáticos e dos fatores que levaram à proibição de seu uso, dentre eles, a conjuntura das vivências femininas, as quais, inevitavelmente, atravessam o patriarcado que impera no país.

Caracterizado como uma empreitada interdisciplinar, o trabalho perpassa por temáticas de Direito Penal, Direito Constitucional e Sociologia. Para tanto, os estudantes, com auxílio do professor orientador, farão buscas bibliográfica e jurisprudencial para compor o estudo proposto, de forma a amplificar o debate acerca dos direitos constitucionais do réu e de toda uma categoria socialmente minoritária: a das mulheres.

Finalmente, entende-se que se trata de um conteúdo pertinente visto que a realidade atual brasileira se vê diante de um aumento no número de casos de feminicídio, o que nos leva a tentar entender essa suposta restrição a um direito fundamental quando da proibição do uso da tese da legítima defesa da honra a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779.

BIBLIOGRAFIA: STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio: Em decisão unânime, Plenário entendeu que a tese contribui para a naturalização e a perpetuação da cultura de violência contra a mulher. [S. I.], 15 mar. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em: 18 nov. 2022. DE ANDRADE, Carlos Gustavo Coelho. ADPF 779: legítima defesa da honra e a vedação de teses inconstitucionais no Tribunal do Júri. Temas Jurídicos, [s. I.], 23 mar. 2021. Disponível em: <https://temasjuridicospdf.com/adpf-779-legitima-defesa-da-honra-e-a-vedacao-de-teses-inconstitucionais-no-tribunal-do-juri/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6155**

TITULO: ESTIGMATIZAÇÃO E AS DEMANDAS PUNITIVAS EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS

AUTOR(ES) : MARIA AUGUSTA SOEIRO BLASQUEZ OLMEDO

ORIENTADOR(ES): JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

RESUMO:

A incipiente pesquisa de Iniciação Científica busca melhor compreender a relação entre processos de estigmatização de determinados comportamentos sociais considerados desviantes e o desejo coletivo de punir de imediato esses indivíduos negativamente rotulados em tempos de redes sociais.

O trabalho se propõe a adaptar o clássico conceito de estigma trabalhado por Goffman para viabilizar a compreensão do fenômeno da reação social em casos que ganharam repercussão na internet, em redes como o Twitter. Dessa forma, se dispõe a compreender quais comportamentos sociais tornam-se desonrosos da normativa esperada pelo grupo e condenáveis, por meio de um processo que geralmente não perpassa a criminalização positivada por meio da norma jurídica e da aplicação da força legítima do aparato estatal, mas por voláteis opiniões dos internautas.

Além disso, compreender de que forma as opiniões dos indivíduos ganham repercussão e aceitação a ponto de, no senso comum, fazer o papel destinado à Justiça Penal, substituindo o devido processo legal a meras e voláteis opiniões. Considerando-se a velocidade e as novidades do mundo virtual, cabe analisar de forma mais aprofundada nesse âmbito como as demandas punitivas, amplamente tratadas por Foucault em Vigiar e Punir, se manifestam atualmente na esfera dos micropoderes de um universo acessível em uma rede mundial por meio de um simples toque.

Será utilizada a metodologia de pesquisa empírica sociojurídica em duas frentes: um arcabouço teórico a partir de conceitos de estudos da rotulação social e da estigmatização e um estudo de caso, retirado das redes sociais e ainda a ser definido, a fim de compreender até que ponto e de que maneira esses conceitos se encaixam na atualidade virtual.

BIBLIOGRAFIA: GOFFMAN, Irving. Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada (1963). FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir (1975).

Bel "para meninas". Bebê Alice. Mc Melody. Esses são alguns exemplos que comprovam que, apesar da jornada de conquistas pelos direitos das crianças e dos adolescentes — desde a Declaração do Direito da Criança, em 1959, até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 — os avanços legislativos não foram suficientes ante as transformações sociais advindas da realidade virtual.

Tendo em vista essa demanda, foram criadas novas leis que buscaram regulamentar a experiência cibernética, vide a promulgação do Marco Civil da Internet (MCI), em 2014, e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em 2018, consonante os princípios da legislação brasileira vigente. Todavia, no que tange à proteção da personalidade dos(as) menores, incapazes ou relativamente incapazes, percebe-se uma discrepância entre a manifestação da vontade dos(as) menores e a atuação de seus(suas) representantes.

Como expressão máxima de tal dissonância, observa-se o fenômeno do sharenting e, consequentemente, do oversharenting. Ambos possuem origem inglesa, embora aquele faça referência aos seguintes vocábulos: *share* (compartilhar) e *parenting* (designado ao controle dos pais, das mães ou dos(as) responsáveis legais, no sentido de exercer o poder familiar) que, em conjunto, formam a palavra que marca o compartilhamento, nas redes sociais, de dados pessoais dos(as) filhos(as), enquanto este se traduz na prática do compartilhamento virtual excessivo de imagens por parte dos(as) genitores(as) ou dos(as) responsáveis legais em relação aos seus filhos crianças ou adolescentes.

Independentemente da forma pela qual esse conteúdo é veiculado, pode variar entre fotos e vídeos com as atividades praticadas pelos(as) menores. Além disso, é comum que tais sujeitos participem comercialmente das postagens feitas por seus(suas) responsáveis, produzindo material publicitário na forma de autênticos "influenciadores mirins".

Ainda que tal prática seja lícita conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1998, que garante o direito à profissionalização dessa faixa etária, mostra-se questionável a segurança das demais garantias, como o direito à privacidade, à liberdade, ao esquecimento, à imagem, à honra etc.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa investigar, por meio da técnica de estudo de casos, a flexibilização e a violação dos direitos da personalidade, sob a perspectiva do poder familiar como base para a confusão dos limites entre a vontade dos(as) representantes e a vontade dos(as) representados(as) no âmbito digital, incluindo as particularidades ocorridas durante a pandemia de COVID-19.

Cabe notar, ainda, que se trata de uma pesquisa com essência teórica, cujo método é bibliográfico, com documentos de natureza primária e secundária e abordagem quali-quantitativa, em estágio de andamento.

BIBLIOGRAFIA: MEDON, Filipe. (OVER)SHARENTING: A SUPEREXPOSIÇÃO DA IMAGEM E DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE CASOS CONCRETOS. Revista Brasileira de Direito Civil, Belo Horizonte, v.31, n.2, p. 265-298, abr./jun. 2022. SILVA, Ryan Wesley Tavares Lobato da. SHARENTING - UMA POSSÍVEL VIOLACÃO AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS DA CRIANÇA. Disponível em: <https://m.monografias.brasescola.uol.com.br/amp/direito/sharenting-uma-possivel-violacao-aos-direitos-personalissimos-da-crianca.htm>. Acesso em: 4 de nov. 2022. GODINHO, Adriano Marteleto etc. Infância, adolescência e tecnologia: O estatuto da criança e do adolescente na sociedade da informação. Indaiatuba, SP: Ed. Foco, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **6161**

TÍTULO: **PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO DEBATES PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS**

AUTOR(ES) : **LUCAS MARCELO DE FREITAS,LUANY FERREIRA MARQUES**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO,VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: A iniciativa de Pesquisa e Extensão Debates Pós-coloniais e Decoloniais nasceu com o objetivo de questionar profundamente a perspectiva centrada no Norte Global, que ainda prevalece nos espaços acadêmicos de modo geral. Sua metodologia busca sustentar o eixo de extensão a partir de sua articulação orgânica com os eixos de ensino e pesquisa. O eixo de ensino é composto por dois ciclos semestrais de formação que compreendem uma reunião mensal com todo o grupo para apresentação e discussão de textos sobre as temáticas pós-coloniais e decoloniais. O eixo de pesquisa abrange rodas intercaladas com os encontros do eixo básico, organizadas a partir de três eixos temáticos: Gênero, intersecções e meio ambiente; Conflitos e segurança; e Mídia e cultura. O intuito é aprofundar as discussões e debates, além de estimular a produção acadêmica.

Para tanto, a metodologia se fundamenta em um processo colaborativo de estruturação e organização do grupo, que se divide por áreas (Ensino e Pesquisa, Institucional e Financeiro, Comunicação e Eventos, Mídia e Criatividade) e realiza reuniões mensais de avaliação e planejamento para discussão das produções acadêmicas no site, pautas para publicação nas redes sociais e abertura de chamadas para publicação de possíveis artigos em revistas acadêmicas.

Luany Ferreira Marques e Lucas Marcelo de Freitas, os extensionistas contemplados com a bolsa Profaex estiveram, respectivamente, nos cargos de Coordenação Geral e Direção de Comunicação e Eventos. Foram responsáveis pela formulação e execução das ações realizadas no projeto. Ao longo de 2022, o projeto ampliou sua relevância na construção e no compartilhamento de saberes pós-coloniais e decoloniais, mantendo uma frequência média de 3 postagens por semana no Instagram, e 1 texto mensal no blog. A variedade dos temas abordados foi extensa, analisando sob a ótica pós e decolonial temas da atualidade (filmes e séries, eventos internacionais e nacionais, conflitos recentes) e históricos. A página no Instagram chegou ao alcance de mais de 20 mil pessoas entre os meses de setembro e outubro, quatro vezes o recorde mensal do período anterior ao contemplamento do projeto com as bolsas Profaex. Além das publicações escritas e em vídeos curtos (reels), foram feitos seminários on-line com parceiros nacionais e internacionais. Com a contínua melhora dos índices de contaminação e disseminação de Covid-19 na população carioca, o Debates pôde finalmente realizar nova edição do evento Debates nas Ruas, que levou cerca de 50 pessoas em uma caminhada pelo Centro do Rio de Janeiro, na região da Pequena África, em parceria com o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e o Coletivo Tereza de Benguela. Além da oficina “Escrevivência: explorando as potencialidades da literatura de autoria feminina negra”, que se deu em um encontro on-line e outro presencial no campus da Praia Vermelha, na UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: Ballestrin, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. 2013, n. 11, p. 89-117. QUIJANO, Aníbal (2000). "Colonialidad del poder y clasificación social". Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, p. 342-386. MIGNOLO, Walter (1998). "Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6164**

TÍTULO: **LIDERANÇAS DIGITAIS E A INFLUÊNCIA SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA**

AUTOR(ES) : **JOAO GUILHERME BELFORT MELO RODRIGUES,CAMILLE SANTOS GUIMARAES**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Segundo Cruz (2011), a Opinião Pública não se apresenta mais como um espelho de Tradições e princípios baseados em noções adquiridas ou formuladas nos veículos Hegemônicos de concepção do ideário político das massas. Se configura, em verdade, a partir de uma latente interferência de novos formadores de opinião dentro das esferas virtuais. A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar quais estilos de liderança influenciadores digitais exercem. Será uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, visto que utilizará métodos qualitativos para buscar identificar e descrever os tipos de lideranças exercido pelos influenciadores e as consequências dessas lideranças para a opinião pública. Para tanto, se utilizará de uma pesquisa bibliográfica, pois buscará materiais teóricos sobre opinião pública digital e os tipos de lideranças existentes, principalmente, em dados disponíveis no portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa será, ainda, netnográfica e documental (CRESWELL, 2010; NOVELI, 2010). Os materiais coletados contarão com dados levantados a partir dos perfis nas redes sociais dos influenciadores em questão e reportagens jornalísticas, utilizadas para contextualizar a atuação dos influenciadores digitais e a atual opinião pública digital. Como resultados esperados, a pesquisa pretende apresentar um quadro capaz de descrever o(s) tipo(s) de liderança exercidos pelos influenciadores digitais e de quais maneiras esse(s) tipo(s) afeta(m) a opinião pública. Ambos os autores terão a mesma responsabilidade em relação à leitura, pensamentos, discussões e escrita do presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA: CRUZ, Marcio. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. NOVELI, Marcio. Do Off-line para o online: a Netgrafia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a internet. Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2010. CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. "" 3 ed. "" Porto Alegre, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **O**ral

ARTIGO: **6197**

TITULO: O NACIONALISMO E O PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA E COMO ELES INFLUENCIAM NAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-ÍNDIA

AUTOR(ES) : **JULIA BARBOSA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

O projeto de pesquisa visa tratar, a partir de uma metodologia histórica, sobre a importância da aproximação nas relações bilaterais entre Índia e Brasil, principalmente nas áreas de defesa e tecnologia. Para isso, a presente pesquisa busca refletir sobre os possíveis motivos da aproximação ainda pragmática do Brasil com a Índia.

O primeiro enfoque será dado aos conflitos indo-paquistaneses que iniciaram em 1947, dos quais podem ser considerados como possíveis entraves para as negociações bilaterais da Índia com o Brasil. Ao considerar que o uso de armas nucleares por meio da Índia podem ter provocado a quebra do acordo com o Brasil do uso pacífico de armas nucleares, que foi denunciado pelo mesmo em 1998. Com isso, as políticas protecionistas da Índia não convergiam com a postura política de cooperação e de pacividade adotada pelo Brasil no período.

O segundo enfoque para o desenvolvimento da pesquisa é a introdução do governo Lula-Dilma que coincide, em termo de tempo, com o fim das ameaças nucleares da guerra indo-paquistanesa. Refletindo em como se dá as relações diplomáticas a partir desses dois novos cenários da política interna de ambos. Analisando qual é o papel do nacionalismo e do pragmatismo presentes na Índia e no Brasil, respectivamente, dentro da abordagem diplomática. Para isso, a pesquisa pretende explicar como os acordos bilaterais se deram desde então e se no momento atual ainda há algum possível entrave que impede maiores avanços nas relações bilaterais entre o Brasil e a Índia.

BIBLIOGRAFIA: Desarmamento Nuclear e Hegemonia - em busca de um Novo Paradigma. Georges Lamazière Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/lamazieredesarmamentonuclear.pdf> Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990). José Albuquerque, Ricardo Seitenfus e Sérgio Henrique. A trajetória do pragmatismo - Uma análise da política externa brasileira. Maria Soares de Lima e Gerson Moura. NACIONALISMO NA ÍNDIA DE NARENDRA MODI E DO BHARATIYA JANATA PARTY. João Paulo Nicolini Gabriel, Henoch Gabriel Mandelbaum, Carlos Eduardo Carvalho, Marcel Artioli.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6232**

TITULO: CONCORRÊNCIA NO MERCADO DE PRODUTOS E NO MERCADO DE TRABALHO: UMA AGENDA DE TRABALHO PARA COMPETIÇÃO E PRODUTIVIDADE

AUTOR(ES) : **ROBERTA BARCELOS RIBEIRO FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO:

A análise de casos sobre a concorrência no mercado de produtos e no mercado de trabalho passa por reconhecer tais casos julgados, abertos e fechados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Os casos se dividem em atos de concentração (AC), ou seja, fusões e aquisições, e condutas, ou seja, casos de cartel e práticas unilaterais de empresas que infringem a Lei de Defesa da Concorrência do Brasil (12.529/2011).

Para reconhecer os casos analisados de interesse, é necessário estruturar uma base de dados com informações dos casos na instituição. Enquanto é relativamente simples monitorar e acompanhar os casos que são condenados pelo Tribunal do CADE, acompanhando as atas das sessões, para o caso de fusões aprovadas sem restrições e investigações abertas pela Autoridade da Concorrência do Brasil, o trabalho não é trivial pois envolve monitorar as movimentações da Superintendência Geral do CADE (SG), seja no site da autarquia, seja no Diário Oficial da União.

Tal levantamento é indispensável para pesquisadores da área e não está disponível de forma sistemática em nenhuma empresa ou instituição. A própria informação de CADE em números, aplicação disponível no site da autarquia, se limita a casos julgados.

A pesquisa desenvolveu uma metodologia para coleta das informações. Os anos de elaboração foram 2021 e 2022. Os processos eram organizados com data, número do despacho, número do processo, as partes envolvidas (representantes e representados) e a decisão. Os processos foram separados em: Ato de Concentração – Decisão; Ato de Concentração Sumário – Abertura; Ato de Concentração Ordinário – Abertura; Processo Administrativo – Instauração e Processo Administrativo – Encerramento;

Em adição, alguns casos com condenação tiveram uma análise mais detalhada. Houve a separação dos votos de uma série de Processos Administrativos. O intuito da pesquisa era fazer uma análise de casos de condutas condenados do CADE. Apenas os votos e as certidões foram separados nos arquivos para análise. Em casos de mais de um voto, somente o voto do conselheiro relator foi separado.

Com a pesquisa, que mantém uma linha de pesquisa e coleta de dados sistemáticos desde 2012 da política de defesa da concorrência, foi possível atualizar e visualizar a ação do CADE. Foi possível ver que mesmo com a pandemia, o número de casos julgados não sofreu redução significativa, com a manutenção também, em grande parte dos padrões de casos decididos da Superintendência Geral.

A pesquisa, no contexto de uma pesquisa mais geral, mostrou a necessidade de conhecimento das características institucionais da política de defesa da concorrência de um país.

BIBLIOGRAFIA: CADE em Números Golovanova, S, Ribeiro, E.P. e Avdasheva, S. (2022) Empirical analysis of competition policy practice: evidence from BRICS. Presented at the 2022 Asian Law and Economics Association, Seoul, 2022 e Presented at the 2022 CRESSE conference, Greece.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6249****TITULO: ANÁLISE EMPÍRICA DA APLICAÇÃO DE PRECEDENTES JUDICIAIS: A PROBLEMÁTICA DO TEMA 295 DO STF****AUTOR(ES) : IRIS EDUARDA ENCARNACAO DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): CARLOS AUGUSTO THOMAZ****RESUMO:**

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 612.360/SP, sob a sistemática da repercussão geral, em decisão publicada em 23.09.2010, fixou a seguinte tese relativa ao Tema 295: “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000”. A fixação da tese deu ensejo a divergências jurisprudenciais acerca de sua aplicação. De um lado, decisões entendendo pela penhorabilidade do bem de família, independentemente da finalidade da locação. De outro, decisões afastando a penhora do bem de família do fiador de contrato de locação comercial.

A tese do Tema 295 reafirmou a jurisprudência oriunda do julgamento, em 2006, do RE 407.688/SP, em que o Plenário do STF decidiu que a exceção à impenhorabilidade seria uma forma válida, dentre outras possíveis, de o legislador conformar o direito à moradia à luz da realidade social brasileira, pois estimularia a oferta de imóveis para locação residencial.

O entendimento acerca do tema parecia, então, pacificado. No entanto, a jurisprudência mostrou-se divergente sobre a aplicação da tese do Tema 295 na locação comercial.

A pesquisa efetuou análise empírica da jurisprudência acerca da incidência – ou não – da tese do Tema 295 na locação comercial. Buscou-se, nos sistemas automatizados dos websites do STF e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), decisões judiciais proferidas entre 04.09.2010 e 15.03.2022, por meio das palavras-chave “tema 295”, “locação comercial” e “tema 295 e locação comercial”.

Da análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, conclui-se que a interpretação conferida pelo STF e pelo TJRJ da tese do Tema 295, na hipótese de locação comercial, destoa do modelo de precedentes do CPC, que assim estabelece no art. 926: “Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”. Os marcos teóricos sobre precedentes foram extraídos dos trabalhos de Barioni e Arruda Alvim (2019), Bustamante (2012) e Streck (2021).

Por fim, o STF, no julgamento do RE 1.307.334/SP, em março de 2022, aprovou a tese do Tema 1.127 de que “é constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial”.

BIBLIOGRAFIA: BARONI, Rodrigo; ARRUDA ALVIM, Teresa. Recursos repetitivos: tese jurídica e ratio decidendi. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 296, p. 183-206, out. 2019. BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. *Teoria do Precedente Judicial: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais*. São Paulo: Noeses, 2012. STRECK, Lenio Luiz. *Precedentes Judiciais e Hermenêutica: o sentido da vinculação no CPC/2015*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6251****TITULO: A ASCENSÃO DO TALIBÃ NO AFGANISTÃO: PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE RESISTÊNCIA E O PAPEL DO OCIDENTE NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO ORIENTE****AUTOR(ES) : ESTER SANGLARD DE AZEVEDO MENDONCA****ORIENTADOR(ES): FERNANDO LUZ BRANCOLI****RESUMO:**

Frente à recente (re)ascensão do Talibã no Afeganistão, em agosto de 2021, a problemática da condição feminina sob o regime entra, novamente, em pauta nas discussões das relações internacionais. A presente pesquisa se centra um viés explicativo, no sentido de relacionar as causas: das opressões sistêmicas em relação às mulheres; da atuação de países ocidentais que reivindicam suposta superioridade sobre, de forma abrangente, o Oriente e principalmente sobre a religião muçulmana, mais especificamente. Para a construção do estudo, foram utilizados livros, artigos e trabalhos acadêmicos, além de cursos de aprofundamento nas temáticas de feminismos plurais e do Islã na atualidade. Dessa forma, este trabalho tem como propósito principal analisar o surgimento do Talibã, suas doutrinas elementares - com enfoque às que tangem à situação das mulheres - e o que a população feminina pode esperar do novo governo. Além disso, pretende-se apresentar e demonstrar a resistência feminina afgã como sujeito atuante significativo na região. Apesar da ausência de veiculação midiática no ocidente sobre o movimento, o feminismo no Oriente, principalmente o feminismo islâmico, nasce a partir da necessidade de estudar, averiguar e atender às demandas das mulheres locais, que não são compreendidas de forma ampla pelo feminismo mainstream branco e ocidental. Mediante a tais análises, espera-se, portanto, chegar a uma conclusão crítica sobre as divergências feministas e suas implicações ao redor do globo, o papel do ocidente face às transformações políticas em trâmite no Afeganistão, a responsabilidade que possuem em relação aos conflitos em questão e levantar ponderações acerca da inverossímil ideia de Oriente que segue em voga no Ocidente.

BIBLIOGRAFIA: 1. SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 2. ABU-LUGHOD, Lila. *As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros*. Estudos Femininos, Florianópolis, maio-agosto/2012, p. 451-469. 3. GROSFOGUEL, Ramón. *Breves notas acerca del Islam y los Feminismos Islámicos*. Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, no 21: 11-29, julho-dezembro de 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6260****TITULO: A POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ E A QUESTÃO DA PAZ NA EUROPA NO SÉCULO XXI****AUTOR(ES) : ARTHUR DAVID FREIRE DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI****RESUMO:**

Durante os anos da administração de Angela Merkel à frente da chancelaria Alemã (2005-2021), a gestão da política externa do país foi marcada por decisões fortes e momentos de atrito com os interesses do Atlântico Norte no tocante à política de segurança para o continente europeu. Se opondo à vontade estadunidense de escalar o conflito na Ossétia do sul, frustrando ambições Ucranianas e Georgianas de ingressarem na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2008 e impedindo efetivamente uma maior expansão das fronteiras da organização com a Rússia, a Alemanha se mostrou disposta a enfrentar as diretrizes da política de segurança dos EUA para a Europa via OTAN.

Somado a isso, o governo Merkel fortaleceu os laços políticos e econômicos do eixo Berlin-Moscou, tendo como principal símbolo dessa reaproximação os gasodutos Nord Stream 1 e 2. No entanto, tais diretrizes sofreram notável inflexão após a chegada do atual premier alemão Olaf Scholz que, com o atual cenário de guerra na Ucrânia, promoveu mudanças de orientação significativas, especialmente na relação do seu país com a Rússia, ameaçando inclusive o futuro do Nord Stream 2.

O objetivo deste trabalho é analisar a inflexão da política externa alemã em relação ao tema da segurança europeia depois da saída de Angela Merkel e entrada de Scholz como chanceler na Alemanha, e seu papel na escalada militar no leste europeu, que, no limite, empurrou o Continente a uma nova guerra em território Ucraniano.

A hipótese desta pesquisa é de que Angela Merkel e sua administração priorizaram os interesses estratégicos da Alemanha, mesmo que tensionando ao limite antigas diretrizes da geo-estratégia anglo-saxã marcada por vetos às relações entre Berlin e Moscou sobre temas sensíveis e estratégicos.

Utiliza-se neste trabalho, uma perspectiva teórico-analítica de viés realista, com enfoque na dinâmica das lutas de equilíbrio de poder no cenário europeu, considerando, em particular, princípios da geopolítica, da política externa estadunidense, alemã e russa no tocante aos interesses econômicos e militares de cada um no contexto do leste Europeu. Como metodologia, assume-se um olhar baseado na geo-história e numa visão sistêmica das relações internacionais.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA: "A política externa alemã do governo Merkel:um balanço dos dois primeiros mandatos (2005-2013)" Marlene Laís Christ Universidade federal do Rio Grande do Sul - UFRGS 2015 "From the Rapallo Treaty to War in Ukraine: The western policy towards Moscow-Berlin relations" Mauricio Metri STRATEGIC Culture Foundation - Abril de 2022

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6273****TITULO: TRABALHO E DIÁLOGO: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DE EXTENSÃO EM DIREITOS**

AUTOR(ES) : JEFFERSON LUIZ SILVA, BEATRIZ FARIAS TAVARES, WALQUIRIA CAMILO DA ROCHA, NATHALIA MARBLY MIRANDA SANTOS, ROGERIO REIS SANTOS, JACKELINE CRISTINA GAMELEIRA CERQUEIRA DA SILVA, MILENA MENEZES DE MELO LUZARDO, DENISE DE ALMEIDA GUIMARAES, MARYNA MULLER UNSER, PEDRO HENRIQUE LIMA VARGAS, THALIA MARTINS DE ANDRADE, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO, MYLENA BARBOSA DE MENEZES

ORIENTADOR(ES): RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**RESUMO:**

O projeto de Trabalho, Diálogo e Ação (DiaTrab) objetiva fomentar e consolidar o agir, os diálogos sociais, comunitários, universitários e institucionais ligados ao "trabalho", motivando o acesso das/os trabalhadoras/es à direitos e a construção de uma compreensão histórico-social mais ampla e crítica do mundo do trabalho. O projeto realiza trabalhos colaborativos com trabalhadores/as, coletividades, organizações e realiza orientações jurídicas aos/as trabalhadoras em temas trabalhistas. O projeto organiza suas atividades em diferentes Frentes: (i) trabalhadores/as urbanos (Projeto Fiocruz, Agentes Populares de Saúde); (ii) entregadores/as por plataforma, (iii) trabalhadores/as de Quilombos. Em parceria com a ENSP/FioCruz e com comunidades rurais e urbanas no projeto "O povo cuidando do povo", a Frente (i) tem contribuído na formação de Agentes Populares de Saúde em três territórios: conjunto habitacional DSUP, comunidade rururbana Terra Prometida; Assentamento Rural PDS Oswaldo de Oliveira. Realizamos o módulo "Direitos" na formação dos Agentes Populares de Saúde para tornarem-se multiplicadores do conhecimento nos territórios. Trabalhamos com a construção de mapas participativos sobre a violação de Direitos e com a formação dos Pesquisadores Populares dos territórios. Contribuímos com a formulação de questionário aplicado nos 3 territórios para apurar os impactos da pandemia na comunidade e as iniciativas surgidas. A análise dos resultados da pesquisa está em desenvolvimento, sendo produzida coletivamente com os Pesquisadores Populares nos territórios. A Frente (ii) acompanhou a cooperativa de trabalhadores "Despatronados", criando espaços de diálogo sobre direitos e divulgando a cartilha "CLT ou MEI?" Tivemos diálogos e parcerias para a construção de um aplicativo próprio da cooperativa para que os trabalhadores não dependessem e não se sujeitassem às plataformas de entrega. Em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social (NIDES/Centro Tecnológico/UFRJ) para Frente (ii) participamos dos debates sobre as possibilidades do cooperativismo de plataforma, colaborando em encontros e seminários. Em parceria com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, desenvolvemos atividades na Frente (iii) de orientação jurídica e diálogo com os/as trabalhadores de Quilombos (comunidade quilombola Maria Joaquina - Macaé). A Frente (iii), em parceria com entidades e com a comunidade, está realizando uma pesquisa para aferir as potencialidades das mulheres trabalhadoras para fomentar iniciativas solidárias de trabalho. O projeto adota, como referenciais teórico-metodológicos, a pesquisa-ação-participativa, conforme propostas de Fals Borda (1978), Paulo Freire (1975) e a pesquisa militante (VERSIANI, 2017). O agir coletivo do projeto consegue enfrentar os desafios da conjuntura sócio-política e da pandemia mostrando a potencialidade do papel da Universidade.

BIBLIOGRAFIA: COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.. BOBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ABREU, João Maurício Martins de. A Construção Histórica do Modelo Proprietário no Brasil: uma hipótese sobre o direito à moradia. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 8, p. 213-239, jul., 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6283****TITULO: A IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR COMO AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES NO ÂMBITO DA CAMPANHA DESPEJO ZERO****AUTOR(ES) : MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO, MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, FERNANDA MARIA VIEIRA, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES****RESUMO:**

Este resumo apresenta os impactos da extensão universitária na formação dos estudantes a partir da experiência do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiça Mahin na Campanha Despejo Zero. O NAJUP, projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito da UFRJ, contribui, em um de seus eixos de atuação, com movimentos e coletivos populares de luta pelo direito à moradia no estado do Rio de Janeiro por meio da Assessoria Jurídica.

A ação se alinha à prática da pesquisa militante e da educação popular libertadora, nos moldes de Paulo Freire (1987) e bell hooks (2013), com foco no protagonismo estudantil e na interação dialógica horizontalizada, para que haja uma troca de saberes entre sociedade e academia capaz de alterar realidades injustas e transgredir sistemas de dominação. Assim, a assessoria jurídica popular se dá enquanto relação horizontal de coordenação entre assessorados e assessores, comprometida com a socialização do conhecimento jurídico a fim de que os casos sejam pensados conjuntamente.

Em 2020, diversas entidades participantes da luta pela moradia se articularam contra o aumento de casos de despejos em meio à crise sanitária em um movimento nacional, com apoio internacional: a Campanha Despejo Zero. Apesar de surgir com vistas a impedir despejos na pandemia, atualmente busca ampliar o foco da reivindicação para a compreensão de remoções forçadas enquanto violação de direitos humanos. Para isso, realiza um trabalho de incidência nas esferas legislativa e judiciária do poder público, respaldada pelo mapeamento de dados e pela ação nas plataformas midiáticas, além do movimento popular de resistência.

Entre as conquistas da Campanha, estiveram resoluções e instrumentos normativos de suspensão de despejos durante período emergencial em estados e municípios, uma lei federal e a protocolização de uma ação de descumprimento de preceito fundamental, que fortalecem a defesa jurídica das famílias ameaçadas em processos de conflitos fundiários. Além disso, a própria existência do coletivo corrobora para a legitimização das organizações que o constituem. Enquanto integrante, o NAJUP Luiça Mahin é *Amicus Curiae* na ADPF 828, faz divulgação nas mídias, colabora com a sistematização de dados e atua em vários casos de tentativa de remoção no RJ.

De acordo com os princípios anteriormente citados, todas as atividades do núcleo são protagonizadas pelos estudantes extensionistas, que se auto-organizam para o cumprimento das demandas. A participação ativa dos graduandos nos conflitos sociojurídicos, contribuindo para a efetivação de direitos de sujeitos coletivos historicamente subalternizados, permite a compreensão do processo histórico, político e cultural, assegurado pelo direito tradicional, abstrato, individualista e proprietário, que legitima a violação de direitos fundamentais. A interação dialógica entre sociedade e universidade subverte esse paradigma e corrobora para a formação situada de futuros profissionais do direito.

BIBLIOGRAFIA: hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 BALDEZ, Miguel. *Sobre o Papel do Direito na Sociedade Capitalista: Ocupações Urbanas e Direito Insurgente*. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6315****TITULO: DIÁSPORA INFANTIL: CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS EM DECORRÊNCIA DO CONFLITO UCRÂNIA X RÚSSIA E SEUS DIREITOS BÁSICOS NA EUROPA.****AUTOR(ES) : BÁRBARA MANGANOTE, LARISSA REIS CARVALHO, FELIPE VIDAL MARTINS****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA****RESUMO:**

Em fevereiro de 2022 a comunidade internacional surpreendeu-se com ataques russos ao território ucraniano, especialmente motivados pelo desejo de Vladimir Putin de manter a influência sobre o leste europeu. Os prejuízos da guerra até hoje não acabaram alcançando não somente a própria Ucrânia e a Rússia, bem como países vizinhos que sofrem consequências diretas e indiretas de sanções internacionais e de reflexos como o intenso fluxo de refugiados. Apesar do apelo da comunidade internacional, a situação da Ucrânia é crítica, especialmente sobre as temáticas dos Direitos Humanos e das migrações forçadas, vez que hoje a ACNUR já contabilizou mais de 7,3 milhões de pessoas cruzando a fronteira de saída da Ucrânia, sendo a maior crise de deslocamento forçado até hoje. A experiência da diáspora, o abandono do lar, a angústia provocada pela guerra, a travessia de fronteiras e o restabelecimento em outro local são apenas alguns desafios enfrentados pelos civis afetados pelos ataques. Neste contexto, alguns grupos integram uma zona de vulnerabilidade acentuada, como é o caso de mulheres e infantojuvenis. Para os fins deste trabalho, a pesquisa tem como enfoque central a diáspora de crianças e adolescentes em decorrência do conflito bélico entre Ucrânia e Rússia, com o objetivo de analisar a efetividade dos direitos de crianças e adolescentes refugiados ucranianos nos principais países de destino no continente europeu. Para tanto, estrutura-se a pesquisa em duas etapas. A primeira delas analisa as políticas públicas e o arcabouço jurídico pertinente dos países de destino que tenham envolvimento latente com a temática dos direitos de crianças e adolescentes refugiados. Em seguida, as informações levantadas serão utilizadas para fazer uma comparação entre as políticas públicas e previsões legais existentes e as ações, articulações e providências tomadas na prática pelos países acolhedores.

BIBLIOGRAFIA: Guerra, S. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786555596151. Disponível em: <https://app.minhabiloteca.com.br/#/books/9786555596151>. Acesso em: 21 nov. 2022; Ramos, A.D. C. *Curso de Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. 9786553622456. Disponível em: <https://app.minhabiloteca.com.br/#/books/9786553622456>. Acesso em: 21 nov. 2022. ACNUR atualiza dados sobre pessoas refugiadas na Ucrânia para refletir movimentos recentes. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/06/10/acnur-atualiza-dados-sobre-pessoas-refugiadas-na-ucrania-para-refletir-movimentos-recentes/>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6319**

TÍTULO: O LIBERALISMO OITOCENTISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A TRANSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DE CORPOS PRETOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

AUTOR(ES) : DAVID DE OLIVEIRA BALBINO, JULIA MARQUES QUEIROZ LAPORT BRANDÃO

ORIENTADOR(ES): CARLOS AUGUSTO THOMAZ

RESUMO:

Esse trabalho tem como hipótese central que as diversas leituras sobre o conceito de liberalismo no Brasil durante o século XIX serão cruciais para entender as principais instituições republicanas do início do século XX. A própria confusão começa por causa da palavra *liberdade* já ser utilizada no vocabulário dos povos por muito tempo, e seu significado nas relações de poder variava de acordo com a época e com a tradição política, e até mesmo a tradição religiosa. A partir disso, utilizando as pesquisas de Christian Edward Cyril Lynch e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, refletir sobre como esse conceito de liberalismo será formado no período oitocentista na sociedade ibero-americana. As reformas jurídicas do século XIX serão importantes para entender essa relação entre o sistema escravista e o controle de corpos. E, diante disso, compreender tanto a formação da sociedade liberal brasileira republicana quanto a adaptação para um Estado Policial na virada do século XIX para o XX dentro da relação entre cidadania constitucionalismo e voto.

BIBLIOGRAFIA: CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 2018. DAS NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. Nas margens do Liberalismo: voto, cidadania e Constituição no Brasil (1821-1824). Revista de História das Ideias, v. 37, 2019. FOUCAULT, Michel. O corpo dos condenados. Vigiar e punir: nascimento da prisão, v. 13, 1975. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012. LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades, v. 9, n. 17, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6332**

TÍTULO: POR PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO: O DIREITO À MORADIA DIGNA DOS GRUPOS REFUGIADOS

AUTOR(ES) : PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO

ORIENTADOR(ES): HELION POVOA NETO

RESUMO:

O presente texto objetiva estudar o tema das pessoas refugiadas que estão inseridas em um contexto de ocupação urbana do espaço territorial, sendo que daremos ênfase nas discussões que gravitam em torno do direito à moradia desses agrupamentos. Vale esclarecer que a problematização não estará apenas no paralelo entre refugiados que residem em espaços urbanos e os refugiados que moram em áreas rurais, isso explica no fato que esses públicos possuem traços distintos que precisam ser levados em conta para que possamos colaborar com a acolhida e a hospitalidade desse segmentos imigratórios.

Nesse sentido, precisamos reverberar um tema que começa a ser mais explorado pelos estudiosos, a saber, refugiados e solicitantes de refúgio que estão ocupando os perímetros urbanos, sendo que precisamos frisar que mais da metade desse público, de todo o mundo, está em um cenário urbano. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2015, p. 2) manifestou-se a respeito desse assunto: “*O ACNUR reconhece que mais da metade dos refugiados e solicitantes de refúgio mundiais vivem em áreas urbanas e periferias, e que a habilidade dos mesmos para conviverem pacificamente nessas cidades é fundamental para seu bem-estar*”.

Isto é, o refugiado que habita majoritariamente em campos de refugiados, localizados nas fronteiras do país, geralmente, em áreas, afastadas das áreas urbanas é um estereótipo que precisa ser desconstruído, pois ele não corresponde necessariamente a todos os casos, sobretudo, no Brasil que não possui campos de refugiados em sentido estrito.

Por conseguinte, a ideia é justamente que ajudemos a colocar o assunto em debate, para que possamos saber onde essa população refugiada reside, em grande medida, objetivando que possamos construir e melhorar nossas políticas públicas urbanas de acolhimento e hospitalidade, direcionadas para os refugiados e para os solicitantes de refúgio.

BIBLIOGRAFIA: ACNUR. Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos – Relatório da Mesa Redonda do Brasil – ACNUR PDES. Claudia Cruz Leo e Marybeth Morand, PDES e Vinicius Feitosa, ACNUR Brasil. 2015. AMANAJAS, Roberta e KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. Capítulo publicado em: A nova agenda urbana e o Brasil : insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Organizadores: Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, Cesar Bruno Favarão. Brasília: Ipea, 2018. ARENDT, Hannah. Nós, os refugiados. Tradução: Ricardo Santos, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6336****TITULO: LUGARES INVENTADOS - PARTICIPAÇÃO POPULAR INSURGENTE****AUTOR(ES) : MARIANA PEREIRA DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): MARIANA LUSCHER ALBINATI****RESUMO:**

O presente trabalho tem como intuito provocar debates sobre modos de participação popular em espaços deliberativos de formulação de políticas públicas e no aperfeiçoamento dos serviços prestados por instituições públicas no Brasil de forma geral. De quais formas os movimentos sociais organizados estão incidindo sobre as agendas públicas? É possível pensar em processos de construções democráticas sem a participação popular? Considerando essas e outras perguntas, espera-se conduzir um estudo que refletia acerca das contradições, limites e dilemas da disputa política, mas que também guie caminhos para um aprofundamento da experiência democrática brasileira.

Não há como não considerar o sistema racista como uma das peças fundamentais para construção do país que experenciamos até hoje no Brasil. "O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea" (Almeida 2019). Desta forma, cabe pensar em formas de gestão de entidades públicas com participação ativa e deliberativa do terceiro setor e movimentos sociais nas etapas de formulação, implementação, gestão e controle. Para esta análise, tomaremos como exemplo a atuação aproximada da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro com movimentos sociais de todo estado do RJ, principalmente durante os anos de 2020 e 2021, quando o agravamento da pandemia de Covid foi. Este órgão-externo acionado pelos movimentos sociais foi capaz de pressionar outros órgãos competentes para que dessem seguimento às demandas levantadas pela sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA: SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 45-113; p. 117-199 MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009. ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pôlen, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6338****TITULO: A IMPORTÂNCIA DOS 25 ANOS DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE BIBIOMÉTRICA****AUTOR(ES) : ANTONIO CEZAR DE FARIA ALVES CERQUEIRA****ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA****RESUMO:**

A mudança de comportamento das organizações frente aos problemas socioambientais decorrentes dos impactos negativos causados por suas atividades pode ser entendida como consequência das pressões dos stakeholders. Por conseguinte, a divulgação das informações socioambientais tornou-se uma das ferramentas mais importantes para a reputação empresarial, com foco na legitimidade de suas operações, e para imagem dos produtos e/ou serviços oferecidos aos consumidores. Tendo em vista este cenário, muitos modelos de indicadores e de relatórios socioambientais surgiram para demonstrar suas iniciativas e resultados dirigidos a todos os stakeholders, entretanto sem um padrão definido. Fundada em 1997, por meio de uma ação conjunta da Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e do United Nations Environment Programme (UNEP), a Global Reporting Initiative surgiu com o intuito de criar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e de conduta socioambiental responsável emitidos pelas organizações, buscando um equilíbrio entre o desempenho econômico, social e ambiental. Ao longo do tempo, o padrão GRI tornou-se um instrumento relevante para a comunicação das práticas socioambientais das organizações de forma harmonizada internacionalmente, com base nos princípios da transparência, verificabilidade, credibilidade, objetividade e legitimidade da informação. Em 2022, a GRI completou 25 anos e para demonstrar a sua importância para a conscientização das organizações com a temática socioambiental e o impacto dos relatórios GRI em suas atividades, foi realizada uma pesquisa através da análise das publicações listadas nas bases de dados Scopus. Por meio de técnicas bibliométricas, buscamos identificar, através do software Bibliometrix, os principais periódicos internacionais e suas áreas temáticas, os autores mais prolíficos e suas instituições afiliadas e as interações entre pesquisadores. Ademais, utilizamos a análise de rede através do software VOSviewer para desenvolver um mapeamento gráfico do material bibliométrico, onde verificamos os grandes agrupamentos de áreas de pesquisas sobre o tema proposto. A pesquisa está direcionada a um público amplo e diversificado de vários campos de pesquisa na área responsabilidade socioambiental. Os resultados destacaram o crescimento significativo dos relatórios GRI ao longo do tempo e sua diversidade internacional com publicações de países de todo o mundo.

BIBLIOGRAFIA: FERREIRA, A.C.S.; SIQUEIRA, J.R.M.; GOMES, M.Z (Orgs.). Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais. São Paulo: Atlas, 2009. LEGENDRE, S.; CODERRE, F. Determinants of GRI G3 Application Levels: The Case of the Fortune Global 500. *Corp. Soc. Responsib. Environ. Mgmt.*, 20: 182-192, 2013 WILLIS, A.C.A. The Role of the Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines in the Social Screening of Investments. *Journal of Business Ethics*, New York: Springer, n. 43, p. 233-237, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6345****TÍTULO: INTERSECCIONALIDADE DE GRUPOS VULNERÁVEIS VÍTIMAS DO SISTEMA ESTATAL BRASILEIRO: CASO JANAÍNA APARECIDA QUERINO****AUTOR(ES) : YASMIN COSTA SANTOS****ORIENTADOR(ES): DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS****RESUMO:**

O tema central do trabalho é o estudo de caso de Janaína Aparecida Querino e a interseccionalidade no direito privado de grupos vulneráveis presentes no caso. O objetivo principal da pesquisa é realizar uma análise histórica do racismo estatal e do controle de corpos no Brasil com raízes na escravidão, perpassando as políticas eugenistas que perduraram durante o século XIX, até a ocorrência da CPI da laqueadura no final do século XX.

Após isso, pretende-se demonstrar como o sistema judiciário brasileiro realiza decisões que impactam diretamente minorias sociais historicamente estigmatizadas ainda no século XXI – especialmente tendo como alvo mulheres pretas e pobres, demonstrando o impacto mais agressivo que tais decisões possuem em uma perspectiva que correlaciona raça, gênero e classe – tendo como exemplo o caso de Janaína Aparecida Querino. Nesse sentido, será analisado como o aparato jurídico-estatal é um dos principais mecanismos de reprodução do racismo e da misoginia.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa descritiva. No decorrer do trabalho será utilizado o acordão da decisão (nº 1001521-57.2017.8.26.0360) que permitiu em 1º instância a esterilização forçada em Janaína Querino – mesmo sem seu consentimento – e a decisão de 2º instância que ratificou o primeiro entendimento (apenas após a cirurgia ter sido realizada), além da CPI da laqueadura e outros documentos. O resultado esperado com a pesquisa é a constatação da persistência do racismo estatal nas decisões judiciais, levando em consideração que essas decisões são ainda mais impactantes quando interseccionamos raça, gênero e classe – além do viés eugenista e de controle de corpos que perpassam tais sentenças. Por fim, pretende-se com o trabalho demonstrar a necessidade de um Poder Judiciário mais igualitário e antirracista, além da indispensabilidade de os juízes levarem em consideração os impactos sociais que suas decisões possuem.

As referências bibliográficas utilizadas na pesquisa serão: Racismo Estrutural – Silvio Almeida; E eu não sou uma mulher? – bell hooks; Mulheres, raça e classe – Angela Davis e Escravidão, volume I – Laurentino Gomes. A autora do trabalho será a aluna Yasmin Costa Santos, graduanda do curso de Direito da UFRJ e a orientadora será a professora Daniela Barcellos da UFRJ.

Palavras-chave: interseccionalidade; racismo estrutural; racismo estatal; grupos vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA: As referências bibliográficas utilizadas na pesquisa serão: Racismo Estrutural – Silvio Almeida; E eu não sou uma mulher? – bell hooks; Mulheres, raça e classe – Angela Davis e Escravidão, volume I – Laurentino Gomes.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6347****TÍTULO: POR UMA NOVA ECONOMIA DOS CUIDADOS:REFORMULAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO EM TEMPOS DE CRISE.****AUTOR(ES) : LUIZA WERMELINGER NOGUEIRA DE ALMEIDA****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA****RESUMO:**

Pensar sobre as questões de gênero e suas implicações na sociedade atual significa compreender que as relações de poder e a hierarquia construída sobre os papéis sociais de gênero ancoram-se na naturalização da “vocação” das mulheres para a reprodução da vida social. Assim, em meio ao aprofundamento do sistema capitalista, desvalorizou-se a posição social das mulheres a partir da imposição de uma divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). Sob essa ótica, as mulheres são historicamente atingidas (...) por uma dinâmica de discriminação que é própria do mercado de trabalho. E depois, pela condicionante que o peso das responsabilidades domésticas exerce sobre a inserção feminina no mercado laboral” (ENRIQUEZ, 2012, apud FERNANDEZ, 2019, p. 87), sendo impactadas pela discriminação tanto salarial quanto ocupacional por gênero. Assim, como destaca Fernandez (2019), enfrentam o “piso pegaçoso” associado às atividades de menor nível de qualificação e o “teto de vidro” que impede sua ascensão na hierarquia ocupacional.

Por essa razão, o presente estudo busca compreender especificidades que estruturam e reproduzem determinados processos econômicos de exploração das mulheres na sociedade. O foco é analisar as condições de geração de renda, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro e a distribuição desigual das atividades de cuidados. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da formulação e implementação de políticas públicas, sobretudo em tempos de crise, por meio da análise do papel desempenhado pelo Auxílio Emergencial (AE) durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O método utilizado na pesquisa pauta-se, na primeira parte, em uma pesquisa bibliográfica da Economia Feminista, como marco teórico são referenciadas em maior destaque as autoras Corina Rodriguez Enríquez; Breno Paula Fernandes; e Silvia Federici. Na segunda, referente à parte quantitativa, na análise descritiva dos dados da PNAD COVID-19, auxiliada por resultados encontrados em estudos e artigos relevantes acerca dessa temática. Isso, a fim de verificar se a magnitude dos impactos sentidos na pandemia variou de acordo com o gênero, atingindo de forma desproporcional as mulheres, e se a concessão do benefício nesse primeiro ano foi capaz de atenuar o crescimento das desigualdades sociais considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Portanto, objetifica-se ressaltar a ideia de que refletir sobre a estruturação dos cuidados incita encontrar novas possibilidades de redistribuí-los, encarando as políticas públicas como variável estratégica que permite a abertura para uma nova articulação e distribuição dessas tarefas entre os diferentes atores sociais. Como também, visa instigar a subversão da visão de mundo que restringe os lugares a serem ocupados pelas mulheres na sociedade a fim de pavimentar configurações mais equitativas e emancipatórias que lhes garantam, de fato, uma vida digna.

BIBLIOGRAFIA: ENRIQUEZ, C. R. Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdade. Revista THEOMAI; Buenos Aires; n. 39; p. 78-99, 2019. FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegaçoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, (26), 79-104, 2019. Acesso em: 07 jul. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6402**

TITULO: **ACCOUNTABILITY DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA: MAPEAMENTO DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS AO PÚBLICO**

AUTOR(ES) : **LUCAS DARBELLY GLOBA, ICARO DE OLIVEIRA VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **YARA CONSUELO CINTRA**

RESUMO:

O desmatamento da floresta Amazônica se tornou assunto recorrente nos principais meios de informação. A visão da sociedade acerca de questões ambientais, assim como políticas sustentáveis vem mudando junto com os avanços tecnológicos. Desta forma, vêm sendo criadas diversas ferramentas que, além de contribuir para a elaboração de melhores estratégias de políticas públicas no combate ao desmatamento na Amazônia, também promovem o engajamento da população como um todo, tornando essas informações disponíveis em suas plataformas. O objetivo deste trabalho foi realizar um mapeamento de informações disponíveis ao público atualmente acerca do desmatamento na Amazônia. Para isso, foi feita uma busca na ferramenta de pesquisa "Google" com palavras-chaves como "Amazônia", "Desmatamento" e "Base de dados" em Português e Inglês. O resultado dessa pesquisa aponta um interesse tanto por parte de órgãos nacionais (como o INPE, criador dos projetos PRODES e DETER), bem como de órgãos internacionais (Como a NASA, Greenpeace, dentre outros)

BIBLIOGRAFIA: MAPBIOMAS ALERTA, MapBiomass. Disponível em: <<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/>> Acesso em 10 mar. 2022 TERRABRASILLIS, INPE. Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>> . Acesso em 11 mar. 2022 AMAZON. Boletim SAD. Disponível em: <<https://amazon.org.br/categorias/boletim-do-desmatamento/>> . Acesso em 12 out. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6424**

TITULO: **REVISTA VERSUS BICENTENÁRIO: BONIFÁCIO E LEOPOLDINA NOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA E NO BRASIL ATUAL**

AUTOR(ES) : **IGOR VIEIRA CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O presente trabalho se veicula na Revista VERSUS, segunda edição de 2022, cujo tema é o Bicentenário da Independência. O objetivo é retratar dois personagens de suma importância para o Brasil, José Bonifácio de Andrade e Silva e Imperatriz Leopoldina, sua contribuição para a Independência do país e sobre o sentimento de ser brasileiro. Esse é um tema fugaz, difícil de ser conceituado, mas que é de grande interesse e valia para mim, especialmente em época de nacionalismo: o texto foi escrito ainda no último ano do Governo Bolsonaro. Para fazê-lo, me apoiei nas próprias cartas de José Bonifácio e Imperatriz Leopoldina, assim como nos livros de Paulo Rezzutti, em Sérgio Buarque de Hollanda e sua obra prima, "Raízes do Brasil", e em entrevista com o pesquisador e professor da UFRJ, José Murilo de Carvalho. A entrevista com ele abriu os horizontes e mudou o texto, porque ele revelou que na época de 1822, não se falava do sentimento de ser brasileiro, pois essa palavra praticamente não existia. Foi dado uma especial atenção ao tema étnico e da escravatura, assim como idas e vindas ao passado e presente para escrever sobre o que pode significar este sentimento - para um povo e para um país

BIBLIOGRAFIA: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio, Representação à Assembléia Nacional Constituinte do Império do Brasil sobre a Escravatura (1823), p. 25. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. (1936) 17a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984. GALEANO, Eduardo H., As Veias Abertas da América Latina / Eduardo Galeano; tradução de Sérgio Faraco. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6427****TITULO: O USO DAS DATAS COMEMORATIVAS NO PROCESSO EDUCATIVO DOS DISCENTES DO CAP/UFRJ****AUTOR(ES) : GABRIEL DA SILVA ALVES****ORIENTADOR(ES): TATYANNE FERREIRA****RESUMO:**

As datas comemorativas tem grande relevância para a educação dos discentes, pois possuem teor histórico, político e sócio-cultural. Além disso, favorecem no atendimento das necessidades informacionais e promovem ações educativas para toda a comunidade escolar. A pesquisa gerada a partir de uma data comemorativa tem o cunho de valorizar e divulgar informações relevantes que contribuem na apropriação do conhecimento. O trabalho tem como cunho principal realizar a reflexão do uso das datas comemorativas em junção com o acervo da biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp/UFRJ) no que tange o processo educativo dos discentes. Deste modo, mostra como é levantado no acervo da biblioteca livros que se adequem ao tema, como também a realização de pesquisas em fontes confiáveis e seguras na internet. Assim sendo, as informações sobre as datas são localizadas nas mais variadas fontes e compartilhadas nas redes sociais da biblioteca, também é realizada uma exposição de livros paradidáticos e um mural informativo sobre a data comemorativa. Desta maneira, essas ações são consideradas uma prática de mediação da informação que para Almeida Junior (2008) é toda ação de intervenção que favorece a apropriação de informação que pode satisfazer uma necessidade informacional. A metodologia desse trabalho consiste na pesquisa bibliográfica que conforme Marconi e Lakatos (2017, p.199) "abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos, impressos ou eletrônicos, [...]" . Deste modo, foi possível fazer o levantamento de informações sobre biblioteca escolar, datas comemorativas, livros paradidáticos e mediação da informação. É importante enfatizar que essas ações de mediação da informação através do uso das datas comemorativas são eficazes para acolher um tema relevante, divulgar o acervo da biblioteca e propiciar a formação de leitores críticos.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALETIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). Gestão da informação e do conhecimento. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 18 out. 2022. GARCIA, Paulo Sérgio. A Internet como nova mídia na educação: A rede internet e o processo de educação. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.pdf. Acesso em: 13 out. 2022. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Mar

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6441****TITULO: A EXPANSÃO DAS TECNOLOGIAS MÓVEIS NAS MÃOS DA POPULAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO PÚBLICA NA TRANSFORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA MAIS EFICAZ****AUTOR(ES) : BRUNO ALEXANDRE COUTO AZEVEDO****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA****RESUMO:**

A evolução da tecnologia observada nas duas últimas décadas, e paralelamente ao alcance de todos, a busca por informações sendo realizada de maneira cada vez mais instantânea, seja esta através de redes sociais, sites de notícias e sites de Governo, tem reduzido o distanciamento da população das políticas públicas disponíveis pelo Município, Estado e/ou União. Transformar uma sociedade que participe de maneira mais inclusiva na criação, no desenvolvimento e no acompanhamento desta política, é o ponto de partida para que sejam modificados procedimentos, antes travados por excesso de burocracia desde a solicitação do mesmo, por mecanismos mais ágeis, como por exemplo, o reparos de serviços essenciais na vida da população, um acompanhamento médico, entre outros. Hoje em dia, em nossos celulares, existem os mais diversos aplicativos móveis instalados para diversos momentos do nosso dia a dia, desde o lazer até o momento profissional. Nesta relação entre a população e o Governo não pode ser diferente. A criação de aplicativos que atendam a necessidade social da população a respeito dos serviços prestados pelos entes federativos se torna um requisito essencial para que seja alcançados níveis satisfatórios de ambos os atores, por parte da sociedade, a obtenção de um serviço cada vez mais eficiente em sua demanda, e por parte da administração pública, o alcance da eficiência em seus serviços públicos prestados. De maneira exploratória, o presente trabalho precorrerá dois focos principais: O primeiro, na demonstração de pesquisa de dados a respeito da evolução da tecnologia e o seu alcance por parte da população e durante segundo momento, a qual ponto estamos no Brasil quanto ao desenvolvimento de uma sociedade mais participativa no desenvolvimento de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Economia. Do Eletrônico ao Digital. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>>. Acesso em 28 de setembro de 2022. CETIC.BR. TIC Domicílios 2020. Lançamento dos resultados. Edição Covid-19 - Metodologia Adaptada. <https://cetic.br/media/analises/tic_domiciliros_2020_coletiva_imprensa.pdf> acessado em 03/11/2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6449****TITULO: A EXPANSÃO DO SUJEITO VÍTIMA DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DA LEI HENRY BOREL AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBT+.****AUTOR(ES) : FELIPE BARDELOTTO PELISSA****ORIENTADOR(ES): DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS****RESUMO:**

A presente pesquisa tem como objetivo a análise da aplicação da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, denominada de Lei Henry Borel, a crianças e adolescentes LGBT+. Tal como a Lei Maria da Penha de 2006, que teve como foco coibir a violência contra a mulher, a Lei Henry Borel de busca enfrentar os casos de violência contra crianças e adolescentes no contexto familiar. Assim, o presente estudo utiliza a técnica de pesquisa da documentação indireta da pesquisa bibliográfica e as teorias feministas e marxistas como fundamento metodológico para compreender a violência doméstica como fenômeno produzido socialmente. Parte-se da concepção de família como Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980) para compreender o fenômeno de violência doméstica como fruto da exploração capitalista e da necessidade de produzir indivíduos aptos a exploração e alienados de sua concepção humana. Essa questão está colocada no reforço da figura da família patriarcal, a partir da consolidação do capitalismo, buscando difundir uma lógica disciplinar inerente ao trabalho assalariado. O direito tem lido, historicamente, com as questões relacionadas ao parentesco sob viés fortemente familiarista, a partir da dicotomia público/privado. Essa separação omite uma série de problematizações ligadas, especialmente a gênero e sexualidade (concepções também tidas como privadas e, em muitos casos, individualizantes como se cada indivíduo fosse um átomo isolado do restante da sociedade). Essa separação foi utilizada por muito tempo como fundamento para impedir a intervenção no interior da família, o que ocasionou inúmeras formas de violência e controle em relação aos sujeitos mais vulneráveis. Por isso, constata-se que mais do que mera inspiração no texto legal, a Lei Henry Borel e a Lei Maria da Penha possuem questões sociais em comum, justamente porque tal como a mulher, as crianças e adolescentes ao descobrir sua sexualidade/gênero nem sempre encontram lugar de amparo e acolhimento, ou mesmo de socialização. Por isso, é de extrema importância, em especial para não se ater a mera função punitiva do direito penal (KARAM, 1999), analisar as funções desenvolvidas socialmente pela família, bem como os agentes que deram vida a Lei, as apostas elencadas e atuação do aparelho público para enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes LGBT+.

BIBLIOGRAFIA: ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Presença, 1980 KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. Discursos sediciosos, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6479****TITULO: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR POR CORPO ESTRANHO EM ALIMENTOS: PERSPECTIVAS A PARTIR DO RESP N. 1.899.304/SP JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****AUTOR(ES) : RAFAEL CLEMENTE MARINS,MARCOS RODRIGUES NUNES DA SILVA****ORIENTADOR(ES): SABRINA JIUKOSKI DA SILVA****RESUMO:**

Defeitos típicos dos meios de produção industrial, originários da falha de máquinas ou de erros humanos, são os chamados corpos estranhos em produtos alimentícios. Fungos, insetos, fragmentos de plásticos, fios de cabelo e preservativos são defeitos de fabricação, cujos resultados danosos devem ser suportados pelo fornecedor, a quem incumbe os riscos subsequentes do processo de produção à luz do CDC. Claramente tais defeitos não são próprios dos tempos modernos, mas sua incidência cresceu nas últimas décadas com as novas e massificadas tecnologias dos processos de produção, levando os tribunais nacionais a decidir se a mera aquisição de alimentos com corpo estranho enseja, ou não, dano moral indenizável. Não obstante, trata-se de tema de notória divergência entre a Terceira e Quarta Turmas do STJ. De um lado, reconhece-se o dano moral não só na hipótese de ingestão, mas também quando o produto não chega a ser consumido, ao fundamento de que há evidente exposição do consumidor a risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, caracterizando dano moral in re ipsa frente a ofensa ao direito fundamental à alimentação adequada. De outro, porém, defende-se que só estará configurado o dever de indenizar se houver a ingestão do produto defeituoso. Propõem-se então analisar os argumentos discutidos e acolhidos pelo STJ no julgamento do REsp nº 1.899.304, em agosto de 2021, sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi, que produziu afetação da matéria divergente, em prol de uniformizar a interpretação da Corte. Para tanto, utilizar-se-á o método de dedutivo, partindo de premissas maiores para se chegar numa premissa menor. Traçam-se ainda os objetivos específicos, que corresponderão às seções do trabalho: a) compreender a rede de proteção jurídica do consumidor, com relevo à responsabilidade dos fornecedores de produtos e ao conceito de defeito, cujo elemento central é a carência de segurança nos padrões da legítima expectativa dos consumidores; b) identificar os pontos relevantes constantes nas decisões do STJ sobre a responsabilização do fornecedor diante do corpo estranho em alimentos; e c) analisar os pontos abordados na decisão objeto de investigação, apontando as questões sensíveis e os caminhos alternativos ao resultado alcançado, bem como as implicações do dano moral in re ipsa sob um ponto de vista econômico-pragmático. Por fim, anota-se que esta pesquisa está em desenvolvimento, passando-se, quando oportuno, a redação do artigo cuja origem está neste resumo.

BIBLIOGRAFIA: BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. In: Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. Coord. Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991. BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 5 ed. São Paulo: TR, 2013. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. 11 ed. Salvador: Juspodivm, 2016. MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. São Paulo: RT, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6487****TÍTULO: IMPLICAÇÕES DO AUMENTO DO NÍVEL DO MAR COM RELAÇÃO À DIMINUIÇÃO E SUPRESSÃO DE ZONAS MARÍTIMAS DIANTE DO PANORAMA DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR****AUTOR(ES) : VITORIA AMARAL ARAUJO****ORIENTADOR(ES): CAIO CEZAR OVELHEIRO MENNA BARRETO****RESUMO:**

O panorama de mudanças climáticas em um contexto posterior à Revolução Industrial inclui em seu escopo uma mudança na fisionomia costeira a partir da elevação atípica do nível dos oceanos. A previsão de aumento de 0,52 - 0,98 metros apresentada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas para o ano de 2100 se mostra motivo de particular preocupação para Estados insulares e arquipelágicos no âmbito da extensão de seus espaços marítimos, sobretudo diante da perspectiva de diminuição ou supressão de suas zonas marítimas. Os espaços marítimos desses Estados, cuja exploração é de especial importância para a economia local, têm como meio de mensuração a distância em milhas náuticas com relação à linha de base. Nesse sentido, tramitam dentre as jurisdições de, sobretudo, ilhas do Pacífico disposições alternativas de definição das linhas de base, cujos critérios fogem das medidas de distância estabelecidas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

A presente pesquisa analisa o impacto do aumento do nível dos mares sobre as regras de definição de espaços marítimos constantes na CNUDM. Além disso, também serão estudadas as propostas alternativas apresentadas por países insulares do Pacífico que, diante da ameaça da crise global, estabeleceram disposições próprias para a definição de suas linhas de base.

O desenvolvimento desta pesquisa baseia-se no recurso metodológico do tipo pesquisa bibliográfica exploratória, com técnica de coleta de dados por documentação indireta. Dessa forma, fontes distintas como análise de artigos científicos, matérias jornalísticas, regulamentos e relatórios de instituições e organizações nacionais e internacionais, textos doutrinários e dissertações servirão de apoio para adentrar no tema abordado de forma aprofundada.

O objetivo geral do presente estudo consiste na análise da organização e a funcionalidade da conjuntura internacional frente ao direito climático, mais especificamente, diante do aumento do nível do mar e seu impacto frente as possíveis modificações nos espaços marítimos. O objetivo específico visa o estudo das disposições acerca da mudança nas linhas de base frente à mudança climática, sobretudo em países ilhares do Pacífico, especialmente afetados pelo aumento do nível do mar e dependentes das atividades marítimas.

Perante tal panorama internacional, tal artigo visa a conclusão de que as disposições dos próprios países ilhares do Pacífico, em defesa da não alteração das linhas de base diante da crise climática é a opção mais convivente.

BIBLIOGRAFIA: SCHOFIELD, Clive; FREESTONE, David. Islands awash amidst rising seas: Sea Level Rise and insular status under the Law of the sea. *The International Journal of Marine and Coastal Law*, v. 34, n. 3, p. 391-414, 2019. CONVENÇÃO das Nações Unidas sobre o Direito do Mar = UNITED Nations Convention on the Law of the Sea. 10 de dezembro de 1982. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/publication/CTC/Ch_XXI_6_english_p.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6507****TÍTULO: DIVERSIDADE RACIAL NA ALTA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL: UM LEVANTAMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO****AUTOR(ES) : JULIANA DE FREITAS MELO****ORIENTADOR(ES): LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO****RESUMO:**

A literatura em liderança está repleta de argumentos teóricos e evidências empíricas que sugerem que os ambientes organizacionais ainda são muito adversos e hostis para pessoas pretas. Conforme pontuado por estudiosos, em função da maioria das organizações serem dominadas por pessoas brancas, observa-se alguns movimentos, que apesar de distintos, contribuem para a desigualdade racial. Por exemplo, estudiosos citam a tendência à homofilia, ou seja, a propensão daqueles que ocupam cargos corporativos de alto escalão de se replicar ao preencher vagas com outros semelhantes. Além disso, a ausência de representatividade racial contribui para a construção do "protótipo de liderança" como sendo associado a pessoas brancas. Além disso, sabe-se que as organizações impõem fortes barreiras à contratação e/ou mobilidade ascendente de pessoas negras na hierarquia organizacional, resultantes do racismo estrutural, vieses e discriminação racial. Esses são alguns aspectos que ajudam a explicar o motivo pelo qual o líder empresarial predominante seja de um líder branco e também a baixa participação de pessoas negras em cargos de liderança, e particularmente em posições do alto escalão das empresas, a despeito da população negra ser maior que a branca de acordo com dados do IBGE de 2019. Acontece que, como cada vez mais existe uma pressão externa, vinda de diversos stakeholders, particularmente da sociedade civil, no sentido de exigir avanços no âmbito da diversidade racial nas organizações, não raras as vezes as empresas têm incorporado valores e sustentado discursos voltados para a diversidade e igualdade racial, sem a respectiva adoção de ações e práticas que as viabilizem, levando ao fenômeno proposto por alguns teóricos de "hipocrisia organizacional". Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo mapear a participação de pessoas pretas nos cargos de alta liderança das 100 maiores empresas do Brasil, e posteriormente contrastar o grau de diversidade racial observado com a existência de discurso organizacional (valores e estratégias públicas) relacionadas à diversidade racial. Para isso, a pesquisa se valerá de uma metodologia quantitativa e qualitativa, que envolverá dentre outros procedimentos, a consulta a bases de dados públicos contendo dados e informações de empresas brasileiras, para cálculo da diversidade racial nas posições de liderança de topo, bem como consulta de materiais da própria empresa para identificação de discursos e estratégias voltadas à diversidade. Espera-se, com isso, evidenciar inconsistências entre discurso e prática organizacional, entendida sob o conceito de hipocrisia organizacional, bem como explorar os impactos disso para as empresas, funcionários e para o país.

BIBLIOGRAFIA: A.S. Rosette, G.J. Leonardelli, K.W. Phillips (2008). The white standard: racial bias in leader categorization *J. Appl. Psychol.*, 93 (4), 758-777. Effron, D., O'Connor, K., Leroy, H., Lucas, B. J. (2018). From inconsistency to hypocrisy: When does "saying one thing but doing another" invite condemnation?, *Research in Organizational Behavior*, 38, 61-75. Horsford, S. D. (2014). When Race Enters the Room: Improving Leadership and Learning Through Racial Literacy, *Theory Into Practice*, 53(2), 123-130.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Apresentação de Vídeo****ARTIGO: 6508****TITULO: O SAMBA E A CRIMINOLOGIA CULTURAL: A LABELING APPROACH COMO PANDEIRO DO MALANDRO****AUTOR(ES) : JEFERSON ARAUJO****ORIENTADOR(ES): SALO DE CARVALHO****RESUMO:**

O samba agoniza mas não morre, alguém sempre lhe socorre, antes do suspiro derradeiro". Pode a criminologia crítica cultural ressignificar o poder punitivo simbólico sobre o sambista sob o viés da ferramenta política de (des) criminalização dos partideiros? Durante um longo período, o fato político jurídico de celebrar o samba foi criminalizado. Desde que samba é samba, nos morros , becos e vielas das encruzilhadas potentes de (re) invenção os terreiros enclausurados por Tia Ciata, Ismael Silva, Donga , Pixinguinha e João da Baiana.

De mãos dadas a alvorada , do samba como poder jurídico, vamos entrelaçar a forma e o conteúdo. Destarte, essa análise, sob viés da criminologia cultural, será feita a partir do debate da reinvenção dos direitos humanos pela lente dos indivíduos subalternizados ou marginalizados do paradigma jurídico hegemônico (formalista e monista, no que diz respeito às suas fontes). Dessa modo, vamos percorrer as ações da lei, em seu tempo, dialogando com as teoria de Joaquim Herrera Flores, Stuart Hall e o jurista Lombroso.

No desenvolvimento deste estudo, apostase no samba como ferramenta artística emancipatória capaz de (des) legitimar o poder de criminalização penal, mas também, como ação de garantir os direitos humanos no Estado Democrático Contemporâneo. Sendo assim, irá se trabalhar o samba como instrumento que conclama (re) significação do papel punitivo à cultura do ser samba. Ademais, iremos desvelar o batuque como percepção jurídica de emancipação, inclusão e ressignificação dos direitos humanos para populações das rodas, dos xirês e dos pagodes da vida na democracia brasileira.

BIBLIOGRAFIA: Stuart hall, Da diáspora: identidades e mediações culturais. Salo de Carvalho, Antimanual da Criminologia. O homem Delinquente , Lombroso. A reinvenção dos direitos Humanos, Joaquim Herrera Flores. Salo de Carvalho. Criminologia Cultural, Complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6516****TITULO: A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA****AUTOR(ES) : MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO,FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,ANSELMO SALGADO FERREIRA,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS****RESUMO:**

Este resumo apresenta a experiência do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin a partir da atuação no projeto de extensão com a Associação dos Remanescentes dos Quilombolas da Ilha da Marombaia (ARQIMAR).

Esta atuação foi elaborada em conjunto com a ONG Justiça Global e o projeto de extensão Direito ao Território Quilombola (DATEQ), da Escola Superior de Serviço Social (ESS-UFRJ), tendo como elemento central as tensões entre o Quilombo da Marombaia e o Estado brasileiro, especialmente na figura da Marinha do Brasil, no que diz respeito à efetivação dos direitos humanos no Quilombo da Marombaia. Diante das reintegrações de posse movidas contra esses povos tradicionais, a solução formal se deu com a celebração, em 2014, de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), responsável por findar o conflito possessório que corria na justiça ao titular o espaço e supostamente regular a convivência entre os militares e os quilombolas. Contudo, o documento apresentou inadequações e produziu novas tensões, não resolvendo antigas e constituindo novas controvérsias em diversas ocasiões.

A articulação do projeto de extensão com os quilombolas se deu através da interação dialógica da educação popular e da assessoria jurídica, objetivando promover a reflexão de quilombolas e extensionistas sobre a realidade concreta, bem como suas formas jurídicas e sociais. No decorrer do trabalho, ocorreram visitas ao território, com a realização de reuniões, oficinas e intervenções criticantes. Com estes pilares, o NAJUP Luiza Mahin contribuiu para a elaboração de uma petição apresentada na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com denúncias de violações existentes no espaço e pedidos de reparação e adoção pelo Estado brasileiro de medidas de reconhecimento concretas.

Nesse sentido, o conteúdo da petição, tais quais os pedidos, foram propostos dialogicamente pelos quilombolas a partir das reflexões suscitadas nas atividades coletivas: oficinas pedagógicas, entrevistas, rodas de conversa e teatro do oprimido, alinhados aos métodos educação popular e da observação participante, cujo resultado é a interpretação crítica do mundo e o vislumbre de novas realidades jurídico-políticas tanto pelos estudantes envolvidos quanto pelos quilombolas.

BIBLIOGRAFIA: LOPES, Aline Caldeira. Sob os despojos da história: territórios negros tradicionais em meio à ditadura militar no brasil. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Direito): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2018. RELATÓRIO No. 81/22. Petição: 1450-09. RELATÓRIO DE ADMISSIBILIDADE COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DE MARAMBAIA BRASIL. OEA/Ser.L/V/II Doc. 84. 8 maio 2022. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DE MARAMBAIA (P-1450-09) OBSERVAÇÕES ADICIONAIS DO ESTADO SETEMBRO DE 2018 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TITULO: GENTRIFICAÇÃO NO PORTO MARAVILHA: ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NA OCUPAÇÃO ZUMBI E A RESISTÊNCIA PELO DIREITO À CIDADE

AUTOR(ES) : MARIA FERNANDA VEIGA GOMES, MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO

ORIENTADOR(ES): ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

RESUMO:

O presente trabalho pretende introduzir a experiência da assessoria jurídica popular na atuação em um caso concreto que permite dissertar acerca da dinâmica do processo de Gentrificação, em especial, da região portuária, que abrange os bairros da Saúde, Gamboa e Caju, no município do Rio de Janeiro. Diante disso, analisa-se o impacto social da maior Parceria Público Privada da história do Brasil, o Porto Maravilha, e como esta afeta diretamente o direito à moradia na região central para população de baixa renda, acentuando as desigualdades sociais.

Neste contexto se situa a atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, orientado nos pilares da assessoria jurídica popular, da educação popular e dos métodos da pesquisa-militante, com a resistência da Ocupação Zumbi, situada na Avenida Venezuela. A partir da articulação do projeto de extensão com os moradores, busca-se incidir juridicamente sobre as demandas dos ocupantes, além de provocar uma reflexão de ocupantes e extensionistas sobre a realidade concreta na qual se dá o contato, bem como suas implicações jurídicas e sociais.

Logo, a perspectiva crítica da assessoria jurídica popular se concentra não em um direito como mera abstração, mas sim um direito que é construído com a luta, pautada na dialogicidade e no pensamento crítico, por acessos aos bens exigíveis, necessários ao viver. A experiência dos moradores da Ocupação Zumbi aponta para uma falha presente no projeto de revitalização do Porto Maravilha: trata-se de um terreno da União, que poderia ser destinado à habitação popular, mas permanece inutilizado há pelo menos 20 anos.

O imóvel é habitado por mais de uma centena de famílias que foram excluídas do processo de "revitalização", mas que reivindicam o direito da moradia, ocupando o prédio abandonado pelo INSS. A experiência da Zumbi aponta o papel desempenhado pelo setor empresarial nestes processos e as dificuldades da concretização de políticas voltadas à garantia da moradia digna e contra a segregação.

O presente trabalho se ampara na coleta empírica de dados, através da visitação de campo na ocupação e aplicação de um formulário para qualificação dos ocupantes, bem como a leitura de bibliografia atinente e estudo dos autos do processo.

Os dados preliminarmente colhidos apontam para uma recorrência do trabalho informal, da evasão escolar e da insegurança alimentar, devido à desassistência contínua do Estado, o qual condiciona a precária condição de vida de crianças e idosos.

Por fim, busca-se relacionar a segregação contemporânea instituída no Porto Maravilha com dinâmicas raciais que historicamente estigmatizam a população negra, haja vista a destituição do significado da Pequena África e o apartamento da historicidade da raça de seu grupo. Assim sendo, objetiva-se traçar a resistência da Ocupação Zumbi dos Palmares como uma reminiscência de lutas passadas que se transmutam e permanecem no presente.

BIBLIOGRAFIA: Santos Junior, O. A., Werneck, M., Borba, T. R., & Carvalho, A. P. S. (2020). Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20200062. Nascimento, Bruno Pereira do. Gentrificação na Zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, Jan./Jun. 2019. De Marco, C. M., Santos, P. J. T., & Möller, G. S. (2020). Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *Urbe*.

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é fazer uma análise sociológica da ação dos diferentes grupos que participam das disputas políticas no espaço virtual, entendendo que os posicionamentos e manifestações nas redes sociais influenciam diretamente nos fatos que transformam o território e a sociedade em sua totalidade. Para isso, podemos identificar as principais influências nos diferentes grupos sociais representados no espaço virtual, analisando seus discursos e como eles se articulam para difundir suas ideias e visões de mundo.

Durante a pesquisa foram identificados os principais atores influentes dentro do Twitter, no campo progressista e entre os grupos conservadores. Considera-se esses agentes como as principais lideranças, por serem aqueles que disseminam originalmente as ideias e constroem as narrativas que serão reproduzidas por um número significativo de seguidores. Eles atuam com frequência e possuem um grande alcance nas redes. Essas lideranças são articuladas, e divulgam massivamente os discursos uns dos outros.

A cada semana, novos assuntos entram em pauta nessas redes, com a participação ativa dos principais atores, enunciando as narrativas. Para identificar esses atores, foram utilizadas as bases de dados no Twitter, de alguns dos fatos mais relevantes da política nacional e internacional durante o ano.

O fato escolhido para ser analisado nesse trabalho é a privatização da Eletrobrás, cujas ações estrearam na bolsa em 13 de junho de 2022. O debate político em torno dessa decisão do Ministério da Economia do governo Bolsonaro envolveu toda a sociedade, e pode ser observado e analisado dentro das redes sociais, particularmente no Twitter. A avaliação do debate sobre o tema no Twitter foi feita a partir de metodologia aplicada, com dados extraídos na data da privatização, abrangendo tweets referentes ao fato, publicados entre os dias 7 e 13 de junho de 2022, pois este tema já vinha causando polarização nas redes desde antes da sua confirmação.

A metodologia de pesquisa e análise é feita a partir da utilização de programas informáticos e da interpretação dos fatos e discursos. Inicialmente, é feita uma mineração dos dados do Twitter a partir de uma ou mais palavras-chave correspondentes ao assunto escolhido. Também podem ser utilizadas hashtags que agrupam determinadas manifestações em torno do assunto. A partir dos dados obtidos, utiliza-se um programa para visualizar as redes na forma de grafos, que demonstram os principais atores e seus campos de influência. Com essas informações é possível analisar os discursos e sua difusão nas redes.

Como resultados esperados, o principal é identificar os atores e suas narrativas. Analisar sua origem e os interesses econômicos e políticos. Trata-se de examinar como os discursos são construídos e difundidos no Twitter, e como ele se reproduz nas outras plataformas para produzir uma subjetividade coletiva favorável ou não a privatização. Com isso poderemos reconhecer o papel do discurso na privatização da Eletrobras.

BIBLIOGRAFIA: EGLER, Tamara Tania Cohen. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias*, 2010, 208-236. EGLER, Tamara Tania Cohen; COSTA, Thiago; GONÇALVES, Pedro Paulo. 259. A (in) visibilidade da rede tecnopolítica bolsonarista. Ar@ cne. *Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, 2021, 25. NEVES, Barbara Coelho. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. *TransInformação*, 2010, 22: 47-60.

O uso das Tecnologias de informação e Comunicação na atualidade vem se intensificando por grande parte da população brasileira. Nas eleições de 2022 foi possível observar a disseminação de Fake News, que produziam nas plataformas de comunicação digital como WhatsApp, Telegram e Twitter narrativa ilusórias e desinformação na sociedade brasileira, comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente (ALEXANDRE CAETANO, 2020). Elas foram fundamentais na eleição de candidatos de extrema direita aos cargos para legislativo, nas diferentes escalas federal, estadual e municipal (EGLER, COSTA, GONÇALVES, 2021).

Os diferentes aspectos da desinformação são geralmente notícias falsas, com dados apresentados fora do contexto, pode ser a manipulação de imagens, ou manchetes que não condizem com o conteúdo da matéria. O aumento da desinformação e da má informação impacta sobremaneira as esferas públicas.

Trata-se de insuflar medo da perda nos atores que participam das redes sociotécnicas. A intenção é de provocar danos como induzir o cidadão ao erro. As Fakes são usadas de modos a questionar as nossas crenças, nossos medos e nossos valores.

Essa conjuntura política que produziu o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo. Obriga a pensar possibilidades de ação que levam a colocar limites ao processo e desinformação que foi produzido pela extrema direita no Brasil.

O resultado das Fake News, é que uma parte da sociedade passa a acreditar numa realidade que não existe, e a outra parte uma narrativa ancorada na verdade produzida pela ciência. O que resulta em duas bolhas é numa ruptura do tecido social (EGLER, 2020).

- Já podemos perceber um movimento das instituições governamentais, para a regulação da circulação de notícias fake, mentirosas internet. Ela não pode ser considerada um mundo sem lei, um mundo do anonimato. Para fazer avançar a pesquisa serão observados os seguintes procedimentos:
- Delimitação do objetivo empírico, na visualização de sites e aplicativos de mensagens utilizados para disseminação dos conteúdos falsos.
- Levantamento da produção teórico/acadêmica do campo, principalmente das políticas públicas desenvolvidas na Europa e nos EUA.
- Identificação e levantamento e formação de banco de dados com notícias falsas narradas nas redes bolsonaristas.
- Aplicação de ferramental de informática para identificar as palavras-chaves mais comuns nos discursos falsos.
- Produção de uma política pública de combate as Fakes News adaptada para o Brasil.

O resultado esperado é a formação de banco de dados com Fake News a partir daí propor políticas públicas de combater à desinformação.

BIBLIOGRAFIA: Egler, Tamara Tania Cohen & Barbosa, Rafael Ódio na rede do Gabinete in Egler, Tamara Tania Cohen Egler & Kraus Lalita& Costa. Aldenilson Vitorino vol I , Marcas da Inovação no Território, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2021. Fonseca, Alexandre Brasil. Educação e democracia em tempos de desinformação. in Egler, Tamara Tania Cohen Egler & Kraus Lalita& Costa. Aldenilson Vitorino vol I , Marcas da Inovação no Território, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2021. NEVES, Bárbara Coelho. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. TransInformação, 2010, 22: 47-6

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6548**

TÍTULO: POR QUE PRECISAMOS FALAR DE ABOLIÇÃO PENAL? O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMPLIAÇÃO DAS VOZES DOS FAMILIARES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ESTATAL

AUTOR(ES) : THAMIRES AZEREDO CHAVES,AGNES MORAES LOPES GAMA

ORIENTADOR(ES): FERNANDA MARIA VIEIRA,MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES

RESUMO:

O presente trabalho objetiva debater a atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP Luiza Mahin) nos temas de desinternação e desencarceramento. Trata-se de um projeto de extensão que se funda no princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão articulando a pesquisa militante com a metodologia da assessoria jurídica popular, direito insurgente e educação popular.

O Estado, no uso de sua soberania, decide quem deve morrer, e a produção da delinquência. Nesse sentido, o encarceramento se apresenta como a forma de punir que garante o exercício racista ao privar a liberdade da população negra e/ou pobre, negando direitos básicos. Contudo, apesar do aparato penal e repressivo do Estado brasileiro ser caracterizado por produzir massacres, torturas e mortes, ainda assim, a abolição dos sistemas prisional e socioeducativo é considerada utópica, mesmo em alguns grupos progressistas.

Nesse sentido, o NAJUP desenvolve suas atividades junto a Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro, que reúne em torno de si uma série de movimentos sociais atuantes no tema da violência do estado e controle social penal seletivo, além de integrar uma articulação nacional, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, e é ligada ao Desinterna, Brasil, cujos objetivos são conquistar a abolição da população privada de liberdade.

O contato com os familiares permitiu uma série de reflexões que coloca em debate a manutenção de um sistema punitivo, cujo papel se resume ao encarceramento dos corpos negros, sem que se discuta a validade de tal modelo. Diante de tal realidade, a existência dos movimentos populares que se levantam contra a opressão do Estado é extremamente potente e um modelo a ser seguido. A busca das famílias reside em colocar em discussão a lógica do controle social penal nos territórios proletarizados que, na atual política de segurança, se demarca pela letalidade policial.

O NAJUP Luiza Mahin trabalha com os princípios e a metodologia da assessoria jurídica popular e da educação popular de Paulo Freire (2006). Essa perspectiva prático-metodológica destaca a necessária troca de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no processo. Para Freire, o conhecimento é um processo constante de troca dialógica de saberes e experiências entre os diferentes sujeitos, opondo-se à hierarquia de saberes e de falas, entendendo a potencialidade da educação e da pedagogia engajada em transgredir sistemas de dominação (Davis, 2003; bell hooks, 2020).

Desta forma, objetiva-se a construção de novos paradigmas de direitos a partir práxis haja vista, que toda a história do povo negro é permeada por lutas contra as violações do Estado, sendo centrais para a sobrevivência do povo negro ao longo dos séculos, ainda que exista uma recorrente invisibilidade e o desconhecimento do legado de resistência e protagonismo da população negra na história do país.

BIBLIOGRAFIA: DAVIS, Angela. Introduction - Prison Reform or Prison Abolition?. Em: Are prisons obsolete? Nova York: Seven Stories Press. 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006. HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6569**

TÍTULO: O SISTEMA BRASILEIRO DE POLÍTICA MIGRATÓRIA E O PROJETO DE CRIAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL MIGRATÓRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

AUTOR(ES) : PEDRO FRANCO VILLELA,CAROLINA GENOVEZ PARREIRA

ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

RESUMO:

Para melhor alcançar as suas finalidades, bem como para melhor executar políticas públicas, o Estado brasileiro desconcentra-se em diversos órgãos que compõem a Administração Pública direta e descentraliza-se em diversas entidades que compõem a Administração Pública indireta.

Na seara da condução da política migratória pátria, a comissão de especialistas para elaboração de Anteprojeto de Lei de Migrações - Portaria n. 2.162/2013 do Ministério da Justiça - propôs, em seu relatório final, a criação da Autoridade Nacional Migratória (ANM), uma entidade de regime autárquico especial, responsável por regular, gerir e conduzir diversos aspectos da política migratória brasileira, incluindo, mas não se limitando, a processar os assuntos relacionados a nacionalidade, naturalização e regime jurídico dos migrantes, além de promover estudos e formular propostas de políticas públicas voltados a essa população.

Contudo, a nova Lei de Migração (Lei Federal n. 13.445/2017) não incorporou, em seu último projeto, diversos aspectos do relatório final da comissão de especialistas, mais evidentemente a criação da ANM, tendo, assim, sido promulgada sem a previsão de constituição da nova entidade.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o sistema de órgãos e entidades do Estado brasileiro, voltados à política migratória, como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigrá) e o Departamento de Polícia Federal (PF), delineando suas atribuições e competências, de forma a compará-las com aquelas previstas pela Autoridade Nacional Migratória, indicando qual configuração administrativa melhor atenderia ao interesse público na garantia da defesa e promoção dos direitos das pessoas migrantes.

No que tange à metodologia de pesquisa utilizada, foi eleita fundamentalmente a documentação indireta, com pesquisa documental (sobretudo textos legais, bem como julgados e jurisprudência dos tribunais superiores extraídos dos próprios sítios eletrônicos do Estado brasileiro) e bibliográfica (livros, periódicos, artigos, teses e dissertações relacionados ao tema).

BIBLIOGRAFIA: BATISTA, V.O.; PARREIRA, C.G. Perspectivas jurídicas da política migratória no Brasil. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Anais do XXI encontro nacional do CONPEDI/UFU. 1.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 6818-6851. BATISTA, V.O. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. Versus, Rio de Janeiro, v.3, p. 37-44, 2009. REIS, R.R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.19, n.55, p.149-164, jun. 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6578**

TITULO: OS IMPACTOS ECONÔMICOS DO FLUXO MIGRATÓRIO EM UMA DIMENSÃO GLOBAL: UMA ANÁLISE TEÓRICA ACERCA DA MIGRAÇÃO QUE É ABSORVIDA PELO NORTE GLOBAL

AUTOR(ES) : BIANCA RIBEIRO DE LIMA,GIOVANNA ARAUJO GUANABARINO

ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO,EDUARDO ALBERTO CRESPO

RESUMO:

Resumo: A existência de uma divisão internacional do trabalho confere atribuições econômicas distintas entre a maioria dos países do Norte e do Sul global. Enquanto ao Norte há a existência de economias desenvolvidas, que pagam salários melhores e têm, em geral, uma grande parcela da população envelhecida, há, ao Sul, um conjunto de países em desenvolvimento, com altos índices de pobreza, baixos salários e grande parcela da população jovem e em idade economicamente ativa. Tais fatores geram forte pressão por migrações do Sul global para o Norte. Estas, por sua vez, são realizadas com ou sem a autorização legal dos países de acolhimento. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é compreender quais são os impactos econômicos da absorção dos imigrantes econômicos por países do Norte global. Segundo o "Glossário sobre migração" da Organização Internacional para as Migrações, o conceito de "migrante econômico" é definido por "uma pessoa que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora de seu país de origem, a fim de melhorar sua qualidade de vida". Assim, como método, será feito um levantamento da literatura teórica sobre o tema, enfatizando a discussão sobre os seguintes tópicos: 1) como os imigrantes se adaptam à economia do país de acolhimento; 2) quais são os setores da economia do país de acolhimento que mais recebem imigrantes; 3) qual o impacto dos imigrantes na economia do país de acolhimento.

BIBLIOGRAFIA: Referências bibliográficas: RATHA,Dilip; MOHAPATRA, Sanket; SCHEJA, Elina. Impact of Migration on Economic and Social Development: A Review of Evidence and Emerging Issues. Policy Research Working Paper 5558, February, 2001. DUSTMANN, Christian; FRATTINI, Tommaso; GLITZ, Albrecht. The impact of migration: a review of the economic evidence. Centre for Research and Analysis of Migration (CReAM), Department of Economics, University College London, and EPolicy LTD. (https://www.ucl.ac.uk/~uctpb21/reports/WA_Final_Final.pdf) DE WENDEN, Catherine Wihtol. As Novas Migrações. (<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/1-sur-23-portugues-catherinê-wihtol-de-wenden.pdf>)

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6585**

TITULO: : DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ALTA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL: UM LEVANTAMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO

AUTOR(ES) : ANA CLARA ULYSSEA VICENTE ALBUQUERQUE

ORIENTADOR(ES): LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO

RESUMO:

A literatura em liderança está repleta de argumentos teóricos e evidências empíricas que sugerem que os ambientes organizacionais ainda são muito adversos à liderança feminina. Conforme pontuado por estudiosos, em função da maioria das organizações serem dominadas por homens e da ausência de modelos de gestão femininos, criou-se uma preferência pelo estilo de liderança masculino. Além disso, algumas práticas perpetuadas por homens, como os clubes privados, o compartilhamento de conteúdo pornográfico, as piadas sexistas, entre outros, excluem e desestimulam a participação das mulheres no estreitamento das relações interpessoais, fundamental para qualquer líder, e particularmente para líderes de topo. E ainda, quando exercem funções de liderança, muitas vezes as mulheres são penalizadas pois tentam reproduzir um comportamento mais assertivo, que contraria às expectativas do comportamento estereotipado para o gênero feminino, implicando em custos sociais como diminuição da propensão dos subordinados de cumprirem ordens e considerá-las desagradáveis e hostis. Esses aspectos ajudam a explicar o motivo pelo qual as características do "líder ideal" são comumente associadas ao gênero masculino e também a baixa participação feminina em cargos de liderança, e particularmente em posições do alto escalão das empresas, a despeito das mulheres representarem mais da metade da população brasileira e terem níveis maiores de educação, de acordo com dados do IBGE de 2019. Acontece que, como cada vez mais existe uma pressão externa, vinda de diversos stakeholders, particularmente da sociedade, no sentido de exigir avanços no âmbito da diversidade de gênero nas organizações, não raras as vezes as empresas têm incorporado valores e sustentado discursos voltados para a diversidade e igualdade de gênero, sem a respectiva adoção de ações e práticas que as viabilizem, levando ao fenômeno proposto por alguns teóricos de "hipocrisia organizacional". Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo mapear a participação feminina nos cargos de alta liderança das 10 maiores empresas de capital aberto do Brasil, e posteriormente contrastar o grau de diversidade de gênero observado com a existência de discurso organizacional (valores e estratégias públicas) relacionadas à diversidade de gênero. Para isso, a pesquisa se valerá de uma metodologia quantitativa e qualitativa, que envolverá dentre outros procedimentos, a consulta a bases de dados públicos contendo dados e informações de empresas brasileiras, para cálculo da participação feminina nas posições de liderança de topo, bem como consulta de materiais da própria empresa para identificação de discursos e estratégias voltadas à diversidade. Espera-se, com isso, evidenciar inconsistências entre discurso e prática organizacional, entendida sob o conceito de hipocrisia organizacional. Trata-se de um estudo ainda em andamento, com coleta de dados ainda na sua fase inicial.

BIBLIOGRAFIA: Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudgeticetowardfemaleleaders. *Psychological Review*, 109(3), 573-598. Effron, D., O'Connor, K., Leroy, H., Lucas, B. J. (2018). From inconsistency to hypocrisy: 'When does "saying one thing but doing another" invite condemnation?' *Research in Organizational Behavior*, 38, 61-75. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2019). Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Estatísticas de gênero-indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6601****TITULO: EXTINÇÃO DOS CONTRATOS EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO SOBRE AS TEORIAS AFETAS À RESOLUÇÃO DOS CONTRATOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJRJ E DO STJ****AUTOR(ES) : IGOR MEDINILLA DE CASTILHO****ORIENTADOR(ES): ANDRÉIA FERNANDES DE ALMEIDA RANGEL****RESUMO:**

O presente estudo é um ensaio para produção de monografia de mesmo tema. Através dele, pretende-se analisar os impactos causados pela pandemia causada pela COVID-19 na extinção dos contratos sob dois aspectos: o doutrinário e o jurisprudencial. Para a análise doutrinária do assunto, será empregado o método de pesquisa bibliográfica para apresentar as principais teorias afetas à resolução dos contratos por fatos supervenientes à contratação, com enfoque na (im)possibilidade de resolução de contratos que se tornaram inúteis em razão dos efeitos da pandemia, embora ainda fosse possível o cumprimento da prestação. Nesse ponto, apresenta-se a Teoria da Frustraçāo do Fim do Contrato, estabelecendo-se o seu conceito, os seus marcos teóricos e seus requisitos de aplicação em contraponto a eventuais hipóteses de resolução do contrato por impossibilidade da prestação. Já para a análise jurisprudencial do tema, serão analisados qualitativamente acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tenham sido publicados entre 2020 e 2022, a partir dos filtros "extinção, contrato e pandemia", "resolução, contrato e pandemia" e "resilição, contrato e pandemia". Os objetivos da pesquisa são (i) concluir qual foi a roupagem jurídica atribuída à pandemia pela doutrina e pela jurisprudência, (ii) verificar criticamente se a doutrina e a jurisprudência se utilizaram ou não dos mesmos conceitos e limites teóricos para abordar a pandemia, e (iii) problematizar a suficiência das teorias afetas à resolução dos negócios jurídicos adotadas pelo Código Civil de 2002 diante de casos como a pandemia causada pela COVID-19.

BIBLIOGRAFIA: COGO, Rodrigo Barreto. Frustraçāo do Fim do Contrato - 1. ed. - São Paulo: Almedina, 2021. KONDER, Carlos Nelson. Causa do contrato x função social do contrato: estudo comparativo sobre o controle da autonomia negocial. In: Revista Trimestral de Direito civil, v. 3, julho/setembro, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6605****TITULO: A PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO-AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS NO BRASIL E NO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO****AUTOR(ES) : PAULA CAMMAROTA VEIGA SILVA, DANIL SARDINHA MARCOLINO****ORIENTADOR(ES): LILIAN BALMANT EMERIQUE****RESUMO:**

A presente apresentação se baseia no meu trabalho de conclusão de curso que trata da concepção de direitos da natureza com foco no Brasil e no Equador, tomando como base os fundamentos do movimento chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Para essa análise, primeiramente busca-se explicar as diferentes teorias, antropocéntricas e não-antropocéntricas, a fim de se entender como o ordenamento jurídico e a sociedade enxergam a posição do meio-ambiente em relação ao homem. Em seguida, é mais aprofundada a aplicação dos conceitos do Novo Constitucionalismo Latino-Americano na prática, com foco na Constituição do Equador. Esta, promulgada em 2008, trouxe grandes inovações ao reconhecer a natureza como sujeito de direitos e expressas conceitos como do vivir bien e pachamama. Por fim, trata também da Constituição Federal de 1988 e de como a natureza é vista no ordenamento jurídico e na sociedade brasileira. Conclui-se que compreender melhor a concepção da natureza perante o homem e estabelecer seus direitos é de suma importância para o estabelecimento de uma maior proteção do meio-ambiente, proteção esta que se faz cada vez mais necessária tendo em vista o aumento contínuo da degradação ambiental no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, [online], ed. 11, p. 89-117, 2013. MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen Vivir / Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAOI, 2010. 122 p. GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019. 340 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6606**

TÍTULO: **A ATUAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO**

AUTOR(ES) : **ANTONIO VILLANOVA**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA ARAUJO DE AZEVEDO PIZOEIRO**

RESUMO:

O aumento do fluxo global de investimento estrangeiro posiciona o tema da regulação dos investimentos estrangeiros no cerne das preocupações de muitos países. Apesar da pluralidade de alternativas, o principal meio de regulamentação dos investimentos estrangeiros hoje são os acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos (BITs). Este modelo, contudo, já se mostrou problemático anteriormente, exacerbando a dicotomia entre os interesses dos Estados-parte. É neste cenário que o Brasil busca se inserir de maneira a nortear o debate no âmbito da América-Latina e, até mesmo, do sul-econômico como um todo. O País busca esta dominância regional a partir da criação de seu próprio modelo de acordo bilateral, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Este estudo busca identificar e posteriormente analisar as principais diferenças entre o modelo tradicional de BIT e o novo modelo proposto pelo Brasil, observando-se também o grau de adesão à nova regulação de investimentos estrangeiro, no período de 2015 a 2022. Para isto, serão utilizados dados produzidos por órgãos internacionais focados na regulação dos investimentos estrangeiros (como UNCTAD, FMI), dados disponibilizados pelo governo brasileiro e seus parceiros, bem como os próprios acordos de regulação de investimento em questão. Conclui-se que o direcionamento dos esforços brasileiros tem sido frutífero, e que, a despeito da adesão ainda ser limitada, cada vez mais países têm aceitado o novo modelo de acordo de investimento estrangeiro proposto pelo País.

BIBLIOGRAFIA: THORSTENSEN, V.; MESQUITA, A.; GABRIEL, V.; A Regulamentação Internacional do Investimento Estrangeiro - Desafios para o Brasil SCHREUR, C.; DOLZER, R. Principles of International Investment Law BALDWIN, R.; MARTIN, P.. Two Waves of Globalisation: Superficial Similarities, Fundamental Differences. Globalization and Labour

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6615**

TÍTULO: **CORPO E PODER: UMA ANÁLISE DA ESTERILIZAÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **JHENIFFER MARIANA SAUVESUK**

ORIENTADOR(ES): **CÁSSIO MONTEIRO RODRIGUES**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro aos direitos sexuais e reprodutivos femininos, especialmente em relação ao exercício do direito ao corpo e da autonomia privada em casos de esterilização cirúrgica feminina no Brasil. Assim, tem-se como base normativa a Lei do Planejamento Familiar e os seus requisitos para a realização do procedimento cirúrgico de maneira voluntária, ou seja, analisa-se criticamente as restrições legais para que seja autorizada a laqueadura. Contudo, o estudo também possui o escopo de analisar os procedimentos que são realizados sem o consentimento da mulher e as problemáticas em torno da política de incentivo à esterilização em massa. Utiliza-se como base teórica os estudos de Michel Foucault acerca da biopolítica e biopoder, especialmente da sexualidade como uma tecnologia de poder e controle na sociedade, assim como as teorias sobre os limites da bioética na intervenção sobre o corpo. Por fim, realizou-se uma pesquisa de jurisprudência, tomando como base decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1996 a 2022, ou seja, desde a promulgação da Lei de Planejamento Familiar, com a finalidade de compreender os aspectos da judicialização de litígios que envolvem a esterilização e o direito das mulheres ao planejamento familiar no âmbito do Poder Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: DE MORAES, Maria Celina Bodin; DE CASTRO, Thamis Dalsenter Viveiros. A autonomia existencial nos atos de disposição do próprio corpo. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, v. 19, n. 3, 2014. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Fonte, 2022. PIOVESAN, Flávia. Os direitos reprodutivos como direitos humanos. In: BUGLIONE, Samantha (org.). Reprodução e Sexualidade: uma questão de justiça. Porto Alegre: SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6619****TÍTULO: A INFLUENCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO EUROASIATICO E A FORMAÇÃO DO TALIBÃ****AUTOR(ES) : RAÍSSA****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

Perante análise histórica, verifica-se que a busca pela hegemonia é elemento recorrente no decorrer do passado das grandes potências. Tal fato evidencia-se na época das Grandes Navegações, colonização de povos considerados “inferiores” e, posteriormente, na Guerra Fria, esse fenômeno tornou-se inequívoco: dois blocos ideológicos distintos almejando o domínio do poder, território e expansão de suas respectivas ideologias.

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica que tem como objetivo mapear e analisar as estratégias geopolíticas e hegemônicas estadunidenses, as quais influenciaram na conquista de poder marítimo e terrestre ao longo dos anos, principalmente durante o maior conflito ideológico político que já existiu, a Guerra Fria, trazendo consequências futuras e desastrosas como a criação do grupo terrorista mais conhecido na atualidade. Este estudo se inicia exibindo as teorias de Nicholas Spykman e Zbigniew Brzezinski e seus objetivos ao formulá-las. Em um segundo momento, apresenta-se as decorrências travadas pela bipolaridade ideológica durante o período da Guerra Fria. Para tanto, espera-se o compreendimento da influência norte-americana na região em busca da hegemonia.

BIBLIOGRAFIA: Mello, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo:Hucitec/Edusp, 1999. Tanner, Stephen. Afghanistan: A military history from Alexander the great to the fall of the Taliban. Da capo press, 2003. PADULA, Raphael. O pensamento geoestratégico e os documentos estratégicos dos Estados Unidos no pós Guerra Fria. *Carta Internacional*, 2018. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/808>>. Acesso em: 01/10/2021

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6647****TÍTULO: OCUPAÇÃO VILA CANAÃ: A ARTICULAÇÃO DO NAJUP LUIZA MAHIN E DAS BRIGADAS POPULARES NA LUTA POR MORADIA****AUTOR(ES) : ANTONIO FELIPE BRITO FERNANDES,LUANA COSTA E SILVA****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,FERNANDA MARIA VIEIRA****RESUMO:**

O presente trabalho visa apresentar a articulação entre o projeto de extensão Najup Luiza Mahin, da Faculdade Nacional de Direito, e as Brigadas Populares para a assessoria jurídica universitária popular à ocupação Vila Canaã, localizada na Barreira do Vasco. Nesse sentido, busca-se refletir sobre as contribuições tanto do movimento social que articula e organiza a ocupação quanto a assessoria popular que o projeto de extensão mantém junto a São Januário.

Perante esse contexto, é importante salientar a atuação do Najup Luiza Mahin frente ao processo judicial que está envolvida na ocupação, com risco constante de despejo, o que contraria o direito à moradia estabelecido pela Constituição Federal, fazendo com que o papel da extensão se torne muito mais significativo para ocupação. Desde o início do processo, o Najup vem assessorando a comunidade juridicamente e também buscando estabelecer conexões entre seus integrantes e os moradores da ocupação, como por meio de visitas e formações na Barreira do Vasco, demonstrando, assim, que a educação popular é um dos pilares que fazem parte da estrutura basilar do Najup e que ultrapassa os limites físicos da universidade para a integração com a comunidade.

Ademais, a organização da ocupação por intermédio das Brigadas Populares, enquanto movimento social militante, popular e das massas, é fundamental para que haja um estabelecimento das famílias no espaço ocupado de forma digna e responsável, tornando a Vila Canaã em um importante espaço de resistência, em que os próprios moradores mantêm uma frente de pressão as medidas incabíveis do Judiciário. A ocupação é composta por diversas famílias, com crianças e mulheres que vivem no local, onde são assistidas pelo movimento social.

Assim, entende-se que a junção da atuação das Brigadas Populares com o Najup Luiza Mahin é fruto de um esforço coletivo que se organizam na luta por moradia, tratando conjuntamente com os moradores a respeito do caso judicial e buscando relacionar a atuação do movimento social com os métodos de pesquisa-militante da extensão universitária. Dessa forma, pretende-se demonstrar como essa articulação vem sendo feita com a comunicação da extensão com o movimento social dentro da luta por moradia. A pesquisa bibliográfica se torna pertinente para a capacitação de todos que fazem parte do Najup Luiza Mahin, como forma também de formar estudantes críticos dentro do curso de Direito, entendendo de forma ativa a necessidade de movimentos sociais, como as Brigadas Populares no combate às desigualdades e pelo direito à cidade.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer teoria e prática em educação popular. 1989. ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, 2017. PERES, Caleb dos Santos. Conflitos Fundiários e Poder Judiciário: Uma análise com base no caso Vila Canaã. Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans. 67 f. TCC, Curso de Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/18742>. Acesso: 10 de out. 2022.

O estudo visa investigar a partir de uma metodologia de análise crítica do discurso as transformações nos direitos humanos das mulheres a partir das lutas dos movimentos interseccionais feministas latino-americanos – assim chamados em referência as dissidências das lutas sociais na América Latina a partir de 2017. A análise tem como antecedente a Lei Argentina nº 27.610, que sancionou a legalização do aborto no país, entendendo-a como resultado exitoso das dinâmicas do movimento denominado Maré Verde e como uma conquista extremamente significativa para o campo dos direitos humanos das mulheres. Entende-se o direito ao aborto seguro, legal e gratuito como um dos elementos das reivindicações por direitos humanos de movimentos interseccionais, integrando um rol disputas que giram em torno dos direitos e liberdades (não apenas reprodutivas) das mulheres, contra explorações do capitalismo, invisibilização do trabalho reprodutivo, violências patriarcais institucionalizadas e feminicídio, dominação dos corpos femininos, dentre outras opressões que operam nas intersecções de gênero, cor, etnia, origem, classe e sexualidade. Tem como problema a verificação de qual a relação (em que medida há vínculo) entre os movimentos interseccionais feministas latino-americanos e as modificações no cenário dos direitos humanos das mulheres. A hipótese é de que os movimentos interseccionais feministas latino-americanos são fonte material de outras gramáticas sociojurídicas possíveis e que, portanto, suas dinâmicas vêm impulsionando movimentos de transformações dos discursos dos direitos humanos a partir do enfrentamento das subalternidades operam nas intersecções de gênero, cor, etnia, origem, classe e sexualidade. A pesquisa será jurídico-sociológica, visando a compreensão das relações entre os fenômenos da luta social e da produção do direito; interdisciplinar, teórica, com método de investigação qualitativo, sendo a análise do discurso será a estratégia metodológica utilizada que permitirá a verificação de como o direito ao aborto é articulado como uma das condições para materialização da dignidade pelas dinâmicas de lutas. O objetivo geral do projeto de pesquisa consiste em analisar o discurso das dinâmicas de lutas pelo direito ao aborto travadas pelos movimentos interseccionais feministas latino-americanos sob uma perspectiva decolonial, tendo como objetivos: (i) resgatar as especificidades da formação e do contexto dos movimentos interseccionais feministas latino-americanos; (ii) fazer uma análise da conjuntura e desdobramentos do movimento Maré Verde e da Lei nº 27.610 na Argentina, visando testar as variáveis da hipótese de afirmação dos movimentos interseccionais feministas latino-americanos como fonte material das gramáticas de novos discursos de direitos humanos para a América Latina.

BIBLIOGRAFIA: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. Tradução de Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN 978-8575596807. HERRERA FLORES, J. A reinvenção dos direitos humanos. Tradução de Carlos Garcia; Antonio Suxberger e Jefferson Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux - IDHID, 2009. ISBN 978-85-7840-012-5. ROSENBERG, M. I. Del Aborto y otras interrupciones. Psicoanálisis, Mujeres y Política. 1º. ed. Buenos Aires: Milena Caserola, 2020. 542 p.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6690****TITULO: LILI VAI CANTAR: A ETNOGRAFIA DAS CUNHADAS DO TIKTOK**

AUTOR(ES) : RAQUEL VIGNé DI SANTO PIRES,ANA BRAFMAN AFFLALO BRANDÃO,ANA CAROLINA LAUREANO COSTA,CAROLINA VICTORIA RIBEIRO BASTOS COUTINHO,HEITOR MOREIRA OLIVEIRA,LUCAS RODRIGUES ABRITTA

ORIENTADOR(ES): DANIELLE CHRISTINE BARROS TAVARES

RESUMO:

O presente trabalho utiliza do método etnográfico, com interdisciplinariedade antropológica para realizar o seu objetivo. Tal método se dá pelo estudo aprofundado de um grupo de pessoas (nesse caso as cunhadas), com o fim de compreendê-lo em sua totalidade. Para tanto, foram feitas diversas perguntas para um total de 12 mulheres, que atualmente produzem conteúdo para o TikTok, as quais escolheram permanecer anônimas.

As "cunhadas do TikTok" são produtoras de conteúdo digital que se popularizaram após mostrarem seu dia a dia como companheiras de presidiários no sistema carcerário brasileiro.

Como as cunhadas e seus maridos pertencem, majoritariamente, a classes econômicas inferiores, os encarcerados são de fato "etiquetados" (labelling approach) como delinquentes. Tal fenômeno interfere na forma como o Poder Judiciário encara seus casos, além de afetar também a visão externa que a sociedade tem das cunhadas, que estão apoiando seus maridos, os quais seriam marginais. Em seus vídeos são comuns comentários negativos, que exemplificam isso.

A partir disso, utiliza-se uma abordagem qualitativa, em detrimento da quantitativa, considerando que as questões dirigidas foram abertas e com mais margem interpretativa, com maior preocupação em explorar o objeto.

Em 2018, o sistema prisional brasileiro continha mais de 602.217 pessoas privadas de liberdade. Desses, 10,48% possuem união estável e 8,98% são casados (dados retirados do Conselho Nacional de Justiça). Além disso, a hashtag "cunhadas" na rede social TikTok possui mais de 96,1M de visualizações, segundo o próprio aplicativo. Dessa maneira, cabe abordar o fenômeno das cunhadas visto a relevância social atual dessa temática.

O TikTok, rede social em foco na abordagem dessa pesquisa acadêmica, é o principal canal utilizado para a propagação do conteúdo das mulheres dos encarcerados. Isso pode ser explicado pela facilidade empregada nas ferramentas de edição do aplicativo, em que são compartilhados vídeos curtos com músicas, filtros, legendas e efeitos de forma prática e intuitiva. Um diferencial do aplicativo chinês, que atingiu sua popularidade em 2020 com o surgimento da pandemia da Covid-19 e da quarentena, é o uso de uma de uma inteligência artificial capaz de mapear o comportamento dos usuários e exibir vídeos que seriam mais relevantes individualmente para cada perfil. Dessa maneira, quanto mais interações com o conteúdo postado, mais vezes ele aparecerá no feed do usuário, fazendo com que seja mais fácil divulgar mídias bem específicas como as das cunhadas.

Os conteúdos das cunhadas mostram a organização das sacolas enviadas aos encarcerados, contam a história do casal, mostram a preparação e o acesso aos presídios e até dicas para o dia da visita íntima. Geralmente não abordam temáticas sobre o delito cometido pelo parceiro ou suas informações pessoais. Os vídeos muitas vezes apresentam um linguajar próprio. Exemplo disso é a frase "Lili vai cantar", significando que a liberdade vai chegar.

BIBLIOGRAFIA: BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. 3^a ed., Rio de Janeiro: Revan, 2002. BECKER, Howard. Outsiders. New York: Free Press, 1963. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos. Brasília: CNJ, 2018, p. 31-53. LIMA, Jacqueline S.F. de. Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao primeiro comando da capital. Dissertação de Mestrado (PPGAS, UFSCar), 2013. ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A.. Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, vol. 1, 2003. ZN, Mc Carol. Um dia te levo embora. Só fica quem ama. YouTube, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6696****TITULO: DE PORTO RICO À BROADWAY: UMA ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO PORTO-RIQUENHO**

AUTOR(ES) : THIAGO BOTELHO IECKER,LETICIA DE ALMEIDA MACIEL

ORIENTADOR(ES): DANIELLE COSTA DA SILVA

RESUMO:

O presente artigo tem como foco analisar a partir do arcabouço histórico e de produções culturais o fluxo migratório realizado entre Porto Rico e Estados Unidos da América, principalmente no movimento Porto Rico-Nova York, sobretudo no século XX. Após a contextualização histórica, a análise é feita com embasamento no musical "Amor, Sublime Amor", que retrata a guerra entre dois grupos - imigrantes porto-riquenhos *versus* estadunidenses. Embora o musical seja baseado na versão clássica de Romeo e Julieta, de Shakespeare, o objetivo da produção desse artigo é observar os fatores que estão por trás da história, os quais demonstram a vida dos portoriquenhos migrantes na Nova York da década de 1960 e como o *American Dream*, que foi largamente vendido pela indústria midiática norte-americana da época, na realidade não foi alcançada por essa população migrante. Nesta, tem-se uma análise das músicas originais do musical, carregadas de preconceito, especialmente a xenofobia e o racismo. Além disso, também se tem por objetivo compreender quais os impactos históricos que os latíno-americanos exercem nas mídias com aprofundamento voltado para os veículos cinematográficos, a partir da história de vida de Rita Moreno. Por fim, conclui-se observando que o musical erra ao caracterizar o fluxo migratório de maneira romatizada, entretanto, o longa acerta ao apresentar o contraste entre a expectativa do imigrantes e a realidade enfrentada ao chegar na metrópole estadunidense. Assim como a comunicação exerce grande influência no *American way of life* e o desfavorecimento da comunidade porto-riquenha em alcançar estabilidade.

BIBLIOGRAFIA: CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da et al. American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017. SOUZA, João Pedro Marcelino Camilo de et al. El Malo de Willie Colón: Trânsitos Migratórios e o Cenário Sociomusical Latino-Caribenho em Nova Iorque nas Décadas de 1950-60. 2021. Dissertação de Mestrado. BENCHETRIT, Jenna. West Side Story visa melhorar a representação latina do original. CBC News. 10 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/news/entertainment/west-side-story-latino-representation-1.6278442>>. Acesso em: 23 de nov. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6700**

TITULO: AS DIÁSPORAS MERCANTIS BRITÂNICAS NO BRASIL OITOCENTISTA: UM NOVO OLHAR SOBRE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO E A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

AUTOR(ES) : FELIPE PUGIAN JARDIM, MATHEUS VASINI, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ORIENTADOR(ES): EDUARDO ALBERTO CRESPO

RESUMO:

Em 1815, ao término das Guerras Napoleônicas, o Estado britânico ascendeu ao topo do sistema interestatal capitalista. Teve início a era d'O Imperialismo de Livre Comércio. Tal termo foi cunhado por Gallagher e Robinson (1953), é, resumidamente, visa destacar dois aspectos inter-relacionados do projeto britânico de expansão do poder e da riqueza: o imperialismo e o livre comércio. Ainda, no projeto britânico havia duas estratégias distintas na forma, mas convergentes nos propósitos: a constituição de um império informal, centrado na Grã-Bretanha; e a expansão dos domínios territoriais do próprio Império Britânico.

O caso brasileiro ilustra a estratégia britânica de domínio informal. Em meio às Guerras Napoleônicas, os britânicos trouxeram a família real ao território brasileiro. O suporte militar na transferência da família real, bem como na defesa de Portugal, possibilitou a concretização de dois importantes tratados: a Abertura dos Portos (1808) e o Tratado de Comércio e Navegação (1810). Em ambos, os interesses britânicos foram satisfeitos. Dessa forma, no início do século XIX, os tratados desiguais reforçaram a inserção internacional primário-exportadora brasileira e favoreceram as importações de bens manufaturados e capitais britânicos.

Nessa história, vale destacar os esforços individuais de homens e a expansão e desenvolvimento de firmas britânicas. No Brasil, o movimento mercantil britânico empreendido tanto por firmas como indivíduos constituiram diáspora mercantil, que criaram diversas redes comerciais. Portanto, a análise da diáspora mercantil britânica no Brasil poderá agregar novos elementos explicativos ao quadro geral.

Logo, o tema o tema desse trabalho é as diásporas mercantis britânicas no Brasil oitocentista. Para analisar tais diásporas, propomos a investigação de duas firmas: a Samuel Phillips & Co (1808-1831) e a Johnston & Co (1842-1852). Nessa pesquisa, buscaremos evidenciar as formas e as características da inserção mercantil britânica no território brasileiro, buscando compreender suas estratégias adotadas para que fossem bem sucedidos. E ainda, analisaremos as conexões dessas iniciativas com a Era do Imperialismo de Livre Comércio, a expansão do capitalismo e as características do recém-independente Estado brasileiro.

Metodologicamente esse projeto se trata de uma breve revisão bibliográfica e se dividirá em três passos. No primeiro será apresentado o recorte temporal, a conjuntura d'O Imperialismo de Livre Comércio e as características dos empreendimentos comerciais dessa época, seguindo os passos de Gallagher e Robinson (1953) e Arrighi (1995). No segundo será apresentado o conceito de diáspora mercantil desenvolvido por Curtin (1984). Por fim, no terceiro, serão analisadas as firmas Samuel Phillips & Co e a Johnston & Co, conforme os trabalhos de Guimarães (2012), a luz da conjuntura da era d'O Imperialismo de Livre Comércio e do conceito de diáspora mercantil.

BIBLIOGRAFIA: ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP, 1995. CURTIN, P. D. Cross-cultural trade in world history. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. GUIMARÃES, C. G. A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **6702**

TITULO: A IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 AO ACESSO À JUSTIÇA, SISTEMA MULTIPORTAS, A MEDIAÇÃO, PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E UM (RE)PENSAR SOBRE O CONCEITO.

AUTOR(ES) : CLAUDIA ALVES PEREIRA

ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo destacar o papel da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Civil de 2015, como importantes contribuições ao acesso à justiça, enquanto política pública, de dispositivos multiportas, em específico a mediação, entre outros fatores pertinentes ao processo. Além disso, visa problematizar e possibilitar um espaço de discussão, no que diz respeito ao entendimento do conceito de conflito, ligados a fatores negativos, afastando do seu caráter natural, ao entender que assumir uma visão dualista, antagônica, a posicionamentos divergentes, é o mesmo que negar a essência humana. Essa tendência, de certa forma, reflete no grande número de processos judiciais no Brasil, o que poderia, por vezes, ser resolvido entre as partes, como, por exemplo, nas ações sobre direito de família, trabalho, consumidor, ou mesmo atritos entre vizinhos e outras áreas. A partir disso, o presente texto através de pesquisa bibliográfica, objetiva pontualizar a reflexão sobre o tema em pauta, ou seja, o quanto a mediação pode ser eficaz na resolução de conflitos, tal como, em geral, é assimilado esse conceito.

BIBLIOGRAFIA: GORETTI, Ricardo. MEDIAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA. 2. ed., 2021. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/68a926d99818e08f5387436f3ce4f73a.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2021. LAROUSSE, Ática: Dicionário de Língua Portuguesa - Paris: Larousse/ São Paulo: Ática, 2001. MASCARA, Elisângela Nedel. Meios Alternativos de Solução de Conflitos como Forma de Acesso à Justiça e Efeitação da Cidadania. Trindade, Aline Vitorino da. Mediação Como Forma Adequada de Acesso à Justiça. 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13703/2/Aline_Vitorino_Trindade.pdf. Acesso em: 25 de ago. de 2021. VEZZULLA, Juan Carlos. Teoria e Prática da Mediação. 1. ed., Instituto de Med

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6707**

TITULO: O RESGATE DAS TRADIÇÕES MILENARES: QUAL O PAPEL DO CONFUCIONISMO NO DISCURSO POLÍTICO DO PRESIDENTE XI JINPING?

AUTOR(ES) : VINICIUS FERNANDES CARVALHO

ORIENTADOR(ES): PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

RESUMO:

Através de uma filosofia que defendeu tradições, moralidade pessoal e principalmente governamental, Confúcio logo se tornou um dos maiores filósofos Chineses e teve seus análectos perpetuados durante séculos pela cultura e sociedade chinesa. Entretanto, após a chegada do Partido Comunista Chinês ao poder, o Socialismo instaurado pelas novas lideranças traria consigo movimentos contrários às ideias de Confúcio, principalmente no período Mao Tsé-Tung (1949-1976), que inegavelmente negligenciou Confúcio e afirmava em seus discursos que as escrituras confucionistas eram ultrapassadas e favoreceram uma classe dominante, considerando-o assim um filósofo Feudal.

Entretanto, há de se observar ao longo dos anos, a re-aproximação dos diálogos Confucionistas com lideranças do Partido Comunista Chinês, principalmente através dos discursos do atual presidente e líder do partido, Xi Jinping. Essa "reabilitação" vem sendo percebida com mais veemência desde que um movimento de abertura política chinesa começou a ocorrer, resultante de momentos de instabilidade do socialismo chinês.

Com isso, este presente trabalho tem como objetivo geral apresentar de que forma a aplicação das idéias de Confúcio nos discursos de Xi Jinping ajudam a manutenção da soberania nos momentos de crise do sistema político Chinês. O resultado da pesquisa também passará por análises específicas, que buscam entender como Xi Jinping se utiliza do Confucionismo (caráter religioso) como instrumento político em defesa do crescimento e soberania do Socialismo Chinês (caráter revolucionário) e o porquê da relação desses pensamentos antagônicos.

Conclusões dessa pesquisa partiram de uma análise do discurso através de uma ótica Foucaultiana, que afirma: "o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata", buscando entender o retorno e a aproximação da cultura Confuciana com o Partido Comunista Chinês após décadas de represálias.

Sendo assim, através de uma metodologia de pesquisa qualitativa, o presente trabalho busca analisar, através da apresentação de discursos do atual presidente chinês, de que maneira a aplicação das idéias de Confúcio podem ajudar a legitimar um Socialismo com características chinesas.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. ZHANG, Fenzhi. XI Jinping: How to Read Confucius and Other Chinese Classical Thinkers. Edição em Inglês. Publicado em 24 de agosto de 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6708**

TITULO: DA BARBÁRIE À GERÊNCIA DO CAOS: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS DE RESSOCIALIZAÇÃO LABORAIS NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO SÃO LUÍS

AUTOR(ES) : NATÁLIA BARBOSA VIANA

ORIENTADOR(ES): JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

RESUMO:

Este trabalho tem o intuito de analisar as medidas de ressocialização laborais implementadas no Complexo Penitenciário São Luís a partir de 2015. Nos anos de 2013 e 2014, ocorreram mais de 65 mortes violentas nesse complexo penitenciário. A situação de barbárie vivenciada ensejou a responsabilização do Estado brasileiro e forçou mudanças na gestão penitenciária no estado a partir de 2015, que passou a implementar programas de ressocialização. Dados recentes do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2021) apontam que o percentual de presos em atividade laboral no estado passou de 8,86% em 2015 para 38,15% em 2020. Atualmente, o Maranhão ocupa o primeiro lugar, dentre os estados, em percentual de pessoas presas trabalhando. Visando tentar compreender esse cenário, realizar-se-á pesquisa documental em dados primários, documentos oficiais como relatórios, notas técnicas e demais documentos produzidos pela Secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão e pelo Departamento Penitenciário Nacional quanto aos programas de ressocialização focados em atividade laboral aplicados nas unidades prisionais masculinas do Complexo São Luís. Nessa fase, pretende-se realizar uma análise descritiva-explicativa desses materiais (GIL, 2007), visando identificar quais mecanismos foram implementados e seus impactos, verificando especialmente quais os termos, quais atividades são desempenhadas e qual a destinação da mão-de-obra utilizada.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Nota Técnica nº 9/2021/COART/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ. Disponível em: <<https://www.gov.br/depn/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/indices-envolvendo-custodiados/a-evolucao-dos-indices-de-pessoas-presas-envolvidas-em-atividades-laborais-nota-tecnica-09-janeiro-de-2021.pdf>> GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ROIG, Rodrigue Duque Estrada. Execução penal: teoria crítica. 5ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6713**

TÍTULO: VIOLENCIA POLICIAL E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VERSUS BRASIL

AUTOR(ES) : MARIA CLARA CORREA CHEVI

ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO

RESUMO:

A história da América é marcada por constantes violações dos direitos humanos, ainda que o conceito fosse inimaginável em tempos remotos. Nas civilizações Indígenas americanas, desde antes da colonização, práticas como escravidão e sacrifícios humanos já eram comuns e durante a colonização, práticas como o genocídio e desprezo pela vida indígena e subjugação. Passaram-se séculos e ainda estamos longe de ser um exemplo de preservação dos direitos humanos, a discussão sobre essa violência e os mecanismos de isenção de responsabilidades é cada vez mais relevante no cenário acadêmico. Nesse contexto, o caso Favela Nova Brasília versus Brasil, ocorrido em 1994 e 1995, é emblemático por ser o primeiro caso em que o Brasil foi responsabilizado internacionalmente pela violência policial. O processo de apuração deste caso nos âmbitos internos para a responsabilização dos responsáveis, o encaminhamento do caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como o julgamento e sentença do caso, auxiliaram o entendimento de como essas incursões afetam a população, qual o perfil dos cidadãos afetados por essas operações e quais aparelhos permitem a perpetuação da impunibilidade dessa classe diante de atrocidades cometidas. O Caso Favela Nova Brasília não foi a única incursão com mais de 20 mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro, e isto demonstra o principal ponto do trabalho: o descompromisso do Estado Brasileiro com as práticas Interamericanas de Direitos Humanos, destacando a prática policial e a judicialização dos casos.

BIBLIOGRAFIA: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Sentença sobre o caso Favela Nova Brasília versus Brasil. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/SENTENCA_FAVELA_NÔVA_PORTUGUESfinal.pdf>. MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christop; NERI, Natasha Elbas. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6715**

TÍTULO: PAZ, SUBSTANTIVO FEMININO?: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA A PARTIR DA RESOLUÇÃO 1325

AUTOR(ES) : LUMA MARIATH

ORIENTADOR(ES): RENATA GUIMARAES REYNALDO

RESUMO:

O presente trabalho busca investigar a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre a agenda das Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e realizar uma análise crítica sobre o projeto de reconstrução pós-conflito realizado a partir desta resolução, considerando aspectos como a relação entre capitalismo e feminismo e as tensões epistemológicas entre o Norte e o Sul globais. Nesse sentido, seu principal objetivo é analisar os limites e possibilidades da normativa da agenda para uma reconstrução e mediação pós-conflito que supere o viés neoliberal a partir de uma perspectiva feminista dos estudos de segurança internacional e do conceito de Segurança Ontológica. Para tanto, adota-se uma abordagem teórico-metodológica qualitativa com base no método de pesquisa bibliográfica, em suas vertentes descritiva e explicativa, e utiliza-se a análise documental como principais fontes de dados. Por fim, conclui-se que o avanço da pauta só foi possível graças à existência de tal cenário jurídico e político internacional favorável às pautas de gênero e à assinatura do documento. Apesar disso, o processo deixa lacunas e ainda há muitos desafios ligados à implementação de uma efetiva paz feminista que dialogue com as diferentes percepções de violência e intersecção.

BIBLIOGRAFIA: Basu, Soumita. The UN Security Council and the Political Economy of the WPS Resolutions. *Politics & Gender* (2017). EISENSTEIN, Hester. A dangerous liaison? Feminism and corporate globalization. *Science and Society*, Nova Iorque, vol. 69, n. 3, 2005. Shepherd, Laura J. Gender, UN Peacebuilding, and the Politics of Space: Locating Legitimacy, *Oxford Studies in Gender and International Relations*. New York, 2017; Oxford Academic.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6723****TITULO: BLACK COMUNICAÇÕES UM UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IDA DE CANAIS PARA O YOUTUBE, UTILIZANDO O MÉTODO SIMPLEX****AUTOR(ES) : SERGIO RICARDO DE FREITAS JUNIOR,ANDRIELI PEREIRA MENDES,RAÍSSA VIEIRA DOS SANTOS SOUZA FRUCTUOSO****ORIENTADOR(ES): RENATO NUNES BITTENCOURT****RESUMO:**

Em nosso trabalho, simulamos que uma grande empresa de televisão brasileira (Blacks Comunicações), a qual tem sua soberania no mundo televisivo desde sua criação nos anos 70 , se deparou com a chegada das grandes redes de streaming e redes sociais de visualizações de vídeo como concorrentes.

A nossa equipe, procura entender se o streaming e o Youtube, são uma possível oportunidade de negócio para as TV's ou apenas ameaças. A informação acontece a todo tempo, cada vez mais personalizada e em tempo real, sendo mais moldável ao exigente consumidor do século 21 (Lopes Costa, 2017). Com ampla variedade de conteúdos, sites de busca de vídeos, filmes e séries, se tornaram seus concorrentes diretos dos grandes canais de TV, todavia há um site específico que assim como essas emissoras é hoje soberano no seu segmento no Brasil, o Youtube.

Em 2022, o Youtube ultrapassou o Facebook como rede social sendo segunda mais utilizada no Brasil (138 milhões de usuários), estando atrás apenas do Whatsapp. O detalhe é o fato que, no segmento de vídeos, a rede segue absoluta, pois não tem concorrente direto. Visando diminuir o ímpeto do Tik Tok, o Youtube lança uma modalidade de vídeos curtos, os shorts, que também possuem uma métrica particular de avaliação e monetização.

Observando que uma parte de suas programações são postadas no mesmo, sem autorização a possibilidade de ir para o Youtube, além de aumentar sua audiência consequentemente, pode combater a pirataria, ganhando também mais uma fonte de receita. A ideia inicial é compartilhar programas já produzidos pela emissora (com pílulas dos seus maiores destaques, para assim também obter outro espaço comercial e competitivo) e posteriormente gerar conteúdo exclusivo para o Youtube.

Para criar nossa emissora fictícia, utilizamos métricas realistas de grandes emissoras de TV brasileiras, com resultados finais aproximados, enquanto, para o Youtube, nossa equipe separou os três maiores canais de cada seguimento que vamos comparar : notícias, esportes, infantil, música e variedades.

Este trabalho, visa fazer um comparativo da principal fonte de renda das emissoras (venda de cota de comercial) com as métricas para ganho no Youtube, para assim checar a viabilidade dessa rede de informação, usando como método de comparação, os princípios de programação linear de Lachtermacher, Gerson (2007), para chegar a resultados e checar a viabilidade do investimento.

BIBLIOGRAFIA: 1. Costa, B. R. L., & Picchi, D. (2017). As relações entre os consumidores do século 21 e as empresas, no âmbito da internet, pelas redes sociais virtuais. Revista Da FAE, 20(1), 7-26. 2. Lachtermacher, Gerson, 1956- Pesquisa operacional na tomada de decisões : modelagem em Excel / Gerson Lachtermacher. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2007 - 4- Reimpressão - 3. <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> - acessado dia 15/03/2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6727****TITULO: A DIMINUIÇÃO DAS AÇÕES MILITARES EM MISSÕES DE PAZ E AS RELAÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO COM A ONU.****AUTOR(ES) : ANTONIO PEDRO PAULO DA SILVA****ORIENTADOR(ES): ADRIANA MARQUES****RESUMO:**

O Brasil exercia uma atuação ativa e eficaz em missões de paz no plano Internacional, é possível identificar tais aspectos dado o sucesso nas missões do Haiti e Timor Leste. Após o governo Temer(2016-2018) e início do governo Bolsonaro(2018) com a reformulação da dinâmica da política externa brasileira, o Brasil passa a se distanciar das missões no exterior, principalmente das missões da ONU(organização das Nações Unidas).

A pesquisa tem como objetivo analisar a participação militar brasileira (exercito, marinha e aeronáutica) em missões de paz no período do governo Bolsonaro e também a relação do governo brasileiro com a ONU durante este governo(2018 - 2022).

Busca-se através dos autores CAMPOS (2022), AVRITZER (2022) e MACIEL (2022), que fornecem a base para o desenvolvimento dos argumentos, apresentar as possíveis causas e motivos dessa diminuição participativa das forças militares brasileiras e do afastamento brasileiro da ONU nesse período.

Para a formulação da presente pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico - documental, artigos científicos e livros, também se valendo de materiais secundários como materiais jornalísticos do período de 2018 a 2022. Todas as etapas da pesquisa foram realizadas pelo Autor sob supervisão da Orientadora.

BIBLIOGRAFIA: AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica: : a crise do governo bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020. 64 p. CAMPOS, T. Do Haiti ao Planalto: os militares e a relação com a ONU no primeiro ano do governo Bolsonaro. Brasiliiana: Journal for Brazilian Studies, [S. l.], v. 10, n. 2, 2022. DOI: 10.25160/bjbs.v10i2.127371. HIRST, M.; MACIEL, T. BRAZIL'S FOREIGN POLICY IN THE TIME OF THE BOLSONARO GOVERNMENT. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6729**

TÍTULO: **CHINA E DESDOLARIZAÇÃO: DESAFIOS À HIERARQUIA MONETÁRIA INTERNACIONAL POR MEIO DA NOVA ROTA DA SEDA**

AUTOR(ES) : **EDUARDO DE ARAUJO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Atualmente, as relações pessoais, comerciais, políticas, dentre outras, são altamente globalizadas. A diplomacia, por exemplo, reforça a cada dia a mundialização dos atores. Além disso, diversas são as ações que visam maior cooperação internacional, como as conferências anuais da Organização das Nações Unidas (ONU).

A economia não foge a todo esse processo. A todo momento se discute o andamento da economia global. Nesse sentido, há uma característica que marca profundamente o cotidiano de pessoas, companhias e países: a moeda dos Estados Unidos está sempre nos holofotes. A cotação das moedas e o comércio exterior são baseados nesta moeda. Isso não acontece por acaso, muito pelo contrário. Alguns fatores levaram a essa situação, tendo desdobramentos extremamente relevantes para o sistema monetário internacional.

Para um país, ter a sua própria moeda nacional como a de referência internacional, como é o caso do dólar atualmente, é um fator que concede enorme poder no sistema internacional. A capacidade de articular os instrumentos econômicos, direcionando-os para seus interesses particulares, é, verdadeiramente, um "privilegio exorbitante" (METRI, 2020). Não há como compreender a ordem internacional sem, antes, entender a hierarquia monetária do sistema, pois as relações de poder entre os Estados é o que determina as direções que as relações internacionais tomam.

Enquanto os Estados Unidos aproveitam sua posição privilegiada, contudo, outros países tentam reverter a seu favor a situação atual. Este é o caso da China, que vem lançando iniciativas que podem desestabilizar a hierarquia monetária internacional, como é o caso da *Belt and Road Initiative* (BRI), ou Nova Rota da Seda, "um grande projeto (chinês) que busca promover a cooperação regional através de uma melhor conectividade entre países da antiga Rota da Seda e ainda outros" (OCDE, 2018). Tal empreendimento possui seu objetivo próprio, mas ele também está sendo usado para fins de internacionalização da moeda chinesa, o Renminbi (RMB).

Em posse de tais informações, o objetivo deste trabalho é, acima de tudo, avaliar se há a intenção, por parte do governo chinês, de internacionalizar o Renminbi por meio da Nova Rota da Seda e, em caso positivo, se isso constitui uma ação de política externa nacional. A hipótese é de que tal conduta é, de fato, adotada com o fim de escapar da hegemonia do dólar, formando um protótipo de um novo sistema monetário, agora com base em Pequim e não mais em Washington. Para isso, se fará um estudo sobre os relatórios oficiais do banco central chinês a respeito da internacionalização do RMB com base numa perspectiva realista das Relações Internacionais e, ainda, uma visão cartalista da moeda, a qual entende este instrumento como algo definido e controlado pelo ente estatal, e não pelo mercado.

BIBLIOGRAFIA: METRI, Mauricio. Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. METRI, Mauricio. Geopolítica e Diplomacia Monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 3 (70), p. 719-736, setembro-dezembro 2020. OCDE. China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Finance Landscape. OECD Business and Finance Outlook, p. 61-102. Publicações OCDE, Paris, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6756**

TÍTULO: **A IMPORTANCIA DO APPLICATIVO CANVA PARA A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

AUTOR(ES) : **YNGRID DA LUZ BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE FERREIRA**

RESUMO:

O perfil da Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ) no Instagram tem como finalidade compartilhar postagens de temas voltados para educação, saúde, literatura, entretenimento, dentre outros. O conteúdo publicado é variado, desde notícias a atividades que integram toda comunidade escolar e demais seguidores. Esse trabalho tem como objetivo principal verificar a relevância do uso do canva como ferramenta para a produção de conteúdos informacionais e interativos na biblioteca escolar. Dessa forma, a pesquisa apresenta os diversos recursos visuais e sonoros explorados nesse aplicativo. Cabe ressaltar que esses materiais são postados tanto no stories como no feed do Instagram da biblioteca, tendo um propósito educativo e cultural, essas publicações atendem as necessidades informacionais dos usuários. Destaca algumas métricas disponíveis no Instagram que estão relacionadas aos indicadores de engajamento (curtidas, comentários e visualizações). O Instagram da biblioteca tem o papel de divulgar informações relevantes que contribuem no processo de aprendizagem. Assim sendo, o canva é uma ferramenta que auxilia na comunicação visual dessas informações. Para Gasque (2016, p. 19) em se tratando sobre o aspecto de ensino-aprendizagem, "a internet e as mídias sociais constituem-se ferramentas importantes de apoio ao letramento informacional e ao aprender, além de serem conteúdos de aprendizagem necessários aos aprendizes". No que se refere à metodologia, optou-se pela pesquisa-ação, de modo a demonstrar ações participativas e coletivas, onde todos participam do processo de pesquisa. A pesquisa que também é do tipo exploratório, pois "obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo [...]" (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 204) utiliza os recursos estatísticos do Instagram para coletar os dados que proporcionam mapear o alcance das publicações e impressões e interações dos conteúdos publicados. Deste modo, é possível verificar que postagens criadas com o aplicativo canva possuem um maior engajamento do que as outras postagens que não utilizam as ferramentas audiovisuais oferecidas pelo aplicativo. É muito importante enfatizar que o canva possibilita dar visibilidade aos produtos e serviços da biblioteca, ou seja, desperta o interesse pelo conteúdo apresentado.

BIBLIOGRAFIA: GASQUE, Kelley C. G. D. Internet, mídias sociais e as unidades de informação: foco no ensino-aprendizagem. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 10 No 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14603>. Acesso em: 19 nov. 2022. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6758****TITULO: A RELAÇÃO ENTRE A EXPANSÃO DO MERCADO DE CRÉDITO DO COMÉRCIO VAREJISTA E O SUPERENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA****AUTOR(ES) : LUCAS HENRIQUE EIRAS DA SILVA, MARIA EDUARDA BATISTA ROSA, ANA CAROLINE VARGAS DA SILVA, ARTHUR VAZ FERREIRA GREGORIO, LETICIA NEVES ARAUJO FONSECA****ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE****RESUMO:**

Atualmente o comércio varejista é o maior emissor de cartões de crédito do Brasil. A emissão instantânea de cartões de crédito e débito, ganha cada vez mais espaço na receita do setor e nas metas de venda dos seus empregados. Ao mesmo tempo, em 2022, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) a dívida em carnês e cartões de loja atingiu 19% das famílias brasileira. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar dados a respeito da comercialização de crédito próprio emitido por empresas varejistas e correlacionar essa prática ao aumento do superendividamento da população. O tema é abordado com enfoque na relação do consumidor com a facilitação da emissão de crédito, inclusive para pessoas negativadas, o ambiente de consumo onde o contato com o produto acontece, a tendência de aquisição de múltiplos cartões, as práticas para a aquisição e fidelização do cliente e a regulamentação desse tipo de vínculo comercial. Devido ao teor da pergunta de partida, a pesquisa será documental, onde as fontes primárias analisadas serão dados socioeconômicos governamentais, levantamentos de empresas privadas e entes como o PROCON, SERASA, SPC. Buscando compreender o grau de impacto dessa prática, cada vez mais difundida, na vida do brasileiro, principalmente nos setores de baixa renda, a diferença entre o mercado de crédito tradicional e essa modalidade que se expande como uma nova fonte de receita para gigantes varejistas.

BIBLIOGRAFIA: o Alves, André Alexandre, and Octaviano M. de S. Menezes. Cartão de crédito Private Label: a arma de crédito na mão do varejo. Novatec Editora, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6760****TITULO: TENSÕES ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA: UM OLHAR REALISTA SOBRE AS CAUSAS DO CONFLITO****AUTOR(ES) : AKIRA SATO NETO****ORIENTADOR(ES): TATIANA TEIXEIRA****RESUMO:**

Com o fim da União Soviética, a Rússia perdeu o status de superpotência. Nesse contexto, apesar de continuar sendo vista como uma rival estratégica, deixou de ser uma adversária política ou econômica do Ocidente e começou a se integrar à ordem econômica liberal.

A disseminação da OTAN e da União Europeia para o Leste Europeu foi parte da estratégia do Ocidente para expandir a ordem mundial liberal para a outrora zona de influência soviética. Primeiro colaborando e depois resistindo à expansão estratégica, militar e econômica das instituições ocidentais, a Rússia começou, desde os finais dos anos 1990, a enfrentar esse movimento, em um cenário internacional de multipolaridade crescente. Chegou, inclusive a desafiar resolutamente esta ampliação por meio da autodeterminação das Repúblicas da Ossétia do Sul, da Abecásia, em 2008, da República Autônoma da Crimeia em 2014 e no apoio aos secessionistas de Donbass na Guerra Civil na Ucrânia (2014-2022).

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as principais causas do conflito ussor-ucraniano em curso, de uma perspectiva realista (Bezerra, 2022, Mearsheimer, 2014, 2018). Recorrer a essa abordagem teórica significará analisar a atuação das grandes potências, nomeadamente, Estados Unidos e Rússia, em um sistema internacional marcado pela lógica de balança de poder, da segurança e do autointeresse. Como hipótese inicial, considera-se a expansão da OTAN e da União Europeia como principal elemento deflagrador da invasão/operação militar especial russa à Ucrânia. Ambas seriam um esforço de se transformar a Ucrânia em um país ocidental, removendo-a da esfera de influência russa, algo que Moscou está determinada a impedir.

BIBLIOGRAFIA: MEARSHEIMER, John J. "Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin." *Foreign Affairs*, Vol. 93, No. 5 (September/October 2014), pp. 77-89. MEARSHEIMER, John J. *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities* (New Haven, Conn.: Yale University Press, 2018). DA SILVA BEZERRA , Valdir. "NATO-RUSSIA'S 'CONFLICTUAL RELATIONSHIP': 'INSTABILITY' AS A DEFINING FACTOR IN THE POLITICAL INTERACTION BETWEEN MOSCOW AND THE ATLANTIC ALLIANCE. *EURASIAN RESEARCH JOURNAL*, ERJ, Vol. 4, No. 3, pp. 7-21, Summer 2022.

A prática do swordplay remonta dos anos 70 nos EUA e Canadá, derivado de filmes e jogos de rpg fantásticos baseados em Star Wars, Brumas de Avalon e Senhor dos Anéis, livros e posteriormente grandes bilheterias de cinema.

O swordplay é uma prática derivada do RPG Live Action (Role Playing Game com ação real) que também conhecemos como LARP, que simula combates de espada e outras armas brancas entre oponentes, existindo algumas modalidades populares como combate de duelo 1x1, equipes 5 x 5, 10 x 10 e combates campais reunindo centenas de pessoas cada lado. Uma característica que diferencia o swordplay de outras práticas de luta de espada, são os boffers, que são os equipamentos acolchoados, usados pelos competidores durante os combates.

No Brasil a prática chegou no fim dos anos 90, com o Graal Sp sendo fundado em 1999 e o Graal RJ em 2000 respectivamente. No Rio de Janeiro, o swordplay foi muito ligado ao LARP, que é um jogo interpretativo de RPG Live-Action, com um sistema de regra que busca recriar os jogos de RPG, no mundo físico. O swordplay auxilia no LARP, como métrica de combate e ação física, onde os participantes, utilizam boffers acolchoados, para aplicar golpes e se defender de golpes.

Com o desenvolvimento das técnicas de fabricação de boffers (armas), técnicas e estilos de luta, bem como uma grande disseminação do esporte na cultura geek do estado, o swordplay se tornou maior que o cenário de LARP. Os clãs e equipes de swordplay, pouco a pouco foram abandonando o LARP e passando a focar em competições de lutas em diversas modalidades. Com o abandono dos clãs e em seguida a pandemia, o Graal RJ, encerra suas atividades em 2020.

No Rio de Janeiro, atualmente existem alguns clãs, o objeto de estudo são os principais pertencentes a União Carioca de Swordplay. Aesir(Ae), Dark Knights (Dks RJ), Dragões do Império (Di), Andarilhos da Alvorada (AD), Escorpiões do Deserto (ESD). Esses grupos possuem particularidades no que tange a temática de suas roupas, cores e organização.

Este trabalho, visa destrinchar como essas organizações administram suas atividades, gerem seus conflitos, bem como se organizam internamente para a gestão de pessoas nessa prática imersiva de atividade física.

BIBLIOGRAFIA: 1. <https://www.swordplay.com.br/o-que-e-swordplay/> acessado em 23/11/2022 às 23:24 2 . <https://graalrj.com.br/> acessado em 23/11/2022 às 23:24 3. Swordplay: Innovating game development through VR - M Katzourin, D Ignatoff, L Quirk; Joseph Laviola - IEEE Computer Graphic e Applications, 2006 - ieeexplore.ieee.org

TÍTULO: A RACIONALIDADE PENAL MODERNA E A COLONIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL: UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO PRESENTES NAS PRÁTICAS E DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **TÁSSYA MOURA**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Objetivos: A presente pesquisa pretende analisar os sistemas de ideias relativos à punição da juventude expressos nas práticas e discursos emitidos pelos profissionais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, no município do Rio de Janeiro. Como objetivos específicos, pretende-se: I) compreender os sistemas de ideias em disputa na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, bem como as tensões entre leis, práticas e discursos envolvendo a execução destas; II) compreender quais critérios são expressos nos discursos dos profissionais diretamente envolvidos na execução das medidas em meio aberto para justificar a substituição das medidas em meio aberto pela medida em meio fechado, bem como a ampliação do seu lapso temporal; III) compreender quais ideias alternativas à punição/sanção são apresentadas pelos operadores das medidas em meio aberto; IV) compreender como as teorias da pena se expressam nos discursos dos profissionais que atuam na execução das medidas em meio aberto; V) compreender como esses profissionais concebem as ideias de: por que punir, quem punir, como punir e a escala de punição .

Metodologia: A pesquisa em desenvolvimento é uma pesquisa do tipo empírica, qualitativa, de estrutura convencional e com uma amostragem por casos múltiplos de microunidades sociais. Como instrumentos de pesquisa serão utilizadas a observação participante e entrevistas do tipo semi estruturadas. A amostra operacional conta com a previsão de realização de 23 entrevistas, incluindo profissionais dos 3 sub sistemas envolvidos na execução das medidas socioeducativas em meio aberto (direito, assistência social e educação), contemplando as seguintes categorias profissionais: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e operadores do direito (magistrado, defensor público e promotor de justiça).

Resultados alcançados/ esperados: Os resultados iniciais apontam para uma aproximação cada vez maior da justiça juvenil com a justiça penal adulta, expressa no que convencionou-se chamar de Racionalidade Penal Moderna (RPM), convergindo para uma colonização da justiça juvenil pela justiça penal adulta.

Considerações parciais: Ao contrário do que se imaginava com a promulgação do ECA, o que a análise dos dados empíricos tem demonstrado é que , no que se refere às ideias de quem punir, por que punir, como punir e escala de punição, o sistema de ideias prevalente nas práticas e discursos dos profissionais envolvidos na execução das medidas socioeducativas em meio aberto expressa não apenas o sistema de ideias garantista, previsto no ECA, mas encontra-se miscíndido - muitas vezes inclusive de maneira contraditória- com as teorias da pena, típicas do sistema de justiça penal adulto (Teoria da dissuasão, retribuição, reabilitação e denúnciação).

BIBLIOGRAFIA: PIRES, Álvaro. Aspects, traces et parcours de la rationalité pénale moderne. In: DEBUYST, Christian; DIGNEFFE, Françoise; PIRES, Álvaro. Histoire des savoirs sur le crime et la peine. Vol 2: La rationalité pénale et la naissance de la criminologie. Bruxelles: De Boeck Université, Presses de l'Université de Montréal et Presse de l'Université d'Ottawa, 1998^a. SILVA, Carlos Frederico Braga. Decifra-me ou te devoro! A prevalência da racionalidade penal moderna entre os sistemas de ideias na justiça juvenil. In: A Racionalidade Penal Moderna: reflexões teóricas e explorações empíricas desde o sul. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6782**

TÍTULO: **SUSTENTABILIDADE NA FACC/UFRJ: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DO CORPO DISCENTE**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA TOSTO,ANA CLARA ULYSSEA VICENTE ALBUQUERQUE**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO:

Fruto do trabalho final da disciplina “Tópicos Especiais em Sustentabilidade e Estratégia Empresarial” e de pesquisa conduzida no grupo qFIS o projeto objetiva mapear o interesse e a percepção dos alunos da FACC/UFRJ acerca da temática da sustentabilidade. A principal motivação se deve à inexistência de disciplinas obrigatórias no currículo dos cursos que tratem diretamente do tema, além do escasso oferecimento de disciplinas eletivas que sanem esta lacuna.

Os objetivos do mapeamento são i) compreender o posicionamento dos graduandos frente à relevância do tema no âmbito mercadológico dada a crescente demanda por profissionais orientados aos debates atuais que englobam a agenda sustentável/climática e ii) compreender de que modo a Sustentabilidade se apresenta em algumas entidades estudantis da Praia Vermelha, dado que estas visam proporcionar aos discentes atividades extracurriculares que agreguem experiências práticas aos conhecimentos adquiridos na graduação. Nesse sentido, a busca pelo termo ESG (Environmental, Social and Governance), por exemplo, obteve crescimento de 1.200% em dois anos (EXAME, 2022). Logo, trata-se de uma prática corporativa em evidência pelas empresas que se posicionam no mercado de forma a endereçar as agendas ambientais, sociais e econômicas/de governança (CALDERAN et. al, 2021).

A metodologia utilizada para consulta da comunidade da FACC foi o desenvolvimento de um questionário, divulgado pelo campus e salas de aula. O intuito foi alcançar a maior quantidade possível de interessados, constituindo base quantitativa relevante a fim de alcançar o objetivo i). Quanto à consulta com os membros das entidades estudantis (objetivo ii) foi desenvolvido outro questionário utilizado para direcionar a entrevista via plataforma virtual; foram entrevistados 2 membros de 3 entidades estudantis distintas dotados de poder no processo decisório da instituição, objetivando análise de maior caráter qualitativo.

A pesquisa se justifica à medida que visa compreender as demandas dos discentes da FACC/UFRJ, auxiliar na divulgação de iniciativas já existentes relacionadas ao tema, propor soluções capazes de se alinhar às atuais necessidades dos alunos e manter a UFRJ competitiva enquanto formadora de profissionais/pesquisadores atualizados e capazes de atuar de maneira relevante no debate e na implementação das agendas globais e nacionais relacionadas ao tema.

Dentre os resultados preliminares é possível destacar que a maior parte dos alunos respondentes do questionário amplo (68,1%) classificam seus conhecimentos sobre sustentabilidade “Baixo” e “Razoável”, ao mesmo tempo em que 55,3% acredita que este conhecimento é consideravelmente/altamente importante para a entrada no mercado de trabalho, o que demonstra desalinhamento entre o que acreditam ser demandado pelo mercado frente à sua capacitação dentro da universidade. Além disso, um número expressivo de respondentes (44,2%) afirmou não ter tido contato algum com o tema durante a graduação.

BIBLIOGRAFIA: ESG: Por que a busca pelo termo cresceu 1200% em 2 anos: Levantamento no Google Trends revela aumento exponencial de busca pela sigla. Diretora da Exame explica por que ela não pode mais ser ignorada. São Paulo: EXAME, 12 set. 2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/esg-por-que-a-busca-pelo-termo-cresceu-1200-em-2-anos/>. Acesso em: 12 set. 2022. CALDERAN, A. M. ; PETRILLI, L.; KIMURA KODAMA, T.; MONTEIRO DE SOUZA, J. F. ESG NO BRASIL. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 29 set. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6784**

TÍTULO: **ATRASO NA INDÚSTRIA NACIONAL: OS DILEMAS DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

AUTOR(ES) : **JULIA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA ARAUJO DE AZEVEDO PIZOEIRO**

RESUMO:

A presente pesquisa de iniciação científica busca analisar os atuais dilemas da permanência do modelo da Zona Franca de Manaus, assim como enfrentar a tese de suposta perda progressiva de competitividade das empresas alocadas na região desde sua criação, em meados de 1957, até os dias atuais.

O objeto da análise recai, ainda, sobre a discussão travada nos autos das ações direta de inconstitucionalidade nº 7159, 7153, 7160 e 7155 ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal, que buscavam a declaração da inconstitucionalidade dos Decretos nº 11.047/2022, 11.052/2022 e 11.055/2022 em razão de colocarem em risco a competitividade da Zona Franca de Manaus ao tratarem da redução da alíquota do IPI das empresas.

Tal tema mostra-se presente, também, na discussão travada sobre a Reforma Tributária. Tendo em vista os incentivos fiscais atribuídos às empresas alocadas na região sobre o ICMS, IPI e tributos federais, muito se discute sobre a permanência destas vantagens nas Propostas de Emenda à Constituição nº 45/2019 e 110/2019.

Em razão da importância da temática à economia do Estado do Amazonas e da contabilidade das empresas de grande porte alocadas na região, o presente projeto pretende analisar, econômico e juridicamente, a Zona Franca de Manaus em seu propósito inicial até os dilemas e discussões tributárias realizadas no legislativo e judiciário em 2022.

Buscará, portanto, concomitantemente com a análise das ADI's nº 7159, 7153, 7160 e 7155 e das Propostas de Emenda à Constituição nº 45/2019 e 110/2019, bem como dos princípios norteadores do direito tributário, como de isonomia e reserva legal, rebater a alegação de suposta perda de competitividade da zona e aferir sua importância no desenvolvimento da indústria nacional.

BIBLIOGRAFIA: CARROTA, José Carlos. Planejamento tributário & incentivos fiscais empresariais. Imprenta: Curitiba, Juruá, 2018. GRECO, Marco Aurélio. Planejamento Tributário. 4ª Edição. São Paulo, Quartier Latin, 2019 MIRANDA, Ricardo. ZONA FRANCA DE MANAUS: Desafios e Vulnerabilidades. Senado, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-126-zona-franca-de-manaus-desafios-e-vulnerabilidades>. Acesso em 20/11/2022 PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário: Completo. 12ª Edição. São Paulo, Saraiva jur, 2021 ROCHA, Sérgio André. Planejamento Tributário e Liberdade não Simulada. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Casa do Direito, 2021

Saramago foi um dos escritores mais influentes de sua época, escrevendo desde ficção até crônicas jornalísticas e relatos de viagem. Sua obra fomenta diversas discussões importantes, e o seu iberismo é uma questão fundamental, cujas implicações colocam em jogo as relações históricas entre Portugal e Espanha, bem como seus desdobramentos no presente. **Esta apresentação traz como proposta principal a exposição dessas questões a partir do romance "Jangada de pedra", buscando, por meio não só da obra, mas também de outros elementos que a cercam, trazer o contexto e mostrar a posição de Saramago a respeito do iberismo bem como as relações entre a península e a Europa.**

O romance "Jangada de pedra" traz a tona essas relações entre Portugal e Espanha não só a partir dos acontecimentos que formam o enredo principal mas também a partir dos personagens. Foi lançado em 1986, mesmo ano em que Portugal e Espanha ingressaram na chamada comunidade econômica europeia. A narrativa do romance gira em torno de um evento principal: a separação da Espanha e de Portugal do resto da Europa. O romance acompanha a flutuação da jangada no oceano, desenvolvendo suas implicações principalmente a partir de cinco personagens principais: Joaquim sassa, José Anaiço, Joana Cárda, Pedro Orce e Maria Guavaira.

Saramago, ao escrever sobre esse romance anos após sua publicação, ressaltou o eurocentrismo dos países europeus mais ricos, estabelecendo esse contraste entre a península e o resto do continente: "Mas o seu autor, este autor, declara que estaria pronto a fazer regressar do mar a errante jangada, depois de alguma coisa ter aprendido de vitalmente necessário durante a sua navegação, se a Europa, reconhecendo-se, de facto, incompleta sem a Península Ibérica, viesse a fazer pública confissão dos erros cometidos, das injustiças e dos desprezos com que durante tantos anos tratou dois povos a quem deve muito mais do que aquilo que tem querido reconhecer. Porque, enfim, se de mim se espera que ame a Europa como à minha própria mãe, o mínimo que devo exigir-lhe é que ame a todos os seus filhos por igual e, sobretudo, que por igual os respeite a todos."

Esses elementos servem para contextualizar o pensamento de Saramago e indicar a maneira como ele se posicionou em relação a esse tema nos anos que sucederam à publicação do romance, inserindo nuances e agregando outras visões a respeito do assunto. Levando em conta, junto com as declarações do autor, a jornada da jangada, percebe-se o pensamento de Saramago num trânsito entre suas aproximações e distanciamentos com o resto da Europa a partir da perspectiva do iberismo, e aproximações possíveis com outras culturas.

BIBLIOGRAFIA: SARAMAGO, José. A Jangada de Pedra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. SARAMAGO, José. "Meditação sobre uma Jangada". Blimunda. Dezembro 2016. BALTRUSCH, Burghard. NOS 30 ANOS DA JANGADA DE PEDRA: JOSÉ SARAMAGO E A ATUALIDADE DO DISCURSO DÁ "TRANS-IBERICIDADE". Fénix - Revista de História e Estudos Culturais Julho. Vol.13. Dezembro de 2016

O objetivo da pesquisa está na convergência de esforços para destrinchar o tratamento que é dado aos atores do processo judicial a partir de um estudo de caso. Observar para além de uma discussão kelseniana que separa o direito da moral, os julgamentos e juízos de valor que são produzidos no curso do processo e que impacto eles terão ao seu término, a partir de seu produto final: a decisão judicial.

Trata-se de trabalho que fora objeto da minha dissertação de mestrado, em que busco investigar a construção biográfica realizada no processo judicial, por meio da qual a trajetória de vida dos atores jurídicos é explicitada nas peças processuais (como um recurso argumentativo produtor de sentido), é possível compreender melhor o seu funcionalismo, mais precisamente como um fator mobilizador no âmbito das disputas argumentativas, que, em última análise, constrói quem são as vítimas e alzozes de um crime, bem como proporciona uma visão mais profunda da dinâmica das decisões judiciais. Dito de outra forma, as construções biográficas são de significativa relevância no processo de construção da verdade jurídica, e, consequentemente, nos processos decisórios, uma vez que nos proporcionam uma visão ampla e detalhada dos múltiplos aspectos que permeiam e corporificam o processo judicial, permitindo, em última análise, uma maior compreensão das práticas judiciais e dos processos decisórios.

Nesse sentido, não se trata de investigar categorias ontológicas associadas à dogmática jurídica e a estrutura do processo penal; ao contrário, o que se quer com este trabalho é identificar as nuances que permeiam e constroem as personagens no processo, sobretudo identificando e analisando as formas pelas quais, através da produção narrativa a respeito dos atores- materializada, principalmente, através de peças processuais e decisão judicial, como a verdade jurídica é produzida no âmbito do caso criminal selecionado aqui para tal fim.

Por meio da análise dos autos do inquérito policial e do processo criminal, que tem como indiciado e réu, respectivamente, o ex policial militar de alcunha "PITBULL", a pesquisa buscou centrar seu foco nos seguintes aspectos:

- a) na mobilização de certas palavras/expressões, por meio das narrativas, para direcionar os efeitos de sentido acerca do evento;
- b) na articulação entre fatos e leis ;
- c) na construção biográfica de autores e vítimas do crime.

A fim de investigar os aspectos acima mencionados, aproprio-me da perspectiva etnográfica (Geertz), enquanto uma ferramenta importante e que propõe uma nova perspectiva metodológica quando se objetiva realizar investigações no âmbito do direito. Concebendo o direito a partir de suas práticas, tomando-o, portanto, como objeto de pesquisa, a etnografia me permitiu mapear, descrever e analisar a construção das biografias no âmbito de um processo criminal a partir da perspectiva do campo e não de pré-concepções dogmáticas aprendidas tradicionalmente em um curso de direito.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri. 2007.Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. FOUCAULT, Michel, O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. Uma trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1995. GEERTZ, C.. Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
